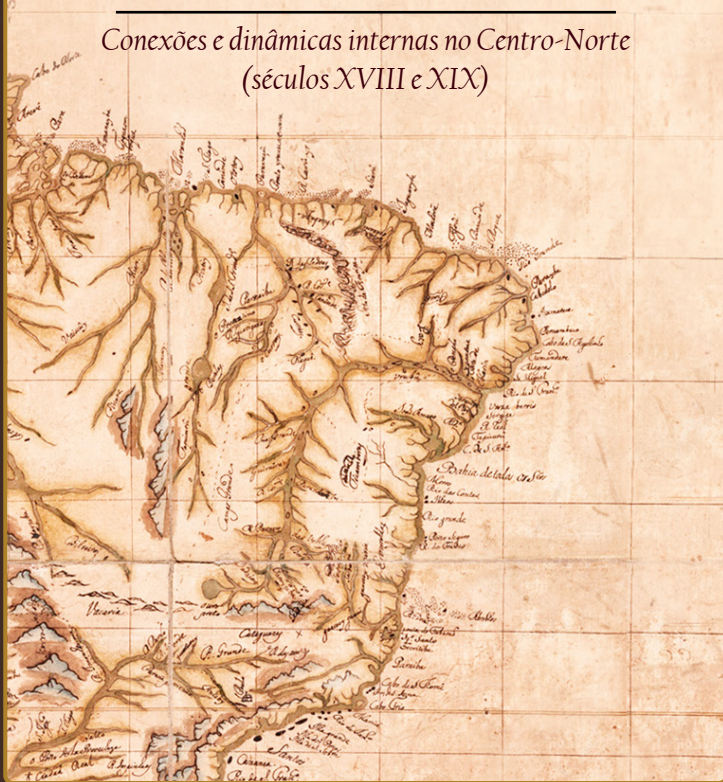


EDUARDO FRANÇA PAIVA
JOSENILDO DE JESUS PEREIRA
RODRIGO CAETANO SILVA
SAMIR LOLA ROLAND
(organizadores)

REESCREVENDO HISTÓRIAS DO BRASIL

Conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)



PENSAR HISTÓRIA

REESCREVENDO HISTÓRIAS DO BRASIL

*Conexões e dinâmicas internas no
Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)*

Eduardo França Paiva
Josenildo de Jesus Pereira
Rodrigo Caetano Silva
Samir Lola Roland
(organizadores)



CEPAMM
CENTRO DE ESTUDOS
SOBRE A PRESENÇA
AFRICANA NO MUNDO
MODERNO



CARAVANA
Belo Horizonte · 2023

Copyright © 2023, Eduardo França Paiva; Josenildo de Jesus Pereira; Rodrigo Caetano Silva; Samir Lola Roland

Coordenação editorial: Douglas Lima e Leonardo Costaneto

Revisão: Caravana Grupo Editorial

Imagem da capa: Mapa geral do Brasil (atribuído a Domingos Capacci, aproximadamente 1730). Biblioteca Nacional (Brasil).

Capa e editoração eletrônica: Joseildo H. Conceição

Conselho Editorial

André Luís Ferreira (UFPA)

Carmen Bernand (Universidade Paris Nanterre)

Douglas Lima de Jesus (UFMG)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Fabrcio Vinhas Manini Angelo (UFOP)

Fernanda Aires Bombardi (USP)

Isnara Pereira Ivo (UESB)

Jonis Freire (UFF)

Kelly Lislie Julio (UFSJ)

Sônia Maria de Magalhães (UFG)

Catlogação na Publicação (CIP)

R328 Reescrevendo histórias do Brasil : conexões e
dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e
XIX) / Organizadores: Eduardo França Paiva ... [et al]. –
Belo Horizonte : Caravana, 2023.
782 p. : il. – (Pensar História ; v. 7).

Inclui bibliografia.

Vários organizadores e autores.

ISBN 978-65-5061-407-2

1. Brasil – História – Séc. XVII-XIX I. Paiva, Eduardo
França II. Série.

CDD: 981

15	INTRODUÇÃO As novas histórias do Brasil <i>Eduardo França Paiva</i> <i>Josenildo de Jesus Pereira</i> <i>Rodrigo Caetano Silva</i> <i>Samir Lola Roland</i>
19	CAPÍTULO 1 Acervos documentais <i>Roberto Guedes (coordenador)</i>
19	1.1. Acervos <i>on-line</i> : caminhos para histórias conectadas entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil <i>Roberto Guedes</i>
32	1.2. “Um concurso imenso de caudalosos rios” no Projeto Resgate: a capitania do Rio Negro entre o Pará, as minas de Mato Grosso e os domínios espanhóis e holandeses <i>André Augusto da Fonseca</i>
45	1.3. A coleção Carlos Estevão de Oliveira do Museu do Estado de Pernambuco <i>George F. Cabral de Souza</i>
53	1.4. Entre muitos papéis: negócios e amizade nos acervos documentais da cidade de Goiás <i>Maria Lemke</i>
64	CAPÍTULO 2 Caminhos e roteiros <i>Maria de Fátima Costa (coordenadora)</i>
64	2.1. De rio a rio, de Mato Grosso ao Pará, a epopeia dos anônimos <i>Maria de Fátima Costa</i>
77	2.2. Os caminhos de James W. Wells por Goiás e Maranhão: de Pedro Afonso a Arari <i>Alan Kardec Gomes Pachêco Filho</i>

88	2.3. Através do Xingu: caminhos reais e caminhos imaginados ao longo de um rio esquecido <i>Kelerson Semerene Costa</i>
100	2.4. Os caminhos e os caminhanes de uma fronteira reconfigurada pela Guerra Grande <i>Leonam Lauro Nunes da Silva</i>
112	2.5. Caminhos por terra em um mundo de águas: conexões entre Grão-Pará e Maranhão <i>Wesley Oliveira Kettle</i>
123	CAPÍTULO 3 Demarcações territoriais e cartografia <i>Júnia Ferreira Furtado</i> (coordenadora)
123	3.1. Entre Minas e a Bahia: metamorfoses da mineração entre a riqueza material e a espiritual <i>Júnia Ferreira Furtado</i>
138	3.2. O Ceará Grande e os dilatados sertões em cartas e mapas: espaços de conquista, redes de comércio e geografias coloniais entre as capitanias do Norte da América portuguesa (1760-1817) <i>Antonio José Alves de Oliveira</i>
152	3.3. As representações de Spix e Martius e as conexões entre Maranhão e Piauí <i>Helidacy Maria Muniz Corrêa</i>
166	3.4. Pequenez gigantesca: a espacialização da continentalidade da economia colonial no centro da América do Sul <i>Tiago Kramer de Oliveira</i>
180	3.5. O padre Cocleo e a construção da comunicação entre o Maranhão e o Brasil <i>Valquíria Ferreira da Silva</i>
192	CAPÍTULO 4 Deslocamento de pessoas e circulação de culturas <i>Karl Heinz Arenz</i> (coordenador)

- 192 4.1. Do Pará e outras partes do império português:
deslocamentos de militares e índios na e para a
capitania do Pará setecentista
Wania Alexandrino Viana
- 204 4.2. “Parecidos, mas não iguais”: os métodos da
Companhia de Jesus no Estado do Brasil e no Estado
do Maranhão e Grão-Pará (século XVI)
Karl Heinz Arenz
- 217 4.3. “Contra a qual não há argumento”: a experiência
acumulada no Maranhão e a defesa da autoridade
sobre os índios no Brasil
Fabrício Lyrio Santos
- 229 4.4. O comércio nas fronteiras da Amazônia portuguesa,
América espanhola e Guiana Francesa, 1750-1830
Siméia de Nazaré Lopes
Carlos Augusto Bastos
- 241 4.5. Por caminhos fluviais: tráfico e mercado de escravos
no Vale do Amazonas durante o século XIX
Luiz Carlos Laurindo Junior
- 253 **CAPÍTULO 5**
Dinâmicas de mestiçagens
Eduardo França Paiva (coordenador)
- 253 5.1. Circulação do léxico da escravidão e das mestiçagens
Eduardo França Paiva
- 264 5.2. Trânsitos comerciais e populacionais entre o Siará
Grande e capitanias circunvizinhas e a formação de
famílias mestiças (1720-1820)
Elisgardênia de Oliveira Chaves
- 277 5.3. Sertões conectados, “homens de caminho” e
famílias mestiçadas
Isnara Pereira Ivo
- 289 5.4. Mestiçagens em regiões de mineração: as capitanias
de Goiás e Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX
Jason Hugo de Paula

- 301 5.5. Casamentos e dinâmicas das mestiçagens na
capitania do Piauí e em São Luís do Maranhão
(século XVIII)
Márcio de Sousa Soares
- 313 **CAPÍTULO 6**
Educação e histórias conectadas
Thais Nívia de Lima e Fonseca (coordenadora)
- 313 6.1. O ensino régio na América portuguesa em
perspectiva conectada e comparada
Thais Nívia de Lima e Fonseca
- 324 6.2. Piauí e Maranhão em conexões: experiências de
ensino (séculos XVIII-XIX)
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Marcelo de Sousa Neto
- 336 6.3. Famílias e práticas educativas no Centro-Norte do
Brasil, na virada do século XVIII para o XIX: um
panorama das tendências na literatura a partir
das histórias conectadas
Fabício Vinhas Manini Angelo
Keides Batista Vicente
- 346 6.4. A pedagogia do exemplo como modo de conexão
entre sociedades mineradoras da América portuguesa:
Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso
Hilton Cesar de Oliveira
- 358 6.5. “Que os educava, regia e doutrinava” – ações
femininas em Minas Gerais e no Maranhão (1770-1830)
Kelly Lislie Julio
- 368 **CAPÍTULO 7**
Experiências escravistas
Josenildo de Jesus Pereira (coordenador)
- 368 7.1. As conexões entre o Maranhão e o Pará, no norte
do Brasil: gênese, dinâmica e resultados de experiências
escravistas nos séculos XVIII e XIX
Josenildo de Jesus Pereira

- 379 7.2. A escravidão pelo olhar do viajante: negros livres e escravizados no diário de Hércules Florence (1825-1829)
Bruno Pinheiro Rodrigues
- 387 7.3. Alforrias testamentárias: liberdade precária e redes de sobrevivência no Grão-Pará (1796-1888)
Marcelo Ferreira Lobo
- 398 7.4. As mulheres cativas e suas pedagogias de resistência: o cotidiano de mulheres escravizadas no Maranhão e no Piauí na época colonial
Elizabeth Sousa Abrantes
Marinelma Costa Meireles
- 410 **CAPÍTULO 8**
Expressões artístico-culturais
Adalgisa Arantes Campos (coordenadora)
- 410 8.1. Caridade e poder: as obras de misericórdia nas santas casas da América portuguesa
Renato Franco
- 421 8.2. A Procissão dos Ossos em duas associações confraternais: a Misericórdia de Salvador e São Miguel e Almas em Vila Rica (1713-1735)
Adalgisa Arantes Campos
- 436 8.3. Representações e conexões da Paixão de Cristo no programa iconográfico das ordens terceiras do Carmo das regiões Nordeste e Sudeste brasileiras
Lia Sipaúba Proença Brusadin
- 452 8.4. Arte sacra das capelas das instituições religiosas voltadas à educação dos meninos incultos: os colégios do Pará e Maranhão e o Seminário da Boa Morte de Mariana (Minas Gerais)
Isis de Melo Molinari Antunes
- 466 **CAPÍTULO 9**
Governo e administração
Eduardo França Paiva
Josenildo de Jesus Pereira (coordenadores)

- 466 9.1. Considerações sobre as justiças nas terras do ouro e das pedras preciosas: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII
Álvaro de Araújo Antunes
- 479 9.2. Para além do litoral: administração e poderes locais no interior das capitanias da Bahia e do Norte do Estado do Brasil
Avanete Pereira Sousa
- 493 9.3. Governo e administração colonial nos sertões das capitanias da Bahia e Pernambuco: a atuação dos governadores dos índios (séculos XVII-XVIII)
David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
- 506 9.4. A justiça na Amazônia pombalina: constituição e controvérsias
Marcia Eliane Alves de Souza e Mello
- 515 **CAPÍTULO 10**
Guerras e experiências
Johnny Santana de Araújo (coordenador)
- 515 10.1. O exército patriota do Ceará e Piauí na guerra de independência no Maranhão, 1823
Johnny Santana de Araújo
- 527 10.2. O fracasso do projeto militar pombalino do Sul ao Maranhão e do Pará (1750-1777)
Christiane Figueiredo Pagano de Mello
- 537 10.3. O tenente Joze Joaquim Freire e a viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)
Francis Albert Cotta
- 546 10.4. Fronteiras em guerra: a Balaiada nos limites entre Ceará, Piauí e Maranhão
João Paulo Peixoto Costa
- 556 10.5. A guerra do dia a dia: polícia e violência urbana durante a Guerra do Paraguai (Recife e a Cidade da Parahyba, 1865-1870)
Wellington Barbosa da Silva

569	CAPÍTULO 11 História indígena e do indigenismo <i>Soraia Sales Dornelles (coordenadora)</i>
569	11.1. Os indígenas e a escravidão nos escritos de Francisco de Paula Ribeiro: política indigenista joanina e a integração econômica do Norte-Centro <i>Soraia Sales Dornelles</i>
581	11.2. Nem Camarão nem Algodão, a família Sousa e Castro: apropriação indígena de elementos da cultura política do Antigo Regime nas capitanias do Norte – século XVIII <i>Lígio de Oliveira Maia</i>
596	11.3. Índios da Amazônia, espaço colonial e conexões atlânticas (1615-1798) <i>Rafael Ale Rocha</i>
608	11.4. Entre guerras e pactos: os Akroá, Gueguê e os luso-brasileiros nos sertões do Piauí e de Goiás, 1744-1753 <i>Robert Mori</i>
619	CAPÍTULO 12 Historiografia das conexões Centro-Norte <i>Nauk Maria de Jesus (coordenadora)</i>
619	12.1. A decadência mineira e as perspectivas historiográficas recentes sobre as capitanias de Mato Grosso e de Goiás <i>Nauk Maria de Jesus</i>
631	12.2. As capitanias do Norte do Estado do Brasil e suas relações com a Bahia, capitanias do Sul do Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará <i>Carmen Alveal</i> <i>Thiago Dias</i>
641	12.3. Manifestações antilusitanas em Goiás e Mato Grosso: percursos historiográficos <i>Patrícia Figueiredo Aguiar</i>

655	12.4. Atravessando linhas imaginárias <i>Renata Malcher Araújo</i>
661	12.5. História e historiografia: conexões e comércio entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (segunda metade do século XVIII) <i>Vanice Siqueira de Melo</i>
671	CAPÍTULO 13 Religião e religiosidades <i>Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz</i> (coordenadora)
671	13.1. As dioceses da Amazônia e a expansão das fronteiras <i>Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz</i>
681	13.2. Desafios do governo eclesiástico à distância <i>Evergton Sales Souza</i>
692	13.3. Uma justiça conectada: uma análise comparada da justiça eclesiástica em Pernambuco e no Maranhão durante o século XVIII <i>Gustavo Augusto Mendonça dos Santos</i>
701	13.4. A circulação das ideias antijesuíticas na Europa e na América (século XVIII) <i>Roberta Lobão Carvalho</i>
709	CAPÍTULO 14 Nova geração de historiadores: múltiplos <i>Pedro Vilarinho Castelo Branco</i> (organizador)
709	14.1. A rebelião da Balaiada: uma análise do movimento à luz das conexões históricas entre Maranhão e Piauí <i>Pedro Vilarinho Castelo Branco</i>
721	14.2. Vida breve: a trajetória de Baltazar Gonçalves de Oliveira e a dinâmica do Santo Ofício nos sertões das capitanias do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia (1745-1752) <i>Ferdinand Almeida de Moura Filho</i>
734	14.3. A ação pastoral de Dom frei Manoel da Cruz: das tentativas de implantação de Trento e dos novos

modelos religiosos e devocionais entre o Maranhão e Minas Gerais

Herinaldo Oliveira Alves

- 746 14.4. Uma conexão por meio da seca: piauienses e imigrados

Rodrigo Caetano Silva

- 757 14.5. Os sertões do Maranhão e Piauí em uma perspectiva global, atlântica e conectada (1750-1777)

Samir Lola Roland

- 768 14.6. Colonização, conexões e a inserção dos escravizados no Piauí, do século XVI ao início do século XIX

Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno

- 780 Sobre os organizadores**

INTRODUÇÃO

As novas histórias do Brasil

A reconhecida qualidade da historiografia brasileira contemporânea tornou-se uma realidade devido, entre outros fatores, à expansão dos programas de pós-graduação em História, ocorrida a partir do final dos anos 1980. Antes disto, a produção era muito menor, concentrada em poucas universidades e parcialmente vinculada a programas de outras áreas de conhecimento, tais como Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Filosofia, situação oposta ao que se viu desde a abertura dos novos cursos de Mestrado e de Doutorado em História. Desde então, a nova realidade resultou em mais oportunidades de pesquisa; consolidou a organização da área junto aos órgãos de fomento; demandou mais financiamento; incentivou a (re)organização de acervos nos arquivos, museus e bibliotecas, levando à criação de outros; intensificou a circulação da produção em encontros científicos e por meio de publicações; promoveu colaboração interinstitucional no Brasil e no exterior; verticalizou os diálogos intelectuais e acadêmicos e, sobretudo, alargou o espectro temático, conceitual e metodológico da historiografia. Regiões brasileiras pouco estudadas até então passaram a despertar o interesse dos jovens pesquisadores, que ingressaram nos cursos instalados nas proximidades, alterando a realidade anterior, mais custosa, em amplo sentido, de deslocamentos até os principais centros acadêmicos.

É verdade que a transição levou anos para se efetivar completamente e que os programas mais antigos e consolidados continuaram atraindo mestrandos e doutorandos de todas as regiões brasileiras, dando continuidade ao importantíssimo papel formador que vinha sendo desempenhado há décadas. Entretanto, os trabalhos realizados nos novos programas já se acumulavam e refletiam claramente a importância da expansão ocorrida para o melhor conhecimento da história do Brasil, a começar, claro, pelos objetos de estudos eleitos pelos pós-graduandos, com ênfase nas histórias regionais, profundamente revisitadas.

As investigações sobre regiões menos estudadas não apenas resultaram em ampliação e aprofundamento historiográfico, mas, ao mesmo tempo, na exploração de acervos documentais preciosos, espalhados por todo o Brasil, alguns deles completamente desconhecidos dos pesquisadores até então. Disto, obviamente, surgiram trabalhos que recontaram histórias locais e regionais, mas, também, as conexões mais amplas que as envolveram, tanto as internas quanto as globais. Perspectivas generalizantes e antigos modelos de análise também foram repensados e mesmo abandonados, uma vez que as realidades pesquisadas apresentavam lógicas e dinâmicas muito distintas das tradicionalmente pensadas a partir das regiões historicamente mais ricas e próximas dos centros de poder, bem como a partir dos programas de pós-graduação mais tradicionais. Novos diálogos historiográficos, portanto, foram estabelecidos interinstitucionalmente, aprofundando a incontestável renovação da área de História, já então em andamento. A produção brasileira modernizou-se, tornou-se mais rica e cada vez mais articulada às discussões internacionais, passando a circular de forma ampliada, tornando-se referencial para vários temas.

O conteúdo deste livro inscreve-se fortemente nesta recente história da historiografia brasileira. Pesquisadores de diferentes gerações, formados em programas mais antigos e nos mais recentes, apresentam aqui capítulos que expressam

a reescrita da história do Brasil ocorrida nos últimos quarenta anos, enfatizando-se as regiões centrais, as do nordeste e as do norte, sempre pensadas a partir de conexões e, por vezes, de maneira comparada. O local e o regional assumem nos textos o caráter de produtos históricos globais, resultados do viver e do pensar no Mundo Moderno, dos contatos conflituosos e amistosos entre gentes que possuíam origens, línguas, crenças e interesses muito diferentes, mas que ao longo do tempo também se misturaram, guardando velhos costumes e entendimentos e gerando novos.

O leitor tem aqui à disposição um generoso conjunto de capítulos curtos, escritos em linguagem acessível a público amplo, sem, contudo, perder-se o rigor metodológico e conceitual exigido em nossa área de conhecimento. São textos baseados em pesquisas recentes que pretendem divulgar essas histórias que vêm sendo reescritas, mas que, muitas vezes, circulam apenas em grupos específicos e em âmbito local. A ideia original era produzir material inovador e informativo, destituído de linguagem mais acadêmica e rebuscada, que, geralmente, não provoca a curiosidade nem incentiva a leitura entre potenciais interessados de várias idades e de diferentes níveis de instrução. Quisemos, desde o início do projeto, produzir um grande livro de divulgação das novas histórias escritas sobre o Brasil do centro-norte, durante os séculos XVIII e XIX, temática muito pouco conhecida, no geral e em suas especificidades, até mesmo entre professores e pesquisadores. Ao finalizarmos a organização deste livro, pensamos ter conseguido alcançar o objetivo.

Sessenta e cinco autores foram convidados a escreverem pelos coordenadores dos quatorze eixos temáticos, em torno dos quais se organizou a obra. Esses temas gerais foram considerados fundamentais para que se possa conhecer esse Brasil antigo e profundo, suas populações, suas culturas, o trânsito e a mobilidade sobre as quais se constituíram, suas organizações políticas, administrativas e econômicas, suas cidades e campos, suas dinâmicas de mestiçagens, os con-

flitos ocorridos, o mundo do trabalho, a documentação e as versões históricas produzidas sobre tudo isto. Foi um grande desafio pensar em um livro tão abrangente, envolvendo tantos pesquisadores devotados, tratando de tantos e tão diferentes temas, articulando-os entre si, sublinhando-se o que têm de particular e também de comum. Neste sentido, trata-se de obra inédita, extensa e complexa, que pretende ser marco relevante de um processo cuja importância ressalta-se cada vez mais: a ampla divulgação do conhecimento produzido em nossas universidades e a facilitação de acesso a ele, o que contribui fortemente para a compreensão geral de sua importância social.

Abril de 2023

Eduardo França Paiva
Josenildo de Jesus Pereira
Rodrigo Caetano Silva
Samir Lola Roland

CAPÍTULO 1

Acervos documentais

Roberto Guedes
(coordenador)

1.1. Acervos *on-line*: caminhos para histórias conectadas entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil

Roberto Guedes
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O capítulo demonstra possibilidades de pesquisa a partir de acervos *on-line*, principalmente por permitirem ultrapassar barreiras locais e por conectarem historiográfica e historicamente diferentes regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Em tempos de internet e de redes sociais, as investigações podem ganhar muito em qualidade se atentarem a documentos históricos acessíveis na *internet* a partir de sua disponibilização por diferentes arquivos, museus e bibliotecas, uma vez que acervos digitais são parte de um mundo irreversivelmente atado à rede. A utilização de tais documentos cresce e crescerá cada vez mais trazendo inúmeros benefícios para pesquisadores e professores: facilita o alcance a fontes, economiza tempo de busca por informações, diminui despesa com pesquisas (hospedagem, transporte), etc.

Reflexo desta tendência, *pari passu* intensificam-se o debate e as reflexões sobre a digitalização de documentos históricos e sua disponibilização na rede. Assim, cabe indagar se um tanto quanto de história conectada requererá, igualmente, a lida conjunta e simultânea com diferentes acervos *on-line*. Neste capítulo, no entanto, distingo arquivos (instituições de guarda e preservação) de acervos (documentos oriundos de arquivos). Trato apenas dos segundos.

Certamente, não parto de uma perspectiva salvacionista sobre documentos *on-line*, uma vez que estou ciente das questões metodológicas em torno da digitalização de fontes históricas (a autenticidade, por exemplo) e da desigualdade das possibilidades de adquirir computadores e provedores de internet de qualidade em nosso e em outros países. A própria preservação de fontes em rede requer financiamento constante e elaboração adequada de ferramentas de busca, como catálogos, direitos de reprodução de imagem, etc. Ataques de hackers, perda de financiamento, de interesse de pesquisadores, arquivistas, etc., podem pôr tudo a perder. Talvez a própria ideia de acervos e até mesmo de arquivos digitais *on-line* deva ser problematizada, posto que, por circunstâncias adversas, podem se tornar efêmeros.

Além disso, em perspectiva de longo prazo, principalmente em um país continental como o Brasil, e em especial para estimular histórias conectadas entre as regiões aqui sob foco, a possibilidade de manuseio conjunto e simultâneo de documentos provenientes de acervos institucionais distintos requer um projeto arquivístico estimulado por ações governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal, de arquivos, museus, bibliotecas, universidades, de instituições de fomento à cultura, etc. A partir daí, certas questões norteadoras para as análises são fundamentais, a saber: quem ou quais instituições produziram acervos *on-line*? Em que momento? Sob quais intenções? Em que contextos históricos? Que critérios, enfim, moldaram a elaboração e a disponibilização de determinados documentos digitais?

Diante do exposto, é pertinente indagar até que ponto o intercâmbio e o navegar *on-line* em múltiplos arquivos contribuem para, se for o caso, (re)modelar cultural, política e, sobretudo, historiográfica e historicamente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não em contraposição, mas alternativamente a perspectivas centradas no eixo Sul e, principalmente, no Sudeste do país. Por fim, como superar os obstáculos da exclusão digital, democratizar a pesquisa e promover interlocuções historiográficas com base em documentos digitais?

Ainda que haja muito a fazer, havendo disponibilidade, as ferramentas *www* (World Wide Web) trazem novos horizontes para a investigação histórica, sobretudo para uma geração de pesquisadores cuja cognição desde tenra idade já é moldada pelo computador, pelo telefone celular, pelo tablet; uma geração que vê o mundo em papel dar cada vez mais espaço à chamada realidade virtual. Mas as futuras gerações de historiadores terão que, similarmente à excessiva informação que paira nas redes sociais, criar métodos que lhes propiciem dar conta de seus objetos de pesquisa cujos documentos necessários podem estar dispersos em vários acervos *on-line*. Assim, por exemplo, se uma história global conectada supõe alguma ideia de totalidade, de integração relacional entre partes que formam um todo e são por ele constituídas, cabe lembrar que o uso de documentos em rede não dispensará a necessidade dos rigores metodológicos, inclusive a própria lida com a ampla (e ilimitada?) documentação. A depender do objeto e do prazo das pesquisas, o que fazer com o excesso de fontes disponíveis, por exemplo? Tudo dependerá, portanto, do escopo de cada pesquisa e dos métodos empregados.

O texto que aqui se apresenta visa problematizar as questões aludidas com foco específico em acervos *on-line* de instituições sediadas nas e relativas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com a intenção de estimular histórias conectadas calcadas no manuseio de diferentes

acervos e seus potenciais à pesquisa. Apesar da preocupação com os tópicos antes mencionados, não vou tão longe neste singelo texto, posto que apenas enfatizo possibilidades de *links* históricos e historiográficos por meio de acervos digitais. Para isso, aludo, primeiramente, ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal), pela sua grandiosa contribuição aos estudos históricos sobre o Brasil de antigo regime a partir do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Depois, brevemente, sugiro cruzamento de fontes com arquivos estaduais, sem esquecer, obviamente, que há, hoje, vários acervos *on-line* sobre Norte, Nordeste e Centro-Oeste dados ao público gratuitamente por diferentes instituições arquivísticas, museus e bibliotecas espalhadas pelo país.

O AHU e o Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Separado por capitanias, o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino-AHU que integra o Projeto Resgate Barão do Rio Branco (AHU-Resgate) tem sido fundamental para a pesquisa historiográfica no Brasil de Antigo Regime nos últimos anos, mas, efetivamente, não parece que tenha sido prioritariamente manejado para conectar histórias das capitanias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Entretanto, tal empreitada é perfeitamente viável pela pesquisa nos verbetes descritos nos catálogos e nos documentos digitais ao alcance, respectivamente, nos links <https://actd.iict.pt/collection/actd:CU> e <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bi=resgate>.

No AHU-Resgate, cada capitania dispõe de um catálogo próprio. Porém, para elaborar histórias integradas, o pesquisador pode localizar referências a determinada capitania em catálogos de outras capitanias. Por exemplo, a capitania de Mato Grosso também é frequentemente mencionada nos catálogos elaborados para o Maranhão, para o Pará, entre outras capitanias. Com o mesmo critério, pode-se, pela investigação onomástica, perseguir uma mesma pessoa em

diferentes catálogos capitaniais para analisar sua trajetória e seu fluxo entre aquelas regiões. Tudo isso na *internet*. No caso das menções a certas capitanias em catálogos de outras capitanias, há um bom exemplo de um verbete do fichário relativo ao Maranhão, mas que, por exemplo, se reporta ao Mato Grosso e ao Pará:

1753, Julho, 13, Lisboa

AVISO do secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, para o presidente do Conselho Ultramarino, marquês de Penalva, D. Estevão de Mene-ses, para que os negócios, alguns da capitania do Mato Grosso, que não seguiram na frota do Estado do Maranhão, fossem enviados no iate que ia para a capitania do Pará. AHU_CU_009, cx. 34, doc. 3413

Nitidamente, o que se observa neste verbete é que negócios que diziam respeito à capitania do Mato Grosso passavam pelo Maranhão e Pará, e vice-versa. Um simples verbete, entre os milhares e milhares disponíveis na base AHU-Resgate, indica histórias acopladas. De fato, não é difícil perceber um amplo contato entre estas capitanias, o que foi registrado no catálogo do Maranhão pelo menos desde fins do século XVII, pois, para cerca de 1700, há um “lembrete sobre as cópias de duas cartas para os governadores do Pará e Mato Grosso enviadas ao governador do Maranhão. AHU_CU_009, cx. 10, doc. 993”. Em 1800, os vínculos permaneciam fortes, já que uma carta régia “do príncipe regente D. João para o governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa”, aludia à “continuação da ajuda financeira à capitania do Pará e os novos estabelecimentos para as comunicações com Goiás e Mato Grosso. AHU_CU_009, cx. 110, doc. 8615”. Em fins do Setecentos, ainda se mencionava novos caminhos para as comunicações entre Maranhão e Mato Grosso, e também com Goiás. É óbvio que as conexões Norte-Nordeste-

-Centro-Oeste não se estabeleceram apenas por autoridades. Ainda conforme o catálogo *on-line* do Maranhão, em 1755, em Lisboa, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei Dom José alertava sobre a “ida de Paulo Gouveia e João Rodrigues da Silva à capitania de Mato Grosso, e sobre suspeitas de que teriam extraviado ouro”. Há vários documentos no anexo que atestam os fortes elos entre as capitanias (AHU_CU_009, cx. 35, doc. 3529).

Os exemplos acima sobre Pará e Mato Grosso foram extraídos apenas do catálogo do Maranhão. Uma consulta em catálogos de outras capitanias evidencia de forma mais intensa as potencialidades de elaboração de histórias conectadas baseadas em acervos digitais. Nessa direção, veja-se, agora, o que o catálogo AHU-Resgate relativo ao Pará informa sobre o Mato Grosso. Em fevereiro de 1743, uma carta do governador e capitão-general do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei Dom João V se reportava às “prisões de Manuel de Freitas Machado e de Manuel Félix de Lima, por terem saído das Minas do Mato Grosso por outro caminho para o qual não havia autorização”. O documento, com autos de perguntas, é rico ao salientar o fluxo no sentido sul-norte, isto é, do Cuiabá/Mato Grosso para o Pará (AHU_CU_013, cx. 25, doc. 2387). O que transitava neste circuito de 2.500 km entre as minas de Mato Grosso e Belém, cerca de 600 km a menos do percurso atlântico entre Recife e Monróvia, na atual Libéria?

Em 1750, o governador do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, informava sobre uma ordem que recebeu para facilitar o regresso à capitania do Mato Grosso de uns “mineiros detidos na Fortaleza dos Pauis, com recomendações para não procederem ao transporte de pouca carga” e nem entregarem “gêneros aos espanhóis estabelecidos nas margens ocidentais dos rios Madeira e Guaporé”. (AHU_CU_013, cx. 32, doc. 2987). Em setembro de 1750, um ofício do mesmo governador ao secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva, mencionava

uma licença dada “a alguns mineiros ali estabelecidos desde o ano anterior para regressarem às minas de Mato Grosso”. (AHU_CU_013, cx. 32, doc. 3000). Já um tal João de Moura Colação também pediu “licença para sair do Pará com destino às minas de Mato Grosso” (AHU_CU_013, cx. 33, doc. 3118.), e Paulo de Gouveia e João Rodrigues da Silva, moradores temporários em Belém, pediram ao rei português “a restituição do ouro garimpado nas minas de Mato Grosso” para pagarem dívidas no Pará e voltarem a Portugal “com passagem pela dita capitania de Mato Grosso”. (AHU_CU_013, cx. 36, doc. 3382.). As pessoas em trânsito atrelavam historicamente Maranhão, Pará e Mato Grosso setecentistas.

Nem tudo era feito com licença, muito era por baixo dos panos. Em maio de 1754, o governador do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, se comunicava com o padre reitor da Companhia de Jesus “sobre o extravio do ouro vindo das minas da capitania de Mato Grosso” (AHU_CU_013, cx. 36, doc. 3391.). Em junho do mesmo ano, o mesmo governador oficiava ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, “sobre o contrabando de ouro, vindo das minas da capitania de Mato Grosso, pelo rio Madeira”. (AHU_CU_013, cx. 36, doc. 3415.) A preocupação reveladora da grandeza do fluxo de pessoas e mercadorias era tanta que em agosto de 1755 o bispo governador interino do Maranhão e Pará salientou os “esforços feitos para evitar os extravios de ouro em pó” transportados da capitania do Mato Grosso para a do Pará. Deveria haver uma escolta “nas passagens entre a aldeia de Trocano e o rio Madeira e a cachoeira de São João” (AHU_CU_013, cx. 38, doc. 3599). De sul a norte e de norte a sul da grande área que englobava Maranhão, Pará e Mato Grosso, os catálogos AHU-Resgate demonstram histórias extremamente vinculadas.

Mas estes são apenas alguns exemplos de alusões à capitania de Mato Grosso em verbetes dos catálogos referentes ao Maranhão e ao Pará, que dizem respeito principalmente ao comércio em geral, ao contrabando de ouro, aos caminhos flu-

viais e aos fluxos de pessoas. Sequer pesquisei nos verbetes do próprio catálogo de Mato Grosso para aferir as várias possibilidades de histórias cruzadas nos acervos *on-line* AHU-Resgate. Mas o que uma rápida consulta em verbetes de catálogos digitais permite concluir é que ouro, por exemplo, fluía pelos rios que ligavam Cuiabá/Mato Grosso a Belém, o Madeira, o Guaporé, mas sem esquecer do Maranhão. Nem sempre por vias controladas pela Coroa e pelos governadores.

João de Sousa de Azevedo: um homem conectado nos acervos do AHU-Resgate

Além de perseguir temas em redes históricas do passado e em redes digitais de hoje e do futuro, também é viável encontrar pessoas em diferentes capitanias a partir de seus nomes. Em setembro de 1747, conforme o catálogo da capitania do Pará, uma carta do governador do Maranhão e Pará, o já conhecido Gorjão, para o rei português mencionava as notícias dadas pelo mineiro João de Sousa de Azevedo sobre a “descoberta de ouro no rio Arinos e em outros locais da capitania do Mato Grosso” (AHU_CU_013, cx. 29, doc. 2784). Três anos depois, setembro de 1750, este governador oficiava o secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva, a viagem de João de Sousa de Azevedo, que partiu das Minas de Mato Grosso e, “navegando para a cidade de Belém do Pará pelos rios Madeira e Guaporé”, trouxe correspondências “para os moradores e câmara desta cidade”. Mas no caminho Azevedo foi “interpelado por uma escolta estabelecida no Arraial de Nossa Senhora da Conceição em 26 de novembro de 1749”, “sob a acusação de prestar auxílio junto dos missionários castelhanos daquelas paragens”. João de Sousa de Azevedo acabou “por regressar à capitania de origem, Mato Grosso, sem cumprir seus objetivos” (AHU_CU_013, cx. 32, doc. 2992).

João de Sousa de Azevedo é um típico caso que demonstra a viabilidade de realizar uma história conectada

por meio da pesquisa onomástica em catálogos de diferentes capitanias, mas também sobre os vínculos com os chamados espanhóis das outras margens do Madeira e do Guaporé. Assim, ainda pelo arrolamento do Pará, nota-se que a 8 de março de 1754, o governador interino do Maranhão e Pará, o bispo Miguel de Bulhões e Sousa, remeteu um ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre o “desejo de João de Sousa de Azevedo em estabelecer-se nas Minas de Mato Grosso, contra a ordem régia, sob o pretexto de procurar algumas ‘Drogas do Sertão’, conforme a denúncia feita pelo governador da capitania de Mato Grosso D. Antônio Rolim de Moura”. Ora, antes, Azevedo partira de Mato Grosso, para onde teve que regressar em 1750 sob acusação de conluio com espanhóis, mas, depois, ele queria se estabelecer na mesma capitania de Mato Grosso (AHU_CU_013, cx. 36, doc. 3359). Pelo catálogo do Pará, ele foi mencionado por governadores de duas capitanias: o do Maranhão e Pará e o de Mato Grosso. No dia seguinte, 9 de março do mesmo ano de 1754, o também governador e capitão-general Maranhão e Pará, Mendonça Furtado, remetia um ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar também “sobre a viagem realizada às minas da capitania do Mato Grosso pelo proprietário de uma feitoria de cravo e cacau no rio Madeira, João de Sousa de Azevedo, sem licença régia”. (AHU_CU_013, cx. 36, doc. 3365). Azevedo ocupava pontos importantes nas rotas que ligavam Mato Grosso, Pará e Maranhão.

Sabemos, portanto, apenas pelo catálogo do Pará, que em 1750 Azevedo teria sido acusado por três governadores (dois do Pará e um de Mato Grosso) de ser um importante personagem na história interligada do Maranhão, Pará e Mato Grosso. Pelo mesmo catálogo, porém, notamos que sua sorte começou a mudar em 1755. Ele próprio pediu ao rei Dom José, em fevereiro de 1755, o “pagamento do seu soldo e a patente de capitão ou sargento-mor e diretor da escolta do Rio Madeira a Mato Grosso” (AHU_CU_013, cx.

37, doc. 3487.), rio em que outrora foi acusado de praticar contrabando e negociar com os espanhóis.

Um detalhe muito importante para encontrar indícios dessa história capitania global é que apenas persegui João de Sousa de Azevedo no catálogo do Pará. Será que o personagem também consta nos catálogos do AHU-Resgate referentes ao Maranhão e ao Mato Grosso? Sob que formas de atuação ele se faz presente em outras bases documentais digitais?

Arquivos Locais e Cruzamento Onomástico

Não vou furtar ao leitor a oportunidade de encontrar a resposta sobre o personagem. Minha intenção é indicar caminhos para a elaboração de histórias conectadas entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste calcadas em acervos *on-line*. Para que tal proposta possa se concretizar ainda mais, deve-se, igualmente, não perder de vista *corpora* documentais locais digitais, de âmbito capitania (depois provincial, hoje estadual) e municipal. Nesses casos, fontes locais complementam acervos oriundos da administração central da monarquia portuguesa, como o do AHU-Resgate. Para exemplificar essa complementariedade, pode-se, por exemplo, utilizar o Acervo Digital do Arquivo Público do Maranhão-ADAPM (<https://bibliotecasma.org/acervo-digital-do-arquivo-publico/>), o da Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-APMT (<http://atom.apmt.mt.gov.br/atom/>), ou mesmo a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>). O ADAPM contém nomes de vários personagens que também podem ser localizados nos catálogos do AHU-Resgate Maranhão, e mesmo de outras capitânias, a exemplo do Livro de Lista de Companhia de Nobreza (1689-1710), do Fundo Câmara Municipal de São Luís (1643-1973). Este documento de 104 páginas, que pode ser baixado, lista milhares de nomes de homens que, em tese, seriam considerados da

nobreza maranhense: *cidadãos desta cidade*, São Luís, seus *filhos e mais agregados* dispostos por companhia militar. Não deixa de ser interessante que na página 44 do PDF (21 do documento) se diga que um dos cidadãos, Joseph Barreyros, era *morador no Pará*, assim como Diogo Leitão, ambos da *Companhia dos filhos dos cidadãos com que se passou a mostra*. Como também se nota em outros casos constantes deste documento que integram os preciosos *corpora* documentais *on-line* do ADAPM, na história conectada do Norte-Nordeste-Centro-Oeste um cidadão do Maranhão podia ser *morador* (termo que também significava cidadão) do Pará. A história conectada das capitanias do Norte e do Centro, Nordeste e Centro-Oeste era, em suma, uma história de carne e osso, feita por pessoas em trânsito. Tal como os acervos digitais e a internet de hoje, o passado global também era conectado em redes: de pessoas, de rios, de mar e de sertões. Cabe a nós, historiadores, navegarmos nelas.

Bibliografia

- BOSCHI, Caio César. Projeto Resgate: história e arquivística (1982-2014). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 78, 2018.
- BERTOLETTI, Esther Caldas; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. O projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 29, 1, 2011.
- ALMEIDA, F. C. de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, v. 3, n. 8, 2011.
- AYERS, E. L. The pasts and futures of digital history. *History News*, v. 56, n. 4, p. 5-9, 2001.
- BOLICK, C. M. Digital archives: democratizing the doing of history. *International Journal of Social Education*, v. 21, n. 1, p. 122-134, 2006.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 196-219, abr. 2020.
- CAVALCANTI, M. T. Os websites dos centros de documentação e a pesquisa histórica: uso de fontes digitais. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 169, 2017.
- GIL, T. L.; BRESCIANO, J. A. (ed.) *La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*. Montevideu: Ediciones Cruz del Sur, 2015.
- THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo*, v. 28, p. 240-251, 2015.
- ZAMPARONI, Valdemir D. Documentos, virtualização, democracia e desigualdade: algumas reflexões. In: FURTADO, Cláudio Alves. (org.) *Diálogos em trânsito. Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 107-118.

ZANARDO, Julia. Desafios do historiador na Era Digital. *Almanack*, n. 14, p. 303-307, dez. 2016.

1.2. “Um concurso imenso de caudalosos rios” no Projeto Resgate: a capitania do Rio Negro entre o Pará, as minas de Mato Grosso e os domínios espanhóis e holandeses

André Augusto da Fonseca
(Universidade Estadual de Roraima)

Nesta jornada vi o que se não pode nem explicar, nem facilmente compreender, que é um oceano de água doce, um labirinto de ilhas, e um concurso imenso de caudalosos rios. [...] tem todas as disposições para ser uma das maiores opulentas e importantes conquistas de todas as outras da América.

Carta do governador e capitão general o Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao padre Manuel de Campos, Belém, 18 de novembro de 1752.

Introdução

Situada no centro da Amazônia, a capitania subalterna de São José do Rio Negro, ainda pouco pesquisada por historiadores, dispõe de preciosos *corpora* documentais que viabilizam sua interligação com um amplo raio que ia de norte a sul e de leste a oeste da Amazônia, extrapolando mesmo áreas sob o pretenso domínio da Coroa portuguesa. Seus vastos territórios não foram obstáculos à preservação de acervos atualmente dispersos em instituições museológicas, arquivísticas e bibliotecárias em várias partes, inclusive seus acervos *on-line*. São José do Rio Negro era uma divisão administrativa colonial cujo sentido político, estratégico e econômico assentava-se na sua articulação com as capitanias do Grão-Pará (sede do governo do Estado

e do porto de exportação e conexão com o mundo atlântico) e do Mato Grosso, bem como com os domínios espanhóis (a oeste e ao norte) e holandeses (a nordeste). Os agentes coloniais já se preocupavam com algumas dessas conexões há mais de um século antes da criação dessa capitania. Em 1639, acompanhando a viagem de volta do oficial português Pedro Teixeira, o padre jesuíta Cristóbal de Acuña mencionou as rotas de comércio que traziam mercadorias holandesas do litoral norte-atlântico das Guianas para o coração da Amazônia, no rio Negro.

Esgotada a principal atividade econômica dos sertões ocidentais do Estado – as tropas de resgate que escravizavam indígenas –, tanto pela decisão real em proibi-las em 1748 quanto pelas apocalípticas epidemias que dizimaram as populações ameríndias, tanto no sertão quanto na própria cidade de Belém e seus subúrbios rurais, a Coroa portuguesa e os agentes régios se voltaram para a região primeiro por sua importância geopolítica, depois procurando formular alternativas econômicas que a integrassem aos eixos comerciais do império português.

A criação dessa capitania em 1755 era nitidamente articulada com os desdobramentos do Tratado de Madri (redefinindo os limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América) e com um conjunto simultâneo de reformas sociais, econômicas e administrativas de Dom José e do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (conde de Oeiras, marquês de Pombal): as leis de liberdade dos índios, de incentivo ao casamento entre indígenas e portugueses, de conversão das aldeias missionárias em vilas e lugares e a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Essa conjuntura “quente” levou à produção de um vasto *corpus* documental, hoje em grande parte disponível para consulta *on-line*.

Por exemplo, a Biblioteca Nacional do Brasil oferece acesso on-line (<http://bndigital.bn.gov.br/>) a diversos documentos de interesse para a história da Amazônia colonial, como os manuscritos e a iconografia produzidos pela Viagem

Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Sua homóloga em Portugal possui vasto material cartográfico e a inestimável coleção pombalina (<https://bndigital.bnportugal.gov.pt/explorar-colecoes/>). A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/arquivo-rihgb.html>), com muitas transcrições de documentos coloniais, está disponível *on-line*, desde a sua primeira edição em 1838. A Biblioteca Brasileira da USP (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1>) e a Biblioteca Digital do Senado brasileiro (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/300011>) têm uma coleção de obras históricas integrais de interesse para a pesquisa sobre a Amazônia colonial em seus *sites*, algumas delas tanto na versão fac-similar quanto em novas edições do Senado, como a correspondência do governador Mendonça Furtado (2005). Do mesmo modo, o Google Books Library Project (<http://books.google.com/>) e o Internet Archive (<https://archive.org/>) oferecem um volume crescente de obras como os livros dos missionários espanhóis na Guayana, Gumilla e Gilij, a correspondência do governador da colônia holandesa do Essequibo no século XVIII, Storm Von Gravesande e os relatos de viagem dos irmãos Robert e Richard Schomburgk no século XIX etc.

Portanto, não é por falta de fontes e de arquivos, inclusive os disponíveis *on-line*, que se deixará de fazer história da capitania de São José do Rio Negro como uma importante região e/ou *locus* político que fazia parte ao mesmo tempo em que moldava a região amazônica e suas conexões, por exemplo, com a atual região Centro-Oeste do Brasil, via Mato Grosso, com o Atlântico a partir dos elos com Belém e com o Caribe. Aquelas instituições e acervos *on-line* que guardam e disponibilizam *corpora* documentais são apenas exemplos que demonstram as potencialidades de pesquisas, hoje acessíveis a pesquisadores de qualquer lugar do globo. Nesse sentido, o que segue doravante é um exercício de demonstração de pesquisa sobre uma capitania anexa com base em um acervo *on-line*, no caso o acervo do Arquivo Histórico Ul-

tramarino a partir do Projeto Resgate Barão do Rio Branco (<http://resgate.bn.br/>).

Essa iniciativa organizou uma vastíssima parte do acervo documental custodiado pelo Arquivo Ultramarino em Lisboa, organizando-o por capitanias e produzindo ementas individuais sobre o conteúdo de cada item de correspondência oficial, relatos de viagem, estatísticas e requerimentos dirigidos ao Conselho Ultramarino e à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, órgãos da administração central portuguesa. O catálogo dos documentos avulsos referentes à capitania do Rio Negro no Projeto Resgate apresenta as ementas de 750 documentos; o do Pará, 12.690 e o do Mato Grosso, 2.221. Pesquisas sobre epidemias, produção, pragas agrícolas, transportes, conflitos de jurisdição entre os agentes régios, demografia, protagonismo indígena, trabalho livre e formas de trabalho compulsório, preços, administração eclesiástica, recrutamento militar e defesa, fronteiras, migração e tributação encontram ali farto material. Os temas são variadíssimos e aqui trato apenas da rede fluvial da capitania em perspectiva política e estratégica para a Coroa portuguesa, mas sem deixar de lado a atuação política e a influência cultural de populações indígenas.

A rede fluvial da capitania como objeto político e estratégico

Antes da chegada dos europeus, havia vastos espaços conectados pelo menos desde o início do primeiro milênio da era cristã, configurando uma área cultural Aruaque que chegou a se estender do território da atual Bolívia até a Flórida, e da atual Colômbia até a foz do rio Amazonas. Sociedades multiétnicas, organizadas em entidades macropolíticas que utilizavam casamentos exogâmicos para garantir a interdependência social e econômica entre si.

Os invasores ibéricos, holandeses, ingleses e franceses procuraram controlar partes dessas redes de trocas e reo-

rientá-las para seus próprios propósitos a partir do século XVI, mas interromperam muitas delas com a consolidação de fronteiras coloniais no final do século XVIII. O superior dos carmelitas (uma ordem religiosa católica) denunciava em 1750 que uma tropa holandesa com brancos, negros e indígenas aliados, que trocava manufaturados por indígenas escravizados, “bombardeou” a comitiva do preposto enviado pelos missionários¹ para negociar o descimento de indígenas Paraviana no alto rio Branco (atual estado de Roraima).

Em outras áreas da futura capitania do Rio Negro, reinavam até a década de 1750 os *cunhamenas*, indivíduos – geralmente brancos ou mestiços – que se uniam às filhas de líderes ameríndios para formar poderosas redes armadas que atuavam em colaboração com as tropas de resgate portuguesas e com os descimentos dos missionários. Em seu trabalho de reorganização dos sertões ocidentais da Amazônia, nos rios Negro, Solimões, Japurá e Madeira, o governador do Estado do Maranhão e Pará de 1751 a 1759, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, travou uma renhida e demorada luta para enquadrar esses “régulos do sertão”². Alguns deles se submeteram à nova ordem, abandonaram a poligamia e formalizaram seus matrimônios conforme as regras católicas. Outros pagaram caro pela rebeldia, como Pedro Braga, condenado ao açoite público e a três anos nas galés, por poligamia, pelo Tribunal do Santo Ofício em Lisboa.

Poligamia que causava arrepios em religiosos. Para melhorar sua comunicação e seu projeto evangelizador, houve o trabalho missionário de fixação e criação de gramáticas e obras escritas em “línguas gerais” baseadas no caribe (como na Guiana francesa) e no tupi (como a língua geral amazônica, mais tarde o *nheengatu*). Essas novas formas de comu-

¹ Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Pará, cx. 32, doc. 2993.

² Ofício do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, de 15 de fevereiro de 1753. AHU, Pará, cx. 34, doc. 3168.

nicação conectavam populações de um extremo a outro da Amazônia nos séculos XVII e XVIII, em uma nova configuração política e econômica que transformava a maior parte da Amazônia em uma *hinterland* de Belém, com suas *vorlands* na África e Europa. Cadeias de mercadorias e de comando político eram reorientadas para Lisboa e Cachéu. De outro lado, os espanhóis reorientaram os vales do Marañon e Ucayali, Beni e Mamoré para as sedes andinas das audiências em Quito ou do vice-reinado em Lima, e o alto rio Negro e o Orenoco para a cidade de Caracas. Fronteiras eram desenhadas pelos tratados, alterando dramaticamente a vida dos povos que viviam há milênios na região. As lideranças ameríndias procuravam manter alguma autonomia ou reduzir os danos da invasão europeia, com as mais variadas estratégias e formas de adaptação e resistência.

Nessa vasta região, os documentos do acervo do AHU-Resgate testemunham que havia eixos de comunicação cuja importância era imediatamente reconhecível aos contemporâneos: 1) a conexão entre Belém e as minas de Vila Bela e Cuiabá, no Mato Grosso, pelos rios Madeira e Guaporé (também permeáveis a incursões espanholas); 2) a única via de acesso não montanhosa entre a Amazônia Central e o litoral da Guiana controlado pelos holandeses, ou seja, o caminho fluvial formado pelos rios Negro – Branco – Tacutu – Maú – Rupununi – Essequibo; 3) as ligações com os domínios espanhóis, pelo rio Negro e canal Cassiquiare, ao noroeste, e pelo rio Amazonas-Solimões-Marañon a oeste.

O rei de Portugal Dom João V tinha proibido a navegação de seus súditos pelo rio Madeira, para evitar o descaminho de ouro do Mato Grosso e o contrabando em geral. Em 1743, ainda se mandava prender viajantes que transitassem pelo rio Madeira. O rei seguinte, Dom José, começou a mudar essa política. Em 1750, alguns mineradores que tinham descido para Belém pela rota proibida foram excepcionalmente autorizados pelo rei a retornar para o Mato Grosso. O governador determinou que levassem pouca carga e os proibiu de

introduzir gêneros (mercadorias) nas vilas espanholas nas margens do rio Guaporé, sob pena de multa de 300 mil réis cada um e seis meses de cadeia³. Com efeito, vendo os espanhóis passarem para a margem oriental do Guaporé (atual estado de Rondônia), a Coroa em 1753 passou a incentivar o uso da rota fluvial entre Cuiabá e Belém para evitar que os rivais colonizassem o oeste da América Portuguesa. A própria Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) foi pensada, desde o início, como um meio de fornecer africanos escravizados não apenas para o Maranhão e o Pará, como também para as minas do Mato Grosso.

Em virtude da importância desta rota, e como o desca-minho do ouro do Mato Grosso continuava sendo um problema, a aldeia jesuíta do Trocano, no rio Madeira, rebatizada como Borba, seria transformada em um registro para a fiscalização⁴ e se tornaria o primeiro de uma série de aldeamentos missionários que Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seus sucessores converteram em municípios ou repúblicas da monarquia (inclusive com nomes de vilas de Portugal, mas com populações, vereadores e juízes indígenas e brancos casados com mulheres indígenas). Sendo o rio Madeira cortado por várias cachoeiras, com uma navegação difícil e considerado “malsão” ou insalubre, Borba permaneceu como a vila quase que solitária nessa rota.

No segundo eixo, o rio Branco, nem espanhóis nem portugueses ou holandeses lograram estabelecer núcleos permanentes. Ao estabelecer contato com o povo Taino (da família linguística Aruaque) nas Antilhas no final do século XV, os espanhóis – informados pelos Aruaque – definiram os povos

³ Ofício do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará], Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o [secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês], Pedro da Mota e Silva, de 15 de setembro de 1750. AHU, Pará, cx. 32, doc. 3000.

⁴ Carta do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o Padre Reitor da Companhia de Jesus, de 25 de maio de 1754. AHU, Pará, cx. 36, doc. 3391.

Caribe como antropófagos, bárbaros desumanos e, portanto, inimigos, a quem era legítimo fazer guerra e escravizar. Rivais dos espanhóis, os holandeses celebraram alianças militares e comerciais duradouras com os povos Caribe nas Guianas, o que explica tanto o êxito das colônias de Demerara, Berbice e Essequibo em reprimir eficazmente revoltas de africanos escravizados em suas *plantations* litorâneas quanto a imensa dificuldade dos espanhóis em fincar pé no vizinho rio Orinoco. Os povos indígenas colocavam em jogo seus próprios interesses, no sentido de preservar sua autonomia ou reduzir danos, ao escolher aliados e inimigos. Em 1775, o governador do Rio Negro era informado por um desertor holandês que os espanhóis estavam estabelecendo povoações no rio Uraricoera (nome do trecho superior do rio Branco)⁵. Para a construção rápida de um pequeno forte naquela fronteira e para o estabelecimento de povoações na região, os portugueses tiveram que negociar intensamente com as lideranças Paraviana, Wapishana e de outras etnias, que não estavam dispostas a aceitar a presença espanhola naquela conjuntura. Alguns Principais (lideranças indígenas) deixaram claro que preferiam os holandeses (que forneciam manufaturados, contas de vidro, ferramentas, armas de fogo e munições em troca de alimentos, redes, produtos tropicais como o urucum e, principalmente, indígenas escravizados) e consideravam os portugueses um mal menor que os espanhóis (a quem já tinham recebido de forma muito hostil entre 1770 e 1775). Provavelmente, para aceitar o descimento e a aliança portuguesa, o cálculo de algumas etnias deve ter considerado a proteção contra as expedições escravistas dos Caribe e “Caripuna” aliados dos holandeses.

Entretanto, depois de aldear pouco mais de mil indígenas de diversas etnias das famílias Aruaque e Caribe, a

⁵ Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, de 13 de julho de 1775. AHU, Pará, cx. 74, doc. 6234.

exploração excessiva de trabalho, as dificuldades de alimentação dos novos aldeamentos e os choques culturais da nova organização política, cultural, religiosa e econômica convergiram para provocar dois levantes sucessivos (1781 e 1790) que praticamente esvaziaram a maioria desses núcleos. A repressão ordenada pelo governador da capitania, Manuel da Gama Lobo D'Almada, incluiu a deportação de vários indígenas do rio Branco para locais distantes⁶.

Por fim, no eixo do rio Amazonas-Solimões-Marañon e do rio Negro, conectado ao rio Orenoco, um rosário de vilas e lugares foi semeado com êxito, com a cooptação de lideranças indígenas e alguns dos antigos operadores do tráfico de indígenas escravizados, proibido a partir de 1755. Na vila de Barcelos, antigo aldeamento carmelita de Mariuá, de povoamento Manau e Baré, o rei Dom José concedeu aos oficiais camarários os privilégios dos cidadãos do Porto (que já tinham sido outorgados um século antes à câmara de Belém). Não apenas câmaras foram instaladas em várias povoações, mas também irmandades leigas típicas do mundo português estavam presentes na capital da capitania do Rio Negro: Santa Ana, Rosário, Santíssimo Sacramento e Caridade. Nos termos das Leis de Liberdade dos Índios de 1755, essas câmaras eram formadas por líderes indígenas (os principais) e brancos casados com mulheres indígenas⁷.

Ainda que de forma muito limitada, com uma população que não ultrapassaria muito os 12 mil habitantes em toda a capitania, na qual o maior proprietário de escravos de origem africana não tinha mais de 60 cativos, era essa sociedade mestiça em formação que começava a estabelecer uma economia colonial.

⁶ Ofício do [governador do Rio Negro, coronel] Manuel da Gama Lobo de Almada ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, de 9 de dezembro de 1790. AHU, Rio Negro, cx. 16, doc. 595.

⁷ Ofício do [governador do Rio Negro], Joaquim de Melo Póvoas para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, de 21 de dezembro de 1758. Arquivo AHU, Rio Negro, cx. 1, doc. 54.

Rotas fluviais de trocas materiais e culturais: aberturas e fechamentos

A perda de domínios portugueses importantes na Ásia no século XVII refletiu-se nas iniciativas propostas e discutidas pelo Conselho Ultramarino para o estado do Maranhão e Grão-Pará. Como se sabe, os incentivos da Coroa para o cultivo do anil naquele estado, a substituição do cravo-verdadeiro pelo pau de cravo nativo amazônico e o uso de companhias de comércio privilegiadas realizando atividades paraestatais de fomento, defesa e financiamento do estado eram realidades na capitania do Rio Negro na segunda metade do século XVIII. As oscilações dos preços do cacau na Europa e a competição com o cacau da Venezuela reverberavam na capitania.

As conexões da nova capitania estendiam-se, portanto, muito além do norte do continente. Enquanto artigos como a manteiga de tartaruga, farinha de peixe, farinha de mandioca e tabaco da capitania do Rio Negro circulavam no mercado interno, outros como cacau, salsaparrilha e cravo⁸ eram exportados (via Portugal) para a Inglaterra, portos italianos e alemães, Holanda, França, Rússia e Barbária (norte da África). Os súditos indígenas, maioria absoluta da população, organizavam as expedições de coletas dessas drogas do sertão e cultivavam (além dos gêneros de subsistência) café para o comércio, enquanto os ouvidores produziam relatórios periódicos detalhando a produção das povoações indígenas da capitania.⁹ A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com acionistas dos dois lados do Atlântico, conectava firmemente Cachéu e Cabo Verde a Belém, Tabatinga e Vila Bela do Mato Grosso.

⁸ O cravo da Amazônia era uma espécie vegetal completamente diferente do cravo-da-Índia. Tratava-se, na verdade, de um sucedâneo: uma casca de árvore nativa que tinha um aroma semelhante ao cravo-da-Índia.

⁹ Ofício do ouvidor e intendente geral do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], de 3 de setembro de 1762. AHU, Rio Negro, cx. 2, doc. 113.

Considerações finais

O processo de invasão, colonização, destruição e recriação de sociedades na Amazônia cortou ou redefiniu muitas conexões culturais e de trocas materiais e estabeleceu outras. Tudo isso pode ser percebido tão-somente pelos catálogos das capitanias do Pará e do Rio Negro do acervo do AHU-Resgate. Apenas este acervo é capaz de testemunhar as configurações das economias coloniais, das fronteiras entre os domínios coloniais (e, posteriormente, dos estados nacionais), do despovoamento e do repovoamento da região, que seriam ininteligíveis sem a compreensão das histórias conectadas que se transformavam, se desfaziam e se refaziam com a formação de um mercado internacional de produtos tropicais como o cacau, o anil, o cravo, a copaíba e a salsaparrilha.

Apesar da evidente assimetria das relações coloniais, essas conexões não eram vias de mão única. As fronteiras coloniais não eram definidas apenas nas cláusulas dos tratados europeus sobre o reconhecimento de domínios coloniais no Novo Mundo, mas necessariamente levavam em conta o *status quo* entre as potências rivais na América, que dependia de alianças ou hostilidades com povos indígenas em cada região. O governador Mendonça Furtado inquiriu os “práticos do país” (brancos e mestiços moradores, comerciantes, funcionários e militares experientes) sobre suas opiniões a respeito do Tratado de Madri.

Instituições internacionais, integradas por pessoas de diferentes nacionalidades, como a Companhia de Jesus (até 1759) ou a Ordem do Carmo, atuavam tanto nos rios Madeira, Amazonas e Negro quanto na China, Índia e Angola. O padre jesuíta, João Daniel, e o governador Mendonça Furtado, na década de 1750, comparavam as condições de trabalho dos missionários católicos portugueses com os seus homólogos na Amazônia sob o domínio espanhol. Mendonça Furtado recorria a autoridades do pensamento teológico-jurídico espanhol (como Solórzano) para formular as políticas indi-

genistas portuguesas expressadas no Diretório dos Índios.

Engenheiros alemães, matemáticos e astrônomos italianos e húngaros foram contratados pela Coroa portuguesa para atuar nas comissões demarcadoras na década de 1750. O militar Manuel da Gama Lobo D'Almada, nascido no enclave português de Mazagão, em pleno Marrocos, depois atuando na construção da fortaleza de Macapá e, finalmente, na comissão demarcadora de limites na década de 1780 e encerrando a carreira como governador do Rio Negro, é um exemplo da mobilidade geográfica de um determinado grupo de pessoas entre os domínios ultramarinos.

É a partir dessa grande mobilidade e das vastas conexões materiais, culturais e políticas – tanto as pré-coloniais quanto as coloniais – que se pode enxergar a gênese das sociedades amazônicas atuais e o papel que a capitania do Rio Negro exerceu na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. A dispersão dos acervos desta capitania em diferentes instituições de guarda de *corpora* documentais, no Brasil e no exterior, revela uma capitania situada em um dos rincões estruturados por e estruturantes de uma história moderna conectada.

Bibliografia

MENDONÇA, M. C. de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

1.3. A coleção Carlos Estevão de Oliveira do Museu do Estado de Pernambuco

**George F. Cabral de Souza
(Universidade Federal de Pernambuco)**

O estudo dos povos indígenas nos espaços colonizados pelos portugueses e hoje compreendidos no território do Brasil tem avançado significativamente nas últimas décadas. A ampliação das abordagens históricas nessa temática, tradicionalmente vinculada aos estudos da antropologia, se deve, entre outras razões, à percepção de que os povos indígenas brasileiros não foram meramente objeto de intervenção dos “homens brancos” (primeiros os colonizadores, depois os próprios brasileiros). É ponto pacífico que os indígenas, a despeito de suas fragilidades, se colocaram (e se colocam) como atores históricos, exercendo uma agência que, frequentemente, procura pôr em prática estratégias que compensem situações de desvantagem frente a seus opositores. Em outras palavras, os povos indígenas, ao longo de nossa história, procuraram aguerridamente defender sua própria sobrevivência frente ao avanço (ainda hoje em curso) das correntes invasoras dos territórios ancestralmente ligados a estas populações.

Acreditamos que não seria equivocado relacionar esta mudança de perspectiva na historiografia aos avanços conquistados, em termos legais, principalmente por ocasião da promulgação da Constituição de 1988, que preconiza em seu artigo 231 que os indígenas possuem direitos originários que devem ser defendidos pela União. A passagem destes direitos da teoria para a prática depende do próprio reconhecimento histórico destas populações e das violências e expropriações secularmente praticadas contra elas. Nesse reconhecimento, a pesquisa histórica se soma aos estudos antropológicos e arqueológicos para identificar e analisar dados e elementos cruciais na legitimação de reivindicações e na própria auto-

percepção de populações indígenas remanescentes. É animador constatar que cada vez mais indígenas têm se engajado no esforço de recuperar e divulgar a história e a cultura de suas comunidades, dando ainda mais força e densidade ao diálogo com o nosso passado ancestral.

Na aproximação à história indígena o pesquisador frequentemente se depara com a ausência de documentação ou com fontes produzidas por observadores não indígenas. Nesses casos, é comum que os relatos produzidos sejam enviesados por incompreensões culturais ou puramente por preconceitos. A busca por outras fontes, ou por uma leitura crítica das fontes se coloca, portanto, como um cuidado indispensável no trabalho do historiador. Nessa perspectiva, o uso de elementos de cultura material permite aceder a aspectos da vida cotidiana, da ritualística e da arte no âmbito de diferentes vivências humanas. Importantes acervos com bens culturais de populações indígenas foram formados ao longo do tempo, de diversas maneiras e com distintos objetivos, e se colocam hoje à disposição dos pesquisadores, tanto para a construção de exposições como para subsidiar estudos.

Ressaltamos aqui uma importante coleção formada entre 1908 e 1946 pelo advogado e folclorista pernambucano Carlos Estevão de Oliveira, hoje pertencente ao Museu do Estado de Pernambuco. Nascido no Recife em 1880, formou-se em Direito depois de ter abandonado o curso de Medicina no terceiro ano. Era pessoa de ampla cultura humanista, interessando-se por música e poesia, chegando a legar composições inspiradas em melodias tradicionais populares e algumas trovas. Carlos Estevão de Oliveira transferiu-se para o Pará em 1908, procurando escapar às perseguições políticas movidas contra a família em decorrência dos posicionamentos políticos de seu pai. Lá, ocupou vários postos administrativos, tanto na capital, Belém, como em outros municípios. Após a Revolução de 1930, foi nomeado diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi pelo interventor federal no Pará, o major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Realizou um

intenso trabalho de melhorias e expansão do museu que dirigiu efetivamente até o final de 1944, quando por problemas de saúde se licenciou das funções. Não obstante, continuou, oficialmente, como diretor até sua morte em 1946.

Desde sua juventude, ainda em Pernambuco, Carlos Estevão de Oliveira dedicou atenção aos estudos sobre populações indígenas do seu estado natal e de Alagoas e norte da Bahia. A partir dessas experiências, foram quarenta anos de observações e pesquisas, especialmente sobre os povos que estão mais ameaçados de desaparecimento. Uma vez radicado no Pará, continuou recolhendo informações com indígenas nos deslocamentos pelo interior, inclusive peças das culturas materiais de diversos povos indígenas. No total são 3.224 peças etnográficas e arqueológicas e um conjunto de cerca de 1.500 fotografias, além de documentos que dão testemunho dos povos pesquisados e das práticas etnológicas da primeira metade do século XX.

Catálogo publicado em 1980 informa que os objetos são de 54 grupos distintos, incluindo, entre outros, os Tukuna (Alto Solimões, Amazonas); os Urubu-Kaapor e os Rakomkamekra-Canela (Maranhão); os Parucutó do rio Jamundá e os Apinakás do rio Tapajós (Pará); os Apinajés (atual Tocantins) e os Masakari (da Bahia/Minas Gerais). Vê-se, portanto, que o Museu do Estado de Pernambuco preserva um acervo precioso cuja abrangência contempla e conecta diferentes estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. O conjunto de peças abarca 406 miniaturas antropomórficas esculpidas, cestaria, objetos cerimoniais, bastões de dança, ornamentos corporais, máscaras e colares. Também foram recolhidas armas: são arcos, flechas, tacapes, zarabatanas, lanças e machados de pedra que somam 844 peças. Na categoria de têxteis se incluem saias, braçadeiras, redes e tangas. Finalmente se destaca uma grande variedade de instrumentos musicais, tanto de percussão, como de sopro. São flautas, apitos, buzinas, maracás, chocalhos e tambores.

Outra parte importante da coleção recolhida por Oliveira são os artefatos marajoaras. Ele foi o primeiro a pesquisar em numerosos sítios arqueológicos situados na ilha de Marajó. Entre os locais examinados por Oliveira na referida ilha destaca-se o Teso do Severino. Os tesos eram aterros realizados pelas populações marajoaras nas áreas alagadiças da ilha. Essas estruturas podiam alcançar grandes dimensões e contém sepultamentos e depósitos de objetos cerâmicos. Juntamente com as peças de Marajó, objetos da região de Santarém e Maracá compõem um conjunto de 149 exemplares cerâmicos, vários deles inteiros e de grande beleza plástica.

A coleção contém ainda fotografias e documentos. Essa parte do acervo está diretamente vinculada à aproximação estabelecida entre Carlos Estevão Oliveira e o renomado pesquisador Curt Nimuendajú, nascido Curt Unckel em Jena, Alemanha, em 1883. Em 1903 migrou para o Brasil e aqui se aproximou dos povos indígenas que durante algum tempo estudou, como autodidata, ainda na Alemanha. Acabou sendo adotado por uma família Guarani em São Paulo e modificando o nome de família. Em 1913 deslocou-se para o Pará. Viveu as últimas três décadas de sua vida pesquisando os indígenas, especialmente da região Norte, mas com passagens por outras regiões do Brasil, inclusive por Pernambuco. Nimuendajú e Oliveira se conheceram em Belém e passaram a se corresponder e a intercambiar informações. Por intermédio de Nimuendajú, Oliveira conheceu numerosos indígenas que se deslocavam à capital paraense. Mediante estes contatos, Oliveira recolheu uma parte considerável das peças que integram a coleção presentemente incorporada ao Museu do Estado de Pernambuco, assim como as fotografias e documentos produzidos por Nimuendajú.

Um dos bens culturais de maior importância repassados por Nimuendajú para Oliveira é o mapa etnolinguístico produzido pelo pesquisador alemão. A peça em papel canson tem quase quatro metros quadrados de área e foi produzida em 1936. As anotações feitas à mão por Nimuendajú

dão indicações sobre mais de 40 famílias linguísticas e dados cronológicos e de deslocamentos de cerca de 1.400 povos. O mapa toma por base de localização as bacias hidrográficas e as unidades administrativas da época, tendo o cuidado de indicar que populações já não existiam mais naquele momento.

O Museu do Estado de Pernambuco foi criado em 08 de fevereiro de 1929, pelo mesmo ato que criou a Inspetoria de Monumentos do estado. Funcionou inicialmente na cúpula do Palácio da Justiça, último grande edifício neoclássico do Recife que foi inaugurado em 07 de setembro de 1930. O museu foi aberto ao público na mesma data, no entanto, suas coleções começaram a ser formadas a partir de 1928, quando o estado de Pernambuco adquiriu o acervo colecionado pelo comendador José Ferreira Baltar. O conjunto incluía pinturas de Telles Júnior, uma rica e diversa coleção de iconografia pernambucana dos séculos XVII ao XIX e objetos etnográficos coletados junto a povos indígenas amazônicos. Importante destacar que o Museu do Estado de Pernambuco aglutinou em seus princípios uma parte significativa do acervo de um museu que existia no Liceu de Artes e Ofícios, formado a partir da Sociedade de Artistas Mecânicos (fundada em 1836). Após sua abertura, dezenas de instituições públicas e privadas doaram peças antigas ao museu. De várias igrejas do Recife e de outras localidades foram retirados ex-votos e pinturas. Particulares também destinaram um importante número de peças, incluindo mobiliário, pintura e coleções numismáticas. Em 1940, o museu foi transferido para um palacete oitocentista do bairro das Graças, a antiga residência de Augusto Frederico de Oliveira, filho do Barão de Beberibe, personagem vinculado ao comércio de escravizados no século XIX.

Mas voltemos aos objetos indígenas amazônicos da coleção do Comendador Baltar. São aproximadamente 250 peças que incluem objetos utilitários, máscaras, brincos, tangas, cocares, instrumentos musicais e armas recolhidas entre os Karajás, Cachibés e Anurinus, para além de exemplares de

cerâmicas marajoara. Sobre tais objetos, não se sabe quase nada. Sua inclusão no acervo do nascente museu estadual atendia ao desejo de contar com elementos de cultura material dos povos anteriores à chegada dos colonizadores. Como as populações remanescentes em Pernambuco naquela altura eram consideradas muito “aculturadas”, lançar mão dos objetos amazônicos poderia garantir uma amostra mais “pura” da produção material dos povos ancestrais.

A primeira exposição do museu deu grande destaque aos fatos históricos pernambucanos, mas, por influência de Gilberto Freyre, também contava com uma seção de etnografia, algo pioneiro em termos de concepção museológica no Brasil. Aos objetos etnográficos do comendador Baltar se juntaram os da coleção Carlos Estevão de Oliveira, agrupados ao museu após sua morte. Formou-se, assim, um conjunto notável de elementos de cultura material passíveis de serem objeto de análises de pesquisadores com diversos interesses. O acervo etnográfico também tem um enorme potencial para ações educativas por intermédio da realização de exposições. Assim, para além dos aspectos atinentes às populações indígenas, a própria formação do acervo e das peças que compõem o museu pode ser alvo de investigações de pesquisadores, a exemplo do tema das conexões intelectuais entre o que hoje são Norte e Nordeste do Brasil, mas também os intercâmbios de saberes entre pesquisadores e povos indígenas.

Por exemplo, a Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira foi objeto de um grande projeto coordenado pelo Professor Renato Athias (UFPE) com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Um dos produtos desse trabalho foi a realização de exposições das fotografias da coleção nas próprias aldeias indígenas onde os registros haviam sido feitos. A análise das fotografias indica que parte importante delas foi feita por Curt Nimuendajú que as repassou para Carlos Estêvão de Oliveira. Uma das exposições foi realizada na aldeia dos

Rakomkamekra-Canela (Maranhão) com intensa participação da comunidade.

Com o apoio da FACEPE foi possível estabilizar e dar melhores condições de conservação aos originais (que se encontravam muito fragilizados) e elaborar reproduções que foram levadas para o antigo posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) na localidade. O espaço também foi recuperado no âmbito do projeto para receber a exposição. Os indígenas puderam então retomar o contato com antigas festividades realizadas pelos seus antepassados e que caíram em desuso. Trata-se do ritual do Kokrit, que contava com a confecção de máscaras específicas para o momento. Segundo os promotores da exposição, os habitantes mais idosos reconheceram pessoas e gestos fixados nas fotografias, reativando memórias que estavam adormecidas há muitas décadas. Dessa maneira, o acervo da Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira, além dos valores intrínsecos como cultura material, visual, museológica, ganha vida, corpo e alma indígenas e materializa as conexões históricas, antropológicas e as diversas formas de contato pacífico entre populações indígenas e não indígenas, com respeito à diversidade das várias maneiras de ser índio.

Nessa direção, o grande acervo etnográfico de povos indígenas presente no Museu do Estado de Pernambuco continua à espera de novas investigações e de novas ações de divulgação, especialmente junto aos próprios indígenas. Após a perda dos bens culturais outrora conservados no Museu Nacional, coleções como as que estão preservadas na referida instituição assumem uma maior relevância, especialmente quando os ataques aos povos indígenas se intensificam e suas conquistas duramente alcançadas se veem ameaçadas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BARROS, Nilvânia Amorim de. *Os Canela-Ramkokamekrá, sentidos e mediação através das relações com seus objetos*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2018.
- BARROS, Nilvânia Amorim de; ATHIAS, Renato; MELO, Wilke Torres de. Espaços de memória e identidade: três exposições com fotografias do acervo etnográfico Carlos Estevão de Oliveira. *Revista AntrHopológicas*. Ano 16, vol. 23(2), 2012, p. 98-132.
- CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade. A Inspetoria de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Fundaj, 2014.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues. *Talento e atitude. Estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

1.4. Entre muitos papéis: negócios e amizade nos acervos documentais da cidade de Goiás

**Maria Lemke
(Universidade Federal de Goiás)**

Capitania central da América lusa, Goiás tinha amplitude territorial considerável. Nos séculos XVIII e XIX, avizinhava-se a várias outras: Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Bahia e Maranhão.¹⁰ O ouro encontrado na região foi responsável por movimentar as relações entre essas capitânias. O trânsito de homens, mulheres, mercadorias e ideias foi constante. Tudo isso deixou registros nos mais variados tipos documentais espalhados em vários arquivos goianos. Não obstante a quantidade expressiva de documentos, os períodos colonial e imperial têm recebido pouca atenção de pesquisadores; em parte por desconhecimento, de outra, pela dispersão documental em vários arquivos. No intuito de contribuir para alterar o quadro, este capítulo apresenta alguns arquivos na cidade de Goiás e aspectos da organização dos principais fundos e séries e, concomitantemente, formula sugestões de pesquisa.

É comum adentrarmos em arquivos e nem sempre nos darmos conta do que são documentos de arquivo. De forma resumida, podemos caracterizá-los como aqueles gerados para atender a uma necessidade, para provar algo; este valor primário dos documentos cede ao valor secundário que atende a nós, pesquisadores. Pode parecer óbvio, mas é importante lembrar que refletem a existência do Estado, a vida e a organização de uma dada sociedade. Atestam a existência institucional de uma pessoa, grupo, suas relações administrativas, políticas, econômicas, sociais, jurídicas. Podemos afirmar, portanto, que os arquivos provam relações entre

¹⁰ Essa extensão se expressa até na divisão eclesiástica. A comarca do Norte estava subordinada ao bispado do Grão-Pará; Vila Boa e a parte Sul eram vinculadas ao bispado do Rio de Janeiro.

pessoas e entre pessoas e instituições num determinado momento.

Arquivos históricos, sobretudo os anteriores ao período republicano, além da passagem do tempo e o consequente desaparecimento de parte de sua massa documental, expressam a hierarquização, a estratificação social, a mobilidade social e física. Permitem problematizar, a partir da própria frequência com que pessoas e grupos produzem documentos, sua teia de relações. Como arquivos da capitania fronteira de Goiás demonstram, pessoas com maior mobilidade física, como mercadores, homens de negócio, por exemplo, contam mais frequentemente na documentação do que suas mulheres ou filhos menores e, evidentemente, mais do que escravos.

Para demonstrar a importância de arquivos locais para conhecer fluxos e intercâmbios entre Goiás e outras capitânicas, este capítulo apresenta dois arquivos existentes na cidade de Goiás e seus principais acervos (documentos que formam um arquivo): o Arquivo do Museu das Bandeiras e o Arquivo Frei Simão Dorvi. O primeiro caracteriza-se pela expressiva documentação fazendária que mantém sob sua guarda e, recentemente, recebeu a documentação do Cartório do Primeiro Ofício daquela cidade. Ambos têm em suas coleções vasta documentação cartorária: libelos cíveis, procurações, escrituras de compra e venda, cartas de alforria, processos-crime, entre outros. Em ambos os casos, possuem fundos com parte de seu acervo constituído de documentos avulsos que, apesar disso, permitem estabelecer várias conexões entre Goiás e aquelas que foram para suas capitânicas/províncias vizinhas.

Arquivo do Museu das Bandeiras – ArqMuBan

O prédio onde se encontra o Arquivo do Museu das Bandeiras foi construído durante a governança de João Manuel de Mello, na década de 1760. No século XX, nos anos da dé-

cada de 1930, ocorreu a transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Com esta mudança, a câmara municipal foi transferida em 1937, mas a cadeia, que funcionava no prédio da câmara, funcionou até 1950, quando foi definitivamente cedida ao SPHAN para dar lugar ao museu. Tal divisão trouxe consequências para o acervo documental. No ArqMuBan a documentação é majoritariamente fazendária, mas a administrativa encontra-se no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, situado na Praça Cívica, em Goiânia. O desmembramento do acervo ocorreu na década de 1940, após a transferência da capital para a recém-criada Goiânia.

Apesar do desmembramento, o ArqMuBan reúne uma ampla gama de fundos documentais que refletem os contextos e as atividades que os geraram. Fundos documentais são resultado da organização dos acervos de acordo com tipos de documentos, períodos históricos etc., e são elaborados por arquivistas. Assim, os acervos e os fundos documentais dos arquivos também demonstram momentos históricos e escolhas dos profissionais arquivistas. No ArqMuBan, o Fundo Colônia possui atualmente 25,72 metros lineares de documentos, abrange as datas-limite de 1736 a 1822 e está dividido em sete séries: Contadoria, Secretaria, Armazéns Reais, Casas de Fundição, Vedoria, Iconografia e Apoio à Pesquisa. Na série Contadoria constam dossiês sobre impostos diversos que incidam sobre: bens de raiz, décimas, dízimos, entradas, escravos, dívidas, subsídio literário, entre outros. Na Série Armazéns Reais há registros de carga e descarga, fardamento de guarnições, ofícios e ocupações.

Na Série Casas de Fundição estão as interessantes anotações sobre os materiais para fundição, carga de ouro, folhas de pagamento, correspondência oficial, bem como as denúncias de extravio do ouro; não custa lembrar que uma das casas de fundição foi instalada no arraial de São Felix, muito mais perto do Maranhão do que da própria capital, Vila Boa. Isto revela, por exemplo, o intercâmbio entre Goiás e Maranhão e a possibilidade de conhecê-lo por meio do

acervo do ArqMuBan, mas pouco sabemos sobre aquela estreita relação.

Na Série Secretaria há relações dos vários impostos cobrados à época, dízimos sobre gado *vacum* e *cavallar* e também os impostos sobre escravos, guias, requerimentos e sizas (um tipo de imposto) de escravos ladinos; relativa aos anos de 1770 a 1722 consta ainda a documentação do imposto de permuta dos viandantes e a “relação dos viandantes” que, aos interessados, pode ajudar a rastrear pessoas (quer grandes negociantes de grosso trato, quer mascates). Uma pesquisa que pode servir de inspiração sobre os viandantes do caminho é a de Isnara Ivo para o sertão da Bahia.

De igual modo, uma pesquisa que se voltasse às companhias militares, os regimentos de pardos e pretos forros; o que eram, quem compunha, como era organizada e qual a atuação dos “praças fixos de pé de castelo” nos presídios de Manoel Alves Grande, Araguaia e Santa Maria do Araguaia? Uma característica que merece menção é que há menções desses praças apenas para essa região limítrofe. Disso se formula uma questão: por que apenas lá esses praças foram instalados? Uma pesquisa cujo escopo são as forças militares nas áreas fronteiriças entre Maranhão, Goiás, Bahia e Minas Gerais como a desenvolvida por Francis Cotta focada em Minas Gerais, ainda está por ser feita. Salvo melhor juízo, nem para o período colonial, nem sobre o imperial, há pesquisas sobre o tema referentes àquela região. O que sabemos, enfim, das cadeias, cárcereiros e encarcerados nas cadeias mais ao Norte? Salvo engano, até o momento, nada... e isso pode ser estendido até o período republicano. O ArqMuBan pode ajudar os pesquisadores, portanto, a conhecer diferentes conexões entre capitânias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nunca é demais lembrar que o trânsito de pessoas da antiga monarquia pluricontinental portuguesa de Antigo Regime ligava pontos que iam de Macau, na Índia, aos mais longínquos sertões do Brasil. Do mesmo modo, o ir e vir de pessoas testemunhados pelos documentos arquivísticos conectavam capitânias e províncias do

Estado do Brasil e dos Estados do Grão-Pará e do Maranhão. O mesmo pode ser dito para os períodos imperial e republicano brasileiros.

Nesse sentido, nota-se que o Fundo Império agrega mais de 177 metros lineares de documentos. Merece destaque a Série Ministério da Guerra: expedições militares, destacamentos, armazém de artigos bélicos, os presídios e colônias (no sentido de colonização agrária), forças de linha e forças fora da linha. Poderíamos, enfim, saber o que eram e como se organizavam o Batalhão de Caçadores, o Corpo de Caçadores a Cavalo e o Caçadores da Montanha, separados em caixas específicas. Atenção poderia ser igualmente dedicada às expedições de Goiás a Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, neste caso as ligações se estendiam ao sul do Brasil. Também neste fundo há documentos relativos aos presídios de Jurupensém, Monte Alegre, São José do Araguaia, São José dos Martírios, Chambioás, São Félix, Nova Belém. Como era organizado o recrutamento e quais seus corpos militares? Qual seu raio de atuação? Havia fugas para as províncias vizinhas? Ora, fugas para outras províncias do império e batalhões de caçadores também eram parte das ligações intraprovinciais, reatualizando os trânsitos herdados do período da América portuguesa.

Evidentemente, informações do ArqMuBan, um arquivo local, devem ser cruzadas a outros documentos de outros arquivos para que os fortes vínculos entre as capitanias do Centro-Oeste com as do Norte e Nordeste, entre outras ligações, possam ser percebidos. Um bom caminho, por exemplo, é cruzar informações onomásticas nos catálogos (guias para o pesquisador) dos diferentes arquivos.

Poderíamos, por exemplo, conhecer um pouco mais sobre a vida de famílias como a do capitão Francisco Pereira Caldas que, na documentação do AHU, aparece solicitando confirmação de cartas-patente: de tenente em 1799, de capitão em 1800 e a de coronel em 1806; evidentemente, trata-se de sua ascensão social observada a partir de suas patentes militares. Em 1831, escreveu a seu xará Francisco Bueno de

Azeredo, morador em Cuiabá, oferecendo uma de suas filhas legitimadas, educadas por sua legítima esposa, para casar e “tomar conta da Caza do Cuyabá donde tenho ainda muito negócio”. Reforçando seu *status*, afirmou: “Sou bom pay e você pode contar com toda a minha proteção”.¹¹ No ano seguinte, estava tudo arranjado. Na documentação cartorária existente agora no ArqMuBan, Caldas iniciou, pelo menos, uma dezena de libelos nos quais cobrava dívidas. O prestígio que alcançou em Goiás teria se estendido ao Mato Grosso? Seu genro teria se tornado compadre do governador, como fez Caldas em Goiás? Uma pesquisa que conectasse esses homens de negócio e suas estratégias em diferentes praças mercantis ainda está por ser feita.

Por exemplo, na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), sediado em Lisboa, Portugal, são recorrentes as denúncias de governadores e de ouvidores enriquecendo com o negócio da escravidão. Por volta de 1760, o governador Dom João Manoel de Mello denunciava seu antecessor, Dom Álvaro Xavier Botelho de Távora (1756-1759), que teria se valido do capitão-mor Francisco Xavier Leite de Távora para vender um dos maiores comboios de negros trazidos da Bahia. De uma só vez teriam sido mais de 770. Segundo o governador João Manoel de Mello, o conde teria enriquecido com a prática de negociar pretos.¹² Por seu turno, João Francisco Salgado, morador no Sertão do Urucuya, no norte da capitania buscava, na década de 1770, ele próprio, os escravos para sua fazenda de gado. Ora, pesquisas que conectem a documentação fazendária (explanada acima) com a existente no Arquivo Público do Estado da Bahia, poderão trazer à lume o abastecimento de escravos para a extensa capitania de Goiás. Eram trazidos em comboios ou em pequenas levas? As denúncias contra governadores e seus

¹¹ Arquivo do Museu das Bandeiras -ArqMuBan, documentos do Cartório do Primeiro Ofício em organização. Pacote 1830.

¹² Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Administração Central-ACL, Conselho Ultramarino-CU 008, cx. 17, doc. 986.

apaniguados seriam verdadeiras ou produto de inimizades e perseguições? O que sabemos, enfim, das classificações e do vocabulário de identificação da escravaria e dos viandantes que saíam da Bahia, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro? Como não poderia deixar de ser, a escravidão e o tráfico de cativos conectaram as capitanias de Goiás com outras e os acervos de diferentes arquivos, como os do AHU e do ArqMuBan, são a prova de tal vínculo.

O ArqMuBan recebeu, nos últimos anos, duas importantes coleções. A do Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás (1750-1909) e a Coleção Escrituras e Testamentos do Arrayal do Meia Ponte (1755-1828), ambas possuem uma rica documentação que, tal como a mencionada no item anterior, foi pouco pesquisada. Nas coleções dos dois cartórios encontram-se os livros de nota que, além de registros de compra e venda de terras, de escravos, doações, cartas de alforria, escrituras de perdão e procurações, os saborosíssimos libelos cíveis, libelos de injúria atroz, libelos de crime, processos de rescisão de liberdade, autos de penhora de bens, ações de crédito, dentre outras. Cruzar os nomes das pessoas presentes nestes documentos com os do AHU, por exemplo, demonstra que pesquisar em arquivos dispersos em diferentes estados e países não é um obstáculo, mas, sim, um meio possível de conectar Goiás, Maranhão, Bahia, Pará etc., sobretudo se os acervos estiverem *on-line*.

Livros de notas, por exemplo, contém uma quantidade substantiva de procurações. Procuradores eram instituídos para cuidar de negócios de moradores de Goiás em outras capitanias, por exemplo. Pessoas das mais diferentes qualidades tinham negócios em outras cidades. Fica para nós a pergunta: o que teria levado Manoel da Rocha Magalhães a fugir de Vila Boa para Grão-Pará deixando para trás todos os seus bens, inclusive escravos? João Machado Souto, seu sócio, concedeu alforria ao crioulo Pedro em 1799. Quatro anos depois, o dito Magalhães continuava foragido, mas nem por isso seu “preto” Joaquim nagô deixou de receber a carta de alfor-

ria.¹³ A liberdade, tal como o tráfico de cativos e a escravidão, também conectava diferentes relações intra-capitaniais.

No porto do Pará o capitão Manoel Camelo Pinto trazia ou mandava trazer vinho. Muito vinho. Mas, no ano de 1815, ele mandou notificar seu sócio Pedro José Rodrigues, pois, por não ter cuidado quando atracou no porto de Santa Rita, a água do rio teria levado embora algumas canoas. Não foi pouco o vinho perdido. O documento refere-se a várias garrafas de “vinho de Lisboa”, 150 garrafas de vinho do Porto, 153 garrafas de vinho Branco entre outras. Se sabemos da sociedade de Manoel e Pedro José em Goiás, permanecemos sem saber sobre as negociações, a distribuição das mercadorias nos portos de entrada, os trâmites dessas mercadorias, inclusive barras de ferro, da cidade costeira até o sertão de Goiás.¹⁴ É de se supor que, se mesmo ainda em fins do período colonial, Pará e Goiás se conectavam pelo comércio de vinho, tais elos devem ter sido intensos ao longo do século XVIII, mas só a pesquisa e o cruzamento de informações documentais de arquivos paraenses e de arquivos goianos trarão melhores respostas.

Arquivo Frei Simão Dorvi e suas fichas nominais

Boa parte do acervo documental existente no Arquivo Frei Simão Dorvi foi coletada pelo frei Simão Dorvi, na década de 1960, durante suas viagens às paróquias da diocese de Goiás. Nessas ocasiões, recolhia documentos das mais diferentes categorias e espécies, incluindo as de natureza eclesiástica. Após sua partida à Itália, o acervo recolhido por ele transformou-se no arquivo que leva seu nome. Atualmente, os documentos eclesiásticos foram destinados ao Arquivo da Cúria da Diocese de Goiás e lá se encontram as milhões de

¹³ ArqMuBan, Livro de Notas 1800-1804, folhas 167v e 176v-177, respectivamente.

¹⁴ ArqMuBan, pacote 1815, Notificação do capitão Manoel Camelo Pinto contra Pedro José.

fichas nominais que ele catalogou ao longo de sua vida em Goiás.

Já nos anos de 1980, foi fundado o arquivo “Frei Simão Simão”. Neste, também se encontram livros de notas, processos-crime, penhora de bens, mandados de soltura, libelos de injúria, livros de autuação, cartas de alforria, petições de clemência, traslados de cartas inquisição, atas do conselho municipal. Vale mencionar que parte da documentação relativa ao Hospital São Pedro de Alcântara está neste arquivo, atestando as características dos acervos espalhados na cidade de Goiás. Boa parte da documentação, incluindo processos-crime, inventários e testamentos, foi agrupada em códices encadernados na década de 1960-70. Entretanto, esse encadernamento não obedeceu a nenhuma organização tipológica. Ou seja, num mesmo códice é possível encontrar tanto processos-crime quanto autos de injúria e procurações.

Tal como no ArqMuBan, no Frei Simão há documentos gerados por diferentes organismos. Neste também estão os gerados pela câmara municipal e os documentos mais antigos desta coleção datam de 1740. No ArqMuBan, além de instrumentos de pesquisa, algumas coleções já começaram a ter suas tipologias digitalizadas, como as do Cartório do Primeiro Ofício e os testamentos e livros de notas do antigo arraial de Meya Ponte.

Cabe lembrar que as ações de frei Simão não se refletiram apenas na formação do acervo do arquivo que leva seu nome. No Arquivo Geral da Diocese da Cidade de Goiás há quase dois milhões de fichas organizadas onomasticamente, separadas por batismos, casamentos e óbitos referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Estes documentos paroquiais, principalmente casamentos, podem auxiliar muito na compreensão do fluxo intercapitanias. Se o ArqMuBan contempla, sobretudo, comerciantes, os arquivos paroquiais e o acervo do arquivo Frei Simão tornam possível aferir as pessoas que migravam das capitanias do norte e do nordeste para a de Goiás, uma vez que registros de casamento frequentemente

informam a naturalidade dos noivos e mesmo a de seus pais. Sendo assim, a documentação organizada por frei Simão contempla algo essencial: o fluxo de pessoas que vinham das capitanias do norte e do nordeste para Goiás que se fixavam nesta capitania do Centro-Oeste.

Desta forma, tanto as relações sob o ponto de vista institucional quanto as relações entre pessoas entre diferentes capitanias podem ser aferidas por arquivos locais cujas informações devem ser relacionadas com as de outros arquivos. Não custa lembrar que todo documento de arquivo reflete a organização de uma sociedade, seus fluxos, suas conexões. Isso implica, entre outras coisas, ter em relevo que, no caso dos arquivos relativos goianos aos séculos XVIII e XIX, a ausência maior ou menor de determinados sujeitos (na falta de melhor expressão) reflete a própria vida em sociedade da América portuguesa escravista do Antigo Regime. Senhores de escravos, homens de negócio, deixarão mais registros do que mulheres e escravos, por exemplo. Ademais, muitos daqueles registros não sobreviveram ao tempo nem ao des-caso de autoridades. Por outro lado, as fichas de casamento abarcam mulheres, e os batismos abrangem seus filhos e os cativos.

Portanto, apesar das limitações, ainda é possível encontrar registros sobre as relações tecidas por pessoas de diferentes grupos sociais entre Goiás e outras capitanias/provín-cias como Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Grão-Pará e Maranhão.

Negócios, trapanças, abandono, casamentos arranjados, escravidão, fugas e liberdades são algumas das situações que conectaram os sertões de Goiás ao litoral e a rincões mais distantes do Norte e do Nordeste, entre outras paragens.

Bibliografia

COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

CAPÍTULO 2

Caminhos e roteiros

Maria de Fátima Costa
(coordenadora)

2.1. De rio a rio, de Mato Grosso ao Pará, a epopeia dos anônimos

Maria de Fátima Costa
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Durante o século XVIII, a principal rota de comunicação e comércio da capitania de Mato Grosso e Cuiabá era o caminho fluvial que ligava a sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, à cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (hoje Belém); daí, via Atlântico, a Lisboa. Tratava-se de um longo itinerário realizado por três rios da bacia Amazônica – Guaporé, Mamoré e Madeira – e, no final, pelo próprio Amazonas. Essa rota havia sido descoberta e até cartografada na década de 1720, mas, por força do alvará régio de 1733, se manteve fechada até 1752, quando seu uso foi franqueado. É dela que tratarei neste capítulo. Com base em alguns relatos legados por aqueles que no século XVIII transitaram por esse trajeto, procurarei traçar um panorama geral do percurso, das embarcações, da viagem e, principalmente, dos anônimos personagens que deram seus saberes e sua força física a esse caminho – e, muitas vezes, nele pereceram.

A oportunidade do caminho

Situado na região que hoje é denominada de Centro-Oeste do Brasil – entre os estados de Mato Grosso e Rondônia –, esse caminho de águas era objeto da disputa fronteiriça que espanhóis e portugueses travavam em meados do Setecentos. Próximas às margens ocidentais dos três citados rios estavam as missões jesuítas de Chiquitos e Moxos (Alto Peru, hoje Bolívia), e os religiosos costumavam navegá-los em busca de anil, cacau, cravo, salsaparrilha e outras “drogas do sertão”, tendo, inclusive, fundado uma missão, a de Santa Rosa, na margem oriental do Guaporé em 1743, destruída pelos portugueses.

Desde o final da década de 1730, conquistadores lusos vindos das Minas do Cuiabá chegaram ao vale do Guaporé e ali encontraram ouro de ótima qualidade; logo abriram lavras, junto às quais foram fundando arraiais. Por ser uma zona de vegetação mais densa que o cerrado cuiabano, deram ao lugar o nome de Mato Grosso. Para consolidar a conquista desse rico território, situado muito próximo ao Alto Peru, a Coroa portuguesa criou em 1748 a capitania de Mato Grosso e Cuiabá e, em 1752, mandou erigir, à beira do Guaporé, Vila Bela da Santíssima Trindade para ser a capital da recém-criada capitania. Vale explicar que durante o século XVIII e até meados do XIX o topônimo Mato Grosso correspondia exclusivamente à região guaporeana, enquanto Cuiabá definia o território banhado pelos rios da bacia do Paraguai, daí o nome dual de capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

Construída à margem oriental do Guaporé, a vila-capital teria como caminho natural para se comunicar com o Pará – e, daí, com Lisboa – as águas contínuas daqueles três rios amazônicos. Porém, impedidos pelo alvará de 1733, os habitantes de Mato Grosso eram forçados a escoar o ouro extraído de suas lavras e adquirir os produtos de que precisavam – provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia

– através da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, fundada em 1719 (hoje Cuiabá), distante da capital por pouco mais de cem léguas, percorridas via terrestre. Esse comércio, entretanto, nunca conseguiu atender às necessidades dos moradores do Guaporé, além disso, os preços aplicados eram exorbitantes.

Diante de tal situação, apesar da proibição, o caminho fluvial que interligava Vila Bela ao Pará era bastante utilizado. Por ele se contrabandeava o ouro, se comercializava todo tipo de mercadoria através da praça de Belém e, até mesmo, com o Alto Peru. Isso, inclusive, ocorria com o beneplácito das autoridades lusitanas.

De fato, essa via era muito importante para as duas capitanias envolvidas, pois a rica Vila Bela, além do ouro – que também era usado como moeda – quase nada produzia. Ali, tudo – desde os menores utensílios para uso cotidiano, passando pelos alimentos, tecidos, ferramentas e, claro, escravizados – tinha de ser trazido de fora. E o comércio de Belém teria como suprir essas carências. Por isso, os administradores, tanto de Mato Grosso como do Pará, fizeram seguidas solicitações às autoridades de Lisboa para que franqueassem o caminho por aqueles rios. Contudo, o governo metropolitano persistia em mantê-lo fechado; receava que a população do Pará fosse seduzida pelo ouro cuiabano e mato-grossense e, ademais, temia que os moradores do Alto Peru se aventurassem a minerar e ali também fundassem povoações.

Vale lembrar que essas questões ocorriam quando Portugal e Espanha estavam negociando um acordo para redefinir os limites entre seus territórios coloniais – principalmente aqueles localizados na América Meridional. Nessas negociações, um dos eixos norteadores era o *uti possidetis*: princípio jurídico originário do direito romano que reconhecia a posse do território àqueles que efetivamente o tivessem ocupado. Assim, para garantir para si as auríferas terras do Guaporé, os lusitanos deveriam evidenciar a sua presença

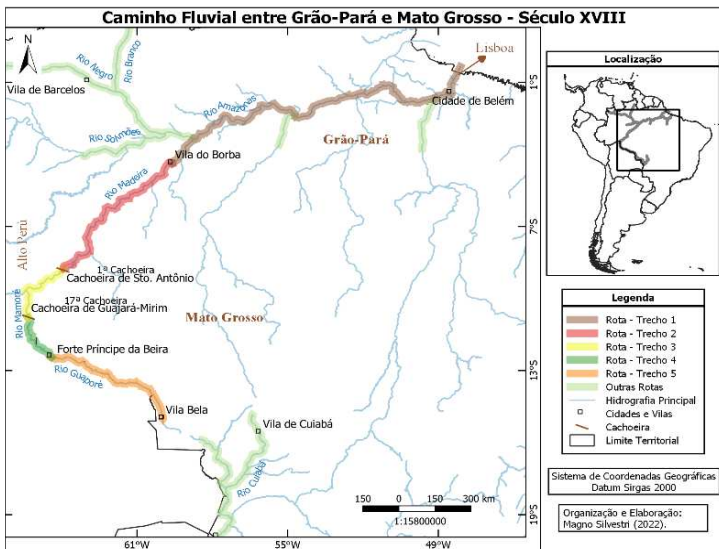
colonizadora naquela área, o que ficaria mais explícito se o caminho estivesse em uso. É nesse contexto que em 1752 – dois anos após as Coroas ibéricas terem assinado o Tratado de Madri – a via entre Mato Grosso e Pará foi aberta, sendo, inclusive, até 1791, a única permitida. Sem dúvida, esse caminho deve sua existência ao ouro de Mato Grosso e à proximidade com a fronteira espanhola.

O caminho, a viagem e os viajantes

O trajeto fluvial entre Mato Grosso e Pará perfazia uma via contínua de 770 léguas e era formado por rios geologicamente jovens, de leitos rochosos e desnivelados, de águas volumosas e muito velozes, que, em muitas partes, se acidentavam formando pequenas e grandes precipitações. *Grosso modo* – tomando-se como ponto de partida Belém –, esse trajeto pode ser dividido em cinco trechos, de acordo com suas grandes paradas: do porto de Belém a vila do Borba, situada a 26 léguas da foz do Madeira; de Borba a cachoeira de Santo Antônio, a primeira do rio Madeira; dessa cachoeira até a de Guajará-Mirim, a última do Mamoré; daí até o forte Príncipe da Beira e, finalmente, desse forte ao porto de Vila Bela (mapa)¹⁵. Um caminho longo, perigoso, doentio e dispendioso.

¹⁵ Deixo meu muito obrigado ao Prof. Dr. Magno Silvestri (UFMT) pela confecção desse mapa.

Figura 1 - Caminho fluvial entre Grão-Pará e Mato Grosso - século XVIII



Fonte: Prof. Dr. Magno Silvestri (Universidade Federal de Mato Grosso)

Para cumprir tal trajeto, considerando uma viagem de ida e volta, gastava-se de dez a doze meses. Desses, sete a oito eram consumidos na ida, quando se transitava rio acima, em contracorrente; e três a quatro meses de volta, quando se navegava seguindo o fluxo natural das águas. Mas há de se considerar que esse tempo não podia ser calculado de forma rígida, pois dependia, dentre outros fatores, da sazonalidade das águas, do tamanho da caravana, da perícia e das condições da tripulação, da presença defensiva de indígenas e das doenças que ordinariamente acometiam a tripulação. Atravessava-se uma região considerada insalubre, na qual sezões eram companheiras fiéis dos que nela se aventuravam. A situação agravava-se pela crônica falta de alimentos que ocorria a partir da metade do caminho, e pela tensão devido aos possíveis ataques de Mura ou de Munduruku. Porém, o pior momento era a passagem pelos trechos encachoeirados.

Os relatos que descreveram esse caminho são unânimes em pormenorizar as dificuldades para vencer esse trecho, um percurso de setenta léguas, no qual havia dezessete precipitações, doze delas só no Madeira – 1ª. Santo Antônio, 2ª. Macaco, 3ª. Salto, 4ª. Morrinhos, 5ª. Caldeirão do Inferno, 6ª. Jirau, 7ª. Paredão, 8ª. Pederneira, 9ª. Araras, 10ª. Ribeirão, 11ª. Misericórdia e 12ª. Madeira –, mais cinco no curso do Mamoré – 13ª. Lajes, 14ª. Pau Grande, 15ª. Bananeira, 16ª. Guajará-Açu, 17ª. Guajará-Mirim. Para vencê-las, gastava-se de dois a três meses, sendo necessárias a força e a perícia de mais de uma centena de homens, sempre indígenas e negros escravizados.

Embora fossem comumente chamadas de cachoeiras, algumas dessas precipitações eram apenas corredeiras. Entretanto, independentemente de sua configuração, todas ofereciam perigo e cobravam muito trabalho daqueles que queriam ultrapassá-las. Nas menores e de pouco declive, as canoas podiam passar a remo, a vara ou até a vela – como na de Guajará-Mirim –, com todos os passageiros e mercadorias a bordo. Mas nas maiores era imprescindível o uso da sirga, corda que, da canoa, se amarrava em algum ponto fixo na margem, quase sempre numa grande árvore, e, pela força dos braços e firmeza das pernas dos tripulantes, se arrastava a embarcação, vencendo a correnteza. E havia cachoeiras, como a do Ribeirão, nas quais era preciso fazer uso dessa técnica duas ou até três vezes. Este era um procedimento muito perigoso, corria-se o risco de a corda arrebentar – fato que não era incomum –, sendo o desastre iminente; a canoa rodava e espatifava-se nas pedras, com pouca chance de sobreviventes.

Figura 2 – Vista da sirga cachoeira Pederneira, 1789



Fonte: José Joaquim Freire (1760-1847). Vista da sirga cachoeira Pederneira, 1789. Lápis e aquarela sobre papel, 17,0 x 37,4 cm. Museu Bocage, Lisboa.

Comumente, para vencer essas passagens, seja com o uso de vara ou de sirga, as embarcações tinham de ser descarregadas, ficando a meia carga ou totalmente vazias. Porém, havia precipitações maiores, pelas quais era impossível passar; nesse caso, as canoas eram descarregadas e varadas – ou seja, tiradas da água e arrastadas por um caminho de terra –, e sua carga levada também por terra, às costas dos tripulantes. Isso ocorria, por exemplo, na “grandíssima” cachoeira do Salto, na da Bananeira e na do Jirau. Nessas ocasiões, as embarcações sofriam muitas avarias e tinham de ser reparadas antes de voltar à água. Algumas vezes era preciso substituí-las, e os tripulantes, então, entravam na mata em busca da árvore adequada para derrubá-la e construir uma nova canoa. Esse trabalho, além de força, exigia o conhecimento adequado.

Não é difícil imaginar o tempo e o esforço que tudo isso demandava, ainda mais porque ao chegar nesse trecho a tri-

pulação já estava exausta, mal alimentada e quase sempre mortificada pelas sezões. Esse foi o caso, por exemplo, da tripulação que pilotou os barcos nos quais viajava a Comissão Demarcadora de Limites que, entre 1781 e 1782, percorreu aquela via para reconhecer a linha de fronteira. Sabe-se que durante a passagem da cachoeira do Ribeirão, dos cem indígenas que a Comissão havia contratado, apenas vinte e seis estavam com saúde, mas, dentre os enfermos, quarenta e cinco tiveram de descarregar as canoas, entrar no rio com água a repique, sirgar por três vezes e ainda arrastar as canoas pelo varadouro. Feito isso, seguiram em frente para ultrapassar as precipitações restantes.

Para tentar amenizar a rudeza desse trajeto, povoar e proteger a fronteira, o governo lusitano criou alguns núcleos de povoamento. No rio Madeira, fundou uma povoação próxima à cachoeira de Santo Antônio, no lugar de uma antiga missão jesuítica. Também perto da Cachoeira do Salto foram feitas tentativas; inicialmente o juiz de fora Teotônio Gusmão criou um povoado e, depois, missionários buscaram aldear índios Pama, mas tiveram de abandonar o projeto pelos constantes ataques dos Mura. E nas proximidades da cachoeira do Jirau se estabeleceu a povoação de Balsemão. Já no Guaporé – onde esteve a missão espanhola de Santa Rosa –, foi construído o forte de Bragança e mais tarde, um pouco mais acima, o forte Príncipe da Beira. Além desses, foram fundadas a aldeia Lamego, o lugar de Leonil e de Viseu. Apesar desse esforço, os resultados foram poucos. À exceção do forte Príncipe da Beira, onde, de fato, as caravanas encontravam assistência, alimentos e remédios, os demais núcleos populacionais pouco apoio puderam oferecer.

As caravanas comerciais – comboios e comboieiros

Uma viagem num caminho como o aqui apresentado, para dar bons lucros, precisava ser realizada por grupo de pessoas possuidoras de bom cabedal e crédito na praça. Es-

tas se juntavam para formar caravanas comerciais – então chamadas de monções ou, mais comumente, de comboios, e os negociantes se denominavam comboieiros – que partiam de Belém uma vez por ano. Entretanto, nos tempos áureos da mineração no vale do Guaporé (1760-1780), que em parte coincide com o período de funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), houve até duas caravanas por ano. Nesses comboios, por ordem da Coroa portuguesa, sempre havia embarcações régias, nas quais viajavam os funcionários e autoridades, e circulava tudo que fosse de caráter oficial, inclusive o quinto do ouro que era enviado a Lisboa.

Sem dúvida, era um empreendimento desafiador, que exigia coragem, perícia e grande soma de dinheiro. Adquirir, construir e aparelhar embarcações; contratar indígenas ou comprar escravizados; obter víveres, remédios, armas e ferramentas para a passagem das cachoeiras e o conserto ou a fabricação de canoas, tudo isso pressupunha a posse de um grande capital, sem falar no montante empenhado na compra das mercadorias que seriam comercializadas.

A organização dessas monções tinha início com a aquisição das embarcações e a contratação dos tripulantes: guias, pilotos e remeiros. As canoas eram ubás, igarités e botes – de pequeno, médio e grande tamanho, com capacidade variando entre trezentas (as menores) e mil e duzentas arrobas (as maiores) –, próprias para navegar nesses rios. Todas eram aparelhadas com remos, varas e velas. Para tripulá-las eram necessários corpos fortes, mas também pessoas que soubessem ler o ambiente, reconhecer o caminho, interpretar o nível das águas e as condições do vento e definir o período próprio para realizar os percursos, qualidades natas dos indígenas.

Pode-se ter uma ideia de uma dessas caravanas através de anotações deixadas pelos membros da Comissão de Demarcação de Limites, aqui já mencionada. A equipe encontrou-se com um comboio que viajava do Pará a Mato Grosso,

quando atravessou a perigosíssima cachoeira do Salto. Eram treze canoas de médio e grande porte, com mais de mil e duzentas arrobas de peso, que levavam mercadorias avaliadas, no mínimo, em trezentos mil cruzados. Para vencer a cachoeira, essa monção contou com a força de duzentos homens, entre indígenas e escravizados de Cabo Verde e Guiné.

Pela força de indígenas e negros escravizados

A força de trabalho de indígenas e negros escravizados permitiu que os cursos do Madeira, Mamoré e Guaporé se transformassem em via de trânsito. Porém foram os povos de diferentes etnias da Amazônia os que mais trabalharam nessa via, seja como remeiros, pilotos ou práticos. A preferência aos indígenas deve-se, principalmente, à falta de outros braços disponíveis e, ademais, ao conhecimento empírico que tinham das matas, dos rios, e da navegação. Sem eles, não havia viagem. Entretanto, como mão de obra utilizada com maior frequência, também foram os que mais padeceram neste caminho.

Sobre a mortalidade dos indígenas, há no Museu Bocage, Lisboa, um precioso manuscrito da lavra de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista que chefiou a expedição científica conhecida como *Viagem Filosófica* e, entre 1789 e 1791, percorreu essa via, tanto no trajeto de ida como no de volta. Com o título de “Causas das doenças dos Índios”, esse documento traça um perfil do que ocorria com os trabalhadores dos comboios e deixa ver que, mesmo sendo considerados livres, os indígenas não tinham como se negar a viajar. Sua única alternativa era fugir. Conforme o naturalista, as caravanas comerciais causavam verdadeiro terror aos povos indígenas do Pará; a simples convocação era-lhes como uma pena capital. A partir daí, e durante todo o trajeto, procuravam oportunidade para escapar. Muitos conseguiam, embrenhando-se na mata durante a viagem. Mas, para os que permaneciam, a morte era algo real e muito palpável. Para se ter uma ideia, uma monção que

saiu do Pará em 1766 havia contratado 317 indígenas, mas apenas cinquenta retornaram. E a da Comissão que demarcou os limites, que era considerada pequena, deixou Belém com cem índios; desses, trinta e três perderam a vida no caminho.

Tal situação é creditada, entre outras causas, às péssimas condições do trabalho: longas e ininterruptas horas ao remo, durante dia e noite, sob sol, chuva e sereno, sem direito a descanso; falta de vestimentas – cada tripulante tinha um único calção para todo o percurso – e de alimento, pois quando não caçavam ou pescavam, os indígenas recebiam alimentos apodrecidos, nessas circunstâncias eram facilmente acometidos pelas sezões.

Não há dados oficiais sobre o que esse trabalho representou para os povos indígenas da Amazônia. No entanto, considerando que o caminho foi percorrido por mais de cinquenta anos, havendo uma e até duas viagens por ano, que cada uma delas levava mais de uma centena de indígenas, e que destes pelo menos 30% morreram no trajeto, não é difícil ter uma ideia, mesmo que aproximada, da mortandade que causou.

Além deles, como já sabemos, negros escravizados também emprestaram sua força e perderam a vida nessas monções; entretanto, os registros a respeito são mais escassos. Pelo que se consegue apurar, comparativamente, a participação de africanos foi menor que a dos povos originários, quiçá porque – dentre outras possíveis causas – no início de uso dessa rota havia poucos escravizados disponíveis e sua aquisição era cara. Mas, pouco a pouco, eles foram assumindo o papel de remeiros. É possível que essa substituição tenha decorrido da diminuição da população indígena e das sucessivas fugas que promoviam em plena viagem. Em um informe que escreveu em 1797, Francisco de Souza Coutinho, então governador do Pará, recomendou que todos os trabalhos nos comboios fossem realizados apenas por escravizados, reservando aos indígenas as tarefas nas quais ninguém podia substituí-los, as de práticos e pilotos das canoas. Mas isso só aconteceu no período final da navegação por essa via.

À guisa de epílogo

Depois de mais de meio século de contínuas viagens, esse caminho foi perdendo protagonismo. Sua existência esteve vinculada à produção aurífera de Mato Grosso e à definição da fronteira entre a América portuguesa e as terras espanholas do Alto Peru. Porém, naquele final do Setecentos, mesmo ainda havendo conflitos, a fronteira estava praticamente consolidada, e o ouro rareava nas lavras de Mato Grosso. Como ato reflexo, o sempre difícil e perigoso trajeto através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé entrou em desuso. Ademais, em 1791 uma nova via fluvial ligando Mato Grosso ao Pará foi aberta, utilizando os rios Tocantins e Xingu, e, no início do XIX, o trajeto também podia ser realizado pelas águas do Arinos e do Tapajós. Sem a riqueza mineral, Vila Bela – que sempre teve um clima insalubre – entrou num processo de despovoamento. Em contrapartida, a vila de Cuiabá cresceu em importância; em 1818 foi elevada à condição de cidade e, anos depois, em 1835, tornou-se a capital da província de Mato Grosso.

Bibliografia

- ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. “Diário do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do Rio Negro até Villa Bela, capital do governo de Matto Grosso”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, Tomo XX, 1857, p. 397-432.
- RODRIGUES FERREIRA, Alexandre. *Causas das doenças dos Índios*. Manuscrito, sem data. Museu Bocage, Ms. ARF 20.
- SILVA PONTES, Antônio Pires. “Diário de Viagem”. In: CARNEIRO DE MENDONÇA, Marcos. *Rios Guaporé e Paraguai. Primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica XEROX, 1985, p. 155-186.
- SOUZA COUTINHO, Francisco. Informação sobre o modo por que se efetua presentemente a navegação do Pará para Mato Grosso [...]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, 1840, Tomo II, p. 291-314.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. “O comércio e as rotas fluviais na sociedade guaporeana colonial”. *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, set., nº 13, vol. II, 1998.

2.2. Os caminhos de James W. Wells por Goiás e Maranhão: de Pedro Afonso a Arari

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
(Universidade Estadual do Maranhão)

O início do século XIX foi de muitas “descobertas” para as autoridades portuguesas sediadas no Maranhão. Provavelmente, a maior delas foi o sertão do centro-sul da capitania, com tudo o que nele continha. Os sertanejos rios Grajaú, Mearim e Itapecuru possibilitaram que mercadorias circulassem entre São Luís, a capital, e o interior, e de lá até Goiás, através das águas do rio Tocantins, no trecho entre Goiás e Maranhão, incrementando as rotas comerciais e fazendo circular pessoas, mercadorias e ideias.

Esses percursos, que envolviam trechos terrestres e fluviais, também eram trilhados por viajantes vindos de lugares mais distantes. Um deles foi James William Wells (1847-1902), que no ano de 1875 realizou o trajeto entre Pedro Afonso (Goiás) e Arari (Maranhão).

O inglês Wells chegou ao Brasil ainda muito jovem, como membro da equipe de engenheiros da *Public Works Construction Company*, de Londres. Recém-formado, imaginava fazer fortuna aqui. Sua empresa havia sido contratada pelo império brasileiro para realizar o levantamento de possíveis itinerários para o último trecho da ferrovia Pedro II, que deveria atingir os vales dos rios Paraopeba (MG) e São Francisco (MG e BA), até Pirapora (MG). A intenção era integrar as linhas férreas à navegação fluvial.

O percurso traçado por Wells jamais foi construído, uma vez que outra rota, pelo vale do rio das Velhas (MG), foi a escolhida. Entretanto, o viajante contou suas andanças nas páginas do livro *Exploring and travelling three Thousand miles through Brazil*. [Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão], publicado em 1886, simultaneamente, na Inglaterra (Londres) e Esta-

dos Unidos (Filadélfia), e traduzido ao português em 1995. Essa obra traz informações preciosas sobre o trajeto. Neste ensaio, vamos tratar do caminho entre Pedro Afonso (Goiás) e Arari (Maranhão), com base na descrição que James William Wells legou nas páginas do seu livro, uma vez que esse é o único registro escrito sobre essa rota, que também foi usada comercialmente.

De fato, muito do que se conhece do Brasil – principalmente da parte interior, o chamado “Brasil mais profundo” – nos foi transmitido por viajantes, estrangeiros ou nascidos aqui. Esses exploradores andaram por trajetos até então conhecidos somente pelas populações indígenas, esquadrihando quase todos esses “brasis”. Como resultado, legaram-nos conhecimentos relativos à geografia, cultura, história e costumes dos habitantes.

A historiografia do Maranhão não tem tradição em pesquisar a literatura de viajantes. É muito provável que o primeiro estudo sobre o tema tenha sido *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*, de José Ribamar Caldeira, publicado em 1991. Depois, juntaram-se a ele Pachêco Filho (2010) e Ramos (2017), entretanto nenhum desses autores mencionou esse engenheiro inglês.

O caminho: rota de pessoas, comércio e ideias

Travessa dos Gentios, Porto Franco e finalmente Pedro Afonso foram os nomes dados ao núcleo populacional fundado pelo frei Rafael Taggia em 1845, às margens do rio do Sono, em terras do povo Xavante, em Goiás. Para povoá-lo, o mesmo frei mandou buscar cinco mil indígenas na vila do Riachão, Maranhão, abrindo para isso uma via de comunicação entre o norte de Goiás e o sul do Maranhão.

O lugar cresceu rapidamente e logo o caminho percorrido por esses indígenas pelo rio Tocantins, entre Carolina, no Maranhão, e Pedro Afonso, se tornou uma ativa rota comercial. Através dela, marcharam criadores de gado, aventurei-

ros, homens e mulheres escravizados, estes levados por seus proprietários.

Os moradores de Pedro Afonso adquiriam em Salvador ou em São Luís os produtos de que necessitavam. A capital baiana era alcançada via navegação no rio do Sono (Goiás) e com o uso de tropas de burros em alguns trechos, até chegar a Juazeiro-BA, de onde se rumava a Salvador. Já para chegar à capital do Maranhão utilizava-se o caminho que será realizado por Wells, como falaremos a seguir.

Havia um intenso comércio entre o norte goiano e o sertão maranhense, que exportava e importava seus produtos pelo rio Grajaú. Pedro Afonso, em Goiás, e Grajaú, no sul maranhense, eram dois grandes empórios regionais. Mas os produtos comprados na capital baiana chegavam a ser trinta por cento mais baratos que os importados de São Luís.

Tropas de burros chegavam a Grajaú com couros de animais silvestres e de gado, malva, penas, óleo de copaíba, algodão, arroz e babaçu, e voltavam carregadas de produtos como sal, querosene, tecidos, cutelaria, vinhos, cervejas, biscoitos e pólvora. Para se ter uma ideia, Grajaú comercializava com seus “vizinhos” trinta mil paneiros de sal por ano, comprados na capital. Toda essa mercadoria chegava através do rio Grajaú e seguia rumo ao Tocantins, onde era embarcada para as diversas vilas do norte goiano, como Boa Vista e, em especial, Pedro Afonso. Vale observar que o norte de Tocantins (à época Goiás) e o sul maranhense ainda hoje são regiões agropastoris. Como mencionado acima, a única descrição desse trajeto foi legada por James W. Wells, aqui tomado como guia.

De Pedro Afonso-GO a Carolina-MA

Navegando o rio do Sono, Wells partiu de Pedro Afonso em 30 de abril de 1875, e fez uma viagem relativamente tranquila até Carolina. Ele e sua tripulação percorreram o trajeto em uma balsa de buriti, que aos poucos foi encharcando de

água e apresentando alguns perigos, principalmente nas descidas das corredeiras. Ao longo do percurso foi preciso fazer reparos na embarcação. Como sabemos, em determinados trechos as balsas eram empurradas a varas, o que exigia extrema habilidade de seus pilotos. Wells chegou a afirmar que a descida do rio do Sono mais parecia um piquenique rústico, exceto na estreita e perigosa cachoeira que tinha o sugestivo nome de Apertada Hora.

O engenheiro nomeou os rios encontrados ao longo do percurso, mencionou um ou outro ribeirão, descreveu os armazéns e os víveres que estavam à venda, narrou a quantidade de índios com os quais se deparou, falou da paisagem, singularizando a vegetação, que às vezes comparou com a do rio Tâmis, em seu país natal; também relatou as cadeias montanhosas nas proximidades do Maranhão, enaltecendo a beleza de um trecho da viagem. Mas, por outro lado, Wells também registrou suas reclamações em relação aos moradores, que sempre lhe perguntavam sobre sua vida pessoal, sobre o que fazia, quanto ganhava, quem lhe pagava, deixando o engenheiro mal-humorado.

Wells desembarcou em Carolina, às margens do rio Tocantins, em 7 de maio de 1875 e de imediato procurou o juiz local para explicar o projeto de viagem ao Pará. O interlocutor, entretanto, o dissuadiu – informando-o das fortes corredeiras, do período adverso para a viagem, das febres e da varíola – e o aconselhou a ir por via terrestre até a cidade de Grajaú, de lá descer o rio de mesmo nome e, por ele, alcançar a capital maranhense, uma vez que de São Luís seria fácil dirigir-se a Belém por via marítima. O viajante, mesmo contra a vontade, acatou o conselho.

Enquanto preparava a sua viagem, Wells foi hóspede do promotor e procurou participar da vida social da cidade. Carolina era uma cidade sossegada, tinha por volta de mil habitantes, mas durante as festas era invadida por pessoas que vinham do campo, os sinos dobravam, a lua e as fogueiras iluminavam a tudo e a todos; cachaças, batuques, o estourar de

foguetes, as danças duravam toda a noite. Durante sua estada, o inglês teve oportunidade de participar de festas, como a do Divino Espírito Santo e a de Nossa Senhora do Rosário, promovidas pelos negros. Admirou-se ao ver um casal de africanos vestidos como imperador e imperatriz – ele, com o uniforme de oficial do exército brasileiro.

Dentre as danças a que assistiu, a do cacuriá o deixou horrorizado, com os movimentos sinuosos dos corpos, que, segundo ele, ofuscavam os do cançã francês. Vale observar que o cacuriá chama atenção ainda hoje, por seus versos de duplo sentido e pela habilidade de seus dançarinos.

Mas, em meio às festas, chegou enfim o dia da partida. Era 26 de maio de 1875. Wells havia finalmente adquirido os animais necessários – dois cavalos para a montaria e dois para o transporte da carga – e teria como companheiro de viagem o juiz de Carolina. Dava-se início a uma jornada deveras atribulada. Os problemas tiveram início já à saída; os animais não chegaram na hora prevista, além da demora devido às longas despedidas do magistrado. Tudo isso só alimentava o mau humor do engenheiro, a ponto de não lhe permitir perceber a fragilidade das montarias que havia adquirido, o que se tornou perceptível durante o trajeto.

De Carolina a Grajaú

Partiram! Viajaram por cinco horas ininterruptas, cavaleiros e animais descansados, e às dezenove horas pararam para o primeiro pouso. A estrada era precária, às vezes até inexistente. Em alguns trechos foi preciso abrir caminho na mata. À medida que o deslocamento avançava, o terreno se apresentava ora arenoso, ora entrecortado de longas planícies e profundos vales, cascalhos, pedras grandes e pequenas, brejos, riachos, córregos, rios maiores e menores – é um sertão de águas. A primeira noite dormiram num modestíssimo alojamento, o único disponível.

No segundo dia, chegaram à fazenda Angelino. O local era propriedade de um negro que havia sido escravizado na juventude e, com a morte de seu proprietário, fora alforriado. Tendo iniciado a vida em condições precárias, sem estudos e sem dinheiro, a persistência no trabalho possibilitou uma verdadeira transformação na existência de Angelino. O homem administrava a fazenda com dois filhos e às vezes com alguns trabalhadores mediante pagamento. Wells se entusiasmou com o ex-escravizado. A fazenda possuía moenda, cana-de-açúcar – produzia rapadura – e mil e duzentas cabeças de gado; além disso, a casa era limpa.

Entretanto a viagem devia prosseguir. Entre as cidades de Carolina e Grajaú, o trecho mais difícil foi, sem dúvida, a travessia da Serra da Cinta. Os animais, de tão cansados, começaram a cair e se recusaram a levantar. O cavalo do juiz foi o primeiro a sucumbir, outro animal só foi conseguido três dias depois, mas, invocando sua condição social, o magistrado passou a viajar no cavalo de seu empregado, que continuou o trajeto a pé. Descidas e subidas íngremes, muitas pedras pequenas e grandes, trilhas perigosíssimas, com tudo isso os animais tropeçavam e caíam. Além disso, fatigados da longa jornada e do sol inclemente, se fazia necessário constantemente retirar-lhes as cargas para tornar mais suportável o calor.

Vencidas todas as dificuldades inerentes àquela travessia, a viagem continuou com alguns da comitiva “batendo poeira” – ou seja, andando a pé. O próprio Wells caminhou por dois dias, pois seu cavalo de montaria, que ainda não estava tão cansado, foi revezado com o animal de carga, para que os mantimentos e instrumentos não ficassem pelo caminho. Já o juiz, como era conhecido na região, nunca ficou sem cavalos.

Depois de atravessarem o ribeirão Juçara, o engenheiro percebeu a presença de cobre e de basalto, cujas rochas vão até Grajaú. Mais adiante, tomou um banho em um riacho que ele não soube nomear, provavelmente o riacho Barbosa, almoçaram e, depois do meio-dia, iniciaram a descida

da Trizidela. Estavam no vale do rio Grajaú, atravessaram o rio de águas rasas e chegaram ao centro da cidade. Wells a comparou à Cidade da Bahia, por ter uma parte baixa e outra alta. Rumo à casa do juiz da comarca de Grajaú, Cândido Pereira Lemos, o viajante pôde constatar a variedade do comércio local, as diversas vendas, armazéns gerais, casas confortáveis; havia mais vida e movimento que em Carolina. O calendário marcava o dia 3 de junho de 1875.

De Grajaú a Arari

Wells se demorou pouco em Grajaú, o tempo suficiente para contratar remeiros e piloto, alugar um barco e comprar mantimentos para a viagem, nos quais incluiu: *ale de Tendant*, biscoitos *Huntley and Palmer*, fósforos *Bryant e May*, sardinhas, frutas desidratadas francesas, vinho português, querosene americano, velas de carnaúba, feijão, farinha, carne seca, porco salgado, sal, açúcar, café e cachaça.

Em 6 de junho, depois de alugar uma igarité, contratar um piloto e três remeiros partiram pelo rio Grajaú rumo à cidade de Arari. Os passageiros eram o próprio Wells e seu criado Bob, o juiz e seus três serviçais. A felicidade da partida fez o inglês achar o rio muito bonito e realçar a imponência das gameleiras, das barrigudeiras, dos paus d'arcos roxos. Wells voltou a ver beleza como havia visto no cerrado entre Carolina e Grajaú, e foi descrevendo a copa das árvores, a mata ciliar, as variedades de bambus, que para o sertanejo são, simplesmente, tabocas.

O barco navegava a mais de cinco quilômetros por hora. Fizeram uma curta jornada, saíram próximo das quatro horas apenas para satisfazer o desejo do estrangeiro de livrar-se das visitas indesejadas e das perguntas inconvenientes. Se o sofrimento da travessia da Serra da Cinta havia feito nosso viajante refletir, o que estava por vir o faria arrepender-se do trajeto escolhido. Pararam para o pouso pouco depois das seis horas da tarde. Limparam a beira do rio, acenderam a fo-

gueira, prepararam o jantar, comeram e armaram suas redes. A noite seria longa, exceto para o juiz, que usava um mosquiteiro; os demais, especialmente Wells, passaram a noite a “brigar” com as nuvens de mosquitos – insetos que infestam o rio Grajaú até hoje.

No dia seguinte iniciaram a viagem também às quatro da manhã; ao meio-dia, Wells avistou um alto rochedo de pedra branca, reconheceu ser gipsita – Grajaú é o segundo pólo gesseiro do Brasil. A viagem avançava, as dificuldades aumentavam. Bancos de areia, árvores submersas, mosquitos. Por volta das oito horas da noite, os homens precisaram usar machados para soltar o barco, que ficou preso em um imenso galho coberto pelas águas. Liberado o barco, resolveram parar e dormir. Repetiram todo aquele ritual já descrito, e a quantidade de mosquitos era tão grande que obrigava os homens a se enterrarem, deixando apenas a cabeça de fora, mesmo assim coberta com um pequeno pano.

À proporção que os mantimentos comprados em Grajaú iam terminando, eram substituídos por animais silvestres abatidos a tiros por Wells, e por peixes, pescados pela tripulação. A quantidade de piranhas era tamanha no rio Grajaú que quase sempre, quando limpavam os animais abatidos, o sangue na água atraía as piranhas, que atacavam vorazmente e conseguiam ficar com a caça. Jacarés, piranhas, mosquitos, malária, ataques de índios – que se vingavam dos constantes assassinatos perpetrados pelos tripulantes que os matavam a tiro por divertimento – foram perigos constantes aos navegantes do rio Grajaú até a metade do século XX. Wells, ao saber durante a viagem que em Barra do Corda havia barco a vapor que fazia viagens para Arari, lamentou profundamente não ter conhecimento disso antes da partida de Grajaú.

O rio Grajaú é por demais sinuoso, o que faz quadruplicar a distância para qualquer destino. O inglês constantemente lamentava o fato de os proprietários de barcos que navegavam o ano inteiro não limparem o rio das árvores caídas

e submersas, que atrasavam as viagens, ou de não abrirem canais – os navegantes no Maranhão chamam de “furo” – para encurtar distâncias. Era comum deixarem o cozinheiro, no início da manhã, em uma determinada curva e encontrá-lo na hora do almoço, a poucos metros do local. Esse rio tem 783 quilômetros, e a viagem feita por Wells totalizou aproximadamente 680 quilômetros. Para o visitante inglês, todos os trabalhadores eram bastante preguiçosos. Ao deixar as águas do rio Grajaú, o explorador lamentou profundamente ter vivido tal experiência.

Finalmente, o engenheiro navegava pelo rio Mearim, onde o Grajaú deságua. Mudou a paisagem, a largura do rio e sua profundidade; a terra foi inundada. O inglês não sabia, mas era a influência da maré que diariamente fazia o Mearim sair de suas margens. Em 17 de junho de 1875, chegou a Arari e foi à procura do capitão José Antônio Soares, para entregar-lhe sua carta de apresentação. Encontrou-o em seu armazém que cheirava a tudo, menos a uma casa limpa. O capitão e comerciante o conduziu à parte superior da habitação e o fez esperar enquanto ele terminava de concretizar um negócio.

As imensas dificuldades vivenciadas por Wells eram conhecidas desde 1812, uma vez que foram postas em relatório por Antônio Francisco dos Reis¹⁶, e eram bem menores que aquelas enfrentadas por quem sobe o rio. Por volta de 2008, colhi depoimentos de vareiros que me disseram colocar os mortos, durante a viagem, em suas redes, com seus pertences – no máximo um calção e uma camisa grosseiros –, e pendurá-los em árvores, porque durante as cheias não conseguiam enterrar seus companheiros em terra firme. Na próxima viagem, quando passavam pelo local do “sepultamento”, viam as árvores cheias de urubus e a rede vazia.

James William Wells embarcou para São Luís em 20 de junho de 1875, chegando ao destino dia 24 do mesmo mês,

¹⁶ Antônio Francisco dos Reis foi um militar português que “descobriu” o rio Grajaú e por ele desceu a 11 de março de 1811.

véspera de São João. Pouco tempo depois viajou até Juazeiro, na Bahia. Em seguida foi para o Rio de Janeiro e preparou seu retorno a Londres, sem, no entanto, ter conseguido implantar linhas férreas no Brasil como pretendia.

Considerações finais

Os rios Tocantins e Grajaú continuaram “encurtando” distâncias entre o norte de Goiás, Salvador e São Luís até meados do século passado. O percurso permaneceu quase o mesmo feito por James William Wells, mas os viajantes passaram a contar com cidades em locais antes inimagináveis. Somente a abertura de uma estrada, na década de 1960, ligando Belém a Brasília, foi capaz de modificar a rota comercial e o modal de transporte aqui narrados. Saímos da navegação fluvial e do transporte feito em lombo de burros para caminhões e estradas de asfalto. Hoje, praticamente não há navegação fluvial nesses rios, entretanto, balsas e pontes ainda ligam o norte de Goiás (hoje Tocantins) ao Maranhão.

Bibliografia

- CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: Edições AML: Sioge, 1991.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Francisco de Paula Ribeiro: um militar a serviço da Coroa portuguesa no sul da capitania do Maranhão. In: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo. (orgs.) *Estratégias de poder na América portuguesa: dimensões da cultura política (séculos XVII-XIX)*. Imperatriz: Ética, 2010.
- RAMOS, Samara de Almeida. *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão*. TCC (Curso de História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís. 2017.
- REIS, Antônio Francisco dos. *Relação do Rio Grajaú: suas margens, vertentes, ribeiras, morros matas e campinas*. Rio de Janeiro – RJ, Fundação Biblioteca Nacional, 1812-07, 1, 004.
- WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Tradução Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

2.3. Através do Xingu: caminhos reais e caminhos imaginados ao longo de um rio esquecido

Kelerson Semerene Costa
(Universidade de Brasília)

A bacia hidrográfica do Xingu ocupa uma superfície com cerca de 509 mil km² e se estende no sentido sul-norte desde 15º até 2º de latitude sul, aproximadamente. O rio Xingu tem cerca de 1.815 quilômetros de extensão, nasce na porção norte do estado de Mato Grosso e deságua no rio Amazonas, nas proximidades da cidade paraense de Porto de Moz. De acordo com as diferentes características do seu leito e dos terrenos que atravessa, os hidrólogos dividem o seu curso em: alto (das nascentes até a cachoeira de Von den Steinen, a 10º de latitude sul, pouco antes da divisa entre Mato Grosso e Pará); médio (daquela cachoeira até a povoação de Belo Monte, no Pará); e baixo (de Belo Monte até a foz). O médio Xingu ainda se subdivide em médio superior (até a foz do rio Iriri) e médio inferior (do rio Iriri até Belo Monte).

Apesar dessa divisão, o rio Xingu é um só, nos seus quase dois mil quilômetros de extensão. Mas essa “setorização” do curso importa ao historiador por revelar características do rio – como as condições de navegabilidade em cada trecho – que, efetivamente, exerceram influência sobre o povoamento da região. Por exemplo, a navegação a vapor, que tanto contribuiu para expandir os transportes e as comunicações na Amazônia, não passou, no caso do Xingu, da região conhecida e habitada pelos colonizadores desde o século XVII, indo pouco além da antiga Souzel, atual Senador José Porfírio, no baixo curso. Acima disso, era o “Xingu das cachoeiras”, que tantos obstáculos apresentou ao avanço da fronteira.

Além desses diferentes “setores” estabelecidos pela hidrologia, há outra distinção relevante, que tem a ver com o fato de que o Xingu banha duas diferentes unidades territoriais: Pará e Mato Grosso, divisão que se mantém desde

o período colonial. É claro que os acidentes geográficos não se moldam às divisões políticas do território, ocorrendo frequentemente o contrário, e o rio que nasce no Centro-Oeste é o mesmo que deságua no Norte. Mas, efetivamente, observam-se diferenças nos processos e temporalidades de ocupação do rio numa e noutra unidade do território nacional, que resultam dos distintos processos de colonização.

Quatro grandes bacias hidrográficas – Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins – ligam as regiões centrais ao norte do Brasil. Mas, apesar do enorme caudal que reúnem e dos milhares de quilômetros que percorrem, elas nem sempre funcionaram como efetivas vias de comunicação entre diferentes regiões do país, mesmo nos períodos anteriores a meados do século XX, em que as grandes rodovias ainda não haviam superado em importância a navegação fluvial. Pelas dificuldades da hidrografia ou pelas restrições da política colonial, essas ligações nunca foram plenamente exploradas no sentido de estabelecer constantes e regulares comunicações entre essas diferentes regiões do território brasileiro.

Daquelas quatro bacias hidrográficas, certamente foi a do rio Xingu a que menos se prestou à conexão entre diferentes porções do território brasileiro. Em fins do século XIX, quase trezentos anos depois do início da colonização portuguesa na Amazônia, a situação do Xingu constituía, na opinião de Karl von den Steinen – a quem se atribui a descoberta das suas nascentes, em 1884 –, um paradoxo: como seria possível que um rio tão grande, tão abundante em peixes, com margens tão ricas e com uma foz tão larga e tão próxima da cidade de Belém, fosse conhecido apenas em uma pequena parte do seu curso? Para responder à pergunta do explorador alemão e para saber por que foi a do Xingu a menos frequentada e conhecida, começemos por comparar os processos históricos de ocupação dessas bacias, entre os séculos XVII e XIX.

O Tapajós foi explorado, inicialmente, em seu trecho inferior desde 1626 e povoado por missões religiosas des-

de 1661. A navegação em todo o seu curso só aconteceu em meados do século XVIII, não tendo sido, contudo, um feito de colonos do Pará, que tentavam remontá-lo havia mais de cem anos, mas obra de colonos de Mato Grosso, como resultado da descoberta das minas de Cuiabá e do grande fluxo migratório para o oeste que ela ocasionou, desde São Paulo, levando a tentativas de exploração de ouro no rio Arinos, um dos formadores do Tapajós. Leonardo de Oliveira, experiente explorador de minas, foi o primeiro a percorrer suas cabeceiras, em 1742. Cinco anos mais tarde, em agosto de 1746, João de Souza Azevedo subiu os rios Paraguai e Sepotuba, na bacia do Prata, varou caminho por terra até o rio Sumidouro e, deste, passou ao Arinos, de onde alcançou o Tapajós, chegando a Belém em julho de 1747. Ao revelar o caminho entre Mato Grosso e Pará, a viagem de Souza Azevedo motivou novas incursões, até que, em 1752, liberada a navegação do Madeira-Guaporé – interdita desde 1733 –, proibiram-se as comunicações pelo Xingu e pelo Tapajós, determinação consoante com a política colonial de limitar os caminhos autorizados e assim controlar o contrabando de ouro. Embora muito mais longa e distante de Belém, a rota do Madeira foi preferida pelas autoridades por assegurar a presença portuguesa em área de fronteira com as possessões espanholas e pela intensidade do comércio entre Belém e o rio Guaporé, no auge da mineração.¹⁷ Só em 1790 é que foram novamente liberadas as ligações pelo Tapajós, realizando-se, a partir do início do século XIX, novas tentativas de regularização das comunicações por essa rota, que logo passou a ser empreendida com maior frequência que a do Madeira – mesmo assim, apenas pelos poucos mercadores que a percorriam anualmente.

O estabelecimento da rota não correspondeu rápido e amplo povoamento colonial das margens. Apenas a expansão da extração da borracha, na segunda metade do século XIX,

¹⁷ A ligação entre Mato Grosso e Pará pela rota do Madeira é tema de outro artigo deste volume: “De rio a rio, de Mato Grosso ao Pará, a epopeia dos anônimos”, de Maria de Fátima Costa.

motivaria a formação de povoações acima das primeiras cachoeiras. Antes disso, porém, o limite do povoamento, do lado paraense, era o lugar de Itaituba, fundado em 1812. Devido às dificuldades do percurso, Itaituba passou a servir como ponto de apoio para as trocas entre Mato Grosso e Pará, desenvolvendo-se ali significativa atividade comercial. No outro extremo do baixo Tapajós, na confluência do Amazonas, a cidade de Santarém também assumiu o papel de entreposto desse comércio por meio do qual os cuiabanos procuravam compensar as deficiências de suas ligações com o litoral da Bahia e do Rio de Janeiro. A rota, no entanto, servia não apenas ao comércio com os mato-grossenses, mas também às trocas com os indígenas Munduruku e Maué, envolvendo cravo, salsaparrilha, cacau, guaraná e adornos de penas.

Na primeira metade do século XVII, o rio Tocantins era ainda, para os luso-brasileiros que a partir de Belém davam início à colonização da Amazônia, uma distante fronteira a explorar. Nele se desenvolveu o extrativismo das drogas do sertão e por ele diversos coletores de drogas, bandeiras de apresamento e missionários religiosos navegaram, o que tornou muito conhecidos seu curso principal e a localização de seus afluentes. Assim se explica que, em meados do século XVIII, em seu compêndio sobre a Amazônia, o jesuíta João Daniel descrevesse em detalhes o curso do Tocantins, que, naquele momento, era o mais bem conhecido entre os grandes rios da região. Isso, contudo, não se deve apenas a explorações organizadas desde Belém, mas, também, ao movimento de exploração e povoamento da capitania de Goiás no quadro da expansão aurífera do século XVIII e das expedições paulistas que a precederam e que, desde o final do século XVI, haviam alcançado a confluência do Tocantins com o rio Araguaia, seu principal afluente. Entretanto, o conhecimento resultante de dois movimentos colonizadores relativamente independentes não redundou em tráfego regular entre Goiás e Pará.

Diversos fatores contribuíram para que o Tocantins não exercesse plenamente o papel unificador sugerido por seu

longo curso. Em primeiro lugar, no intuito de coibir o contrabando de ouro, a Coroa portuguesa proibiu, de 1730 a 1782, a navegação entre Goiás e Pará. Além disso, o povoamento de suas margens se limitava ao baixo Tocantins, no Pará, e a seu alto curso, em Goiás, restando entre esses dois polos longas distâncias não ocupadas pelos colonizadores, nas quais os viajantes não encontrariam qualquer suporte para a jornada. Essas regiões desabitadas de colonizadores eram, frequentemente, habitadas por indígenas resistentes às incursões dos colonos, de modo que toda viagem deveria ter também um componente bélico. Outro empecilho é que o Tocantins não é navegável em toda a sua extensão. A exemplo de outros rios que correm do Planalto Brasileiro para o Vale do Amazonas, ele encontra os obstáculos que resultam dessa transição do relevo de terras altas para terras baixas, na forma de cachoeiras e corredeiras.

As cachoeiras eram, também, o limite do povoamento paraense do rio. Ainda em meados do século XIX, sua população se concentrava na parte inferior do curso, entre a vila de Baião – a segunda povoação mais importante do rio, fundada em 1694 – e a baía de Marajó. Nesse trecho, situa-se também Cametá, fundada em 1635. Ademais, até meados dos Oitocentos, as tentativas de povoamento rio acima não haviam ultrapassado a primeira grande cachoeira, chamada dos Guaribas, e nenhuma povoação lograra se consolidar nesse ponto. Os povoados de São Bernardo de Pederneiras (1781), Alcobaça (1782) e Arroios (1793), que serviam como entrepostos militares e fiscais, arruinaram-se e se extinguiram ao longo da primeira metade do século XIX. O povoamento avançou, ainda timidamente, além desse ponto, apenas nas últimas décadas do século XIX, sob o impulso da extração de castanha.

Contudo, as comunicações entre Goiás e Pará eram resstintas, mas não inexistentes. Como o fim da proibição, em 1782, deu-se no quadro do declínio da mineração que levou a uma profunda crise da economia goiana, as trocas comerciais com o Pará e o povoamento das margens do Tocantins

passaram a ser estimulados pelos governantes de Goiás, por todo o século XIX, como meio de impulsionar a economia regional. Os efeitos desses estímulos foram limitados, pois os obstáculos da hidrografia não haviam sido removidos e a resistência indígena persistiu. Mesmo assim, uma navegação mais ou menos regular se estabeleceu. O ponto de contato entre as províncias era o registro de São João do Araguaia, no encontro com o seu maior afluente. Nesse posto extremo, grupos de remeiros goianos se especializaram e desenvolveram, inclusive, técnicas de navegação e de construção naval adaptadas a cachoeiras. Em meados do século XIX, desciam, anualmente, 25 botes conduzindo couros secos e espichados. Na volta, levavam sal, louça, ferragens, fazendas e líquidos. Além dessa navegação quase artesanal, uma linha com embarcações a vapor pelo Araguaia e o Tocantins, entre as imediações da cidade de Goiás e o porto de Belém, operou entre 1868 e meados da década de 1870, instalada pelo presidente de Mato Grosso, Couto de Magalhães, que foi também presidente de Goiás e Pará.

No Xingu, não houve nada semelhante ao que se passou no Madeira, no Tapajós ou no Tocantins, que, bem ou mal, prestaram-se à conexão entre frentes de colonização independentes. Para o Xingu, o problema que se coloca não é tanto o das conexões estabelecidas, mas o da ausência delas – o que fez com que, na segunda metade do século XX, as grandes fronteiras e os grandes territórios ainda por explorar, pela sociedade nacional, não estivessem apenas em suas porções mais ocidentais, mas, sobretudo, no centro mesmo do País.

Foram os holandeses os primeiros europeus a se instalarem no Xingu, pouco acima da foz, no contexto das disputas coloniais pelo controle do rio Amazonas, batidos pelos portugueses em 1625. As missões religiosas também logo se estabeleceram no Xingu. Em 1637, o jesuíta Luís Figueira havia fundado, quatro léguas acima da foz, a aldeia de Maturu – hoje, Porto de Moz. As demais povoações do baixo Xingu – Souzel (hoje, Senador José Porfírio), Pombal e Veiros – tam-

bém tiveram origem em aldeamentos missionários do século XVII. Mas, até a segunda metade do século XIX, exceto por uma missão religiosa que não se manteve, nenhuma povoação havia se estabelecido além da chamada “Volta Grande” – um trecho repleto de corredeiras em que o rio, que sempre corre para o norte, flexiona abruptamente na direção sudeste, depois leste, retomando em seguida a direção setentrional. As corredeiras da Volta Grande foram, por séculos, um obstáculo maior ao avanço da colonização luso-brasileira, e não apenas pelas dificuldades da hidrografia: os cursos médio e superior do rio eram territórios de povos indígenas não incorporados pela sociedade colonizadora – como os Arara, Asuriní, Kaiapó, entre outros –, sendo frequentados também por povos das bacias do Tapajós (Munduruku) e Araguaia (Karajá) que atravessavam os interflúvios em ataques aos habitantes do Xingu, fossem eles indígenas autônomos ou os tapuios das povoações luso-brasileiras. Os tapuios, habitantes típicos da Amazônia até meados do século XIX, eram os descendentes dos indígenas aldeados pelas missões religiosas dos séculos XVII e XVIII, desprovidos das identidades étnicas específicas de seus ancestrais e falantes da língua geral amazônica.

Entretanto, foram empreendidas muitas tentativas para superar a Volta Grande, sempre cortando por terra a “península” que ela forma na margem esquerda, de modo a evitar as corredeiras. Já na primeira metade do século XVIII, os aldeamentos jesuíticos haviam construído uma picada pela mata, saindo do igarapé Tucuruí, que deságua a jusante da Volta Grande, e chegando a um ponto a montante dela. É provável que o jesuíta alemão Roque Hundertpfundt tenha utilizado esse caminho para, em seguida, como relatam as crônicas inacianas, navegar além das primeiras cachoeiras, percorrendo em cinco semanas apenas 150 léguas, em virtude dos inúmeros acidentes que o curso do rio apresenta nesse trecho. O padre Hundertpfundt chegou ao rio Iriri, o principal afluente do Xingu, que deságua na margem esquerda, por

onde navegou durante nove dias, até cerca de 4° ao sul do Equador, o ponto mais avançado até então atingido desde a foz do Xingu. Em 1844, a picada ainda era mantida, de modo precário, pelos poucos habitantes da região e foi usada pela expedição de Adalberto da Prússia. Por então, as principais vilas xinguanas não eram mais que precários empórios de um reduzido extrativismo.

Foi sob o impulso da introdução da navegação a vapor na Amazônia e da expansão da economia da borracha, na segunda metade do século XIX, que novas frentes extrativistas se viram estimuladas a ultrapassar, definitivamente, a “Volta”, e a povoar o médio Xingu com seringueiros e comerciantes. Os vapores navegavam apenas pelo baixo curso. Para alcançar o curso médio e evitar a navegação pela “Volta”, duas estradas ligavam os igarapés Tucuruí e Ambé. Uma – empreendimento de grandes seringalistas, na década de 1880 – percorria 62 quilômetros entre o povoado de Vitória, pouco acima da foz do Tucuruí, e o lugar de Forte Ambé. A outra, conhecida como estrada pública, estava em construção em 1896, quando por lá passou o explorador francês Henri Coudreau: era livre de pedágios, tinha apenas 26 quilômetros de comprimento, mas requeria 44 quilômetros de navegação pelo Tucuruí e pelo Ambé, pois seus pontos extremos estavam mais a montante desses pequenos afluentes do Xingu. Essas estradas, embora superiores à picada dos jesuítas, eram também caminhos difíceis, sinuosos e, em alguns trechos, pantanosos. Mesmo assim, tornaram-se uma alternativa aos perigos da “Volta” e possibilitaram, pelas tropas de muares que os atravessavam, o abastecimento do médio Xingu com alimentos e outros produtos para os seringais, ao tempo em que permitiam também o escoamento da produção de látex. Em 1896, os últimos “civilizados” encontrados por Coudreau habitavam próximo à Cachoeira das Piranhas, pouco abaixo da atual cidade de São Félix do Xingu e muito ao norte dos limites entre Pará e Mato Grosso. Acima desse trecho, o rio era habitado apenas por indígenas.

No extremo sul, o alto Xingu era, por assim dizer, desconhecido e não havia recebido, até o fim do século XIX – e só o receberia pouco antes da metade do século XX –, qualquer movimento de ocupação e povoamento, pelos colonizadores lusos ou pela sociedade brasileira. Era uma região habitada por diversos povos sem contato com a sociedade nacional, a exemplo dos Trumai, Kalapalo, Suiá, Kamaiurá e Kuikuru, entre outros. No Centro-Oeste, as frentes colonizadoras se moveram a oeste, nas imediações de Cuiabá, no Guaporé e, mais tarde, no século XIX, no Pantanal; e a leste, em Goiás, até às margens do Araguaia. O caminho que, desde 1730, ligava Cuiabá à cidade de Goiás passava bem ao sul da bacia do Xingu. Seu alto curso permaneceu ignorado pela cartografia até 1884, quando, partindo de Cuiabá, Karl von den Steinen determinou a localização das nascentes e percorreu toda a sua extensão, elaborando uma carta detalhada do trajeto.

Conexões tão precárias ou mesmo inexistentes ensinaram conexões imaginadas. Além dos planos de navegação dos governantes – não implementados ou malsucedidos –, Henri Coudreau apresentou seu projeto. No artigo “L’Avenir de la Capitale du Pará”, escrito, provavelmente, entre 1897 e 1899 e publicado *post mortem*, em 1913, Coudreau sustenta a ideia de que Belém poderia ser o porto de ligação da América do Sul com a Europa e a América do Norte, não apenas por ser o vértice a unir toda a malha hidrográfica amazônica; mas, sobretudo, por poder vir a ser o ponto terminal de uma ferrovia que ligaria o Pacífico, desde o Chile e o Peru, ao Atlântico, atravessando o Planalto Brasileiro, e que seria o vetor da colonização das terras inexploradas entre Pará e Mato Grosso.

O primeiro trecho teria 220 quilômetros de extensão e ligaria Belém a Alcobça – atualmente, a cidade de Tucuruí, na margem esquerda do Tocantins. Essa parte do baixo Tocantins havia se despovoado em meados do século XIX, mas, no final dos Oitocentos, já contava com um pequeno fluxo de moradores vinculados à extração de castanha, na época em

que o Tocantins era o maior fornecedor desse produto. Nesse trecho, seriam necessárias algumas importantes obras de arte, pois a ferrovia atravessaria a baía de Guajará – logo à saída de Belém – e os rios Acará e Moju, passando pelas vilas de Moju e Acaiari, chegando à ponte que deveria atravessar o Tocantins até Alcobaça.

A ferrovia teria ainda as seguintes etapas: de Alcobaça até Vitória do Xingu, por 380 quilômetros, cortando os rios Jacundá, Pacajá e Curupuí em seus cursos mais altos e mais estreitos, requerendo apenas pequenas obras de arte; de Vitória do Xingu, às margens do igarapé Tucuruí, a Forte Ambé – hoje, apenas um pequeno povoado do município de Altamira –, seguindo o sentido dos antigos atalhos, já mencionados, que evitavam a chamada “Volta”, e aproveitando o projeto aprovado – mas nunca executado – de uma ferrovia de apenas 60 quilômetros; de Forte Ambé, seguindo 80 quilômetros pela margem esquerda do Xingu, até a confluência do rio Iriri; da boca do Iriri, 410 quilômetros pela margem esquerda desse rio, até a sua confluência com o rio Curuá; mais 800 quilômetros no sentido sul, até as fazendas do Paranatinga, na região do alto Teles Pires (ou São Manoel), e 250 quilômetros até Cuiabá, passando por Diamantino e Rosário. Desta última parada em território brasileiro, a ferrovia seguiria para a Bolívia e, ao cruzar o Altiplano e os Andes, passaria por La Paz conectando-se a uma ferrovia já em operação, que ligava a capital boliviana ao porto de Antofagasta, no litoral norte do Chile – mas, em fins do século XIX, ainda em disputa com a Bolívia.

A proposta de Coudreau, embora possa parecer grandiloquente para o seu tempo, apoiava-se no conhecimento de processos que estavam em curso. O virtual prolongamento da via férrea Antofagasta-La Paz até o porto de Belém – quatro mil quilômetros mais próximo do hemisfério norte do que o porto do Rio de Janeiro (ou de Santos) – certamente facilitaria o comércio do Chile, da Bolívia e do Peru com a Europa e os Estados Unidos, considerando, também, o então recente

fracasso da tentativa francesa de construir um canal no istmo do Panamá. Na Amazônia brasileira, a economia estava em expansão com a exportação de látex e as frentes extrativistas já avançavam além das cachoeiras dos grandes rios, inclusive em trechos que seriam percorridos pela ferrovia (Alcobaça, Vitória do Xingu, rio Iriri). A exemplo dos projetos de colonização agrícola por imigrantes europeus que estavam em andamento no nordeste do Pará, ao longo da recém-construída estrada de ferro de Bragança, Coudreau deslocou a atenção dos grandes rios – que até então orientaram o povoamento da região – para as terras altas do planalto, projetando o povoamento do interflúvio entre o Xingu e o Tapajós, até Mato Grosso, por colonos europeus, sobretudo italianos – em período de crescente migração europeia para o Brasil.

Mas nada disso aconteceu. Na segunda década do século XX, as frentes extrativistas do Xingu e do Tapajós recuaram e só foram retomadas em 1942, durante a “Batalha da Borracha”. Foi nessa mesma época que o governo brasileiro, com a Marcha para Oeste e a Expedição Roncador-Xingu, deu início a programas oficiais de colonização entre o alto Araguaia e o alto Xingu. Quanto às terras que seriam cortadas pela ferrovia de Coudreau, é curioso notar a semelhança entre o traçado proposto pelo francês e trechos das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que impulsionaram o devassamento da região – agora, a partir do centro-sul do País – desde a década de 1970. Saldo positivo desse ritmo mais lento da incorporação do Xingu às engrenagens do “progresso”, 57% de toda essa bacia hidrográfica que abriga o “coração do Brasil” são, atualmente, ocupados por dez unidades de conservação da natureza e vinte terras indígenas, nas quais ainda vivem vinte e sete povos.

Bibliografia

- ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Brasília: Senado Federal, 2002 (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).
- COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. São Paulo: Edusp/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1977 (Reconquista do Brasil, v. 49).
- COUDREAU, Henri. "L'Avenir de la Capitale du Pará". *Annaes da Biblothea e Arquivo Público do Pará*, Tomo VIII, 1913, p. 221-245.
- FERREIRA PENNA, D.S. "O Tocantins e o Anapu". In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, vol. 1, p. 67-144.
- VON DEN STEINEN, Karl. *O Brasil Central*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

2.4. Os caminhos e os caminhantes de uma fronteira reconfigurada pela Guerra Grande

Leonam Lauro Nunes da Silva
(Instituto Federal de Mato Grosso)

Ao longo da história, os caminhos serviram não só ao deslocamento de formidáveis contingentes humanos, mas também à difusão de ideias, valores e cultura. Pelas diversas rotas, povos passaram pelo processo de transculturação, nações foram edificadas, visões de mundo entrecruzaram-se; o fascínio e o medo se incorporaram à rotina dos encontros e desencontros que ocorriam em espaços marcados pela transformação.

Estudos da etno-história e da arqueologia mostram evidências da existência de uma rota pré-colombiana que transpassava a América do Sul do sudeste ao noroeste, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, entrelaçando-se com as estradas incaicas, denominadas “Qhapac Ñan” – expressão que, no idioma quéchua, significa “a estrada do rei”. O nome desse sistema de trilhas ficou conhecido como “Peabiru” – da etimologia tupi-guarani.

O antigo caminho possuía ramificações que se estendiam pelos atuais territórios de Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru. No Brasil, o tronco principal iniciava seu itinerário no litoral sul de São Paulo, cruzando o atual estado do Paraná de leste a oeste. Na sequência, penetrava o chaco paraguaio, passando por Corumbá – no Mato Grosso do Sul –, até encontrar o território boliviano. Por fim, ultrapassava a Cordilheira dos Andes, alcançando, finalmente, o sul do Peru e a costa do Pacífico. Uma de suas rotas secundárias cruzava o rio Paranapanema, na divisa entre São Paulo e Paraná, indo ao encontro das atuais cidades paranaenses de Peabiru e Campo Mourão. Outro ramal conhecido ia do litoral catarinense até Assunção, no Paraguai. Em sua totalidade, o trajeto, cuja largura era de oito palmos, em média – o equivalente a apro-

ximadamente um metro e quarenta centímetros -, alcançava três mil quilômetros de extensão.

Parte do percurso era revestido por pedras e gramíneas, que atenuavam o efeito erosivo e evitavam a proliferação de ervas daninhas. Por ele transitaram etnias indígenas, espanhóis e portugueses – os últimos ávidos para colocar em prática o projeto colonizador. O trabalho de evangelização dos missionários jesuítas também foi realizado às suas margens. Percorrido pelos bandeirantes na busca por minérios, o caminho foi protagonista no processo de ocupação da porção meridional do continente sul-americano. Posteriormente, ao longo do século XIX, levas de imigrantes se fixaram ao longo de seu trajeto, fundando várias cidades, cujos habitantes, em sua maioria, desconhecem os antecedentes aqui abordados.

A autoria da abertura dessa rota transnacional permanece sendo problematizada pelos pesquisadores. Uma das linhas investigativas defende que o trabalho foi realizado por diferentes etnias indígenas, em temporalidades também distintas. De acordo com estudos arqueológicos, a origem do itinerário está intimamente ligada aos grupos indígenas de língua Jê do sul do Brasil, pertencentes à tradição arqueológica Itararé. Os Tupi-Guarani, posteriormente, atribuíram-lhe uma função religiosa/sagrada: a de buscar, caminhando, através dele, a mitológica “Terra sem Males”, lugar aprazível, de paz e prosperidade, em que a terra produz para si mesma os seus frutos. Um refúgio indestrutível diante das calamidades mundanas, reservado aos virtuosos que buscam, em vida, chegar àquelas benfazejas terras, vencendo a morte. Curiosamente, é um conflito bélico que irá ressignificar o uso desses caminhos na região de fronteira.

Peabiru: o caminho ancestral em tempos de guerra

O reverberar do som de bombas, tiros e passos dos exércitos em marcha anunciava o início de tempos belicosos na tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Bolívia (1865-

1868). A inspiradora paisagem que acolhia o rio Paraguai, seus afluentes e lagoas foi, repentinamente, encoberta pela fumaça oriunda das canhoneiras em ação.

À medida que a grande nuvem provocada pela pólvora queimada se dissipava, bandeiras tricolores eram avistadas. Forças paraguaias, no alvorecer de 1865, comandadas pelo coronel Vicente Barrios (? -1868), compostas por um efetivo de sete mil e quinhentos homens, por terra e água, ocuparam o sul da província de Mato Grosso, tomando o porto de Corumbá – população situada à margem direita do rio Paraguai –, e ali estabeleceram um comando militar. O cenário fronteiriço, então, ganhou uma nova configuração, oportunizando que histórias se conectassem e relações humanas e sociais se desenvolvessem.

Corumbá, fundada em 1778, exercia uma função geopolítica importante. A povoação foi precedida pelo forte Coimbra, construído em 1775 com a missão de ser um bastião na defesa do território pantaneiro, disputado, desde o período colonial, com os hispânicos. A localização geográfica do forte indica sua importância estratégica na tríplice fronteira. A região de Corumbá é circundada em boa medida pelo rio Paraguai e por seus afluentes; além disso, conta com uma paisagem caracterizada por íngremes morrarias, de onde é possível contemplar todo o cenário que a abriga. A oeste faz fronteira com o território boliviano e, a sul, as águas do mencionado rio seguem seu fluxo em direção ao Paraguai, até encontrarem Assunção, considerada a “mãe das cidades sul-americanas”.

Dada a inteligência empregada na organização do ataque e a incapacidade de mobilização de seus defensores já no início dos combates, o forte Coimbra caiu em poder da força inimiga. De lá, os paraguaios estenderam seu domínio aos povoados vizinhos – Miranda, Aquidauana, Nioaque – e se deslocaram, também, rumo ao sul, onde capturaram Dourados.

Considerado palco secundário da Guerra com o Paraguai (1864-1870) por parte da historiografia nacional, o

território mato-grossense testemunhou ações que repercutiram no transcurso da contenda militar.

Ao planejar a ocupação das terras ao sul da província de Mato Grosso com anos de antecedência – ação só possível devido ao uso de um eficiente serviço de espionagem –, o presidente do Paraguai, à época Francisco Solano López (1827-1870), e seu alto comando militar foram pragmáticos. A estratégia consistiu em inviabilizar uma contraofensiva por parte do exército brasileiro pela porção norte, isolando a província de Mato Grosso, que só poderia ser acessada por meio de uma operação de alto custo, complexa e que exigiria sacrifício físico significativo do contingente militar, uma vez que os batalhões se deslocariam a partir de distantes províncias brasileiras.

Em consequência da exitosa ação, os soldados de López conquistaram e mantiveram sob seu controle a principal artéria do Pantanal mato-grossense, o rio Paraguai, que ficou livre para as pretensões logísticas do exército paraguaio. O célebre rio, que, há muito, despertava o interesse de personagens transfronteiriços, revelou-se ator histórico de fundamental importância na cena bélica. Contudo, não se tratou de uma performance solitária; atuou em conexão com um instigante caminho terrestre. Juntos, promoveram alterações significativas nas dinâmicas dos grupos sociais na zona fronteira.

Em 1865, posteriormente à anexação da parte sul da província de Mato Grosso – espaço que ganhou *status* de “Província do Alto Paraguai” –, o então ministro de Guerra e Marinha paraguaio, general Vicente Barrios, despachou uma comissão de doze pessoas sob a condução do francês Domingo Pomiés, a fim de explorar um caminho até a povoação de “Santo Corazón” – última das missões jesuíticas espanholas, fundada em 1760, localizada nas províncias de Chiquitos e Moxos, Departamento de Santa Cruz de la Sierra, no oriente boliviano. Bem-sucedida, a expedição seguiu para a cidade de Santa Cruz e regressou a Corumbá.

Depois de algumas incursões com o intuito de reconhecer o terreno e examinar possibilidades, tiveram início as obras que visavam dar ao caminho condições para receber o tráfego comercial entre Corumbá e Santo Corazón. O capitão Francisco Bareiro, em comunicado enviado ao ministro da Guerra e Marinha, general Vicente Barrios, informou sobre o andamento da empreitada logística, fornecendo dados técnicos a respeito do itinerário¹⁸.

Segundo o oficial, o percurso tinha, aproximadamente, cinquenta léguas – ou algo em torno de trezentos quilômetros. O documento revelou a quantidade de carne destinada ao consumo dos trabalhadores, bem como fez referência às ferramentas de que eles dispunham para realizar o serviço. Uma dúzia de machados poderia implicar, certamente, a derrubada de mata, já os trezentos quilos (vinte arrobas) de carne salgada saciaram a fome de um número significativo de trabalhadores. Com base nas informações obtidas das fontes documentais, constata-se que a abertura de um caminho em meio ao Chaco, em terreno que, a depender da época do ano, torna-se alagadiço, não é tarefa das mais simples, exigindo esforços consideráveis. O trabalho cartográfico mostrou a existência de pequenos cursos d'água entre as duas localidades, o que levanta a hipótese de parte da madeira derrubada ter sido utilizada para a construção de pontes.

Após meses de trabalhos exaustivos na zona de transição entre os biomas do Chaco (Pantanal) e da Floresta Amazônica, em julho de 1866, o comando paraguaio foi informado sobre o término da obra, que contou com o trabalho de indígenas. Por sinal, a habilidade dos povos originários em abrir trilhas em meio à densa vegetação, da qual se valeram os idealizadores do audacioso projeto, foi fundamental para alcançar resultados satisfatórios.

¹⁸ Comunicado expedido por Francisco Bareiro, capitão paraguaio, ao Ministro de Guerra e Marinha, Vicente Barrios, em 8 de abril de 1866. Archivo Nacional de Asunción -ANA, Sección Historia -SH, vol. 347, n. 19, f. 1-2.

O encontro entre os comandados de López e os indígenas que habitavam a região oriental da Bolívia foi instigante sob vários aspectos. Ao analisar mapas da região e manuscritos que relatam como se deu a abertura do caminho entre Corumbá e Santo Corazón, torna-se plausível inferir que os militares paraguaios e os seus colaboradores *cruceños* se valeram de uma trilha milenar que ali existia, aprimorando-a para tornar viável o comércio entre as duas localidades.

Com base numa série de dados levantados em pesquisa documental é possível pressupor que essa importante via de acesso é a continuidade do trabalho iniciado pelos ancestrais indígenas daqueles que interagiram na fronteira no contexto da guerra; vale dizer que, após séculos, o conflito fez reviver o “Caminho do Peabiru”, oferecendo-o ao trânsito de armas e pessoas, mas também de mercadorias, ideias, encontros interétnicos, entres outros tantos aspectos proporcionados pelo caminhar.

Para além da materialidade da vereda, houve um reconhecimento étnico-cultural entre as populações paraguaia e do oriente boliviano. Ao tratarmos desses encontros, estamos adentrando em um terreno fértil de análise, que tem como esteio os conceitos de identidade e alteridade, colocados frente a frente, sob um prisma relacional. Por exemplo, o cacique Mariano Nandevé, da nação indígena “Ysozeño” – grupo que, provavelmente, era composto por povos Chané guaranizados –, expressou a imensa curiosidade que despertara em toda região chiquitana a presença militar guarani em Corumbá. Investido na função de porta-voz de sua gente, tratou de dizer que reconheciam nos paraguaios verdadeiros amigos e irmãos e que estavam dispostos a ajudar no que fosse necessário. No ofício destinado ao ministro da Guerra e Marinha, general Vicente Barrios, o capitão paraguaio Francisco Bareiro disse que, conforme relato de um boliviano chamado Bargas, “los indios que habitan el chaco al Sud de la ciudad de Santa Cruz son incapaces de hacer daño y antes

bien prestan servicios a los cruceños”¹⁹.

A documentação traz à baila relações entre os chamados “índios civilizados” e “índios não civilizados”, facilitadas, dentre outros fatores, pela comunicação realizada em guarani, língua falada por ambos os lados. Esse aspecto é de extrema relevância, pois demonstra o forte conteúdo cultural que impregnou essas interações fronteiriças, que permearam esse caminho transnacional.

Uma rota afeita à expansão comercial e ao intercâmbio cultural

Através do renovado Peabiru, a povoação de Santo Corazón foi transformada num centro provedor de mercadorias para as tropas paraguaias estabelecidas em Corumbá. Gado, alimentos (leguminosos em sua maioria), artigos têxteis, pólvora, tinta e papel eram alguns dos produtos que circulavam por esse caminho. Aliás, os militares paraguaios fizeram outras incursões pelo território boliviano que tinham o caráter de “exercícios militares”. A documentação, ademais, traz várias menções à procura por “folhas de coca”, usadas em larga escala nos “hospitais de sangue” paraguaios, provavelmente como analgésico, com o propósito de aliviar as dores dos feridos em batalhas.

O caminho reaberto durante a guerra impulsionou a integração fronteiriça, ensejando um incipiente, porém importante, movimento mercantil num período em que o Paraguai sofria um severo bloqueio e graves necessidades. Desde junho de 1865, quando a esquadra brasileira sobrepujou a paraguaia na conhecida batalha naval do Riachuelo e passou a controlar os rios da bacia platina até a fronteira com o Paraguai, o exército de Francisco Solano López se encontrava em sérias dificuldades, “quase” isolado.

¹⁹ ANA-SH, vol.347, n.19, f. 1-2.

Pelo antigo trajeto de terra, chegaram emigrados políticos bolivianos, perseguidos pelo governo central boliviano. Naturais do Departamento de Santa Cruz de la Sierra, região historicamente insurgente a La Paz, os opositores do presidente general Manuel Mariano Melgarejo Valencia (1820-1871) se deslocavam para Corumbá e, posteriormente, embarcavam rumo a Assunção.

Dentre tantos que caminhando ou a cavalo realizavam esse roteiro estava Tristán Roca Suárez (1826-1868). O intelectual *cruceño* merece uma atenção especial. Além de desempenhar papel importante na resistência contra o despotismo do governo de Melgarejo, na Bolívia, assumiu uma nova identidade ao chegar em terras paraguaias, convertendo-se em uma espécie de “ministro sem carteira” de Solano López, auxiliando-o na concepção de uma estratégia de comunicação durante o conflito (1866-1868). Diretor-chefe do periódico “El Centinela”, atuou de forma engajada, produzindo matérias que alimentavam a fome nacionalista da população local. Sua atuação, de caráter transnacional, só foi possível devido a seu trânsito pelos terrestres caminhos entre fronteiras.

Cabe observar, igualmente, que essa via promoveu uma integração de forma ampla. Uma vez que o rio Paraguai foi aberto à navegação das embarcações paraguaias, dinamizou sobremaneira as comunicações, estimulando o comércio e o intercâmbio cultural. A conexão entre as vias terrestre e fluvial oportunizou que novas redes de sociabilidade ganhassem vida. Bens tangíveis e intangíveis, produtos e ideias, circularam pela fronteira, ressignificando sociedades e seus indivíduos.

O êxito do comércio com os paraguaios, porém, não impediu que bolivianos, conduzidos por muares, adentrassem o território da província de Mato Grosso para comercializar. Documentos pertencentes ao Arquivo Público de Estado de Mato Grosso deixam ver que cargas de sal eram destinadas à população em geral, e outros produtos mais refinados, como

açúcar, chocolate e charutos, iam parar nas mesas das famílias mais abastadas, preocupadas e ansiosas com os rumos da guerra. Quando interrogados pelos militares brasileiros, os comerciantes do país vizinho adotavam uma fala pacífica e até certo ponto ingênua, o que facilitou a tática do jogo de “informação e contrainformação”, que imprimiu sua marca ao embate militar entre a República do Paraguai e o Império do Brasil.

Esses personagens camaleões demonstravam perspicácia e “jogo de cintura” para lidar com as contingências da guerra. Para eles, antes de tudo, o conflito se constituiu em oportunidade para realizar lucrativos negócios. Nessas situações, fica evidenciado o desejo, historicamente contido, de estenderem a sua influência para além dos “limites” territoriais, exercitando a “centralidade” junto àqueles que possuem os mesmos interesses. Os fronteiriços, no contexto analisado, relacionaram-se numa cadeia de interdependências. Ademais, eram coletividades portadoras de anseios e necessidades particulares, que, naquele tempo e espaço, interagiram numa configuração em que o comércio era apenas um dentre os muitos aspectos a serem considerados na extensa rede de interações.

Sofrendo com o assédio das tropas aliadas, que ameaçavam invadir Assunção, Francisco Solano López ordenou, em princípios de 1868, que o contingente militar paraguaio estacionado em Corumbá regressasse a fim de reforçar as defesas da capital. Com isso, arrefeceu-se o comércio realizado através do caminho “paraguaio-boliviano-brasileiro”.

Um caminho que costurou fronteiras

Por meio das trajetórias dos personagens que trilharam essa rota durante a Guerra Grande, bem como de suas práticas, torna-se evidente que a fronteira é pensada a partir de uma perspectiva que dá ênfase à “costura” e não ao “corte”.

A concepção sobre Fronteira que prepondera no seio da historiografia se constituiu por meio de um contexto de disputas e enfrentamentos que remontam ao período colonial, quando os interesses geopolíticos em jogo eram os das Coroas portuguesa e espanhola. Ao partilharem entre si as terras habitadas pelos povos originários, exercitando a alteridade com a intenção de dominar, exercer o poder, subjugar, portugueses e espanhóis furtaram-se a aprender lições calcadas no respeito ao “modo de ser” do outro. A carência deste aprendizado deixou sequelas às gerações posteriores, que cada vez mais se preocuparam em construir “muros” ao invés de “pontes”, enviesando a compreensão sobre o ser fronteiriço, desprovendo a Fronteira de seu sentido mutável, vivaz, e lhe atribuindo uma feição dura, inflexível e repleta de estigmas negativos, tidos como verdades implacáveis.

A intensa circulação cultural só foi possível pelo emblemático diálogo entre “caminhos”, encontro que entrelaçou a rota terrestre, de Corumbá a Santo Corazón, ao “caminho das águas”, via rio Paraguai. A conexão impactou os rumos do conflito de forma substancial ao proporcionar uma aproximação entre populações fronteiriças que, ao se observarem frente a frente, tal qual estivessem diante de um espelho, reconheceram-se nas familiaridades e diferenças, revigorando suas ações. Cruzando as rotas terrestres e interligando-as às vias fluviais, a fronteira reconfigurada pela guerra no século XIX metamorfoseia-se continuamente, movida por valores interculturais, com potencial para minar barreiras etnocêtricas erguidas por séculos.

Atualmente, os caminhos do antigo Peabiru foram ressignificados. Vários trechos desapareceram à medida que a fronteira agrícola foi avançando; o piso de terra batida usado pelos caminhantes, hoje, está recoberto por plantações. O traçado original também foi substituído por rodovias, que surgiram para atender ao tráfego de veículos modernos. Na fronteira entre os países, postos de fiscalização tentam regular o trânsito entre populações que, historicamente, carre-

gam memórias ancestrais de tempos em que os deslocamentos e interações não implicavam a prática de ilícitos, mas, sim, o fortalecimento de elos. A história nos ensina continuamente que há sempre espaço para mudanças de rumo e de perspectivas. Que assim seja!

Bibliografia

- BOND, Rosana. *História do caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico*. Aimberê: Florianópolis, 2009.
- CHMYZ, Igor; SAUNER, Zulmara C. *Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri*. São Paulo: Dédalo / Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo, 1971.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- COSTA, José Eduardo Fernandes Moreira da. *A Coroa do Mundo: Religião, Território e Territorialidade Chiquitano*. Cuiabá: EDUFMT, 2006.
- SILVA, Leonam Lauro Nunes da. *A Bolívia e seu protagonismo na Guerra Grande (1865-1868)*. Curitiba: Appris, 2021.

2.5. Caminhos por terra em um mundo de águas: conexões entre Grão-Pará e Maranhão

**Wesley Oliveira Kettle
(Universidade Federal do Pará)**

Não é preciso ter visitado a região amazônica para saber que a bacia hidrográfica que a constitui se apresenta como sua característica mais marcante. A densa floresta, as chuvas tropicais sempre presentes, o forte calor e a rica biodiversidade da fauna e da flora locais compõem uma paisagem grandiosa, que, ao longo do tempo, inspirou e ainda inspira poetas, fotógrafos, músicos, pintores e toda sorte de artistas. No entanto, é inegável que ali os rios ganham o maior destaque. A Amazônia, representada como um mundo de águas, é a imagem consolidada desse ecossistema cada vez mais importante para a discussão ambiental em uma perspectiva planetária.

A historiografia que estuda o período colonial brasileiro também paga tributo a esse mundo de águas. É marcante como as investigações nesse campo têm analisado as relações entre as sociedades humanas e os caminhos de águas, reconhecendo-os como principal via de penetração, conquista e circulação, sem deixar de lado a dimensão da alimentação, do abastecimento, da religiosidade, entre outras questões que envolvem os seres humanos – da indispensável água, sem a qual ninguém sobrevive, ao mundo animal e vegetal, passando pelos rios, seus afluentes, furos, igarapés e lagoas. Isso resultou em um conjunto robusto de estudos que consideram centrais os cursos de água, quase sempre identificados como estradas fluviais por onde a história da Amazônia se fez e se faz.

Ao olharmos esse conjunto de estudos históricos que tematizam os rios enquanto caminhos aquáticos, encontramos análises realizadas por múltiplos atores sociais que percorreram as vias móveis e meandradas que conectavam a Amazônia às regiões que hoje conhecemos como Pantanal, Cer-

rado e até mesmo parte do Sudeste brasileiro. Sem dúvida, os cursos fluviais serviram de via principal de comunicação para o transporte de pessoas, animais, mercadorias, entre outros elementos. Essas narrativas ampliam a nossa compreensão sobre as relações que ao longo de séculos se desenvolveram entre o Estado do Grão-Pará e o Estado do Brasil²⁰. Isso é fundamental para conhecermos de modo mais completo o período colonial. Há de se observar, entretanto, que navegar não foi a única forma de deslocamento entre estes dois estados. O Grão-Pará também manteve laços com outras partes do Brasil, principalmente, por via marítima, mas também existiram conexões entre as regiões que hoje chamamos de Norte e Nordeste por caminhos terrestres. Sim, diante da ausência de rios que garantissem um trajeto contínuo entre o Grão-Pará e a atual região do Nordeste brasileiro, foram utilizadas estradas terrestres, caminhos que pouco têm sido explorados pelos historiadores.

Neste ensaio, tendo como parâmetro a História Ambiental, busca-se realizar uma reflexão sobre os caminhos por terra que, no período colonial, uniam o Grão-Pará e o Maranhão – região que compreende atualmente os estados de Piauí, Ceará, Maranhão e Amazonas –, numa distância de 480 quilômetros em média. Com base em relatos de viagem e descrições presentes na correspondência oficial, podemos saber como eram esses percursos, suas diferentes paisagens, plantas e animais, episódios e dificuldades vivenciados pelos que o transitaram naquela época, demonstrando a complexidade da história da Amazônia. Cabe observar, contudo, que muitos desses caminhos já eram utilizados por povos indígenas muito antes da presença ibérica na região.

²⁰ Ao longo do século XVIII, o Estado do Grão-Pará e Maranhão compreendia, em grande medida, a região que denominamos hoje de Amazônia Brasileira. Era uma unidade que possuía governador próprio, mas que estava subordinada diretamente a Lisboa. Portanto, distinguia-se do território que conformava o Estado do Brasil.

Muito antes dos europeus, as trilhas indígenas

Os estudos históricos que se debruçam sobre o tema dos caminhos por terra na fronteira dos atuais estados do Pará e do Maranhão, em sua porção norte, um território importante para a circulação de pessoas, afirmam ter sido o militar português Pedro Teixeira (1585-1641) o primeiro a trabalhar na abertura de um trajeto que permitisse as viagens terrestres entre o Grão-Pará e o Maranhão. Entretanto, pesquisas arqueológicas identificaram trilhas milenares construídas pelos povos originários que circulavam por todo esse território com objetivos dos mais diversos, como, por exemplo, coleta de frutos, caça de animais e troca de produtos.

O conhecimento ameríndio sobre essas rotas terrestres certamente foi fundamental para os agentes coloniais que lideraram a invasão portuguesa em toda essa região. Ainda na primeira metade do século XVIII, o governador do Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire, dialogava, por meio de correspondência oficial, com os representantes da Coroa em Lisboa sobre a ampliação desses trajetos indígenas e seu aproveitamento em comparação com a rota marítima pela costa atlântica.

Sobre esse contexto, sabemos que os colonizadores consideravam precárias as condições dos portos em São Luís e Belém, além de temerem a desgastante viagem marítima entre essas cidades. Esses atores comparavam seus desempenhos enfrentando as intempéries do mar agitado e as tempestades que levaram as embarcações a naufragar com os desafios próprios da caminhada por entre as florestas, como a queda de grandes árvores, que bloqueavam a passagem; a vulnerabilidade diante de animais marinhos ou terrestres e também as variações do clima – sol com intensidade própria de quem está próximo à linha do Equador, tempestades e mar revolto, eventos que assustavam até o mais experiente navegante. O resultado foi preferirem as viagens por terra. Essas discussões, contudo, são anteriores. Já no século XVII novas rotas terrestres entre o Pará e o Maranhão foram aber-

tas, ampliando a possibilidade de acesso ao Nordeste, nos trechos entre Belém e São Luís.

As conexões transformaram não só a dinâmica social das populações humanas moradoras da região como também a paisagem natural e toda a fauna e flora envolvidas nessa alteração. Exemplo disso aconteceu em 1669, quando, por ordem do governador do Grão-Pará, a mata da aldeia de Maracu teve suas árvores, como o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) e a cajazeira (*Spondias mombin*), derrubadas para que um caminho conectasse as vilas de Ourém, no Pará, e Viana, localizada no Maranhão. Por ali deveriam passar as expedições de boiadas vindas do Piauí, com destino à Ilha do Marajó, a fim de suprir a deficiência da produção pecuária dos ilhéus.

Vale lembrar que as novas estradas no período colonial foram abertas e recebiam manutenção pelos indígenas escravizados, revelando uma história do trabalho compulsório fundamental para o projeto de civilização portuguesa. As reclamações se davam principalmente pelas dificuldades de trafegar em decorrência da falta de nivelamento e dos muitos buracos, além do medo da interrupção por quedas de grandes árvores. As viagens, portanto, colocavam diferentes personagens em contato entre si, com a natureza local e com todas as suas intempéries.

Os relatos sobre os deslocamentos descrevem os percursos terrestres como importantes conexões com o Nordeste. Os documentos coloniais nos mostram que as aberturas das estradas contavam com o assentamento de famílias indígenas. Esses locais funcionavam como ponto de apoio para militares, boiadeiros, mensageiros com suas correspondências ou mesmo passageiros que por diferentes motivos circulavam entre os distintos lugares da colônia. Nesse ponto, podemos observar como os nativos foram fundamentais para o projeto de colonização.

Além de os indígenas servirem como mão de obra, não podemos nos esquecer de todo seu conhecimento sobre solo, vegetação, fauna e flora daqueles espaços que circundavam

os caminhos terrestres. Em uma perspectiva ambiental da história, é importante pensar como os problemas relatados estavam relacionados com questões naturais, a exemplo dos terrenos alagadiços onde atolavam as carroças e até mesmo os próprios viajantes. O cavalo é apresentado nos relatos como o principal meio de transporte utilizado nessas travessias. Outro elemento ambiental bastante presente, e tido como fator que muitas vezes chegava a impedir o avanço dos passageiros até os destinos almejados, é a chuva. Dessa forma, valorizamos uma narrativa histórica que compreende a materialidade da experiência de deslocamento por esses caminhos de terra, ao contrário de apenas pensarmos nos pontos de partida e chegada.

Caminho por terra *versus* viagem pelo mar

A abertura de rotas com o Nordeste deu acesso não apenas a novos personagens humanos – como os condutores de boiadas ou de tropas comerciais que tinham a mula como meio de transporte –, mas também possibilitou a chegada ao Pará de animais em maior número, como bovinos, equinos, cães e outras espécies que participavam das expedições. Os boiadeiros vindos do Maranhão, no deslocamento em direção à Amazônia, atravessavam diferentes paisagens, muito distintas das que estavam acostumados, como os campos de Mearim, com vegetação mais rasteira, e as florestas mais densas. Assim, um olhar mais atento para as conexões entre a Amazônia e o Maranhão revela uma história cada vez mais rica e complexa em relação aos atores históricos e ao meio ambiente.

Os caminhos terrestres que ligavam o Pará e o Maranhão no período colonial contam a história da introdução do gado de uma maneira que nos permite levar para o centro da discussão a forma como esse fluxo contribuiu diretamente para profundas transformações sociais e ambientais, como, por exemplo, com a derrubada de áreas de

floresta para pasto, com mudanças no costume alimentar e no transporte de pessoas e produtos. É possível afirmar, então, que as viagens da “biota portátil”, como forma de explicar o sucesso das invasões européias na América, não tiveram fim com a travessia dos oceanos e a chegada aos portos, mas continuaram por estradas como essas das quais estamos tratando aqui.

A correspondência oficial trocada entre Francisco Xavier Mendonça Furtado, então governador do Grão-Pará, e o marquês das Minas, conservada nos arquivos do Museu Britânico em Londres, registra informações e impressões sobre os percursos terrestres com menos frequência em relação aos deslocamentos pelos rios. No entanto, os relatos legados por aqueles que realizaram esses trajetos por terra são ricos em informações sobre as motivações para tal feito, as surpresas encontradas no caminho e as condições do terreno, ajudando-nos a conhecer algumas das novas experiências sensoriais que os europeus tiveram oportunidade de vivenciar. Em carta datada de 1751, Mendonça Furtado comentou sobre a viagem por terra que realizou entre São Luís e Belém, três dias após ter chegado de Lisboa; um trajeto não previsto, uma vez que o plano era seguir por mar.

Ocorre que os meses de duração da travessia oceânica foram marcados por enfermidades. Após o governador e sua equipe desembarcarem em São Luís, ainda indispostos, continuaram a jornada até o Pará por terra. A mudança aconteceu pelo fato de a embarcação ter sofrido um grave acidente que a inutilizou. Entretanto, este não parece ter sido um evento isolado; há outros relatos que registram naus que naufragavam durante a viagem pela costa rumo a Belém. Episódios como esses levaram os agentes coloniais a incentivarem a manutenção dos caminhos por terra, que pareciam ser mais seguros.

Miniodisseia pelo caminho de terra

A estrada que conectava o Pará ao Maranhão em tempos coloniais foi descrita como estreita, permitindo apenas a passagem de uma tropa por vez, mas adentrava uma paisagem de “largas matas e sertões”. Para um europeu, o lugar descortinava um horizonte muito singular, onde viviam animais e plantas, então, pouco conhecidos, que muitas vezes causaram estranheza. Por exemplo, na viagem realizada por Mendonça Furtado e sua equipe, ocorreu um episódio bastante interessante, que nos ajuda a entender não apenas a interação entre os humanos e outras espécies de animais, mas também a própria visão dos colonizadores sobre a natureza. Em seu relato, o governador contou sobre a aparição de “infinitos javalis” e a matança de vários deles, realizada pela gente de sua comitiva, que os foram caçar na floresta. O governador, ademais, se queixou por não ter conseguido “desviar da pequena estrada” pela qual caminhava e ter podido matar apenas um com as próprias mãos e fazendo uso de alguns instrumentos específicos para caça que levava em sua bagagem²¹.

Pelo que descreveu, esse acontecimento ocorreu em uma das paradas que sua caravana fez ao longo dos vinte e um dias de duração dessa viagem, quando se adentrava na floresta em busca de alimentos. Ao que tudo indica, o governador apreciou a carne de “javali”, pois a qualificou de deliciosa, abundante e melhor que a espécie encontrada em Portugal, pelo fato de não cheirar a mato. E, ao concluir o relato, informou que pretendia caçá-los apenas por necessidade, como alimento, e não por divertimento.

Esse episódio apresenta os colonizadores europeus em uma das formas mais profundas de interação com a natureza amazônica: a caça, seguida de preparação e ingestão do alimento; assim como a referência europeia, observada na

²¹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta ao Rei de Portugal, em 20/11/1751] MCM-SF, v. 1. p. 107.

comparação do sabor da carne do “javali”, servido na estrada entre o Pará e o Maranhão, com a espécie que no século XVIII era encontrada em Portugal, seja em vida livre ou em cativeiro.

Entretanto, é muito provável que o governador Mendonça Furtado tenha avistado um porco do mato, conhecido localmente como queixada (*Tayassu pecari*), pois os javalis (*Sus scrofa*), propriamente ditos, ainda não haviam sido introduzidos na América, mas, por serem animais semelhantes, o governador fez seu registro a partir do conhecimento que possuía, fato que era comum entre os colonizadores lusitanos que atuavam em outros pontos da colônia.

A título de exemplo, vale citar o juiz Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840), sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, que vivia na Bahia. Em seus escritos, Silva Lisboa fez menção a animais que não existiam na América portuguesa, como tigre e orangotango. Provavelmente, estava se referindo à onça pintada e ao macaco guariba ou ao bugio, respectivamente, revelando certo desconhecimento “sobre a biodiversidade específica das florestas brasileiras” ao identificar os animais a partir da terminologia conhecida na Europa.

No caso do relato de Mendonça Furtado, no entanto, há outra possibilidade de interpretação, relacionada à dimensão simbólica que o javali possuía no mundo europeu, que tornava interessante para o governador descrever a cena da caçada por ele protagonizada. O imaginário cristão oitocentista considerava os javalis como representações de espíritos malignos; assim, a caçada, a perseguição ao animal, estava relacionada à busca por um caminho de espiritualidade, enquanto o ato de ferir e matar o animal significava o aniquilamento das forças do mal e da ignorância. Como resultado, o crente gozaria da purificação de seu corpo carnal. Nesse sentido, ao caçar o javali, o governador se colocava como um cristão que lutava contra o demônio e as forças do mal.

Outra referência que parece justificar a descrição do governador está relacionada ao significado do javali na An-

tiguidade grega. Nos escritos da época, encontramos relatos sobre o javali de Cálidon, figura que possuiria extraordinária força e potência ao desafiar vários heróis dos mitos gregos. A deusa Ártemis teria ordenado ao javali que devastasse as cidades da região de Etólia. E foi após organizar uma caçada que o rei Eneu conseguiu matar o mamífero, entrando para a história como um herói. O próprio Hércules teve sua bravura comprovada ao vencer o javali de Erimanto, matando-o sob a ordem do rei Euristeu pelo fato de o animal todas as noites aterrorizar os povoados da Arcádia. Ainda podemos nos referir ao javali que mordeu Ulisses, em Odisseia, e a caçada ao animal no monte Parnaso – a cicatriz resultante desse ataque garantiu a identidade heroica a esse guerreiro.

O caminho por terra que conecta o Pará ao Maranhão parece ter sido palco de uma cena épica, uma miniodisseia protagonizada pelo governador Mendonça Furtado. A identificação do animal queixada como javali faz todo sentido quando reconhecemos o esforço em garantir o registro do ato de bravura realizado pelo governador. O relato está carregado de simbolismo quando pensamos nos objetivos de vencer o que os europeus consideravam como forças do mal e o próprio demônio por meio da catequese dos povos indígenas. Assim, Mendonça Furtado tentava ser reconhecido como um governante desafiado pelo projeto colonizador na Amazônia.

Os caminhos terrestres, entretanto, não eram exclusivos das autoridades; por eles circulavam mercadores, boiadeiros, mensageiros e outros personagens comuns. O relato nos mostra como esses trajetos se constituíram numa rota usada por pessoas comuns, que se deslocavam a pé, e não apenas por membros da nobreza colonial que utilizavam transporte animal, mas que, de certa forma, eram obrigados a interagir em alguma medida com outros viajantes que se dirigiam ao Pará ou ao Maranhão.

Considerações finais

Apesar de grande parte da historiografia ainda exaltar os fatos ocorridos nos espaços tradicionalmente reconhecidos de poder, como palácios, residências da nobreza, igrejas e câmaras; a história também aconteceu pelas picadas do sertão, por onde os diversos personagens transitavam, seguindo rotas por terra que conectavam o Pará com a região que hoje é chamada de Nordeste. Uma história percebida a partir da circulação e dinâmica de sujeitos que entraram em contato uns com os outros e com o meio ambiente, permitindo-nos ampliar nossa compreensão sobre sua complexidade em movimento e valorizar a presença indígena, bem como destacar a importância desse grupo para compreender o passado colonial da Amazônia.

Os relatos das viagens realizadas por percursos terrestres entre o Pará e a região que hoje é chamada de Nordeste descrevem encontros entre personagens abastados, indígenas, pessoas comuns e animais. Isso nos convida a deslocar nosso olhar para além da circulação dos indivíduos pelos rios. Assim, nossa reflexão demonstra como essas narrativas nos ajudam a superar uma visão segundo a qual os sertões amazônicos, por onde circularam os agentes coloniais, eram considerados vazios geográficos e locais onde havia pouca conexão na direção leste-oeste. A perspectiva ambiental da história nos permite ampliar o entendimento sobre a complexidade do passado e valorizar a presença indígena, bem como destacar a importância desse grupo para conhecer o que chamamos de período colonial.

Propomos, portanto, compreender a história em movimento também pelos caminhos de terra e essas regiões como dinâmicas e cheias de muita vida.

Bibliografia

- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *Pro-posições*, v. 13, n. 3, p. 125-133, 2002.
- LISBOA, Baltasar da Silva. *Crítica à Refutação do Plano dos Cortes de Madeira*. Rio de Janeiro: Manuscrito da Biblioteca Nacional, n. II-34, 3, 36, p. 34, 1800.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 110.
- PORRO, Antonio. Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, v. 30, p. 7-12, 1985.
- RIBEIRO, Ana Isabel. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 8, p. 141-160, 2013.
- RICCI, Magda; DE SOUZA, Sueny Diana Oliveira. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. *Diálogos* (Maringá. *on-line*), v. 18, n. 3, p. 1213-1233, set.-dez./2014.

CAPÍTULO 3

Demarcações territoriais e cartografia

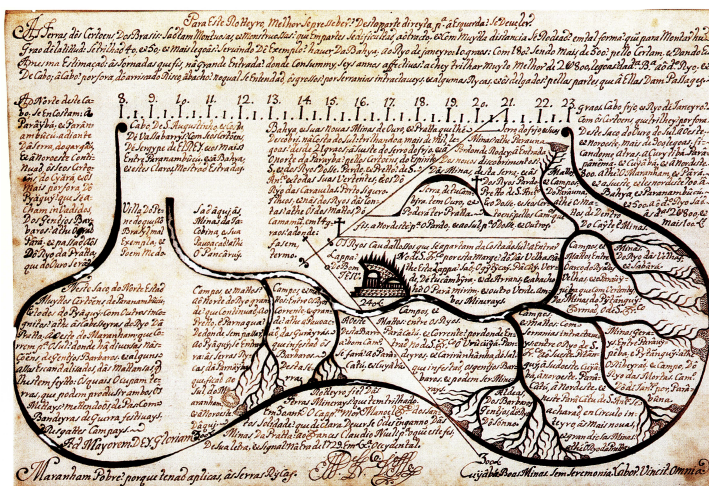
Júnia Ferreira Furtado
(coordenadora)

3.1. Entre Minas e a Bahia: metamorfoses da mineração entre a riqueza material e a espiritual

Júnia Ferreira Furtado
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Este texto visa explorar as conexões estabelecidas entre as Minas Gerais e as demais capitanias, especialmente a Bahia, devido às riquezas minerais – o ouro e a prata. O ponto de partida é o *Roteiro Ilustrado de Terras Minerais do Brasil*, mapa que Manuel Francisco dos Santos Soledade produziu, em 1729, para Dom João V. É necessário atentar, no entanto, que essas conexões nem sempre se assentavam na existência real dessas riquezas, pois muitas delas eram apenas imaginadas ou desejadas. Isso se reflete na construção edênica da paisagem mineradora, caso do mapa de Soledade, cujos elementos textuais e pictóricos que apresentam esse sentido serão analisados cuidadosamente.

Figura 1 – Roteiro Ilustrado de Terras Mineraias do Brasil



Fonte: Manuel Francisco dos Santos Soledade, 1729 (Instituto de Estudos Brasileiros-IEB/Universidade de São Paulo-USP).

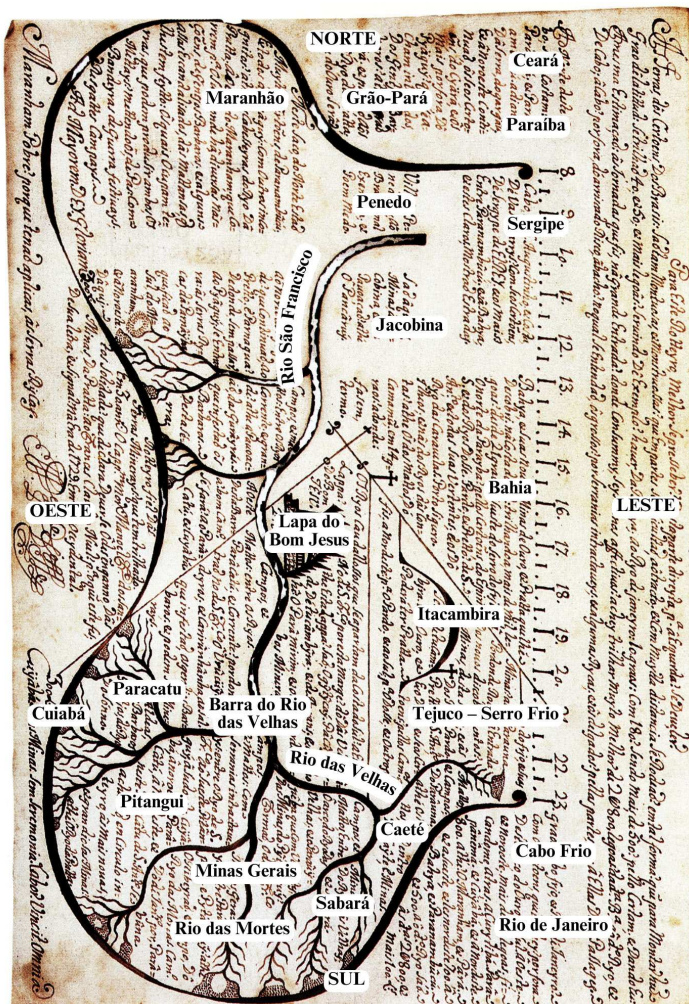
Espante-se ou não o leitor, conforme o título indica, o mapa de Soledade retrata a região mineradora da América portuguesa, e ele afirma se tratar de um “Roteiro Fiel” e que reunira, na carta, todas as informações de que dispunha sobre as terras que visitou nos sertões do Brasil, certo de que ela serviria de roteiro àqueles que se aventurassem a repetir sua jornada “na grande entrada, donde consumi seis anos”, durante a qual percorreu 2.800 léguas no interior do Brasil, atravessando “serranias intratáveis, algumas ricas”. Ou seja, Soledade tinha certeza que as informações que dispôs no mapa seriam suficientes, facilmente inteligíveis e serviriam de roteiro para aqueles que se aventurassem pela região mineradora. Podemos, a partir dessa premissa e utilizando modernas tecnologias computacionais de georreferência, sermos tentados a submeter à prova o posicionamento das localidades representadas no mapa, comparando-as com as medidas atuais. Mas advirto: não só essa questão é irrele-

vante, como não irá responder ao significado e às leituras que seus contemporâneos fizeram. Vamos tentar ir além. Que espaço é representado no mapa?

O espaço minerador

A grade de latitudes revela que o espaço que Soledade representa se situa entre a capitania do Grão-Pará, no noroeste, e o rio da Prata; entre os paralelos 8° e 23° de latitude sul e, só para se ter uma ideia, grosso modo, o atual estado de Minas Gerais se estende entre as latitudes 15° e 22° sul, tratando-se da região onde os luso-brasileiros descobriram as grandes jazidas minerais em Minas Gerais, a partir de fins do século XVII. Logo no alto, o autor adverte como se deve proceder a leitura de sua carta, aconselhando o leitor que, “para esse Roteiro melhor se perceber, Desta parte direita para a esquerda se deve ler”. Apenas dois elementos geográficos são desenhados: uma cadeia de montanhas não nomeada e o rio São Francisco e seus afluentes. Enquanto a primeira, que apresenta “serranias intratáveis, algumas ricas”, circunda e fecha o espaço minerador, delimitando o que está “por fora deste saco de ouro”, os últimos cortam e conectam o espaço interior.

Figura 2 – Posição aproximada dos lugares representados no Roteiro Ilustrado de Terras Minerais do Brasil



Fonte: Manuel Francisco dos Santos Soledade, 1729 (Instituto de Estudos Brasileiros-IEB/Universidade de São Paulo-USP).

Para além das montanhas, ficam as capitanias do Rio de Janeiro, a sudeste, Paraíba e Ceará, a nordeste, Pará e Maranhão, a noroeste, e Cuiabá, que na ocasião fazia parte da capitania de São Paulo, recém-separada da de Minas Gerais. Já em relação à Bahia e à Sergipe, não aparecem incidentes geográficos que sirvam de obstáculo ao caminhante, o que favorece sua integração com Minas Gerais, utilizando para tanto o rio São Francisco, representado até a vila de Penedo, já próxima da foz, hoje localizada no estado de Alagoas. A vila recebeu seu nome pela existência de uma pedra que, segundo Soledade, dava ao Brasil “mal exemplo, e põe medo”. Apesar de seus afluentes da margem direita, que poderiam servir de ligação com essas duas capitanias, não tenham sido desenhados, o autor cita seus nomes, afirmando que entre eles estão o Pará mirim e o Verde, “ambos minerais”. A partir da barra do rio das Velhas, essa rede fluvial serve para conectar as principais vilas mineradoras e comarcas da capitania, como Sabará, a comarca do Rio das Velhas, Caeté, Rio das Mortes, Pitangui, Paracatu e Serro do Frio.

Sobre cada uma dessas regiões, o autor tece comentários sobre suas riquezas minerais em ouro e/ou prata, ou a não existências delas. Esse último caso ocorre em Cabo Frio e no Rio de Janeiro, que estão “por fora deste saco de ouro”; e no Ceará, no Pará e no Maranhão, que estariam bem distantes do rio da Prata e cujos sertões “se acham invadidos dos gentios bárbaros”, “os quais ocupam terras que podem produzir ambos os metais”, dificultando suas descobertas. O autor chama a atenção para os caminhos que interconectam as diversas regiões, ainda que os mesmos não tenham sido representados, pois promovem a interiorização dos colonos, integrando os diversos espaços. As capitanias de Sergipe e do Ceará estariam conectadas ao Maranhão e Grão-Pará pelo caminho do Pyaguy e Sergipe, Pernambuco e Bahia também “mostram estradas” entre si. Paraíba possuía “serras ricas”, e, como no caso das capitanias do Norte, que apenas prometiam riquezas minerais, as regiões de Paracatu e Cuiabá, no

centro-oeste, ainda não exploradas por essa época, “podem ser mineiras”, e o rio da Prata também “do ouro será”.

As minas de Jacobina servem de ligação entre as terras minerais de Minas Gerais e as da Bahia. Nessa última capitania, o próprio autor havia descoberto “minas de ouro e prata”, as últimas sempre desejadas pelos portugueses, pois eram moeda de troca indispensável no comércio no Extremo Oriente. Até então, os portugueses tinham que se valer da prata andina contrabandeada, principalmente através da Colônia do Sacramento, erigida na década de 1680 na margem meridional do rio da Prata. Já as principais minas auríferas de Minas Gerais estavam compartimentadas e separadas entre si pelos afluentes do rio São Francisco. Em Sabará, ficavam as “minas do Rio das Velhas”; Caeté possuía “minas”; na comarca do Rio das Mortes estavam as “minas Gerais”; em Pitangui estariam “as mais novas e grandiosas minas”; e, no Serro Frio, as minas que ele mesmo descobrira ficavam nos “rios Pardo, Preto e de Santo Antônio”. Próximo dessa última região, ficava a serra de Itacambira, “que tem muito ouro e poderá ter prata”.

O ‘Velho Chico’

O centro da carta é a Lapa do Bom Jesus, situada na Bahia, às margens do rio São Francisco, um dos pontos de parada para os viajantes que se deslocavam por esse trajeto, servindo o rio de eixo articulador e de conexão entre Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Para os que partiam da Bahia, era “necessário ir buscar o rio de São Francisco”, pois era ele e seus afluentes que guiavam os caminhantes até as Minas. Entre o litoral e a margem desse rio gastava-se entre 25 a 30 dias pelo trajeto mais curto, podendo o viajante utilizar, nesse trecho, algumas variantes.²² O leito do São Francisco era navegável de Salto, localizado próximo à foz, pouco depois da

²² Robert Bosch Collection-RBC, Notícias das minas da América chamadas Geraes, 229, 555, (1), 1.

Cachoeira de Paulo Afonso, até a barra do rio das Velhas, já em Minas. Apesar disso, o rio e seus afluentes serviam mais como referencial geográfico, que permitia a ligação espacial de entre territórios sertanejos descontínuos, do que como meio de transporte para os viajantes. A maioria se deslocava em cavalos ou mulas por trilhas que margeavam seus leitos e, apenas em certos trechos, alguns utilizavam canoas, que eram amarradas “de duas em duas, emparelhadas, e presas uma a outra para que a corrente não vire”.

Era a bacia hidrográfica do São Francisco que garantia o fornecimento de água, a partir dos inúmeros riachos, córregos, poções, lagoas, todos conectados num sistema fluvial que o viajante precisava buscar durante a viagem. A viagem era iniciada sempre no mês de outubro, quando começavam as chuvas, essenciais para suprir de água os viajantes e seus cavalos que cruzavam uma região cujo trecho inicial era marcado pelo agreste da natureza.²³ Mesmo aproveitando-se da estação chuvosa, cuidados e estratégias eram necessárias para se abastecer em volume suficiente para garantir a sobrevivência ao longo dessa extensa jornada. Num lugar chamado Boqueirão, próximo a uma das primeiras fazendas que foram levantadas no caminho, chamada Serrinha, que os viajantes encontravam pouco depois de deixar a cidade de Salvador e atravessar a baía de Todos os Santos, havia água limpa, própria para o consumo humano, que era acondicionada em odres de couro, levados “em cargas, sobre os cavalos, (...) feitos de dois meios de solas”. Logo depois, no riacho Seco, que como muitos dos cursos d’água não era perene, era necessário abrir covas ou buracos mais profundos, “que na língua da terra se chamavam cacimbas”, de onde se tirava a água que se dava de beber aos cavalos. Dessa forma, poupava-se a água potável estocada no começo da viagem para os caminhantes. Poções era outro local cujo “nome se lhe deu porque neste lugar se acha água, no mais tempo do ano”.²⁴

²³ RBC, 229, 555, (1), 1.

²⁴ RBC, 229, 555, (1), 1.4.

Esta necessidade imperativa de buscar água para mitigar a sede deixou sua marca no nome dos principais locais de pouso. Olho d'Água da Serra, Lagoinha, Boqueirão, Canudos, Poções, Lagoa do Junco e a dos Patos registram a luta cotidiana contra a sede e exaltam os valiosos postos de abastecimento encontrados em meio ao agreste.

O Éden minerador

No caso do mapa de Soledade, ao lado de rios e cadeias de montanhas – signos ainda facilmente inteligíveis nos dias de hoje –, além da grade de latitudes, que encima a representação, aparecem outros elementos, como dois traços que se cruzam a meio do território, o superior encimado por uma cruz e a construção estranha, desenhada nas proximidades desse cruzamento, que representa a Lapa do Bom Jesus, até hoje importante local de peregrinação. Seus significados não são autoevidentes. Entre os rios e a cadeia de montanhas, textos explicativos, dispostos aqui e ali, ajudam na tarefa de compreensão e dão inteligibilidade às mensagens que o mapa transmite ao seu consulente.

A principal questão que o mapa de Soledade nos coloca é que, muitas vezes, os signos dispostos num mapa são feitos de forma intencional, consciente, mas outros aparecem ali sem que o próprio autor perceba e só se pode apreender seu real significado levando-se de volta o mapa para ser compreendido no tempo em que foi produzido. Nessa perspectiva, uma carta geográfica pode nos informar muito mais sobre o universo cultural do seu autor e da época em que viveu, como também sobre outros elementos existentes na área representada para além, apenas, do real posicionamento dos seus elementos geográficos. Portanto, é fundamental conhecer e analisar o contexto histórico de produção, de circulação e de consumo de um mapa e é aí que entra o trabalho do historiador. É só em uma perspectiva histórica que se compreende que a imagem que o mapa de Soledade revela das

Minas Gerais possui relação direta com o imaginário que, por essa época, se formulava sobre essa região mineradora entre aqueles que se aventuravam a buscar sua riqueza, cujo controle sobre a área e os cargos administrativos vinham sendo arduamente disputados por portugueses e paulistas. Os últimos denominavam, jocosamente, os primeiros de emboabas, que na língua da terra dominada por eles era como se chamava um tipo de galinha calçada, que pareciam os calções que os portugueses usavam. Por essa razão, venho denominando de emboabas ilustrados o grupo de intelectuais da época que chama a atenção para a centralidade das minas e comungam da ideia do Brasil como local destinado para e pelos portugueses.

Certo é que o termo “emboabas” acabou por se arraigar e a identificar apenas os portugueses, e a guerra travada no coração das Gerais foi fundamental para a conformação da ideia da centralidade das Minas na sustentação econômica do império e do perigo que sua perda poderia representar. Ainda que tal configuração mitológica seja difícil de ser visualizada hoje em dia, ela era inteligível a seus contemporâneos, pelo menos por parte deles, porque era compartilhada por outros que, como Soledade, acreditavam que as Minas Gerais estavam destinadas aos portugueses em detrimento dos paulistas descobridores. Tal noção é construída primeiramente entre os reinóis emigrados (caso de Soledade). Para esses, a região adquire uma conformação edênica, e é a partir deles que a ideia é encampada pelas autoridades locais para depois se generalizar no seio da elite administrativa portuguesa. É entre esses que, aos poucos, se configura com clareza a percepção da importância do ouro para o enriquecimento do império português e do deslocamento do seu eixo econômico do Índico para o Atlântico Sul. Isto é: da Índia e da China para o Brasil.

A novidade do mapa de Soledade é que quase todo o Brasil apresenta riquezas minerais e não apenas a capitania de Minas Gerais, com destaque para a Bahia. Ali, além das

minas auríferas da Jacobina, ele afirma que foi responsável por descobrir minas de prata. Tudo indica que se refere às minas de prata noticiadas, pela primeira vez, pelo mestre de campo Domingos Jorge Velho, que fora encarregado de destruir o quilombo de Palmares, em 1691, e delas teve notícias ao longo do caminho para as Alagoas. Fica a dúvida se as que se refere são as que Soledade afirma ter encontrado nas proximidades de Itacambira, entre o Serro do Frio e a Bahia, localidade citada no documento, ou as da Paraíba, que possuía “serras ricas”, e que era subordinada ao governo de Pernambuco, o receptor da carta. Certo é que um certo João Pregador, que se encontrava prisioneiro dos paulistas, afirmou que por ali teria examinado umas minas de prata, em cujas proximidades haveria outra de esmeraldas.²⁵ O governador de Pernambuco, o marquês de Montebelo, mandou averiguar a viabilidade dessas minas, “que em algum tempo os flamengos abriam” e ele mesmo se deslocou ao local onde viu “o buraco”, mandando cavá-la para de novo colocá-la em exploração, mostrando-se animado, pois afirmou que lhe parecia que “não haverá dúvida de sua viabilidade” já que os flamengos haviam tirado bom rendimento.²⁶ Como Soledade, que acreditava ser o “Maranhão pobre, porque te não aplicas as [suas] Serras ricas”, outro governador de Pernambuco, Diogo Botelho, em 1603, ordenou que se abrisse um caminho entre Pernambuco e o Maranhão, “onde há presunção que existem [...] minas de importância” e que várias pessoas já se ofereciam para seu descobrimento.²⁷

Assim, as minas que englobam quase todo o Brasil se apresentam, no mapa, como um verdadeiro “saco de ouro do sul” — palavras do autor —, saco esse claramente visível no

²⁵ Biblioteca Nacional de Portugal-BNP. Reservados-R, código 239, f. 364-365, “Carta que se escreveu ao mestre de campo Domingos Jorge Velho...”, 19 de dezembro de 1691.

²⁶ BNP. R, código 239, f. 355-357, “Carta que escreveu o mestre de campo Paulista Domingos Jorge Velho”, 7 de outubro de 1691.

²⁷ “Correspondência de Diogo Botelho”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 73, n.1. p. 38, 1910.

desenho e que se configura na corrente de montanhas que se conectam, delimitando e englobando o espaço minerador cortado por vários rios. Segundo Soledade, seu terreno se espraia entre o Rio de Janeiro e a Bahia e essas “terras dos sertões do Brasil são tão monstruosas, e montanhosas, que, em parte, se dificultam ao trato, e com muita distância se rodeiam, em tal forma que, para montar um grau de latitude, se trilham 40 a 50 e mais léguas”. Claro que existe, nessa conformação, uma certa correspondência real com o espaço representado, sem o que o documento de nada serviria ao viajante, e, de fato, o território minerador é marcado por uma geografia montanhosa, de onde vertem grande parte das maiores bacias hidrográficas do Brasil (a grande exceção é a amazônica), situando-se aproximadamente nas latitudes indicadas. É nessa correspondência efetiva que se assenta a certeza de Soledade da utilidade de seu mapa para quem quisesse seguir seus passos.

Esse mapa traz à tona uma construção imaginária que os colonizadores iam compondo das Minas Gerais, em particular, e, por extensão, do Brasil. No século XVIII, o espaço minerador passou a ser compreendido como equivalente ao paraíso terrestre, difícil de ser encontrado — cercado por rios e montanhas —, mas cujas riquezas — ouro, prata e pedras preciosas —, concedidas por Deus, eram reveladas àqueles que a buscavam com grande esforço. Vários outros elementos do mapa, não tão evidentes, reforçam esse mito edenizador: o estranho desenho que aparece junto às linhas que se cruzam à meio do território — o texto esclarece tratar-se da Lapa do Bom Jesus, importante devoção dos habitantes do norte de Portugal, de onde provinha a maioria dos lusitanos emigrados —, dois crucifixos — um acima de uma dessas duas linhas e o outro de uma serra, a de Itacambirucu, que “tem ouro e poderá ter prata”, conforme era inerente ao paraíso terreal —, há ainda a inscrição “*ad maiorem Dei Gloria*”, ou seja “para maior Glória de Deus” — lema da Companhia de Jesus, para quem o território do Novo Mundo era

espaço revelado por Deus para expansão da fé católica. Esses elementos imprimem e revelam o caráter mítico-religioso atribuído ao território pelo autor, compartilhado com os demais portugueses da época.

Outro indício do caráter edênico atribuído a essa vasta região mineradora do Brasil é a própria biografia de Soledade. Seu nome de batismo era Francisco Mendonça Mar e era um reíno emigrado de Lisboa para Salvador, onde chegou em 1679. Nessa cidade, o pai exercia o ofício de “surrador de couro”, “no Canto do Terreiro de Jesus” e ele aprendeu o ofício de ourives. Por volta de 1690, depois de um desentendimento com o governador sobre o pagamento de um trabalho de ourivesaria de uma pintura no palácio do governo, “se foi para o sertão com a sua tenda” de ferreiro. Primeiro se estabeleceu nos “Campos da Conceição, perto da Vila da Cachoeira”, em seguida foi para Jacobina. Ali começou a “fundir pedras de cobre na ribeira do Pindobuçu”, fazendo-as passar por ouro. Tendo sido descorbeto sua prisão foi ordenada pelo governador da Bahia que o mandou se retirar de Jacobina. Assim, seguiu para as proximidades do rio São Francisco, onde continuou a fazer ouro falso e depois de receber um tiro numa contenda em que se envolveu com Belchior Ferreira, mudou-se para a Vila de João Amaro, já no caminho para as Minas Gerais, onde impossibilitado de exercer seu ofício por ter ficado “aleijado e torto” se tornou “vaqueiro de uma fazenda”. Em seguida, “se fez ermitão” da “ermida de Santo Antônio da Povoação, deixando crescer as barbas, onde estava publicamente posto a receber as esmolas que davam aos passageiros para aquela ermida, por ser uma estrada pública e geral para as Minas”. Refere-se exatamente à Lapa do Bom Jesus, que ele mesmo edificou, nas proximidades, tomando o nome de Manoel Francisco da Soledade, depois de ordenado pelo bispo de Salvador, Dom Sebastião Monteiro de Vide, em 1705. Por ali passava “a Estrada Real das Minas do Rio das Contas, das Minas Novas, das Minas de [I]Tocambira e das Minas Gerais”, e inquirindo os que por ali passavam, reuniu

“as notícias verbais que lhe contavam os passageiros que por ali passavam” dessas três regiões mineradoras. Foi acusado de ter nessa mesma ocasião “alcanç[ado] um mapa daqueles sertões do capitão mor Antônio Vellozo da Silva”. Certo é que, sem autorização passou para o reino, apresentando a Dom João V o produto de ter “corr[ido] por espaço de 30 anos a maior parte dos sertões do Brasil e demarcara neles muitas minas abundantes de ouro, de prata e outros metais e pedras preciosas, apresentando-lhe um mapa que havia feito nos ditos sertões”. Pediu ao rei o posto de guarda-mor das minas que descobrira.²⁸ Soledade se tras muda de minerador para religioso e novamente para minerador, compreendendo os espaços mineradores que descreve como edênicos. É isso que explica a centralidade que a Lapa do Bom Jesus ocupa no mapa.

Se o paraíso bíblico havia sido maculado pela serpente no mapa de Soledade, coube aos índios ocupar esse papel. Descritos como estando reunidos em “nações de gentios bravos”, eles “ocupam terras que podem produzir ambos os metais”: ouro e prata. E, ainda que se encontrassem “alguns alas escandalizados com as matanças que lhes têm feito”, a ocupação de suas terras pelos colonizadores, a quem Deus as destinara, vinha sendo feita “metendo-os de paz, com bandeiras de guerra, festivais e resgates campais”. A referência ao esforço do luso-brasileiros em converter os índios ao catolicismo, dessa forma apoderando-se de suas terras, mais uma vez reforça o caráter paradisíaco do território: só com grande esforço o paraíso pode ser alcançado pelos verdadeiros fiéis. A expressão *Labor omnia vincit*, retirada das Geórgicas 144 e 145 de Virgílio, cuja tradução é “o trabalho tudo vence”, reforça ainda mais esse significado.

Tal construção edênica do espaço minerador era alimentada pelos mitos da antiguidade, relidos à luz da tradição católica, dos relatos dos que exploravam e abriam a região

²⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Manuscritos. LEAL, DL 970.3, lata 5, doc. 5, f.46v-50

e das informações fornecidas pelas populações autóctones. Mas, apesar de em grande parte imaginado, esse mapa revela como os homens reinterpretavam e reconstruíam continuamente o espaço que lhes cercava. Essa criação só pode ser entendida, então, em seu aspecto simbólico, porque não representa uma imagem matemática e geometricamente fiel, espelhada, do espaço. Ao contrário, imprime e perpetua a ele novos significados, reflexos das experiências vividas por esses homens: algumas delas concretas, como as dificuldades de acesso ao território e suas riquezas minerais, e outras tantas sonhadas. O mapa se revela também como uma arma na disputa política entre paulistas e emboabas, representando as minas segundo as concepções dos últimos, e entre esses dois grupos e os indígenas, buscando legitimar o seu domínio luso sobre as novas descobertas realizadas pelos e para os portugueses. Era um mapa que se constituía como um simulacro, pois, ao mesmo tempo que revela a terra que o colonizador português abria, infere a ela novas dimensões e significados, compondo um jogo infinito de espelhos ondulados.

Bibliografia

- PITA, Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia, 1976.
- CONCEIÇÃO, Hélida Santos Conceição. *O sertão e o império: as vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018.
- FURTADO, Junia F. Emboabas ilustrados. In: *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.115-122.
- FURTADO, Junia F. Do mapa do metrô de Londres ao mapa do São Francisco: as várias grafias do saber. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. (orgs.) *História & Parcerias*. Rio de Janeiro: Edur, 2018.

3.2. O Ceará Grande e os dilatados sertões em cartas e mapas: espaços de conquista, redes de comércio e geografias coloniais entre as capitanias do Norte da América portuguesa (1760-1817)

**Antonio José Alves de Oliveira
(Doutor em História, Universidade Federal
de Santa Catarina)**

A capitania do Ceará Grande, desde fins do século XVII, foi lugar de passagem e de encontro do gado que descia desde a capitania do Piauí e se deslocava até os sertões do São Francisco, onde era vendido nas feiras locais, visando abastecer o mercado interno de carne, importante produto de subsistência. Era o comércio colonial desse e de outros produtos que a conectava à capitania de Pernambuco, da qual era capitania anexa, e às redes mercantis de abastecimento que alcançavam a Bahia e Minas Gerais, através do caminho geral do sertão. A partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa estimulou a busca de um melhor aproveitamento dos espaços coloniais e de suas potencialidades. Com esse pano de fundo, foram enviados administradores coloniais e naturalistas para a América portuguesa e a capitania do Ceará não esteve à margem desse movimento.

Entre fins do século XVIII e começo do século XIX, tais administradores coloniais e naturalistas produziram uma miríade de representações espaciais sobre os caminhos que cortavam o interior da capitania, ao mesmo tempo em que buscavam reorganizar e reordenar esse espaço. Essas iniciativas incidiram igualmente sobre as conexões comerciais estabelecidas por meio das redes de abastecimento, que se especializaram naquele “espaço da conquista” dos “dilatados sertões do Norte”. Esse capítulo, baseando-se na História da Cartografia, intenta inquirir mapas e representações espaciais, produzidos pelos administradores coloniais e por naturalistas, nesse período, mais especificamente entre 1766

e 1817, como a *Notícia Geral sobre a Capitania do Ceará*, de 1783, do capitão-mor Coutinho e Montaury; e o *Guia dos Caminhantes*, de Anastásio de Santanna, de 1817. Pode-se citar ainda o *Mapa da Capitania do Ceará*, de 1799, de João da Silva Feijó, que não será aqui analisado. Busca-se atentar para a representação das espacializações e das territorializações portuguesas das redes de abastecimento que conectavam as feiras dos sertões, aproveitando-se dos caminhos do gado, que ligavam o Ceará com as demais capitanias ao sul, como Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Igualmente, investigam-se os conflitos e as tensões que surgem nestas representações espaciais, no que diz respeito ao mundo natural e aos grupos indígenas existentes naqueles sertões.

A Notícia Geral

Em outubro de 1782, o então capitão-mor do Ceará Grande, João Baptista de Azevedo Coutinho e Montaury produz a *Notícia Geral sobre a Capitania do Ceará*, que versava sobre o território sob sua administração. Após realizar um relato minucioso acerca das produções locais e uma descrição espacial da capitania, mapeando as distâncias entre os seus principais rios, Montaury avalia que aquele vasto espaço se achava estéril “pelo pouco cuidado que se tem aplicado ao seu aumento, podendo de outro modo vir a ser o mais florido de toda a América portuguesa”.²⁹ Montaury ocupava o cargo de capitão-mor havia pouco mais de um ano, e demonstrava grande preocupação em relatar e descrever as potencialidades do mundo natural daquelas vastas porções dos territórios ultramarinos portugueses, assim como refletir de que maneira as populações dos “dilatados sertões” poderiam

²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Documentos Avulsos do Ceará (DAC), caixa 9, doc. 591. Ofício do capitão-mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, encaminhando um relatório geral sobre a Capitania, post. 1782.

vir a ser úteis para o florescimento da colônia e o engrandecimento do reino.

Alguns anos antes, em carta datada de junho de 1779, o ouvidor da mesma capitania, José da Costa Dias e Barros, responsável pelas correições trienais no interior, reclamava das condições daquelas paragens que considerava lastimáveis e caóticas. Para além das dificuldades impostas pelo meio ambiente, pelas intempéries climáticas e pela ausência de bons caminhos e estradas no interior, outro fator se mostrava incompreensível ao seu olhar: a violência que grassava entre os habitantes dos tais “dilatados sertões”, produto da sua configuração social e da ordem ali imperante, que as autoridades régias se esforçavam em regular. Ele afirma que, tão logo entrara na administração da capitania, realizara uma “correição [n]esta comarca de Ceará, [onde] admirei com dor e impaciência o seu deplorável estado. Vi com horror os contínuos assassínios, os roubos e todos os insultos os mais execrados, perpetrados por uma multidão incompreensível de homens facinorosos e libertinos, que infestavam este dilatado sertão”.³⁰

Outras “Notícias Gerais”, como esta, mapas mentais e mapas-relatos dos sertões das capitanias do Norte somam-se aos sucessivos envios de caixotes contendo espécimes vegetais e minérios, revelando uma política administrativa que denota preocupação com a representação imagética e cartográfica dos chamados “dilatados sertões”. Tais formas de representação passaram a ser cada vez mais importantes no último quartel do século XVIII em razão do influxo da economia da América portuguesa, estimulada pela Coroa, que investia na sua diversificação, principalmente no que dizia respeito a suas potencialidades agrícolas. Portanto, as descrições dos espaços do Ceará e de suas gentes, especialmente o sertão

³⁰ AHU. DAC, caixa 9; doc. 564. Aquiráz; Carta do ouvidor do Ceará, José da Costa Dias e Barros, à rainha [dona Maria I] apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação para as fintas que estabeleceu, 25 de junho de 1779.

interior, estavam diretamente relacionadas à necessidade de melhor aproveitar as áreas até então negligenciadas pela economia colonial. Os responsáveis por tais mapas-relatos eram ou naturalistas ou administradores coloniais, tais como os capitães-mores e ouvidores, que a partir da reforma de ensino da Universidade de Coimbra, em 1772, estavam sendo preparados para a investigação da natureza.

Os sertões cearenses, no entanto, não eram espaços vazios ou desconectados da economia regional, visto que havia quase um século que ali se criava gado. Desde o final do século XVII, relatos, como o do sertanista João Velho do Valle, sobre um caminho por terra que se buscava abrir, na década de 1690, ligando o Estado do Maranhão e Grão-Pará ao Estado do Brasil, já apontavam para a existência de antigos caminhos no interior, abertos pela prática da pecuária extensiva e que permitiam abastecer o mercado interno de carne, conectando desde as áreas de criadouros, no Piauí, até as feiras nos sertões da Bahia. Mas não somente. As capitanias do Norte, entre 1680 e 1750, também abasteciam o mercado externo com solas e couros, usados para revestir os rolos de tabaco empregados principalmente no tráfico atlântico de escravos, e principalmente com carnes secas, produzidas nos dilatados sertões, que também podiam ser consumidas na travessia atlântica. Tratava-se de um mercado ascendente, que revelava a continentalidade do capital mercantil, conectando distantes capitanias na América portuguesa e que fazia florescer vilas e cidades nas proximidades do litoral, chamadas então de “portos do sertão”, como Aracati, no Ceará, e Parnaíba, no Piauí. Esses caminhos internos, entre fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, não apontavam para uma perenidade das conquistas e especializações portuguesas. Assim, havia avanços, principalmente na conexão de rios e seus afluentes, quando eram distribuídas, em suas margens, patentes e terras, que buscavam perenizar o povoamento. Mas, da mesma forma, havia influxo do espaço colonizado, devido aos ataques de grupos indígenas e abandono de ter-

ras causadas pelas secas e outras intempéries climáticas. A abertura de caminhos e as conexões que o capital mercantil promovia no interior da América portuguesa, não se configuraram, portanto, como trajetórias inabaláveis de conquistas, como um progresso irresistível.

No final do século XVIII, o mapa-relato elaborado por Montauray salienta, a princípio, a importância da costa da capitania e a utilidade que poderia advir de sua navegação. Por ser uma capitania litorânea, o que por si só adquiria valor utilitário, ele ressalta a importância da existência de águas para as embarcações, com a capitania se beneficiando ao conectar o comércio de cabotagem com o intracolonial, através do caminho para o Maranhão, ou, conforme o sentido da navegação, para Recife e Salvador. Sublinha as possibilidades de exploração de algumas potencialidades econômicas já apontadas anteriormente, como as salinas, que haviam sido parcamente exploradas pelos holandeses, no século XVII. Ressalta ainda a possibilidade de navegação dos principais rios da capitania, o que em muito beneficiaria o comércio. Entre esses rios, destacou o Jaguaribe, por meio do qual era possível comunicar-se com o dilatado sertão e de onde fluíra, por todo o século XVIII, o mercado das carnes secas, que alcançava a vila de Santa Cruz do Aracati, “porto de sertão”, onde aportavam sumacas que faziam a navegação de cabotagem pela costa.

Essa navegação costeira, pela qual chegava o sal do Rio Grande e o comércio do gado e seus derivados, couro e solas, eram, no final do século XVIII, as principais atividades comerciais da do Ceará Grande, e a vila do Aracati representava o ponto estratégico de escoamento dessas mercadorias, subprodutos da pecuária, entre os quais também se incluía a produção de carne seca. O gado percorria o sertão, através, principalmente, do chamado caminho geral do sertão/sertão, que segundo o autor anônimo das “informações sobre as minas do Brasil”, era o caminho

pelo qual entravam e cortando vastos desertos que medeiam entre as vilas [de São Paulo] e o do Rio [São Francisco] nele fizeram várias conquistas de Tapuias, e passaram a outras para os sertões, de diversas jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco e Bahia sendo para todas geral o do caminho até aquele termo fixo que faziam nesta, ou naquela parte do Rio de São Francisco, em o qual mudavam de rumo conforme a jurisdição, ou Capitania a que se encaminhavam, ou conveniência que se oferecia.³¹

O gado que atravessava a capitania do Ceará Grande era item importante que circulava nas redes mercantis internas, indo inclusive abastecer a região das Minas Gerais, que a partir da primeira metade do século XVIII, se constituiu de pujante mercado consumidor, inclusive de carne. Depois de passar pelo Ceará, esse circuito atravessava os sertões de Pernambuco e da Bahia, alcançava o São Francisco e, principalmente pelo caminho geral do sertão, conectava distantes capitanias e alimentava interesses de amplas redes mercantis, que se expandiam até aquelas paragens.

No final do século XVIII, o mapa-relato de Montaury, confere um determinado sentido narrativo espaço-temporal sobre o Ceará e do mundo natural dessa capitania. Sendo assim, os sentimentos de ruína, do abandono, do esquecimento e das longas distâncias conferidos pelo autor e que marcam a sua descrição é um registro acerca das mudanças e do sentido nem sempre progressivo das conquistas e das especializações portuguesas na América. Ao tempo é também uma retórica, que enfatiza o seu intento de valorizar a novidade e as novas projeções trazidas por ele próprio à região, dar atenção às atividades agrícolas e valorizar os espaços e as

³¹ "Informações sobre as Minas do Brasil" (1707). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LVII, p. 172, 1935.

potencialidades de que fora incumbido pela Coroa portuguesa de registrar e de exercer sobre eles maior controle. Seu mapa-relato ainda permite entrever os caminhos então existentes, que promoviam uma configuração interconectada desse espaço com as demais capitanias do norte e mesmo do sul, caso de Minas Gerais, cortando seus dilatados sertões. Numa perspectiva de história conectada, essas vias haviam, durante todo o século anterior, costurado histórias comuns de espacializações, promovidas pela expansão da pecuária e, principalmente, pelo comércio interno. No que concerne aos sertões, Montauray o apresenta enfatizando as muitas possibilidades abertas na sua conquista, como um mundo novo ainda a ser explorado:

O sertão é tão dilatado, que confina com a da capitania do Piauí, e tem comunicação com a de Mato Grosso, Serro do Frio e Minas Gerais. Este vasto território se acha presentemente esterilizado, pelo pouco cuidado, que se tem aplicado ao seu aumento, podendo de outro modo vir a ser o mais florido de toda a América portuguesa.³²

O mapa-relato da capitania aponta o importante papel exercido pela pecuária extensiva, pois foi ela que estabeleceu as conexões comerciais entre os espaços do interior, conectando diversas capitanias ao adentrar os sertões rumo às terras dominadas pelos indígenas, os ditos “Tapuias”, como os luso-brasileiros se referiam às nações indígenas que resistiam ao seu processo de interiorização. A forma como essa atividade era exercida aparece na descrição de Montauray como de extrema importância, mas sobre a qual era necessário que se estabelecesse um maior controle, implementando uma série de reformas nos mecanismos de arrecadação e de

³² AHU. DAC, caixa 9, doc. 591, Post. 1782. Ofício do capitão-mor do Ceará...

tributação, especialmente sobre a recolha dos dízimos para a Fazenda Real. Ele também atribui aos administradores locais, especialmente ao ouvidor, a diminuição do comércio do gado e seus subprodutos, que implicavam no decréscimo do pagamento dos tributos que incidiam sobre esses gêneros. É preciso destacar, no entanto, que tal retórica era comum no mundo colonial português, resultante das disputas de jurisdições as autoridades em exercício.

O comércio mais universal que presentemente se faz em toda aquela Capitania, consiste nos gados, carnes secas, salgadas, couros e solas, que em todos os postos dela se extraem para os outros, saindo delas imensas embarcações buscar estes gêneros por ser esta capitania, que delas socorre as outras em razão de sua grande abundância. E achando-se presentemente muito mais diminuto este ramo do comércio pela vexação que experimentam estes povos no arbitrário despotismo do atual ouvidor, que pela imposição, em que se acham proveniente governador, se acha incumbido da regência do mesmo governo, em virtude da qual lhes impõe onerosas contribuições de que Sua Majestade não percebe utilidade, fazendo por este modo com que muitos dos moradores principais das vilas se retirem aos matos, arruinando por este modo, não só o comércio, mas até a mesma população. Contudo sempre se calcula, que importa este mesmo giro de negociação, em o valor de mais de hum milhão anualmente nas suas exportações³³.

³³ Idem.

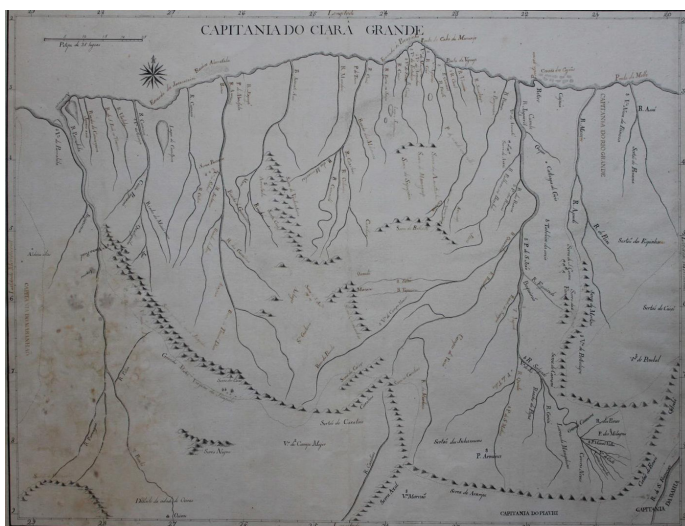
A cartografia

Nos mapas produzidos no final do século XVIII, onde o melhor aproveitamento das potencialidades coloniais nos seus diversos espaços se fazia de modo mais imperativo, foi comum apresentar as entidades geográficas em suas unidades, as capitanias, como nos de João da Silva Feijó, intitulado *Mapa da Capitania do Ceará*, de 1799, e no mapa do autor anônimo, intitulado *Capitania do Ceará Grande* (Figura 1), que pertenceu à coleção Cartográfica do 1º visconde de Balsemão, que foi governador da capitania do Mato Grosso na segunda metade do século XVIII.³⁴ Este último mapa apresenta o Ceará como uma nova entidade geográfica constituída por fronteiras naturais. Dois grandes rios, o Mossoró e o Parnaíba, a delimitam a leste e oeste, respectivamente, e uma cadeia de montanhas circunscreve todo o espaço a sul e sudoeste da capitania. Ademais, apesar de enormes espaços em branco no que diz respeito aos sertões, a organização do território se dá por meio dos “caminhos naturais”, traçados pela teia dos rios e seus afluentes que se conectam cortando seu território. O rio Jaguaribe e seus afluentes possuem clara preeminência em relação aos demais. No entanto, a área mais densamente coberta por topônimos e inscrições, que é a mais densamente povoada, é justamente o entorno da vila de fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a capital, com as três vilas de índios próximas, que haviam sido criadas na segunda metade do século XVIII. Também aparecem em destaque a representação das férteis serras em seu entorno, de grande importância na produção agrícola da capitania. Seu território é retratado como se fosse a “realidade” dessa entidade geográfica, destacando suas terras férteis, suas possibilidades de trabalho e suas potencialidades. Também apresenta os sertões interiores, divididos em diversas espa-

³⁴ Biblioteca Pública Municipal do Porto, Coleção Cartográfica de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão, códice 24(20). *Capitania do Ceará Grande*, 17??, 49 x 63 cm.

cialidades, como o Sertão do Caicó, o Sertão do Enxu, o Sertão do Inhamuns, e o Sertão do Cavatius, em geral referindo-se às nações indígenas ali estabelecidas, onde já aparecem alguns núcleos urbanos, de maneira a integrá-los ao restante da capitania.

Figura 1 – Capitania do Ceará Grande



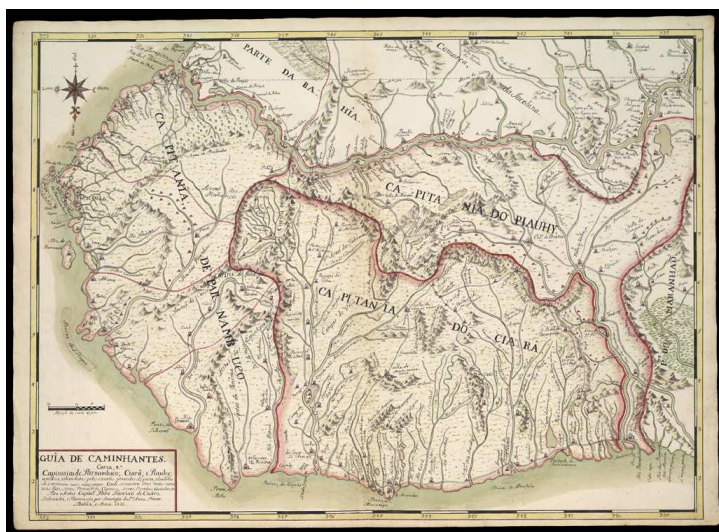
Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, s. XVIII

Em janeiro de 1817, é produzido o Atlas manuscrito intitulado *Guia dos caminantes*, de Anastácio de Santanna, que apresenta 14 telas ou mapas, detalhando os sertões do Brasil.³⁵ Desenhado na Bahia, pouco se sabe sobre o autor, sua vida e suas outras produções, o certo é que Santanna tinha interesse, à época, em compilar uma série de mapas das regiões interiores do Brasil, evidenciando as suas conexões. Na sua apresentação, indica uma suposta vitória dos colonizadores na luta imensa contra o mundo natural, aqueles sertões e aquelas gentes, que

³⁵ Fundação http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.htm

durara pelo menos dois séculos, atribuindo o sucesso da integração possibilitada aos caminhos e ao comércio. Os primeiros, após serem abertos, palmilhados e medidos pelos agentes coloniais, podiam, através de seus mapas, serem colocados sobre uma mesa, para serem observados e estabelecidas as medidas necessárias para seu controle. Anastácio afirma que seus mapas serão de grande utilidade “para aquelas pessoas que costumam ter suas correspondências, e comércios de uns para outros lugares, principalmente para os donos de sítios e fazendas no Brasil, seus feitores e fâmulos calcularem suas viagens e caminhos”. Seu intuito foi reafirmar que aqueles sertões não significavam mais riscos ou impunham dificuldades, pois os desígnios da Coroa portuguesa haviam sido finalmente concretizados e aqueles “dilatados sertões” foram povoados com os vassalos da Coroa, seus caminhos abertos e percorridos pelos comerciantes ou pelas bandeiras de descobertas. É o que se observa com sua Carta 8, que intitula *Capitania de Pernambuco, Ceará e Piauí* (Figura 2).

**Figura 2 – Anastácio de Santanna –
“Carta 8: Capitania de Pernambuco, Ceará e Piauí”**



Fonte: *Guia de Caminhantes*, 1817. Fundação Biblioteca Nacional.

Ao representar os sertões, Santanna destaca o grande número de rios que ligam as várias “províncias” interiores, assim como evidencia, por meio de um artifício do uso de cores distintas, as “fronteiras” entre elas. Estas foram possibilitadas somente após uma longa trajetória de “descobertas” dos caminhos interiores, que antes haviam criado uma espacialidade “naturalizada”, a das ribeiras, dos caminhos, que conectavam em histórias comuns as gentes do comércio interno que percorriam aqueles “dilatados sertões”. No final do século XVIII, outra forma de representar cartograficamente os territórios se impunha, que se ancorava na razão e criava espaços artificialmente construídos, entendidos segundo os imperativos do reformismo ilustrado e das transformações que visavam impor a ordem e o controle sobre a colônia e suas populações. Buscava-se responder a uma nova configuração política e econômica de organização do tempo e dos espaços. No mapa de Santanna, esses tempos e sentidos se sobrepõem, mas somente para afirmar um terceiro desígnio ancorado nas transformações vivenciadas nas primeiras décadas do século XIX e nas expectativas então estabelecidas.

A carta número 8 apresenta a capitania do Ceará, como também as do Piauí e de Pernambuco, que inclui as capitânias anexas de Paraíba e do Rio Grande. Apresenta a escala em um “petipé de vinte léguas” e, a legenda, posicionada no canto inferior esquerdo, indica o significado de alguns signos e as marcas traçadas no mapa, e esclarece que se trata das “Capitanias de Pernambuco; Ceará; e Piauí; unidas e divididas pelos círculos ponteados de preto, e lavados de carme-zim mais vivo e grosso. Onde se mostra seus mais notáveis rios; sítios, povoações capitais; serras; ervadas; caminhos. Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Delineadas, e Iluminadas, por Anastásio de Santanna, pintor, Bahia, Ano, 1816.”

O *Guia dos caminhantes*, além da representação do emaranhado de rios que conduz para o interior dos dilatados sertões da América portuguesa, busca produzir uma síntese

que ressalta a unidade da vasta porção do império português na América, conectada por teias de comunicação (caminhos terrestres e fluviais) que se imiscuem nos mais recônditos interiores desse espaço colonial. Não há limites entre as capitanias, acentuando a interiorização da metrópole e a criação de uma entidade geográfica interconectada entre si. Como nos demais mapas desde o fim do século XVIII, Santanna acentua que a colônia poderia ser melhor administrada e explorada, especialmente por meio dos caminhos que dinamizariam a agricultura e o comércio, o que expandiria e aumentaria a prosperidade da Coroa e dos súditos. A interiorização da metrópole se fazia possível com a retomada da interiorização dos negócios, possibilitada pela retomada dos antigos caminhos internos; pela indivisibilidade dos territórios da América portuguesa; e pela expectativa da formação de um “poderoso império”, que teria o Brasil como grande pilar.

Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson. "Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: O Novo Padrão de Colonização do Século XVIII". *Revista USP* (46), 2000, p. 66-78.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FURTADO, Junia F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- NOGUEIRA, Gabriel P. *"Às margens do império": a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento. (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2020.
- SANTOS, Márcio. *Fronteiras do Sertão Baiano*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

3.3. As representações de Spix e Martius e as conexões entre Maranhão e Piauí

**Helidacy Maria Muniz Corrêa
(Universidade Estadual do Maranhão)**

Entre as duas primeiras décadas do século XIX, os viajantes Johan Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius partiram do Rio de Janeiro em uma longa e extraordinária expedição em direção ao norte do Brasil. Irromperam pelo interior das Minas Gerais até chegarem ao Piauí, Maranhão e Pará e deixaram suas impressões acerca do que viram e vivenciaram. Este ensaio inicia sua viagem a partir das descrições do percurso entre o Piauí e Maranhão feito por esses viajantes/botânicos para refletir as formas como essas capitanias estabeleceram conexões entre si.

Martius elaborou o mapa *Rota da viagem...* (Figura 1) para mostrar, em uma conferência em Munique, a longa viagem concluída por ele, juntamente com Johann Baptist Spix e sua comitiva, pelo interior do Brasil, entre 1817 e 1820. Tratou-se de uma missão de governo organizada pela Áustria com o apoio do Brasil, como um dos eventos que envolveram os preparativos do casamento do príncipe Dom Pedro com a arquiduquesa austríaca Leopoldina. Os expedicionários partiram de Munique, passaram por Viena e de lá se dirigiram à corte portuguesa, de onde fizeram a travessia atlântica para o Rio de Janeiro. Ao longo de três anos, os cientistas viveram experiências, coletaram vasto e rico material sobre o Brasil profundo e produziram obras sobre “a feição do país como os costumes, a vida intelectual e burguesa dos habitantes”, que marcariam profundamente os estudos sobre o sertão brasileiro.

Figura 1 – Rota da viagem de Spix e Martius no Brasil, nos anos 1817-1820



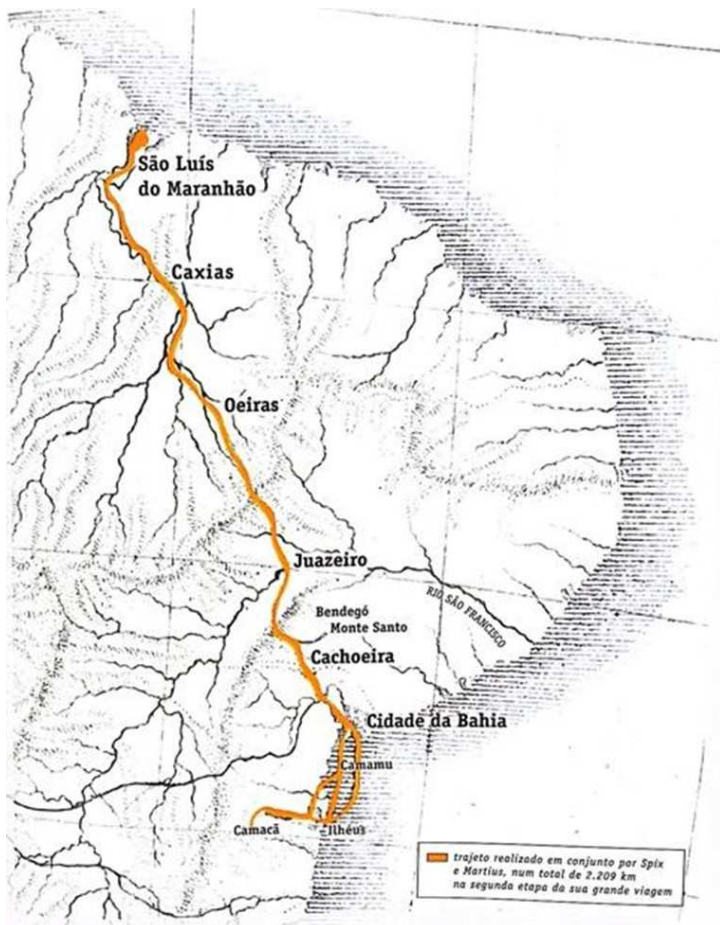
Fonte: Botanische Staatssammlung München, Martiusiana, cod I.C.1.19.

Comércio e viagens

Dentre as representações, impressões e percepções espaciais deixadas pelos alemães, interesse-me, neste ensaio, pelo relato que fizeram do percurso entre o Piauí e o Maranhão (Figura 2) constante no volume dois da obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, publicada por Martius, após a morte de seu companheiro, na década de 20 do século XIX. O itinerário percorrido pelos pesquisadores nos sertões do Piauí e do Maranhão assemelha-se ao trajeto das primeiras conquistas e ocupações na região, ocorridas a partir de 1730, quando as frentes pastoris provenientes do Recôncavo Baiano, atravessaram o rio São Francisco em busca de boas pastagens para o gado, adentraram a província do Piauí, ocuparam a ribeira do Parnaíba e chegaram ao sul do Maranhão. Um exame das figuras 2 e 3 revela com mais clareza as similitudes dos

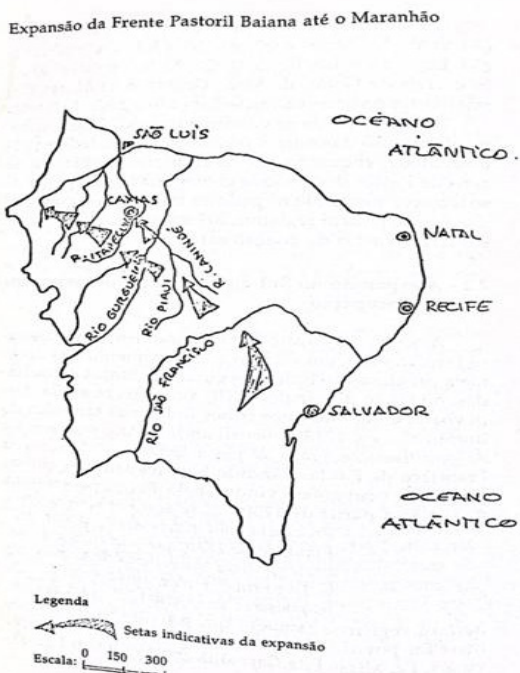
dois trajetos. Seria uma simples coincidência ou as trilhas do passado colonial ainda estavam vivas naquelas paragens exploradas pelos visitantes?

Figura 2 – Representação do percurso da viagem de Spix e Martius entre a Bahia e São Luís



Fonte: Rota da viagem de Spix e Martius no Brasil

Figura 3 – Representação da rota da conquista e ocupação da frente de expansão do gado baiano em direção ao Maranhão.



Fonte: CABRAL, M. do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís; SIOGE, 1992.

A conquista das novas áreas para a pastagem do gado modificou a paisagem do sertão do Piauí e do Maranhão e, sobretudo, criou uma sociedade baseada na pecuária. Fazendas foram instaladas, capelas erguidas, freguesias deram origem a povoados que se transformaram em vilas e centros administrativos, como Oeiras, a primeira capital do Piauí. No Maranhão, o gado alargou as fronteiras da dominação no sul, ocupou a ribeira do Parnaíba e fundou o povoado de Pastos Bons (1740). Foi uma ocupação tardia e diferente em relação

à conquista do litoral, e com profundos impactos na constituição socioeconômica da região. Apesar de pertencer ao Maranhão e devido à proximidade com o Piauí, Pastos Bons ficou sob a jurisdição da vila de Oeiras.

A paisagem da colonização sertaneja diferiu da litorânea pela sua constituição genuína. Foi uma ocupação tardia e diferente em relação à conquista do litoral, e com profundos impactos na organização socioeconômica da região, mas não significa dizer que estivesse isolada. É provável que essa antiga ligação tenha influenciado a decisão de Spix e Martius ao escolherem o percurso a seguir, iniciando-o em Registro do Juazeiro (hoje Petrolina).

Da Bahia, a comitiva atravessou o rio São Francisco chegou a Registro do Juazeiro e lá tiveram conhecimento de duas estradas, chamadas de Travessia Nova, que conduziam às nascentes do rio Canindé, até Oeiras, no Piauí. Na descrição da paisagem dessas fronteiras territoriais, os estrangeiros revelam uma conexão comercial intensa entre a Bahia, o Piauí e o Maranhão, cujo principal produto negociado era o “gado para corte”, além de mercadorias europeias e escravizados para suprirem as demandas dos fazendeiros do Maranhão. Ao deixarem o Registro do Juazeiro em direção ao Piauí, as mudanças do clima e da paisagem aguçaram os sentidos dos estrangeiros para novas vivências nessas partes do sertão do Brasil. Pernoitaram ao relento, penduraram suas redes sobre uma relva com flores e ficaram surpresos com aquele clima agradável com arbustos a exalar um perfume incomparável, e o sopro da primavera a animá-los.

A toponímia do lugar apresentada com vegetação alagadiça, fossos cheios de água da chuva, campinas com “tapete viçoso”, o delicado da relva e o “tempo verde”, como chamavam os primeiros meses de chuva, foram logo associados à paisagem humana. “O gênio alegre, folgazão, lhano, bondoso manifesta-se nas feições redonda dessa gente bem nutrida, forte e trabalhadora”. Mesmo não despertando maiores interesse, os registros das fazendas que lhes deram algum apoio

ao longo da jornada (Fazenda do Bom Jardim, Amargosa, Cruz de Valério, Mari, Angical, Santo Antonio, Alegre, Angico, Caboclo, da Serra Branca, Cachoeira, Campo Grande, Castelo) demonstram a vitalidade da economia no sertão do Piauí, a exemplo da pecuária em grande escala encontrada na Fazenda Cachoeira.

Ao longo do percurso, os rios (São Francisco, Parnaíba, Canindé, Camocim, Longá, Serrinha), as serras (dos Dois Irmãos, cuja parte central chamavam Serra de Ibiapaba, Araripe, Cariris) e as chapadas foram marcos geográficos das fronteiras entre Pernambuco, Piauí e Ceará, minuciosamente verificados pelos visitantes desde os aspectos geomorfológicos até a simples vegetação. Perceberam que a Serra dos Dois Irmãos pertence a extensa cadeia de montanhas que separa o Piauí das províncias situadas a leste, Pernambuco e Ceará. Atentos à variação climática em cada trecho transitado aprenderam, com os sertanejos, a diferenciação entre os meses de janeiro a abril, quando tudo verdejava e florescia com exuberância, e de agosto a dezembro, época em que a terra se tornava uma planície esturrada e morta.

As informações sobre os limites – os marcos geográficos, a toponímia, a paisagem entre outros – chegavam-lhes por intermédio das agradáveis narrações de vaqueiros que tinham tocado a boiada do Piauí para Pernambuco, e pelo capitão Matias José da Silva Pereira, arquiteto em Oeiras, capital do Piauí, muito experiente em viagens naquele trecho. Ao chegarem nessa cidade, a 3 de maio foram recepcionados pelas autoridades, o governador coronel Baltazar de Sousa Botelho e Vasconcelos e o capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco.

A cidade de Oeiras (1724), antiga Vila da Mocha, localizada a duzentas léguas de Recife e a 100 léguas de São Luís, foi brevemente apresentada pelos estrangeiros como “uma povoação insignificante” com “ruas irregulares, casas baixas de barro caiadas de branco”, distribuídas entre uma população de 14.074 habitantes, dependente de dois riachos de

“águas salitrosas” (o da Pouca Vergonha e o da Mocha) que deságuam no Canindé. A essa época, a população da província do Piauí totalizava 71.370 almas. O clima foi cuidadosamente descrito, enfatizando o calor intenso pelo qual passaram naquelas paragens; e a população, sempre associada à criação do gado, foi descrita como “saudável e robusta”.

Mas os viajantes vivenciaram um “sertão de águas” e aprenderam que, na época das chuvas, a situação era muito diferente, quando os moradores eram acometidos por “febres intermitentes”, durante os períodos chuvosos. Mesmo alguns homens da comitiva se queixavam dos insistentes acessos febris que lhes acometia desde a Bahia. Os visitantes reclamavam de que em Oeiras havia apenas dois cirurgiões e nenhum clínico para socorrer a população nas suas numerosas doenças, tais como fraqueza gástrica, flatulência, dispepsia, cardialgia e mal-de-engasgo, inflamação da garganta, dos olhos, e as doenças nervosas. A farmácia se encontrava em péssimas condições, pois os medicamentos vinham da Bahia ou do Maranhão.

Finalizando sua cartografia do sertão do Piauí, Spix e Martius apresentam as edificações militares, religiosas e governamentais implantadas na capital: um hospital “especialmente para soldados” com 40 leitos (destinado a cuidar dos soldados das duas companhias de linha que constituía toda a guarnição da província); uma igreja e duas capelas, “insignificantes”; um colégio jesuíta onde morava o vigário, sob autorização do bispado do Maranhão; o corpo funcional do governo, “funcionários de finanças e administrativos” e a ouvidoria.

O conhecimento da vida urbana e comercial do Brasil litorâneo e profundo acumulado ao longo da expedição pelos pesquisadores provocou uma rejeição à posição de Oeiras como capital da província. Incrustada no coração do sertão do Piauí foi considerada por eles como um lugar distante e isolado, de “menos cultura” diante da “civilização e riqueza” da Vila de Parnaíba. Essa última, ao contrário, estava situada

no litoral e desfrutava de importante comércio de algodão, fumo, couros, sebo e carne salgada, além de ser a povoação mais desenvolvida. Para os cientistas, a capital do Piauí não poderia ser nem mesmo um “empório” para os produtos do interior da província uma vez que não tinha acesso ao mar, ao passo que outras vilas, como Pernaguá, Jerumenha, Valença, Campo Maior, Marvão, estabeleciam suas conexões comerciais via marítimas com a Bahia, Parnaíba e Maranhão ou ainda para a vila de Aldeias Altas (atual Caxias, Maranhão), situada no rio Itapecuru.

A crítica dos naturalistas acerca da capital da província do Piauí e das suas conexões comerciais da região não os impediram de reconhecer o aspecto pitoresco e rico, sobretudo, geomorfológico do lugar, talvez porque sempre eram convidados a conhecerem algo mais sobre a região. Contudo, os corpos febris de alguns da comitiva lhes diziam que era hora de partir, romper as fronteiras do Piauí e avançar 40 léguas para chegar a Caxias, no Maranhão.

De Oeiras (Piauí) à vila de Caxias (Maranhão): “Que frutos produzirá tão violenta operação?”

A partir do segundo dia após deixarem Oeiras, os cientistas apresentam uma cartografia das condições sociais vividas pelos indígenas (geicós, timbiras, acroás e goguês – gamelas) daquelas paragens. Referiam-se aos impactos dos aldeamentos na vida desses nativos, informando o estado dos poucos sobreviventes (não passavam de 120) acometidos pelas bexigas. Sofriam de maus-tratos, encontrando-se em desamparo, perambulando e sem “asseio e ordem nas choças” Relacionaram o estado de abandono e de pobreza no qual encontraram os indígenas com os aldeamentos e a colonização impostos a eles pelos brancos, argumentando que essas experiências custavam elevado sacrifício humano.

A reflexão dos dois acerca dos indígenas decorre da percepção do permanente quadro de opressão ao qual esta-

vam submetidos e da presença constante de um ambiente de guerra no sertão, cruzado por bandeiras de tropas de linhas – em geral voluntários mantidos pelo Estado que lhes fornecia armas, munições e provisões – e que contavam com participação de lavradores. As estratégias das tropas de surpreender os indígenas nas malocas para, em seguida, subjugar-los como prisioneiros em aldeias isoladas das demais populações também foram destacadas. Da mesma forma, demonstraram que a inspeção de um diretor, nomeado pelo governo, assegurava o trabalho na lavoura, a catequização/expansão da fé e mantinha bem vivos os preceitos colonizadores.

O relato dos naturalistas expõe um amplo quadro de violência que recaía sobre os indígenas nos aldeamentos, desde o momento em que eram obrigados à imediata renúncia de seus hábitos e de seus costumes até o momento em que passavam a admitir e respeitar as leis e a religião que desconheciam até então. Apontaram que aqueles que não conseguiam fugir dessa hostilidade de algum modo se “degeneravam” numa vida ambígua, triste. Diante das profundas perdas culturais que resultavam do abandono de seus modos de vidas, sem que lhes fosse fornecido algum ensinamento que lhes retirasse desse obscurantismo, perdiam-se na “ociosidade e bebedeira”. Este era o resultado das tentativas de colonização das aldeias. Tais reflexões não foram fruto somente das observações diretas dos visitantes, mas também resultado de conversas com um índio principal, chamado Marcelino.

A viagem até Caxias, no Maranhão, foi de muito sofrimento para a comitiva que já se encontrava bastante debilitada com acessos de febres intermitentes e vômitos. A situação se agravou a tal ponto que precisaram contratar uns pretos escravizados das fazendas vizinhas, para transportá-los em “redes suspensas em varas”, o que possibilitou seguirem em frente. Nessas condições, chegaram ao rio Parnaíba, na fronteira do Piauí com o Maranhão, onde visitaram inúmeras fazendas de algodão e o rio das Balsas, até então, limite da ocupação das populações brancas. As regiões situadas mais

ao norte, esvaziada da presença do colonizador, eram, primordialmente, habitadas por indígenas acroás e gogûês. A navegação do rio Balsas no sentido da nascente era feita em canoas, enquanto no sentido da vazante o trânsito acontecia em balsas de tronco de palmeira buriti. Ao cruzarem a fronteira do Piauí e Maranhão, os naturalistas observaram que os principais produtos comercializados eram peles de boi, couro, carne salgada, fumo e algodão, tudo transportado por esse curso fluvial e pelo Parnaíba.

Ao chegarem à província do Maranhão, na fazenda Sucuriú, foram recebidos por um funcionário do governo. Sensibilizado com o lastimável estado da comitiva, especialmente, com o sofrimento de Spix acometido de dores e tumores, o anfitrião lhe ofereceu um remédio (unguento saturnino) para aliviar o incômodo e poder seguir até ser cuidado em Caxias. Inadvertidamente, porém, ele ingeriu excessiva quantidade do remédio e, durante a madrugada, sob uma chuva torrencial, Martius acordou com a agonia do companheiro. Era madrugada e estavam a nove léguas de Caxias, num acampamento improvisado, sob uma chuva torrencial, sem escravizados para transportar o doente.

Passado o susto e restabelecida a saúde, voltaram às pesquisas sobre o lugar onde se encontravam, quando colheram muito material sobre a cidade, a população, mas também sobre a economia da província do Maranhão. Caxias, antigo Arraial das Aldeias Altas, tornara-se vila em 1812. Com uma população estimada em 30 mil habitantes desfrutava de uma próspera e sólida economia baseada na cultura do algodão desde a época da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1775-1778). A maior parte da produção algodoeira (entre 25 a 30 mil arrobas) era comercializada com São Luís, mas também havia exportação para Liverpool. O algodão do Maranhão passou a ser valorizado por ter fios iguais, sólidos, resistentes e ser muito branco, servindo para a produção de meias e de chita de variadas cores. Em qualidade, perdia somente para os de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte

e Ceará. Diante de tal pujança, os cientistas detalharam o tipo e todo o processo da produção local do algodão.

Os indígenas do Maranhão

No descansar de uma e outra anotação técnica, essa narrativa era quebrada quando os olhares dos investigadores eram “atraídos” para a população nativa que lhes oferecia um “singular espetáculo”. Refiro-me a uma passeata com cerca de 50 indígenas, aponejicrãs e macamecrãs, também chamados de carauus, ocorrida em Caxias, que eles assistiram e descreveram. Sob a liderança de um Principal, os indígenas “em completa nudez” irromperam pela cidade, vindos das matas dos rios Mearim e Alpercatas com a finalidade de trocar produtos com os moradores. Os traços físicos, as qualidades e as culturas dos indígenas foram descritos, comparando-os com outros povos já conhecidos pelos viajantes. A robustez, a proporção, o porte e o andar denotavam a sua boa nutrição; mas a segurança e a agilidade não as tinham percebido em outras sociedades. Possuíam a mesma estatura dos brancos; a fisionomia dos jovens era franca e agradável, embora os traços característicos dos indígenas americanos fossem, para eles, inconfundíveis: “olhinhos”, nariz curto, achatado, seios salientes e testa baixa. Somente os idosos traziam furos nos lábios inferiores, feitos com cilindros amarelos, e apresentavam grandes incisões nos lóbulos das orelhas para o uso dos batoques de pau. A pele trazia uma tonalidade característica, “luzidia cor de cobre claro-pardacenta”, modificada somente quando doentes, miscigenados ou pelo modo de vida “mais civilizado”. Admirados, afirmaram que esses indígenas do Maranhão não tinham os rostos tatuados.

Nessas passeatas, os indígenas esperavam obter roupas, machados, facas e toda espécie de miudezas e, em troca, ofereciam grandes bolas de cera, plumas coloridas, arcos e flechas, artisticamente trabalhados. Apesar de espetacular aos olhos dos viajantes, a cena não era excepcional, mas uma estratégia recorrente adotada pelos moradores de Caxias

para conservar a “amizade” com os indígenas. A tática consistia em recebê-los bem, oferecer-lhes fartas quantidades de farinha, cachaça, fumo e tecidos de algodão de diversas cores. Desse modo, os moradores esperavam eliminar quaisquer sentimentos hostis ocorridos no passado. Ao final do dia, para celebrar os laços todos eram convidados a festejar.

Ao descreverem o ritual festivo, os viajantes mudam radicalmente sua percepção e passam de uma cartografia do corpo para uma cartografia dos desencontros. À noite, quando foram convidados a dançar à luz dos fogos, os indígenas apareceram pintados de tintas pretas e vermelhas, desenhados no torso, no rosto. As feições estavam “desfiguradas” pelo “furor bacântico” e os cabelos compridos da cor do negro corvo davam-lhes uma expressão “selvagem” e “horrorosa”.

Chamados a dançar sob o som de um boré, tocado por um deles, que foi seguido por outro que soltaria “urros monótonos”, sendo logo acompanhado por todos num “uníssonos espantoso” que repercutiu “terrivelmente” nas ruas da pequena cidade silenciosa, afugentando uma porção de morcegos. Iniciada a dança, os pulos e os “gritos” “sem regra” e o brandir guerreiro das armas, as “horrendas” contorções do rosto desse “desenfreado”, o barulho de “terrível desarmonia”, os estalidos dos maracás, tudo figurava como “uma cena do inferno”.

No ritual, a maioria usava calças curtas de tecido de algodão, provavelmente obtidas nas negociações realizadas durante o dia com os moradores locais. As poucas mulheres presentes, vestidas com “bastante decência” não participaram da dança, apenas recebiam os presentes que lhes ofereciam. Após essa fantástica experiência, a narrativa continua a tratar dos indígenas da região, mas com base em informações coligidas pelo militar Francisco de Paula Ribeiro, que explorou o sul da província do Maranhão, entre 1800 a 1823, em missões demarcatórias do território.

Considerações Finais

A comitiva partiu de Caxias pelo rio Itapecuru em direção a São Luís. Da longa jornada relatam a vitalidade da economia maranhense no início do século XIX proporcionada pela riqueza do solo, gado, rios, fazendas e vilas, sempre destacando o comércio fluvial ao longo do Itapecuru. Em São Luís, mal desembarcaram no porto, os cientistas logo percorreram as ruas, colheram informações e apresentaram uma cidade com ares “inteiramente burguês” em seus aspectos urbanísticos, nos costumes e na educação. A sociedade, para eles, apresentava dignidade no comportamento, tinha um tom seguro e educado, e as mulheres possuíam um “espírito ilustrado”. Após conhecerem Alcântara partiram de São Luís em direção ao Pará “satisfeitos por ter conhecido diversos ramos da lavoura do Maranhão”.

A viagem de Spix e Martius possibilita avaliar que a constituição das demarcações territoriais e cartográficas, em especial as do sertão do Piauí e do Maranhão, dependiam das impressões elaboradas pelos que estiveram a serviço do Estado. A palavra escrita foi a grande mediadora entre o que sempre existiu e o que foi materializado como paisagem. Um mundo pouco conhecido no centro político da corte foi apresentado aos viajantes, permitindo visualizar as conexões que existiam entre esses espaços longínquos, previamente conectados pelas atividades econômicas, especialmente a pecuária. Porém, todos os esforços de suas penas não foram capazes de captar a sua essência. Resta-nos identificar as proximidades para separá-las das atrofias que tantos desconfortos causaram.

Bibliografia

- CABRAL, M. do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.
- DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Martius*. Rio de Janeiro: Capivara, 2018.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean – Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec G. *Varando Mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: Editora UEMA, 2016.
- SPIX, J. Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

3.4. Pequenez gigantesca: a espacialização da continentalidade da economia colonial no centro da América do Sul

**Tiago Kramer de Oliveira
(Universidade Federal de Santa Catarina)**

O processo de dilatação da colonização portuguesa para o interior da América, na primeira metade do século XVIII, implicou na formação de ambientes coloniais estáveis e na abertura e manutenção de caminhos que integraram as atividades econômicas reproduzidas no centro da América do Sul a amplas redes urbanas. Neste ensaio, argumentamos a importância de nos atermos às dinâmicas socioespaciais desse processo. Uma forma de compreender esse processo é integrando à análise as noções de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. As estratégias de territorialização colonial, pensadas anteriormente ou no curso das ações, são antes força virtual – *vontade de poder* – do que uma etapa do processo. As práticas de territorialização colonial se confrontam entre si e com outras territorialidades e provocam desterritorializações. Desses múltiplos confrontos surgem as reterritorializações. A espacialização é o resultado momentâneo desses movimentos, que envolvem desde as sociedades indígenas e africanas às elites locais e autoridades régias, e colocam em evidência a dimensão ambiental da colonização, entrecruzando a idealização das paisagens, os projetos de poder e as transformações do mundo natural.

A colonização espacializou-se na desterritorialização e reterritorialização de temporalidades. Estruturou redes de comunicação e circulação que parecem ter como sentido último, e ao mesmo tempo irrealizável, a conversão dos diversos espaços-tempo à lógica imposta pela colonização. Concomitantemente, criou fluxos, intersecções, trânsitos e linhas de fuga nos quais os fragmentos de outros espaços-tempo se entrelaçaram às dinâmicas da colonização. O mapeamen-

to da América portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, é, ao mesmo tempo, o exemplo e a alegoria da performatização da dominação colonial. Os mapas contêm informações tomadas de indígenas, de intermediários (que viviam entre as sociedades indígenas e coloniais), de cristãos-novos (grupo recorrentemente acusado de praticar o judaísmo), negros escravizados e livres e, estendendo a lista, da gama de *pardos*, *mulatos*, *cabras* (entre outras denominações da época) que, com seus serviços – entre eles prestar informações úteis –, colocavam em movimento suas próprias estratégias. Emergindo de espaços-tempo diversos, uma conjunto de informações foram parar em mapas que produzem tanto a ficção de conversão dos diversos espaços-tempo à sua lógica, quanto distribuem sinais, detalhes e pistas que permitem que estudiosos atentos às espacializações possam investigar os meandros da produção do espaço, mesmo de espaços *míticos* ou *imaginários*.

No período entre as últimas décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII, a colonização ganha características continentais mais evidentes, o que não significa afirmar que, até então, os desdobramentos da colonização ficaram restritos ao litoral. Continentalidade é um termo direciona a atenção às dinâmicas da colonização nos interiores da América. Muita ênfase tem sido dada a importância de estudar a história do Brasil colonial em suas relações com outras partes do império português, em suas conexões atlânticas e, mais recentemente, globais. Com a mesma ênfase, argumentamos a pertinência em não perder de vista a continentalidade para a apreensão mais ampla e profunda dessas relações e conexões. Cabe ainda limitar a abrangência do objeto deste ensaio, que trata da espacialização das relações de comércio, ou, para usar os termos de Fernand Braudel, dos *jogos das trocas*, no centro da América do Sul.

Os jogos das trocas

A cartografia dos *jogos das trocas* poderia ser exposta com a descrição das vias de comunicação, das principais praças mercantis e dos principais produtos comercializados. Foi mais ou menos o que fez, em dezembro de 1772, o governador do Mato Grosso que deixava o posto, Luís Pinto de Sousa Coutinho, nas *Memórias* que serviam de instrução ao seu sucessor.³⁶ De suas propostas, destaca-se a perspectiva espacial da administração, como se diante de si houvesse mapas que dariam asas ao poder de imaginar a transmigração, o estabelecimento e a eliminação de populações. Sousa Coutinho se tornaria, nos anos e décadas seguintes, destacada personagem da diplomacia portuguesa, proprietário de valiosa coleção de livros e mapas e, em 1801, recebeu o título de visconde de Balsemão.

Em janeiro de 1769, aos 33 anos, Sousa Coutinho chegou à Vila Bela da Santíssima Trindade, edificada no vale do rio Guaporé, em 1752, como vila capital. A essa altura a capitania tinha apenas mais uma vila, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, de 1727, e era constituída por duas *repartições*, a do Cuiabá, com a colonização efetiva iniciada em 1722, e a de Mato Grosso, iniciada a partir de 1734.

Em meio às grandes e urgentes demandas no governo da capitania, Sousa Coutinho recebeu ordens de tomar providências para saldar uma dívida em favor de Francisco de Sousa Peres, a ser paga com os bens inventariados de seu falecido sócio em Cuiabá, Dionísio Xavier Carvalho. Esse estudo de caso revela a *continentalidade* das redes mercantis que se interiorizavam pela América portuguesa.

A dívida que Peres deveria receber dos herdeiros de Dionísio foi calculada em pouco mais de 20 contos de réis, sendo

³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Documentos Avulsos do Mato Grosso-DAMG, cx. 15, doc. 67, 68. Ofício do de Luís Pinto de Sousa Coutinho (...) sobre a tomada de posse do novo governador e as memórias com que instruiu o seu sucessor. Vila Bela, 25 de dezembro de 1772.

que cerca de oito contos foram pagos com as carregações e os rendimentos delas, 37 escravos entregues aos caixas da sociedade e três escravos vendidos em Goiás. A sentença não poupou palavras para demonstrar desconfiança com a gestão de Dionísio sobre os bens da sociedade: “com um fundo de mais de 80 mil cruzados posto a salvamento em um país de minas tão distante e onde todo negócio dá cem ou duzentas mais por cento ao mais ignorante comerciante, o dito administrador dá em perda de capital e seus relativos juros quarenta e sete contos cinquenta mil cento e setenta e três réis”.³⁷

É bem plausível que o Francisco de Sousa Peres em questão seja o homem de negócios residente em Portugal, que participou da arrematação de diversos contratos na segunda metade do século XVIII, entre eles o da pesca da baleia, ainda que um homônimo não possa ser descartado. As suas boas relações na corte, que o aproximaram inclusive do poderoso ministro Sebastião de Carvalho e Mello, o futuro marquês de Pombal, certamente servem para justificar o empenho das autoridades em executar as dívidas da sua sociedade com Peres em Cuiabá. Em 9 de agosto de 1748, um Francisco de Sousa Peres (é prudente não descartar a homonímia) recebeu dois cargos na vila de Cuiabá, o de tabelião e o de escrivão, podendo designar qualquer pessoa para exercê-los.

Dionísio não era o único a viver de seus negócios e acumular vários cargos administrativos em Cuiabá. Carlos Rosa identificou (entre os reinóis) pelo menos 26 homens de negócio entre 1727 e 1751, muitos deles reinóis, o que tem implicações nas práticas mercantis e na gestão administrativa. A memória da Guerra dos Emboabas (1707-1709) pesou em favor dos *paulistas* quando do descobrimento das Minas de Cuiabá na segunda década do século XVIII, que passaram a dominar os cargos camarários quando da fundação da vila de Cuiabá, em 1727. No entanto, entre 1727 e 1750, houve equilíbrio

³⁷ AHU_DAMG, cx. 14, doc. 65. Cópia da sentença dos autos das contas da sociedade entre Francisco Peres de Sousa e Dionísio Felix de Carvalho. Vila Bela, 20 de abril de 1771.

entre paulistas e portugueses. Já nos cargos fazendários, judiciais e eclesiásticos, entre 1719 e 1728, os paulistas estiveram duas vezes mais presentes, mas, entre 1729 e 1748, foram superados pelos portugueses em um para cinco. Isso decorreu da migração de portugueses que atuaram no comércio, significativa no Brasil entre as últimas décadas do século XVII e a primeira metade do XVIII, e teve implicações nas relações de poder nos principais ambientes urbanos.

A *continentalidade* das redes mercantis não foi uma consequência imediata da atração causada pela exploração do ouro, mas os grandes descobertos retroalimentaram, intensificaram e direcionaram o processo já em curso de integração dos interiores da América do Sul. Alguns movimentos concomitantes e mesmo anteriores aos descobrimentos auríferos, como a expansão da pecuária nos sertões nas capitanias do atual Nordeste brasileiro e a fundação da Colônia de Sacramento, no extremo sul da América portuguesa (base do comércio da pecuária na região), são exemplos da interiorização da exploração colonial conectada aos grupos mercantis.

Muitos estudos atribuem o ímpeto português em interiorizar a exploração na América como consequência da falta de alternativas diante das perdas de bases para o comércio com o Oriente. Convém, contudo, observar o quadro geral e perceber como o movimento desencadeado pela exploração dos interiores da América portuguesa estava integrado às dinâmicas da economia atlântica e mundial. A partir de meados do século XVII, Holanda, França e Inglaterra atuaram intensamente na disputa e na exploração de terras na América, em um movimento que se intensificou ao longo do século XVIII. Os números do tráfico de africanos escravizados dão a devida dimensão desse processo. Entre 1601 e 1650, portugueses/brasílicos são responsáveis por 72% da estimativa total de 527 mil desembarcados na América, de 1651 a 1700 por 47% de 995 mil, de 1701 a 1750 por 41% de 2,168 milhões, de 1751 a 1800 por 31% de 3,440 milhões, sendo neste último intervalo superados pelos ingleses (39%).

A migração de portugueses para o Brasil também foi expressiva na primeira metade do século XVIII. As estimativas variam de 100 a 600 mil. A migração para o Brasil – tanto a forçada de africanos quanto a de portugueses – teve Minas Gerais como principal destino. Mato Grosso não era Minas Gerais que, em meados da década de 1740, tinha cerca de 100 mil habitantes em ambientes coloniais, ultrapassando 200 mil em 1766 e 300 mil em 1776. As minas de Cuiabá e de Mato Grosso eram muito mais distantes do litoral atlântico e a produção aurífera total pode ser grosseiramente estimada, até meados do século XVIII, em cerca de dez vezes menos e sua população colonial não ultrapassou de pouco mais de oito mil habitantes durante a primeira metade desse século. Outras particularidades da região eram sua proximidade com os domínios espanhóis e sua condição de limite ocidental dos domínios portugueses na América. A pequenez da presença colonial em um espaço tão extenso e a magnitude dos custos materiais e, sobretudo, humanos necessários à sua manutenção, dão a medida da natureza do processo de dilatação dos jogos das trocas no interior da América portuguesa.

Foi na primeira metade do século XVIII que as principais vias de comércio foram estabelecidas interligando a região a várias outras partes do Brasil colonial. A primeira delas, essencialmente fluvial, a das monções, ganhou perenidade nos primeiros anos da década de 1720 e conectou Cuiabá a Arariaguaba, na vila de Itu. Em 1737, teve início o comércio pelo caminho de terra para Goiás. No começo da década de 1740 foi feito o reconhecimento do caminho fluvial com o Pará, o que implicava a ligação entre o Estado do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará. Para abri-los houve um sem-número de negociações, concessões de terras, direitos e privilégios, que movimentaram grupos de interesse que possuíam membros localizados nas mais diversas partes do império português, e provocaram profundos e duradouros processos de desterritorialização e reterritorialização de povos indígenas.

Geografia, cartografia e comércio

Diversas autoridades se queixavam do desconhecimento da geografia dos pretensos domínios coloniais. Além de servir para tomar ciência das características humanas e físicas do espaço geográfico, a cartografia desempenhou papel fundamental nas negociações diplomáticas. A afirmação é válida desde os primeiros tempos da colonização europeia, mas foi a partir do século XVIII que assumiu papel inédito na delimitação das fronteiras dos domínios coloniais em terras continentais, tendo como marco os desdobramentos do Tratado de Utrecht (1713-1715). O trânsito entre o Mato Grosso e o Pará entrou em pauta no período em que se negociavam os limites entre as possessões espanholas e portuguesas na América, desde as tratativas para o Tratado de Madri (1750) até as expedições demarcatórias que se seguiram a esse tratado e os posteriores.

O acúmulo de *conhecimentos práticos*, que informavam as autoridades e serviam de fontes aos cartógrafos, também esteve profundamente ligado às iniciativas de desenvolvimento do comércio. O ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, por exemplo, remeteu informações detalhadas de duas expedições lideradas por Francisco Leme do Prado, que navegaram a partir do Guaporé, em 1742 e 1743, chegando às missões jesuíticas e ao Pará, pela rota Guaporé-Mamoré-Madeira-Amazonas. Quando navegavam pelo Guaporé abaixo, encontraram “um índio velho que andava na sua montaria” e falava a “língua geral da terra” e que informou que rio acima a comitiva encontraria tantos índios quanto rio abaixo, mas “menos guerreiros e inimigos”. Parte da comitiva seguiu as indicações do “índio velho” e, meses depois, retornou ao Mato Grosso “com bastante gentio de várias nações que conquistaram e alguma mostra de ouro”. Além do relato escrito das expedições, o ouvidor assinou uma folha contendo um mapa dos rios, ilhas, distâncias, ambientes coloniais portugueses e espanhóis, da presença de territorialidades indígenas e de informações obtidas com os jesuítas espanhóis, além de representar o Porto da Pescaria, na barra do rio Sararé com o Guaporé.

As expedições lideradas por Francisco Leme do Prado usaram o “sítio chamado da Pescaria” para fabricar canoas e se preparar com “mantimentos e o do mais necessário para a viagem”.³⁸ Em 1743, a associação de João Gonçalves Pereira com os projetos de expansão das atividades mercantis em direção aos domínios espanhóis já era bastante evidente e ajuda a explicar seu interesse pelas informações geográficas recolhidas pelas expedições e expressas no mapa. Juntamente com os “comerciantes das Minas de Cuiabá”, o ouvidor apresentara um plano para estabelecer relações mercantis estáveis com os ambientes coloniais espanhóis, o que foi frustrado ao se ratificarem as proibições de abrir novos caminhos e de explorar a rota com o Pará.

Figura 1 – “Mapa da bacia hidrográfica dos rios Guaporé e Mamoré, com localização das missões da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela”



Fonte: João Gonçalves Pereira, *Mapa da bacia hidrográfica dos rios Guaporé e Mamoré, com localização das missões da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela*, 1743. Arquivo Histórico Ultramarino. CARTm_010, D. 0850.

³⁸ PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos [1743]*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

Outros mapas, mais alinhados aos padrões da ciência cartográfica então em voga, foram produzidos por volta de 1750 por João Gonçalves da Fonseca, no contexto de outra expedição, enviada pela Coroa a partir do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que intentava tomar para si o planejamento do comércio entre o Pará e Mato Grosso e, principalmente, com os vizinhos espanhóis. Além de um mapa que retrata a rede hidrográfica, o relevo e os ambientes coloniais entre a foz do Amazonas e o Mato Grosso, produziu o intitulado *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso*, que representa os arraiais e as lavras de ouro. Entre as últimas proliferam as “roças que se acham na circunferência da Chapada”, identificadas com círculos. Cerca de 500 dos 1.100 escravos matriculados nas Minas de Mato Grosso estavam ocupados em “lavouras de mantimentos; cujas fazendas se acham estabelecidas na planície em circunferência da Chapada”.³⁹

Figura 2 – “Configuração da chapada das minnas do Mato Grosso”



Fonte: João Gonçalves da Fonseca, *Configuração da chapada das minnas do Mato Grosso*, ca. 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. CARTm_010, D. 0858.

³⁹ FONSECA, João Gonçalves da. *Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá* [ca. 1750]. Cuiabá: IHGMT, 2001.

Os peixes do Guaporé e o produto das roças de Mato Grosso rapidamente entraram no circuito das trocas mercantis. Além de negociarem produtos trazidos de outras regiões da América, África e Europa, os comerciantes atuavam no comércio dos produzidos localmente. Em concomitância aos principais descobrimentos das minas de Cuiabá, e depois de Mato Grosso, formaram-se ambientes rurais que abasteciam o mercado local com gêneros de primeira necessidade, seguidos do plantio de tabaco e da edificação de engenhos para a produção de cachaça. Mais do que uma mera atividade de subsistência, a produção das roças, engenhos, fazendas e currais esteve vinculada aos circuitos locais e conectada às mesmas redes de circulação de capital mercantil por onde transitavam as demais mercadorias. As minas de Cuiabá e as de Mato Grosso recebiam do litoral uma diversidade de produtos (armas, pólvora, ferramentas, camisas, ceroulas, chapéus, marmeladas etc.) e, sobretudo, africanos escravizados. Pelo caminho de Goiás, destaca-se o fluxo de gado bovino e cavalos, que tiveram grande impacto nos transportes e na formação de currais, principalmente a partir de 1740.

Os altos preços que justificavam investimentos de grande monta, como os de Francisco de Sousa Peres, era o que animava os colonizadores a explorar as terras e a fazer uso de escravizados africanos e indígenas administrados, abastecendo o mercado local. Uma lista feita no governo de Pinto de Sousa Coutinho, em 1771, de 85 pessoas que “possuíam sesmarias no lado ocidental do Guaporé” indica a intensificação das atividades agropastoris na repartição do Mato Grosso. O que não quer dizer que não havia problemas de abastecimento e muitas queixas de “carestia”, a exemplo do que acontecia recorrentemente nas capitanias do litoral. As instituições por meio de suas autoridades procuravam intervir para aumentar a oferta e fomentar a produção agrícola. Na *repartição* de Mato Grosso, as mercadorias, tanto as produzidas localmente quanto as importadas, custavam de três a dez vezes mais do que em Cuiabá e um dos fatores que justifica essa diferen-

ça era o controle dos preços exercidos por sua câmara local, o que não vigorou nos arraiais de Mato Grosso. Os altos preços alcançados nessa última capitania eram garantidos pelo fluxo de ouro oriundo das minas locais.

Evidenciado a relação entre mineração, comércio e atividades agropecuárias, interligados ao processo de interiorização do povoamento, o governador Sousa Coutinho afirma não ter sido “nada austero em dar baixa aos soldados que as requereram e que tinham ajuntado alguma porção de ouro suficiente para empreenderem qualquer negócio”. Acrescenta que “o resultado desta condescendência foi que todos os que a obtiveram se dedicaram ao comércio e adquiriram novos meios de se estabelecer com vantagem no país fazendo-se seus verdadeiros colonos”, ou seja, se estabeleceram na exploração de lavras e em atividades agrícolas e pastoris. Dionísio Xavier Carvalho, por exemplo, se transformou em um “verdadeiro colono” ao estabelecer uma fazenda de gado e os negócios que mantinha em Goiás devem ter lhe permitido o acesso ao gado que vinha dessa região, pelo caminho que ligava as duas capitanias.

Estabelecer um contingente populacional que possibilitasse a defesa das fronteiras foi um dos objetivos primordiais dos governadores de Mato Grosso. Desde o começo da colonização, a incorporação de indígenas aos ambientes e às forças militares coloniais foi uma característica fundamental do processo de espacialização da economia colonial no centro da América do Sul. Em 1740 existiam mais de dois mil índios administrados em Cuiabá e em Mato Grosso, cerca de 35% da população. O apresamento de indígenas constitui uma atividade econômica que motivava as expedições e expandia a oferta de trabalhadores e forças militares indígenas. Com a política indigenista do Diretório dos Índios, editada em 1758, a Coroa pretendeu introduzir gradativamente os diversos povos indígenas à sociedade colonial na condição de súditos, o que implicaria ter os mesmos direitos e liberdades que os brancos. No entanto, os povos que se tornaram “grande

obstáculo à liberdade do comércio” e que tiveram suas territorialidades invadidas – por comerciantes, expedições exploratórias e pela formação de ambientes coloniais voltados para o abastecimento dos viandantes – não eram merecedores, de acordo com Sousa Coutinho, do “tratamento que pede a humanidade [e] que prescrevem as leis”. Assim, a presença dos Mura, no caminho para o Pará, dos Payaguá, no das monções, e dos Kayapó, no de Goiás, deveriam ser destruídos de acordo com as instruções do governador, pois “sem que esta gente se destrua (...) nunca há de haver comércio livre nesta capitania nem segurança nos colonos dispersos”.

Sousa Coutinho argumenta serem “homens de negócio aqueles que introduzem o ouro todo com que se paga o comércio exterior” e questiona “quem fez ao mesmo estado maiores benefícios do que os mesmos homens de negócio?” Digam-nos as avultadas somas que Sua Majestade lhes está devendo e veja-se então quais foram entre uns e outros, [mineradores e comerciantes], que ministraram maiores meios para a defesa em comum benefício da pátria”.

Foi por meio dos jogos das trocas que parte significativa do ouro das Minas do Cuiabá e de Mato Grosso chegou aos portos litorâneos. Outra parte importante foi drenada pelos tributos sobre a produção e o deslocamento de mercadorias no interior do continente, cujos contratos de cobrança eram, via de regra, arrematados por homens de negócio. Sousa Coutinho argumenta serem “homens de negócio aqueles que introduzem o ouro todo com que se paga o comércio exterior”. No entanto, é o estudo da constituição dos espaços que sustentavam, resistiam e mesmo se infiltraram nas redes de circulação de mercadorias, na manutenção e na ampliação das redes urbanas, na produção agrícola e pastoril e na reprodução e no controle da mão de obra que torna possível compreender esse violento, complexo e contraditório processo de interiorização da colonização e, assim, vislumbrar a existência de uma multiplicidade de personagens, conflitos, de relações de poder, de paisagens, de estratégias de vivência

e de ascensão social que constituem a natureza da espacialização da *continentalidade* da economia colonial.

Bibliografia

- BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2007.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ROSA, Carlos A. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos A.; JESUS, Nauk Maria de. (orgs.) *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 67-78.
- SALVINO, Romullo V. O cravo e as baleias: a trajetória de Francisco Peres de Sousa, professor de música e homem de negócios (c. 1740-1782). *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 33-55, 2020.
- SILVA, Vanda da. *Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2008.

3.5. O padre Cocleo e a construção da comunicação entre o Maranhão e o Brasil

**Valquíria Ferreira da Silva
(Doutora em História, Universidade Federal
de Minas Gerais)**

A história da expansão territorial do Brasil ainda é pouco conhecida, mas já cercada de controvérsias. As tentativas de fixação das fronteiras e dos limites da América portuguesa, com idas e vindas, resultaram de eventos que se desenrolaram a partir da chegada de Cabral, em 1500; permearam a história do Brasil independente, e chegaram até a criação do estado do Tocantins em 1988/1989. O historiador Jaime Cortesão destacou que a dimensão continental do país, a diversidade da fauna e da flora, os exuberantes acidentes geográficos comportaram-se como verdadeiras fronteiras entre a América portuguesa e espanhola. Também destacou o papel das expedições paulistas para desbravar esse território naturalmente dado. Na verdade, esse processo não foi nem tão simples, nem natural. Interesses políticos, econômicos e religiosos dos colonos e os das populações originárias, que frequentemente se chocavam impedem imaginar uma ocupação linear que avança, continuamente, sem tréguas, do litoral para o interior, de maneira análoga à “marcha para o oeste” estadunidense. Por essa razão, em contraposição à ideia da configuração do seu território continental como um destino inexorável, Junia Furtado propõe a ideia de que a invenção do Brasil, por meio dos mapas, é que se antecipa à formação do seu território. A ideia de que o espaço brasileiro se constitui naturalmente balizado por essas fronteiras é que vai nortear e ser continuamente buscada e negociada pelas autoridades, só se consolidando na República.

Entre os eventos que contribuíram para a formação territorial do Brasil figura a construção de uma ligação por

terra entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que eram entidades políticas independentes e funcionavam de forma autônoma. Grosso modo, o primeiro abrangia parte da capitania do Ceará, estendendo-se por toda a costa leste, até as capitanias do sul e era governado pelo governador-general/geral ou vice-rei a partir da Cidade da Bahia, a “Cabeça do Estado”. O território do segundo abarcava uma área que ia da metade do território da capitania do Ceará até o extremo norte da região amazônica, já nas “raias do Domínio da Espanha”. Esta, era administrada por um governador ou por um capitão-geral, subordinado diretamente a Lisboa e sua capital era São Luís do Maranhão, contudo era mais comum encontrar seus governadores em Belém do Pará, dado o importante centro comercial que esse núcleo urbano se tornara. As duas unidades governamentais, com jurisdições autônomas, coexistiram durante grande parte do período colonial e encontravam muitas dificuldades para se comunicarem. A abertura de um caminho terrestre era a solução projetada e foi determinante para promover a ligação entre essas duas regiões, tanto territorialmente quanto administrativamente.

As razões para essa organização bipartide – Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará – se deviam à diversidade da natureza física e humana entre elas, combinadas às condições técnicas de navegação do período. Para além da dureza e dos perigos da jornada, por um lado, os colonos ainda sofriam com a resistência imposta pelos naturais originais da terra, referenciados nos documentos como bárbaros, insolentes e atrevidos, e pelos ditos “negros fugidos”, que se levantavam, roubavam e matavam os colonos luso-brasileiros. Por outro lado, a comunicação por mar dependia da navegação à vela e essa, por sua vez, estava condicionada ao aproveitamento das monções. Os ventos sopravam nas duas partes do ano em direções opostas, limitando muito a comunicação entre elas. Quando sopravam na direção sul, era praticamente impossível navegar de Pernambuco a São Luís

e, quando sopravam para o norte, impediam a navegação na direção oposta. Segundo o padre jesuíta Vieira Antônio, em cinco anos, de oito embarcações com missionários que saíram da Bahia em direção à Missão do Maranhão apenas uma conseguiu chegar até Pernambuco. O trajeto mais fácil entre os dois Estados tinha que ser feito via Lisboa, ficando submetido ao regime anual das frotas, o que atrasava demasiadamente os contatos. Por essas dificuldades e distâncias que se interpunham, até meados do século XVII, a comunicação por terra entre os dois Estados era quase inexistente.

A partir da última década do século XVII, no entanto, os governadores do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho, e do Estado do Brasil, Dom João Lencastre, começaram a esboçar projetos de melhoria da comunicação, promovendo a exploração das regiões limítrofes entre os dois Estados, o que demandou a abertura de um caminho terrestre regular. Com esse fim, organizaram-se expedições de reconhecimento que resultaram na produção de um mapa da região, intitulado *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para a comunicação do Maranhão*, de autoria do jesuíta padre Cocleo. Este capítulo se debruça sobre esses projetos a partir da documentação colonial, que hoje se encontra preservada no Arquivo Histórico Ultramarino, e do conhecimento cartográfico utilizado pelo jesuíta para fazer seu mapa. Leva em conta a influência dos diversos agentes (especialmente os governadores) na transformação das fronteiras e as motivações que os administradores tiveram para esse empreendimento. O intuito é observar o movimento em prol do estabelecimento de conexões entre as duas unidades administrativas buscando superar a autonomia que vigorava até o século XVII.

A ligação terrestre

A ligação entre os dois Estados – do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão – sempre esteve no horizonte da Coroa

portuguesa, contudo, foi somente nas últimas décadas do século XVII que esta se tornou uma “questão máxima do Estado”, para utilizar uma expressão de Capistrano de Abreu. Isso ocorreu no contexto da consolidação da dinastia bragançana, que ascendera ao trono de Portugal com o fim da União Ibérica (1580-1640), e que, uma vez no poder, buscou aprimorar os mecanismos de governabilidade da colônia, após a expulsão dos holandeses de seu território. Uma série de motivos contribuiu para esse desígnio, entre eles as dificuldades infligidas à produção e ao comércio do açúcar depois que os holandeses se tornaram concorrentes comerciais com a produção açucareira das Antilhas. A partir desse momento, foi necessário expandir os meios de arrecadação e melhorar o comércio entre os dois Estados e, nesse sentido, a união de toda a colônia despontava como condição *sine qua non*.

A primeira tentativa de construir esta ligação ocorreu, entre 1685 e 1687, com Gomes Freire de Andrada, então governador do Maranhão. Logo após dar fim à Revolta de Manuel Beckman, ele voltou sua atenção para “achar comunicações com o Brasil, independente do capricho das monções”. Mandou buscar os Principais das aldeias indígenas junto ao rio Itapecuru, que lhe deram notícias da existência de três “Povoações de Brancos” naqueles sertões, e se queixaram da perseguição que tais brancos lhes faziam. A partir do que ouviu, Gomes Freire entendeu que a povoação mais distante seria constituída de paulistas, famosos apesadores de índios, e, “por estas notícias como por outras bem fundadas conjecturas e pelo juízo de alguns cosmógrafos,” concluiu que as outras duas eram “da Bahia ou de Pernambuco, suposto se navegaram para elas por dois rios que [julgau] serem o de São Francisco e o Rio Grande”. Então, aconselhado pelos “melhores práticos” e por “pessoas de melhor nota desta cidade”, decidiu que era conveniente “que se descobrissem aqueles sertões, porque por [eles] levavam os estrangeiros todos os anos quantidade de excelentes madeiras e a [madeira] do

Brasil”⁴⁰

Para efetivar o domínio dessa região, a partir do Estado do Maranhão, o governador encarregou João Velho do Vale, um sertanista local, de abrir uma estrada até a cidade de Salvador. Para buscar efetivar a missão, ele realizou duas viagens, para encontrar o trajeto mais propício à viagem. A primeira destinou-se ao Ceará, passando pela Serras de Ibiapaba, mas devido às dificuldades impostas pelos “Garaús, nação igualmente cruel, e populosa”, acabou sendo abortada. Na segunda, que contou com a participação de alguns indígenas Caicais, João Velho trabalhou, com “cuidado incansável, no descobrimento dos Sertões dos Rios Mony, Itapecuru e Paraguaçu”. Os dois trajetos experimentados foram descritos em dois Roteiros. Gomes Freire determinou que um deles fosse entregue ao seu sucessor no governo do Estado do Maranhão, que veio a ser Arthur de Sá e Meneses. O outro, que hoje se acha extraviado ou perdido, foi enviado para a corte em Lisboa. Apesar de todo o esforço do governador, a ligação Maranhão-Bahia só se concretizaria em meados da década seguinte.

Antônio de Albuquerque que, anos mais tarde, viria a se tornar o primeiro governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, administrou o Maranhão entre 1690-1702. Interessado em criar novas fontes de rendas para o seu Estado, em 1695, projetou distribuir as terras na região limítrofe entre os Estados do Maranhão e do Brasil, onde suas jurisdições não estavam claramente definidas. Para tanto nortear sua ação, enviou duas cartas, uma para o Rei e outra para o governador do Estado do Brasil, inquirindo como proceder. Ao primeiro, relatou ter “descoberto” a estrada que ligava os dois Estados, confirmando estar certo de que havia “che-

⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Manuscritos Avulsos do Maranhão-MAM, cx. 9, doc. 906. Carta de Gomes Freire de Andrada ao Rei. São Luís, 15 de Agosto de 1685. In: Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei Dom Pedro II, sobre o Caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia. Lisboa, 10 de Janeiro de 1696.

gado a umas povoações de criadores de gados da jurisdição da Bahia, citas nas Cabeceiras do Rio para o asugue (sic) das águas, na costa entre o Ceará e o Maranhão”.⁴¹ A outra carta, tratando do mesmo caminho, foi levada por terra pelo experiente Sargento-mor Francisco dos Santos, ex-companheiro de João Velho, ao governador-geral do Brasil, Dom João Lencastre. Começava aí a disputa de jurisdição entre os dois Estados, pelo domínio dos territórios limítrofes entre eles, que o último defendia ser do domínio do Brasil.

Apesar de afirmar publicamente essa crença, Lencastre tinha dúvidas se as terras mencionadas por Antônio de Albuquerque pertenceriam mesmo ao Estado do Brasil, uma vez que não estavam claramente demarcados os limites “dos sertões de um, e [de] outro Estado”, devido à resistência dos povos indígenas locais e às “dificuldades naturais numa rota de centenas de léguas”. Mesmo assim, resolveu agir rapidamente. No mesmo ano, com o propósito de tornar o caminho “mais bem reconhecido das Aldeias de Bárbaros”, como os portugueses chamavam os povos indígenas que resistiam a seu domínio, organizou duas expedições que deveriam ir ao Maranhão e voltar. A primeira partiu sem que fosse possível nomear, para acompanhá-la, um “piloto inteligente para se graduar o Sertão”. Eram chamados pilotos os homens práticos que sabiam caminhar pelo sertão e tomar as medidas o que era indispensável para abrir o caminho e demarcar os limites de cada Estado. Foi somente dez dias depois, que o capitão-mor Manuel Gonçalves Ferreira, “descrito como homem hábil em guiar-se pelo sol”, isto é, sabia tomar as latitudes, partiu seguindo outro trajeto, encarregado de “descobrir, e graduar por novo rumo, outro caminho mais breve, e mais fácil”. Interessado em embasar geograficamente a sua posição, o governador-geral decidiu produzir um mapa da região trilhada, apontando o caminho

⁴¹ “Livro Grosso do Maranhão, Carta para Governador do Maranhão. Sobre o descobrimento da estrada do Estado do Maranhão para o Brasil. Lisboa, 25, Janeiro, 1696”. *Anais da Biblioteca Nacional*, parte 1, n.66, p.158-159, 1948.

que mandara abrir. É neste contexto que o jesuíta e o seu mapa entram nesta história.

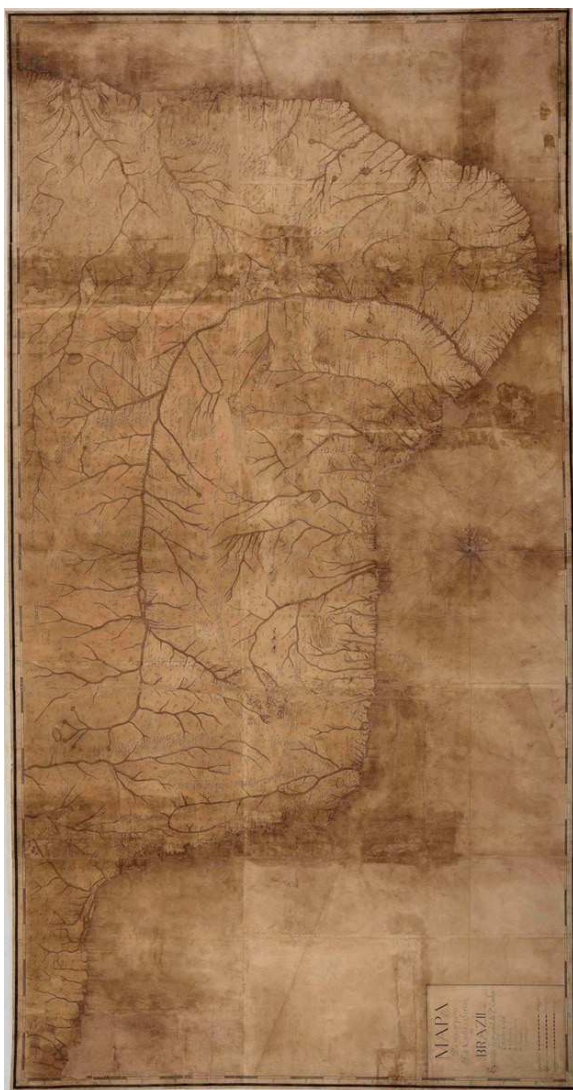
O padre Cocleo e o *Mapa da Maior parte do Brasil*

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas foram dos mais importantes agentes na produção e na disseminação do conhecimento geográfico das regiões de além-mar, até então praticamente desconhecidas pelos europeus. Como destacou Junia Furtado, a numerosa cartografia que produziram representa um legado científico incontestável. Os inacianos orientavam seus mapas pelas longitudes e latitudes e pela bússola, que fornecia o norte magnético, manipulando com maestria os instrumentos matemáticos necessários para executar essas medidas, e usavam escalas cartográficas para projetar com maior precisão os territórios que representavam. Na sua produção cartográfica, incorporavam também informações fornecidas por povos nativos, que eram empregadas tanto na toponímia geográfica, quanto na designação dos próprios grupos indígenas.

O padre Jacob Cocleo, ou Jacques Cocle, era francês e aportou na América portuguesa, em finais de 1660, quando contava cerca de 38 anos. Serviu nas missões e nos colégios inacianos do Brasil até 10 de abril de 1710, quando morreu no Colégio dos Jesuítas na Bahia. Durante 50 anos, como era comum entre os jesuítas, colocou seus conhecimentos a serviço da ordem e da Coroa. No que diz respeito à Companhia de Jesus, sua fidelidade e zelo podem ser atestados pelo fato de que o único cargo que não ocupou na hierarquia da ordem foi o de superior da Província ou provincial, o que ocorreu, não por falta de competência, mas porque, de acordo com as regras vigentes, este só poderia ser ocupado por nascidos em Portugal ou no Brasil. Cocleo chegou, no entanto, a superior da Missão do Ceará, e da de Santa Teresa do Quiriri, em Canabrava, na Bahia; por duas vezes consecutivas, foi reitor do Colégio do Rio de Janeiro; exerceu a função de visitador

das aldeias pertencentes à Missão das Jacobinas; quando, ao mesmo tempo, era consultor do padre Antônio Vieira, então ocupando o cargo de provincial. Os exemplos de santidade e de devoção que forneceu a seus contemporâneos fizeram dele um incansável soldado de Cristo. Já entre os serviços prestados à Coroa, cite-se uma consultoria no campo da botânica sobre a viabilidade de plantar cacau na região do Ceará; sua participação, em sigilo, na fundação da Colônia do Sacramento, no extremo sul do Brasil, área em disputa com os espanhóis, no início da década de 1680; um parecer sobre as terras do Cabo do Norte (hoje Amapá), que desta feita estavam em disputa com os franceses; e um livro, hoje desaparecido, que escreveu sobre as capitanias do Brasil. Observa-se que, contribuiu para fortalecer o domínio de Portugal na América, tanto na gestão interna do território, quanto na consolidação externa de suas fronteiras.

**Figura 1 – “Mapa da maior parte da costa,
e sertão, do Brazil”**



Fonte: Extraído do original do padre Cocleo. Jacobo Cocleo, c. 1700. Arquivo Histórico do Exército.

Ao mesmo tempo em que as duas expedições organizadas por Dom João Lencastre partiam com destino ao Estado do Maranhão, o governador contratava o serviço de Cocleo para que o jesuíta conferisse e atestasse o trabalho dos práticos na abertura dos caminhos, registrando-os em seguida em um mapa, o que, na verdade resultou na produção de duas cartas geográficas. A primeira, intitulada do *Mapa da maior parte do Brasil com o caminho novamente achado para a comunicação do Maranhão*, foi finalizada e enviada para Lisboa, em 1697, e hoje encontra-se perdida. Dela foi feita uma cópia, que foi intitulada o *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil. Extraído do original do padre Cocleo* (Fig.1),⁴² que atualmente faz parte do acervo cartográfico do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Mas como essa cópia permaneceu mais tempo em suas mãos, Cocleo trabalhou nela até próximo de sua morte, incluindo acréscimos de localidades e fazendo correções. Mesmo depois, o mapa continuou sendo alterado o que indica que continuou sendo utilizada e corrigida até pouco antes dos jesuítas serem expulsos do Brasil em 1759. Tudo indica que esse enorme mapa mural, que mede 225 x 120 cm,⁴³ ficava pendurado nas dependências do Colégio Jesuíta da Bahia. Trata-se de uma carta geográfica colorida, desenhada a nanquim, aquarelada e gravada em papel canson telado. Nela está representada a área que cobre todo o Brasil oriental, desde a Ilha do Maranhão até Santa Catarina ao sul (entre as latitudes 2° e 30° sul), com destaque para a bacia do Rio São Francisco, localizada no interior. Grosso modo, o território do Estado do Brasil aparece contido pelo meridiano de Tordesilhas, que limita seu espaço ao leste. O que aparece representado correspondia ao que Lencastre reivindicava como sendo da sua jurisdição. Essa se

⁴² Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, n. 23-24. 2798; CEH 1530. *Mappa da maior parte da costa, e sertão, do Brazil*. Extraído do original do padre Cocleo. Jacobo Cocleo, c. 1700.

⁴³ Foi produzida em projeção plana quadrada, com escala aproximada de 1:1480.000.

estenderia, no Norte, até a ilha do Maranhão, onde se localiza São Luís, englobando o território em disputa entre os dois Estados.

O mapa destaca as vias de comunicação, não só o novo caminho recém-aberto entre os dois Estados, conectando-os, mas as que se interiorizam pelo sertão, no sentido leste-oeste, e que faziam a ligação costeira norte-sul. Nesse sentido, registra o papel das redes fluviais, com destaque para o Rio São Francisco, ao lado dos caminhos terrestres, que se ramificam em várias direções. Eram os rios (geografia natural) e os caminhos (geografia humana) que ligavam os vastos espaços que o Brasil ocupava na América e que, a despeito dessa imensidão, permitiam a comunicação entre suas partes. Além de representar a ligação terrestre entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, o padre também deixou registrado os primeiros manifestos de descoberta do ouro, ocorrido, em 1695, em Cataguases, na região que tomou o nome de Minas Gerais, e os caminhos para chegar até os arraiais mineradores que iam sendo levantados. Dom João Lencastre também se preocupava em garantir a jurisdição sobre a área aurífera, da qual não se tinha certeza estar localizada em território intra Tordesilhas. O mapa do padre Cocleo tornava público às autoridades, em Lisboa, essa imensa conquista portuguesa, que se tornava conhecida, civilizada e conectada por meio dos relevantes serviços de algumas autoridades, entre as quais Lencastre procurava se destacar, chamando atenção para os novos caminhos que abria promovendo sua integração.

Bibliografia

- ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguier, 1960.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; IBÁÑEZ-BOLLINO, Pablo; MELO, Vanice Siqueira de. "Vastidão dos gentios bárbaros: Fronteiras entre o Maranhão e o Brasil (1680-1700)". *Almanaque*, Guarulhos, 2021.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores Instituto Rio Branco, 2 vols., 1965-1971.
- FURTADO, Junia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- FURTADO, Junia Ferreira. "The Jesuit Society and the Enlightening cartography". In PEDLEY, Mary; EDNEY, Matthew. (orgs.) *History of Cartography. Cartography in the European Enlightenment*. Chicago: Chicago University Press, v. 4, part 2, 2020, p. 311- 319.
- LEITE S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1938.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteira: conquista e ocupação do sertão baiano*. São Paulo: Edusp, 2017.

CAPÍTULO 4

Deslocamento de pessoas e circulação de culturas

Karl Heinz Arenz
(coordenador)

4.1. Do Pará e outras partes do império português: deslocamentos de militares e índios na e para a capitania do Pará setecentista

Wania Alexandrino Viana
(Universidade Federal do Oeste do Pará)

O deslocamento de gente no século XVIII teve múltiplas motivações e ocorreram em condições diversas. A exploração das áreas coloniais na América impulsionava as viagens transatlânticas. Navios carregavam objetos, mercadorias, homens, mulheres e crianças; atravessaram religiosos, aventureiros, militares, colonos e negros escravizados. Em condição de livres ou cativos essa gente estreitou as distâncias entre os mundos conhecidos – América, África, Europa e Ásia. Movimentavam-se entre continentes, estados, entre capitânias e, nestas, entre suas diferentes localidades.

Na América portuguesa, estabeleceram-se um conjunto de funcionários régios – militares e administrativos, pois era imperativo o governo das terras conquistadas e a sua defesa.

Aqui vamos nos centrar nos indivíduos que foram mobilizados em função da defesa dos territórios coloniais: militares que integravam as companhias regulares⁴⁴ e, também, os indígenas deslocados de diversos espaços do sertão da Amazônia e que atuaram como aliados nas atividades de defesa do território.

Na capitania do Pará setecentista, a Coroa portuguesa enfrentava enormes dificuldades para promover a defesa de tão dilatadas fronteiras. Sem recursos humanos nem financeiros, Portugal se valeu de um sistema de recrutamento que englobava toda a população masculina entre 18 e 60 anos, em sua maioria integrados nas tropas pagas de forma compulsória⁴⁵. Outra estratégia foi a mobilização de gente da colônia, de outras partes do império português e a incorporação sistemática da população indígena.

Com essas ações a Coroa buscava resolver os problemas com o provimento das sempre exíguas tropas regulares. Para se ter uma ideia, entre 1710 e 1747 o maior número de militares nessas companhias foi de 322, contabilizando soldados e oficiais⁴⁶. Um quantitativo reduzido e incapaz de acudir todas as diligências militares a que eram destacados. Essa situação agrava-se pelas condições precárias de trabalho nas

⁴⁴ As companhias regulares ou tropas pagas ou de linha foram criadas em Portugal em 1640. Nelas, serviam os soldados permanentes, que recebiam soldo pela atuação nas tropas e teoricamente não deveriam se dedicar a nenhum outro ofício, senão o da defesa. Essas companhias formaram a força responsável por acudir às fronteiras, fazer a guerra, vigilância e tudo o mais que fosse interesse da Coroa portuguesa, seja no reino ou nas conquistas. Organizava-se em cavalaria, infantaria e artilharia. Todavia, na capitania do Pará até 1750 temos apenas cinco companhias pagas, quatro de infantaria e uma de artilharia, com uma composição bastante problemática, cujo indivíduos eram integrados em sua maioria advindos de um recrutamento compulsório.

⁴⁵ VIANA, Wania Alexandrino. *A "gente de guerra" de guerra na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: CRV, 2016.

⁴⁶ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de Guerra, Fronteira e Sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Série: Florestas. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p.85.

tropas que contribuíram para a aversão ao serviço militar e as frequentes deserções⁴⁷.

O problema de defesa exigiu de Portugal um empreendimento verificável em várias partes da conquista, e não apenas no espaço da capitania. O recrutamento se desenvolveu por meio de complexa rede de mobilização de pessoas do império português e do sertão amazônico. O recrutamento é, portanto, entendido aqui como ação sistematizada que conectava pessoas e espaços geográficos. Assim, as tropas pagas do Pará, durante a primeira metade do século XVIII, eram formadas por militares de proveniência diversa.

A trajetória de Miguel Dourado Azevedo, um militar bastante experiente, exemplifica essa questão. Em 1709, ocasião em que se candidatou ao posto de capitão da fortaleza de Gurupá, na capitania do Pará, contabilizava 30 anos de serviço à Coroa portuguesa. Atestava em seus infindáveis papéis de serviços ser ele um valoroso e fiel vassalo. Certamente foram essas qualidades que o fizeram galgar postos na hierarquia militar, sendo soldado, alferes e nesta altura a pretensão à patente de capitão. Era natural de Pernambuco, por onde começou a carreira militar⁴⁸. Mas o que fez Miguel Dourado sair de Pernambuco no Estado do Brasil ao Pará no Estado do Maranhão?

O primeiro aspecto é certamente a fragilidade de defesa no Pará. A Coroa mobilizava os sujeitos para regiões em que havia maior necessidade. E isso está relacionado à *vida militar* ou *ser militar*. O indivíduo recrutado movimenta-se a serviço do Estado. São enviados para a guerra, a fronteira ou quaisquer outras diligências necessárias. A desobediência

⁴⁷ VIANA, Wania Alexandrino e SILVA, Leonardo Augusto Ramos. "O trabalho compulsório nas tropas pagas da capitania do Pará e Rio Negro (século XVIII). In: SOUZA JUNIOR, José Alves de; MAIA, Livia L. Silva Forte (orgs). *O mundo do trabalho na Amazônia colonial*. Série: Florestas. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p.259.

⁴⁸ Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortaleza do Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Avulsos do Pará, cx. 5, doc. 438.

é considerada deserção, crime grave na justiça militar. Isso pode de certa forma explicar por que Miguel Dourado estava servindo no Pará, sendo natural de Pernambuco.

Mas não foi apenas esse deslocamento que fez o militar. Em 1709, constava em seus papéis de serviços prestados que nesses trinta anos já havia passado por Pernambuco; Ceará; Sertão (guerra do Corso em Jogoaribe e Assu) e na ocasião almejava o posto de capitão da fortaleza de Gurupá⁴⁹. Miguel Dourado, portanto, transitava entre as capitanias do Estado do Brasil e o Estado do Maranhão.

Assim demonstra também o percurso feito por Tomás Lobo de Souza e Sebastião Rodrigues de Oliveira, militares da tropa regular do Pará. Lobo de Souza em 1709, com 19 anos de serviço, passou de soldado às patentes de alferes e sargento. Serviu em Angola, depois veio para o Estado do Brasil, onde cumpriu diligências nas capitanias da Bahia e Sergipe. E nessa ocasião estava no Estado do Maranhão, na capitania do Pará, disputando o posto de capitão da fortaleza de Gurupá⁵⁰.

Sebastião Rodrigues de Oliveira também transitava entre os territórios portugueses no ultramar. Ele era natural da ilha da Madeira. Em 1686, foi recrutado, provavelmente de forma compulsória. Foi enviado como soldado para as capitanias do Brasil, onde serviu em Pernambuco, Palmares e Rio Grande. Veio para o Estado do Maranhão e na capitania do Pará, ocupou o “posto de alferes, capitão da infantaria paga e capitão da fortaleza da Barra”.⁵¹ Em 1711, perdeu este último posto, quando foi preso acusado da morte de sua mulher, dona Maria de [Briços?] e condenado a degredo para Angola.

49 Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortaleza do Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. AHU, Avulsos do Pará, cx. 5, doc. 438.

50 Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortaleza do Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. AHU, Avulsos do Pará, cx. 6, doc. 501.

51 Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e traslado. AHU, Avulsos do Pará, cx. 8, doc. 672.

Após apelação que fez ao Conselho de Guerra, conseguiu, em 10 de janeiro de 1714, a revogação da primeira sentença e a comutação do degredo para a capitania do Maranhão.⁵² Conseguiu restituir o seu posto de capitão da fortaleza da Barra no Pará, em 16 de agosto de 1725.⁵³ Em 1726, pediu ao rei os documentos sobre sua nomeação a capitão da fortaleza da Barra do Pará.⁵⁴

Sebastião Rodrigues é um exemplo claro da mobilização de pessoas pelo serviço das armas; ele era natural da Ilha da Madeira e em 35 anos de serviço já havia passado por Pernambuco, Palmares, Rio Grande, Maranhão, Pará, reino e depois retornado para o Maranhão. Essa mobilidade só é possível pela percepção de um espaço muito mais global. São, portanto, as experiências militares acumuladas por Sebastião Rodrigues em diferentes partes da conquista que permitem não apenas o conhecimento do aparelho burocrático ao qual recorreu várias vezes para restituir seu posto de capitão de fortaleza no norte da colônia, mas, também, a valorização de seu conhecimento militar para a conquista.

Um número considerável de soldados que serviram no Pará era proveniente das Ilhas Atlânticas, notadamente da Ilha da Madeira, desde finais do século XVII.⁵⁵ Essa parece ter sido uma política que permaneceu para a primeira metade do século XVIII. Em 1712, o governador pediu ao reino 400 soldados “infalivelmente”.⁵⁶ Os meios encontrados para acu-

⁵² Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e treslado. AHU, Avulsos do Pará, cx. 8, doc. 672.

⁵³ Carta do governador João da Maia da Gama, para o rei. Pará 16 de agosto de 1725. Anexo: certidões, carta, requerimento e despacho. AHU, Avulsos do Pará, cx. 8, doc. 748.

⁵⁴ Requerimento do capitão Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 26 de março de 1726. AHU, Avulsos do Pará, cx. 9, doc. 811.

⁵⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açaí/ Programa de Pós-graduação em História Social (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p.56 e 57.

⁵⁶ Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo

dir o Pará foi retirar esse quantitativo dos casais da Ilha do Pico, nos Açores.⁵⁷ De fato, se tem notícias de gente das ilhas servindo no Pará, como é o caso de Sebastião Rodrigues de Oliveira, mas também de Manoel Tomaz e Antônio de Andrade, ambos soldados na capitania do Pará e naturais da Ilha da Madeira. Em 1726, constava que Manoel Tomaz que serviu “18 anos, três meses e 28 dias” no Pará, não podia dar auxílio a “duas irmãs órfãs que tem na dita Ilha da Madeira, as quais estão vivendo na companhia de sua mãe, todas muito pobres”.⁵⁸

Entretanto, é possível apresentar outras conexões. Em 1730, concorriam ao posto de capitão-mor da capitania do Pará, João da Silva Pereira, Francisco da Costa e Diogo Rodrigues Pereira. Todos com larga experiência no serviço militar. O primeiro havia servido no Estado da Índia, atuou na defesa das cidades de Damão, Goa e Chaul. O segundo, apresentava experiência de atuação no reino havia atuado na província de Alentejo, Minho e Lisboa. Por último, Diogo Rodrigues Pereira com experiência do serviço na América portuguesa, já havia atuado em Pernambuco, Maranhão e Pará, neste último sendo sargento ajudante na fortaleza de Gurupá e capitão da casa forte do Rio Negro. Todavia, o escolhido para o posto foi João da Silva Pereira, o motivo da nomeação indicava sua experiência acumulada na Índia.⁵⁹

Esses casos evidenciam que não é possível compreender a mobilização desses sujeitos sem ampliar o espaço de análise. Fica evidente que a Coroa portuguesa não agia ape-

do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haver morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. AHU, cartas régias para o Maranhão e Pará, cód. 269, f. 4v.

⁵⁷ “S.^o e q. escreve o gov.^{or} e cap.^m gn.^l do Estado do Maranhão aserca dos poucos soldados q. tem a cid.^e de Sam Luis do Maranhão e cidade do Grão Pará para guarnecerem as fortalezas e prezidios dellas”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. AHU, Consultas do Maranhão e Pará, cód. 209 (1722-1758), f. 5v-6v.

⁵⁸ Requerimento ao rei. AHU, Avulsos do Pará, cx. 9, doc. 821.

⁵⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 11 de setembro de 1730. AHU, Avulsos do Pará, cx 12, doc. 1132.

nas localmente; ao contrário, tinha a percepção de um império que se conectava. Foi essa percepção que possibilitou a solução para envio dos 400 soldados para o Pará, com a vinda de gente dos Açores. Foi o que possibilitou avaliar a experiência de João da Silva na Índia como um critério para nomeá-lo para capitão-mor no Pará. E, certamente, foi também essa perspectiva que permitiu o deslocamento de militares experientes que transitavam entre diferentes espaços do império português. Ou seja, os problemas locais de defesa eram solucionados a partir de uma percepção das muitas partes dos domínios do ultramar.

Os próprios sujeitos que transitavam entre esses espaços também possuíam essa consciência. Isso fica evidente ao disputarem postos mais elevados na hierarquia militar, ocasião em que acionavam todas as experiências, vivenciadas em diversas partes das conquistas. Em posse dessas informações, a Coroa adequava e equilibrava as competências desses indivíduos conforme as urgências e necessidades coloniais. Esses rearranjos de defesa só foram possíveis graças à burocracia militar que fortaleceu, através de instituições como o Conselho de Guerra, um circuito de informações que possibilitava pensar estratégias conectadas em diversas espacialidades do império. Trata-se de uma rede de comunicação que conectava o reino e outras partes da conquista. A constituição de uma base de registro que colocaram a capitania do Pará em um circuito complexo de experiências do império. Essas informações permitiram uma percepção holística dos problemas locais e, sobretudo, a busca de soluções em muitas partes desse dilatado espaço do império.

Por outro lado, a defesa na capitania do Pará setecentista também mobilizou os indígenas de diversas partes do sertão amazônico. Se por um lado a mobilização pela prestação de serviço de militares colocou o Pará em redes dos espaços oceânicos conectando-se a tantas partes da conquista, por outro os indígenas que integraram atividades de defesa da capitania estreitaram as conexões do espaço de gerência rei-

nol (Belém e São Luís, principalmente) com diversas partes do sertão amazônico colonial.

Os índios aliados atuaram ao lado das tropas portuguesas, por exemplo, nas guerras, na expansão de fronteiras e nas tropas de descimentos, resgates e guarda-costas. Integrados por um circuito distinto dos militares pagos, eram mobilizados a partir da cooperação entre capitânias, alianças com grupos indígenas não aldeados e por intermédio dos religiosos nos aldeamentos. Eram provenientes, então, de outras capitânias, dos sertões e dos aldeamentos.

Em 1733, por exemplo, a tropa do sargento Belquior Mendes de Moraes, que saiu em uma diligência para verificar a fronteira entre Portugal e Espanha, mobilizou indígenas aldeados. Em posse de portaria, embarcou 12 índios das aldeias “dos Boccas, Guaricuru e Arucara” das missões dos padres da Companhia de Jesus. Estes, porém, fugiram todos, sendo provido de índios de Cametá. Foi então até aldeias Arapijô, Caviana, Maturu “Missões dos Reverendos Padres da Piedade e Pirabiry e Itacuraca dos Reverendos Padres da Companhia”. Estes não lhes deram nenhum, ficando o militar impossibilitado de seguir viagem.⁶⁰

Voltou a Belém, onde o governador lhe passou nova portaria para que os tirasse da “aldeia do Cayae Mangabeiras dos reverendos Padres da Conceição de onde trouxeram dezessete índios e chegando com eles a esta cidade logo no mesmo dia lhe fugiram nove”. Completando o número “de trinta e tantos índios” que logo também fugiram “ficando em um extremo desamparo que nunca experimentou o suplicante” em mais de vinte anos que “tem de curso por estes sertões no serviço de S.M.”.⁶¹

Os indígenas eram fundamentais para as diligências de defesa da capitania. Eram remeiros, guias, pilotos e guerreiros.

⁶⁰ Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial frei André do Rosário. Belém, 18 de setembro de 1733. AHU, Avulsos do Pará, cx. 15, doc. 1413.

⁶¹ *Idem*.

ros imprescindíveis nas guerras e outras diligências militares. É evidente que eles aproveitavam da ocasião de saída de uma tropa para fugir, como foi o caso dos índios que acompanhavam a tropa de Belquior Mendes de Moraes. O conhecimento sobre a guerra nativa e a floresta tornou a presença indígena nas tropas do Pará uma condição para a própria manutenção dos espaços coloniais⁶².

Os índios das aldeias Maracanã e Tupinambá, por exemplo, foram mobilizados e atuaram como aliados dos portugueses nas guerras contra os Amanaju do Cabo do Norte (1689) e os Aruã do Marajó (1721-1722). A aldeia Maracanã foi também auxílio na tropa de guerra do Tocantins (1730)⁶³. Ao que parece, esses grupos indígenas estabeleceram alianças mais estáveis com os portugueses. Embora é importante lembrar que alianças entre colonizadores e grupos indígenas eram bastante fluídas, podendo ser desfeitas pelos índios, que faziam e desfaziam de acordo com os seus próprios interesses.⁶⁴ Entretanto, as alianças eram imprescindíveis.

Na guerra contra os Manao do Rio Negro (1723-1728) e os Mayapena (1729-1730), a Coroa contava com 60 soldados pagos e 600 índios de guerra. Em 1728, Alexandre de Souza Freire informava a impossibilidade de enviar mais 800 índios de guerra, que pedia como socorro João Paes do Amaral, responsável pela tropa de combate aos Manao.⁶⁵ Um ano depois, em 1729, o combate a resistência dos Mayapena foi empreendida por uma tropa de guerra cujo cabo foi Belquior Mendes de Moraes. Ele foi escolhido devido ao seu bom relacionamento “com todos os gentios vassallos d especialmente com o potentado Cabacabary, que auxilia as tropas portu-

⁶² Sobre essa questão ver: VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de Guerra, Fronteira e Sertão...* op. cit.

⁶³ *Idem*, p.259.

⁶⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2010, p.46.

⁶⁵ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. AHU, Avulsos Pará, cx. 11, doc. 974.

guesas nos sertões dos seus distritos”.⁶⁶ Aqui, trata-se de um auxílio negociado diretamente com as lideranças indígenas.

Identificou-se ainda indígenas provenientes do Estado do Brasil que atuaram na defesa do Estado do Maranhão por meio da colaboração entre capitanias. Para combater na guerra contra os índios do Corso, na capitania do Piauí, por exemplo, Antônio da Cunha Souto Maior pedia ao rei, em 1712, que ordenasse ao capitão-mor do Ceará lhe mandasse com “maior brevidade possível a nação dos Ariricos como também da Serra da Ibiapaba a dos Anacês por serem uns e outros de grande préstimo para aquela conquista”. O militar alegava que com esse socorro poderia fazer frente a dita guerra.⁶⁷

Somente em 1716, se tem notícia sobre a vinda de nações indígenas do Ceará, Bahia e Serra de Ibiapaba em auxílio às tropas militares portuguesas em conflitos com o “gentio do corso”.⁶⁸ Em 1727, novamente há referência de auxílio militar, agora vindo de Pernambuco.⁶⁹

A mobilização de grupos indígenas para a defesa pode ser verificada durante toda a primeira metade do século XVIII. Como recomendava, em 1709, a Coroa portuguesa que na impossibilidade de enviar efetivos militares do reino se fizesse a defesa com os “naturais” que “fazem muita diferença em seus procedimentos”.⁷⁰ Portanto, os grupos indígenas fizeram parte desse universo defensivo, construindo suas

⁶⁶ Carta do governador ao rei sobre a guerra Mayapena e a nomeação de Belquior Mendes de Moraes a cabo. Belém 3 de outubro de 1729. AHU, Avulsos do Pará, cx. 11, doc. 1056.

⁶⁷ Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. AHU, Avulsos do Pará, cx. 6, doc. 482.

⁶⁸ Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. AHU, cx. 6, doc. 540.

⁶⁹ Carta do governador ao rei. Belém do Pará. 27 de setembro de 1727. AHU, cx. 10, doc. 936.

⁷⁰ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Lisboa, 29 de agosto de 1709. AHU, Avulsos do Pará, cx. 5, doc. 436.

próprias dinâmicas, seja pela aliança, pelas guerras ou pelos conflitos, o que fazia com que estes sujeitos estivessem estreitamente relacionados ao processo de colonização e defesa da capitania do Grão-Pará.

A capitania do Pará estava inserida em uma política de recrutamento e defesa cuja perspectiva espacial é o império. Aqui percebemos a circulação de sujeitos proporcionada pelo serviço militar que integrava diversas partes do império e o espaço do sertão. O problema de defesa do Pará colonial foi, em parte, equacionado por meio do deslocamento de indivíduos de várias partes da conquista. Verificam-se indivíduos com experiência no Estado da Índia (Chaul, Damão, Goa), em Angola, na Ilha da Madeira, nos Açores, em Mazagão, em Gibraltar, e nas diversas províncias do reino, de capitanias do Estado do Brasil (Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará) e capitania do Maranhão; além de indígenas provenientes de diversas partes do sertão amazônico.

A movimentação de sujeitos nesses espaços implica na necessidade de repensar a relação do Pará com capitanias do Brasil e outras partes do império português. Temos insistido em colocar a Amazônia, ou melhor, o Estado do Maranhão e Pará, em lugar distinto ou separado do Estado do Brasil. Essa distinção é importante e extremamente necessária para pensarmos as especificidades de cada conquista e, sobretudo, as políticas de colonização, exploração que possuem lógicas distintas que se justifica inclusive pela divisão administrativa em estados. Porém é importante não engessar a relação entre esses dois espaços e a conexão destes com outras partes do império. Diversos sujeitos transitavam entre esses espaços, que estavam sob a gerência da mesma Coroa, o que permite inúmeras conexões e contatos. E, também, não engessar as relações com as populações indígenas do dilatado sertão amazônico setecentista.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p.56 e 57.
- VIANA, Wania Alexandrino. A “gente de guerra” de guerra na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Curitiba: CRV, 2016.
- VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de Guerra, Fronteira e Serção: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Série: Florestas. São Paulo: Livraria da Física, 2021.
- VIANA, Wania Alexandrino; SILVA, Leonardo Augusto Ramos. “O trabalho compulsório nas tropas pagas da capitania do Pará e Rio Negro (século XVIII). In: SOUZA JUNIOR, José Alves de; MAIA, Livia L. Silva Forte (orgs). *O mundo do trabalho na Amazônia colonial*. Série: Florestas. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

4.2. “Parecidos, mas não iguais”: os métodos da Companhia de Jesus no Estado do Brasil e no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVI)

**Karl Heinz Arenz
(Universidade Federal do Pará)**

A Companhia de Jesus foi um agente fundamental no processo da colonização na América portuguesa, ao menos até sua expulsão do reino e das possessões ultramarinas em 1759-1760. Tendo sido fundada por Inácio de Loyola, no século XVI, dentro do contexto das Reformas Protestantes e Católica, das expansões marítimas das monarquias ibéricas e, mais amplamente, da difusão do pensamento humanista, esta ordem estava adaptada aos desafios do tempo moderno. Sobretudo, a centralidade de seu governo interno e a originalidade de seu sistema educativo, tendo como base os colégios urbanos, lhe garantiram uma flexibilidade intelectual e uma mobilidade geográfica acima dos parâmetros de sua época.

Com estes pré-requisitos, os padres inicianos corroboraram também os esforços de uma colonização sistemática nas duas colônias portuguesas na América, ou seja, no Estado do Brasil, desde a chegada dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, em 1549, e, mais ao norte, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, desde a vinda dos padres Luís Figueira e Antônio Vieira em 1622 e 1653, respectivamente. A considerável decalagem temporal entre as duas implantações da ordem explica, além de fatores de ordem geográfica e econômica, o surgimento de duas circunscrições administrativas distintas: a Província do Brasil e a Missão do Maranhão. Estas tiveram desenvolvimentos diferentes, mas não desconexos.

Desta feita, as dificuldades enfrentadas pelos missionários jesuítas no Estado do Brasil, ao longo da segunda metade do século XVI e no início do XVII, serviram de referência para os seus confrades que começaram sua atuação no Estado do Maranhão. De fato, o método originalmente

favorecido para obter a conversão das numerosas nações indígenas tinha que ser revisado, sendo que as missões itinerantes – uma prática profundamente inscrita na tradição espiritual da ordem – foi substituída pela fixação de missões em lugares estratégicos.⁷¹ De fato, compelida, de um lado, pela exigência de aplicar as normas de sua ordem de expansão global e, de outro, pela necessidade de adaptar-se a uma realidade socioeconômica cada vez mais complexa, a Província do Brasil tinha dificuldades para consolidar-se. Além disso, as reclamações cada vez mais insistentes por parte das autoridades coloniais e dos moradores de confinar os catecúmenos e neófitos em aldeamentos próximos aos centros produtivos (vilas, plantações e fazendas), para poder empregá-los em seus diversos empreendimentos, fizeram-na cair em um dilema, suscitando muitos debates e embates, tanto internos como externos.⁷²

Conscientes desta problemática, padres da Província deslocaram-se, a partir do início do Seiscentos, em direção às regiões situadas ao norte do Estado do Brasil, então uma zona em litígio entre diversos agentes europeus, principalmente portugueses, franceses e holandeses. Entre os jesuítas que procuraram estender a presença da ordem rumo à foz do rio Amazonas, encontra-se Luís Figueira. Uma primeira campanha, em 1607-1608, o levou da capitania de Pernambuco até a serra de Ibiapaba (hoje na divisa entre o Ceará e o Piauí), área considerada promissora, pois densamente povoada e posicionada estrategicamente entre o litoral atlântico e o sertão. Mas esta missão itinerante teve que ser interrompida devido à resistência dos indígenas e da morte violenta do padre Francisco Pinto, seu companheiro de viagem. Anos depois, Figueira conseguiu estabelecer-se, de forma mais pro-

⁷¹ O'MALLEY, John. *Os primeiros jesuítas*. Trad. Domingos Armando Donida. São Leopoldo/Bauru: Editora UNISINOS/EDUSC, 2004, p. 198-200.

⁷² CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006.

longada, no Maranhão, onde permaneceu de 1622 a 1637, viajando, inclusive, pelos rios na capitania vizinha do Pará.

Esta segunda passagem do padre Figueira pelo Maranhão teve três efeitos de caráter duradouro. Primeiro, ele contribuiu para a divulgação da versão da língua geral, de matriz tupi-guarani, que tinha sido estandardizada na faixa costeira do Estado do Brasil pelos primeiros jesuítas. Uma gramática concisa e prática de sua autoria, a *Arte da Língua Brasília*, publicada em 1621, serviu aos missionários no Maranhão como manual linguístico indispensável, até sua expulsão em 1759-1760. Segundo, outros escritos de Figueira, como a *Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Para* (1631) e o *Memorial sobre as terras e gentes do Maranhão e Grão-Pará e Rio das Amazonas* (1637) visaram despertar o interesse tanto da Coroa como da própria Companhia de Jesus pelas potencialidades econômicas e catequéticas da região amazônica que, na época, estava ainda sob ameaça de incursões esporádicas por parte de holandeses e franceses. Terceiro, no intuito de dar uma estrutura sólida à presença ainda não assegurada da ordem inaciana, Figueira obteve, na metrópole, a ereção oficial da Missão do Maranhão e sua nomeação a superior, em 1639. No entanto, a ocupação holandesa do litoral maranhense atrasou por vários anos seu regresso. Foi no curso de seu retorno que ele pereceu, como também a maioria dos integrantes de sua equipe missionária.⁷³

Após uma década de incertezas, marcada pelas investidas holandesas no Maranhão, a vinda do padre Antônio Vieira, em proveniência de Portugal, foi decisiva para uma implementação mais definitiva da Companhia de Jesus na região amazônica. Com a dupla titulação de superior e visitador, este antigo diplomata do rei Dom João IV, lançou, já a partir de 1653, uma política de caráter expansionista,

⁷³ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. 3. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugal/Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 3-15, 85-146, 313-347 e 407-451.

objetivando a fundação de uma vasta rede estratégica de aldeamentos missionários pelo interior da colônia, e monopolista, insistindo na tutela exclusiva dos padres jesuítas sobre os indígenas. Este regime tutelar, oficializado por lei em 1655, ia além da ideia original de uma missão itinerante, conjugando o confinamento obrigatório dos grupos nativos contatados em aldeamentos com a supervisão atenta de sua repartição anual, para fins de trabalhos compulsórios, entre colonos, autoridades e padres.

No plano interno, Vieira tentou acelerar a consolidação visando à implementação de todas as etapas formativas da Companhia de Jesus (humanidades, noviciado, filosofia e teologia) e promovendo a chegada de muitos missionários não portugueses, tanto padres (professos e coadjutores espirituais) como irmãos (coadjutores temporais), provenientes, sobretudo, da península itálica e dos países centro-europeus. O que o motivou para lançar tais iniciativas foi, de um lado, sua visão de uma vocação imperial do reino português, amadurecida no contexto da afirmação da dinastia dos Bragança (desde 1640); e de outro lado, a crise experimentada pela província jesuíta do Brasil, em fins do século XVI, no que concerne ao gerenciamento dos aldeamentos, geralmente situados próximos dos estabelecimentos coloniais e, por isso, expostos a intervenções por parte de militares e colonos.⁷⁴

De fato, mais resolutivo do que a Província do Brasil, a Missão do Maranhão implementou, sob Vieira, um método que pode ser caracterizado como ofensivo. Uma comparação de dois textos emblemáticos, redigidos no quadro de circunstâncias e conjunturas diferentes, o ilustra. Assim, o *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556-1557), escrito pelo padre Manuel da Nóbrega nos primórdios da Província do Brasil, se ateve notadamente aos dois maiores obstáculos para a plena operacionalização da catequese, isto é, a suposta “inconstân-

⁷⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 192-219.

cia dos índios” e a “avidez dos colonos”. Ambos os fenômenos estão na origem de profundas tensões internas e querelas externas que abalaram a Província do Brasil, conforme já evocamos acima.⁷⁵ Consciente dessa trama “brasileira”, o padre Antônio Vieira prescreveu para a Missão do Maranhão a política da “dupla administração” (espiritual e temporal) sobre os povos indígenas, insistindo na implicação da ordem em todos os assuntos concernentes às almas (catequese) e aos braços (trabalho) dos índios. Neste sentido, no fim de uma extensa visita a todos os aldeamentos, ele redigiu a *Direção do que se deve observar nas Missões do Maranhão* (1658-1660), também conhecida como *visita*. Escrito em forma de um estatuto interno, este documento fixou, sem entrar em discussões polêmicas, as normas a serem aplicadas no interior da rede de missões na região amazônica.⁷⁶

No entanto, o descontentamento dos moradores e das autoridades, sobretudo após a morte de Dom João IV em 1656, o mentor do padre Vieira, suscitou na colônia setentrional uma viva resistência que desembocou no levante de 1661 contra os jesuítas. O padre Antônio Vieira foi deportado para a metrópole e impedido de regressar à Amazônia. Nas três décadas que seguiram a este afastamento repentino do principal articulador da política da Companhia de Jesus na região, a Missão do Maranhão só conseguiu reerguer-se principalmente graças às agências de missionários estrangeiros nomeados ao cargo de superior, como o luxemburguês João Felipe Bettendorff e o italiano Pedro Luís Consalvi. Ambos se engajaram pelo reestabelecimento do princípio da “dupla administração”. Este foi redefinido após um segundo levante deflagrado em São Luís, em 1684, conjugando uma expressiva autonomia das missões, que favoreceu os padres, com

⁷⁵ NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. São Paulo: Meta Libri, 2006.

⁷⁶ VIEIRA, Antônio. *Direção do que se deve observar nas Missões do Maranhão*. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Vol. 4. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portuguesa/Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 106-124.

uma maior flexibilidade dos procedimentos de cessão de trabalhadores indígenas, o que agradava aos colonos e às autoridades. Este compromisso foi promulgado em forma de lei, em dezembro de 1686, sob o título de *Regimento das Missões*.

O padre que mais se destacou nesse ínterim de incertezas foi João Felipe Bettendorff. Formado em direito, o missionário luxemburguês tinha diretamente acompanhado as negociações em torno da nova lei na metrópole, entre 1684 e 1686. Os escritos de Bettendorff evidenciam que ocorreu uma relocação da discussão teórica. Esta, ao invés de enfatizar a questão da “liberdade dos índios” – até então arguida por Vieira com base em princípios de cunho filosófico-teológico, típicos dos debates realizados na península Ibérica desde o século XVI –, deu agora realce a uma compreensão jurídico-técnica com foco na “autonomia das missões”. Portanto, o aspecto institucional estava doravante no cerne da política indigenista.⁷⁷

Durante esse tempo, as relações entre a Província do Brasil e a Missão do Maranhão embaralharam-se, a ponto de surgir uma verdadeira situação de impasse. De fato, desde 1661, com o exílio da maioria do efetivo missionário, os contatos entre as duas entidades da Companhia de Jesus na América portuguesa se afrouxaram. Este fato se explica, ao menos parcialmente, em razão de boa parte dos padres e irmãos da Missão do Maranhão – dentro os quais muitos não portugueses que tinham vindos por iniciativa de Antônio Vieira – não terem vínculos afetivos como a Província do Brasil. Como consequência, a questão da pertença da Missão amazônica dentro da estrutura administrativa da Companhia de Jesus tornou-se um pomo de discórdia, sobretudo no início dos anos de 1680.

De fato, para obter recursos humanos e financeiros para seu pleno funcionamento, a Missão do Maranhão dependia de

⁷⁷ ARENZ, Karl Heinz. Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698). *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. V, n. 1, p. 25-78, 2010.

uma província já consolidada. Internamente, alguns padres e irmãos favoreceram os laços com as instâncias da ordem na metrópole por existir um contato mais regular com Lisboa e por muitos missionários europeus terem passado pela cidade na sua viagem para a Amazônia. Além disso, uma corrente marítima no Atlântico Norte facilitava a navegação entre Portugal e os entornos da foz do Amazonas. Já outros membros da Missão, principalmente os mais idosos, como os padres Manuel Nunes ou Salvador do Vale, estiveram inclinados a dar preferência à tradicional ligação com a Província do Brasil, notadamente com o Colégio Central em Salvador da Bahia. Um contato mais direto, no entanto, foi dificultado por uma corrente marítima contrária ao longo da costa brasileira no Atlântico Sul e pela inexistência de um caminho terrestre pelos sertões. Mesmo assim, existia um intercâmbio permanente entre as duas entidades jesuíticas na América portuguesa, principalmente no que diz respeito ao envio mútuo de noviços e jovens coadjutores (clericais e laicais) em fim de formação.

Mas a insatisfação cresceu nas fileiras da facção pró-portuguesa, sobretudo desde que certos padres estrangeiros – os já mencionados João Felipe Bettendorff e Pedro Luís Consalvi, além do suíço Jódoco Perret – ocuparam sucessivamente o cargo de superior da Missão, entre 1668 e 1693. Esses três europeus se desconfiaram da Província do Brasil, no sentido de suspeitarem que certos subsídios não foram corretamente repassados e, também, que confrades destinados à Missão, mas encaminhados primeiramente para Bahia, foram indevidamente retidos na Província. Sem dúvida, a precariedade da Missão do Maranhão após o levante de 1661 e a crescente influência de jovens jesuítas não formados dentro dos parâmetros intelectuais e mentais ibéricos contribuíram para o estranhamento que se fez sentir nas relações entre as duas circunscrições da ordem no norte e no centro da América portuguesa.

Nesse contexto, um episódio emblemático se produziu no final da década de 1670. Este opôs notadamente o padre

Bettendorff, reitor do Colégio Central da Missão do Maranhão, em São Luís, e o padre Pedro de Pedrosa, procurador da Missão na Província do Brasil. O retorno desse último à Amazônia, em 1679, com patente de visitador extraordinário, emitida pelo provincial do Brasil, José de Seixas, pôs os jesuítas no Maranhão em uma situação extremamente incômoda. As fontes insinuam que a intervenção repentina de Pedrosa parecia uma conspiração contra o influente padre luxemburguês. Sem dúvida, esse tinha adquirido um peso considerável no decorrer dos anos 1670, por ter sido superior da Missão por dois triênios, entre 1668 e 1674, e por manter forte influência sobre seu sucessor Consalvi em razão de sua habilidade administrativa e organizacional. De fato, o padre luxemburguês tinha manifestado abertamente que favorecia, por razões práticas, a vinculação formal da Missão do Maranhão à província de Portugal em detrimento da ligação tradicional com a Província do Brasil.

Quanto ao padre Pedrosa, ele se sentiu mais próximo da Província do Brasil. Este posicionamento se explica também pelo fato de ele ter trabalhado, durante vários anos, na serra de Ibiapaba, isto é, em uma região limítrofe entre o Estado do Maranhão e o do Brasil com uma pertença administrativa não claramente definida. Além disso, desde que Pedrosa e Bettendorff se conheceram, as relações entre ambos têm sido tensas. Assim, em 1665, o padre luxemburguês tinha exprimido sua profunda desconfiança em relação a seu confrade português em virtude da insistência do governador de que Pedrosa acompanhasse uma tropa à serra de Ibiapaba, justamente por ter atuado na região antes do levante de 1661. Na ocasião, Bettendorff censurou, de forma indireta, a posição de Pedrosa em relação às autoridades, considerando-a como demasiadamente subserviente, além de sua aparente falta de sensibilidade para com as dificuldades dos índios, dentre os quais ele teria sido muito impopular.⁷⁸

Depois, já em meados dos anos 1670, Pedrosa foi transferido para Bahia na função de procurador da Missão junto

⁷⁸ Carta de Bettendorff ao superior geral Oliva, São Luís, 11/08/1665. Archivum Romanum Societatis Iesu-ARSI, cód. Bras 26, f. 13r-14v.

à Província do Brasil. Bettendorff presume que, tornando-se amigo e confidente do superior provincial José de Seixas, Pedrosa tenha sido nomeado, no fim da década, visitador da Missão do Maranhão. Esse cargo lhe conferiu, conforme os regulamentos internos da Companhia de Jesus, as competências de um superior maior, pois era representante plenipotenciário do provincial na área a ser inspecionada. Por conseguinte, um superior da Missão e todos os superiores locais estiveram, pelas prerrogativas jurídicas em vigor, abaixo de um visitador.⁷⁹

Pedro de Pedrosa chegou no dia 18 de outubro de 1679 a São Luís em companhia de um padre, quatro irmãos leigos, um noviço e alguns escravizados negros. A reação de Bettendorff à chegada do pequeno grupo foi imediata, como revelam as cartas que ele despachou para Roma desde o dia 1º de novembro de 1679. Essas missivas dão prova de uma densa argumentação que enfatiza o já bem estabelecido vínculo da Missão maranhense com a Província portuguesa, vínculo esse que teria o apoio tácito do próprio superior geral João Paulo Oliva.⁸⁰ Mas Pedrosa também se justificou e atacou, por sua vez, os padres Bettendorff, Consalvi e Orlandini, acusando-os de abuso de poder. Assim, Bettendorff teria sido instituído como reitor do Colégio de São Luís em circunstâncias dúbias – pois o padre Francisco Velloso era previsto para ocupar o cargo –, além de estar engajado em negociações com o governador que não lhe competiriam. Quanto a Consalvi, ele teria demonstrado até então pouca seriedade e habilidade na administração da Missão. Enfim, Orlandini teria sido nomeado professor no Colégio de São Luís sem possuir a habilitação acadêmica requerida.⁸¹

⁷⁹ ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond (1540-1750)*. Stanford: Stanford University Press, 1996, p. 247-254.

⁸⁰ Cartas de Bettendorff ao superior geral Oliva: São Luís, 01/11/1679. ARSI, Bras 26, 64r-65v; Pará, 08/04/1681. ARSI, cód. Bras 3 II, 148r-149v.

⁸¹ Cartas de Pedrosa ao superior geral Oliva: São Luís, 01/11/1679, ARSI, cód. Bras 26, f. 79r-80v; Xingu, 31/03/1681, ARSI, cód. Bras 3 II,

Diante dessas recriminações, a destituição de Bettendorff do reitorado em São Luís foi um dos primeiros atos administrativos do visitador provincial. Mas antes de executá-la, Pedrosa certificou-se do consentimento do padre Consalvi, o superior da Missão. Este surpreendeu ao falar, em uma carta ao superior geral, da insatisfação geral entre religiosos e externos em relação à pessoa de Bettendorff.⁸²

Segundo a crônica de sua autoria, o padre luxemburguês tomou conhecimento da revogação de seu mandato de reitor durante uma estadia no Pará. Inclusive, Pedrosa deu-lhe a ordem de permanecer naquela capitania, sem instruções mais detalhadas. Assim, Bettendorff começou a visitar, como missionário itinerante, as aldeias na margem norte do rio Amazonas e na região do delta. Enfim, ele se encontrou com o padre Pedrosa numa residência situada no arquipélago de Marajó, onde o visitador veio fazer sua inspeção. Mas o visitador teria evitado conversar diretamente com seu confrade luxemburguês nos dois dias que por lá ficou.⁸³

Aliás, tudo indica que o padre Pedrosa não tinha conseguido formar um grupo de simpatizantes suficientemente forte entre os missionários para apoiá-lo contra Bettendorff, apesar de seus esforços de entrosar-se com os padres mais jovens, como Aloísio Conrado Pfeil, Jódoco Perret e Antônio Pereira, aos quais confiou cargos importantes, ou de seu antigo sócio na Missão de Ibiapaba, o padre Gonçalo de Veras. Assim, relativamente isolado, Pedrosa acabou fazendo uma visitação pouco profunda das missões na calha amazônica, entre novembro de 1679 e março de 1680, permanecendo a maioria do tempo na aldeia do Xingu, nos entornos de Gurupá, antes de retornar a São Luís. Ao chegar ao Maranhão, ele não hesitou em destituir o recém-nomeado reitor do Colégio,

f. 136r-137v; São Luís, 25/03/1682, ARSI, Bras 26, f. 88r-89v.

⁸² Carta de Consalvi ao superior geral Oliva, São Luís, 05/11/1679. ARSI, cód. Bras 26, f. 78r.

⁸³ BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado de Cultura, 1990, p. 327-348.

Gonçalo de Veras, e de substituí-lo pelo jovem padre italiano Estêvão Gandolfi. Além disso, o visitador provincial modificou alguns pontos da *visita*, isto é, o regulamento interno redigido por Vieira vinte anos antes.⁸⁴

Por fim, chegaram da casa generalícia as tão esperadas respostas do superior geral. Estas deram razão a Bettendorff, considerando nulas as competências de Pedrosa. Implicitamente, a Missão do Maranhão ficou ligada à província de Portugal, ao menos durante algumas décadas. Com base nas cartas de Roma, Consalvi retomou logo a direção da Missão, ocupando-a até o fim regular de seu mandato em 1683. Quanto a Pedrosa, ele foi enviado como missionário ao vale do rio Pindaré, provavelmente para mantê-lo afastado da cidade de São Luís, mas também por causa de seus bons conhecimentos da língua geral. Para tranquilizar os padres e reconsiderar as decisões tomadas pelo efêmero visitador provincial, Consalvi iniciou, por sua vez, uma visitação de toda a Missão em companhia de Gaspar Misch, um padre apreciado por seus confrades. Quanto a Bettendorff, ele continuou seus trabalhos missionários na capitania do Pará, onde teve um reencontro com Consalvi. Na ocasião, este manifestou certo pesar por ter-se inicialmente aliado a Pedrosa. De fato, Consalvi, como superior, tinha ficado num profundo dilema, como revela sua observação de que “não se pode servir a dois senhores”.⁸⁵

Em resumo, os deslocamentos e intercâmbios de padres jesuítas entre o centro e o norte da América lusa, como também os laços entre a Província do Brasil e a Missão do Maranhão, ao longo do século XVII, foram complexos. Mesmo profundamente interligados pelo objetivo comum da conversão dos povos indígenas, a adaptação dos métodos missionários a realidades distintas engendrou relações de

⁸⁴ ARENZ, Karl Heinz. “Valente para servir”: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII. Belo Horizonte: Caravana, 2022, p. 225-228.

⁸⁵ Carta de Consalvi ao superior geral Oliva, São Luís, (s/d) 1679. ARSI, cód. Bras 26, f. 81r.

caráter multiforme entre as duas entidades administrativas da Companhia de Jesus. Entender tanto suas múltiplas interações como suas frequentes fricções faz parte do esforço de compreender mais a fundo o processo de formação da sociedade colonial no espaço que hoje compreende basicamente as regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and beyond (1540-1750)*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- ARENZ, Karl Heinz. *“Valente para servir”: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII*. Belo Horizonte: Caravana, 2022.
- BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado de Cultura, 1990.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugalia/Instituto Nacional do Livro, 1938-1950.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

4.3. “Contra a qual não há argumento”: a experiência acumulada no Maranhão e a defesa da autoridade sobre os índios no Brasil

Fabício Lyrio Santos
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Em agosto de 1760, o carpinteiro José de Freitas foi parar na cadeia de Belém por um motivo um tanto inusitado: ele havia escrito uma carta para o padre Francisco Machado, que se encontrava no Colégio da Companhia de Jesus na Vila da Vigia, não muito distante da capital paraense, com notícias que haviam chegado à cidade “vindas da Bahia e Pernambuco, a respeito da nossa corte, antes de chegar a esse porto a presente nau”. O momento não poderia ser menos favorável: a lei promulgada em 3 de setembro de 1759 havia determinado a expulsão de todos os jesuítas do reino e domínios portugueses, proibindo qualquer tipo de contato ou comunicação com aqueles religiosos. Sendo assim, além de preso, José foi interrogado pelas autoridades e sua carta foi cuidadosamente analisada, inclusive pelo bispo do Pará. No fim, concluiu-se que ele não tinha culpa por não ser o autor das notícias; apenas havia passado adiante o que ouvira de um cabo de esquadra chamado João Pedro, que, por sua vez, as escutara no Maranhão. Desse modo, a carta escrita por nosso letrado carpinteiro em apuros baseava-se em informações que haviam corrido léguas de distância desde a capital do Estado do Brasil até a do Estado do Grão-Pará e Maranhão, passando por outras duas capitanias, com mais ligeireza do que a embarcação que as conduzia supostamente em segredo pelo Atlântico.⁸⁶

Tendo sido oficialmente estabelecida em 1540, a ordem inaciana ou dos jesuítas ingressou no mesmo ano em Portu-

⁸⁶ CARTA de Manoel Bernardo de Mello de Castro para o secretário Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Pará, 29 de agosto de 1760. *Anais do APEP*, vol. 10, p. 255-256.

gal, de onde passou a enviar missionários para todos os espaços colonizados pelos portugueses ao redor do globo.⁸⁷ Na América, os primeiros jesuítas chegaram, em 1549, junto com a comitiva do primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza, e mantiveram-se em atividade de forma ininterrupta até a expulsão, decretada em 1759. A partir da cidade recém-fundada e primeira capital do Estado do Brasil, Salvador, os jesuítas se dividiram em missões de natureza diversa pelas demais capitanias, organizando três importantes núcleos de atuação em torno dos colégios da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 1556, foi criada a Província do Brasil e o Colégio da Bahia passou a funcionar como sede provincial, status que manteve durante os dois séculos seguintes. Pouco antes da expulsão, por volta de 1757, foi dado início ao processo de criação de uma nova província que seria sediada no Rio de Janeiro, o que acabou não se concretizando. No século XVII, teve início a expansão dos jesuítas em direção ao norte da América portuguesa, na sequência do povoamento português e da criação do Estado do Maranhão (1621), sendo estabelecida a Vice-província do Maranhão, cujos principais núcleos de atuação foram os colégios de São Luís e Belém.⁸⁸

O singular episódio vivenciado por José de Freitas nos oferece um bom ponto de partida para as reflexões que virão a seguir acerca da troca de experiências entre os jesuítas que atuavam em diferentes regiões da América portuguesa, envolvendo, de forma ampla, a Província do Brasil e a Vice-província do Maranhão. Retratada em boa parte da historiografia e nos livros didáticos como uma ordem religiosa rigidamente hierárquica e centralizada, a Companhia de Jesus possuía, de fato, uma estrutura bastante dinâmica, que permitia a cada província uma relativa autonomia, favorecendo o surgimen-

⁸⁷ ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond (1540-1750)*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1996.

⁸⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edição Fac-Símile. 10 tomos. 5 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

to de adaptações e ajustes que eventualmente eram compartilhados. Sendo assim, desafios específicos enfrentados na América levaram os jesuítas a estabelecerem um método de evangelização das populações nativas sem paralelo no período moderno: o aldeamento.⁸⁹

Grupos indígenas propensos à aceitação do cristianismo foram reunidos em povoações e submetidos a uma rotina permanente de disciplinamento e ensino que incluía não apenas o catecismo como também a imersão cotidiana do indígena em um modo de vida baseado na cultura europeia. Com isso, visava-se, para além da adoção de uma nova religião, a incorporação de novos hábitos e costumes e o rompimento com as tradições nativas, o que incluía uma mudança de atitude em relação ao trabalho e aos bens materiais, valorizando a produção do excedente econômico como forma de garantir a autossuficiência das comunidades e evitar tanto a interferência das autoridades locais quanto a exploração por parte dos colonos. Este modelo foi seguido pelos jesuítas no Brasil e depois no Maranhão, sendo adotado, progressivamente, pelos religiosos franciscanos, carmelitas, capuchinhos e mercedários.⁹⁰

Embora tenham se tornado mais conhecidas pelo nome de “aldeamentos”, as povoações oriundas deste método de catequese são denominadas na documentação colonial de “aldeias”, termo igualmente aplicado às demais povoações indígenas existentes no território americano. O deslocamento de novos contingentes indígenas para se juntar às populações já aldeadas ou criar novos aldeamentos era chamado de “descimento”. Conflitos reiterados entre os religiosos (em particular, os jesuítas) e os colonos ensejaram embates sérios em diversas ocasiões, sendo que os missionários contavam

⁸⁹ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

⁹⁰ SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2014.

com o reiterado apoio dos monarcas portugueses, os quais, por força da instituição do padroado régio, eram os responsáveis pela evangelização do chamado “Novo Mundo”. Com isso, jesuítas e demais religiosos atuavam como agentes da Coroa portuguesa na colônia, o que não impedia a ocorrência de atritos entre as duas instâncias.

Apesar de ter sido instituída a partir do século XVII, a Missão e posterior Vice-província do Maranhão se expandiu e ganhou relevância, haja vista o significativo peso demográfico, econômico e social da população indígena na região. Se, na Província do Brasil, os religiosos enfrentavam reiteradas demandas com os colonos em torno da demarcação de terras para os aldeamentos, na Vice-província os conflitos se concentravam em torno da cessão da população aldeada para atender as demandas dos moradores por mão de obra. Tendo em vista que as leis vigentes proibiam a escravização dos povos nativos (exceto em situações específicas), o recurso aos aldeamentos como reserva de trabalhadores tornou-se um expediente comum, traduzido na chamada “repartição” ou divisão da população aldeada. Enquanto uma parte permanecia na aldeia, a outra era cedida aos colonos e às autoridades locais para prestação de serviços que podiam durar vários meses. A demora na devolução dos trabalhadores ou a sua má remuneração, assim como as denúncias contra o cativo ilegal, eram focos permanentes de atritos no Estado do Maranhão, ocorrendo também no Estado do Brasil.

Visando solucionar os conflitos, o monarca português Dom Pedro II promulgou o *Regimento das Missões do Estado do Maranhão* (1686), o qual serviu de regulamento para a administração das povoações indígenas e a repartição da mão de obra livre na Amazônia até a implantação do *Diretório dos Índios*, em 1757. O primeiro parágrafo do regimento determinava que tanto o “governo espiritual” quanto o “governo temporal” das aldeias estivesse a cargo dos missionários, ou seja, seriam eles os responsáveis por garantir a observância das normas religiosas e das dinâmicas sociais e econômicas

que garantiam o ordenamento interno, o que incluía a cessão de trabalhadores para os serviços demandados pelas pessoas de fora.⁹¹

A partir deste princípio básico (a administração espiritual e temporal das aldeias a cargo dos religiosos) o regimento legisla ainda sobre o cargo de procurador dos índios (autoridades responsáveis por representá-los judicialmente nas cidades de São Luís e Belém); a proibição do ingresso e permanência de pessoas de fora nas aldeias sem autorização (brancos ou mamelucos), do cativoiro indireto (por meio do casamento de livres com escravizados) e dos castigos excessivos aplicados pelos ouvidores; o aumento da população aldeada (por meio dos descimentos); e, de forma predominante, os mecanismos de cessão e exploração da mão de obra indígena. Embora não tenham sanado os conflitos de forma definitiva, estas determinações garantiram a convivência entre indígenas aldeados, colonos, autoridades locais e religiosos por mais de meio século, ao abrigo da tutela missionária.⁹²

Cioso da necessidade de estabelecer uma regulamentação semelhante para as demais capitanias da América, o jesuíta Manoel de Siqueira (1682-1761), enquanto ocupante do cargo de provincial (1740-1746), apoiou-se exaustivamente no Regimento do Maranhão para compor uma proposta semelhante que foi encaminhada ao monarca Dom João V (1706-1750) através de um requerimento, o qual podemos datar de 1745. Siqueira argumenta que a falta de um regimento específico destinado ao Estado do Brasil prejudicava os religiosos quanto à administração das aldeias, pois as re-

⁹¹ O regimento foi impresso em 1724 junto com outras leis referentes à população indígena da Amazônia, visando garantir o seu efetivo cumprimento. Cf. *REGIMENTO, & Leys sobre as Missoens do Estado do Maranhão, & Pará, & sobre a liberdade dos Índios*. Lisboa Occidental: Na Oficina de ANTONIO MANESCAL, Impressor do Santo Officio, & Livreyro de Sua Magestade, MDCCXXIV, p. 1-15.

⁹² ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (org.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021.

petidas ordens existentes nas capitanias raramente eram observadas ou por serem desconhecidas, ou por confrontarem-se umas às outras, ou, ainda, por terem sido expedidas há muito tempo, mostrando-se impraticáveis. Ignorando o impacto desta situação sobre os próprios indígenas aldeados, Siqueira ressalta que ela gerava constantes desentendimentos e conflitos entre os missionários, os colonos e as autoridades, “por não saberem uns, e outros, o que lhes compete nos termos da sua jurisdição”.⁹³

No afã de embasar seus argumentos na legislação já existente e na experiência acumulada pelos religiosos, Siqueira usa o Regimento das Missões do Maranhão como principal referência para a elaboração dos 10 artigos da sua proposta, citando-o, de modo mais específico, ao tratar dos seguintes temas: sustento dos missionários nas aldeias (Art. 3º); serviços dos índios nas obras reais e salário a ser pago (Art. 4º); serviços prestados aos moradores e sua remuneração (Art. 5º); casamento dos aldeados com pessoas de fora (Art. 6º); ingresso de pessoas de fora nas aldeias (Art. 7º); e, finalmente, serviços prestados pelas índias aos moradores (Art. 8º). De modo bastante emblemático, o regimento de 1686 não é citado por Siqueira no Artigo 1º da sua proposta, que trata da administração das aldeias, nem no Artigo 2º, que trata da administração dos missionários nas aldeias. Ele também não é lembrado nos dois últimos artigos, a saber: o 9º, que trata das instâncias em que os indígenas deveriam apresentar suas causas jurídicas, e o 10, que trata da liberdade dos índios e do direito de possuírem terras.

Em relação aos dois primeiros artigos, o provincial jesuíta opta por recorrer a argumentos que certamente julga consistentes para convencer o monarca, adotando como

⁹³ REQUERIMENTO do padre da Companhia de Jesus Manuel de Siqueira ao rei D. João V solicitando ordem para que em cada uma das capitanias do Estado do Brasil se faça Junta de Missões e se proponha os artigos do seu projeto de regimento para a administração dos índios. Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Administração Central-ACL, Conselho Ultramarino-CU 005, cx. 83, doc. 6808.

princípio fundamental a experiência acumulada nos aldeamentos ao longo dos dois séculos anteriores. Para mais, postula uma contraposição fundamental entre o que entende ser a motivação dos religiosos (zelo pela salvação das almas dos índios), em contraste com as que seriam as dos colonos e autoridades (interesse econômico e cobiça material). Além disso, defende, de um ponto de vista prático, que o exercício da autoridade espiritual seria inviável sem o recurso à coerção moderada, derivada da autoridade temporal. Ele também cita a legislação já existente no Estado do Brasil, incorporando-as à sua proposta de regimento, como forma de ser praticada de forma efetiva e uniforme em todas as capitanias e vilas.

Esta última linha de raciocínio é igualmente seguida em relação aos dois últimos parágrafos, dando a entender que, por serem questões já legisladas no Estado do Brasil, não se mostrava necessário, para o provincial, recorrer ao Regimento do Maranhão. Em contrapartida, vale atentar que, quanto ao ingresso dos indígenas na justiça colonial, enquanto o regimento de 1686 estabelece a nomeação de dois procuradores, a proposta de Siqueira não menciona este cargo, postulando que as causas indígenas fossem apresentadas ao próprio missionário, com possibilidade de recurso ao superior da ordem religiosa responsável pela administração da aldeia, ao ouvidor da comarca ou ao próprio governador. Quanto ao último parágrafo, é salutar pontuar que o regimento de 1686 não legisla sobre a concessão de terras para as aldeias, talvez porque este fosse um ponto pacífico na região. Por outro lado, a questão das entradas dos missionários no sertão, incentivada no Maranhão com vistas à promoção dos descimentos de novos contingentes indígenas, não é destacada na proposta de Siqueira para o Estado do Brasil.

Nos artigos que tocam a questão do trabalho (tanto dos homens quanto das mulheres indígenas), Siqueira segue de perto o que já estava disposto no Regimento de 1686, entendendo, certamente, que as soluções ali apresentadas seriam bem aproveitadas no Estado do Brasil. Isto se aplica à eco-

nomia interna das aldeias, movida pelo trabalho indígena, do qual dependia diretamente o sustento dos missionários. Também se aplica à questão dos casamentos, sendo aparentemente comum tanto no Brasil quanto no Maranhão a prática dos moradores em incentivar os índios a se casarem com suas escravas, o que era visto pelos religiosos como uma modalidade disfarçada de cativo. Em sentido contrário, o provincial não deixa de apontar as diferenças percebidas entre as duas regiões, ao afirmar que as aldeias “do Ceará para baixo” eram menos numerosas do que as do Maranhão, sendo necessário cautela na cessão dos índios para o serviço fora das aldeias. Ele alega também que a divisão da população masculina aldeada a partir dos 13 em terços ou metades (as chamadas repartições) não teria aplicação nas aldeias do Brasil, pois os moradores demandavam pouco a mão de obra indígena, uma vez que dispunham de um grande número de escravos. Além disso, os serviços prestados pelos índios não duravam mais do que dois meses, ao contrário do que ocorria em São Luís e Belém, onde o tempo de serviço era de quatro a seis meses por ano.

Também em relação à permanência de pessoas de fora nas aldeias, Siqueira postula uma diferença básica entre os Estados do Brasil e do Maranhão argumentando que, neste último, “as aldeias distam muito do povoado”, o que justificava a proibição da permanência de brancos e mamelucos. No entanto, “do Maranhão para baixo” as aldeias seriam “vizinhas às cidades, e é força que por elas passe continuamente muita gente, aos quais muitas vezes é necessário pernoitar”. Por esta razão, segundo o provincial, estas costumavam ter uma casa destinada a hospedar as pessoas de fora, o que não era visto como problema pelo religioso.

Por fim, outra diferença importante anotada por Siqueira entre o Brasil e o Maranhão diz respeito à prestação de serviço pelas índias aos moradores. Segundo o regimento de 1686, as mulheres indígenas não entravam na repartição da mão de obra aldeada, sendo que a saída por motivo de tra-

balho somente era permitida às que atuavam na fabricação de farinha (índias farinheiras) e na criação dos filhos dos moradores (índias de leite). No Brasil, de acordo com o provincial, mais especificamente na capitania de Pernambuco, havia índias aldeadas que trabalhavam para os moradores na fiação do algodão (fiandeiras) usado na confecção de redes, o que fazia com que aquelas mulheres passassem certo tempo fora das aldeias. Siqueira contrapõe a este procedimento a suspeita de que o mesmo servisse apenas de pretexto para a licenciosidade dos colonos e a mistura inapropriada entre índias, mulatos e mamelucos.

Dando seguimento à discussão, o provincial discorda da proposta que havia sido formulada alguns anos antes, em 1742, pelo governador de Pernambuco, para que os índios que já fossem cristãos pudessem viver fora das aldeias, nas casas dos moradores, a fim de que se misturassem, casassem e, deste modo, fossem aos poucos se “civilizando”. Siqueira via nesta proposta uma ameaça aos aldeamentos já que, se funcionasse como previsto, estes perderiam a própria razão da sua existência. Porém, ele duvidava desta possibilidade, pois não reconhecia nem que os colonos pudessem cuidar dos índios sem o interesse em explorá-los, nem que os índios fossem capazes de alcançar a civilidade que se esperava deles. Para o provincial, propostas como esta revelavam apenas o desconhecimento das autoridades civis em relação à realidade enfrentada pelos religiosos, únicos conhecedores da “natureza dos índios” e da “disposição daqueles sertões”.⁹⁴

Sem poder prever o que estava por vir, Siqueira acabou se posicionando na contramão das reformas direcionadas à questão indígena que seriam promulgadas na corte de Lisboa no início do reinado de Dom José (1750-1777), cujas

⁹⁴ REQUERIMENTO do padre da Companhia de Jesus Manuel de Siqueira ao rei D. João V solicitando ordem para que em cada uma das capitanias do Estado do Brasil se faça Junta de Missões e se proponha os artigos do seu projeto de regimento para a administração dos índios. AHU_ACL_CU_005, cx. 83, doc. 6808.

bases foram a lei da liberdade dos índios do Maranhão, data-
da de 6 de junho de 1755, o alvará determinando a abolição
parcial do Regimento das Missões, datado do dia seguinte, e
o Diretório dos Índios do Maranhão, de 1757, tornado lei em
17 de agosto de 1758. Em meio a estas importantes altera-
ções políticas e legislativas, argumentos semelhantes aos de
Siqueira foram evocados em um pequeno manifesto de auto-
ria do padre João Honorato (1690-1768), então provincial da
Companhia de Jesus no Brasil (1754-1758).⁹⁵

De fato, ao listar cinco razões favoráveis à permanência
dos missionários nos aldeamentos, Honorato aproxima-se
bastante da proposta de regimento apresentada na década
anterior por Siqueira. Recorrendo à autoridade do padre
Antônio Vieira (1608-1697), ele cita trechos de uma carta
endereçada ao rei Dom João IV e de um sermão pregado na
capela real de Lisboa perante a rainha regente dona Luísa de
Gusmão, nos quais o insigne jesuíta relata suas experiências
enquanto missionário no Maranhão. Destacando os infortú-
nios vividos pelos jesuítas nos séculos anteriores, o provin-
cial assegura que os religiosos eram os mais experimentados
na questão indígena e conclui afirmando que contra a expe-
riência não poderia haver nenhum argumento.

Nos dois documentos citados, a experiência acumulada
nas diferentes capitanias dos Estados do Brasil e do Mara-
nhão e a suposta incapacidade dos índios em adquirir “civi-
lidade” reforçavam a ideia de que a responsabilidade atri-
buída aos missionários para cuidarem das almas indígenas
(“governo espiritual”) dependia do poder coercitivo exercido
sobre os seus corpos (“governo temporal”). Este poder fa-
cultava a aplicação de punições moderadas e sanções sem
as quais não haveria como governá-los nem tampouco cate-

⁹⁵ RELAÇÃO das razões pelas quais se defende a resolução do governo
temporal acerca das aldeias dos índios do Brasil. AHU_ACL_CU_005, cx.
14, doc. 1230. Curiosamente, o padre Manuel de Siqueira voltou a ocu-
par o cargo em 1758, em substituição a Honorato, ficando à frente da
província durante o processo de prisão e deportação dos jesuítas para
o reino.

quizá-los. As experiências evocadas pelos dois provinciais, mesmo quando desfavoráveis aos religiosos, são lembradas a propósito de reforçarem sua primazia nas matérias vinculadas aos aldeamentos em detrimento dos colonos e dos próprios indígenas, vistos como dependentes da sua tutela.

Voltando ao episódio narrado no início deste capítulo, não sabemos quais foram as informações que puseram o carpinteiro José de Freitas na cadeia, em Belém, mas sabemos que eram oriundas da Bahia e de Pernambuco e que sua intenção era fazê-las chegar aos jesuítas. Sua prisão, de pouca repercussão no quadro geral dos acontecimentos, nos revela que aqueles religiosos tinham acesso ao que acontecia na Europa e nas diferentes regiões da América mobilizando redes não apenas formais como também informais de comunicação oral e escrita. A consciência expressa acerca das semelhanças e diferenças entre os Estados do Maranhão e do Brasil revela que a experiência acumulada e compartilhada pelos missionários dava à Companhia de Jesus uma perspectiva privilegiada de percepção e intervenção na realidade colonial. Nada disso, no entanto, seria capaz de livrá-la do que estava por vir.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond (1540-1750)*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1996.
- ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (org.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru: EDUSC, 2006.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edição Fac-Símile. 10 tomos. 5 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2014.

4.4. O comércio nas fronteiras da Amazônia portuguesa, América espanhola e Guiana Francesa, 1750-1830

**Siméia de Nazaré Lopes
(Universidade Federal do Pará)**

**Carlos Augusto Bastos
(Universidade Federal do Pará)**

Em meados do século XVIII, o comércio realizado pelos negociantes da praça comercial de Belém se deslocava para diversas áreas dos sertões do Estado do Grão-Pará e Maranhão. No porto da cidade, as mercadorias abasteciam não somente o comércio local, como também eram exportadas para Lisboa. O circuito mercantil realizado pela ação de negociantes e demais sujeitos articulava a extração das *drogas do sertão*, a comercialização das mercadorias importadas e a negociação desses produtos. O comércio se ramificava em direção aos diversos rios do vale amazônico, o que demandava um maior controle fiscal por parte das autoridades locais. As transações comerciais se estendiam para a capitania do Maranhão e para o oeste do Estado do Brasil (Mato Grosso e Goiás). Com o intuito de controlar esse circuito de mercadorias e de pessoas, as fortalezas levantadas ao longo dos rios serviam também de base de apoio para os negociantes em suas embarcações, mas principalmente de ponto de fiscalização sobre os produtos negociados e controle das pessoas empregadas no comércio.

As rotas fluviais e atlânticas se conectavam aos mercados regionais e urbanos, articulando os diferentes sujeitos envolvidos nessas atividades. O comércio era importante para o desenvolvimento econômico do extremo norte da América lusa, e deveria auxiliar para a ocupação desse amplo espaço, articulando inclusive as zonas limítrofes com outras

possessões europeias. Nesse estudo, vamos abordar como estavam estruturadas as relações comerciais entre o extremo norte da América portuguesa e as colônias espanholas, ao oeste, e francesa, ao norte. Nessa abordagem, enfatizaremos as ações dos negociantes e de seus grupos, assim como as estratégias que eles utilizaram diante das incertezas políticas que ocorreram nos séculos XVIII e XIX. Essas relações continuaram importantes nas décadas iniciais de formação do Império do Brasil, entre os anos 1820-1830, período que também será considerado neste texto.

A partir da década de 1750, é possível verificar a crescente preocupação dos poderes coloniais lusos no extremo norte com a defesa da fronteira, o estímulo à economia e a ocupação do território. O Tratado de Madrid (1750) e a instituição da capitania do Rio Negro (1755) demonstravam o empenho de delimitar as fronteiras políticas com a América espanhola e ampliar o controle administrativo sobre essa área limítrofe. Nos limites franco-portugueses do Cabo Norte, a elevação da povoação de São José de Macapá à categoria de vila, em 1758, e a construção da fortaleza de mesmo nome, entre as décadas de 1750-1760, buscavam ampliar a defesa desse território e dinamizar a sua ocupação. O extremo norte da América portuguesa ainda vivenciou medidas importantes do ponto de vista da política comercial, com a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

Com relação ao comércio nas áreas limítrofes hispano-portuguesas da Amazônia, entre as décadas de 1750-1770, a atuação da já mencionada Companhia de Comércio buscou incentivar o contrabando nessa fronteira. Essa ação era entendida pelas autoridades lusas como importante não apenas do ponto de vista do incentivo comercial, mas também como maneira de fortalecer as pretensões territoriais portuguesas na região. Na década de 1770, essa visão estratégica do contrabando nas fronteiras foi claramente expressa no chamado “Secretíssimo Plano de Comércio.” Esse plano,

formulado pelas autoridades portuguesas, visava aumentar o fluxo da prata dos Andes para o território luso-americano através do contrabando pelos rios amazônicos, incentivando a introdução ilegal de mercadorias europeias nas possessões espanholas vizinhas. O “Secretíssimo Plano” objetivava, com isso, a consolidação dos direitos de posse territorial da Coroa lusa nos sertões do Grão-Pará e Rio Negro. As fortificações militares na fronteira seriam importantes entrepostos comerciais da Companhia de Comércio, realizando o contrabando com a vizinhança hispano-americana. Como exemplo, no forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (na margem esquerda do rio Solimões e limítrofe às terras amazônicas da Audiência de Quito), a Companhia de Comércio instalou um armazém, e as autoridades militares locais buscaram estabelecer contatos com os espanhóis para que participassem das atividades de contrabando.⁹⁶

Outras fortificações na capitania do Rio Negro funcionavam igualmente como pontos de contato comercial na fronteira, a exemplo da fortaleza de São José de Marabitanas, no rio Negro, e do forte de São Joaquim do Rio Branco, no rio Branco. Sobre o comércio luso-espanhol nas fronteiras da capitania do Rio Negro, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio destacou em 1780 a existência das seguintes rotas: uma que seguia a partir de Tabatinga para a Província de Maynas e rio Napo, alcançando a cidade de Quito. Outra rota, pelo rio Içá-Putumayo, levava a Pasto e a Popayán. Por fim, uma rota pelo rio Negro, favorecida pela fortaleza de Marabitanas, conectando às vizinhas fortificações espanholas de San Carlos e San Felipe e realizando um trato comercial que envolvia “alguns gêneros da Capitania e da Europa.”⁹⁷

Para as autoridades civis, militares e eclesiásticas do lado espanhol, a entrada de comerciantes lusos pelos rios fronteiriços não se relacionava apenas à introdução ilícita

⁹⁶ Pará, Arquivo Histórico Ultramarino-AH, Administração Central-ACL, Conselho Ultramarino-CU 013, cx. 75, doc. 6348. Pará, 31-10-1776.

⁹⁷ Rio Negro, AHU_ACL_CU_020, cx. 3, doc. 200. Lisboa, 30-3-1780.

ta de mercadorias europeias ou à coleta não autorizada de produtos da floresta, como salsaparrilha ou cacau. De modo frequente, havia denúncias sobre a participação desses comerciantes na escravização ilegal de indígenas nas terras hispano-americanas, os quais eram deslocadas para a América lusa, situação que constituiu uma das críticas mais recorrentes dos espanhóis sobre a entrada das embarcações portuguesas em seu território.

Os acordos diplomáticos de 1750 e 1777 não funcionaram como impedimentos para os conflitos ocorridos nas fronteiras da América portuguesa com os domínios espanhol e francês. De fato, as disputas persistiram quanto à definição desses espaços e a identificação dos limites entre as possessões. A população das áreas de fronteira fazia uso desses litígios territoriais para circular nesses espaços, destacando-se a prática das deserções de soldados, fugas de escravizados e de indígenas, o contrabando e a circulação de informações nas fronteiras. No caso da fronteira franco-portuguesa, a presença de franceses nos limites da capitania do Pará esteve voltada para a ocupação da área do Cabo Norte e para o incremento de atividades comerciais com os habitantes locais. Além disso, os franceses atuaram tecendo relações de troca com indígenas, soldados desertores e africanos fugidos do Pará. Ações de contrabando entre os franceses e os habitantes do Cabo Norte contribuíam para o abastecimento de populações estabelecidas nas áreas de fronteira. A região fronteira entre Pará e Guiana Francesa foi caracterizada por disputas entre autoridades em torno da delimitação de sua fronteira, do controle local sobre o deslocamento de pessoas e de mercadorias.

Em 1777, as Coroas lusa e espanhola buscaram novamente resolver suas disputas de território mediante a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que determinou a delimitação das fronteiras ibero-americanas por comissões demarcadoras luso-espanholas. Entre as décadas de 1780-1790, demarcadores espanhóis e portugueses empreen-

deram conjuntamente as atividades de reconhecimento e demarcação dos limites amazônicos. O Tratado de Santo Ildefonso determinava a proibição do contrabando na fronteira, e os espanhóis buscaram estabelecer relações mercantis oficiais com comerciantes nas capitanias do Rio Negro e do Pará para garantir o abastecimento de sua comissão. No entanto, essas relações comerciais não prosperaram, ao mesmo tempo em que foram recorrentes os casos de contrabando envolvendo demarcadores espanhóis, portugueses e habitantes tanto da capitania do Rio Negro quanto do lado hispano-americano durante as demarcações.

Mediante trocas comerciais ilícitas com habitantes do lado português, a comissão espanhola teve acesso a mantimentos, principalmente farinha, essencial para a alimentação de soldados e indígenas em serviço.⁹⁸ As transações comerciais com os espanhóis relevam-se interessantes para muitos portugueses, pois era recorrente que aqueles pagassem com moedas de prata.⁹⁹ O contrabando mostrou-se igualmente de interesse para oficiais espanhóis, proporcionando a eles ganhos privados. O comandante da partida demarcadora espanhola, coronel Francisco Requena, foi acusado de lucrar com a venda ilegal aos portugueses de cacau e salsaparrilha, comprando artigos europeus (como tecidos e ferramentas) e tabaco.¹⁰⁰ As autoridades da Audiência de Quito averiguaram a venda do tabaco contrabandeado do lado português da fronteira, beneficiando autoridades das províncias de Maynas e Quijos, envolvidas no ilícito comércio.¹⁰¹ O fim das demarcações luso-espanholas, no começo da década de 1790, não sig-

⁹⁸ Archivo General de Indias (AGI), Santa Fe, 663B. Carta firmada por Francisco Requena y Herrera, Felipe de Arechua y Sarmiento, Miguel Hernández Bello, Don Mariano Bravo, Gaspar de Santisteban, José Mazorra, y José Antonio Villalobos. Ega, 17-7-1784.

⁹⁹ Arquivo Público do Estado do Pará-APEP, cód. 402, doc. 23. Ega, 10-7-1784.

¹⁰⁰ Archivo General de Indias-AGI, Quito, 342, n.^o 47. Quito, junio de 1792

¹⁰¹ Archivo Histórico de Límites del Perú-AHLPE, LEA 11-224. Quito, 19-7-1784.

nificou a interrupção das trocas comerciais entre portugueses e espanhóis no norte amazônico, prosseguindo as acusações sobre a persistência do contrabando.

As práticas de contrabando na fronteira com o Cabo Norte também eram um tema constante na correspondência das autoridades portuguesas do período. A população que habitava na faixa de terra entre a Guiana Francesa e o Grão-Pará mantinha relações sociais tanto com os portugueses que protegiam a fronteira, quanto com os franceses que penetravam os rios para obter informações ou negociar víveres e produtos com os moradores locais. A maior preocupação das autoridades militares se voltava para a população que habitava as imediações de Macapá e o arquipélago do Marajó, seja pela proximidade que havia com os limites franceses, seja pela falta de destacamentos que pudessem fazer resistência aos possíveis invasores. O Marajó era conhecido pela grande quantidade de fazendas de criação de gado, o que garantia o abastecimento de carne verde para a cidade de Belém e arredores, logo, se a fosse atacada e ocupada pelos franceses, isso ocasionaria a perda da exportação do gado e da subsistência da população que dependia dessa mercadoria.¹⁰²

Em 1793, o sargento do regimento de Macapá relatou para o governador da capitania do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, os resultados da expedição realizada na região do Cabo Norte. Na correspondência, o sargento foi informado pelos “Índios da Povoação Francesa do Lago do Carapoporís” que naquela localidade havia a presença de tropas francesas envolvidas na construção de um forte. O sargento informava que “os Franceses talvez antes de saberem em

¹⁰² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB, Coleção Manoel Barata – Memória sobre a defesa da capitania do Pará no governo D. Francisco de Souza Coutinho; e outros documentos do tempo do seu governo. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797-Lata 281, pasta 6, 102 f. Pará, 08/04/1797. In: GOMES, Flávio dos Santos, QUEIROZ, Jonas Marçal de, COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Relatos de fronteiras: fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

Caiena da declaração da Guerra com a Holanda e Espanha tenham algumas vistas sobre esta Costa” [da capitania do Pará]. A possibilidade dos franceses construírem “estabelecimentos” naquela região representava uma preocupação recorrente para as autoridades portuguesas, pois, em época de paz, tais estabelecimentos serviriam de “entreposto para o seu comércio clandestino com estes Habitantes”, e em tempos de guerra seria um destacamento para o abastecimento das tropas invasoras.¹⁰³

A articulação comercial que os franceses teciam com as populações da capitania do Pará era frequente. Essas relações eram relatadas com receio pelas autoridades portuguesas, pois, além das práticas de contrabando, o contato com os franceses podia representar uma influência negativa no contexto da Revolução Francesa. Francisco de Souza Coutinho, governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, informou em ofício sobre as medidas que deveriam ser tomadas para a salvaguarda da fronteira com a Guiana Francesa. Tendo em vista as diligências para conter as fugas de escravizados e de indígenas para Caiena, Souza Coutinho propôs o abandono de algumas construções nas ilhas de Caviana e Mexiana, na foz do rio Amazonas. A intenção era que os proprietários ocupassem o interior do Marajó juntamente com a nação dos indígenas Aroans que habitavam as proximidades de Chaves e de Rebordelo [vilas no Marajó], tendo em vista que essa nação tinha “mais parentes com os franceses”.¹⁰⁴ O objetivo desse deslocamento era dificultar o contato que as povoações nessa região tinham com os franceses, bem como evitar os descaminhos que aconteciam devido ao constante movimento de canoas sem a devida fiscalização.¹⁰⁵

Embora as ações das autoridades militares visassem criar obstáculos para esse contato na fronteira do Cabo Norte, durante a ocupação da Guiana Francesa pelas tropas por-

¹⁰³ Pará, AHU_ACL_CU_013, cx. 103, doc. 8179. Pará, 01/10/1793.

¹⁰⁴ Pará, AHU_ACL_CU_013, cx. 112, doc. 8712. Pará, 20/04/1798.

¹⁰⁵ Pará, AHU_ACL_CU_013, cx. 118, doc. 9100. Pará, 09/11/1800.

tuguesas (1809-1817) o trato comercial entre os negociantes da praça comercial de Belém e de Caiena foi franqueado. Em 1808, no período de preparação para o envio das tropas para o Cabo Norte, a administração da capitania do Pará contou com a participação e investimentos dos negociantes da cidade de Belém para a arrecadação de recursos e provisões para a ação militar. A conquista de Caiena trouxe vantagens econômicas para os negociantes de Belém. Isso pode ser notado pela abertura do trato comercial com os portos do Caribe. As embarcações que seguiam para abastecer as tropas no porto de Caiena ampliavam as suas rotas e partiam em direção às Antilhas, tornando o porto de Caiena um importante entreposto comercial. Algumas mercadorias eram mais requisitadas nesse circuito mercantil. Sobre isso, no final do ano de 1808, quando as tropas lusas se deslocavam pela Guiana Francesa para tomar a cidade de Caiena, um grupo de comerciantes franceses do Oiapoque apresentou aos oficiais portugueses uma listagem de produtos que eles tinham interesse de adquirir mediante o comércio com o Pará. Nessa listagem, constavam artigos tais como: “chapéus finos e grossos, chitas de todas as qualidades, calças riscadas, Bretanha e todas as qualidades de fazendas, sapatos (...), tabaco de rolo e de pó, aço em barra e pregos e utensílios para a cultura, como foices, enxadas (...), medicamentos, salgas de carne, bacalhau, tainha”.¹⁰⁶

Com o passar do tempo, a possibilidade de manter a Guiana Francesa como uma capitania portuguesa foi cada vez mais discutida e defendida. Entretanto, no limiar de 1815, quando foi assinado o acordo para a devolução da colônia francesa, muitos negociantes da praça de Belém foram contrários a essa resolução, pois a volta ao estado anterior à ocupação desestruturaria as relações comerciais que haviam sido tecidas entre os negociantes de Belém e as demais colônias nas Antilhas. Após a desocupação de Caiena e a entrega

¹⁰⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty-AHI. Assuntos Estrangeiros. Caiena. Oyapoch, 20/12/1808.

da Conquista, algumas relações comerciais se mantiveram, seja pela circulação de embarcações na costa do Cabo Norte, seja pelas propostas de compra de gado e de mercadorias pelas autoridades francesas. Nota-se que em 1827, José Felix Pereira de Burgos, presidente da província, chegou a autorizar o fornecimento regular de 1.500 cabeças de gado para as autoridades francesas que atravessaram a fronteira em busca dessa mercancia.¹⁰⁷ Esse comércio, apesar de alguns períodos de interrupção e incertezas, apresentou continuidades de contratos de abastecimento desse gênero também após 1830. Ressalta-se que notícias de contrabando de gados das ilhas do Marajó para Caiena foram presentes mesmo após o período destacado nesse estudo, o que nos sugere a regularidade dessas trocas comerciais nas fronteiras do Cabo Norte.

No extremo oeste da fronteira, as trocas comerciais entre a capitania do Rio Negro e a vizinhança hispano-americana prosseguiram como uma atividade importante entre as décadas de 1810-1820, apesar dos impactos ocasionados pelas lutas políticas dos processos de independência. No relato de viagem de Spix e Martius, consta a informação de que, a partir de localidades rio-negrinas, sustentava-se o comércio de artigos europeus destinados às terras amazônicas do vice-reino do Peru, vendendo os portugueses “utensílios de ferro, aço, estanho, cobre, munições, armas, tecidos de lã para roupas mais finas, tecidos de seda, chapéus, espelhos, miçangas.” Os preços desses produtos, “embora consideravelmente mais altos do que no Pará, [eram] duas vezes menores do que nas vizinhas províncias peruanas.” As localidades hispano-americanas, por sua vez, enviavam para o lado português “cacau, salsaparrilha, baunilha, bálsamo de copaíba, casca de quina, algum fumo e algodão.” Tal comércio era de pouca importância até antes da “recente catástrofe política” (as lutas de independência na América espanhola),

¹⁰⁷ AHI, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Pará 24/11/1827.

mas foi crescendo principalmente através do contrabando.¹⁰⁸ Em outros espaços da fronteira, as tentativas de regularização das trocas comerciais esbarraram nos temores políticos. No ano de 1819, os insurgentes da província de Guayana, na Venezuela, buscaram estabelecer relações diplomáticas com autoridades do lado português da fronteira, negociando o reconhecimento do governo republicano e realizando acordos comerciais no espaço limítrofe. No entanto, as autoridades do Grão-Pará desautorizaram essa aproximação, tendo em vista o aprofundamento da guerra entre forças monárquicas e republicanas na Venezuela.¹⁰⁹

Com a incorporação do Grão-Pará ao Império do Brasil, em 1823, nos primeiros passos das relações diplomáticas com os vizinhos amazônicos iniciou-se a discussão sobre a possibilidade de estabelecer acordos de navegação e comércio fluvial entre os países da região. Em 1826, o representante do governo do Brasil nos EUA negociou a instalação de uma companhia de navegação a vapor norte-americana para o rio Amazonas, prevendo o desenvolvimento do comércio fluvial entre o Império do Brasil e repúblicas hispano-americanas. Porém a proposta não prosperou, tendo em vista a oposição do governo provincial do Pará e de comerciantes de Belém.¹¹⁰ A partir da década de 1830, a Cabanagem não apenas representou um impacto nas trocas comerciais nas fronteiras amazônicas, como também obrigou o deslocamento de comerciantes para países vizinhos, a exemplo de comerciantes portugueses que, atuando na comarca do Rio Negro, fugiram da Cabanagem estabelecendo-se na fronteira amazônica

¹⁰⁸ SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820 (vol. 3)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 188-189.

¹⁰⁹ APEP, cód. 704. Ofício do Conde de Vila Flor, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, ministro dos Negócios do Brasil. Rio de Janeiro, 18-7-1819.

¹¹⁰ AHI. Ofícios do governo do Pará. Ofício de José Félix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Pará, ao Visconde de Inhambeipe, Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros. Belém, 28/09/1826.

da República do Peru¹¹¹. O mesmo pode ser afirmado para a fronteira com a Guiana Francesa, para onde os negociantes reinóis se deslocaram durante o período das revoltas sociais das décadas de 1820 e 1830.¹¹²

O comércio nas fronteiras franco-portuguesa e hispano-portuguesa do norte da América lusa representou um espaço de atuação de grupos mercantis de Belém, seja diretamente, seja através da constituição de sociedades comerciais com negociantes instalados nos espaços mais longínquos do território. Tratava-se de um comércio em grande medida ilegal, mas que comportava também relações mercantis legalizadas, como as que ocorreram entre Belém e Caiena durante a ocupação da Guiana Francesa. Esse comércio continuou atuante nos primeiros anos de formação do Estado imperial brasileiro, entre as décadas de 1820-1830. As relações mercantis nas fronteiras constituíram um vetor importante no estabelecimento de diferentes relações econômicas, sociais e políticas envolvendo a América lusa (e depois o Império do Brasil) com os territórios limítrofes no vale amazônico.

¹¹¹ AHI. Avisos recebidos do Pará (1825-1841). Ofício do comandante de Tabatinga ao Presidente da Província do Pará. Tabatinga, 25-5-1840.

¹¹² Em correspondência consular, a referência a refugiados do Grão-Pará na Guiana Francesa foi um tema que se tornou regular. Segundo uma dessas correspondências do comandante interino da Guiana Francesa, “plusieurs familles portugaises réfugiés à Cayenne depuis 13 mois par suite des troubles qui ont affligés la province du Para éprouvant le besoin et la nécessité dans l’intérêt de leur famille, de rejoindre leur Patrie avec leurs femmes e leurs enfants.” APEP, cód. 528; Encarregados de Negócios (Cônsules em países estrangeiros) (1795-1834). Caiena, 29/04/1825.

Bibliografia

- BASTOS, Carlos Augusto; LOPES, Siméia de Nazaré. Comercio, conflictos y alianzas en la frontera luso-española: Capitanía de Río Negro y provincia de Maynas, 1780-1820. *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia* v. 1, 2015, p. 83-108.
- BASTOS, Carlos Augusto. *No Limiar dos Impérios: a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas. Projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2017.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira Vol. 1 – A fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

4.5. Por caminhos fluviais: tráfico e mercado de escravos no Vale do Amazonas durante o século XIX

Luiz Carlos Laurindo Junior
(Universidade Federal do Oeste do Pará)

O raiar do século XIX foi marcado pela chamada Era das Revoluções, caracterizada pelas revoluções Francesa e Industrial, mas também por rupturas de laços coloniais, revoltas populares e escravas, mudanças no sistema mundial capitalista e, conseqüentemente, nos meios de produção e circulação e consumo de mercadorias. Esse contexto enformou os ideais de liberdade daquele tempo e posicionamentos contrários à escravização de africanos nas Américas foram sendo disseminados mundo afora. O revigorado antiescravismo foi encampado pela política externa do mais poderoso estado nacional do século XIX, a Grã-Bretanha, e foi se convertendo em contundente combate ao tráfico transatlântico de escravos, resultando em seu fechamento nos principais espaços escravistas americanos (Estados Unidos, em 1808; Cuba, em 1866, mais de quarenta anos após sua proibição oficial, em 1820; e Brasil, em 1850, após já ter sido proibido uma primeira vez, em 1831).

Dois conjuntos de interesses e ações deram sustentação ao combate ao tráfico transatlântico. De um lado, a opinião pública contrária à escravidão em espaços centrais da economia mundial capitalista (a exemplo da própria Grã-Bretanha), que denunciava a imoralidade da instituição escravista e sua incongruência com os avanços civilizacionais do momento, entre outros argumentos. De outro, a atuação estratégica, na arena internacional, de diferentes agentes políticos no sentido de desconstruir as economias escravistas ainda existentes e obter vantagens competitivas na economia mundial. Economia e moral, então, eram facetas do mesmo pro-

cesso.¹¹³

A escravidão negra sofreu poderoso golpe em suas bases, que, contudo, não foi suficiente para desmontá-la em nenhum dos três principais espaços escravistas americanos. Enquanto a reprodução endógena e o tráfico interno (que acontecia dentro das regiões, colônias ou nações), ambos mecanismos de funcionamento e reprodução da escravidão, continuassem existindo, a escravidão continuaria firme. Nem os ventos de liberdade e o ideal antiescravista, nem a afrontosa pressão diplomática e econômica por parte das nações “livres” conseguiriam derrubá-la. Afinal, não obstante os rearranjos no mercado mundial e as mudanças na divisão do trabalho, a produção de diversas commodities para o mercado mundial, por meio da exploração do trabalho escravo, continuou alimentando a incessante demanda fabril por matéria prima e cimentando os novos padrões de consumo surgidos com a Revolução Industrial, sobretudo nos centros urbanos americanos e europeus. A escravidão, portanto, ainda alimentada pelo ventre das escravas e pelo tráfico interno, manteve-se firme nas regiões americanas onde a conexão com o mercado mundial havia se acentuado.

No que diz respeito especificamente ao tráfico interno no Império do Brasil, objeto de análise nesse texto, o clamor antiescravista contra o tráfico transatlântico de escravos não se voltou contra nenhuma de suas escalas na década de 1850 e nas seguintes. O tráfico interprovincial (que acontecia entre províncias diferentes), intraprovincial (entre os municípios de uma mesma província) e principalmente o local (dentro das circunscrições territoriais dos municípios) não apenas passaram incólumes aos olhos dos críticos da escravidão como foram redimensionados. As rotas fluviais e terrestres dentro dos territórios se multiplicaram; os tra-

¹¹³ BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010; BLACKBURN, Robin. *The American Crucible*. Slavery, Emancipation and Human Rights. London: Verso, 2011.

ficantes estruturaram novas redes de comércio, envolvendo vários intermediários e embarcações diversas; o perfil dos escravos traficados mudou. Todavia, milhares de escravos continuaram sendo transportados anualmente, atendendo a larga demanda por força de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia nacional e naqueles influenciados por essa dinamicidade.

Para entendermos de modo mais nuançado esse tráfico interno é importante considerarmos que as províncias e regiões brasileiras vivenciaram a inserção na economia mundial capitalista no século XIX em diferentes escalas e intensidades. Mesmo que a economia cafeeira do Sudeste tenha capitaneado esse processo e adquirido centralidade, a produção e exportação para o mercado mundial de variadas outras mercadorias e a produção voltada ao mercado interno também foram elementos constitutivos da economia nacional. Foi considerando essa variabilidade econômica e a organização de complexos exportadores regionais, perpassados pela escravidão, que Robert Slenes concebeu a existência de mercados regionais de escravos.¹¹⁴

Portanto, o tráfico interno, após 1850, também foi organizado em torno de complexos exportadores regionais, que conformaram mercados regionais de escravos, com destaque para dois: um vinculado ao açúcar, no eixo norte-nordeste; outro ao café, no centro-sul. Esses mercados foram fundamentais para garantir a força política e econômica da escravidão enquanto instituição nacional até a década de 1870. Atualmente, há três consensos basilares relativos ao tema. Primeiramente, que houve acentuação dos fluxos em direção ao centro-sul, ou seja, às novas zonas de produção cafeeira, após 1850, percepção lapidada pelo estudo de Robert

¹¹⁴ SLENES, Robert. W. "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market". In: JOHNSON, Walter (Org.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven; London: Yale University Press, 2004.

Conrad.¹¹⁵ Em segundo lugar, que o tráfico interprovincial causou certo desequilíbrio e desproporção entre a população escrava brasileira. Por último e de modo aparentemente contraditório, que o tráfico interno não pode ser resumido aos fluxos interprovinciais, pois foram articulados fluxos em outras distintas direções e escalas, a partir das configurações e conjunturas econômicas de cada província e região. É o que conseguimos enxergar nitidamente quando direcionamos o olhar para o Vale do Amazonas.

A pesquisa de Robert Slenes, ao indicar que o Pará ganhou escravos no balanço do tráfico interprovincial, lançou o alicerce decisivo para o entendimento das estruturas do tráfico interno na região. José Maia Bezerra Neto, em diálogo com Slenes, salientou a capacidade da economia provincial de reter a população escrava, durante a segunda metade do século XIX. O historiador se deparou com o mesmo saldo positivo de escravos do Pará no balanço do tráfico interprovincial.¹¹⁶ É algo que pode ser confirmado no relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1886, onde constam as informações das entradas e saídas de escravos dos municípios das províncias brasileiras. Entre 1873 e 1885, é computada a entrada, em média, de 458 escravos por ano nos municípios do Pará, durante o período, e a saída de aproximadamente 382. Em média, 840 sujeitos foram deslocados compulsoriamente a cada ano.¹¹⁷ O referido saldo também nos direciona para dentro da província, onde havia constantes deslocamentos de escravos por meio do tráfico intraprovincial e local. Todos esses deslocamentos causaram

¹¹⁵ CONRAD, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹¹⁶ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

¹¹⁷ Center for Research Libraries (CRL). BRASIL. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral na primeira sessão da vigesima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Antonio da Silva Prado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

decisivas variações demográficas e conformaram um terceiro mercado regionalizado de escravos, o mercado de escravos do Vale do Amazonas.

As escrituras de venda de escravos registradas nos cartórios da região evidenciam essa multiplicidade de direções dos fluxos do tráfico. Foram reunidas para a presente pesquisa 1.019 escrituras, registradas em cartórios de Belém, de alguns municípios do interior do Pará (Bragança, Vigia, Igarapé-Miri, Cametá, Breves, Cachoeira do Arari, Santarém e Óbidos) e de Manaus, que abarcam o tráfico de 1.149 escravos, no período de 1846 a 1887. Analisando as informações sobre os lugares de residência dos vendedores e compradores, que traduzem os fluxos do tráfico interno, foi possível identificar as direções de 903 fluxos.¹¹⁸ Desses, apenas 50 aconteceram entre províncias distintas. Há, portanto, uma desproporção entre o tráfico interprovincial e as escalas intraprovincial e local. Além disso, a ampla maioria dos fluxos do tráfico interprovincial aconteceu dentro do Vale amazônico, ou seja, entre as províncias do Pará e do Amazonas (32 do Pará para o Amazonas, sete em sentido inverso). Duas circunstâncias ajudam a entendermos esse panorama: a proximidade social, econômica e espacial entre as províncias; e a alta absorção de escravos na própria região.

Outra evidência do fraco tráfico interprovincial está nas matrículas dos escravos indicadas nas escrituras, tornadas obrigatórias pela Lei de 28 de Setembro de 1871 a todos os escravos existentes no império.¹¹⁹ Entre os 648 escravos matriculados das escrituras, prevaleceram largamente os matriculados no Pará (547) e no Amazonas (62), sendo apenas

¹¹⁸ Nas vendas de 216 escravos não há clareza na escritura acerca das residências de compradores e vendedores; e no caso de outros 30 escravos vendidos a residência de uma ou outra parte envolvida não permitiu a identificação se o fluxo era local, intraprovincial ou interprovincial, como residências situadas fora do país ou em determinado rio.

¹¹⁹ Portal da Câmara dos Deputados. BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1871*. Tomo XXXI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, p. 147-152.

39 os matriculados em províncias de outras regiões: 20 no Maranhão, nove no Piauí, seis no Ceará, dois na Bahia, um em Pernambuco e um em Alagoas. Recortando apenas as escrituras do Amazonas, a proporção de escravos matriculados em outras províncias foi maior, perfazendo 51 dos 110 com informações de matrícula (33 dos quais matriculados no Pará, 18 em outras províncias). Nas escrituras do Pará, especificamente, dos 538 escravos com informações de matrícula, apenas três foram matriculados no Amazonas e 21 em outras províncias. Esses números indicam que o Amazonas estava mais atrelado ao tráfico interprovincial do que o Pará e que o próprio Pará era a principal província fornecedora de escravos para o Amazonas.

A diferença entre Pará e Amazonas reaparece quando recortamos a informação referente à naturalidade dos escravos vendidos. Entre os 920 escravos vendidos e registrados especificamente no Pará, há informações sobre a naturalidade de 583, dos quais apenas 53 haviam nascido em outra província (35 no Maranhão, quatro no Ceará, quatro no Piauí, quatro na Bahia, dois em Pernambuco, dois no Amazonas, um em Minas Gerais e um na África). Já entre os 156 escravos vendidos e registrados no Amazonas, 91 eram naturais de outra província (59 do Pará, 21 do Maranhão, três de Pernambuco, dois do Ceará, dois da Bahia, um do Piauí, um de Goiás, um do Mato Grosso e um da África).

Todos esses escravos nascidos e matriculados em outras províncias, em algum momento de suas trajetórias de vida, chegaram ao Pará ou ao Amazonas na companhia de seus senhores e/ou vendedores. E, apesar da pouca expressividade dos fluxos interprovinciais, é notório o amplo contato dessas províncias entre si e com o Nordeste, em especial com o Maranhão. No caso do Pará, a proximidade com a província maranhense foi construída na longa duração. Afinal, ambas estiveram conectadas por meio das rotas do tráfico transatlântico no período colonial. De todo modo, prevaleceu o tráfico interno intraprovincial e, sobretudo, o local.

No Amazonas, apesar do importante tráfico interprovincial, o tráfico local também foi majoritário nas escrituras registradas em Manaus, perfazendo 150 dos 187 fluxos identificados. Todos esses fluxos foram dentro do município Manaus, dos quais 135 aparentemente tiveram como origem e destino o centro urbano, cinco partiram do centro urbano para as cercanias mais rurais e cinco em sentido inverso. Foram identificados ainda cinco fluxos entre locais rurais. Ao contrário do Pará, contudo, o tráfico intraprovincial foi irrisório nas escrituras do Amazonas, totalizando apenas sete fluxos. Com circunscrição territorial maior que o Pará, o Amazonas possuía menor quantidade de municípios (apenas sete), e, por consequência, municípios com dimensões agigantadas. Soma-se a essa questão territorial a concentração da pequena população escrava do Amazonas nas freguesias urbanas e rurais da capital, Manaus.

No fim das contas, todas as escalas do tráfico se complementavam no mercado nacional e nos mercados regionais de escravos, desestabilizando a vida de milhares de sujeitos e o cotidiano das comunidades escravas. Maria Cassiana, por exemplo, tinha consciência do impacto que o tráfico poderia causar em sua família, pois, ainda que liberta, carregava consigo a experiência de ter sido escrava após a abolição do tráfico transatlântico e de viver numa sociedade em que sua condição não a distanciava do cotidiano da escravidão. Em 5 outubro de 1878, quase precisou dar um último adeus aos seus dois filhos, Bernardino e Manoel, ambos menores de 10 anos. Recém-comprados por José de Freitas Pedrosa, estavam a bordo do Vapor Pernambuco, em companhia do novo senhor, prestes a caírem nas redes do tráfico interprovincial, rumo ao Rio de Janeiro, onde seriam revendidos. Mas, no apagar das luzes e de forma muito estratégica, foram resgatados por Maria. Com a quantia de 800 mil réis, ela encontrou rapidamente alguém que a representasse frente ao Poder Judiciário e, no mesmo dia, não apenas conseguiu o desembarque de seus filhos via ação policial, como iniciou

ação de liberdade em prol deles, que, para sua felicidade, foi vitoriosa.¹²⁰

Alguns meses depois, em abril de 1879, do outro lado da província, na região do Baixo Amazonas, o carafuz João, de 27 anos, natural de Santarém, não escapou de outra escala do tráfico interno: o tráfico intraprovincial. Foi vendido por Anna Francisca Pereira (de Santarém), sua senhora, a Américo de Oliveira Lima (de Itaituba), pelo valor de um conto de réis. É provável que ele e sua esposa, mulher livre, tenham sido surpreendidos com a negociação, formalizada e registrada no escritório do tabelião Manoel d'Oliveira de Paz, em Santarém, pois, quando foi vendido, estava trabalhando no Alto Tapajós, na fabricação de borracha. Pelas informações limitadas fornecidas na escritura, não sabemos se o casal foi separado, se a negociação gerou alguma reação ou teve desdobramentos para além da transferência do título e da posse do escravo.¹²¹

Outro escravo chamado Bernardino também havia passado pela experiência de ter sido vendido no âmbito do tráfico interno, e por mais de uma vez. Em 1868, quando estava sob a propriedade da firma Amorim & Irmãos, de Manaus, decidiu fugir e interrompeu o ciclo de transações. A fim de recuperarem sua propriedade, a firma anunciou a fuga do escravo no *Jornal do Rio Negro*, identificando-o como mulato fulo e salientando que Bernardino era “muito conhecido”, afinal, havia sido escravo de figuras proeminentes no Amazonas.¹²² Os vários deslocamentos por meio do tráfico fizeram Bernardino vivenciar a escravidão sob o poder e os anseios de diferentes senhores. Em algum momento entre seu nascimento, no tempo da Cabanagem, e o ano de 1859, foi comprado do capitão Anto-

¹²⁰ Arquivo Público do Estado do Pará. PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível, Juízo Substituto da 1ª Vara Cível da Capital, Autos cíveis de liberdade de Bernardino e Manoel, 1878.

¹²¹ Cartório Nogueira Sirotheau. SANTARÉM. Livro de escrituras de compra e venda de escravos, 24 de julho de 1877.

¹²² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). *Jornal do Rio Negro*, 03/01/1868, p. 7.

nio Lobo de Macedo (seu proprietário mais antigo elencado no anúncio de fuga) por João José Ferreira, portanto, traficado em escala interprovincial. No mesmo ano, foi remetido de Belém para Manaus pela repartição de polícia, identificado como escravo do último.¹²³ Ficando sob sua posse por pelo menos três anos, em 1862, foi novamente vendido, agora em escala local, para Custódio Pires Garcia, de Manaus, pela quantia de 1:100\$000 réis. Foi dele escravo por cinco anos, tempo em que também deve ter aprendido o ofício de calafate, que aparece na escritura de mais uma venda em escala local, para a Amorim & Irmãos, em 1867. Foi também sob o mando de Custódio Pires Garcia que passou a ser identificado como mulato fulo, pois João José Ferreira o definia como carafuz.¹²⁴

A Amorim & Irmãos comprou, na mesma transação, mais sete escravos além de Bernardino, todos homens, apenas dois sem alguma qualificação profissional. Cinco deles eram naturais de Manaus (contando com Bernardino), dois do Pará e um do Mato Grosso. A quantia acertada foi de 4:800\$000 réis, em média 600\$000 por cada escravo, dividida para pagamento em dez prestações iguais, sem juros. A concretização da venda, porém, ficou sujeita à resolução de uma pendência financeira que Custódio Pires Garcia possuía com Roberto M. Culloch, pois os escravos haviam sido usados como garantia na compra de um engenho de propriedade deste último, por meio de um contrato que estava sendo nulificado. O acordo feito entre Custódio Pires e a Amorim & Irmãos estabelecia que a posse e o domínio dos escravos já seriam transferidos ao comprador, mas as parcelas só começariam a ser pagas quando a nulidade se concretizasse. Essa transação foi efetuada em 8 de outubro de 1867. Menos de três meses depois, aconteceu a fuga de Bernardino, que

¹²³ HDBN. *Gazeta Oficial*, 29/09/1859, p. 1.

¹²⁴ Cartório Rabelo. MANAUS. Livro para escrituras que correrem pelo expediente do Tabelião José Joaquim Cardoso de Figueiredo, 7 de fevereiro de 1862; Cartório Rabelo. MANAUS. Livro para lançamento das escrituras de compras e vendas de escravos, 16 de junho de 1867.

provavelmente foi um gesto de revolta contra a constante mudança compulsória de senhor.

A fuga, porém, foi relativamente curta, pois, em 25 de junho de 1868, Bernardino aparece em outra escritura cartorial sendo vendido para algum local no rio Madeira, no interior da província, possivelmente em escala intraprovincial. Quem o comprou foi outra firma, a Manoel Pereira de Sá e Cia, pela quantia de 800\$000 réis.¹²⁵ Não é possível sabermos exatamente o destino de Bernardino, mas sabemos que Manoel Pereira possuía, em 1860, residência em Serpa, vila próxima à foz do rio Madeira, pólo de produção e exportação de borracha naquela década.¹²⁶ Sabemos também que, entre 1865 e 1868, ocupou cargos (de subdelegado de polícia, comandante da Guarda Nacional e recrutador) e se envolveu em uma série de conflitos em Serpa, Borba, Canumã e Crato, no rio Madeira, alguns com portugueses que atuavam na extração e comercialização da goma elástica.¹²⁷ Além de Bernardino, em julho de 1868, a Amorim & Irmãos também vendeu para Tury & Irmãos, de Codajás, área rural de Manaus, outros três dos oito escravos comprados de Custódio Pires, todos por 1:500\$000 réis: Basílio, Manoel Maurita e Romualdo, os dois primeiros pedreiros, o terceiro ferreiro. Note-se que Romualdo, como Bernardino, foi vendido mais de uma vez, em transações que repetem vendedores e compradores. E não são casos isolados.

Enquanto o direito à propriedade escrava prevaleceu no Império do Brasil – e isso significava o direito à compra e venda de escravos – o tráfico interno e o mercado amazônico de

¹²⁵ Cartório Rabelo. MANAUS. Livro para lançamento das escrituras de compras e vendas de escravos, 16 de junho de 1867.

¹²⁶ HDBN. *Estrella do Amazonas*, 24/11/1860, p. 2-4; CRL. PARÁ. *Anexos ao Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor Visconde de Arary, 1.º Vice-Presidente, em 6 de Agosto de 1868*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, [s. d.].

¹²⁷ HDBN. *Jornal do Rio Negro*, 05/09/1867, p. 2; HDBN. *Amazonas*, 30/06/1868, p. 1-3.

escravos funcionaram vigorosamente. E esse funcionamento, por seu turno, reiterou o direito à propriedade escrava. As estruturas do tráfico interno, portanto, contribuíram para a garantia institucional da escravidão negra e para assegurar sua continuidade. Inversamente, quando essas mesmas estruturas ruíram, na década de 1880, aceleraram seu fim. Nesse novo contexto, a pressão antiescravista havia se tornado insustentável e, principalmente, a propriedade escrava havia deixado de ser economicamente viável.

Bibliografia

- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- BLACKBURN, Robin. *The American Crucible. Slavery, Emancipation and Human Rights*. London: Verso, 2011.
- CONRAD, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SLENES, Robert. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (Org.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven; London: Yale University Press, 2004.

CAPÍTULO 5

Dinâmicas de mestiçagens

Eduardo França Paiva
(coordenador)

5.1. Circulação do léxico da escravidão e das mestiçagens

Eduardo França Paiva
(Universidade Federal de Minas Gerais)

O entendimento do que é ser “brasileiro”, tal como o temos hoje, resultou de um processo que se iniciou ainda no século XVIII e que se consolidou ao longo do século XIX. Antes deste gentílico abrangente, indivíduos eram identificados por sua origem, ascendência e linhagem, marcadores “biológicos”, geográficos, sociais, culturais e, até mesmo, religiosos. Em sociedades escravistas e profundamente mestiçadas, como a da América portuguesa, as formas de identificação, distinção e hierarquização não pretenderam aglutinar diferentes, mas, ao contrário, mantê-los separados e devidamente classificados, desde a base até o topo da escala social. A humanidade era definida, naqueles tempos, como um conjunto de desiguais, que, naturalmente, ocupavam degraus inferiores e superiores da hierarquia social.

Estas diversidades e distinções, havia séculos, vinham

sendo submetidas a um léxico, que servia para nomear e para qualificar pessoas e grupos sociais, assim como territórios e formas de pensar e de viver de seus habitantes. E no Novo Mundo sob o domínio ibérico esse léxico se ampliou muito mais, recontando o passado das gentes que nasciam aí ou que chegavam de outras plagas, bem como definindo, ainda que parcialmente, o presente e até conduzindo o futuro deles. Em sociedades fortemente hierarquizadas, ainda que comportassem mobilidade notável, como foi o caso do Brasil, as categorias de identidade e de distinção desempenhavam também esse papel: o de “desenhar” parcela substancial da vida e das memórias das pessoas.

As mestiçagens biológicas e culturais (conceitos posteriores à época em foco, mas que servem muito bem a esta discussão), lastreadas na notável mobilidade social e física produzida pelo mundo escravista ibero-americano, também serviu para manter distinções e hierarquias. Ao longo dos séculos, contudo, resultaram daí elementos sociais que garantiram a ascensão de número expressivo de não brancos, escravos, forros e livres. Pode-se listar, por exemplo, a constituição de famílias – incluindo as matrifocais –, a distribuição de riquezas por meio de heranças, o domínio de certas ocupações, como setores do comércio, ofícios e produção técnico-artística. Ao fim e ao cabo, as mestiçagens contribuíram para moldar fortemente o Brasil que hoje conhecemos, tanto nos aspectos positivos quanto nas mazelas que nos acometem.

Já as “dinâmicas de mestiçagens” são um conceito recentemente proposto por mim, a partir do qual tentei responder a uma pergunta central, que segue instigando reflexões. Como, afinal, um grupo majoritário de pessoas que não se viam ou não se classificavam nem eram vistas e classificadas como mestiçadas acabou atuando historicamente para que se conformasse em torno dele uma sociedade profundamente mestiçada, tanto biológica quanto culturalmente? O conceito, então, propõe tirar o foco principal sobre os

produtos mestiços, incluídos os humanos, e privilegiar o estudo dos complexos processos de misturas – como se dizia na época –, que resultaram na conformação de realidades indelevelmente mescladas. Desde já, é importante frisar que essas misturas não exterminaram ou mitigaram os conflitos sociais, não obstante terem fomentado negociações, acordos e até mesmo relações afetivas entre os envolvidos direta e/ou indiretamente nos processos.

O léxico das distinções exprimiou toda essa complexa realidade histórica e incorporou, obviamente, termos, categorias e conceitos intimamente vinculados à realidade escravista e mestiçada ibero-americana. Havia grandes categorias de distinção, que eram reproduzidas em todas as regiões, mas também havia outras categorias de emprego local e regional. É sobre elas que passo a tratar daqui para frente, buscando pensar no emprego delas no centro-norte do Brasil, durante o século XVIII e parte do século XIX.

Grandes categorias

Houve categorias gerais empregadas, sem muitas variações, em todas as regiões da América portuguesa. A mais importante era a “qualidade” dos indivíduos ou dos grupos sociais. Ela era definida e imposta a partir da ascendência (inclusive religiosa) e da procedência, distinguindo índios, brancos, pretos, negros, crioulos, mestiços, mamelucos, mulatos, pardos, cabras, curibocas, caboclos, assim como cristãos, judeus, cristãos novos e mouros, entre outros designativos. Quase sempre associada à “qualidade” aparecia complementando-a a condição jurídica: livre, liberto ou escravo. Assim, geralmente, uma pessoa era identificada a partir da fórmula nome + qualidade + condição.

Outras categorias apareciam nos registros, embora sem a mesma importância atribuída às duas primeiras, por vezes se associando a elas ou se confundindo com elas. A cor de pele foi traço ressaltado muitas vezes, mas nossa leitura

atual, eivada de definições que viriam a se impor apenas na segunda metade do século XIX e durante o século XX, acabou, anacronicamente, transformando antigas referências à “qualidade” em “cor”, criando muitos equívocos de leitura e confusões analíticas. Por exemplo, nem sempre “branco” era referência à cor de pele, mas sim à origem ou à descendência de cristãos e de europeus. De forma similar, “negro” foi comumente empregado como sinônimo de escravo ou como indicação da proveniência africana, mais do que a cor da pele, ao passo que “preto” acabou se tornando sinônimo de liberto. Isto também se aplicou a “crioulo”, “pardo” e “mulato”, que passaram a ser entendidos prioritariamente como cores apenas a partir de meados do século XIX.

Entre as grandes categorias de distinção ainda constavam “raça”, “casta” e “nação”. Nenhuma delas tinha definição próxima que seja às que hoje empregamos. “Raça” indicava ascendência e linhagem, geralmente partindo-se de julgamento preconceituoso e discriminatório, mas não contava com o viés biologizado que a ela foi atribuído, sobretudo durante o século XIX, pelas elaborações cientificistas, evolucionistas, geneticistas, racialistas e, mais tarde, eugênicas. Foram comuns referências à “raça infecta”, “raça de judeus, mouros e mulatos”. “Casta”, assim como “raça”, também era empregada para aglutinar iguais, geralmente desqualificados. Ela não era compreendida como as castas indianas de hoje e por suas rígidas estruturação e hierarquização sociais. A “nação”, por sua vez, designava a proveniência e a origem, assim como a “qualidade”, mas foi evocada, principalmente por autoridades, para identificar escravos africanos e índios, embora, com os anos, tenha se popularizado.

“Qualidades” – quem chamava quem de quê e como cada um qualificava o outro

Não houve definições universais e invariáveis para cada “qualidade” e variações foram frequentes em tempos e espa-

ços distintos, na mesma época e até mesmo na mesma região. Os responsáveis pelos registros de variada natureza que hoje nos servem de fontes históricas tiveram papel central na forma como a classificação social acabou sendo praticada e descrita. Isto pode sugerir uma falsa percepção de desorganização e de arbitrariedades identitárias e classificatória, mas é necessário cautela nesta análise. Havia códigos sociais de compreensão que atribuíam sentidos e particularidades às “qualidades”, que geriam e normatizavam seu emprego e que eram compartilhados socialmente, não obstante as já mencionadas variações processadas. Portanto, classificar um europeu como negro, preto ou crioulo era algo que dificilmente ocorreria, assim como um preto ser chamado de índio ou um mestiço ser tomado por crioulo, mesmo que alguns casos excepcionais corressem. Enganam-se os que pensam que este sistema, ainda que não regulamentado por lei, fosse uma verdadeira bagunça e a extensa documentação existente traz inúmeros exemplos que atestam o vigor das normas classificatórias, compreendidas e aplicadas tanto por autoridades e ricos quanto por escravos e pobres libertos e nascidos livres.

Assim, as “qualidades” mais comumente empregadas tinham entendimentos compartilhados socialmente, o que dificultava eventuais exageros. Em toda a América portuguesa (em toda Ibero-América, na verdade) definiu-se “índio”, “branco”, “negro”, “preto” e “mestiço” com alguma regularidade. O emprego, no entanto, atendeu mais que definições prévias e sucumbiu muitas vezes a interesses políticos, econômicos e culturais. Para não pagar tributos na América espanhola, muitos índios se declararam mestiços, por exemplo. “Mulatos” e “pardos”, por seu turno, foram termos meio que curingas, que serviram a conveniências específicas. Em regiões, como Minas Gerais e Bahia, com grandes populações de africanos e crioulos, mulatos e pardos podem ter mais usualmente nomeado os filhos mestiçados de negros, pretos e crioulos com brancos ou com mestiçados. Já para regiões em que as populações indígenas permaneceram expressivas,

tais como as capitanias de Goiás, Mato Grosso, o Estado do Grão-Pará e Maranhão e as capitanias do Norte do Estado de Brasil, “mulato” e “pardo” podem ter designado mais frequentemente os mestiçados nascidos da união de índios com outros grupos sociais. Índios, que não foram dizimados completamente, podem ter sido incluídos entre os “cabras”, categoria empregada com frequência em Minas Gerais, na Bahia e no Rio de Janeiro, por exemplo.

Os códigos de entendimento, portanto, atendiam a conjunturas e a características regionais, o que, insisto, não tornava o sistema classificatório em algo desprovido de razão e de normas. Talvez esta falsa percepção apareça-nos hoje mais como resultado de termos nos afastado dos antigos critérios identitários, perdendo-se os códigos ao longo dos séculos, e de adotarmos, a partir do século XIX, principalmente, novas fórmulas de classificação sociais.

O desafio historiográfico hoje é, então, a recuperação, na medida do possível, dessas chaves de compreensão, como se costuma dizer, perdidas em nossa memória coletiva, mas ainda existentes nos documentos que nos ficaram. Assim, certamente, poderemos nos aproximar mais dos períodos antigos que escolhemos estudar, assim como respeitaremos as historicidades do ocorrido, das interpretações e dos registros posteriores desse ocorrido e estabeleceremos o diálogo salutar entre o conceito e a evidência, lembrando as lições de E.P. Thompson.

Léxicos regionais de “qualidades” e de termos de distinção

As características demográficas e as peculiaridades do mundo do trabalho marcaram fortemente as sociedades e igualmente o léxico que se desenvolveu para nomear e classificar as realidades e os agentes históricos. Embora as “qualidades” e os termos de identificação mais comuns circulassem em todo o centro-norte da América portuguesa, houve

os que se empregaram em contextos específicos. Para os historiadores, *a posteriori*, eles mais que revelam nomes atribuídos no passado. Eles expressam o passado e trazem consigo, ainda que ocultas, concepções essenciais que vigoravam, tais como as de desigualdade natural, de hierarquia de culturas, crenças e ascendências e de exercício do poder; assim como condicionavam o viver de homens e mulheres naquele presente e no futuro deles. Afinal, quais eram os limites sociais impostos a pretos, negros, índios, crioulos e mestiçados em uma sociedade escravista? E quais foram as estratégias para se enfrentar e eventualmente se suplantar as fronteiras que se lhes apresentavam? Conhecer melhor o léxico das distinções nos ajuda a pensar toda a complexidade que marcou a vida dessa gente e o desenvolvimento das sociedades.

Entre os séculos XVIII e XIX, “qualidades” e termos de distinção bem particulares foram empregados em todo o Brasil, ampliando bastante o leque de “tipos” humanos, espelhando a própria dinâmica social e as sociabilidades surgidas no período. Eles estiveram vinculados à formação de famílias, ao mundo laboral, às ocupações territoriais e à expansão da economia. Tudo isto se associava, naturalmente, às composições demográficas específicas de cada região.

No que poderíamos nomear como “mundo amazônico”, que incluía partes das capitanias do Mato Grosso e de Goiás, para além das capitanias do Grão-Pará, de São José do Rio Negro e do Maranhão, “qualidades” e outros designativos foram forjados em línguas locais e regionais. Isto facilitava o uso, a circulação e o melhor entendimento dos significados dos termos na região. Assim, desde o século XVII empregaram-se palavras e expressões em tupi ou em língua brasílica, tais como *abaeteramo aimoigo* (forrar homem); *aimocunhã* (forrar assim a escrava); *cunhãetê* (forra que nunca foi escrava); *miaucubeigma* (forro e não cativo); *pais abunas* (padres de vestido preto – jesuítas); *ymocunhãbigra* (forra de escrava). Já em textos do século XVIII aparecem categorias, tais como *apyàba* (índios, homens); *caraíba* (brancos); *cunhame-*

nas (sertanistas e traficantes de escravos); *miauçuba* (escravo); *ocapora* (recrutadores de índios); *porepycoéra* (resgatados); *tabigoara* (aldeano); *tubixába* (cacique); *tapuitinga katu* (bárbaro branco); *uataçára* (viajante).

Em língua portuguesa, outros vários designativos foram cunhados e empregados de forma restrita no “mundo amazônico”, assim como nas capitanias do Norte do Brasil, desde, pelo menos, o século XVII. No Pará e no Maranhão foram usados “escravo de condição” (por período previamente determinado); “índio forro de administração”; “índios de língua geral”; “índios de remo e de arco”; “índios resgatados” e “repartidor” (de índios), entre outros. Já para Pernambuco, aparecem “azevichado”; “cor de azeitona”; “cor quase vermelho tostado” (de índios), além de “mazombo”, que também já era empregado no Pará e que identificava os nascidos na América, filhos de portugueses e portuguesas, ou, possivelmente, os seus descendentes não mestiçados.

Durante o século XVIII, para o centro-norte da América portuguesa, novos termos e expressões começaram a aparecer nos documentos. Em alguma dimensão, percebe-se que há composições entre categorias de circulação mais ampliada, que, associadas ou fundidas, transformaram-se em novos designativos, sendo vários deles muito genéricos. Entretanto, como já sublinhei antes, nos ambientes locais e regionais tudo isto adquiria sentidos que eram compartilhados, em alguma medida, a partir de códigos ou chaves operados coletivamente. O que aparentemente carece de precisão, possivelmente, no contexto no qual era empregado, fazia sentido, identificava, classificava, (des)qualificava e hierarquizava tal qual os mais corriqueiros e acionados dos designativos de distinção.

No Pará e no Maranhão setecentistas, empregaram-se termos e expressões, tais como “cipaios” (para os índios úteis, reduzidos às tropas de segurança, à maneira do que ocorria nas Índias Orientais portuguesas); “gente novamente descida do sertão” (isto é, aprisionada, aldeada e/ou obri-

gada a deslocar-se); “índia de casa” (trabalho doméstico); “índio pagão”; “índios de guiné” (estranha associação entre nascidos na América portuguesa e na África, mas que, possivelmente, tenha equivalido a natural deste último continente); “mameluco por inteiro” (estranha maneira de se referir a mestiçados, que, talvez, equivalesse a descendente de pai e mãe mamelucos); “mulata ou mestiça” (adquire sentido em contexto de forte presença indígena e de descendentes de índios); “mulatos quase brancos”; “negra crioula” (referindo-se a uma índia); “negra do gentio da terra crioula” (talvez equivalesse a escrava índia, nascida na casa do senhor). Já para o Pará e o Mato Grosso, no mesmo período, empregaram-se “índio civilizado” (claro testemunho da apropriação do discurso ilustrado e científico por autoridades graduadas) e “reinícola” (reinol), por exemplo. E para o Pernambuco do Setecentos, aparecem na documentação “gente chamada do cabelo corredio” (referência a índios); “homem preto ou quase preto”; “legítimo caboclo” (o que seria o ilegítimo caboclo?); “quase negro”.

O “quase” e o “semi”, a partir da segunda metade do século XVIII, são advérbio e prefixo que se tornam frequentes nos documentos, principalmente em mapas de população, testamentos, processos-crime, entre outros, que costumavam precisar a “qualidade” dos envolvidos. Isto parece ter se acentuado ainda mais durante o século XIX. Assim, no Goiás oitocentista encontraram-se referências a “semicaboclo” e a “semitapuia”, enquanto no Ceará, na mesma época, “semibranco” foi inserido nos registros de batismo. E no Pará desse tempo usou-se “mameluco quase branco”, assim como “negro azeviche” e “tapuio pardo-escuro”.

A lista de designativos mais específicos poderia se estender por outras páginas, certamente, mas os exemplos aqui apresentados são suficientemente expressivos. Eles nos dão a dimensão da diversidade e, ao mesmo tempo, da especificidade lexical que nomeou, qualificou e distinguiu o Brasil e seus habitantes ao longo de séculos. Não obstante

as muitas e profundas diferenças existentes entre as formas de identificação e os marcadores sociais de outrora e os de hoje, é necessário frisar que no passado e hoje eles seguem estigmatizando, impondo memórias prontas e idealizadas, estratificando conjuntos que nunca foram de iguais, mas que poderiam já ter sido percebidos como coletivo de diferentes.

Palavras, termos, expressões, categorias sociais e conceitos, como pretendi mostrar aqui, são sempre mais do que seus ricos aspectos semânticos e etimológicos. Do ponto de vista historiográfico, eles são também e principalmente testemunhos de realidades complexas e dinâmicas, que depositaram sua essência em pequenas junções de letras, que, por sua vez, adquiriram sentido histórico quando foram empregadas por nossos ancestrais. Os historiadores, *a posteriori*, inevitavelmente, agregam novos sentidos a eles. Entretanto, os mais atentos entre esses estudiosos buscam produzir conhecimento sem transformá-los em ferramentas pró-anacronismos, isto é, sem permitir que esses termos e conceitos sejam empregados, hoje, para que sejam inventados passados convenientes ao presente e aos nossos muitos incômodos atuais.

Bibliografia

- AYROSA, Plinio. (coord.) *Vocabulario na língua brasílica. Manuscrito português-tupí do século XVII, coordenado e prefaciado por Plinio Ayrosa*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas – Ceará, 1720/1820*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012*.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó. Genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Curitiba: CRV, 2020.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. A escravização dos índios em um texto missionário em língua geral do século XVIII. *Revista USP*, n. 78, p. 105-114, 2008.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PAULA, Jason Hugo de. *Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2017.
- SOARES, Marcio de Sousa. La esclavitud y las dinámicas de mestizajes en la capitanía de Maranhão (siglo XVIII). In: PÉREZ GARCÍA, Rafael M; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; FRANÇA PAIVA, Eduardo. (coord.) *Tratas, esclavitudes y mestizajes. Una historia conectada, siglos XV-XVIII*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2020, p. 417-436.

5.2. Trânsitos comerciais e populacionais entre o Siará Grande e capitanias circunvizinhas e a formação de famílias mestiças (1720-1820)

**Elisgardênia de Oliveira Chaves
(Universidade Estadual do Ceará)**

As mestiçagens foram marcas indelévels na conformação das sociedades americanas, constituídas de trânsito e misturas entre povos e culturas. A noção de trânsito entre pessoas vindas da América, Europa, África e Ásia para o mundo ibero-afro-americano, a partir da segunda metade do século XVI, fez-se a partir dos muitos mediadores culturais, econômicos, políticos, científicos, religiosos ou tecnológicos. As matrizes europeias, nativas e africanas, que forjaram os encontros, as misturas e as coexistências na América portuguesa, ao invés de culturas puras mostravam-se extremamente plurais nos âmbitos das suas formações já nos primórdios da modernidade. As mobilidades pelas quatro partes do mundo proporcionaram mestiçagens de projeção planetária.

Na capitania do Siará Grande, como ficou conhecida na documentação colonial, as principais nações indígenas, como os Tremembé, os Tabajara, os Cariri, os Caratiús e os Tarariús, ocupantes do litoral, das serras, dos sertões e das ribeiras, que por sua vez se dividiam em uma série de outros grupos, dão o tom das dinâmicas, das complexidades nessas paragens entre os nativos. Os oriundos do continente africano, que desde o início do século XVIII passaram a ocupar o Ceará, tinham procedências diversas, abrangendo enormes partes da África: os Guiné – oriundos da África Ocidental – e os Angola – provenientes da África Central Ocidental.

São esses agentes históricos: portugueses, nativos e africanos – constituídos por diversos povos e costumes que embora não possam ser designados de mestiços, pois não eram definidos e nem se definiam assim –, que, juntamente aos nascidos no Brasil, vêm configurar a formação sócio fa-

miliar no Ceará. Os descendentes representam uma sociedade biológica e culturalmente miscigenada, denominados de cabras, mulatos, caboclos, pardos, mamelucos, dentre tantas outras designações.

A realização deste estudo sobre o Ceará ancora-se na documentação paroquial de casamentos e batismos¹²⁸ e objetiva mostrar e analisar as formações populacional e familiar mestiças em terras da ribeira do Jaguaribe, especificamente nas antigas freguesias de Aracati e Russas, no período colonial. A par das especificidades, das diferenças e das transformações presentes nesses sertões, em comparação com outras configurações populacionais, propõe-se nesse texto demonstrar como a família mestiça nessas freguesias foi uma forma de organização social que se configurou a partir de um mundo intensamente miscigenado.

As perspectivas de trânsito, mestiçagens e pluralidade cultural se fundamentam na concepção sobre o sertão: sertões de fronteiras tênues, sertões em conexões. No interior das vilas, povoados e fazendas que compunham esses espaços, sobretudo a partir do século XVIII e início do XIX, atividades desenvolvidas em torno da economia agropecuária conectaram a capitania do Siará Grande às capitanias circunvizinhas, a exemplo do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Conexões entre as capitanias do Norte: trânsitos e fixações populacionais

A capitania do Siará Grande localizava-se no “imenso sertão” – região que vai do médio São Francisco até o rio Paraíba, nos limites do Piauí e do Maranhão. Na geografia con-

¹²⁸ Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. ADLN – Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte, Ceará.

temporânea, parte dessa região compõe a área norte do Nordeste do Brasil. Na segunda metade do século XVII, o Ceará ganhou o interesse administrativo da Coroa portuguesa. Até então, a colonização nessa capitania restringia-se a pequenos núcleos fortificados, sem finalidade de povoamento, cujas funções, em linhas gerais, se limitavam à vigilância da costa e a ponto de parada e apoio às embarcações em trânsito entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. Por motivos vários, dentre eles a restauração de Pernambuco e demais capitânicas do Norte (Paraíba, Rio Grande e Siará Grande) em decorrência do pós-conflito entre luso-brasileiros e holandeses e a guerra ao “gentio bárbaro”, já era momento de colonizar e integrar esse sertão ao Estado do Brasil.

Em grande medida, o movimento das boiadas e a implementação das fazendas de criar foram os responsáveis pela colonização, pela mobilidade socioeconômica e cultural entre as capitânicas do Norte. O Ceará especificamente conectava-se aos sertões de dentro e aos sertões de fora por uma malha de veredas/caminhos/estradas que entrecortavam as ribeiras dos seus principais rios. A doação de sesmarias e o incremento das fazendas e currais ao longo dos percursos dos rios davam sequência à abertura dos caminhos, por vezes há muito utilizados pelos indígenas e posteriormente por vaqueiros.

Nessas paragens, um maior número de pequenos comerciantes coexistia com um reduzido número de grandes negociantes e proporcionaram aos poucos o crescimento das vilas e, assim como as boiadas, possibilitaram mobilidades e conexões socioeconômicas e culturais. Na trama dos caminhos dos índios e dos vaqueiros, concomitante às produções, saídas e entradas de mercadorias, se deram as idas e vindas de pessoas que consolidaram uma sociedade em Aracati e em Russas, caracterizada pela heterogeneidade nas procedências. Os registros de casamentos evidenciam inúmeros nubentes oriundos das outras três ribeiras da capitania do Siará Grande (Acaraú, Siará e Icó) que contrariam núpcias na

ribeira do Jaguaribe. Está muito presente na documentação também homens e mulheres nascidos nas capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Piauí, assim como originários de Portugal e da África que casarem em Aracati e em Russas. Esses movimentos populacionais conectaram o litoral com as zonas sertanejas bem como com o restante do Brasil e do mundo.

Apesar dos problemas climáticos recorrentes relacionados às secas, da dependência de Pernambuco (haja vista a condição de capitania anexa entre 1654 a 1799), do desfavorecimento da indústria, do desinteresse e dos poucos investimentos da Coroa, no século XVIII, o Ceará apresentava muitas possibilidades de crescimento e uma variedade de mercadorias comerciáveis. As exportações de produtos de extração natural, além de canela, pimenta, café e arroz, dinamizavam a economia. No entanto, os rebanhos e os artigos deles provenientes e o algodão ocupavam a centralidade nas trocas comerciais.

A dependência política de Pernambuco, como também à proximidade geográfica, fez com que os principais mercados consumidores da carne verde ou fresca e posteriormente seca ou salgada do Siará Grande, assim como de outras capitanias do Norte, fossem a Zona da Mata e o litoral açucareiro pernambucano. Vale ressaltar que o excedente da produção seguia ainda para o Recôncavo Baiano. A produção e a comercialização da carne seca no Ceará tomou grandes proporções no século XVIII e veio acrescer os trânsitos e as ligações entre as estradas e vilas da capitania, manter e aumentar as possibilidades de comercialização dos rebanhos no suprimento dos mercados pernambucanos e baianos.

Além das charqueadas, a barra jaguaribana tornou-se um importante centro de entrada e saída de produtos. Aracati era ponto de produção e exportação da carne seca. Exportava o algodão que tomou grande impulso econômico na passagem do XVIII para o XIX, além de couros, vaquetas que desciam o rio Jaguaribe, vindos principalmente da região

do Cariri e do Icó. Por meio desses produtos, Aracati comercializava com os portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro criando um comércio de mão dupla, por onde se dava a saída de produtos agropastoris e a entrada de produtos vindos de Portugal e outros lugares, como miudezas, fazendas, secos e molhados, azeite, vinho, mel, farinha e outros gêneros comestíveis, conduzidos pelos rios acima e vendidos no sertão.

Muitos desses produtos responsáveis pelo abastecimento interno, como a farinha, o algodão e a carne seca, rompiam as fronteiras da América portuguesa alcançando vias de comércios transatlânticos e planetários. Se grande parte da produção cearense tinha como destino os portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, pela via oficial, mesmo que indiretamente, o Ceará, a partir da segunda metade do século XVIII, insere-se no intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e África. A pecuária, além de avolumar a oferta alimentar nas fazendas do interior e dos engenhos do litoral, também foi puxada para o mercado atlântico, pois a carne seca, usada no tráfico negreiro, servia também como suprimento alimentar à maior parte da escravatura das capitânias brasileiras.

Quase toda a produção da ribeira do Jaguaribe saía pelo porto dos Barcos, em Aracati. Seja pela criação dos rebanhos em Russas, e que rumavam para o abatimento nas oficinas de carne em Aracati, seja na produção do algodão, bem como de outros produtos exportados pelo porto da vila de Santa Cruz do Aracati, as ligações entre as duas freguesias geravam mobilidades socioeconômica e cultural. Muito importante destacar que as origens dos contraentes das freguesias de Aracati e de Russas no Ceará, no período de 1720 a 1820, têm coincidido com as rotas de entrada, saída e comercialização de produtos.

Sobre a lógica dessas mobilidades e conexões, a despeito dos casamentos entre nativos, brancos e demais categorias, chamo a atenção para a naturalidade dos nubentes registrados como índios(as) nessas freguesias. Dos registros de casamentos de Aracati que fazem menção à origem dos

consortes indígenas, tenho a seguinte distribuição: nove naturais de Aracati (seis homens e três mulheres), dois de Messejana (um homem e uma mulher), um índio de Almofala, uma índia de Caucaia, um índio de Pernambuco e dois índios do Rio Grande (um homem e uma mulher).

Já em relação a Russas, os registros ficaram assim: três índios naturais de Russas (um homem e duas mulheres), três índios de Fortaleza (dois homens e uma mulher), dois índios de Messejana, dois índios de Viçosa (um homem e uma mulher) e um índio de Granja. Messejana, Fortaleza e Caucaia pertenciam à ribeira do Ceará; Almofala, Granja e Viçosa à ribeira do Acaraú. Como se pode ver, são poucos os nativos oriundos das freguesias onde se realizaram os casamentos.

O fluxo de pessoas de diferentes lugares e condições jurídicas que se encontravam e se uniam em famílias, entre as ribeiras do Ceará e adjacências, pode ser observado no registro de casamento de José Lopes Soares, natural da Villa de Portalegre, no Rio Grande do Norte, com Francisca Maria do Nascimento, natural e moradora na freguesia das Russas, cerimônia acontecida aos 16 de julho de 1780. Isso também pode ser observado na união sacramental entre Pedro e Domingas, ambos gentios da Angola, escravos do Alferes Antônio Bezerra, casados na matriz do Aracati aos 30 de setembro de 1785.

Nos registros de batismos, destacam-se os batizados realizados na matriz de Aracati, de dois filhos legítimos do casal Antônio Gomes Fernandes, pardo, e Damiana Cardoso de Melo, ambos naturais de Goiana, Pernambuco e moradores na freguesia do Aracati: Rita, batizada em 17 de julho de 1783 e Bento, pardo, batizado em 17 de novembro de 1797. Esses registros destacados de um denso arcabouço documental composto de 2.627 assentos de casamentos e 21.552 batismos levam à seguinte indagação: se nos primórdios da modernidade os espaços na Ibero-América estavam conectados geográfica, econômica, social e culturalmente pelos trânsitos, contatos, trocas e misturas, como

se pode conceber os sertões na América portuguesa sob o prisma do isolamento?

A documentação referente às origens dos noivos de outras capitanias, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, somam 329 registros. No que se refere especificamente às capitanias do Norte e circunvizinhas ao Ceará, os números se distribuem em 132 registros de noivos/ noivas vindos do Rio Grande do Norte, 108 de Pernambuco, 44 da Paraíba e 15 da Bahia, restando 30 registros para as demais capitanias: 20 de Alagoas, 3 de Sergipe, 3 de Minas Gerais, 20 do Rio de Janeiro, 1 de São Paulo e 1 do Mato Grosso.

Os trânsitos e as conexões entre a capitania do Siará Grande, os sertões e a zona da mata açucareira brasileira à metrópole e à África se reforçam nas evidências dos 92 nubentes que casaram em Russas e Aracati procedentes de Portugal e Ilhas da Madeira, São Tomé, Açores e Cabo Verde. Em relação à presença africana, ela é patente nos registros de casamentos e a alusão aos gentios da Guiné, Angola, da Costa e da Costa da Mina.

A historiografia tem destacado que os africanos genericamente chamados de Minas ou escravos da Guiné eram oriundos da África Ocidental. Como referência ao local de embarque, Mina associa-se ao castelo de São Jorge da Mina, de onde saíam os escravos do Golfo do Benin. O termo da “costa” aparece também relacionado a estes escravos e geralmente refere-se à Costa dos Escravos. Essa região africana, habitada por grupos sudaneses (que também recebiam nomes de Nagô, Fom, Cabo Verde, dentre outros), corresponde aos atuais Benin, Nigéria e se estende ao norte, até Senegal. Já os angolanos (bantos) – provenientes dos portos de Luanda, Benguela, Cabinda e Congos, etc. – eram procedentes da África Central Ocidental (além de Angola e Congo, essa área era composta pelos atuais países de Gabão, Guiné Equatorial e Camarões). Portanto, de toda África Ocidental e Central pro-

vinham os escravos para as freguesias de Aracati e de Russas.

Em relação aos nubentes originários da África que contraíram matrimônio em Aracati e Russas, os números contabilizam 270 registros, distribuídos entre 205 Angolas, 42 Guiné e 23 da Costa. O Ceará, devido à dependência política de Pernambuco até 1799, ao que tudo indica, não comercializava diretamente com África e possivelmente os africanos oriundos da África Ocidental, Guiné e Costa da Mina tenham chegado às duas freguesias pelas muitas estradas que cortavam as ribeiras e/ou pelo porto de Aracati.

Foi certamente pelas rotas comerciais entre Aracati, Salvador, Rio de Janeiro e, sobretudo, entre Aracati e Recife a partir de meados do século XVIII, pela intensificação do comércio de carnes secas, couros, algodão, dentre outros gêneros, que se deu a entrada de africanos no Ceará. Essa conjectura corrobora com os principais grupos de procedência aportados na África e desembarcados em Salvador, no Rio de Janeiro e em Recife.

A procedência da população confirma, portanto, parcela significativa de trânsitos e lógicas de deslocamentos de estradas, saídas de produtos, pessoas e fixações populacionais pelas estradas, vilas e ribeiras da capitania. Leia-se população como soma de indivíduos: homens, mulheres, crianças, velhos, livres, escravos, forros, negros, brancos, índios, mestiçados, pobres e ricos. A mobilidade geográfica por todas essas vias de acesso e o contato possibilitaram uma formação populacional complexa e de relações múltiplas.

Famílias mestiças na capitania do Siará Grande

A entrada de africanos no Brasil diversificou ainda mais o leque das qualidades, intensificando as combinações de indivíduos de origens americana, africana, europeia ou mista. Os encontros e os contatos cotidianos entre pessoas de diversas naturalidades e de diferentes posicionamentos sociais foram marcas indeléveis na miscigenação e na conformação

socioeconômico no Ceará. Como parte desses encontros, formaram-se famílias mestiçadas, a exemplo dos mulatos, das cabras, dos caboclos, dos pardos, dentre tantas outras designações presentes na documentação paroquial.

O mulato na América portuguesa muitas vezes foi associado pela historiografia a uma mescla entre portugueses e africanos. O batismo de Temoteo em Aracati, mulato, filho natural de Lourença, cabra, evidencia uma mistura com índios. Nos registros de batismos das freguesias de Aracati e Russas, mulatos são registrados como filhos de mulatos, pardos, crioulos e cabras, ou seja, denotam uma miscigenação que ia muito além da mistura de brancos com negros. O termo cabra geralmente designava uma descendência indígena oriunda do processo de miscigenação de índios com negros.

Os crioulos, associados geralmente aos filhos de africanos escravos e forros nascidos no Brasil, fizeram-se muito presentes nas duas freguesias. Dois matrimônios realizados em Aracati denotam essa associação: José, crioulo, e Josefa, preta de Angola, escravos do Alferes Gonçalves da Silva, casados em 13 de novembro de 1787; e Inácio, crioulo, forro, da Cidade da Bahia que casou em 9 de janeiro de 1791 com Maria da Conceição, viúva de Antônio dos Prazeres.

No jogo de forças envolvendo uma miríade de termos e significados relacionados às qualidades, a categoria crioulo(a) também possui conotações emblemáticas. Nos batismos, as definições são mais complexas e os exemplos que seguem proporcionam reflexões sobre a infinidade de variáveis de ascendência atribuídas aos crioulos no processo de miscigenação: Joaquim, crioulo, filho legítimo de José, preto, gentio de Angola, e Florência, preta, gentio de Angola; Josefa, crioula, filha legítima de Manoel, gentio de Angola, e Inácia, crioula, escravos do capitão José Antônio Souza Galvão; Benta, crioula, filha legítima de Ventura, crioulo, e de Maria, crioula, escravos de Manoel José do Nascimento; Maria, crioula, filha natural de Maria, Cabra, escrava da viúva Inácia Maria; Francisco, crioulo, filho legítimo de Joaquim da Rocha,

parado, (nome da mãe ilegível), parda (sem referência à escravidão).

Os crioulos eram originários de Russas e Aracati, filhos principalmente de gentio da Angola, ou seja, eram filhos de africanos nascidos no Brasil, mas filhos também de crioulos e de cabras. O crioulo Francisco, filho de pardos, nos remete a essa categoria que também não tinha um modelo preestabelecido de definição, de misturas e de condições sociais. Os pardos nos casamentos analisados tinham naturalidades diversas: Recife, Aquiraz, mas, sobretudo, eram nascidos nas freguesias de Aracati e Russas. Nos batismos constam que os pardos eram filhos de pardos, de crioulos, de cabras, de mulatos, de pardos com índios, de gentio de Angola, de pretos, de índios com cabras, de índios com pardos, dentre outras variações. A qualidade abrigava vários cruzamentos e possivelmente podia indicar ainda algum vínculo advindo do cativo.

Branco era associado a pessoas livres; índios aos nativos livres ou escravos. Já as qualificações de pretos e negros tanto eram aplicadas a africanos quanto aos escravos nascidos no Brasil e, de modo geral, foram classificados como escravos. Importante ressaltar que nem todos os negros, pardos e mulatos tenham sido necessariamente escravos. Todas essas classificações se mostraram bastante presentes na documentação paroquial de casamentos e batismos analisados. Diante da identificação das relações entre brancos, pretos e índios, e do nascimento de filhos de pessoas de procedências distintas da América portuguesa, mais precisamente nas freguesias de Aracati e de Russas no Ceará – nativos, africanos e europeus, qualificados em várias nuances de mestiçados e geradores de uma população de caboclos, cabras, pardos, dentre outros – atenta-se para uma definição de família que se pode chamar de mestiça.

Contatos de pessoas em diferentes espaços e ocasiões, seja no ambiente de trabalho, nos caminhos, nos mercados, em festas, em cerimônias religiosas e de diferentes formas

(efêmeros, voluntários ou forçados), fomentaram circulações de ideias, surgimento de relações afetivas, familiares, potencializando misturas biológico-culturais. Também vale salientar que mobilidade, trânsito, maneiras de viver e formas de pensar, de trabalhar, de negociar, mesclas biológicas e culturais, proporcionados pelos encontros, interseções, superposições, coexistências entre esses distintos elementos populacionais corroboram para a definição do conceito de dinâmicas de mestiçagens.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas – Ceará, 1720/1820*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.
- GIAN, Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife Colonial (1790-1800)*. Maceió: EDUFAL, 2014
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa – Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó. Genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Curitiba: CRV, 2020.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MORAES, Ana Paula da Cruz de. *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTTOS, Antônio Cesar de Almeida. (org.) *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. "Trânsito e mobilidade entre mundos: escravidão globalizada, comércio e práticas culturais." In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2005. (Coleção Olhares)

5.3. Sertões conectados, “homens de caminho” e famílias mestiçadas

**Isnara Pereira Ivo
(Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)**

Desde o início do Setecentos, diversos indivíduos circularam entre os sertões do Brasil para abastecer as áreas mineradoras das capitanias da Bahia e de Minas Gerais. Os chamados “homens de caminho” tinham distintas “qualidades” e condições sociais e realizavam o comércio por vias fluviais e terrestres. O movimento dessas pessoas foi responsável pela formação de famílias mestiças e pelo fomento das dinâmicas de mestiçagens que também marcaram o viver nos interiores do Brasil. Um exemplo de toda esta mobilidade social foi o grande proprietário de terras e de escravos, João Dias de Miranda, mestiçado, neto de preta forra e português, filho de mestiçada e preto forro, descendente de uma das muitas famílias surgidas do trânsito de seus membros entre aquelas capitanias. Do casamento de sua avó, a preta forra Clara Gonçalves, nascida em Cabo Verde, com seu avô, o português Mathias João da Costa, sertanista aliado de Pedro Leolino Mariz nas conquistas dos sertões, surgiu uma das mais importantes famílias do Sertão do Ressaca. Miranda era filho da mulata Josepha Gonçalves – filha mais jovem de Clara – e do capitão-mor João Gonçalves da Costa, preto forro, que combateu índios e quilombos em nome do rei. As mesclas biológicas e culturais produzidas ao longo do tempo, os trânsitos entre as capitanias da Bahia e de Minas Gerais, assim como os casamentos produzidos com os “homens bons” fomentaram a formação das famílias mestiças, demarcando sua importância política e econômica nos sertões. Miranda não teve filhos, mas foi responsável pelos dotes de suas irmãs e sobrinhas, que se casaram com homens ricos da Imperial Vila da Vitória. Juntamente com os demais membros da sua família, acumulou uma das maiores fortunas da Bahia, e o algodão, a aguar-

dente e outros itens produzidos em suas terras incrementaram o comércio entre os sertões e o litoral, dinamizando a economia colonial.

Sertões conectados

A expansão intercontinental empreendida por portugueses e espanhóis conformou circulações inéditas de pessoas, objetos, gostos e sentimentos, envolvendo agentes das quatro partes do mundo. Os deslocamentos com a circulação de experiências e trocas culturais, também inéditas, ainda que parcialmente, fomentaram os trânsitos de pessoas de origens distintas e longínquas, trazendo consigo os mais variados e inusitados conhecimentos, crenças, práticas e técnicas que tonificaram a América com novas cores e formas. As conexões consideradas vinculavam-se às ações resultantes das ambições planetárias iniciadas sob o poder do rei Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), a partir de 1580, quando a união das duas Coroas ibéricas acrescentou Portugal e suas possessões de além-mar à herança de Carlos V. O vasto império abrigou diversidades de costumes, idiomas e práticas religiosas em espaços não europeus: católicos e seguidores de Confúcio, em Macao; judeus; anglicanos e calvinistas em Pernambuco; negros islamizados e católicos em Salvador, na Bahia.¹²⁹

Os trânsitos culturais intensificados pela expansão ultramarina ibérica permitiram a conexão entre os mundos, até então considerados apartados. Alguns agentes desses movimentos, tais como missionários, conquistadores e aventureiros, realizaram ligações entre os novos espaços, levando artigos, conhecimentos e crenças, ao passo que se constituíam mediadores entre universos díspares, interiorizando técnicas e práticas nunca antes partilhadas. Tais mobiliza-

¹²⁹ GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres — connected histories. *Annales HSS*, Paris, n.1, p. 85-117, janvier-février 2001.

ções sedimentaram os alicerces da dominação lusitana em espaços distantes, como os sertões do Brasil, especialmente àqueles que já em fins do século XVII garantiam a exploração de metais e pedras preciosas.

Aventurando-se pelos sertões da colônia, interiorizando os pilares do processo da integralização metropolitana, bandeirantes, sertanistas e aventureiros foram os responsáveis pelas trocas culturais próprias de um mundo em movimento e em constante processo de mediações, conexões e misturas intensas e inéditas. Ao adentrarem as regiões não litorâneas, inseriram os sertões no movimento planetário das monarquias católicas. Os interiores do centro-norte da capitania de Minas Gerais (comarca do Serro do Frio-sertão de Minas Novas) e do centro-sul da capitania da Bahia (sertão da Ressaca,¹³⁰ Sertões de Cima)¹³¹ formavam os cenários da conformação de algumas das famílias sertanejas mais destacadas. O italiano, nascido em Roma, Pedro Leolino Mariz, o preto (ou crioulo) forro português, João Gonçalves das Costa, o português, Mathias João da Costa, e a preta forra, Clara Gonçalves, são os principais nomes relacionados à administração, comércio e formação das famílias mestiçadas das localidades consideradas por Dom João V como “a joia mais preciosa do Brasil”.¹³²

¹³⁰ Grosso modo, área de influência da Imperial Vila da Vitória, atual município de Vitória da Conquista, Bahia.

¹³¹ Relaciona-se às proximidades de Rio de Contas e Caetité. Há algum tempo, deixamos de usar o conceito de Alto Sertão da Bahia. Na documentação que usamos, não só para o século XVIII, mas também para o XIX, esta denominação não aparece. A hipótese que consideramos é que a expressão passou a ser usada, em fins do Oitocentos ou no início do século XX. É possível que as crônicas e a literatura oitocentistas, sobre esta parte do sertão da Bahia, tenham contribuído para a disseminação de seu emprego, entre os historiadores e demais estudiosos.

¹³² Carta régia do rei Dom João V (1706-1750) a Vasco Fernandes Cesar de Menezes, vice-rei e capitão-general do mar e terra do Estado do Brasil. 22.04.1728. Transcrita em ACCIOLI, Ignácio. ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricasepolíticasdaprovínciadaBahia*. Anotações: Brazdo Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1925. v. 2, p. 363-364.

Os homens de caminho e a administração do comércio nos sertões

Pedro Leolino Mariz foi o superintendente da comarca do Serro do Frio por várias décadas do século XVIII. Residindo em Minas Novas e na Serra dos Montes Altos, respectivamente, em Minas Gerais e na Bahia, foi responsável pelo controle da exploração mineradora e pela administração do comércio entre as duas capitanias, desempenhando ações estratégicas de controle político sobre os motins que tanto afligiram a região, sendo um dos seus maiores feitos, a prisão de Manuel Nunes Viana, líder Emboada,¹³³ que cometera crime de lesa majestade ao outorgar a si o controle sobre os sertões da Bahia.

O caleidoscópio de demandas relativo às formas de administração da exploração das riquezas nos sertões exigiu o uso de conhecimentos já aplicados em Portugal, tais como, “o sistema de contratos das rendas e direitos reais”, de arrecadação de receitas, que resultara de acordos temporários estabelecidos entre comerciantes de grosso trato e o monarca. Esta forma de arrecadação constituía-se em arrematar em hasta pública os monopólios e a cobrança dos direitos (dízimos) e de tributos (registros das passagens dos rios). Os leilões dos contratos das entradas dos caminhos e das passagens dos rios nos sertões, assim como os demais contratos dos monopólios régios, eram realizados no Conselho Ultramarino, com os representantes dos contratadores em Lisboa, que, ao arrematavam os contratos, os subarrendavam a outros administradores locais de determinadas áreas fiscais que compunham os contratos firmados por eles. Este mecanismo facilitava a arrecadação tributária pois distribuía a administração dos mecanismos de controle fiscal representado pelos “registros fiscais”, que eram verdadeiras alfândegas en-

¹³³ Sobre o conflito emboaba, ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, 431p.

carregadas pela fiscalização do comércio e da circulação do ouro em pó.

Os administradores dos contratos determinavam o lugar da instalação das alfândegas, normalmente fixadas em locais estratégicos, próximos aos grandes rios e entradas de caminhos já sedimentados pelos costumes. Durante várias décadas do Setecentos, os leilões das sub arrematações das entradas dos caminhos e das passagens dos rios foram presididos por Pedro Leolino Mariz, que, ampliando o controle contra o descaminho do ouro em pó, em 1729, implementou a instalação de duas casas de fundição de ouro e moeda: uma em Minas Novas do Araçuaí, norte da capitania de Minas Gerais, e outra na vila do Rio de Contas, no Alto Sertão da Bahia.

Já os agentes do comércio entre as duas capitanias, os “homens de caminho”, protagonizam ações discordantes dos interesses reais, tais como contrabandos, descaminhos, práticas de conluio nas sessões de arrematação das passagens dos rios e aberturas de picadas com vistas ao desvio dos registros fiscais. “Homens de caminho” foi a denominação atribuída aos viandantes, comboieiros, tropeiros, passadores, comerciantes, contratadores e arrematadores dos contrados das entradas e caminhos. Eles circulavam pelas artérias terrestres e fluviais, levando consigo informações, produtos e escravos de uma parte a outra dos sertões e foram eles, também, os grandes responsáveis pela circulação clandestina do ouro em pó. As suas qualidades (pardos, crioulos, pretos, negros e “brancos”) e condições jurídicas (livres, escravos e forros) ilustram a diversidade das gentes que compunham os sertões mestiçados da América portuguesa.

Mulheres de caminho, de distintas qualidades e condições sociais, também compuseram a categoria de pessoas que comercializavam entre uma capitania e outra. Diferentemente das demais mulheres que aparecem nas Minas Gerais praticando o pequeno comércio e tornando-se alvos de portarias, interditos e proibições, elas eram comerciantes de grosso trato, assim como os homens, possuíam passadores

para suas cargas e eram donas de escravos. Comercializando em espaços considerados como próprios dos homens livres, “homens e mulheres de caminho” conduziam de produtos para si, para seus donos e para aqueles que contratavam seus serviços. Nos caminhos dos sertões, a diversidade dos agentes históricos ajudava a moldar o mundo do trabalho e a definir as qualidades mestiçadas das famílias sertanejas.

As famílias mestiçadas

Assim como Pedro Leolino Mariz, Mathias João da Costa e João Gonçalves da Costa são outros nomes de destaque vinculados à empresa colonial nas capitanias das Bahia e de Minas Gerais e são aqui considerados como exemplos da formação das famílias mestiçadas que conformaram a sociedade brasileira desde a colonização. Mathias João da Costa teve trajetória marcante e foi proprietário de terras e de escravos nas áreas mineradoras da Bahia.¹³⁴ Português, nascido no termo de Monte Alegre, no arcebispado de Braga, tornou-se aliado de Mariz na administração das minas da Bahia. Residente na fazenda Brejo das Carnaíbas,¹³⁵ que também era conhecida como fazenda Brejo, fazenda Brejo Grande ou Brejo de Matias João da Costa, posteriormente, passou a ser chamada de Carnaíba de Dentro e Carnaíba de Fora (NEVES, 2008). Casou-se com a ex-escrava de Pedro Leolino Mariz, Clara Gonçalves, preta, nascida em Cabo Verde e moradora de Minas Novas, em Minas Gerais, mas também residia na Fazenda das Carnaíbas, na Bahia. Mãe de onze filhos, dos quais, um fora fruto da união com Bento

¹³⁴ Agradeço ao colega Marcos Profeta Ribeiro a cessão das imagens da certidão de casamento de Clara Gonçalves e Mathias João da Costa encontrada por ele e que certifica a origem cabo-verdiana de Clara.

¹³⁵ Fazenda localizada nas proximidades da Serra dos Montes Altos. Ver: VIANA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Biblioteca pedagógica brasileira, 1935, p. 182; COTRIM, Dario Teixeira. *O distrito de paz do gentio e a história sucinta de sua decadência*. Montes Claros: Editora A Penna, 1997. 15

Rodrigues de Oliveira e os demais, filhos de Mathias João da Costa, conforme se comprova pelo testamento do seu esposo, de 1758, no qual considerava como herdeiros todos os filhos de sua esposa.¹³⁶

A preta forra Clara Gonçalves demonstrou ter estabelecido laços com a sociedade escravista do seu tempo, o que precisamos entender melhor. Possuía terras em áreas de propriedade de ex-senhor, em Minas Gerais e na Bahia, alcançou sua alforria, casou legalmente com um português de posses e perpetuou o nome do seu antigo senhor em dois dos seus filhos: Antonio Leolino Mariz e Roberto Leolino Mariz. A descendência de Clara é, até os dias atuais, lembrada pelos feitos de um dos seus genros, um capitão-mor, preto forro, que se uniu à sua filha mais jovem, Josepha Gonçalves da Costa, que, ao contrair núpcias com João Gonçalves da Costa, capitão-mor das conquistas dos sertões da Bahia, reafirmou o caráter mestiçado das famílias sertanejas.

Entender as trajetórias de mobilidade social de forros e de seus descendentes no Brasil profundo, que faz parte das áreas de mineração da Bahia e de Minas Gerais, durante o Setecentos, sem mitigar a violência da escravidão, é sempre um desafio. Já há algumas décadas a historiografia da escravidão vêm demonstrando outras formas de resistência para além das rebeliões, fugas e violências contra os senhores ou seus representantes. Tais interpretações têm alimentado polêmicas que marcam a recente historiografia sobre as relações entre senhores e escravos nas sociedades marcadas pelas instituições escravistas. Rejeitar a ideia de inferioridade dos negros, apesar das instituições que legitimam e reproduzem a escravidão, é acima de tudo, descortinar o papel de destaque dos povos africanos e de seus descendentes na formação da sociedade brasileira.

Responsáveis pela movimentação econômica da Impe-

¹³⁶ Livro de Registros de Casamentos da Freguesia de Santo Antonio do 'Orubu de Sima', n.º 2". Arquivo da Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Não catalogado.

rial Vila da Vitória, constituindo-se em “homens bons” do lugar, os descendentes de Clara Gonçalves foram considerados “brancos”, como se assim estivessem nascidos, a exemplo do capitão João Dias de Miranda, um dos filhos do preto forro e capitão-mor João Gonçalves da Costa e de Josepha.¹³⁷ As qualidades – pardo ou mulato – que podem denotar as mestiçagens biológicas entre africanos e europeus, não aparecem registradas na documentação coetânea dos descendentes de Clara e Mathias, este comprovadamente europeu, mas sem a qualidade declarada.

Comumente considerado homem não negro, na verdade, Miranda era neto de preta forra e filho de mulata e preto forro, ou seja, um homem mestiçado. Assim como os demais membros de sua família, foi um dos membros da elite proprietária da vila. Juntamente com seus irmãos, formou uma das famílias mais marcantes nos sertões da Bahia, particularmente, a região que envolve o antigo Sertão da Ressaca. Possivelmente, um dos maiores produtores de algodão e o maior senhor de escravos do início do Oitocentos, um verdadeiro homem de negócio, que estabelecia transações comerciais com várias praças comerciais. Mestiçado, possuidor de terras e de escravos, realizou negócios e transações com esses últimos, assim como o fez, igualmente, com os membros da elite proprietária, tão distraidamente considerada “branca” pela historiografia. Numa transação comercial, em 05 de junho de 1841, cedeu em hipoteca sua escrava, Margarida crioula, ao casal Francisco Vieira de Carvalho e Antônia Francisca Florência, que, perante o tabelião, declararam:

fazia hipoteca especial de sua escrava Mar-

¹³⁷ Sobre a trajetória de Clara Gonçalves, ver RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos. (1704-1838)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019. Sobre as conquistas do sertões, ver: Ivo, 2017 e Ivo, 2012.

garida, Crioula, pela quantia de duzentos e quarenta mil réis, a saber, cento e vinte da compra das casas, e cento e vinte, que lhes emprestou o vendedor, da qual não poderá dispor, alienar, ou escambar sem que esteja paga esta dívida e hipoteca, pelo vendedor, foi dito, que acreditava a presente hipoteca, seu adiconamento, acrescentamento pela mesma forma, e tempo já estipulada no corpo da escritura, e eu tabelião como pessoa estipulante, a estipulei com todas as declarações já mencionadas.¹³⁸

A morada de casa localizava-se na área central da vila, “na rua que fica atrás da matriz entre as de dona Anna Senhorinha de Jesus e as dos mesmos vendedores por preço de cento e cinquenta mil réis com prazo de três meses para o pagamento cuja casa lhe é vendida com todos os seus acessórios, sendo o principal uma tenda de ferreiro”. O casal assinou a escritura reafirmando o compromisso de não haver questionamentos posteriores indicando o principal recurso financeiro que permitiu a negociação: “sua escrava Margarida Crioula pela quantia de duzentos e quarenta mil réis, a saber cento e vinte da compra das casas, e cento e vinte que lhes emprestou o vendedor, da qual não poderá dispor alienar ou escandar [*sic.*] sem que esteja paga esta dívida e hipoteca”.¹³⁹

Os escravos voltariam a fazer parte dos seus negócios de Miranda, ainda que em âmbito familiar, por conta do casamento de uma de suas sobrinhas. Em setembro de 1841, ele doou a Antônio Coelho Sampaio, como dote, além de ter-

¹³⁸ Arquivo do Fórum João Mangabeira-AFJM. Arquivo da 1ª Vara Cível do Fórum João Mangabeira. Tipo de documento: Livro Tributário. Adicionamento e acrescimento à escritura. 05.06.1841. Imperial Vila da Vitória. Caixa Diversos. 1841-1845. Slide 032. Não catalogados. Banco de dados do Laboratório de Estudos da Escravidão e das Mestiçagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

¹³⁹ *Ibid.*

ras, benfeitorias, casas e animais – gado vacum e cavalari –, quinze de seus escravos, das mais distintas qualidades. No entanto, a qualidade mestiçada do senhor, neto de preta forra e filho de preto forro, como nos demais registros do Tabelionato de Notas, não foi declarada, mas somente a dos escravos doados:

Joaquim Africano com a idade de trinta anos: Joaquim Africano com a idade de trinta e dois anos: pouco mais ou menos: Deodata crioula com idade de oitenta anos, pouco mais ou menos: Camila com idade de quatorze anos, pouco mais ou menos: Eugênio Cabra com idade de onze anos, pouco mais ou menos: Lourenço Cabra com idade de nove anos, pouco mais ou menos: Joana Crioula com idade de dez anos, pouco mais, ou menos: Antônio Crioulo com a idade de quatorze anos, pouco mais ou menos: Marieta crioula com a idade de doze anos, pouco mais ou menos: Pedro Africano com idade de trinta e cinco anos, pouca mais ou menos: Miguel Africano com a idade de quarenta anos, pouco mais ou menos: Josefa Angola com idade de quarenta anos, pouco mais ou menos: Victória Crioula com idade de quatro anos, pouco mais ou menos: Antônia crioula com idade de oito anos, pouco mais ou menos: Reinaldo crioulo, com idade de um ano, pouco mais ou menos: Candido Crioulo com idade de três anos, pouco mais ou menos.¹⁴⁰

¹⁴⁰ AFJM. Arquivo da 1ª Vara Cível do Fórum João Mangabeira. Tipo de documento: Livro Tributário. Escritura de doação em causa de dotes. Imperial Vila da Vitória. 01.09.1841. Caixa Diversos. 1839-1841. Slide 085. Não catalogados. Banco de dados do Laboratório de Estudos da Escravidão e das Mestiçagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Qualidades declaradas e não declaradas nos dizem mais do que expressa a documentação. Tornar-se “branco” no seio da sociedade foi inerente à ocupação dos espaços na hierarquia colonial. Precocemente, negros, crioulos e mestiçados foram encarregados de imergir nos grotões do Brasil profundo e de buscar riquezas em nome da Coroa portuguesa. Apri-sionar índios, desfazer quilombos e avançar nas conquistas significava garantir mercês e subir degraus na hierarquia e foram ações também responsáveis pelos recebimentos de mercês por aqueles homens que adentraram os sertões e que, mais tarde, dariam origem a parentelas proprietárias de terras e de escravos, erguendo os alicerces dos poderes locais das vilas e cidades Oitocentistas.

Bibliografia

- GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde; historie d'une mondialisation*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo lenho: poder vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. 2ª edição. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2017.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja. Da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional e local*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. In: LIEBERMAN, V. (ed.) *Beyond binary histories. Reimagining Eurasia to c. 1830*. The University of Michigan Press, 1997.

5.4. Mestiçagens em regiões de mineração: as capitânicas de Goiás e Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX

**Jason Hugo de Paula
(Instituto Federal de Goiás)**

Nos séculos XVIII e XIX, as capitânicas de Minas Gerais e Goiás mantiveram relações estreitas, com destacado trânsito de pessoas, bens materiais, comércio e cultura e, por um bom tempo, fronteiras mal definidas. A vigilância administrativa dos governadores não impedia totalmente a população de se deslocar, o que colaborou para que a dinâmica social e a heterogeneidade da população fossem evidentes.

Assim, mesmo separadas por legislação e governos próprios, essas duas capitânicas guardam em comum, além de um processo de exploração do solo e de ocupação violento, uma variedade de misturas culturais e biológicas bastante complexa e dinâmica.

Por picadas ou nos caminhos reais, toda uma imensidão de mercadorias, saberes, sonhos e homens e mulheres cruzaram esses sertões. A maior parte das pessoas, evidentemente, fez esses trajetos na experiência do tráfico transatlântico, integrantes que foram dos milhares de africanos forçados a explorarem as riquezas minerais, labutarem em roças e fazendas de gado, pequenos engenhos, comércio, serviços urbanos e outras atividades.

Toda essa movimentação está fartamente registrada em arquivos baianos, mineiros, cariocas, goianos e internacionais, indicando o infame tráfico humano, os conflitos e escravidão indígenas, a presença de europeus e de mestiços de vários tipos.

A forte presença indígena, ora vista pelos colonizadores como obstáculo, posto que “infestava os sertões”, ora vista como aliada na luta contra outras “nações”, como fizeram

com os Bororo¹⁴¹ aos Caiapó, forjou a noção de desbravadores (isto é, aqueles que tiram a braveza dos povos e da natureza) aos paulistas e outros arrivistas, que, em fins do século XVII e alvorecer do século XVIII, adentraram essas terras a aprisionarem indígenas e em busca das riquezas minerais.

Entendidos como bravios, a natureza e os habitantes desses lugares estiveram sempre no horizonte do olhar e de entendimento buscados para que a dominação se concretizasse. O sucesso em “domar indígenas” era tomado como legítimo, benéfico e de grande potencial, posto que poderiam ser reduzidos ao cativeiro e, da natureza, podia-se retirar as riquezas. Desse modo, elementos ligados ao mundo do trabalho, à cristianização e às especificidades regionais foram importantes instrumentos na constituição de interpretações e de códigos de cognição, categorização e nomeação da gente que habitou as muitas partes dessas capitanias.

As levas de gentes que foram trazidas para socavar barrancos, abrir talhos e rasgar morros, juntamente aos mineradores e aos indígenas que já habitavam ou foram trazidos e administrados para essas plagas, formaram realidades diversificadas e mescladas. As sociedades que se formavam desse imergir nos sertões de Minas e Goiás precisaram ser compreendidas, organizadas e nomeadas e, para isso, os marcadores sociais de distinção e a construção lexical atuaram conjuntamente.

As mais popularizadas descrições dessas gentes e desses lugares estão presentes nos textos de viajantes que, no início do século XIX, apropriaram-se de uma visão da “elite” ocupante dos principais cargos e, a ela, incorporou as suas de estrangeiros. O fato, porém, é que muito antes dessa literatura havia uma prática localizada nos órgãos oficiais (tabelionato, câmaras, Real Fazenda etc.), bem como nos documentos eclesiásticos, que também registraram as diversificadas

¹⁴¹ Os etnônimos brasílicos, segundo Houaiss (2007, Cd-rom), são invariáveis nas classes gramaticais *substantivos* e *adjetivos* e são grafados, no primeiro caso, com inicial maiúscula.

leituras regionais populares naqueles universos mestiços.

Infere-se, portanto, que essa construção lexical feita pelos sujeitos inseridos nas realidades goiana e mineira no século XVIII e XIX indica a existência de uma nomeação construída no interior do Brasil, que respondia às demandas locais e, portanto, de um Brasil vivido e construído desde seu interior, com vista a ter sentido e uso na regionalidade.

Pistas sobre o léxico das mestiçagens

1. *Semibranco*. “Semibranco” aparenta ser uma terminologia desconhecida no século XVIII e anteriores. Desde a Paraíba, Pernambuco e Ceará, passando por Minas Gerais e Goiás, tem sido atestada predominantemente no século XIX. Nessas três primeiras capitanias, onde seu uso esteve mais disseminado, interpretam-na os historiadores como um marcador de hierarquias de pessoas com ascendência africana, porém com tom de pele claro. Compreendem que essa “qualidade” serviria para reforçar nos indivíduos com fisionomia próxima da população branca sua ancestralidade africana ou a ascendência de crioulos escravos. Livres, como as fontes sugerem, os nomeados como “semibrancos” em Minas e Goiás não experimentaram a escravidão na sua geração, mas, de certo modo, lidavam com o estigma trazido dos seus ascendentes.

Tão importante quanto perscrutar a ascendência dos “semibrancos” é mapear as redes com que se relacionavam e, deste modo, avançar no processo que constituíam as mestiçagens. Esse é o caso de Domingas Ribeiro dos Passos¹⁴², “semibranca” natural do Serro do Frio, casada com um homem branco natural de São Paulo. Seu filho, Plácido Pereira de Oliveira, nascido e casado na capitania de Goiás, no século XVIII, não trouxe dos pais o marcador de “qualidade”

¹⁴² Livro de Batizado nº 5 (1803-1812). Arquivo do Santuário de Santa Luzia. Assento nº 107, f. 19 v.

nos assentos nos quais pude acompanhar sua trajetória. Por outro lado, a esposa de Plácido, Ana Pires Cardoza, era filha de pais da “casta da terra”. Apesar de não ter sua “qualidade” anotada pelos vigários, é interessante para as dinâmicas de mestiçagens o fato de o filho de uma “semibranca” desposar uma filha de pais indígenas e nenhum dos consortes trazer os marcadores.

A não observação da “qualidade” nos assentos ocorreu também com a inocente Ana, filha do casal Ana Pires e Plácido, que, em 1805, foi batizada por pessoas brancas e não teve nenhuma referência da ascendência de seus avós e pais dignos de nota por parte do vigário. Todas essas relações familiares da “semibranca” Domingas Ribeiro reforçam a extensa rede de mestiçagens na qual estiveram envolvidos muitos dos moradores das regiões mineradoras.

Em Minas Gerais, os poucos registros de “semibrancos” não permitem detalhamento a ponto de atestar a condição jurídica cativa. Em julho de 1866, quando se casou na fazenda da Orphã, subúrbio da cidade de Paracatu, Antônia Severina Botelho¹⁴³, referenciada com “qualidade” “semibranca”, precisou das dispensas de impedimento de terceiro grau de consanguinidade lateral igual, assim como seu noivo João Bueno de Camargo, identificado com a “qualidade” de “pardo”.

Os dados da dispensa de impedimento nos indicam que eram parentes (“terceiro grau de consanguinidade lateral igual”) e ambos com ascendências mescladas: ele “pardo”, “ela semibranca”. Nesse caso, pode-se inferir que as “qualidades semibranca” e “parda” desse casal que, lembre-se, tinha laços de consanguinidade, serve ao propósito de, como já observado alhures, recuperar uma ancestralidade negra, indígena ou mestiça. Findo o tráfico negreiro e o movimento abolicionista batendo às portas, o resgate dessas “qualidades” entre os moradores de Paracatu pode revelar desde

¹⁴³ Assento de casamento. Arquivo Frei Simão Dorvi. DVD 02. Goyaz-Documentos Avulsos.

a expectativa pela manutenção de hierarquias sociais até a pressão pelo afastamento dos marcadores da escravidão.

2. *Casta da terra*. A presença de “casta da terra”, marcador encontrado em diferentes documentos relativos a essas capitanias, dá conta da indistinção à qual foram relegados os indígenas dessas regiões, bem como dos muitos recursos lexicais utilizados durante a vigência do Diretório dos Índios, quando se proibiu chamar a população indígena de “cabocla”, “negra” ou outros termos que, segundo este documento jurídico, imputavam-lhes desonra.

Rastros de trajetória familiar de muitos dos habitantes identificados como “casta da terra” permitem identificar relacionamentos conjugais *in face ecclesiae* entre indígenas (“casta da terra” e “misturada com sangue da terra”), entre ascendentes de “qualidades” diferentes (“branco” com “semibranca”), bem como entre pessoas de “qualidades” e condição jurídica diversas (“casta da terra” livre com “parda liberta”). Além disso, notam-se casos em que a qualidade “casta da terra” permaneceu nas gerações futuras, isto é, desde os avós até os netos, mesmo sendo os párocos escribas, responsáveis pelos assentos das gerações familiares, pessoas diferentes.

Vale destacar que variações eram frequentes e expressões como “gentio da terra”, “da terra”, com “sangue da terra” estão presentes na documentação, às vezes em um mesmo assento. Desse modo, acredita-se que o marcador “terra” e “da terra” seja, sim, indicador da ascendência indígena, ainda que nem sempre os traços fisionômicos e identitários apareçam descritos. Dentre outros vários, em Goiás a historiografia aponta a possibilidade de que o termo “bastardo” fosse designativo utilizado para sujeitos com ascendência indígena.

3. *Tapuia*. Como já anunciado, os indígenas habitantes das terras mineira e goiana receberam variadas denominações, dentre as quais está a de “Tapuia”. Bastante retratado pela historiografia brasileira, esse termo remonta ao século

XVI quando os “Tupi” e os europeus se referiam assim a diversos grupos populacionais que habitavam o sertão e que se comunicavam em uma língua diferente da falada pelos povos do litoral. Além das dualidades litoral x sertão e Tupi x Tapuia, outras foram criadas pelo colonizador, com o objetivo de justificar atrocidades contra os indígenas habitantes do interior do Brasil.

Por muito tempo os “Tapuia” foram vistos como selvagens, não-humanos, antropófagos e incivilizados. Para Minas Gerais e Goiás, nos séculos XVIII e XIX, os “Tapuia” são encontrados nas fontes eclesiásticas, militares e administrativas, geralmente destacando-se a necessidade de reação do colonizador frente a atos de resistência à invasão de suas áreas de moradia, de saque ou de extermínio de seu povo.

Para Minas Gerais e Goiás, nos séculos XVIII e XIX, os “Tapuia” são encontrados nas fontes eclesiásticas, militares e administrativas, geralmente destacando-se a necessidade de reação do colonizador frente a atos de resistência à invasão de suas áreas de moradia, de saque ou de extermínio de seu povo.

Os “Tapuia”, ainda que tenha exceção, não apareceram nas fontes consultadas ocupando cargos ou ofícios ou com designações de prestígio, de acordo com critérios de honra europeus. Absolutamente! Nas fontes eclesiásticas, por exemplo, quase sempre é destacada sua condição miserável (viviam de mendigar, decrépita, pobre etc.) e a inumação, geralmente, se fazia no adro da igreja ou em capelas filiais vizinhas, sem pompa alguma. Em Minas Gerais, boa parte da historiografia indica que os “Tapuia” enfrentaram dificuldades em fazer valer seu direito à liberdade apreçoada pelo Diretório dos Índios e, não raramente, seus descendentes se viram impedidos nesse direito por não conseguirem provar sua “indianidade”.

4. *Meyo atapuyado*. Frise-se que por muito tempo os “Tapuia” foram caracterizados como povos sem domí-

nio da agricultura, agressivos, covardes e destituídos de preceitos cristãos. Portanto, ao se referir a alguém como “meyo atapuyado”, como se encontrou em Goiás, imputava-se a ele, ainda que não em sua totalidade, todas as adjectivações desabonadoras dos possuidores dessa “qualidade”, construídas na longa duração.

No meu entendimento, o prefixo *meyo* serviu para “abrandar” as conotações disseminadas acerca dos “Tapuia”, uma vez que se declarou no assento de óbito ter falecido com sacramentos da penitência e extrema-unção, além de ter sido encomendado e sepultado no adro da matriz. Ou seja, embora a identificação com a “qualidade” “Tapuia” fosse percebida, tratava-se de um cristão. Assim, “meyo atapuyado” não é a negação da ascendência indígena; pelo contrário, “Tapuia” continua a formar a base para a identificação. Um “Tapuia” cristianizado não deixa de ser “Tapuia”; ele apenas não o é somente. O resguardo do pároco em dar por completado o sujeito (afinal trata-se de “meyo atapuyado”), talvez se amparasse na visão corrente à época de inconstância e de pouco apego ao cristianismo por parte dos “Tapuia”.

Esse caso mostra o quão a categoria “qualidade”, como ferramenta de distinção, era construída levando em consideração elementos diversos, como a ascendência indígena, a adesão ao cristianismo e aspectos regionais.

5. *Semitapuya*. Capitanía com forte presença indígena, Goiás produziu outras variações para a qualidade “Tapuia”. Trata-se do termo “semitapuya”. Nesse caso específico, é válido explicar que em apenas uma ocasião esse designativo foi encontrado, o que não significa que seu uso social não fosse mais alargado.

Corria o ano de 1804 quando o pároco registrou o assento de óbito de Antônia Machado e a identificou como “semitapuya”. Seria apenas mais uma variação regional no uso das “qualidades” se, em anos anteriores, a mesma pes-

soa não tivesse sido registrada com outras denominações. Para melhor expor essa afirmação, veja no quadro abaixo as situações, as “qualidades” e as condições jurídicas com que esse casal e, notadamente, Antônia Machado foi assentada.

Quadro 1 – “Qualidades” e condições jurídicas do casal Jozé Ramos de Andrade e Antônia Machado.

Jozé Ramos de Andrade		Antônia Machado	
Fonte	Qualidade/condição	Fonte	Qualidade/condição
Livro de batizado (ano de 1776)	Nenhuma referência	Livro de batizado (ano de 1776)	Nenhuma referência
Livro de batizado (ano de 1777)	Nenhuma referência	Livro de batizado (ano de 1777)	Nenhuma referência
Livro de batizado (ano de 1785)	“Casta da terra”	Livro de batizado (ano de 1785)	“Casta da terra”
Livro de óbito (ano de 1800)	“Pardo liberto”	Livro de óbito (ano de 1800)	“Parda liberta”
Livro de óbito (ano de 1804)	“Pardo liberto”	Livro de óbito (ano de 1804)	“Semitapuya liberta”

Fonte: Arquivo do Santuário da Matriz de Santa Luzia. Capitania de Goiás. Livro nº 01 – Óbitos (1786-1814). Arquivo do Santuário de Santa Luzia. Assento número 1496, f. 133 r.

Não se trata aqui de uma deliberada liberdade dos párocos em construir um léxico à margem das situações políticas e culturais daquele período. Toda nomeação, como já dito, devia-se a um processo complexo que também exigia uma cognição e categorização. Dessa forma, quando as variações são acompanhadas no tempo, nenhuma referência a “casta da terra”, a “parda liberta” e a “semitapuya” aparece. Depreende-se, então, que havia uma “lógica de nomeação” que obedecia a não identificação com termos alusivos ao cativo indígena, enquanto vigoraram o alvará régio de 1755 e o Diretório dos Índios, que foi revogado em 1798.

De igual maneira, o cônjuge Jozé Ramos identificado como “casta da terra”, “pardo liberto” e “pardo liberto”, exige pensar no quão fluidas eram as “qualidades”. Diferentes circunstâncias, critérios ou situações históricas como as elencadas aqui,

foram responsáveis pelas alterações nas nomeações da qualidade e podem explicar o fato de, muitas vezes, os “pardos” não serem relacionados à ascendência indígena. Talvez, por exigir percursos interpretativos tão complexos como esses, toma-se equivocadamente como dado incontestado o pretensão desaparecimento dos indígenas em muitas regiões. Podemos, sim, estar lendo as fontes de maneira incompleta.

Sobre Antônia Machado, observa-se que somente após a revogação do Diretório é que a condição de liberta e as “qualidades” de “parda” e “semitapuya” são trazidas para as fontes. A ascendência indígena e a condição jurídica são suprimidas de início para, no momento intermediário e ainda durante a legislação do Diretório, reaparecem juntamente com a qualidade “casta da terra” que, por não constar na lista de termos proibidos, não desrespeitava a legislação e, por conseguinte, não causava embaraço para seus possíveis administradores. Apenas no momento posterior ao Diretório a ascendência indígena + condição jurídica (“semitapuya liberta”) são reveladas em toda sua extensão.

A condição de “liberta” é uma categoria muito importante para ser deixada de lado no contexto escravista do início do século XIX. Sua supressão revela o conhecimento e a obediência às leis, assim como sua aparição reforça o papel das distinções e hierarquizações no funcionamento da sociedade.

Afinal, o que significava ser portadora da qualidade “semitapuya” e da condição de liberta? Atuando como prefixo e como advérbio, o termo *semi* abre possibilidades de trazer à cena não apenas os elementos que compunham a “qualidade”, mas a percepção dessa categoria pelos sujeitos observadores. *Semi* pressupõe que a qualidade “Tapuia” pode ou não ser requisitada; vai depender de variáveis como a legislação, as demandas regionais etc. É importante destacar que a base da formação identitária existe e não deixou de ser lembrada: “Tapuia”.

Usar o prefixo *semi* associado à qualidade “Tapuia” e à condição de “liberta” seria algo próximo da seguinte situação: Antônia Machado, freguesa da Igreja Católica na capita-

nia de Goiás, como informam os assentos de batismo e óbito, era de tal modo identificada pela sociedade como detentora de características (ancestralidade, sangue, administração etc.) que lhe remetiam à qualidade “Tapuia”, assim como nela também se podiam observar elementos que a distanciava (cristianização, valores culturais, etc.) das referências historicamente construídas para os indivíduos de ascendência indígena, habitantes dos sertões. Os marcadores ascendência, religião, local de habitação e a condição de “liberta” atuaram de modo a ser necessária a construção de léxico local/regional que respondesse a todas as suas misturas (biológicas e culturais) e às inserções sociais (cristã, madrinha, mãe, casada, liberta etc.).

Conclusão

Certamente que situações análogas aos usos e significados dos termos aqui reunidos foram comuns em outras regiões e em tempos diversos. Em Minas Gerais, no Mato Grosso, em Goiás e nas capitânicas do Norte, é possível afirmar que as dinâmicas de mestiçagens e o universo da escravidão produziram variações nas categorias de identificação, classificação e hierarquização, pois muitas são as multiplicidades regionais, as estratégias de que se valeu o mundo do trabalho escravista e os sujeitos históricos envolvidos na exploração do Novo Mundo pelos ibéricos.

Por ser “um fato de cultura”, é na língua que todos os outros aspectos culturais (religião, trabalho, arte, ciência, legislação etc.) se realizam, dizia Mattoso Câmara. Em todos os tempos, a língua responde às demandas coletivas por meio da construção de um léxico que faça sentido na sociedade. Desse modo, os termos aqui discutidos refratam o repertório que, naquela época, os moradores das capitânicas de Minas Gerais e Goiás se mobilizaram para responder aos seus anseios por nomearem os vários tipos de mesclas e situações cotidianas com que se deparavam. Assentadas em significa-

dos construídos pela coletividade, as “qualidades” serviam para que todos se fizessem conhecedores do que elas indicavam.

É plausível, portanto, a afirmação de que cada uma das “qualidades” acima mencionadas tinha maior significado na sua época de utilização, o que explica em parte o fato de nem sempre sermos capazes de compreender as acepções das palavras ditas e escritas pela população de outrora. No percorrer as pistas e rastros, muito nos escapa sobre a trama, a urdidura e o tecido das relações sociais de nossos sujeitos. O caráter provisório do conhecimento histórico não invalida a busca e a interpretação. A língua, o léxico, a cultura e a História são, sempre, interessantes caminhos.

Bibliografia

- GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população par-da e semibranca na Cidade da Parahyba do Norte (1833-1860)*. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rph/article/download/23817/13078/47875>. Acesso em 3 dez. 2021.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- MATTOSO CAMARA JR, J. Língua e Cultura. *Revista Letras*, [S.l.], v. 4, dez. 1955. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/20046/13227>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PAULA, Jason Hugo de. *Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2017.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2003.

5.5. Casamentos e dinâmicas das mestiçagens na capitania do Piauí e em São Luís do Maranhão (século XVIII)

**Márcio de Sousa Soares
(Universidade Federal Fluminense)**

Concubinato, casamento e mestiçagens na historiografia

Ao considerar a estratificação da sociedade agrária colonial segmentada apenas entre grandes proprietários e escravos, Gilberto Freyre enfatizou a mestiçagem nas áreas açucareiras a partir das relações verticais de poder que os senhores de engenhos exerciam sobre as escravas, fosse pelo concubinato, pelos encontros sexuais fortuitos e/ou pela violência sexual dos estupros.

O avanço das pesquisas sobre as relações familiares no Brasil demonstrou que, por se tratar de uma sociedade modelada pela escravidão e pelos valores de antigo regime, na América portuguesa, prevaleciam as alianças matrimoniais entre pessoas “da mesma igualha”. Não raro, homens portugueses viviam amancebados por anos a fio com índias, escravas africanas e forras, sem cogitarem a possibilidade de se casarem com elas, em virtude da infâmia derivada do sangue, da qualidade ou da condição jurídica que essas mulheres carregavam no Direito e nas tradições ibéricas. Conforme a historiografia tem assinalado, a carência de mulheres brancas concorria para a ampla disseminação do concubinato e, conseqüentemente, para a expressiva incidência da filiação ilegítima. Entretanto, ainda são poucos os estudos que levam em conta o papel das relações horizontais entre os escravos, os forros e os livres de baixa extração social na produção e multiplicação das mestiçagens, mormente pelas uniões consensuais (concubinato) ou pelo casamento.

Havia certo consenso entre os historiadores de que os impedimentos eclesiásticos relacionados sobretudo ao parentesco consanguíneo e espiritual entre as pessoas, somados aos custos elevados das taxas cobradas pela Igreja, afastavam os livres pobres e os escravos das uniões sacramentadas. Considerava-se, portanto, que o matrimônio era muito raro e circunscrito às elites, ciosas de seus interesses patrimoniais e da tessitura de alianças políticas entre iguais no sangue e na fazenda. Todavia, a multiplicação de pesquisas, com a incorporação de fontes eclesiásticas massivas (registros de batismos e de casamentos) e qualitativas (processos de habilitação matrimonial, bigamia e divórcio), demonstrou uma expressiva disseminação das uniões conjugais sacramentadas pela Igreja entre os estratos sociais subalternos, não obstante significativas variações regionais. De todo modo, constatou-se que os casamentos entre pessoas de qualidades ou de condições jurídicas distintas eram pouco frequentes. Entretanto, nas áreas ancilares aos circuitos agroexportadores e que contavam com a presença modesta de reinóis, nota-se que, entre a gente de baixa extração social, os casamentos de pessoas com qualidades e condições jurídicas distintas também exerceram papel relevante na gestação de populações acentuadamente mestiçadas.

Piauí: um sertão mestiço

Conquistado gradativamente aos “gentios bravos” a partir da segunda metade do século XVII, o sertão do Piauí foi incorporado aos domínios portugueses na América por meio da instalação de fazendas de gado vacum, cavalar e por pequenos sítios dedicados à lavoura de subsistência. Desde o final daquele século, há indícios da existência de casamentos entre negros, índios e mestiços no Piauí. Em 1697, o padre jesuíta Miguel de Carvalho computou a existência de 129 fazendas de gados nas quais moravam 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Na fazenda Campo

Largo, moravam João Rebello, João Ferreira das Neves “com dois negros e uma mestiça casada com um dos negros”. Na margem do riachinho do Boroty, afluente do rio Canindé, estava situada uma fazenda de éguas na qual residia o escravo negro Francisco, “casado com uma índia de quem tem cinco filhos, é negro de conta e sem branco e dá da fazenda a seu senhor”. Na fazenda do Saco, vivia “Domingos Afonso preto casado com uma mestiça”. Na cabeceira do riacho Piauí, estava a fazenda chamada Almas Santas, na qual moravam Silvestre Gomes, casado com uma índia de quem tinha dois filhos.

Criada em 1718, a capitania do Piauí ficou subordinada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1758, quando ganhou autonomia administrativa, embora ambas tenham permanecido conectadas pelos fluxos de pessoas e de negócios ligados ao comércio de gado. A partir do final do século XVII e durante as primeiras décadas do XVIII, a porção oriental da capitania do Maranhão, fronteira com o Piauí, também foi alvo de um processo de conquista e de expansão de currais, profundamente marcado por guerras contra os gentios. “Pacificados” ou reduzidos ao cativeiro, os sobreviventes eram igualmente incorporados pelos conquistadores na condição de curraleiros. Daí se segue que a convivência desses índios com escravos africanos e crioulos produziu uma notável similitude dos padrões de mestiçagens verificados no Piauí e na banda leste do Maranhão, como atestam vários testamentos de criadores de gado que residiam na cidade de São Luís.

Na passagem do século XVII para o XVIII, o desequilíbrio demográfico entre os sexos no Piauí era acentuadíssimo e atingia tanto os escravos quanto os livres que povoavam a capitania. Isso explica em larga medida as uniões consensuais e matrimoniais entre negros e índias. Em 1722, o jesuíta Domingos Gomes produziu um relato intitulado “Notícias do Piauí”, no qual dava conta das fazendas deixadas em testamento à Companhia de Jesus pelo desbravador Domingos Afonso Sertão. O inaciano declarou ter encontrado “muito menos de 100 escravos, como se poderá ver no inventário,

e raros destes casados, a saber dois com índias velhas, e três com negras, um com mestiça”.

As estimativas populacionais sugerem que a população do Piauí aumentou significativamente entre 1697, quando contava apenas com 438 moradores (dentre os quais havia somente 40 mulheres), para 12.744 habitantes, em 1762. Esse crescimento demográfico verificado nas seis décadas que sucederam à conquista deveu-se mais à migração do que ao crescimento vegetativo dos primeiros povoadores ou à incorporação de índios e de africanos em larga escala. Entretanto, à diferença do que ocorreu em outras capitanias, não houve fluxo migratório incentivado ou espontâneo de reinóis e de açorianos. Com efeito, em 1772 o governador da capitania lamentava que “são raríssimos os reinóis que do Reino viessem dirigidos para estes sertões”. Tratava-se, portanto, do resultado de movimentos migratórios internos da América portuguesa, como atestam, por exemplo, as solicitações de sesmarias no Piauí por gente do Maranhão, Pernambuco e da Bahia.

Ainda que abrigasse uma população em franco crescimento ao longo do século XVIII, mas bastante rarefeita e espacialmente dispersa, em comparação com outras capitanias, o Piauí continuou acentuadamente marcado pelas mestiçagens. Infelizmente, à exceção dos registros de batismos e de casamentos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras (1760-1790), tudo faz crer que boa parte dos livros paroquiais produzidos na capitania se perdeu. No entanto, é possível fazer algumas inferências indiretas, a partir de outros documentos, sobre o papel dos casamentos na produção das mestiçagens.

Em meados do Setecentos, o padre Valentim Tavares de Lira, morador da Fazenda dos Guaribas, na Ribeira da Gurgueia, freguesia de Parnaguá, foi acusado perante a Inquisição pela parda Joana, casada com Antônio Silveira de Brito, “homem branco com as estimações dos moradores do lugar” de tê-la solicitado muitas vezes quando ia confessar-se. Em

visita episcopal ao Piauí, em 1760, o bispo do Maranhão recebeu a denúncia de que Joaquim de Santana, pardo, sapateiro, natural da Bahia, havia fugido para Jaguaribe com medo de ser sentenciado, pois se casara uma segunda vez na matriz de Nossa Senhora da Vitória, sendo sua primeira mulher ainda viva nas partes do Rio São Francisco.

O exame da “Relação dos Rois de Desobriga da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Mocha”, produzida em 1762, permite constatar que em 302 fogos, distribuídos por 162 fazendas, nada menos do que 126 (41,7%) apresentavam estrutura conjugal, isto é, eram encabeçados por casais ou por viúvos. Quatro anos depois, uma correspondência oficial aludiu ao predomínio dos mulatos entre os livres. Em uma carta dirigida ao reino, na qual, em outubro de 1766, opinava sobre a viabilidade da formação de terços de auxiliares e ordenanças, o governador da capitania, João Pereira Caldas, informou que os pretos livres eram tão poucos que com eles não seria possível formar “corpo de separação”. Os mulatos, por sua vez, “são aqui em maior número, mas entre eles há muitos que se têm em melhor reputação. Os brancos finalmente são menos que os sobreditos mulatos, e de tal forma, que nem naquela companhia de dragões pagos, que aqui há, pude conseguir conservá-la sem muita mistura”.

A dimensão da mistura que marcava a população na segunda metade do século XVIII pode ser apreendida graças a uma “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, elaborada em 1772, pelo governador interino, Antônio José de Moraes Durão. De saída, o governante informava os critérios adotados pelos usos e costumes correntes para a classificação das qualidades dos moradores: “Vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mamaluco ao filho de branco e índia; cafuz ao filho de preto e índia; mestiço ao que participa de branco, preto e índio; mulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mulata; curiboca ao filho de mestiço e índia; quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas se explicam pela

palavra mestiço o que eu faço, compreendendo nela os cabras e curibocas”.

Nessa “Descrição”, constam oito mapas populacionais sobre as sete freguesias existentes na capitania. Neles aparecem listados os números de fogos, de almas – subdivididas em homens e mulheres –, de fazendas e de sítios. Homens e mulheres também aparecem reagrupados em seis “cores”, obedecendo a seguinte ordem: brancos; mulatos; mestiços; vermelhos; mamalucos e pretos. Conquanto não tenha feito distinção entre livres e escravos, o exame dos números apresentados pelo governador revelam que mulatos, mestiços e mamalucos correspondiam a 44,3% da população, enquanto os pretos representavam 33,1%; os vermelhos 5,9% e os brancos somavam apenas 16,7%. Seja como for, embora os coeficientes de masculinidade ainda fossem elevados entre brancos, mestiços e negros, foi estimada a existência de 10.669 homens e 8.522 mulheres residentes na capitania, em 1772.

Sobre o final do século XVIII, existem duas estimativas populacionais indicando que a população da capitania girava em torno de 51.263 almas. Para termos uma ideia do quão mestiçada tornou-se a população do Piauí, basta dizer que, em oito freguesias, os mulatos representavam ao todo 57,8% das pessoas livres, enquanto os brancos perfaziam 29,5% e os forros 12,6%. Entretanto, havia expressivas diferenças na distribuição dos moradores pelas freguesias. Em Valença, por exemplo, os mulatos compunham nada menos do que 70,7% das pessoas livres. Chama atenção igualmente a elevada proporção de mulatos na população cativa, muito provavelmente derivada das uniões consensuais, uma vez que os casamentos entre escravos eram mais restritos. A se dar crédito a essas estimativas, os mulatos representariam 81,4%, em um total de 13.823 escravos.

Casamentos e famílias mestiças em São Luís do Maranhão

Desde o século XVII até meados do século XVIII, São Luís era basicamente um pólo missionário, uma praça militar e um centro político-administrativo estratégico para a defesa dos interesses portugueses no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Na segunda metade do XVIII, o perfil da cidade mudou bastante como consequência da política pombalina, pois além de preservar as características anteriores, São Luís se transformou em um entreposto comercial importante, graças ao incremento das exportações de gêneros regionais para o reino e, do ponto de vista demográfico, do aumento das importações de escravos e da intensificação da imigração de reinóis e de açorianos, responsáveis por um crescimento populacional expressivo. Com uma quantidade de moradores bem modesta no início do século, a cidade abrigava cerca de 1/4 a 1/3 da população da capitania no último quartel do Setecentos.

Ao longo do século XVII até a primeira metade do XVIII, os moradores do Maranhão recorriam amplamente à exploração da mão de obra indígena em face dos desembarques intermitentes e diminutos de africanos. Ainda que os índios fossem direcionados para as atividades extrativas, agricultura e pastoreio de gado, os moradores da cidade de São Luís retinham parcela dos gentios, mormente mulheres e crianças, apresados por meio das guerras justas, resgates e amarrações. Incorporadas frequentemente como escravas na primeira metade do século XVIII, passaram à condição de servas, após junho de 1755, por força do alvará que estabeleceu a Liberdade Geral dos Índios.

Se os desembarques de africanos foram bem poucos e bastante irregulares na primeira metade do século, o quadro modificou-se substancialmente após 1756, em razão das atividades monopolistas da Companhia Geral de Comércio, responsável por uma oferta mais volumosa e regu-

lar de cativos embarcados nos fortes de São José de Bissau e de Cacheu. Não há dúvida de que a introdução de africanos em maior escala no Maranhão estivesse diretamente associada ao desenvolvimento da produção de arroz e de algodão, no entanto, uma parcela dos desembarcados permaneceu em São Luís. Contingente suficiente para afetar substancialmente sua composição populacional e a dinâmica das mestiçagens.

O acesso ao casamento durante o século XVIII pode ser observado por meio dos registros de batismos realizados na catedral de Nossa Senhora da Vitória, quando se considera a legitimidade do nascimento, assim como é possível fazer comparações levando-se em conta a condição jurídica e social das mães.

Quadro 1 – Legitimidade conforme a condição social das mães (São Luís, século XVIII)

Períodos	Escravas				Servas				Forras				Líves			
	legítimos		naturais		legítimos		naturais		legítimos		naturais		legítimos		naturais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1728-1732	13	7,7	155	92,3	10	20,0	40	80,0	2	8,7	21	91,3	275	88,4	36	11,6
1749-1753	52	14,5	316	85,9	46	21,8	165	78,2	15	27,3	40	72,7	351	81,1	82	18,9
1762-1766	59	28,5	148	71,5	41	31,8	88	68,2	89	36,8	153	63,2	391	76,8	118	23,2
1771-1775	83	17,9	380	82,1	5	6,4	73	93,6	71	34,8	133	65,2	498	74,1	174	25,9
1782-1786	106	17,5	499	82,5	8	10,5	68	89,5	36	20,5	140	79,5	504	64,6	276	35,4

Fonte: Brasil, Maranhão, Registros da Igreja Católica, 1673-1962. Imagens. FamilySearch. <http://familysearch.org>

Em que pese a ilegitimidade elevada, grosso modo, entre 1/5 e 1/3 das escravas, servas e forras tiveram acesso ao casamento. Esse quadro era condicionado pelos desequilíbrios demográficos decorrentes do ingresso predominante de índias e do tráfico atlântico de africanos que desembarcava mais homens do que mulheres. Seja como for, diante desse contexto bastante adverso, a proporção de subalternos casados era significativa.

À exceção dos índios dos sertões e dos africanos batizados, os inocentes não recebiam nenhuma atribuição de

qualidade, independente de qual fosse a condição jurídica e social. O mesmo pode ser dito com relação aos senhores, pois somente 29 tiveram a qualidade/cor mencionada. O esforço classificatório dos padres estava voltado, portanto, para as qualidades dos pais, mães, padrinhos e madrinhas. Os registros de batismo permitem constatar que, se no geral as mestiçagens estavam mais atreladas às condições sociais subalternas, elas também atingiam as pessoas livres e tornaram-se mais diversificadas à medida que o fluxo de africanos aumentava.

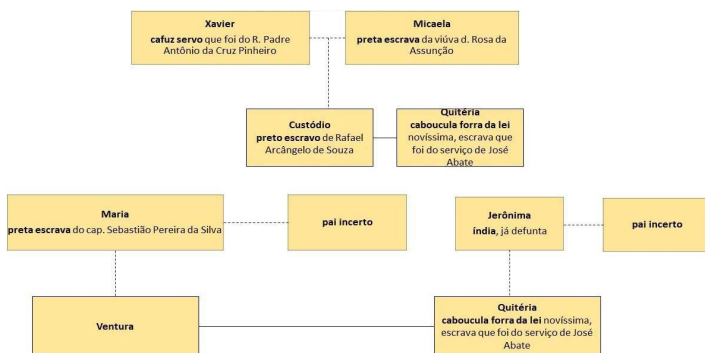
Chama atenção que o termo mestiço estivesse fortemente atrelado aos índios. Além disso, constata-se que, no âmbito dos registros paroquiais, a intenção régia de erradicar o uso das palavras injuriosas, enunciada em um alvará de 1755, não surtiu o efeito esperado. O certo é que, ao arrepio da lei, as designações desonrosas costumeiramente associadas aos índios, continuaram a ser empregadas pelos padres de São Luís, ao longo da segunda metade do século, e chamo atenção para aquele termo que talvez fosse considerado um dos mais infamantes de todos: mulato. Havia índias e índios designados como mulatos.

Se por um lado, na correspondência oficial, as alusões aos mulatos quase sempre enfatizavam a índole ou os comportamentos desabonadores, por outro, tudo faz crer que no vocabulário empregado pelos párocos a qualificação como mulato e as demais designações de mestiçagem possuíam notadamente uma dimensão moral associada à ideia de pecado. No conjunto de 1.865 mães livres, forras e servas qualificadas como pretas, índias, “caboucucas”, cafuzas, mamalucas, mestiças, mulatas e pardas, nada menos do que 1.395 (74,8%) tiveram filhos naturais. No entanto, a outra face dessa moeda revela que 25,2% dessas mulheres tiveram suas uniões sacramentadas pela Igreja. As escravas casadas, por sua vez, também contribuíram para incrementar as mestiçagens em São Luís, pois em 2.103 batizados de escravas, computou-se 375 nascimentos legítimos (17,8%),

dos quais 71 (18,9%) crianças eram filhas de pais e/ou mães mestiçados.

A complexidade da dinâmica das mestiçagens pode ser exemplificada no diagrama que representa duas uniões matrimoniais celebradas em São Luís nos dias 20 e 25 de novembro de 1759 (Figura 1). O primeiro casamento selou a união entre Custódio, preto escravo, com Quitéria, uma “caboucula” beneficiada pela lei que restituiu a liberdade dos índios do Maranhão. É interessante notar que o preto Custódio havia nascido de um legítimo matrimônio entre um cafuz servo e uma preta escrava. Nascido do ventre de uma escrava, Custódio herdou a condição jurídica de sua mãe e provavelmente por isso também foi qualificado como preto. No segundo casamento, Ventura – filho natural de Maria, preta escrava – não foi qualificado pelo padre. Casou-se com Quitéria, “caboucula”, igualmente alforriada pela lei, filha natural de uma índia.

Figura 1 – Casamentos entre mestiçados em São Luís do Maranhão (século XVIII)



Fonte: Brasil, Maranhão, Registros da Igreja Católica, 1673-1962. Imagens. FamilySearch. <http://familysearch.org>

De acordo com os mapeamentos populacionais, na segunda metade do século XVIII, as pessoas qualificadas como

brancas representavam cerca de 30% dos moradores da capitania, o que significa dizer que a esmagadora maioria era constituída por pretos, índios e mestiços de toda sorte quase sempre ocultos nos papéis oficiais. Nem todas essas pessoas brancas integravam as elites locais, visto que a posse de escravos, embora pudesse ser relativamente disseminada, sempre foi bastante concentrada nas mãos de poucos senhores. Isso significa dizer que parcela expressiva da população da América portuguesa, em geral, e do Maranhão, em particular, era composta por gente pobre e remediada que, não raro, convivia bem próximo aos africanos, índios e mestiços, fossem escravos, forros ou servos. Assim, antes de atribuir a total responsabilidade pelo fenômeno da mestiçagem às relações de poder e de exploração sexual impostas pelos senhores brancos às africanas, crioulas, índias e mestiçadas sob seu domínio, torna-se imperativo levar em conta as relações horizontais estabelecidas entre si pelos pretos, mulatos, índios, mamalucos, cafuzos e caboclos de todos os matizes.

A exemplo do sertão do Piauí, a sociedade estabelecida na capitania do Maranhão jamais poderia ser reduzida a uma simples divisão entre brancos, pretos e índios, até mesmo porque não era assim que ela representava a si mesma, pois é bastante provável que, em matéria de qualificação e hierarquização dos seus fregueses, os sacerdotes responsáveis pelos batismos e casamentos manejavam o vocabulário social e os critérios dos usos e dos costumes correntes dentre os demais moradores de São Luís.

Bibliografia

- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da UFPI, 1999.
- CHAMBOULEYRON, R; MELO, V. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, n. 168, p. 167-200, 2013.
- CRUZ, Carlos Henrique Alves. *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do norte: conflitos, contatos e práticas “religiosas” nas fronteiras coloniais (1680-1761)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50ª ed. São Paulo: Global, 2005.
- MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- MOTT, Luiz. *Inquisição no Piauí*. *Jornal Diário do Povo*, 1987.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2016.
- SOARES, Márcio de Sousa. As cores da mestiçagem no Maranhão setecentista. In: REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio Figueiredo F. (org.). *Estudos em história colonial: a baía de todos os santos e outros espaços luso-americanos*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018, p. 155-180.

CAPÍTULO 6

Educação e histórias conectadas

Thais Nívia de Lima e Fonseca
(coordenadora)

6.1. O ensino régio na América portuguesa em perspectiva conectada e comparada

Thais Nívia de Lima e Fonseca
(Universidade Federal de Minas Gerais)

As experiências relacionadas à implantação do ensino régio¹⁴⁴ no império português, na segunda metade do século XVIII, ainda esperam ser melhor conhecidas numa perspectiva que vá além dos estudos pontuais, focados em regiões específicas. Em cada uma delas, é verdade, houve condições particulares que exerceram influência direta na maneira como as aulas régias e o trabalho dos professores régios foram estabelecidos, e permitem, numa primeira mirada, uma abordagem comparada. O objetivo aqui é apresentar alguns pontos importantes acerca dessas conexões, considerando os aspectos particulares de diferentes regiões como determi-

¹⁴⁴ Ensino régio é a denominação dada ao “sistema” educacional criado em Portugal e em seus domínios a partir de uma reforma administrativa promovida durante o reinado de D. José (1750-1777), sob o comando de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

nantes nas respostas dadas pela Coroa aos problemas que se apresentavam no processo de implantação do ensino régio.

Ainda que em muitas discussões sobre as histórias conectadas, transnacionais e afins, a perspectiva da comparação seja fortemente criticada e até mesmo rejeitada, sobretudo por suas dificuldades em se libertar do viés nacional e eurocêntrico, é possível e até mesmo necessário considerar os métodos comparativos como parte importante do fazer historiográfico. No que se refere ao presente texto, a intenção não se limita a estabelecer elementos de comparação entre os processos de implantação do ensino nas diversas partes da América portuguesa situadas em suas porções central e norte, mas buscar compreender o porquê de diferenças e semelhanças, e como isso impactava as ações da Coroa no esforço de administrar as aulas régias em diferentes circunstâncias. Além disso, importa também chamar a atenção para como os sujeitos envolvidos nesse processo, no reino e na América, percebiam essas circunstâncias e se movimentavam no sentido de tirar proveito delas, conforme seus interesses e necessidades.

O conjunto de ações empreendidas no reinado de Dom José sob o comando do futuro marquês de Pombal – em alguma medida continuadas nos reinados de dona Maria I e Dom João VI – relacionava-se aos projetos modernizadores da Coroa portuguesa, que significavam também reduzir as ingerências da Igreja nos negócios do Estado. As reformas da educação, dos estudos menores¹⁴⁵ à Universidade de Coimbra, foram uma clara expressão desses propósitos, começando pela expulsão da Companhia de Jesus, o fechamento de suas escolas e a proibição de seus métodos pedagógicos em todos os territórios portugueses, em 1759. Os ataques aos

¹⁴⁵ Estudos menores eram aqueles que iam da instrução elementar (aprendizado da leitura, escrita e aritmética básica) aos estudos de gramática do latim, grego e retórica, que serviam também como preparatórios para a formação eclesiástica ou para o ingresso na Universidade de Coimbra.

jesuítas não significavam ataques à Igreja Católica, e integrantes de outras ordens religiosas foram convocados para gerenciar o ensino régio, criado a partir desse momento, mas estariam submetidos ao controle da Coroa e de seus agentes temporais. Esse processo afetou, também, o papel do poder local nas questões da instrução pública. Até a criação do ensino régio, as câmaras eram as principais instâncias de financiamento e gerenciamento dessa instrução, pagando mestres para o ensino dos meninos, e criadores de crianças expostas e órfãs pobres, que também tinham a função de educá-las. As medidas tomadas pela Coroa – criação do Subsídio Literário¹⁴⁶ e criação das cadeiras de primeiras letras pela Lei de 6 de novembro de 1772 – colocou o poder local diante da política de centralização, mas não tirou dele todas as atribuições relativas à instrução pública.

A Lei determinava a criação de 44 cadeiras na América portuguesa, em diferentes capitanias. Nas Minas Gerais foram criadas sete nas principais vilas: quatro de primeiras letras (nas vilas de Sabará, Vila Rica, São João del-Rei e na cidade de Mariana) e três de gramática latina (nas vilas de São João del-Rei, Vila Rica e na cidade de Mariana). Para o Pará foram criadas uma de gramática latina, uma de primeiras letras e uma de retórica, enquanto que o Maranhão teria uma de gramática latina e uma de primeiras letras.¹⁴⁷ Nesse momento, nenhuma cadeira foi destinada a Goiás ou Mato Grosso. Mas logo outras viriam, muitas vezes a partir das demandas apresentadas pelos poderes locais de todas essas regiões.

A criação dessas aulas, tanto no reino quanto no Brasil, obedeceria a critérios de densidade populacional e localização, e por isso veremos a geografia do ensino régio acom-

¹⁴⁶ O Subsídio Literário era um tributo aplicado sobre a comercialização das carnes e da aguardente, com a finalidade de financiar o ensino público.

¹⁴⁷ O capítulo *Piauí e Maranhão em conexões: experiências de ensino (séculos XVIII-XIX)*, que também integra este eixo, trata mais detidamente dessas regiões.

panhar esses dois movimentos. A capitania de Minas Gerais, área de ocupação relativamente tardia durante o período da dominação portuguesa, concentrou, para os padrões da época, uma considerável população vivendo em núcleos urbanos, apresentava uma vasta população escrava e liberta, e concentrava uma nada desprezível estrutura administrativa civil, eclesiástica e militar. Até meados do século XVIII, um grande contingente da população das Minas não teria acesso à educação escolar, e esta situação devia-se, primeiramente, por ser constituída em grande parte por escravos, mas também pela inexistência das instituições mantidas pelas ordens religiosas, proibidas de se instalarem na capitania desde 1711¹⁴⁸. Eventualmente, as câmaras de algumas vilas pagavam mestres para ensinar sem custos para as famílias, e a população mais favorecida preferia a contratação de mestres particulares, inclusive nos espaços rurais e mais distanciados das povoações principais. Essas práticas no âmbito privado tinham relação com a presença de crianças e jovens de maiores posses vivendo em sítios e fazendas, o que tornava o deslocamento até os locais de funcionamento das aulas régias dispendioso ou simplesmente exaustivo. Embora marcada por muitos problemas, a criação das aulas régias aumentou as possibilidades de acesso à educação de natureza escolar e, uma década após a instalação das primeiras cadeiras, já era considerável o número delas em funcionamento.

A capitania de Mato Grosso guarda algumas similaridades com a de Minas Gerais: ocupação ainda mais tardia, fluxo migratório atraído pela mineração do ouro e a consequente formação de núcleos urbanos em suas proximidades. Também nessa região não foi observada a instalação de instituições educacionais jesuíticas embora os padres da Companhia de Jesus circulassem pelo Mato Grosso em atividades missionárias. Dessa forma, tal como na capitania de Minas Gerais, em Mato Grosso as reformas pombalinas da educação não

¹⁴⁸ A proibição visava, principalmente, a manutenção do controle sobre a circulação e o contrabando do ouro.

implicaram na substituição das instituições jesuíticas pelas aulas régias, como ocorreu no Nordeste e nas capitanias do Pará e do Maranhão, além do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Assim como em todo o território, as aulas régias conviveram com o ensino particular, preferido pelos grupos sociais mais abastados, não raro movidos pelo interesse em direcionar seus jovens para os estudos eclesiásticos e, às vezes, universitários. As especificidades da ocupação dessa região, em área de fronteira, passível de conflitos, necessitada de controles diferenciados, e com a presença marcante de populações indígenas, fez concentrar a atenção das autoridades centrais e locais naquelas questões, ficando o ensino régio em segundo plano, ao menos nos anos iniciais das reformas. Por isso mesmo sua presença mais evidente ficou, por um tempo, limitada à vila de Cuiabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade. E quando o processo avançou, foi destacada a atuação das câmaras e das instituições militares, fortes na região devido às necessidades de defesa e controle de fronteiras. Os setores militares chegaram a assumir processos educativos importantes, vinculando-os às necessidades de fixação de populações nas áreas fronteiriças, de controle das populações indígenas e de defesa do território. O ensino das primeiras letras, e a atenção ao ensino dos saberes práticos e técnicos – ligados às edificações e aos trabalhos de mapeamento, por exemplo – foram aspectos muito particulares no processo de expansão da educação escolar e não escolar na capitania de Mato Grosso.

A percepção do ensino régio como instrumento de civilização estava presente não apenas nas leis, decretos e alvarás, como também na escrita produzida pelas pessoas envolvidas com ele, fossem as autoridades administrativas, representantes das vilas ou os próprios professores régios. Para alguns grupos locais a chegada da instrução estatal significava a aproximação com uma presumida condição de distinção, além de permitir o acesso a postos mais favorecidos da administração colonial por meio do conhecimento e/ou

domínio da escrita. Em áreas mais afastadas, como os sertões da capitania de Minas Gerais ou de Mato Grosso, muitas vezes vistas como rudes e indomadas, defender a presença do ensino régio e de seus professores ia além da obediência às leis e determinações da Coroa, mas também indicava a predisposição para tê-lo como sinal de progresso social e cultural. Neste sentido destacava-se a atuação das câmaras em prol dos interesses dos grupos locais mais influentes.

Falando em nome das populações, as câmaras produziram expressiva correspondência com as autoridades das capitanias e também com o Conselho Ultramarino, reivindicando o que entendiam ser os direitos concedidos pela própria Coroa portuguesa. No caso do ensino régio, a criação do Subsídio Literário tornou-se o principal argumento para o envio de requerimentos reclamando a falta de professores, uma vez que, em muitas localidades, o imposto era pago, mas não se abriam as aulas régias que ele deveria financiar. Foi a queixa da câmara da vila de Pitangui, das Minas Gerais, em 1775, e também da vila de Cuiabá, em 1782. Ambas reclamavam a falta de professores, e ainda lembravam a importância dessa educação para se alcançar o estado de civilidade e, nas palavras dos oficiais da câmara de Cuiabá, “a prosperidade da Igreja, segurança do Império, e todo o bem da sociedade cristã e civil”¹⁴⁹.

Em geral, esse tipo de demanda acabava sendo atendida, já que não era possível negar o princípio base da questão, isto é, a relação direta entre a cobrança/pagamento do Subsídio Literário e a abertura das aulas. Em outros assuntos a administração central arbitrava conforme as circunstâncias, observando muitas vezes as condições locais para encaminhar as decisões. Nos primeiros tempos das reformas pombalinas da educação, um dos problemas mais discutidos era o dos valores dos ordenados dos professores, que não foi definido pela legislação que criou o ensino régio. Logo o tema

¹⁴⁹ Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Mato Grosso, n.1385.

tornou-se central na correspondência entre a Diretoria Geral dos Estudos e seus agentes nas diversas partes do império português. Até que se legislasse sobre isso, as definições eram dadas conforme as condições de cada região, de cada localidade. Na capitania de Minas Gerais, por exemplo, entendia-se que, sendo o custo de vida elevado, os salários poderiam ser equiparados aos do Rio de Janeiro, enquanto que no Pará, o menor custo das moradias e a utilização da mão de obra indígena, mais barata, tornava o custo de vida menor, e reduzia os salários dos professores régios. A despeito das longas distâncias e das condições de comunicação próprias do tempo, as informações circulavam com relativa eficiência, e uma “comunidade” de professores régios se formava em torno de seus interesses comuns, principalmente em relação aos seus salários, nas diferentes regiões da América portuguesa e as condições de seu pagamento. Eram informações importantes para a formulação das demandas que eles mesmos eventualmente faziam, encaminhando suas petições ao comando central do ensino régio, estivesse ele em Lisboa ou em Coimbra. Para tanto, usavam das informações que obtinham sobre o que ocorria em outros lugares, informações que chegavam, quase sempre, por meio de colegas ou seus representantes legais que circulavam entre essas regiões.

O financiamento do ensino régio dizia respeito, basicamente, ao pagamento dos salários dos professores, já que pouco se investia na compra de livros, e nada na criação de estruturas físicas para o funcionamento das aulas. Nas regiões onde a Companhia de Jesus tinha estado presente com suas escolas, como no Pará e no Maranhão, no Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Espírito Santo, parte de suas instalações puderam ser aproveitadas, quando foi do interesse. Os bens sequestrados aos jesuítas depois de sua expulsão em 1759, foram muitas vezes utilizados para o pagamento dos novos professores régios, como ocorreu logo depois, em 1761, no Pará, por determinação do governador, para favorecer o professor de gramática e retórica da cidade

de Belém e permitir que ele continuasse em atividade. Nessas mesmas regiões, as reformas esbarravam na presença de outras ordens religiosas, sobre as quais recaíam as esperanças de parte da população diante do ritmo muitas vezes lento da instalação das aulas régias. Não raro foram enviadas petições a Lisboa, solicitando que os regulares franciscanos ou carmelitas assumissem o ensino deixado pelos jesuítas, e que as aulas fossem dadas em seus conventos, o que indica a importância da experiência cultural das populações daquelas capitânias com a presença das ordens religiosas desde o início da ocupação dos territórios, e a confiança que, em geral, depositavam nelas como agentes educativos.

Na capitania de Minas Gerais, essa experiência não aconteceu, e a implantação do ensino régio foi um processo ocorrido a partir de suas próprias bases. A única instituição existente nas Minas antes do início das reformas pombalinas era o Seminário de Mariana, fundado em 1750 e vinculado ao bispado da mesma cidade. Ele chegou a ser usado para o funcionamento de aulas régias, ministradas por professores que eram sacerdotes. Mas a maior parte das aulas régias espalhou-se pela capitania, pelos numerosos núcleos urbanos, vilas e arraiais, e depois dos primeiros anos sendo mantidas pelas rendas das câmaras, passaram a depender, após 1772, da arrecadação do Subsídio Literário.

Em todos os lugares a presença do ensino régio, ainda que variando conforme as circunstâncias, representou o início do processo de escolarização estatal no Brasil e trouxe à cena o professor público, pago com os recursos advindos dos tributos, e incorporado aos quadros de serviço do Estado. Essa posição fazia crescer a visibilidade desses indivíduos na vida cotidiana das localidades onde residiam e ensinavam, o que também implicava em serem fiscalizados e controlados, tanto pelos poderes constituídos quanto por parte da população que tivesse interesse no ensino régio e na presença desses professores. Ao longo das décadas que se seguiram ao início das reformas – incluindo a primeira década após a in-

dependência do Brasil¹⁵⁰ – essa visibilidade tanto resultou na construção de posições de maior distinção social por parte de muitos desses professores, quanto custou a eles problemas, inclusive com a lei. O deslocamento pelo território, buscando muitas vezes apoio em suas “redes”, constituía estratégia de escape, mas nem sempre com sucesso. A mesma mobilidade que lhes permitia se transferirem para outros lugares, também levava as informações que os faziam cair em desgraça.

A atuação da Coroa portuguesa em relação ao gerenciamento do ensino régio se equilibrava entre as pretensões de uniformização e centralização, e a expressiva diversidade de situações com as quais se deparava e que induziam reações adequadas. Os fortes rastros deixados pelos jesuítas no norte, a complexidade das condições das fronteiras a oeste, e o dinamismo da vida social do centro – pensando aqui especialmente nas capitanias do Pará e Maranhão, Goiás e Mato Grosso e Minas Gerais – exigiam da Coroa respostas diferentes, impactando diretamente nas formas de condução do processo de implantação e funcionamento do ensino régio. Mas não anulavam as ações que buscavam manter o controle desse ensino a partir de critérios minimamente unificados. Por isso vemos determinações sendo pensadas como solução para problemas pontuais em localidade específicas, acabarem por se tornar regras gerais, por exemplo, quanto ao controle do trabalho dos professores régios por meio da exigência de declarações das câmaras sobre assiduidade e competência como requisitos para que a Real Fazenda lhes pagasse os ordenados. O resultado parece ter sido satisfatório, ao menos se considerada a generalização dessa prática, em obediência às determinações régias, o que pode ser constatado pela farta sobrevivência desses documentos. Por outro

¹⁵⁰ No Brasil, o ensino régio criado a partir de 1759 sobreviveu com suas estruturas originais até 1834, quando do Ato Adicional à Constituição de 1824 que, ao promover a descentralização da administração da instrução pública, acabou com a cobrança do Subsídio Literário, meio de sustentação financeira daquele ensino.

lado, as diversidades locais ajudaram a criar modos próprios de desenvolvimento da instrução pública, o que terá tido significativa influência quando, após a independência em 1822, o Estado imperial tentava implementar, novamente, uma base centralizada para a organização de um sistema de instrução pública, logo frustrada pela descentralização promovida durante o período regencial (1831-1840). Vemos aí o pêndulo que oscila até os nossos dias, entre uma tradição centralizadora e uniformizadora e a substancial diversidade social e cultural do Brasil.

Bibliografia

- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Editora a Universidade de São Paulo; Saraiva, 1978.
- DOURADO, Nileide Souza. *Práticas Educativas Culturais e Escolarização na capitania de Mato Grosso (1748-1822)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2014.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais (1772-1814)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O transnacional na pesquisa histórica: o que pensam os historiadores? In: LINHALES, Meily Assbú; PUCHTA, Diogo Rodrigues; ROSA, Maria Cristina. (orgs.) *Diálogos transnacionais na história da educação física*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, v. 1, p. 19-32.

6.2. Piauí e Maranhão em conexões: experiências de ensino (séculos XVIII-XIX)

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
(Universidade Federal do Piauí)

Marcelo de Sousa Neto
(Universidade Estadual do Piauí)

Os mecanismos de controle sobre a América portuguesa entrelaçaram interesses políticos e convicções religiosas da metrópole, o que repercutiu num eficiente aparato de restrição do acesso público à instrução escolar. Mesmo regiões periféricas da empresa colonial portuguesa, como as áreas de criatório de animais, não escaparam aos mecanismos de controle promovidos pela Coroa. Em áreas agrícolas e de criatório, a exemplo das terras pertencentes ao antigo Estado do Maranhão e Piauí – instituído por Portugal em 1772 – que tiveram um processo de colonização delineado sob o signo da luta pela terra, as experiências de ensino foram marcadas pela falta de recursos financeiros e pela carência de professores habilitados para exercerem as atividades de ensino, freando, portanto, a efetiva implantação de uma educação escolar. Discutir as experiências de ensino no Estado do Maranhão e Piauí (1772-1811), e de forma atenta à capitania do Piauí, é o objetivo desse texto sobre as iniciativas de implantação do ensino escolar e das limitadas tentativas de institucionalização de uma educação pública.

Durante o período colonial, a instrução na colônia não foi uma preocupação da Coroa portuguesa, atenta à exploração e controle das suas possessões nas Américas, deixando ao encargo da Companhia de Jesus, e outras ordens religiosas, os cuidados com o ensino, ao menos até 1759. Nesse contexto, as limitadas experiências de instrução escolar no Estado do Maranhão e Piauí, sobretudo na capitania do Piauí, justificam-se, por um lado, no desinteresse da Coroa e, por

outro, em ter a sociedade piauiense sido estruturada a partir do criatório e do latifúndio, resultando nos fenômenos como o da rarefação da população, além da reduzida importância atribuída à educação escolar em relação às atividades produtivas e à fixação de colonos. As experiências educacionais que floresceram ligavam-se, sobretudo, ao meio rural e a um saber prático. Nesse sentido, o processo educacional do Estado do Maranhão e Piauí está relacionado às peculiaridades da colonização, que possuía um modelo econômico próprio, baseado na pecuária extensiva, que repercutiu no aspecto retardatário de implantação do sistema oficial de ensino em relação a outras regiões do Brasil e na convivência do sistema oficial com formas alternativas de ensino.

Na segunda metade do século XVIII, assistiu-se ao novo direcionamento da política colonial portuguesa, quando o caráter de litoraneidade dos anos quinhentistas foi atenuado. Portugal buscava, naquele instante, uma maior integração de seus domínios, ao tempo em que combatia as penetrações estrangeiras em suas possessões, o que influenciou na sua organização socioeducacional. Na segunda metade do século XVII, teve início a reocupação do território que compreende o atual Piauí, como passagem de expedições de exploração entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, quando foram organizadas missões militares e religiosas para conhecer e colonizar a área. Assim, os territórios do Piauí e a porção oriental do Maranhão começaram a ser objeto de penetrações de reconhecimento e exploração mais intensas, principalmente por bandeirantes paulistas, apresadores de nativos, e fazendeiros baianos em busca de terras. No início do século XVIII, em 1715, os territórios do atual estado do Piauí haviam sido transferidos administrativamente da capitania da Baía de Todos os Santos para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, como desdobramento das disputas por terras entre sesmeiros e posseiros.

Por meio do alvará de 18 de novembro de 1718, assinado por Dom João V, foram desmembradas as terras do Piauí, mas

o ato real somente foi executado por força de carta régia de Dom José I, datada de 29 de julho de 1758, que elevou o Piauí à condição de capitania administrativamente independente, embora ainda subordinada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1772, o Estado do Grão-Pará e Maranhão sofre uma nova divisão, desmembrando-se em Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí, inseridos no processo das reformas pombalinas.

O ensino escolar, sobretudo após a expulsão dos jesuítas e o início da organização do ensino régio, caracterizou-se por sua condição precária, inconstante e pelo reduzido alcance social, como resultado de uma série de fatores que se interpenetraram, podendo ser destacadas as distâncias entre escolas e estudantes, distâncias físicas e de interesses, a inadequação da estrutura do sistema de ensino em relação à estrutura socioeconômica, a falta de recursos investidos e a carência de pessoal qualificado e interessado no exercício do magistério.

Em meio a esse recorte, assistiu-se aos primeiros esforços para a criação de escolas no Piauí onde, sob jurisdição administrativa e eclesiástica do Maranhão, em 1730 o padre Tomé de Carvalho ofereceu uma fazenda de gado avaliada em doze mil cruzados, como esteio econômico para a criação de um educandário a ser dirigido pelos padres da Companhia de Jesus. No entanto, a iniciativa não prosperou devido às circunstâncias locais, entre as quais a baixa densidade demográfica e o distanciamento entre os núcleos populacionais.

Embora a historiografia da educação brasileira destaque o papel dos jesuítas no ensino entre o século XVI e meados do século XVIII, até sua expulsão dos domínios portugueses, sua atuação foi muito discreta no território piauiense. Nesse período, todavia, houve apenas duas iniciativas educacionais promovidas pelos jesuítas em solo piauiense. Em 1711, os religiosos receberam, em testamento, 39 fazendas de gado no Piauí, doadas por Domingos Afonso Mafrense, que logo se multiplicaram. Somente em 1733 eles passaram a se preocu-

par com a educação na região, conseguindo um alvará de funcionamento de um estabelecimento de ensino denominado *Externato Hospício da Companhia de Jesus*, experiência que não logrou êxito em razão de dificuldades como a pobreza, a dispersão demográfica e os empecilhos de comunicação derivados da distância entre os núcleos populacionais. Das receitas provenientes das fazendas deixadas por Mafrense, os jesuítas mantinham o Colégio da Bahia e um noviciado em Jequitaiá. Todavia, não há registros de maranhenses ou piauienses que tenham sido encaminhados para estas instituições.

Uma segunda iniciativa ocorreu em 1751, quando os padres do Maranhão organizaram o Seminário do Rio Parnaíba. Em três de fevereiro, o padre Gabriel Malagrida recebeu autorização para a construção, que teve como seu primeiro regente o padre Miguel Inácio e depois o padre Francisco Ribeiro. No entanto, as lutas pela posse da terra e pelo domínio das populações indígenas, além de contribuírem para a persistência das dificuldades já apontadas, motivaram a transferência do Seminário para Aldeias Altas, hoje cidade de Caxias (MA), deixando novamente o Piauí sem nenhuma escola. Este educandário para formação religiosa, apesar de sua curta existência, pode ser apontado como o primeiro estabelecimento de ensino no Piauí. Se a fixação dos jesuítas na capitania do Maranhão remonta ao princípio do século XVII, na capitania do Piauí, sua presença ocorre durante a criação de seminários, como o Seminário do Rio Parnaíba fundado em 1730, iniciativa que não logrou êxito, dadas as condições adversas da região.

O ano de 1759 marca a expulsão dos jesuítas dos territórios lusitanos. Essa expulsão integrou as reformas do Estado português promovidas pelo ministro Sebastião de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, simbolizando também uma ruptura do governo português com o pensamento escolástico. Referente à educação, as “reformas pombalinas”, como ficaram conhecidas, tiveram como objetivo primaz na-

cionalizar e secularizar a administração da educação no reino e no ultramar e, principalmente, transformá-la num instrumento efetivamente a serviço do Estado português. Com a expulsão dos jesuítas, destruíra-se todo um sistema colonial de ensino. Logo em seguida, Portugal implanta um modelo escolar pautado em uma concepção iluminista de instrução, diretamente inspirada na obra de Luís António Verney, que propunha reformular a educação escolar conforme os anseios do despotismo esclarecido português.

Com o Estado português assumindo, pela primeira vez, a responsabilidade sobre o ensino, com a *Reforma dos Estudos Menores*, de 1759, a educação no Brasil vivenciou uma grande ruptura em sua estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo, em seu lugar, *aulas* de primeiras letras e *aulas* de humanidades, que eram denominadas, de maneira geral, de *aulas régias*, modelo escolar fragmentado, de aulas isoladas e dispersas, que funcionou até 1834. A instituição das *aulas régias* representou um avanço em sua época por procurar contemplar novos referenciais dentro de uma nova perspectiva, na qual engajaram-se intelectuais comprometidos com o Iluminismo. Entretanto, as *aulas régias* esbarraram nos mesmos limites impostos à cultura política portuguesa, que buscava absorver os princípios iluministas dentro de formas tradicionais de dominação e de exploração. Esse iluminismo católico português influenciou todas as esferas sociais da época, inclusive a educacional.

No plano político, a expulsão dos jesuítas “apressou” a execução do ato que tornava o Piauí capitania juridicamente independente. O governo português, ciente da fortuna e influência dos jesuítas na região, decidiu pela nomeação de um governo forte, que garantiria o controle laico na região. Por Carta Patente de 21 de agosto de 1758, foi nomeado João Pereira Caldas como governador (filho de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, governador da capitania do Maranhão, 1753-1761¹). Após assumir o cargo em 20 de setembro de 1759, seu primeiro ato foi ordenar o sequestro dos bens

e prisão dos inacianos, que foram enviados à Bahia. Após a expulsão dos jesuítas, as atividades educacionais passaram a ser financiadas e administradas pelo governo metropolitano, que pouco se interessou em desenvolver um sistema educacional eficiente, reduzindo a educação colonial a algumas poucas escolas e *aulas régias*.

Em relação às primeiras escolas públicas no Piauí, a historiografia não chega a um consenso sobre o momento da sua implantação, tendo havido efêmeras tentativas. Até o final do século XVIII praticamente não existiram escolas, sendo constantes, entre os séculos XVIII e XIX sua criação e fechamento, algumas mantidas apenas nos decretos oficiais. A primeira referência à escolarização pública no Piauí consta nos escritos do pernambucano Pereira da Costa, ao informar que, por meio de alvará de 3 de maio de 1757, criou-se na Vila da Mocha, posteriormente cidade de Oeiras, duas escolas de instrução primária, sendo uma para meninos, na qual deveriam aprender a doutrina cristã, ler, escrever, e contar; e outra para meninas, que deveriam aprender, além da doutrina cristã, a ler, escrever, contar, coser, fiar e fazer rendas etc. Foram estas as primeiras escolas criadas oficialmente no Piauí.

A partir de então, teria se iniciado no Piauí, mesmo que de forma precária, um modelo de organização escolar caracterizado por cadeiras de instrução isoladas, que predominou nos períodos colonial e imperial. No entanto, sobre o funcionamento destas primeiras escolas, não foram encontrados registros ou referências, o que nos leva a concluir que essas escolas tiveram curta existência, devido à falta de recursos financeiros para sua manutenção, à falta de recursos humanos para o exercício do magistério e aos baixos salários, que não atraíam pessoas qualificadas para o ofício. O quadro deficitário da educação escolar no Piauí do século XVIII pode ser bem ilustrado pela dificuldade enfrentada por seu primeiro governador, João Pereira Caldas que, em 1759, ao não encontrar habitantes capazes de assumir cargos no regimento de

cavalaria, escreveu carta régia, em 29 de julho, ao capitão-mor do Pará e Maranhão, relatando sua decepção frente ao “estado de ignorância” em que vivia a população piauiense, sem nenhuma escola oficial.

A reforma educacional portuguesa, promovida pela *Reforma dos Estudos Menores*, de 1759, não atingiu os resultados esperados. O governo, reconhecendo as dificuldades na implantação da primeira fase, propôs modificações em 1772. Entre essas modificações, destacam-se a *Reforma dos Estudos Maiores*, a criação do Subsídio Literário e o relançamento das *aulas régias*, como uma forma de corrigir e incrementar a oferta escolar. Com essa nova reforma, realizou-se levantamento de necessidades, indicando a carência de 837 mestres e professores para o reino e seus domínios, dos quais 44 seriam para suprir as necessidades do Brasil. Desses, havia a previsão de uma cadeira de *ler, escrever, contar* e uma cadeira de *Latim* para capitania do Maranhão, e nenhuma era prevista para o Piauí.

Além das referências feitas por Pereira da Costa, não se localizou nenhum outro registro de *aulas* públicas no Piauí no século XVIII. A situação de paralisia em relação ao ensino público continuou persistindo em 1797, o que levou a Junta de Governo da capitania a dirigir-se ao soberano, cobrando a criação de uma escola primária em Oeiras, devido à inexistência de escolas em toda a capitania. O apelo feito pela Junta não foi ouvido, como também não o foi outra representação enviada em 06 de agosto de 1805, encaminhada pelo governador interino da capitania, coronel Luís Antônio Sarmento da Maia, que solicitava a criação de uma cadeira de gramática latina em Oeiras. Antes disso, em 1803, já se encontrava requerimento do padre Matias de Lima Taveira, solicitando seu provimento como professor de gramática latina na cidade de Oeiras, pedido que também não foi atendido. Ao discutir a respeito da educação escolar no Piauí, José Martins Pereira de Alencastre destaca ter sido o Piauí a capitania que mais tardou a receber a atenção da Coroa quanto ao funcionamen-

to de *aulas públicas*, predominando o ensino ofertado por particulares.

Não se registrou nenhuma outra representação encaminhada à corte até o ano de 1815, quando novos reclames foram encaminhados e, enfim, o Piauí obteve resposta positiva à sua solicitação. Dessa forma, observa-se que somente após a separação administrativa entre Piauí e Maranhão, foram criadas as primeiras cadeiras de Instrução, por meio do Decreto de 4 de setembro de 1815 que criou três cadeiras de primeiras letras, instaladas na cidade de Oeiras e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior, e por meio do Decreto de 15 de julho de 1818, criando a primeira cadeira de gramática latina, na cidade de Oeiras. Ainda assim, as dificuldades continuaram, frente à carência de professores para ocupá-las.

A dificuldade de provimento das cadeiras de instrução também esteve diretamente relacionada com os ordenados oferecidos aos professores. Os baixos salários e o atraso nos pagamentos contribuíram para o ocaso no preenchimento das vagas disponíveis para professores, uma vez que pessoas habilitadas não se propunham a exercer a função ou eram atraídas para outros ramos do serviço público. Assim, as cadeiras, se providas, em pouco tempo eram abandonadas ou ocupadas por professores pouco qualificados, condição amplamente retratada pela historiografia por todo o Brasil.

A baixa remuneração aos docentes representa apenas um dentre tantos outros problemas enfrentados pela educação por toda a colônia, fazendo parte de uma conjuntura política e econômica, na qual, com um discurso contraditório, os gestores da instrução reconheciam a importância social do trabalho dos professores, mas, por outro lado, isso não correspondia a ações para melhor qualificá-los e remunerá-los.

Não obstante, o ensino com os conteúdos de leitura e escrita, e até de latim, pouco interessava a maioria da população. O ensino, dissociado da realidade, não oferecia atrativos à população. Além disso, a escola era um lugar temido

pelas crianças, assustando ainda pelo uso corrente de castigos físicos.

O interesse dos pais em relação ao ensino, quando existente, era apenas de um conhecimento básico, de leitura, escrita e cálculo, e de um saber prático, que pudesse ser aproveitado na lida diária em uma fazenda, saberes que podiam ser obtidos por meio de um ensino doméstico, em escolas familiares, conduzidas por familiares letrados ou mestres-escolas contratados.

Verifica-se, então, que as experiências de instrução pública no antigo Estado do Maranhão e Piauí resultaram de um modelo inadequado aos interesses da maioria da população, tendo se desenvolvido de modo lento, insuficiente para o atendimento da população e permeada por extinções de escolas, devido à própria organização da produção e do trabalho e ao modo como este vai sendo colonizado. Dessa forma, ao se analisar as experiências educacionais do Estado do Maranhão e Piauí, e mesmo após a separação administrativa entre ambos, deve-se ter o cuidado em não estabelecer uma distinção dicotômica entre o urbano e o rural, posto que o mundo rural exerceu forte influência sobre os espaços e relações sociais neste período.

O caráter ruralista marcou seus quadros sociais, políticos e econômicos, como resultado de sua estrutura produtiva e de suas características demográficas. Nesse sentido, a organização do ensino também resultou do diálogo com o mundo rural, no qual um sistema oficial, de reduzido alcance social e pouco atraente ao cotidiano da população, impulsionou o surgimento de modelos alternativos de instrução sob responsabilidade familiar, que atendiam a vilas, cidades e, sobretudo, as fazendas, espaços em que se concentravam a maior parte da população.

Assim, no Estado do Maranhão e Piauí, e por todo o Brasil, frente à ineficiência das ações públicas, surgiram paralelamente formas alternativas de ensino, a exemplo das “*escolas familiares*” ou “*domésticas*”, modelo que perdurou para

além do período colonial. Nessas escolas, ministravam-se aulas ligadas a um saber formal, mas também ligadas a um saber prático, focado na lida diária da vida no campo, representando uma tentativa de preencher o vazio deixado pelo ensino jesuítico e pelas *aulas régias*, e responder às necessidades locais.

A educação doméstica, bem como outras experiências alternativas de ensino, apesar de informais, foram possíveis graças a uma legislação e fiscalização tolerante com as formas não oficiais de ensino, sobretudo após o decreto das Cortes Constitucionais, de 21 de junho de 1821, que permitia a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras independente de exame ou licença, e inspirou no Brasil leis posteriores, a exemplo da lei de 20 de setembro de 1823, que permitia a todo cidadão abrir escola elementar, sem os trâmites legais de autorização prévia e sem licença e exame do requerente. Assim, possibilitava-se aos egressos dessas escolas o avanço ou conclusão de estudos em escolas e academias oficiais, uma vez que a forma de passagem de um para outro nível do ensino consistia apenas na prestação de exame, não se exigindo a comprovação de conclusão do nível de ensino anterior. Logo, o ensino de primeiras letras e secundário poderiam ser ministrados em qualquer espaço físico, reforçando assim a prática de criação das escolas familiares ou domésticas. Por sua vez, essas escolas apresentavam uma série de conveniências, principalmente para as pessoas que residiam em locais distantes dos centros urbanos.

No entanto, deve ser lembrado que essas escolas não foram um fenômeno exclusivo do Estado do Maranhão e Piauí, uma vez que em outras regiões brasileiras, frente às limitações do ensino público, a população também recorria a formas alternativas para suprir a ausência do poder público. Essas formas alternativas assumiram um espaço de atuação complementar, e muitas vezes, assumiram o papel de substituição à escola pública.

As iniciativas privadas de escolas familiares foram muito relevantes na formação dos grupos dirigentes por toda a colônia, considerando ainda que a ação educadora da família encontrou extensão nos internatos, muitas vezes ligados à ação de religiosos, que podemos exemplificar com o colégio de padre Marcos de Araújo Costa, no Piauí, e o colégio de padre Rolim, na Paraíba.

As demandas reprimidas por escolas e a forte presença de escolas familiares, permitem perceber que a organização de uma estrutura pública de ensino na região limitava-se pela falta de vontade política de governantes em criar um sistema de ensino público conjugado com os modelos socioeconômicos da região, marcando, dessa forma, o trajeto educacional piauiense durante o período que esteve sob controle administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, a partir de 1772, do Estado do Maranhão e Piauí.

Por fim, não pode ser esquecido que a dispersão da população e sua concentração na zona rural, bem como as dificuldades de acesso às escolas – seja pela distância física, seja pela distância de objetivos – atuaram como fatores a serem considerados para o esvaziamento do ensino público mesmo após a autonomia administrativa do Piauí em relação ao Maranhão, influenciando decisivamente nos caminhos percorridos pela educação durante os séculos XVIII e XIX.

Bibliografia

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, vol. I, 1974.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.
- MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1960.
- SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013.

6.3. Famílias e práticas educativas no Centro-Norte do Brasil, na virada do século XVIII para o XIX: um panorama das tendências na literatura a partir das histórias conectadas

Fabício Vinhas Manini Angelo
(Doutor em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais)

Keides Batista Vicente
(Universidade Estadual de Goiás)

Introdução

A partir das histórias conectadas, proposta inicialmente por Sanjay Subrahmanyam e posteriormente por Serge Gruzinski e Eduardo França Paiva, propomos, neste capítulo, realizar uma revisão da produção acadêmica que se dedicou ao tema das *famílias e práticas educativas no centro-norte, do que hoje chamamos de Brasil, entre o século XVIII e início do século XIX*. A ideia é produzir uma síntese das tendências da literatura sobre as questões relacionadas à família e às práticas educativas permitindo apontar as semelhanças, as conexões, os vínculos, os pontos em comuns, os trânsitos, ainda que talvez isso não fosse considerado pela literatura especializada, já que muitas vezes, por sua condição de produção, acaba por verticalizar sua análise sobre recortes espaciais, temáticos e temporais muito recortados, não tendo como, nestes casos, pensar as histórias em suas conexões.

Para operacionalizar a pesquisa, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) a partir dos seguintes descritores separadamente: “famílias e práticas educativas”, “famílias e práticas educativas em Goiás”; “famílias e práticas educativas em Minas Gerais”, “famílias e práticas educativas no Grão-Pará” e “famílias e práticas educativas na Amazônia colonial”. Inicialmente, buscou-se dados

no título e nas palavras-chave, o que gerou um número considerável de informações, sendo necessária uma revisão direta nos documentos e assim realizar uma seleção com base no objetivo do presente capítulo. A partir dos resultados, selecionamos as teses e dissertações que cobriam o período estipulado, ou seja, entre o século XVIII e o início do século XIX. Após a verificação do título, palavras-chaves e resumo foram selecionados 15 documentos que passam a ser analisados no presente texto.

Os 15 trabalhos encontrados referem-se às temáticas, aos referenciais teórico-conceituais e metodológicos múltiplos. Portanto, para tornar a publicação do resultado da pesquisa realizada minimamente organizada, optou-se por organizar o presente capítulo com uma introdução em que apresentamos nossos referenciais teóricos e nossa metodologia de trabalho. Posteriormente, apresentamos duas seções, buscando compreender o tratamento conferido aos descritores *família* e *práticas educativas* na literatura especializada. Desta forma, foi possível agrupar os trabalhos em que a família é um conceito central em uma seção. Já os trabalhos em que o conceito de práticas educativas é mais importante que o de família foram analisados em outra seção. Depois disso, passamos às considerações que permitiram evidenciar as tendências e apontar caminhos de análise relacionados às Histórias comparadas ou conectadas.

Das famílias

A partir de uma perspectiva de conjunto sobre a temática das famílias para o recorte trabalhado percebemos que parece ser uma temática de pesquisa mais frequente em Minas Gerais e Goiás, não tendo a mesma incidência nos trabalhos sobre a Amazônia colonial. Tendo isto em vista a pesquisa sobre família para as duas capitanias entre o século XVIII e início do século XIX tem trabalhado fundamentalmente com as seguintes fontes: documentos cartoriais (principalmente

testamentos e inventários post-mortem), relatos de viajantes (a partir do século XIX), memórias de funcionários da administração metropolitana. Eventualmente os trabalhos partem para análises dos documentos do Arquivo Ultramarino ou do Registro da Provedoria. Por se tratar de fontes relacionadas às famílias, a documentação eclesiástica, administrativa, jurídica, e a literatura memorialística tornam-se importantes para a temática. Além disso, como os trabalhos analisam a concepção de unidade familiar relacionada à unidade de subsistência, as fontes cartográficas e as legislações tornam-se documentos importantes. Portanto, a sobrevivência das famílias está intimamente ligada às oscilações da economia, impactando a organização familiar nas diferentes regiões.

Boa parte dos trabalhos costuma dialogar com historiografias bem consolidadas nos campos da história da família, demografia histórica ou com a história cultural, especialmente quando trabalham com história das mulheres ou das relações de gênero, ou história da criança. Neste sentido, os trabalhos costumam problematizar as relações sociais de mulheres no espaço urbano nas capitânias em evidência. É possível perceber estratégias utilizadas por mulheres, como uniões conjugais, as formas de obtenção de alforria, os negócios como possibilidades de autonomização das mulheres de cor na sociedade colonial. Para este conjunto de trabalhos, *gênero* só pode ser pensado como uma categoria relacional no sentido de compreender as diferenças de educação entre homens e mulheres. Consideram também a grande miscigenação no Brasil no período, dispersando a população mestiça entre os diversos grupos sociais, exercendo uma série de atividades entre as redes urbanas e também criando diferentes arranjos familiares. Ainda dialogando com os estudos de gênero, alguns trabalhos utilizam a análise do discurso para compreender conceitos como família, negócios e patrimônios administrados por mulheres nos séculos XVIII e XIX nestas capitânias, sendo ainda importante problematizar as formações familiares dos moradores a partir de relações e

concubinato com índias, escravas e mulatas. Além de pensar essa família mais próxima do arranjo nuclear, algumas pesquisas buscam compreender as relações familiares e de parentesco ritual como base nas estratégias organizadas pela população escrava e fora, indígena, mineradores e mestiços, demonstrando como os sujeitos lidavam com a migração forçada, o enriquecimento rápido, o matrimônio e os vários tipos de famílias constituídas.

Algumas vezes são analisadas as estratégias e práticas educativas das famílias mais abastadas em relação aos seus órfãos. Para isso, a historiografia em análise busca compreender o que era entendido como educação para o período, através da legislação e do que tem sido mostrado pela historiografia. Para isso, muitas vezes são investigados os indícios das práticas educativas – entendidas como toda relação em que se observa transmissão de saber e transformação de comportamento dos sujeitos envolvidos, de forma concreta – e de estratégias – entendidas como as ações de grupos ou indivíduos em busca dessas práticas. Portanto, educação para o período, para uma parte desta historiografia, não pode ser compreendida apenas como o ato de enviar o aluno/órfão/herdeiros ou seus descendentes em uma escola, pois para o período educação deve ser compreendida como algo mais amplo e que vai desde aprender ofícios domésticos e profissionais a aprender valores a partir da relação entre gerações distintas. Alguns dos estudos aqui analisados preocupam-se com estratégias e práticas educativas de famílias abastadas em relação aos seus órfãos. Isso está relacionado a uma longa tradição historiográfica da História da Educação que é estabelecer que a educação ocorre de fato e por excelência em um ambiente institucional.

No que diz respeito aos referenciais teóricos mais utilizados por essa historiografia, observa-se o diálogo com autores da história cultural, como Roger Chartier, Serge Gruzinski e, especialmente, Pierre Bourdieu, com o intuito de compreender como as famílias se mobilizaram, reservando

tempo, contatos, recursos materiais e toda uma rede de sociabilidades para que diversos de seus herdeiros pudessem estudar ou buscar mecanismos de distinção social por meio da educação. Além disso, autores relacionados à história social inglesa, nomeadamente Edward P. Thompson, aparecem no itinerário teórico deste trabalhos. Percebemos, portanto, que os estudos indicam que as práticas educativas estavam quase sempre relacionadas à inserção dos orfãos/herdeiros/descendentes no mundo da cultura escrita. Além disso, existia uma diferença quanto à educação destinada aos distintos gêneros. No contexto de uma sociedade profundamente mestiçada, os filhos naturais também estavam no horizonte de investimento em educação por parte dos pais que haviam falecido.

Importante também perceber que família, para este período e região, indicava uma organização que ia além do que compreendemos como homogênea e nuclear. De fato, as famílias do período contavam com agregados, escravos, crias da casa, parentes mais próximos, mais distantes, afilhados, amigos e aliados que criavam uma rede de proteção mútua que poderia definir os mais bem-sucedidos na busca ou manutenção da distinção social.

Estes trabalhos de pesquisa parecem romper, ainda que parcialmente, com uma longa tradição da historiografia sobre história da educação no Brasil que sempre esteve mais preocupada com atuação das ordens religiosas (nomeadamente os jesuítas) e do Estado (principalmente durante as reformas pombalinas) para compreender mudanças e ações nas escolas, colégios e professores régios. Portanto, são parte importante de um processo de inovação metodológica e conceitual no campo da historiografia da educação.

Das práticas educativas

Quando as pesquisas focam as práticas educativas que poderiam estar ou não vinculadas às estratégias familiares, outros elementos vêm à tona, por meio das cartas das autoridades representantes da Coroa, como as denúncias registradas no Grão-Pará ao descaso das ordens missionárias em geral e dos jesuítas em particular, com o ensino da língua portuguesa em benefício da manutenção da chamada língua geral. Diante disso e considerando que o uso da língua portuguesa se constituía como elemento fundamental na consolidação da ocupação portuguesa do vale do rio Amazonas, o chamado Diretório dos Índios, já durante o período das reformas pombalinas, fez com que o Estado assumisse a tarefa de promover o ensino das letras humanas nas vilas e povoações da região, a despeito dos enormes obstáculos estruturais e conjunturais que se apresentavam. Portanto, torna-se uma temática importante para a Amazônia colonial a compreensão dos mecanismos de aculturação dos indígenas e sua inserção no mundo “civilizado”. Além disso, torna-se importante para esta historiografia investigar os princípios e as motivações dos diferentes agentes que atuaram no “projeto civilizatório” dos nativos da Amazônia e quais as suas estratégias, métodos e práticas pedagógicas utilizadas pelos diversos agentes desta empresa, bem como os recursos e materiais didáticos utilizados e os resultados alcançados.

Para outras partes do Brasil existem investigações sobre a nomeação oficial pelo reino português de professores régios para arraiais e vilas de Goiás e Minas Gerais, por exemplo. Estas investigações buscam problematizar a relação entre “decadência” da extração do ouro e os interesses do governo português na região, tendo como referência a educação. Em geral, estas pesquisas apresentam a educação como um dos principais suportes do projeto pombalino, e as aulas régias como a materialização das intenções do marquês de Pombal como ministro de Estado.

Um outro tipo de investigação busca discutir as práticas educativas destinadas às mulheres. Neste sentido, as investigações buscam compreender como ocorria a aprendizagem dos ofícios manuais destinados às mulheres e a inserção delas na sociedade mineira colonial, por meio desse aprendizado. Neste período, era muito comum o aprendizado da costura, do bordado e das técnicas para se fazer rendas. Por questões relacionadas à fonte mais comum para esse tipo de pesquisa (as contas de tutelas dos inventários post-mortem), em geral, os estudos focam seu trabalho na educação que era oferecida às órfãs, durante o exercício da tutoria. As investigações permitem perceber as características desse processo de aprendizagem, comum mesmo para órfãs que tinham pais abastados. Normalmente o ensino ocorria na própria casa da órfã tendo como mestra sua mãe ou alguma parente, podendo ainda as meninas serem enviadas às casas de mestras de costura e bordado. Esse aprendizado tinha dois objetivos: proporcionar às mulheres um conhecimento que as ajudasse na preparação para o casamento e oferecer uma formação profissional, que pudesse gerar algum tipo de renda.

Outro caminho percorrido para investigar as práticas educativas passa por analisar os livros de compromisso das associações religiosas leigas – irmandades e ordens terceiras – e sua dimensão pedagógica enquanto mediadoras de um discurso civilizador e moral. Isso ocorria naquele momento pois, para as autoridades civis e religiosas em geral, a vida na colônia afastava os súditos/fiéis das condutas mais adequadas. Daí a atuação das irmandades leigas na regulação da vida familiar nesta capitania.

As pesquisas que se dedicam ao estudo das práticas educativas, em meados do século XIX, incorporam a análise das mensagens de caráter moral e religioso veiculadas pelos periódicos, principalmente aqueles vinculados às diversas denominações religiosas, e destinadas à formação de seus fiéis e da população em geral. Nestes casos, os trabalhos se aproximam de uma história das ideias.

Entre as fontes mais utilizadas pelos trabalhos que focam as práticas educativas estão os documentos cartoriais (em especial inventários *post-mortem*), as memórias de representantes da Coroa, as correspondências trocadas entre as autoridades locais e o Conselho Ultramarino. Quando os trabalhos analisam as práticas educativas e a política indigenista pombalina na capitania de Goiás e na Amazônia colonial, a troca de correspondências entre essas diferentes instâncias torna-se muito importante para a compreensão das concepções que norteavam aquelas práticas. A documentação administrativa é também crucial quando se trata de analisar a implantação da instrução pública nas diversas partes da colônia com a instalação de aulas régias.

Adentrando-se o século XIX torna-se recorrente o uso dos relatos de viajantes europeus e correspondências trocadas entre estes e suas instituições de origem, como é o caso do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire sobre suas passagens por Goiás e Minas Gerais. Já em meados do século XIX, é possível investigar as práticas educativas dos impressos/periódicos editados principalmente por grupos religiosos como *Selecta Catholica* cuja finalidade era educar os costumes da população local e promover a fé católica, lutando contra ideias iluministas, liberais e materialistas acerca do homem e da sociedade. Neste contexto, figuras como Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana de 1844 a 1875, dentro do contexto de reforma dos costumes do clero e da população mineira foram importantes agentes que promoveram a organização do jornal dando condições de sua impressão.

Algumas considerações

Embora ainda permaneçam temáticas consideradas tradicionais no campo da história da educação no período colonial (atuação do Estado e da Igreja, sobretudo), é inegável a revisão e a transformação do campo que passa a se pre-

ocupar mais com outros agentes educativos, como a família, as mulheres, os tutores (parentes ou não), e a focalizar outros espaços educativos, como oficinas e irmandades leigas.

Há um campo potencialmente aberto para abordagens comparadas, percebendo-se as conexões históricas nos processos educativos coloniais mais amplos, como os diferentes modos de implantação das reformas pombalinas, não só entre as capitanias do Brasil, mas entre as diversas partes do império português e ainda as conexões entre os impérios das monarquias ibéricas. Temas como a formação das elites burocráticas imperiais antes e depois da expulsão dos jesuítas e as diferentes atuações deles em diferentes contextos, como na Amazônia colonial ou na porção sul da América. Também abre-se a possibilidade de avançar o estudo sobre o papel educativo dos viajantes europeus no início do século XIX, vistos como passadores/mediadores culturais.

Essa apresentação panorâmica de algumas tendências recentes das pesquisas sobre a educação nos séculos XVIII e XIX, entendida a partir da concepção de práticas educativas e mediadas por diferentes instituições, entre as quais a família, permite perceber as potencialidades de abordagens renovadas nas perspectivas conectadas e comparadas.

Bibliografia

- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EDUSP, 2014.
- PAIVA, Eduardo França. Histórias Comparadas, Histórias Conectadas: Escravidão e mestiçagem no Mundo Ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História-UFMG, 2008.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. (Jul, 1997), p. 735-762.
- XAVIER, Ângela Barreto; et al. ENTREVISTA – Impérios, historiografia, ciências sociais: uma entrevista com Sanjay Subrahmanyam. *Análise Social*, n. 226, p. 189-206, 2018. <<https://doi.org/10.31447/as00032573.2018226.08>>. Entrevistadores: Ângela Barreto Xavier, Ricardo Roque, Nuno Gonçalo Monteiro, Isabel Corrêa da Silva, Michel Cahen, Miguel Dantas da Cruz, Nuno Domingos e Ana Rita Amaral.

6.4. A pedagogia do exemplo como modo de conexão entre sociedades mineradoras da América portuguesa: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso

**Hilton Cesar de Oliveira
(Universidade do Estado de Minas Gerais)**

Culturas educativas: mediando conexões entre regiões mineradoras da América portuguesa

Em tempos coloniais, as formações sociais em que a mineração se apresentou como pauta econômica principal produziu um ritmo próprio na vida quotidiana, devido ao fato de que foram marcadas por uma permanente mobilidade alcançando todos os segmentos da sociedade. O entrelace cultural a que estiveram sujeitos reinóis recém-migrados, paulistas mais ambientados ao modo de vida indígena, colonos de outras regiões da América portuguesa vindos da Bahia, africanos cativos que sequer sabiam falar português, compuseram um caldo cultural peculiar. Isso porque tiveram que se adaptar às necessidades que o novo ambiente lhes impunha, por meio de intensas trocas culturais moldadas pelas necessidades da mineração. O desencadear desse movimento produziu uma *civilização do ouro*, conectando localidades pertencentes aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Nesse sentido, o caminho proposto por esse texto é perseguir traços culturais específicos do tipo educativos, com destaque à pedagogia do exemplo. O destaque será dado às conexões culturais que aproximaram regiões distantes geograficamente, mas que permaneciam conectadas devido a interesses recíprocos na obtenção de mercês junto à Coroa. Essas regalias só poderiam ser obtidas por intermédio de redes de sociabilidade que conectavam as regiões mineradoras à metrópole, e a outras regiões da América portuguesa, ou mesmo a outras áreas do império ultramarino português.

Fundação institucional das Minas: da era dos régulos à revolta de Felipe dos Santos

A promessa do enriquecimento instantâneo seduziu grande quantidade de colonos a escolher por destino as áreas mineradoras da América portuguesa, alguns vieram cativos obrigados a vir em companhia de seus senhores e muitos trazidos por traficantes de escravos para serem vendidos nas Minas. Uma vez por aqui, esses homens e mulheres, livres ou cativos produziram um tipo específico de nomadismo associado à descoberta de minerais preciosos, sobretudo, o ouro. O esgotamento de uma dada lavra deflagrava o início de uma nova migração, associada à notícia da existência de novos achados. Foi esse o motivo da expansão da atividade mineradora para áreas além dos primeiros núcleos exploratório das Minas Gerais (Sabará, Vila Rica, Mariana e São João del-Rei) alcançando áreas que compreendem os atuais estados de Goiás (Vila Boa de Goiás) e Mato Grosso (vila de Cuiabá, Vila Bela). Para se ter uma ideia de como isso acontecia, um documento datado de fevereiro de 1730 traz o relato da situação de abandono em que se encontrava a vila de Sabará, informando que de um total de 400 vizinhos restavam menos de 30 espalhados por diversas lavras na localidade. O esvaziamento da vila ocorreu devido à ida de muitos moradores para os novos achados de Goiás.¹⁵¹

Com isso fica clara a natureza itinerante da população, cuja motivação principal era o desejo do enriquecimento rápido e a volta, o mais breve possível, para o reino, embora poucos conseguissem esse intento. Mesmo aqueles que se tornavam abastados mineradores e comerciantes, não conseguiam retornar por não poderem levar suas filhas, devido à proibição da saída de mulheres das Minas¹⁵². Essa regra tinha

¹⁵¹ Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, 07 de fevereiro de 1730, cx. 30, doc. 36.

¹⁵² A proibição devia-se ao pequeno número de mulheres brancas na região. Alvará de d. João V proibindo a ida de mulheres do Brasil ao

por objetivo impedir o avanço da população mulata, porque eram comuns as uniões entre homens e mulheres negras e mestiças, sem que casamento houvesse. O aumento da população mestiça tirava o sono das autoridades, que se encontravam orientadas por um modelo social baseado na ideia de pureza de sangue, embora a população mestiça o subvertesse o tempo todo, procurando se ajustar ou mesmo flexibilizá-lo.

A mobilidade das populações de áreas mineradoras foi impressa no traçado urbano das primeiras vilas do ouro, de modo particular a natureza provisória de suas edificações. Elas eram erguidas sem qualquer planejamento, em locais inadequados, sujeitas a frequentes inundações, desmoronamentos de encostas e sem preocupações sanitárias. Seu crescimento esteve associado ao sucesso da mineração, assim como a sua degradação esteve associada ao declínio dessa atividade. Elas são o produto de uma população que resiste a se fixar, por estar sempre disposta a sair à primeira notícia do achado de uma nova lavra, a febre do ouro exercendo sobre essa população uma atração irresistível.

Esse primeiro momento da colonização das áreas mineradoras aconteceu de forma caótica, devido ao fato de que os organismos da administração metropolitana não haviam ainda sido estabelecidos, o que começou a ocorrer com a edição do regimento da mineração, estabelecendo a autoridade real na administração, a partir de 1702. Processo semelhante ocorreu em Goiás e Mato Grosso, e as experiências acumuladas em Minas Gerais se mostraram úteis, embora houvesse novos desafios a serem vencidos. Nesse contexto de fundação institucional das Minas Gerais, onde a presença efetiva da Coroa se estabelece por intermédio da constituição dos órgãos da administração metropolitana – ouvidoria, intendência, câmara das vilas, regimentos militares e, um pouco

reino de Portugal, sem licença por ele concedida. Cartas régias, provisões, alvarás e avisos. Secretaria de Estado do Brasil. Lisboa Ocidental, 10 de março de 1732. Arquivo Nacional, BR RJANRIO 86, cód.0.952, v. 27, f. 10-10v.

mais tarde (1745) a criação da diocese de Mariana e das prelaças de Goiás e Mato Grosso – é que se constitui um modo particular de se governar áreas de prevalência da mineração, amparado em uma pedagogia constituída sob medida para um “aprendizado colonial” que a precede, cujo senso de observação e a circulação de informações são imprescindíveis para o entendimento de uma formação social tão singular. Essa pedagogia é expressa nas feições particulares da cultura barroca, em que a iconografia dos santos nos templos religiosos sugere modelos a serem seguidos pelos fiéis de modo geral, ou podem ser mais específicos, como as pinturas da Catedral da Sé de Mariana que representam clérigos santos, para que servissem de exemplo a um clero conhecidamente devasso. Expressões como essa se constituem em uma tendência nas correspondências oficiais trocadas entre agentes metropolitanos aqui estabelecidos, na denúncia da deliberada torpeza diversificada dos vícios entre, até mesmo, os religiosos que deveriam servir de exemplo.

A denúncia da má qualidade dos que colonizaram as regiões mineradoras, homens que em suas terras muitas vezes não passavam de lavradores, forros que ao quererem se comportar como brancos subvertiam a ordem existente, sobretudo, os que herdavam grandes somas de pais abastados lhes permitindo possuir escravos, bens de raiz e o pertencimento a algumas associações religiosas. As queixas contra esses indivíduos aparecem com frequência dentre as correspondências oficiais produzidas com a finalidade de justificar o insucesso de muitas medidas ordenadas pela Coroa. O *Discurso Histórico e Político da Sublevação que nas Minas Houve em 1720*¹⁵³, tem essa função ao associar a rebelião de Felipe dos Santos a uma ação sobrenatural, em que o clima e o relevo de Vila Rica exerceriam uma influência malévola sobre os pro-

153 *Discurso Histórico e Político da Sublevação que nas Minas Houve em 1720*. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

motores dos motins, dotando-os de uma feição demoníaca.

O movimento observado para se reverter tal situação foi o dotar alguns moradores das Minas de algum verniz civilizatório, para que se constituíssem em uma nobreza local, e funcionassem como modelos de referência a serem seguidos pelos demais indivíduos. Essa notabilidade se traduziu pela obtenção de funções públicas como a vereança nas câmaras das vilas, postos militares como sargento mor, capitão-mor, mestre de campo, cavaleiro da Ordem de Cristo, dentre outros. Também algumas distinções de natureza religiosa como as de irmãos professos das ordens terceiras, funções eclesásticas como padres, visitantes, familiares e comissários do Santo Ofício. O exercício dessas e outras funções era servir de exemplo de conduta para as pessoas de condição inferior. O desejo pela distinção converteu homens rudes em “gentis homens” embora muitos não fossem sequer letrados, mas cumpriu uma função destacada, uma vez que a obtenção das insígnias de poder estivera relacionada à observância das regras de conduta impostas, inclusive, no que se referia a limpeza de sangue. A chamada nobreza da terra que se estabelecia deveria servir de exemplo aos demais moradores, principalmente a obediência à vontade do soberano.

Matizes da pedagogia do exemplo

A pedagogia do exemplo esteve no cerne das culturas educativas constituídas na América portuguesa, isso porque por bom exemplo entendia-se os modelos de conduta a serem inspirados pela presença de indivíduos recrutados dentre a “boa” sociedade portuguesa e pela nobreza da terra, que por intermédio do exercício de algumas funções na administração local, acabavam se notabilizando. Em uma escala de valores, o maior dos exemplos era a observância irrestrita com que se deviam portar os emissários da Coroa quanto às normas por ela estabelecidas, tanto em matéria secular quanto espiritual pois, do contrário, estava aberto o prece-

dente para a rebeldia, e a confiabilidade nessas personalidades de referência ficaria abalada. Inspirar-lhes obediência às autoridades da Coroa e da Igreja era a finalidade básica.

Uma outra dimensão que a pedagogia do exemplo poderia tomar, se refere às experiências acumuladas por diversas autoridades, por permanecerem trabalhando em regiões mineradoras por longos períodos, o que acabava lhes dando expertise no trato com as populações. A largueza dos sertões muitas vezes impedia a punição daqueles que se insurgiam contra as autoridades da Coroa e da Igreja, fazendo com que emissários alocados em cargos estratégicos (governadores, ouvidores, visitadores, capitães, dentre outros) se apressassem na elaboração de recomendações que pudessem servir como parâmetros buscando antecipar a resolução de problemas comuns em uma sociedade dessa natureza. Com o passar do tempo, essas formulações se sofisticam tomando a forma de instruções, o que se poderia compreender como uma pedagogia que tinha por destinatários emissários da Coroa recém-chegados e pouco experientes. Nesse sentido, pode-se notar nos procedimentos do ouvidor de Vila Rica, Caetano Costa Matoso¹⁵⁴ essa finalidade, de entender as especificidades dos homens e mulheres das Minas, seu *modus vivendi*, como instrumento de orientação às medidas de contenção dessas mesmas populações.

Crônicas coloniais ou sugestão de modelos de condutas a serem seguidos?

Com isso, uma instrução seja ela formalizada em um texto com esse fim, ou uma ou outra recomendação expressa em um dado documento, que não tenha *per si* essa função, trans-

¹⁵⁴ *CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papeis.* Edição organizada por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Mineiros, 1999. 2 v.

forma a pedagogia do exemplo como modo de se evitar erros passados, ou mesmo anunciar modelos bem-sucedidos, os quais se possam implementar de antemão. Por isso, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso permaneceram conectados fazendo com que os mineradores dos dois últimos também sempre estivessem atentos na busca de isonomia frente à Coroa, porque mineradores de Goiás e Mato Grosso eram antes disso alguém que já havia se ambientado nas Minas Gerais. Com isso fica evidente que do mesmo modo em que as autoridades metropolitanas elegeram as instruções como instrumento pedagógico orientador dos agentes da administração, mineiros das três capitanias também se fiavam em experiências adquiridas para negociar com a Coroa o acesso aos instrumentos que os poderia dignificar, prestando-lhe os melhores serviços. Os rebeldes dos sertões das Minas Gerais ao se civilizarem, acabaram por assimilar o modelo de distinção tão caro, aos que queriam se transformar na nobreza da terra, esse foi, por assim dizer, o efeito colateral da pedagogia das instruções.

A redação de um texto cujo objetivo é instruir o leitor sobre algum item observado, se presta a várias finalidades, mas em sua maior parte esteve associada à explicação das causas que levaram ao colapso da produção do ouro e a indicação de que medidas poderiam ser tomadas para retirar essas áreas da decadência. Retirando-se estas, são poucas aquelas cuja preocupação esteve relacionada à compreensão do funcionamento das sociedades, que nas áreas mineradoras se constituíam. Foi primeiro Antonil que descreveu a natureza caótica na qual iam se constituindo as Minas, não se sabe por quais meios o autor colheu informações sobre o que se passava na região, mas por certo, devido ao grande trânsito de pessoas que da Bahia à Minas iam e vinham é bem provável que tomasse depoimentos desses transeuntes. Nesse sentido, a riqueza e opulência do Brasil por suas drogas e minas adquire a função de uma instrução e ao mesmo tempo uma denúncia, que deveria ser útil àqueles que pudessem reverter muitas condições desfavoráveis às pautas econômicas da América portuguesa.

O Antonil ouvinte nos portos, mercados e igrejas de Salvador compôs um retrato, senão de todo fiel, muito próximo ao que se passava nas Minas Gerais em seus primórdios, mas também condições que foram igualmente sentidas em Mato Grosso e Goiás quando do estabelecimento da mineração: tênue presença da Coroa, conflitos entre grupos pela supremacia na região e os efeitos da febre do ouro. Para Antonil as diversas regiões da América portuguesa estão conectadas, ainda que as atividades econômicas realizadas em cada uma delas dê um cariz particular. Por fim, pode-se entender o texto como uma instrução, porque o autor, ao apontar os erros particulares de cada região, acaba sugerindo um roteiro de como se poderia equacioná-los.

Uma outra dimensão possível de se produzir culturas educativas associadas ao bom exemplo diz respeito à observância dos preceitos da fé, nesse momento entra em ação a Igreja como instituição disciplinadora dos comportamentos considerados desviantes à condição de bom cristão. No que se refere às regiões de mineração, sabidamente, os nascimentos ilegítimos são bem mais frequentes. Até aí trata-se de algo a ser resolvido na esfera eclesiástica, se não fosse o incômodo percebido pelo número de mestiços produzido pela aproximação entre homens brancos e mulheres negras e mulatas. Isso alertou tanto o governador Dom Lourenço de Almeida, sobretudo, a possibilidade de que em pouco tempo haveria muito maior quantidade de mestiços do que brancos.

Buscando entender o que se passava procurou dar remédio a isso sugerindo à Coroa impedir que mulheres brancas fossem aos conventos e ao reino, por ser muito melhor que desposassem homens por aqui. Como se viu, o alvará de 1732 contemplou essa intenção. Tentou, ainda, impedir que os filhos mulatos herdassem de seus pais, recebendo tão somente o seu sustento e o ingresso à aprendizagem de alguma atividade manual. Nisso não logrou êxito, mas uma nova foi proposta pelo Conselho Ultramarino, impedir que pessoas que sabidamente tivesse raízes africanas ou que fossem casa-

das com pessoas dessa condição não pudessem exercer cargos que os notabilizassem. Somaram-se a isso, de forma coordenada, as ações da Igreja com o intuito de o concubinato ser coibido pelas visitas pastorais e as vistas eclesiásticas. O crime mais frequente reprimido passou a ser este então, se endereçando principalmente a indivíduos da nobreza da terra, esses que deveriam dar melhor exemplo aos demais. Já as visitas pastorais assumiam a função catequética em demonstrar o perigo que os fiéis corriam de perder sua alma, vivendo sem o sacramento do matrimônio. A distância das regiões mineradoras, antes pertencentes ao bispado do Rio de Janeiro – o que dificultava sobremaneira uma vigilância mais ostensiva por parte dos bispos – foi resolvida com a criação do bispado de Mariana e das prelazias de Goiás e Mato Grosso. Somou-se, pois, uma ação articulada cujo objetivo era atacar um personagem frequentemente lembrado nas correspondências trocadas entre emissários da Coroa e o Conselho Ultramarino: o mestiço.

No que se refere às instruções preocupadas com o ordenamento social das áreas mineradoras – e aqui se destaca Martinho de Mendonça de Pina e Proença¹⁵⁵ – ao se dirigir aos sertões por ocasião dos motins relacionados à captação. Destaca a condição das pessoas que ali habitavam: clérigos ignorantes, frades apóstatas que viviam de forma licenciosa por não haver quem os incomodasse. Interessa aqui citar esse governante que esteve de forma interina a frente da capitania de Minas Gerais entre 15 de maio de 1735 e 26 de dezembro de 1736, porque ali começa sua experiência em buscar o entendimento do modo como aquelas pessoas se comportavam mediante uma situação em que a autoridade da Coroa não é exercida, com o fim de mais tarde formular instruções que pudessem orientar governadores que chegassem na América portuguesa sem nenhuma experiência.

¹⁵⁵ Esteve nas Minas entre 1736 e 1737, em especial na região dos sertões, com a função de entender como se davam as rebeliões naquela região e o que se devia fazer para impedir que elas acontecessem.

Outro governador ocupou-se também em compreender como funcionava a sociedade que governava. Trata-se de Gomes Freire de Andrade, que buscou conhecer de forma aplicada quais eram as pessoas que estavam à frente dos principais postos de mando da capitania de Minas Gerais. Fez isso de forma pormenorizada, comarca por comarca, vila por vila, quando convocado a liderar o esforço militar contra os castelhanos na região do Prata. Ele tratou de deixar uma extensa instrução de como seu substituto, o seu irmão José Antônio Freire de Andrade, deveria se portar. De modo geral destacam-se: exercitar-se cotidianamente, ouvir missa, ser atencioso na escuta das queixas a ele endereçadas, atender de forma separada os eclesiásticos. Em seguida, instrui nominalmente o irmão, sobre quais eram as pessoas confiáveis e não confiáveis, comarca por comarca e como deveria tratá-las. No final do documento afirma o seguinte: em Minas só não se sabe o que não se fez.¹⁵⁶

As instruções pesquisadas para as capitanias de Goiás e Mato Grosso apresentam novidades em relação às redigidas em Minas Gerais. Elas são apresentadas como formuladas pela própria Coroa. Em sua abertura fica explícito que elas apresentam conhecimentos acumulados a partir de outras experiências, criando por um lado a necessidade de um sistema de instruções para todas as capitanias da América portuguesa, mas “seguindo a atuação e suas circunstâncias de cada uma delas e mais conformes no sistema referido”¹⁵⁷. Esse foi o caso quando foi empossado à capitania de Goiás o governador José Almeida de Vasconcelos, em 1772. Essa medida havia sido instituída por Dom José I, e feita aplicar pelo Marquês de Pombal. O mesmo caso aconteceu quando em Mato Grosso foi empossado Luiz Albuquerque de Melo Pe-

¹⁵⁶ Instrução que deu o senhor conde de Bobadela ao seu irmão José Antônio Freire de Andrade, 7 de fevereiro de 1752. Revista do Arquivo Público Mineiro-RAPM, v. 4, 1989, p. 733.

¹⁵⁷ Instruções enviadas ao governador José Almeida de Vasconcelos, Projeto resgate, cód. 641, doc. 9.

reira e Cajares, também em 1772. Mas o documento parece ser mais completo em relação ao governo de Goiás, ao explicitar que as “instruções são as melhores as que o Marquês de Pombal tem instruído todos os governadores predecessores, por diferentes cartas de ofício que lhe foram dirigidas desde o ano de 1757. E nelas se acham estabelecidos todo o sistema fundamental que hoje forma todo o sistema político, militar e civil de toda a América Portuguesa”.

As questões centrais que indicavam as instruções eram aquelas que também eram muito frequentes na capitania de Minas Gerais: descaminhos do ouro, mau comportamento de clérigos, desvio de autoridades, presença de perturbadores da ordem. Para além disso, há a recomendação de mais docilidade com os indígenas, por serem eles a garantia do povoamento dessas áreas. Ademais, a promoção de casamentos entre brancos e indígenas, sem que isso produza nenhum impedimento do acesso à distinção. Há também a preocupação com clérigos castelhanos, que promoviam desavenças naquela região, problemas típicos de uma área de fronteiras. Esse novo caminho das instruções, permeado pela ilustração pombalina, mostra uma visão de conjunto da América portuguesa, mas sempre considerando as especificidades de cada capitania. Isso mostra um estágio avançado do aprendizado colonial, em que as culturas educativas passaram a convergir em direção à metrópole, porque as instruções acabaram por apreendê-las.

Bibliografia

- ANDREONI, João Antônio (pseudônimo Antonil). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
- MOTT, Luiz. “Modelos de santidade” para um clero devasso a propósito das pinturas do cabido de Mariana, 1760. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, v.9, p. 96-120, 1989.
- SOUZA, Laura de Mello. Notas sobre a pedagogia implícita de governadores coloniais no século XVIII. In: FONSECA, Thais Nivea de Lima e SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. (orgs.) *Cultura e educação na América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p. 35-50.

6.5. “Que os educava, regia e doutrinava” – ações femininas em Minas Gerais e no Maranhão (1770-1830)

**Kelly Lislie Julio
(Universidade Federal de São João del-Rei)**

Em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, circulavam em Portugal e seus domínios algumas concepções que estabeleciam às mulheres papéis ideais específicos: serem esposas, boas mães educadoras e donas de casa. Buscamos compreender o processo de apropriação da função de educadora. Para tal, temos focalizado as práticas educativas dispensadas aos sujeitos menores de vinte e cinco anos de idade, considerando as mulheres que viveram em duas regiões distintas: o termo de Vila Rica, em Minas Gerais, e o termo de São Luís, no Maranhão.

É verdade que as práticas ocorriam, sobretudo, dentro das famílias, muitas vezes partilhadas com outros indivíduos. Aliás, para o período em questão, as famílias eram percebidas como uma importante instituição educativa, devendo contribuir para a organização e desenvolvimento da sociedade, sendo responsáveis pela difusão de certas práticas e posições consideradas mais civilizadas, conforme os moldes europeus. Inclusive, essa concepção estava presente nas duas localidades em tela.

Outro entendimento presente no período era a respeito da concepção de educação. Percebida numa perspectiva mais alargada, ela abrangia um conjunto de ações com vistas a formar o chamado “súdito cristão” (FONSECA, 2014). Assim, compreendia não apenas os direcionamentos de ordem “mais prática”, como as letras ou algum ofício, mas englobava também a formação moral – civil e religiosa. No caso das mulheres, os cuidados diários e as diferentes demandas na criação e sobrevivência também faziam parte do processo de formação das crianças e jovens.

Sobre as estratégias mais “sutis”, temos considerado aquelas ações para a interiorização e o fortalecimento das concepções propagadas pelo Estado e a Igreja. Destacam-se aqui a doação de imagens de santos e oratórios, os encaminhamentos ligados às celebrações religiosas, tais como missas, procissões e, também, os legados em dinheiro e/ou bens para que os menores pudessem tomar estado de casados ou sacerdócio. Sobre esses dois últimos, especificamente, cabe destacarmos ainda a potência que encerravam, já que, a partir deles, era possível o estabelecimento de redes de sociabilidade e a garantia de certa distinção social, não apenas aos menores, mas para todos os membros da família.

Tais práticas se fizeram presentes nas duas localidades. Sobre o sacerdócio, por exemplo, identificamos algumas ações e, inclusive, direcionamentos que abarcavam não apenas os filhos, mas eram estendidas aos sobrinhos e netos. No termo de São Luís, Maria Pereira de Abreu, ao fazer o seu testamento no ano de 1797, declarou que tinha quatro netos, nascidos de seus filhos naturais. Como legado, determinou que os remanescentes de sua terça deveriam ser utilizados para o neto João Antônio se ordenar e, caso isso não ocorresse, era para ser dividida entre os mais netos¹⁵⁸.

No termo de Vila Rica, Genoveva Sutéria dos Reis era mãe e tutora de seus sete filhos, conforme nomeação em testamento e termo assinado no ano de 1822. Segundo os requerimentos feitos por ela e presente no inventário de seu marido, além de cuidar da educação dos outros filhos, fez questão de ceder a sua parte numa propriedade para fazer patrimônio ao filho Pedro, de modo que ele pudesse se ordenar¹⁵⁹.

Referente às ações para dar estado de casado, a documentação revelou que nas duas localidades havia uma pre-

¹⁵⁸ Testamento de Maria Pereira de Abreu. Coordenadoria do Arquivo e Documento s Históricos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão -CADHTJEM, livro 5, f. 21, ano 1797.

¹⁵⁹ Inventário de Geraldo Fernandes Santiago. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Instituto Brasileiro de Museus-AHMINC/IBRAM, 2º Ofício, cód. 21, auto 220, ano 1822

ocupação tanto para as filhas e netas legítimas quanto as demais menores e eram exclusivamente para os menores do sexo feminino. Das ações, destacamos: os dotes; dinheiro ou outro bem para somar ao quinhão; pedidos expressados sobretudo em testamento para que pais, tutores ou testamenteiros tivessem a atenção e se esforçassem para tornar realidade o casamento; e, finalmente, contratos firmados entre os familiares. Neste último caso, isso ocorria, de modo especial, nas famílias com certa condição.

A preta forra Rita de Miranda Portugal, moradora no termo de Vila Rica, era mãe de três filhos naturais e mais uma filha legítima chamada Angélica. Ao fazer seu testamento, fez questão de legar para sua neta legítima, Maria Nazaria, a escrava Francisca “para ajuda de seu dote”. Desse modo, assim como já havia feito com a filha Angélica, ela dotou a sua neta, contribuindo de alguma maneira para a efetivação desse sacramento também para a neta¹⁶⁰.

Joaquina Rosa, natural da Costa da Mina e moradora na cidade de São Luís, deixou como legado em testamento, no ano de 1813, uma quantia de 64\$000 para cada uma das menores Paula e Maria Luiza, filhas de José Antônio. O referido José Antônio havia lhe emprestado dinheiro várias vezes para seu sustento e, por isso, essa determinação era uma gratificação. O dinheiro deveria ser entregue ao pai e na “falta deste a uma pessoa capaz de sã consciência para lhes dar logo que tiverem estados ou em idade suficiente quando por *desgraça* não tiverem estado...”¹⁶¹.

A palavra “desgraça” aqui revela o valor que o casamento tinha para aquela sociedade. Apesar de ter sido uma condição que não se tornou realidade para muitos, por impedimentos dos mais variados, o matrimônio sacramentalizado pela Igreja era desejado. Ele era uma representação da

¹⁶⁰ Inventário de Rita de Miranda Portugal. AHMINC/IBRAM, 1º Offício, cód. 129, auto 1620, ano 1776.

¹⁶¹ Testamento de Joaquina Rosa. CADHTJEM, livro 10, f. 37, ano 1813. Grifo nosso.

aceitação de uma ordem, de modo que as pessoas casadas eram vistas com certo respeito e obedientes aos bons costumes (ALGRANTI, 1997). Nessa perspectiva, as estratégias que buscavam a celebração de casamentos reforçavam essas ideias e estavam alinhadas aos objetivos do processo educativo maior, já mencionado.

As mulheres participavam ainda dos direcionamentos de “ordem mais prática”. Englobavam aqui as estratégias para que os menores tivessem acesso à leitura, escrita ou algum ofício. Temos percebido que as ações femininas visavam a garantia de uma ocupação, mas também a sobrevivência dos menores. Referente às letras, para além de uma profissão, era uma possibilidade de *status*, numa sociedade em que a maioria das pessoas não eram alfabetizadas. Além desses aspectos, esses direcionamentos estavam alinhados às preocupações da sociedade da época, que visava indivíduos úteis.

Podemos indicar como ações femininas, por exemplo: enviar para mestres particulares; solicitar dinheiro emprestado para enviar o menor para a escolas/universidades; comprar livros e objetos de escrita e legar em testamento a aprendizagem de ofícios. Além das ações para os direcionamentos, constam na documentação informações de práticas educativas em curso, sobretudo nas prestações de conta de tutoria e relatos nos testamentos.

Partindo das ações para a aprendizagem de algum ofício, percebemos que elas estavam presentes nas duas regiões, havendo diferença no tipo de ofício, conforme a localidade ou o sexo do menor. Para as meninas, os ofícios eram aqueles mais ligados às atividades domésticas, como coser, bordar, pintar, costurar, cozinhar. O interesse na aprendizagem dessas ocupações se divergia conforme as condições da família, aspecto já apontado por Oliveira (2008). No caso daquelas meninas oriundas de famílias com menores posses, a aprendizagem desses ofícios estava alinhada à intenção de dar uma ocupação lícita no futuro, além do cuidado com o

lar. Já para as meninas de famílias mais abastadas, os ofícios era um diferencial, sendo uma possibilidade de caridade, a ocupação em atividade apropriada ao sexo e uma melhor administração do seu lar.

No termo de Vila Rica, Romana Maria da Conceição, parida forra, foi nomeada pelo marido para ser tutora de seus filhos. Como consta em uma das contas de tutela, apresentada em 1790, as gêmeas menores, Ana e Maria, estavam aprendendo a costurar¹⁶². Em 1804, quando entraram com um processo de emancipação, as duas meninas, com vinte e três anos de idade, informaram que ainda viviam com a mãe “sem escândalo algum”, informação reforçada pelas testemunhas. O ofício aprendido, próprio do sexo feminino, era uma forma de ajudar na renda familiar, se necessário. E, caso estivessem exercendo a função, certamente não feriu a avaliação feita pelos outros, já que mencionaram que as duas menores viviam “com aquela decência e honra possível”¹⁶³.

Maria Tereza de Jesus Ferreira, por sua vez, vivendo no termo de São Luís, declarou em testamento que havia dado à sua filha dona Maria Rosa um escravo “muito criança” chamado Luís. Segundo a testadora, sua filha estava tendo “o trabalho de o criar”, inclusive mandando-o ensinar o ofício de ferreiro. Tal fato, ainda que fosse uma forma de investimento, já que o escravo seria mais valorizado, não deixa de representar também um esforço para dar um direcionamento educativo, reproduzindo certo ordenamento social¹⁶⁴.

Quanto à aprendizagem da leitura e escrita, é mais comum na documentação analisada identificarmos ações voltadas para a aprendizagem sobretudo por parte dos meninos, apesar de não haver proibição para as menores do sexo feminino. Isso se dava especialmente porque, no caso

¹⁶² Inventário de Antônio da Costa Lopes. AHMINC/IBRAM, 2º Ofício, cód. 59, auto 669, 1781, f./s.

¹⁶³ Processo de emancipação de Ana e Maria. AHMINC/IBRAM, 1º Ofício, cód. 441, auto 9207, ano 1804, f. 05.

¹⁶⁴ Testamento de Maria Tereza de Jesus Ferreira. CADHTJEM, livro 9, f. 36, ano 1811.

das meninas, a aprendizagem ocorria comumente dentro de casa, com as avós, tias, mães ou irmãs mais velhas. Todavia, é possível encontrarmos vestígios de aprendizagem dessa natureza, seja com assinaturas, alguma carta de próprio punho ou mesmo uma declaração, comumente nos testamentos, de que sabiam ao menos a leitura. Já os meninos, é comum informações de gastos com esse tipo de direcionamento, inclusive nomes dos mestres, gastos com material de escrita e leitura. As informações poderiam ser desde o envio inicial, para mestres de primeiras letras, ou a menção a um processo já iniciado.

No termo de São Luís, por exemplo, Ana Joaquina dos Reis e Aragão declarou que, antes de se casar, havia tido dois filhos de Inácio Raimundo Viana, quando o mesmo ainda não havia se tornado padre. Conforme sua declaração, Raimundo que, estava com quinze anos de idade, estava aprendendo gramática latina e José a governar a fazenda¹⁶⁵.

Havia casos ainda em que as mulheres buscavam direcionar uma educação mista. Fonseca (2014) já tinha ressaltado tal aspecto, inclusive entre as famílias mais abastadas. Conforme a autora, esse aprendizado conciliando práticas distintas não feria a legislação vigente e, no caso das famílias com patrimônio considerável, era uma forma de garantir o conhecimento e manutenção das atividades da família, visando a conservação das condições socioeconômicas. Para as famílias com patrimônios menores, o acesso às letras era uma forma de garantir certa destreza com as atividades do cotidiano que demandavam o contato com a escrita e a leitura, além de uma forma de distinção numa sociedade que majoritariamente era analfabeta.

A respeito do acesso às letras por parte das meninas, como já apontado, não havia nenhuma proibição. Entretanto, na documentação que temos trabalhado, identificamos que essa aprendizagem ocorria sempre conciliada com o acesso

¹⁶⁵ Inventário de Ana Joaquina dos Reis e Aragão. CADHTJEM, cx. 2c, 1803.

à algum ofício “próprio do sexo feminino”. No inventário de Caetana Maria dos Santos, por exemplo, moradora do termo de Vila Rica, consta um requerimento de Manoel da Costa Pacheco, representando sua mulher Domingas Guedes de Jesus. Conforme Manoel, antes de falecer, Caetana tinha enviado sua Ana dos Santos para aprender a coser e também a leitura com a sua esposa, serviços que ainda não tinham sido pagos¹⁶⁶. Segundo as informações, Ana dos Santos teve acesso apenas à leitura. Tal fato era bastante comum no período, tendo em vista que a aprendizagem da leitura e a escrita ocorria em momentos distintos e sucessivos.

A análise da documentação tem evidenciado que aquela concepção de educação indicada acima estava presente nas duas localidades. Inclusive, temos percebido que muitos dos direcionamentos educativos eram semelhantes. Entretanto, existiam ações que eram específicas de cada região. Tal fato poderia estar relacionado às atividades econômicas desenvolvidas ou em decorrência da possibilidade de oferta, como alguns espaços especializados.

Citemos aqui, por exemplo, a mineração. Atividade comum no termo de Vila Rica, considerando as duas localidades em tela, identificamos na documentação a doação de ferramentas, terras e outras ações femininas visando a aprendizagem desse ofício. Teresa Ribeiro de Miranda, tutora dos três filhos, mencionou em um requerimento presente no inventário que o escravo Manoel estava servindo de “mestre de ofício de minerar” para os dois filhos do sexo masculino. Em decorrência disso, solicitava ao juiz dos órfãos que o mesmo não fosse colocado em praça para ser vendido junto com os demais bens, como determinado pela lei¹⁶⁷. Como vemos, ainda que tenha sido uma preocupação com a possível perda de mão de obra, não podemos deixar de considerar também

¹⁶⁶ Inventário de Caetana Maria dos Santos. AHMINC/IBRAM, 2º Ofício, cód. 08, auto 85, ano 1787.

¹⁶⁷ Inventário de Manoel Pereira Campos. AHMINC/IBRAM, 2º Ofício, cód. 47, auto 527, ano 1804.

como uma ação que visava o ensino de um ofício aos filhos e, consequentemente, um possível meio de sobrevivência.

Já sobre os espaços especializados, sabemos que na cidade de São Luís havia o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, existente desde 1752¹⁶⁸. Essa instituição, apesar de ser um espaço em que recebia também mulheres casadas e viúvas, era um local educativo para órfãs e outras menores. Dona Inês da Silva Franco, inventariante e tia da menor Ana Joaquina, em comum acordo com o tutor, decidiu colocar a órfã no Recolhimento “para ali ser educada”. Além da órfã, duas escravas também foram levadas para servi-la¹⁶⁹. Neste caso, Ana Joaquina manteria elementos de distinção socioeconômica enquanto estava recolhida.

A partir dos dados apresentados até aqui percebemos que havia, sim, muitos pontos de aproximação entre as duas localidades, mas, claro, elementos que eram particulares de cada região. Nesta breve exposição, buscamos evidenciar esse ponto na perspectiva de mostrar que circulavam em diferentes regiões do lado cá do Atlântico concepções e estratégias semelhantes para a tarefa de educar.

Importante ressaltar que aspectos como o pertencimento étnico e socioeconômico ainda merece maior atenção, de modo que seja possível estabelecermos com maior clareza as conexões e distanciamentos entre as duas localidades. De qualquer modo, os documentos trabalhados até aqui têm demonstrado que, independentemente do grupo étnico, social

¹⁶⁸ Em Minas Gerais, os dois recolhimentos existentes – Vale de Lágrimas e Macaúbas – se encontravam em outras regiões, o que poderia dificultar o direcionamento educativo das meninas para essas localidades, mesmo para aquelas pertencentes às famílias mais abastadas. A Casa de Oração do Vale de Lágrimas estava localizada inicialmente próxima à vila de Minas Novas e depois no arraial de Santa Cruz da Chapada, comarca de Serro Frio. Sobre esse recolhimento ver: LAGE (2014). O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas estava localizado na comarca do Rio das Velhas, situado na freguesia de Santa Luzia. Sobre esse recolhimento ver: ALGRANTI (1993).

¹⁶⁹ Inventário de Ana Flora Maria Conceição. CADHTJEM. Auto 584, Ano 1829.

e econômico, as mulheres buscaram criar estratégias para garantir a educação e sobrevivência dos menores, ainda que dentro de suas condições e possibilidades. Nessa perspectiva, acreditamos que os esforços de alguns pensadores do período, além da Igreja e do Estado convocando outras instituições e sujeitos para a tarefa de educar estava funcionando.

Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil (1750-1822)*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 60, p. 15-38, jan./jun. 2014. (Ed. da UFPR).
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Vale de Lágrimas: mulheres recolhidas no sertão de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa – PR, n. 19(2), p. 312-326, 2014. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rhr>.
- OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

CAPÍTULO 7

Experiências escravistas

Josenildo de Jesus Pereira
(coordenador)

7.1. As conexões entre o Maranhão e o Pará, no norte do Brasil: gênese, dinâmica e resultados de experiências escravistas nos séculos XVIII e XIX

Josenildo de Jesus Pereira
(Universidade Federal do Maranhão)

J. F. Monteiro & C. estão autorizados a comprar para o serviço de um negociante solteiro no Pará, uma mulata de 20 a 25 anos e que saiba cozinhar alguma coisa. Garante-se bom tratamento e paga-se bem; à tratar com os anunciantes à rua Gonçalves Dias, n. 2, ou na da Paz, n. 51. Jornal Publicador Maranhense. São Luís, 9 de dezembro de 1868.

As chamadas “grandes navegações oceânicas” europeias iniciadas no século XV, entre outras consequências, geraram a ocupação para uns e invasão para outros de territórios localizados a oeste desse continente, com destaque para o pioneirismo das Monarquias ibéricas, isto é,

Portugal e Espanha, sobretudo nos tempos do “domínio espanhol” (1580-1640) sem, contudo, evitarem a incursão de holandeses, franceses e ingleses sobre eles gerando uma tensa conjuntura internacional de guerras de conquistas e de reconquistas até o século XVII.

Em vista disso, a Coroa portuguesa por meio de atos militares, políticos e administrativos procurou viabilizar o processo de ocupação, administração e fomento da política colonial do considerado seu território no ultramar, ou seja, a denominada, por Portugal, como a “América portuguesa”; rótulo, inclusive, sancionado por parte de historiadores que se ocupam deste tema. Compreende-se que não é demais apresentar, aqui, os marcos temporais deste procedimento. Em 1534, esse território foi dividido em capitanias hereditárias. Mas, devido ao seu insucesso como modo de gestão descentralizado, em 1548, foi criado o sistema de Governo Geral para centralizar o referido processo. No entanto, esta ação não logrou o êxito esperado. Por isso, em 1572, uma nova medida administrativa foi tomada dividindo o território em dois governos gerais – o do Norte e o do Sul.

O governo do Norte, com sede em Salvador, era constituído pelo território que ia da capitania da Baía de Todos os Santos à capitania do Maranhão. O Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro, era constituído pelo território definido a partir da capitania de Ilhéus até ao sul da colônia. Mas, devido às contínuas invasões de franceses e holandeses movidos, também, pela cobiça colonial, mais uma vez se fez necessário novas intervenções administrativas. Assim, em 1621, foram criadas duas unidades administrativas autônomas – o Estado do Maranhão, no norte, e o Estado do Brasil, no sul. O primeiro era composto pelas capitanias do Grão-Pará, Maranhão e do Ceará, com a capital na cidade de São Luís, no Maranhão. O segundo era constituído pelas demais capitanias, com a sede em Salvador.

Em 1755, o Estado do Maranhão e do Grão passou a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão, cuja capital era a cida-

de de Belém. Este Estado, também, em 1772, foi dividido em duas unidades administrativas – o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém, e o Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís. Importa sublinhar que estas mudanças político-administrativas acerca da gestão portuguesa de seu território, no ultramar, refletiam a conjuntura internacional da geopolítica da época e, sobretudo, dos eventuais benefícios da lógica da cultura econômica levado a cabo pelos colonizadores europeus, ou seja, as Coroas ibéricas, mas, também, a inglesa, francesa e a elite mercantil holandesa.

A respeito deste último tópico, ou seja, a economia colonial, vale salientar que o sentido das atividades econômicas desenvolvidas e/ou perspectivadas, neste território, esteve orientado pela lógica da nova cultura econômica – a economia de mercado – em formação no ocidente europeu que a tudo transformava em mercadoria, inclusive o próprio ser humano, cujo valor era definido pela demanda e a oferta. Por isso, a base econômica da ocupação portuguesa e de outros esteve assentada na agricultura mercantil de exportação e no extrativismo mineral (ouro e prata) e ou vegetal (drogas do sertão) sustentados pelo trabalho escravo de povos nativos e de povos oriundos do continente africano.

No Brasil e alhures, o trabalho escravo e, por extensão, a instituição que dele emergiu, isto é, a escravidão, bem como outros temas, tem sido investigados segundo a teoria e metodologia decorrente do diálogo de historiadores com as correntes das filosofias da História produzidas em contextos e tempos históricos que lhe ensejaram a emergência. Por isso, no século XIX, nos referimos à história positivista e à concepção materialista da história; no século XX à Escola dos Annales que se desdobrou na Nova História com as suas ramificações com destaque para os campos da História Social e Cultural, e a proposição de “novos temas”, “novas abordagens” e “novos problemas” de pesquisa.

No processo de maturação destas novas proposições teórico-metodológicas vale salientar a crítica à historiogra-

fia positivista urdida no contexto do colonialismo moderno e fundamentada no pensamento abissal, porque colocava a Europa Ocidental como centro irradiador da história, no seu duplo sentido, ou seja, no plano do vivido e do narrado. Em outras palavras, o cantado e decantado eurocentrismo.

A materialidade dessa crítica se apresenta sob a forma de outras perspectivas com destaque para a historicidade das sociedades humanas a ser investigada nos termos da História Conectada; da História Atlântica; do “pensamento mestiço”; dos Estudos Pós-Coloniais para uns e para outros Estudos Decoloniais. Na prática historiográfica destas proposições o que se tem, de fato, é o desafio de se “deslocar” a Europa. Uma tarefa que alguns historiadores, de diversas partes do mundo, vem se propondo fazer.

Ao se considerar que as chamadas “grandes navegações oceânicas” europeias, do século XV em diante, pelo Oceano Atlântico e o Oceano Índico promoveram o encontro, mas, não menos, o confronto entre sujeitos constituintes de diferentes sociedades e culturas dos territórios do Ocidente europeu, do continente africano, das chamadas Américas, e do continente asiático, é coerente se compreender que a historicidade daí decorrente não pode mais ser pensada nos termos do eurocentrismo porque se trata de resultados que se inserem na perspectiva das Histórias Conectadas, quer dizer, do encontro entre mundos criando novos mundos a despeito de violências físicas e simbólicas documentadas nas memórias que lhes retém a historicidade.

Nesta coletânea, que tem como recorte o território Centro-Norte do Brasil, sob a forma de uma análise ensaística, se quer apresentar a agenda de uma escrita a partir da perspectiva deste campo que vem se afirmando nas últimas décadas considerando os processos de conexão entre pessoas, grupos e instituições com as suas especificidades, tecendo uma experiência histórica que não cabe mais nos termos propostos pela historiografia colonial, isto é, o eurocentrismo com as suas heranças. Para tanto, se busca apoio na historiografia

dos temas colonialismo, cidades e a escravidão moderna, e em memórias de viajantes europeus que visitaram este território para apontar outras possibilidades de reconfiguração das experiências escravistas quanto a sua gênese, dinâmica e os seus resultados nuançando os seus sujeitos envolvidos por se tratar de um exemplo de síntese porque resultou de um amplo, complexo e denso processo no qual, povos nativos da Amazonia, africanos e europeus foram os seus protagonistas fundamentais.

Não é demais destacar que o norte do Brasil faz parte do território da Amazônia, no qual, ainda hoje, se verifica uma rica diversidade ecológica e a existência de remanescentes de inúmeros povos, com as suas culturas específicas, que nele habitavam quando, por volta do século XV em diante, começaram a chegar aqui povos vindos do ocidente europeu, tais como os ibéricos, britânicos, franceses e holandeses; mas, também, do continente africano falantes de línguas Yorubas e Bantus, tais como os Haussas, Mandingas, Quimbundos e tantos outros na condição de escravizados em decorrência da articulação entre as modernidades do ocidente europeu e das verificadas no interior do continente africano desde o século XII.

A modernidade europeia diz respeito a configuração de uma nova cultura econômica que a tudo transformou em mercadoria, ou seja, os recursos humanos e os dos mundos mineral, vegetal e animal, impulsionando a industrialização e a urbanização como parte de seus efeitos estéticos quanto ao modo de produzir bens, tal como indicam os prédios e as chaminés das fábricas e, por extensão, a diferença entre os estilos de casas dos industriais e dos operários demonstrando as suas contradições. Compreende-se que o conceito capitalismo é útil, em termos analíticos, para qualificá-la.

Em relação à modernidade africana, vale ressaltar os efeitos do comércio de longa distância, no âmbito interno, na região situada logo abaixo do deserto do Saara, ou seja, a chamada África sub-saariana promovendo a formação de es-

truturas políticas sólidas, as quais foram lidas por europeus sob a forma de reinos e impérios, tais como o “império do Mali”, “reino de Gana”, “reino do Congo”, “reino do Daomé” e tantos outros. Estas inovações, bem como os contatos com as culturas relativas ao trabalho de europeus e árabes, alteraram a concepção e dinâmica da economia-política de formações sociais africanas assentadas nas famílias de linhagens, eixo da definição de quem estava ou não incluído nas mesmas ensejando a configuração de relações sociais de trabalho baseadas na escravização de indivíduos. Afinal, é necessário sublinhar que nem todos os africanos foram transformados em escravos.

Nesta perspectiva, vale salientar que a escravidão moderna decorre de uma escala internacional a partir dos contatos constituídos entre sujeitos do ocidente europeu, do continente africano e árabes desdobrados nas economias de “feitoria” e de “pilhagem” que deram suporte ao comércio internacional de escravizados para as Américas, território onde foi instituída a economia colonial baseada na agricultura monocultora e mercantil de exportação e no extrativismo mineral e vegetal sustentadas pelo trabalho escravo – de povos locais, os chamados indígenas, e de oriundos de diversas e diferentes localidades do continente africano.

Na esteira deste processo de contatos, outros foram sendo feitos tais como os verificados entre a população de navios exportadores dos escravizados e, depois, entre as regiões onde foram instalados os engenhos e fazendas dos mundos coloniais.

O foco deste ensaio são as experiências escravista no Maranhão e no Pará sob a perspectivas da História Conectada. Assim sendo, vale lembrar que se trata de territórios urdidos por diferentes protagonistas, como fios tecendo as redes econômicas, sociais, políticas e culturais criadas pelo colonialismo moderno articulado por diferentes escalas de conexões. Uma vez definido e consolidado o trabalho escravo de diferentes povos do continente africano, considera-se

importante ressaltar a sua dimensão internacional porque envolvia comerciantes e/ou traficantes europeus e autoridades políticas africanas; a dinâmica da diáspora pelo Oceano Atlântico e, por conseguinte, as múltiplas vivências no cotidiano de fazendas e engenhos dispersos nos vales de rios do Maranhão e do Pará; bem como, em núcleos urbanos como São Luís e Belém com os seus arrabaldes.

Nas fazendas e engenhos, os africanos, como trabalhadores escravizados eram os “escravos do eito” submetidos a longas horas de trabalho na faina da “roça do toco”, ou seja, a derrubada da mata por meio da foice e do machado e a sua subsequente queimada, limpeza e plantio de cana-de-açúcar, de algodão, arroz e cacau. As suas precárias condições de alimentação e moradia ensejaram fugas, insurreições e a formação de quilombos por parte de alguns. Nas capitais Belém e São Luís, o trabalho escravo também era central, embora diferenciado em relação às áreas da agricultura monocultora e mercantil de exportação. Nestas, sob a forma de trabalhadores de “ganho” ou de “aluguel”, os escravos escreviam a sua historicidade a despeito da vontade e gosto de seus proprietários e autoridades públicas.

Nesse contexto, no território amazônico (no qual foram constituídas as capitanias, os estados como já sublinhados e depois, no século XIX, as províncias com destaque para as do Pará e o Maranhão, cujas capitais, com as suas freguesias, eram Belém e São Luís), verificam-se conexões em diferentes escalas – internacional, regional e local – entre os diversos sujeitos sociais que lhes conferiam materialidade.

Em termos internacionais, a conexão se processava entre as localidades deste território e os mercados europeus e a África, envolvendo comerciantes, traficantes, compradores e vendedores de escravos, mas, sobretudo, os escravos pelo menos até o fim definitivo do comércio internacional de escravos em 1850; mas, também, de manufaturas, equipamentos e ferramentas necessários à dinâmica da economia colonial.

Em termos regionais, a conexão se fazia, também, pela vinda de escravos da Bahia, de carnes de Goiás para a região Norte, onde se localizavam as capitanias do Maranhão e do Pará, as quais, a partir da década de 1820 foram tornadas províncias; mas, também, de fugas de escravos do Pará para o Maranhão, e vice-versa, tal como sugerem os diversos anúncios de jornais destas duas províncias. Nesse contexto, vale ainda destacar a importância da pecuária do sertão maranhense para São Luís e Belém, assim como, também, a circulação de bíblias e crucifixos dos agentes das diferentes ordens religiosas cristãs católicas, com destaque para os jesuítas empenhados no que consideravam ação missionária para a evangelização e defesa de povos nativos, muito embora, a perspectiva fosse outra bem diferente.

Em termos locais, as conexões se processavam por meio de contatos entre os escravizados e escravizadas, e, também, entre estes e os livres, em diferentes circunstâncias e conjunturas, tal como no século XIX. Os jornais destas localidades nos permitem perceber por meio da publicação, a pedido, dos anúncios de fugas longas, curtas de escravos e escravas de diferentes idades, dos núcleos urbanos de Belém e São Luís para as suas periferias animados pela prática do açoitamento, a qual, se compreende como nuance de acordos entre as partes envolvidas porque não se tratava, apenas, de uma contribuição para a sobrevivências daqueles, pois auferir algum benefício de suas força de trabalho, sem um investimento inicial, como a compra, tinha as suas vantagens.

As pistas, vestígios e sinais contidos na memória documental relativas à historicidade deste território sugerem o protagonismo europeu neste processo. Mas outras ferramentas teóricas e metodológicas apontam para diferentes interpretações dessa historicidade densa, complexa, que não se deixa ler pelos cânones da cultura colonial que emerge desse processo, “explicando-o” na perspectiva dos colonizadores europeus. Afinal, é comum ler-se na historiografia brasileira títulos de obras como “América portuque-

sa”; “escravidão indígena”; “escravidão negra”; “escravidão africana”.

Como já salientado, a gênese e a dinâmica de modernização da historicidade desta parte norte se devem à efetiva inserção deste território, a despeito de descontinuidades verificadas, a partir do século XVII, no projeto colonial português assentado, sobretudo, no comércio importador e exportador; e na agricultura mercantil de exportação baseada no monocultura de artigos primários sustentada pelo trabalho escravo, porque a lógica da economia colonial era gerar sempre a acumulação de capitais para os protagonistas da mesma, ou seja, o Estado colonizador, neste caso, Portugal e os comerciantes do setor importador e exportador, e os grandes proprietários de terras e de escravos e de escravas. Nesse sentido, não é demais salientar que estes últimos eram, a um só tempo, mercadoria e trabalho vivo.

Em relação ao trabalho escravo viabilizado, sobretudo, pelo comércio internacional para a região Norte, importa destacar a centralidade da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755 por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, como ministro do rei Dom José I. A partir daí, a política colonial portuguesa passou a ter um novo dinamismo conforme os seus objetivos fundamentais sintetizados na lógica de que a colônia devia atender às demandas financeiras da metrópole mediadas pelo protagonismo de comerciantes e de fazendeiros no contexto da economia colonial.

Em termos de resultados, considera-se necessário sublinhar que o trabalho escravo e, por conseguinte, a instituição que dele emergiu, isto é, a escravidão, gerou uma formação social escravista que se prolongou até a década de 1880, quando, em 1888, as reformas graduais do mundo do trabalho lhe determinaram o fim legal por meio da lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, chamada, eufemisticamente, de Lei Áurea.

A imprensa das províncias do Pará e do Maranhão, no século XIX, documentaram de modo excepcional a mobiliza-

ção escrava relativa a aspectos de sua vida cotidiana traduzidas nos modos de apropriação do território das cidades indicando a geografia por eles definidas quanto às suas conexões urbanas, bem como as reações às mesmas. Mas, também, em relação aos escravos rurais publicando anúncios de fugas; de movimentos considerados insurretos e rebeldes por autoridades públicas, jornalistas e proprietários. Do mesmo modo, os documentos públicos como as posturas municipais no que se refere ao controle do uso da cidade.

Os territórios do Pará e do Maranhão eram conectados por uma malha hidroviária constituídas por diferentes rios, tais como o Guamá (Pará) e o Itapecuru (Maranhão), no seu interior, e por um amplo litoral banhado pelo Oceano Atlântico que viabilizava as conexões de escravos entre si os demais sujeitos sociais destas sociedades escravistas. Nesta perspectiva, a análise mais verticalizadas de memórias destas relações pode nos permitir dimensionar as escalas destas conexões a partir dos indícios já apontados na imprensa destas províncias, adentrando na análise da documentação policial, como ofícios trocados entre autoridades públicas; inquéritos e processos crimes; bem como na documentação de cartórios e paroquiais para trazer à tona as conexões sociais desenvolvidas por escravizados e escravizadas no contexto das experiências escravistas no Pará e Maranhão, quanto a sua gênese, dinâmica e resultados. Nesta perspectiva, ainda importa sublinhar as memórias deixadas por viajantes europeus que por estes territórios passaram porque nos legam as suas leituras relativas às experiências escravistas envolvendo a estrutura social, a cultura política colonial caracterizada pela íntima relação entre os poderes público e privado; e da vida material e simbólicas das classes que viviam do trabalho escravo e, não menos, também, das condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras escravizados com as suas táticas e estratégias de sobrevivência.

Enfim, este é o desafio!

Bibliografia

- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém-Pará: Editora Açaí, 2010.
- DIAS, Manoel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Volumes I e II. Coleção Amazônia, Serie José Veríssimo. Universidade Federal do Pará, 1970.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Tradução de Regina A. R. F. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pom-balina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Três Tomos. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- NETO, Jose Maia Bezerra Neto. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará — 1840/1860. *TOPOI*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 73-112.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime de escravidão*. 1ª ed. Coleção Amazônia, Serie José Veríssimo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Varga/Universidade Federal do Pará, 1971.

7.2. A escravidão pelo olhar do viajante: negros livres e escravizados no diário de Hércules Florence (1825-1829)

**Bruno Pinheiro Rodrigues
(Universidade Federal de Mato Grosso)**

Se os estudos sobre a escravidão no Brasil não são os que mais avançaram nas últimas décadas, certamente estão entre os temas mais importantes e refletidos. Razões não faltam, pois, no mesmo período, houve o centenário da abolição da escravatura no país, acompanhado com numerosos debates sobre as heranças da escravidão e racismo estrutural, a promulgação da nova Constituição Federal, a LDB, e a instituição da lei 10.639/2003 – que determinou a inserção da história e cultura da África e afro-brasileira no sistema educacional –, seguida de políticas públicas. Esse conjunto de fatores, sem dúvidas, criou um ambiente favorável para a realização de novas pesquisas e publicações.

É preciso destacar que, diante desse cenário, ocorreu um notório refinamento metodológico, acompanhado de uma considerável expansão temática. Além do intercâmbio dos mais diferentes procedimentos de pesquisa e escolas historiográficas, nota-se o aprofundamento de estudos sobre novos aspectos do cotidiano da escravidão, táticas de resistência e, especialmente, o esforço para pensar essas questões em contextos regionais. Por certo que esse último fenômeno seja resultante da expansão dos programas de pós-graduação stricto sensu no país. De todo modo, é evidente que, na atualidade, ao mesmo tempo que entendemos mais sobre as minúcias do cotidiano e composição do Quilombo dos Palmares, também passamos a conhecer sobre as rotas comerciais escravistas que ligavam a África ocidental à Amazônia ou mesmo sobre os quilombos levantados em áreas mais longínquas dos grandes centros, como o Quilombo do Quariterê chefiado por Tereza de

Benguela.¹⁷⁰ A título de exemplo, obras como “Cativos do Ser-tão” de Luiza Volpato e “A escravidão negra no Grão-Pará” de José Maia Bezerra Neto seguem norteando as novas gerações de pesquisadores no oeste e norte do Brasil.

Importante ressaltar que o sustentáculo documental desse conjunto de pesquisas é amplo e diverso, mas destaco uma tipologia que julgo ser bastante promissora e (ainda) pouco trabalhada no campo: os relatos produzidos por viajantes entre os séculos XVIII e XIX, criados em um contexto marcado por numerosas transformações na humanidade, quando foram organizadas, massivamente, expedições científicas e demarcatórias que subsidiaram políticas estatais e a própria percepção da vida na terra. Financiadas pelas Coroas ibéricas, inglesa, francesa, alemã e holandesa, essas expedições envolveram diversos agentes, entre médicos, cirurgiões, astrônomos, engenheiros-cartógrafos, desenhistas, altos funcionários com formação cosmopolita e ilustrada, entre outros.

O relato que aqui salientamos foi elaborado entre os anos de 1825 e 1829 pelo viajante francês Hércules Florence, junto à expedição chefiada pelo barão Langsdorff. Trazido a lume cerca de cinquenta anos após a sua criação, foi traduzido ao português pelo visconde de Taunay e publicado no tomo 38 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1875. Escrito originalmente em francês, em suas páginas são apresentadas minúcias da expedição que foi iniciada no vale do Tietê e cortou o território brasileiro em direção à região amazônica. Com uma sensibilidade ímpar, nele encontramos detalhes sobre a flora, fauna e topografia, mas principalmente observações sobre a imensidão de sujeitos que habitavam os sertões do país, desde uma gama de povos indígenas, europeus de diferentes nacionalidades até a população negra livre e escravizada.

¹⁷⁰ *Liberdade por um fio*, livro organizado por Reis e Santos, ainda persiste como uma das obras mais importantes para entendermos diferentes aspectos do Palmares e, também, para conhecermos os quilombos levantados em outras partes do país.

Particularmente, esses últimos são mencionados do início ao fim da expedição. Aparecem entre os tripulantes da expedição, seguem nos vários comboios escravistas aos seretões do país, constituem a principal mão de obra de antigas fazendas situadas na trajetória; são aliados ou estão em conflito com povos indígenas, mas também são mostrados pelo viajante em situações de ruptura com o sistema escravista ou ressignificando e/ou apropriando costumes. Tal presença não deixa de ser comum, tendo em vista que a mão de obra escravizada africana participou desde a edificação das primeiras vilas e cidades no oeste luso-brasileiro, ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Para Mato Grosso e região, através de trajetos fluviais ou terrestres, foram trazidos milhares de africanos para o trabalho nas minas recém-descobertas e lavouras (RODRIGUES, 2019).

Quando a expedição transita entre as bacias do Tietê e Paraná, por exemplo, menciona a existência de um rio chamado Quilombo, alusão a um antigo agrupamento de escravizados fugidos. Segundo o viajante, após ser descoberto pelas monções que passavam pela região, foi organizada uma expedição de captura que retornou ao espaço e o abateu. Foram encontrados cerca de 120 indivíduos no espaço (FLORENCE, 2007, p. 38). Fugas e formação de quilombos ao longo dos trajetos utilizados entre o litoral luso-brasileiro e o interior do território são os fatos com maior presença nas fontes que registram o cotidiano dos habitantes da região. Isso porque o oeste brasileiro estava localizado em mata densa e contava com uma extensa área fronteiriça com a Coroa espanhola. Havia a percepção entre a população escravista de que a travessia da fronteira política entre os impérios ibéricos pudesse representar a liberdade da escravidão.¹⁷¹ Tanto os

¹⁷¹ Sobre a percepção de que a América espanhola pudesse representar solo livre para os cativos fugitivos da parte considerada portuguesa, recomendamos a leitura de Sena (2013). Rodrigues (2019; 2021) também discorre sobre o tema e a fragilidade do asilo dos fugitivos, destacando casos de aprisionamento e reenvio de negros fugidos à América espanhola.

Anais do Senado de Cuiabá, como os Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade, indicam uma fatura de casos, inclusive as minúcias da edificação e destruição do quilombo liderado por Tereza de Benguela em 1770, no vale do Guaporé.

No relato do viajante, encontramos diversas informações que ajudam a entender as minúcias do trânsito de cativos aos sertões do país via terrestre, como o trecho em que menciona a chegada de sete africanos no distrito de Guimarães, de Cuiabá. Diz Florence que eram conduzidos por um homem a cavalo, todos nus e cobertos com sarna. Quando se aproximaram da localidade, houve uma forte neblina acompanhada por vento frio. O homem então amarrou o grupo de escravizados e saiu em busca de ajuda. No dia seguinte, retornou à localidade, após encontrar ajuda, mas o grupo de africanos já não se achava com vida (FLORENCE, 2007, p. 146).

Esse homem pode ter trazido o grupo de africanos por três caminhos, a começar pela longa rota terrestre que se iniciava em Salvador, cortava o Brasil e findava no Mato Grosso. O trajeto conectava diferentes partes do império brasileiro, de modo que aquele grupo pode ter sido trazido tanto de localidades próximas, como Goiás, quanto da longínqua Bahia, ao longo de meses. As outras duas possibilidades seriam via fluvial, partindo do Rio de Janeiro ou Belém. Na primeira, atravessariam o território brasileiro pela bacia do Tietê e Paraná, como o fez Florence. Em solo mato-grossense, teria sido deslocado em comboio a Guimarães. Adentrando ao Mato Grosso pelo segundo caminho, desceria por meio da bacia do rio Amazonas até o vale do Guaporé, no extremo oeste da província, e depois, em Cuiabá, seria deslocado até Guimarães. Em qualquer desses três caminhos, a viagem seria marcada por meses de trânsito e sofrimentos, pois se tratava de trajetos remotos e repletos de dificuldades.

Provavelmente é no relato de Florence que encontramos as informações mais detalhadas da antiga fazenda Jacobina, localizada nas imediações do atual município de Cáceres, em Mato Grosso. Propriedade do tenente-coronel João Pereira

Leite durante o momento em que a expedição por ela passou, era conhecida por ser uma das fazendas mais ricas da província, com quatro léguas de território, vasta área de pastos, lavoura e uma considerável população. Segundo o viajante, a Jacobina contava com 200 cativos e 60 crianças, igual número de agregados, mulatos e indígenas. Possuía centenas de gados, cavalos, jumentos, cabritos e mais de uma centena de burros que levavam os gêneros alimentícios às cidades vizinhas para comercialização. Embora a cana-de-açúcar fosse o principal gênero cultivado, na propriedade também eram plantados mandioca, feijão, milho, café, entre outros.

O viajante realça, especificamente, as relações travadas com os indígenas Bororo¹⁷² na fazenda, que transmutara do conflito aberto à paz. No período em que esteve lá alojado, relata que receberam a visita de um grupo de indígenas pintados de vermelho, nus e ornamentados com penas. Um deles trazia o braço estropiado, que afirmava ser consequência de um tiro disparado pelo tenente-coronel em conflitos anteriores. De acordo com Florence, os ameríndios praticavam rapinas e assassinatos contra os cativos da Jacobina. Julgavam que seriam “malfeitores” por terem a cor preta (FLORENCE, 2007, p. 179). Após uma guerra travada por seis anos, morte de 450 bororos, 50 aprisionamentos, mas também morte de 11 cativos da fazenda, a paz foi acordada.

A narrativa segue com a expedição se dirigindo à cidade de Diamantino, local onde navegariam pelo rio Arinos em direção aos rios da bacia amazônica, o destino final da expedição. Aqui, mais uma vez, ganha destaque a população

¹⁷² Os povos Bororo, durante o período colonial, transitaram por um vasto espaço territorial, do Oeste da atual Bolívia até a região do rio Araguaia. Pertencente ao tronco linguístico macro-jê, o grupo organizava a vida através de um conjunto de práticas variadas como caça, pesca, coleta, cultivo, entre outros. A partir dos primeiros contatos com europeus, passariam a ser divididos em Bororos Orientais e Ocidentais. Certamente, o grupo encontrado pelos viajantes na Jacobina fazia parte desse segundo grupo, espacializado entre o rio Paraguai e seus afluentes.

escravizada, responsável pela cata diária de diamantes. Nesse trecho, conhecemos o cotidiano de uma cidade mineira, com homens e mulheres escravizados obrigados a entregarem uma cota diária, restando o excedente para se vestirem e comerem. O viajante nota, inclusive, a inviabilidade da cota, tendo em vista o estado de decadência da atividade mineira na região. Segundo ele, era frequente proprietários cobrirem a alimentação de cativos, já que o prejuízo seria maior com a morte por fome. “Como devo exigir de meus escravos que me deem o que não acham?”, palavras de um mineiro a Florence (2007, p. 200).

Cabe ressaltar que a carestia experimentada em Diamantino no período era igualmente vivenciada pela província de Mato Grosso. Na virada do século XVIII para o XIX, ocorrera uma “crise mineira”, obrigando um rearranjo das forças produtivas na região. Nesse contexto, a população cativa que estava empregada majoritariamente nas minas foi, gradualmente, deslocada para outras atividades tais como o trabalho nas lavouras, afazeres domésticos, pastoris, entre outros (VOLPATO, 1993, p. 15).

Em todo caso, mesmo com a crise enfrentada na região, Florence não deixa de chamar atenção para “achados” que poderiam favorecer a população escravizada. Afirma que, enquanto esteve na cidade, presenciou uma mulher negra encontrar uma pedra no valor de 300\$000 réis. Em outro trecho, aponta que conheceu o velho preto Cabinda, que conseguiu comprar a própria liberdade, depois libertou as mulheres e filhos, comprou lavras, outros cativos e libertou, ao menos, vinte, todos fortes e contentes, segundo o viajante. No dia de São Benedito, ofereceu uma grande festa, convidou os principais habitantes e mandou chamar os membros da expedição. A festa contou com solenidade religiosa, doces, bailado da “terra deles” e seguiu o dia percorrendo as ruas da cidade (FLORENCE, 2007, p. 201). Não obstante a compra da própria liberdade com o excedente seja notoriamente conhecida e estudada pela historiografia centro-sul brasileira,

não deixa de ser curioso que, em pleno sertão, marcado pela escassez de mão de obra, um homem africano escravizado pudesse não somente acessar essa possibilidade para obter a liberdade, bem como estendê-la aos seus familiares e amigos.

Poderia trazer outras tantas passagens da narrativa, mas encerrarei com ela por aqui. Estou certo de que este breve ensaio pode contribuir para um olhar mais acurado e atento com as narrativas elaboradas por viajantes, que, combinadas com outras fontes, podem desvelar ainda mais as dinâmicas da vida dos indivíduos que habitavam as áreas mais interioranas do Brasil. Há todo um outro Brasil para ser conhecido e desbravado junto aos viajantes.

Bibliografia

- FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 1825 a 1829*. Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, 2007.
- RODRIGUES, Bruno. *“Homens de ferro, Mulheres de pedra”: o itinerário de resistências de africanos escravizados entre a África centro-ocidental e América espanhola: fugas, formação de quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)*. Curitiba: Appris, 2019.
- RODRIGUES, Bruno. Sedutores da liberdade: a história de um palenque formado no Alto Peru com negros fugidos do Mato Grosso (1783). In: RODRIGUES, Bruno; SENA, Ernesto; BORGES, A. C. (orgs.) *Histórias afro-indígenas nas fronteiras*. Maringá, Paraná: Uniedusul, 2021.
- SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n. 1, v. 39, p. 82-98, 2013.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VOLPATO, Luiza. *Cativos do Sertão*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

7.3. Alforrias testamentárias: liberdade precária e redes de sobrevivência no Grão-Pará (1796-1888)

Marcelo Ferreira Lobo
(Doutor em História, Universidade Federal do Pará)

Quando Anastácia Rodrigues das Neves casou-se com Francisco Cesário da Conceição, em janeiro de 1911,¹⁷³ talvez suas reminiscências da escravidão estivessem nubladas; mas sua vida esteve associada a vontade de Antônio Rodrigues das Neves que em seu testamento, no ano de 1887, legou a liberta Anastácia, filha da preta Gregória, o usufruto dos bens que possuía.¹⁷⁴ Já o africano José Manoel da Silva Caldeira ao casar-se, em 1902, deixava claro que mantinha bem vivo suas experiências no mundo da escravidão.¹⁷⁵ Sua ex-senhora o libertou e nomeou seu herdeiro e testamenteiro em 1863.¹⁷⁶ Senhores, escravos e libertos constituíam uma trama, um tecido social pautado em relações de troca, sujeição e rebeldia, punição e recompensa. Atos morais, questões econômicas, relações afetivas e dominação estavam por trás da prática da alforria nos testamentos.

A então liberta Leonilha Sarmiento, natural do Maranhão, continuou a trabalhar para família senhorial a qual ela e sua filha foram cativas. A circulação de senhores e escravos entre o Pará e o Maranhão levou a processos de quebras de relações familiares. Quando faleceu em 1884, por meio do auto de espólio aberto em Belém, sua filha ainda residente no Maranhão pode por intermédio da família senhorial ter notícias de sua mãe.

¹⁷³ Cartório Privativo de Casamentos, Centro de Memória da Amazônia-CMA. 1911.

¹⁷⁴ Testamento de Antônio Rodrigues das Neves, CMA, Testamentos, cx. 35, 1887.

¹⁷⁵ Livro de Registro de casamentos da Sé, Cúria Metropolitana de Belém, 1902.

¹⁷⁶ Testamento de Claudina Maria da Silva, CMA, Testamentos, cx. 12, 1863.

Para o liberto Thomaz Gonçalo dos Santos, as relações tecidas na escravidão potencializaram sua partida de Belém para o porto de Hamburgo, em 1859. Em seu testamento, feito no ano de 1865, em Belém do Pará, fica evidente que ao deixar parte de seus bens a Augusto Tappembeck, reiterava os laços tecidos com a família senhorial. A mesma para a qual trabalhou nas casas comerciais de Belém, possivelmente circulando entre o interior e a capital sob desígnios da firma Augusto Tappembeck & Cia., em atividades vinculadas a circulação de mercadorias da floresta. “Do interior da província, da circulação por rios e igarapés até o grande “rio mar” atlântico, Thomás moveu-se espacial e socialmente ampliando as experiências de liberdade no Grão-Pará oitocentista (LOBO, 2020).

A vida de escravos e libertos estava ligada à vida de seus senhores. A morte do proprietário de escravos poderia mudar drasticamente a situação do cativo, seja pela ameaça de venda a fim de executar a partilha de bens, ou por ter de servir um senhor novo, não habituado as relações antes estabelecidas com os escravos, e afastando por vezes a sonhada liberdade. Para além dos riscos inerentes à mudança de proprietário, também havia as relações pessoais de caráter paternalista entre os libertos e o ex-senhor.

Além dos laços de sujeição.

A mulata Quitéria Maria da Conceição foi libertada na década de 1820. Seu senhor era o coronel Afonso Pinho de Castilho. Segundo seus herdeiros, este havia passado carta de liberdade a Quitéria quando a mesma possuía a idade de quatro anos. Em janeiro de 1861, eles ratificavam a condição de livre da mulata, agora com cerca de 40 anos de idade.¹⁷⁷

Nestas linhas verificaremos a prática da manumissão a partir de uma família senhorial com intuito de compreender-

¹⁷⁷ Autos para Habilitação, 1861. Cúria Metropolitana de Belém.

mos tal costume ao longo de duas ou três gerações de proprietários de escravos. Em seu testamento o coronel Afonso alforriou alguns de seus escravos. Já havia passado carta de liberdade a Domingas Cesária temendo a sua morte, e no testamento alforriava a cafuzinha Ana Zacarias, filha de Domingas. Também já havia libertado na pia batismal outra filha de Domingas de nome Joaquina Thomazia determinando que “tendo idade de se separar de sua mãe tomaria conta dela o seu padrinho, João Florência Henriques e Pinho”.

Além das alforrias dadas de maneira “gratuita” ele também deixava claro que o mulato Valentim, após a sua morte, passaria para as mãos do primeiro testamenteiro, possibilitando a Valentim quando tivesse quatrocentos mil réis, seja por meio do seu trabalho de alfaiate ou por empréstimo, receber do testamenteiro sua carta de liberdade. Ao acenar a possibilidade de Valentim para acumular o pecúlio, ele indica alguma das estratégias costumeiras de aquisição da liberdade – a auto compra que necessitava da anuência senhorial, assim como o acúmulo de pecúlio que só foi regulamentado com a lei do ventre livre de 1871. Outra característica destacada é a capacidade de acionar redes para conseguir o dinheiro, por meio de empréstimos de familiares, amigos e pessoas interessadas em usufruir de um trabalhador especializado.

Pode-se notar que para além do retorno financeiro que a alforria de um escravo poderia dar ao senhor, a lógica da manumissão perpassava outros interesses. Francisca Raquel da Costa ao analisar as cartas de alforrias registradas em cartórios no Piauí, destacou que entre as 353 cartas levantadas para a segunda metade do século XIX a maior parte era dada de maneira gratuita (68,1%), divididas entre gratuitas, com condição e sem condição. E mesmo entre as pagas existia um pequeno percentual (2,5%) com condições além do dinheiro (COSTA, 2018, p. 87-109).

Contudo, em outras regiões do império as alforrias cartoriais parecem ter sido majoritariamente onerosas. Heloisa

Teixeira ao estudar os registros de cartas de alforrias em Mariana, em Minas Gerais (1840 a 1888), constatou que neste tipo de documentação o que prevalece é a alforria onerosa, além de notar uma queda no registro de cartas de alforrias após a lei do fim do tráfico de escravos para as décadas de 1850 e 1860, mas que se manteve estável nas décadas subsequentes. A mesma autora ainda constatou que o número de alforrias onerosas e condicionais foi se equilibrando ao número de alforrias gratuitas ao longo do século XIX. O que para a autora seria uma tentativa dos senhores de manterem a prerrogativa do poder moral em decidir sobre a liberdade de seus escravos, trocando a liberdade não por dinheiro, mas por subserviência (TEIXEIRA, 2014, p. 45-92).

Estes estudos demonstram que as cartas de alforrias foram majoritariamente do tipo onerosa, embora para as décadas de 1870 e 1880 ocorresse uma diminuição deste tipo, e um aumento gradual das alforrias gratuitas. Neste sentido à medida que a escravidão foi “fazendo água” com a legislação emancipacionista, os proprietários de escravos foram se valendo cada vez mais da manumissão como estratégia de controle dos ex-escravos.

Em 8 de Abril de 1851, o padre Salvador Rodrigues de Couto alforriou sete dos seus 12 escravos por verba testamentária. Ocorreram ao menos três categorias de manumissões em seu testamento, uma onerosa, três condicionais e três gratuitas. Deixava forro o preto Agostinho sob a condição de pagar trezentos mil réis no prazo de três anos ao Recolhimento das Educandas (uma espécie de coartação pós morte), também deixou forros gratuitamente o oficial de pedreiro Bernardino, e as escravas Pascoal e Izabel Ignácia. E por fim alforriou a cafuza Rosa e seus dois filhos sob a condição de permanecerem na companhia da irmã do testador pelo prazo de cinco anos, declarando ainda que se a mesma irmã falecesse antes, “os escravos ficariam totalmente livres”.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Testamento de Salvador Rodrigues de Couto, 1851. CMA, Testamentos, cx. 08.

É possível perceber que a lógica econômica não prevalece de todo no testamento do padre Salvador, mesmo a alforria onerosa deveria ser paga não aos herdeiros do padre, mas a uma instituição de educação dentro de um prazo estimado semelhante às coações comuns em Minas Gerais, porém se difere pelo sentido filantrópico da indenização.

Em 1850, Constança da Cunha Pinho deixou claro em seu testamento que os filhos dos seus escravos libertados condicionalmente seriam escravos. Jeronimo, Thomazia, Josefa, Catarina, Helena e Antônia ficariam forros após a morte da testadora. Os demais escravos não mencionados nominalmente seriam libertos após a morte da herdeira: “ficam forras com a condição de se conservarem na casa da herdeira sendo que por falecimento da herdeira possa gozar das suas liberdades, e que poderá dispor como quiser a herdeira das produções dessas escravas a contar os filhos que nascerem após a morte da testadora”.

Dos seus 16 escravos nominados em testamento, ela alforriou 11, Sabino, José e Januário Antônio sem condições. Felipe e Theodorico, escravos afilhados de Constança, além da liberdade herdariam um quarto de casas na Rua do Bailique, o mulatinho Jeronimo herdou um quarto de casas com porta e janelas na Rua do Rosário. Ainda declarou que todos os objetos de ouro que suas cativas possuíam eram legitimamente delas. No ano de 1856, vários dos antigos escravos de Constança solicitaram na justiça a averbação do testamento – da mesma. Helena Maria da Conceição, Josefa da Conceição, Antônia Joaquina, Petronília de Assunção, Catharina Maria, José Amâncio, Sabino Antônio e Jeronimo Antônio foram os libertos que em 12 de dezembro de 1856 solicitaram a confirmação de suas liberdades.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Autuação de uma petição que se encontra averbada o testamento de Constança da Cunha e Pinho, 1856. CMA, Liberdade escrava.

Na petição fica claro que as alforrias em testamento tinham tanto valor legal quanto as registradas em cartório. Estes libertos eram irmãos e mantiveram contato por longo período. Ao rastrear a presença do liberto Pedro Paulo Rodrigues nos testamentos, identifiquei o mesmo como testamenteiro de Jeronimo Antônio dos Santos em 1868, constatei tratar-se do “mulatinho Jerônimo” liberto por Constança em 1850. Pedro foi escravo de Mariana da Fonseca Zuzarte, esta era parente de Constança.

Ao levantar 1.866 testamentos na província paraense encontrei 1.297 cativos alforriados por verba testamentária. Classifiquei as alforrias em onerosas (pagas em dinheiro para indenizar seu valor); condicionais (quando o escravo ficava forro sob alguma condição, em geral prestação de serviços por tempo determinado, ou ficar livre somente após a morte de um dos herdeiros do testador) e as gratuitas. Em 27 testamentos encontramos uma ou mais alforrias onerosas, em 344 testamentos temos ocorrências de alforrias gratuitas e em 154 testamentos temos uma ou mais alforrias condicionais. Existiu grande frequência de alforrias do tipo gratuita, tivemos 67,5% dos alforrias nessa modalidade em relação ao total de manumissões. Enquanto em apenas 4% destes testamentos ocorreram alforrias onerosas no sentido aqui proposto.

Quadro 1 – Escravos alforriados, tipos de alforria e sexo

	Onerosas	Gratuitas	Condicionais	Total
Homens	28	334	131	493
Mulheres	26	545	205	776
Não identificado				28
Total	54	879	336	1.297

Fonte: Alforrias levantadas em 464 testamentos, CMA 1796-1888.

A maior parte dos libertos, onde foi possível identificar o sexo e o tipo de alforria, foi manumitida de maneira “gratuita”. O que nos leva a corroborar com os historiadores que indicam a tendência dos testadores em alforriarem seus escravos sem ônus monetário embora, muitas vezes, estes escravos já tenham cumprido uma série de condições durante a vida dos seus senhores. Também corrobora com as afirmações acerca das manumissões por verba testamentaria não serem determinadas sobremaneira por contextos econômicos.

Embora a historiografia da escravidão já tenha destacado a capacidade das escravas de acumular pecúlio, a maior parte dos escravos que foram alforriados por verba testamentária, dentro da modalidade onerosa eram do sexo masculino. Contudo, a diferença não foi significativa, destaco que os cativos que compraram as suas alforrias eram escravos especializados em certos ofícios. Já para as alforrias gratuitas observamos que muitas delas apenas ratificavam alforrias concedidas anteriormente à produção do testamento, como a do coronel Afonso Pinho de Castilho.

Por mais que a manumissão conferida aos escravos remeta a estratégias de domínio, estas também possibilitam aos egressos do cativeiro espaços de luta, agora por sua condição social de libertos. O filho da liberta Quitéria Maria, chamado Manoel José de Pinho, enviou uma requisição para a Cúria de Belém no ano de 1861 solicitando o seu termo de batismo, visto ter sido batizado na paróquia da Sant’Ana da Campina no ano de 1837 como se fosse escravo do casal do falecido Afonso Pinho. Ele buscou provar que era livre visto sua mãe ter sido alforriada por Afonso Pinho de Castilho na década de 1820. Seus padrinhos foram Afonso de Pinho de Castilho Burgos, neto do ex-senhor de sua mãe, e Ana Maria Bandeira avó de Afonso. Os herdeiros de Afonso confirmaram a alforria de Quitéria quando a mesma possuía quatro anos de idade e neste caso o fato de Manoel ser de ventre livre, destacando que a carta de manumissão de Quitéria se “desencaminhou durante as desordens de 1835”.

A vida do filho de Quitéria estaria ligada à de seus outrora senhores por um longo tempo; contudo isto trouxera certos benefícios a Manoel que aos poucos foi se afastando do mundo da escravidão. Quando ele faleceu em 1876 de uma doença pulmonar, já contava com 38 anos de idade, era casado e ocupava um cargo público de professor.¹⁸⁰ O mesmo Manoel, filho de Quitéria Maria da Conceição, escrava do coronel Afonso Pinho de Castilho foi batizado em 1837, de modo que em 1876 teria por volta de 38 a 39 anos de idade. Neste caso podemos inferir tratar-se da mesma pessoa, que por meio das relações com os antigos proprietários de sua mãe foi conquistando mobilidade social a tal ponto que no obituário foi tratado como branco, sua mãe era mulata e, portanto, aqui a categoria “branco” demarcaria sua ascensão.

Alguns membros da família Pinho de Castilho eram membros do clero secular, tanto que o padre responsável pelo batismo de Manoel foi José Valente do Couto, a família Valente do Couto estabeleceu relações matrimoniais com a família Pinho de Castilho. Outros padres conectados à família Pinho, foram Sebastião Borges de Castilho, Bernardino de Rodrigues Valente do Couto e Manoel Vasques da Cunha e Pinho. Tal relação com o clero teria possibilitado ao filho de Quitéria ingressar em uma instituição de ensino eclesiástico.

No jornal *O Treze de Maio* do ano de 1855 foi publicado o resultado dos exames do Seminário Episcopal do Pará,¹⁸¹ entre os alunos aprovados em gramática francesa encontramos o nome de Manoel José de Pinho, no ano de 1856 ele foi aprovado no curso de retórica, e em 1859 aprovado em história eclesiástica¹⁸². Aos poucos Manoel estava construindo sua carreira de professor. Assim como a filha da preta Domingas, o filho de Quitéria possivelmente ficou sob a tutela de um dos familiares ou amigos do coronel Afonso Pinho de Castilho.

¹⁸⁰ O Liberal do Pará, 27/04/1876, n. 23, p. 2.

¹⁸¹ O Treze de Maio, 14/12/1855, p. 3.

¹⁸² A Época, 10/08/1859, p.2.

Em 1855, o padre Manoel Vasques da Cunha e Pinho¹⁸³ fez seu testamento nomeando herdeira e primeira testamenteira dona Maria Pinho de Castilho e os demais filhos do coronel Afonso.¹⁸⁴ Ele possuía casa e mais dois terrenos, um na rua nova da princesa e outra na Rua da Glória, mais quatro escravos, estes bens foram herdados por dona Maria Pinho de Castilho. Com o andamento do inventário dos bens do cônego em questão, Maria passou uma procuração a Manoel José de Pinho para tratar dos trâmites e cumprimento das últimas vontades do reverendo.

Tendo D. Maria de Pinho de Castilho passado ao abaixo assignado procuração bastante geral, para tratar do inventário do espólio do finado P. Manoel Vasques da Cunha e Pinho, desiste dela, não só em consequência de seus afazeres, que o privão de tratar do dito inventário regularmente, como também porque a muito conhece não lhe estar bem por condescendência a sua constituinte continuar como tal a servir de autômato o alguém, ou a quem quer que seja.

Qui potest capere capiat.

Pará, 12 de novembro de 1867.

Manoel José de Pinho

Em 1867, aparece um Manoel José de Pinho como morador na rua dos Mártires. Mas, em 1859,¹⁸⁵ na lista de proprietários de prédios na Rua dos Mártires consta o nome de dona Maria Pinho de Castilho, com a casa térrea número 7.¹⁸⁶

¹⁸³ Em 1845 Manoel Vasques da Cunha foi processado por ocultar em sua residência uma tipografia denominada *Monarchista* sem autorização, onde era impresso o periódico Tribuna do Povo. O Treze de Maio, 03/03/1845, p. 3.

¹⁸⁴ Testamento de Manoel Vasques da Cunha e Pinho, 18/06/1855. CMA; série Testamentos; Caixa 11.

¹⁸⁵ Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), 1868, p. 136.
¹⁸⁶ Gazeta Official (PA), 08/04/1859, p. 2.

Estes dados nos levam a supor que em determinado tempo, Manoel coabitou com Maria na condição de agregado ou protegido.

“Quem poder admitir, admita”, é assim que Manoel conclui seu comunicado no jornal, usando das palavras de Cristo na sua exortação a prática da castidade (Mateus, 19,12). Ao utilizar de um versículo que trata da figura do eunuco, suponho que Manoel estaria utilizando da alegoria do indivíduo castrado que tinha a incumbência de proteger o harém. Neste sentido, quem quisesse assumir tal encargo que se prontificasse, e seria ali o limite de sua experiência no Seminário Episcopal. A retórica e o conhecimento adquiridos no Seminário proporcionaram a ele uma condição privilegiada de letrado, que aos poucos foi minando o domínio senhorial sobre ele.

Considerações finais

Entre testamentos e cartas de alforrias, os escravizados e libertos no Grão-Pará equilibravam-se entre uma liberdade sonhada e a precariedade da mesma. Após a alforria cabia ampliar os espaços e lugar social acionando as redes de solidariedade. Caso ímpar é a trajetória pouco conhecida do professor e engenheiro José Agostinho dos Reis, paraense, que nas décadas de 1870 e 1880 conectou o movimento abolicionista no Rio de Janeiro e em Belém do Pará. Agostinho dos Reis em carta enviada para João Alfredo durante as festas da abolição em Belém, celebrava a possibilidade de sua mãe pendurar na parede da casa onde vivera como escrava o retrato daquele que considerava um dos responsáveis pelo fim da escravidão no Brasil.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Carta enviada por José Agostinho dos Reis para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14200> acessado em 21/04/2022.

Bibliografia

- COSTA, Francisca Raquel da. Em virtude dos bons serviços que tem prestado: Modalidades, motivações e estratégias nas alforrias no Piauí oitocentista (1850- 1888). In: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. (orgs.) *Do Norte ao Sul: escravidão Brasil séc. XVI- séc. XIX*. Teresina: EDUFIPI, 2018, p. 87-109.
- TEIXEIRA, Heloisa Maria. Entre a Escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana – MG no século XIX (1840-1888). *Afro-Ásia*, n. 50, p. 45-92, 2014.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. EDUSC, 2001..
- LIMA, Douglas. *Libertos, patronos e tabeliães: a escrita da escravidão e da liberdade em alforrias notariais*. Belo Horizonte: Caravana Grupo Editorial, 2020.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2009.

7.4. As mulheres cativas e suas pedagogias de resistência: o cotidiano de mulheres escravizadas no Maranhão e no Piauí na época colonial

Elizabeth Sousa Abrantes
(Universidade Estadual do Maranhão)

Marinelma Costa Meireles
**(Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Maranhão)**

A historiografia recente sobre a escravidão no Brasil tem enfatizado a resistência escrava com inúmeros trabalhos que abordam as comunidades de escravos fugitivos (quilombos), as insurreições e a resistência miúda, do cotidiano, com as táticas utilizadas por homens e mulheres escravizados em sua luta diária por sobrevivência e tentativas de alcançar a liberdade. A renovação dos estudos históricos nesse campo visa superar as linhas interpretativas reducionistas do escravo como coisa, vítima ou herói, ou seja, a dicotomia da escravidão “cárcere” ou “paraíso”, enfatizando os elementos socioculturais presentes no cotidiano da vida dos sujeitos escravizados e suas táticas de resistência na construção de suas subjetividades e identidades culturais.

Os estudos sobre as mulheres escravizadas e suas formas de resistência seguem a tendência das abordagens revisionistas contemporâneas impulsionados por aportes teóricos dos estudos de gênero, da história social e da história cultural que apontam para as especificidades das condições de vida e de trabalho das mulheres cativas, seja no espaço urbano ou rural, domésticas ou do eito, com as formas de exploração e abusos que se davam em razão do seu sexo, assim como a condição feminina também podia propiciar formas muito específicas de negociação e resistência nas malhas de um sistema escravista e patriarcal.

No cotidiano da sociedade escravista brasileira, as mulheres negras escravizadas eram exploradas nos serviços domésticos, nos trabalhos do eito, como mucamas, amas de leite, vendedoras nas ruas das cidades como negras de ganho, tendo que conviver com diversos abusos e a violência sobre os seus corpos e, até mesmo a prática forçada da prostituição, em alguns casos. Na condição de escravas domésticas, circulavam em vários ambientes, conheciam segredos de seus senhores, eram confidentes de suas senhoras e sinhazinhas, cúmplices de muitas atitudes de suas donas; possuíam habilidades que as tornavam valiosas no mercado, ao mesmo tempo em que podiam encontrar mecanismos para obter a alforria.

Este ensaio trata do estudo da vivência de mulheres cativas e suas formas de sobrevivências e resistências na sociedade escravista no norte do Brasil (Maranhão e Piauí), na época colonial, especialmente no contexto das transformações socioeconômicas decorrentes da inserção da região Norte na dinâmica do mercado internacional de exportação do algodão, a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), com a intensificação da introdução da mão de obra de africanos escravizados. A ênfase será dada nas táticas utilizadas pelas mulheres cativas em busca da liberdade em um contexto ainda marcado pela ausência de leis emancipacionistas, em que a obtenção legal da liberdade ainda se dava mais pelas práticas costumeiras, pelo arbítrio dos senhores ou por meio da justiça régia.

As vizinhas capitanias do Maranhão e do Piauí¹⁸⁸ possuem formações sociais distintas, embora se assemelhem em alguns aspectos, como no processo de ocupação do território dos sertões de dentro, com sua organização socioeconômica baseada na pecuária. No caso da capitania do Maranhão, o processo de ocupação teve como pioneira a frente de expan-

¹⁸⁸ Essas duas capitanias estiveram sob a mesma jurisdição colonial por cerca de um século, de 1715 a 1811, seja sob a administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a sede em São Luís, ou do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a sede em Belém.

são litorânea, que marcou o início do povoamento na região após a expulsão dos franceses, em 1615, com a instalação do aparato administrativo e militar do Estado português, marco da colonização no norte da América portuguesa. A formação social na frente litorânea resultou da sua organização econômica baseada na economia agroexportadora e no uso da mão de obra escrava, inicialmente dos indígenas (negros da terra) e depois os africanos e seus descendentes.

A escravidão foi a base da economia colonial, utilizada em grande escala na agricultura mercantil, em menor proporção na pecuária e uma constante nas atividades domésticas. Sobre a escravização de africanos e seus descendentes, a historiografia clássica das províncias do meio-norte deu pouca ênfase às relações escravistas fora do mundo do engenho ou das fazendas de algodão, especialmente nos latifúndios rurais de criação de gado e na economia doméstica. Mas a presença dos trabalhadores escravizados em todas as esferas produtivas moldou o sistema escravista, seu funcionamento, as relações e as hierarquias sociais.

Essa presença se intensificou na segunda metade do século XVIII, diretamente atrelada ao momento em que Francisco Xavier de Mendonça Furtado assumiu o cargo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão e recebeu as *Instruções Régias, Públicas e Secretas*¹⁸⁹ com claras orientações sobre a demarcação de novos limites para o norte, o incremento da economia, a proibição da escravização indígena, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e inserção de mão de obra escrava africana, de modo a tornar a região mais produtiva para a metrópole (MEIRELES, 2018, p. 18).

¹⁸⁹ Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa, 31 de maio de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina. Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759*. 2 ed. Tomo I, vol. 49. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005, p. 67-80.

A inserção de escravos africanos na região, além do aumento populacional, certamente introduziu novos elementos às relações tecidas no espaço Amazônico como um todo. Entretanto, não se pode pensar em um processo de substituição abrupta da mão de obra ou da extinção de uso do trabalho indígena e mestiço localmente. Mesmo após as leis que proibiam a escravização dos indígenas continuava sua exploração por meio do trabalho compulsório.

Na capitania do Maranhão, a importação maciça de africanos para o trabalho forçado nas lavouras de algodão e arroz provocou um crescimento demográfico na região centro-norte, a ponto de nas primeiras décadas do século XIX os africanos escravizados representarem cerca de 55% da população da província. Em consequência, o processo de crioulistização também foi menor, em razão do abastecimento constante de escravos por meio do tráfico negreiro.

Na capitania do Piauí, o crescimento demográfico se deu tanto por meio do crescimento vegetativo quanto da migração interna de livres pobres e escravos vindos e adquiridos, respectivamente, das províncias vizinhas. No final do período colonial, a maioria da população era formada por negros e mestiços, boa parte na condição escrava nas fazendas ganadeiras e nos domicílios.

Durante muito tempo, a presença de africanos escravizados nas fazendas de criação de rebanho no sertão nordestino fora negada por parte da historiografia que fundamentava tal assertiva no argumento de que os rendimentos oriundos da pecuária estavam aquém do que se obtinha nas atividades agroexportadoras. Segundo Tanya Brandão (2014, p. 158), essa historiografia se baseava em três pontos: a renda da pecuária era muito baixa e por isso os pecuaristas não poderiam arcar com a compra de escravos importados cujo preço de mercado era bastante elevado; a forma extensiva de criação de gado gerava dificuldade na disciplina dos plantéis de cativos, em coibir fugas e resgatar os que escapavam, tanto que os escravos fugitivos de outras localidades que se

dirigiam para a região pastoril raramente eram recuperados; a presença de grupos indígenas forneceria a pouca mão de obra exigida na lida com o gado, assim como a população livre pobre, que adentrava o interior em busca de melhores condições de vida.

As pesquisas revisionistas da historiografia piauiense comprovam que a escravidão de africanos e seus descendentes esteve presente no Piauí desde a instalação dos primeiros currais até a sua extinção em 1888, quando o regime escravo foi abolido no Brasil (BRANDÃO, 2014, p. 158). Nas fazendas pastoris do Piauí, assim como nos sítios de economia doméstica, trabalhadores livres e escravizados realizavam as tarefas produtivas desse mundo do trabalho. As fazendas particulares e as públicas¹⁹⁰ não se diferenciavam muito em termos de exploração da mão de obra escrava ou mesmo do uso da violência como forma de controle, como sugeriram algumas interpretações da historiografia tradicional sobre um cativeiro mais ameno nas fazendas sob o controle do Estado.

A historiografia recente sobre a escravidão enfoca a vida dos escravos não somente pelo trabalho, mas pelos aspectos sociais e culturais, pelo cotidiano, suas lutas e resistências. Em relação às mulheres escravizadas, costumam ser abordadas por sua maior participação nos serviços domésticos, embora as cativas estivessem em todas as atividades produtivas e em diferentes espaços, no campo e na cidade. A vida e luta das mulheres escravizadas estão documentadas em vários escritos do período colonial, como na literatura de viajantes, em petições, processos-crime, requerimentos, ofícios, enfim, documentos que representam o olhar masculino, sendo muito raro, como acontece com quaisquer grupos ou classes subalternizadas que registrem suas próprias experiências.

Nesse sentido, a carta de uma escrava localizada pelo historiador Luiz Mott, no Arquivo Público do Piauí, no final da década de 1970, é um achado histórico ímpar. Esse ma-

¹⁹⁰ As fazendas públicas eram chamadas de fazendas do Real Fisco, na época da colônia, e de Fazendas da Nação, no período do império.

nuscrito, datado de 1770, é assinado pela escrava Esperança Garcia e dirigida ao governador do Maranhão. Era uma petição para tirá-la da fazenda onde estava e para ser levada de volta a fazenda de origem¹⁹¹, onde encontrava-se seu marido e sua filha. A escrava relata as agressões sofridas por ela e por seu filho, uma criança, constantemente espancada. A própria se diz um “colchão de pancadas”, de tanto apanhar, e apela também para o direito de confissão, pois ela e suas companheiras estavam a três anos sem se confessarem, e seus filhos sem receberem o sacramento do batismo.

A carta de Esperança é bastante intrigante pela sua excepcionalidade, pelo fato de uma escrava saber ler e escrever, o que nos faz pensar na possibilidade de ter sido alfabetizada pelos jesuítas, uma vez que a fazenda pertencia aos jesuítas antes de ser confiscada pela Coroa portuguesa. Esta pequena carta revela informações importantes, como a possível atividade da escrava na fazenda original, chamada de fazenda dos algodões, seja no cultivo do algodão ou nos teares para tecelagem dos fios de algodão; diz que era casada, que tinha um núcleo familiar com marido e filhos; fora levada para realizar serviços domésticos na casa do administrador; sofria com muita violência, juntamente com seu filho; e demonstra muita sagacidade ao fazer uma reivindicação coletiva e de caráter religioso.

No século XVIII, encontramos na documentação, especialmente judicial, diferentes reivindicações de mulheres escravizadas, sejam africanas ou crioulas, denunciando amancebamentos forçados, violência sexual, a liberdade por meio de alforria onerosa, e até mesmo processo de mulheres negras livres, pelo direito de posse de sua liberdade, ameaçada pela ambição de famílias poderosas, que se valiam de falsos documentos para escravizar homens e mulheres negras po-

¹⁹¹ As fazendas em questão eram pertencentes à Coroa, chamadas de Fazendas do Real Fisco, aos quais foram confiscadas dos jesuítas quando da expulsão desses missionários em 1760. Eram administradas por inspetores, e neste caso era o capitão Antônio Vieira de Couto.

bres, como foi o caso de Ignacia da Luz e outros membros da sua família, todas da “cidade do Maranhão”¹⁹² em um processo de 1754¹⁹³.

A situação de concubinato e abuso sexual era uma violência comum no cotidiano de mulheres escravizadas, pois como eram propriedade de algum senhor ou senhora, não tinham direito ao seu próprio corpo e vontades, estavam sujeitos a diversos maus-tratos. Em um Auto de Depósito¹⁹⁴, datado de 1798, a escrava africana Catarina dos Santos, de nação Cacheu, pertencente ao padre Manoel Alvarez, do Itapecuru, denuncia em seu testemunho os abusos sofridos, as sevícias e os “atos torpes” a que era submetida pelo padre que a mantinha em amancebamento, nos quais ela consentia por ser escrava e não ter como desobedecer ao seu senhor. Nessa condição de concubina, sofria com os ciúmes do padre, que a impedia de falar com outras pessoas, especialmente homens, e a acusava de ser barregã e amásia de outros homens.

Em um dos acessos de ciúme, a deixou amarrada sobre um pedaço de madeira velho, cujas fendas estavam cheias de formigas, e a castigou nas nádegas com um relho, causando muitos ferimentos devido aos açoites e às formigas mordedeiras que se espalharam pelo seu corpo. Após repetidos episódios de violência física e sexual, a escrava Catarina resolveu fugir para o mato e depois se dirigiu à cidade de São Luís em busca de ajuda, para que o padre fosse obrigado a vendê-la para outro senhor. Além disso, queixava-se do medo de perder sua salvação, pois o ensinamento cristão que recebera condenava o concubinato, por isso achava que era difícil ser perdoada por essa ofensa a

¹⁹² Se refere a São Luís, sede da capitania do Maranhão, integrante do Estado do Grão-Pará e do Maranhão.

¹⁹³ Requerimento de Inácia da Luz e sua família se mande ao rei D. José, pedindo que passar ordem ao ouvidor-geral e ao governador do Maranhão a reafirmar a liberdade que os requerentes já possuem, Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Administração Central-ACL, Conselho Ultramarino-CU 009, cx. 35, doc. 3497 – Capitania do Maranhão.

¹⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico. Autos e Feitos de Libelo Crime, de 1798, cx. 119, doc 4264.

Deus, e que o padre, seu senhor, a instruíra para se confessar sem mencionar que aqueles pecados eram cometidos com ele, pois se assim o fizesse seria castigada. Temendo pela sua alma, por nunca poder se confessar com sinceridade, resolveu fugir em busca de recurso, para escapar do cativeiro do dito padre, em cuja companhia corria o risco de perder sua salvação. Nesse relato, dado em circunstância de um auto judicial, observa-se tanto uma crença infundida na escrava convertida à fé cristã, como também uma tática para sensibilizar as autoridades religiosas, especialmente, já que a ordem para o depósito foi dada pelo governador-geral do bispado, valendo-se da moral e dos valores cristãos para obter a piedade, muito mais do que sua condição de escrava.

A luta de mulheres escravizadas pelo direito à liberdade era também uma luta pelo direito ao seu corpo, como se observa no requerimento¹⁹⁵ feito pela cativa Isabel Caetana, por meio do seu procurador, para a rainha de Portugal, dona Maria I. A cativa Isabel era parda, pertencente a José Gomes, também pardo, com o qual era mantida em situação de concubinato. Ela e seu senhor eram moradores da capitania do Maranhão, e a suplicante fora degradada para a capitania de Pernambuco como punição. Em sua apelação recorria ao discurso religioso, enfatizando o estado de pecado em que se encontrava, pois era submetida a viver “nos pecaminosos e horrendos procedimentos a que tão libertinamente a conduzia o suplicado seu senhor, que vive tão esquecido do Santo temor de Deus, e das leis de V. Majestade”. Com esse argumento “de tão católico ato”, a suplicante pretendia convencer as autoridades da sua justa súplica para a obtenção da sua alforria, bastando que fosse liberado o procedimento de ava-

¹⁹⁵ Requerimento de Isabel Caetana, escrava parda de José Gomes e degradada na Capitania de Pernambuco, por seu procurador Inácio de Freitas, à rainha (D. Maria I), pedindo ordem para que o Ouvidor da Capitania onde se encontra possa fazer nova avaliação e dê um preço justo, para que possa obter sua alforria, a fim de se livrar do concubinato com o seu senhor. AHU-ACL-CU 015, cx.178, doc. 12456 – Capitania de Pernambuco.

liação, que fora de 250\$000 réis, para que o seu senhor não ficasse lesado, pois esse valor já estava garantido por meio da promessa de doações feitas por pessoas vizinhas e conhecedoras da vida de padecimento que levava.

Portanto, observa-se nesse documento uma condição recorrente das escravas, na condição de concubinas, as servícias, a liberdade jurídica como forma de libertação dos abusos sexuais, a moral religiosa como mais um motivo de condenação das escravas, nesse caso da alma e do perigo de danação eterna, assim como o uso do discurso religioso pautada na moral cristã como tática para sensibilizar as autoridades. Neste caso, obtendo até mesmo uma rede de apoio para a obtenção dos valores necessários à alforria onerosa.

Nesses meandros e na interação com o espaço circundante, mulheres escravizadas, apesar dos limites impostos pela escravidão, saíram do silenciamento e reivindicaram outro tipo de vida, valendo-se muitas vezes de instrumentos reguladores do mundo branco, com avisos régios, por exemplo, para pleitear a liberdade. Nessa perspectiva, o caso de Rosaura é uma experiência significativa de demandas do mundo cativo em arenas do grupo dominante, ainda que a ação tenha sido intermediada por procuradores.

A demanda por liberdade colocou Rosaura diante de parâmetros administrativos e legais emanados do reino. Embora não se tenha informações de como o processo se iniciou e nem acesso à petição da requerente, sabe-se que ela tentou, sem sucesso, comprar a sua liberdade, segundo relatado no ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Dom Diogo de Sousa, que precisou explicar ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o imbróglia envolvendo a cativa.¹⁹⁶

¹⁹⁶ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 24 de fevereiro de 1799, a informar a concessão de carta de liberdade à parda Rosaura, que era escrava de Henrique Guilhon. AHU-ACL-CU 009, cx. 102, doc. 8230 – Capitania do Maranhão.

Diante da recusa do seu senhor, Rosaura teria peticionado diretamente ao reino em fevereiro de 1799, por meio do seu procurador, buscando intermédio da rainha para conseguir o seu intento. Importantes argumentos sustentaram o pedido dela: possuía a quantia necessária para se resgatar do cativeiro, o que por si só já podia ser usado para pressionar seu dono; e sofria sevícias – o que, em consonância com a ordem régia de 12 de julho de 1748, fundamentava bem o caso, visto que esse documento determinava que aos cativos que litigassem com os seus senhores sobre sevícias e causas de liberdade deveriam ser depositados na casa do procurador-geral dos índios e liberdades e representados por esse agente, ou seja, por meio desse instrumento legal, era permitido que escravizados saíssem logo do domínio de seus senhores, antes mesmo do desfecho do caso. O imbróglcio foi instalado e a troca de informação entre as autoridades locais e do reino resultou na concessão da liberdade à cativa.

Histórias como a de Rosaura nos mostram indivíduos marcados pela escravidão em suas trajetórias de ousadia e de resistência, capazes de romper com as regras sociais impostas e suplantar papéis previamente definidos para eles, nas engrenagens do mundo colonial. Embora o caso nos chegue incompleto, visto não conter o requerimento enviado ao reino pelo procurador de Rosaura, é significativo no que diz respeito à agência cativa, à voz que emerge desse cenário e às formas e os usos sociais de instituições como a justiça, pensada, *a priori*, como *locus* privilegiado do mundo branco.

Compreende-se, portanto, que as relações tecidas nesse espaço colonial nascem de vontades, interesses, negociações, oportunidades e, sobretudo, das experiências cotidianas construídas dentro e fora do cativeiro, suplantando, portanto, qualquer perspectiva reducionista traduzida na oposição senhor *versus* escravo. É necessário considerar a agência cativa nessas relações, os espaços de fala e de reivindicações em querelas levadas aos bancos da justiça demonstram que, apesar da condição social, essas mulheres não estiveram ab-

sortas e, tampouco, imobilizadas a ponto de aceitar de forma passiva regras e normas institucionalizadas.

Bibliografia

- ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO Jr, Reinaldo dos Santos. (orgs.) *O Maranhão e a Escravidão Moderna*. São Luís: EDUEMA, 2016.
- BRANDÃO, Tanya. Para além dos engenhos: a escravidão na colonização do Piauí. In. EUGÊNIO, João Kennedy. (org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.
- LIMA, Solimar Oliveira. (org.) *Historiografia da escravidão negra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.
- MEIRELES, Marinelma Costa. *“Por meio da justiça e das leis”: escravos e libertos nos tribunais do Maranhão (1750-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém. 2018.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pomбалina. Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759*. 2ª ed. Tomo I, vol. 49. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

CAPÍTULO 8

Expressões artístico-culturais

Adalgisa Arantes Campos
(coordenadora)

8.1. Caridade e poder: as obras de misericórdia nas santas casas da América portuguesa

Renato Franco
(Universidade Federal Fluminense)

Este é o fim, como dizia, porque Cristo Senhor Nosso depois do diviníssimo sacramento do altar, se sacramentou também no humaníssimo dos pobres. E se os que têm por devoção ou ofício exercitar com eles as obras de misericórdia, quiserem saber em qual destes dois sacramentos se dará o mesmo Senhor por mais bem servido, confiadamente te digo que onde o servimos como pobre.

António Vieira, S.J.,
Sermão das obras de misericórdia, 1647.

Fundamentada em passagens do antigo e do novo testamento, a lista com as 14 obras de misericórdia foi fixada por Tomás de Aquino, no século XIII, e durante toda a época moderna foi uma das referências para a sedimentação de um vo-

cabulário político e moral a partir do qual eram justificadas as ações de auxílio no interior da cristandade¹⁹⁷. Embora, em uma acepção mais livre, pudessem ser apreendidas como um conjunto aberto de atitudes regidas pela caridade àqueles em estado de necessidade, as 14 obras estabeleciam, objetivamente, uma hierarquia de determinados tipos de privação material (fome, sede, nudez), física (enfermidade, encarceramento) e espiritual (ignorância, indigência). A última obra de misericórdia corporal – enterrar os mortos –, incorporada à relação no século XIII, foi referência incontornável dos estabelecimentos voltados para o enterro decoroso de pobres e indigentes, em um momento de ampliação do vocabulário cívico das cidades.

Na baixa idade média, a ajuda aos “pobres” se tornou uma agenda central da assistência prestada pelos leigos, uma verdadeira religião civil que aprofundou o espectro semântico do conceito de pobreza, com consideráveis implicações de ordem política, econômica e moral. As ordens mendicantes foram as principais mentoras de uma nova textualidade que, a partir do século XIV, redefiniu os sentidos positivos da riqueza material produzida pelo comércio das elites urbanas atribuindo-lhe sentido moral, ancorado na gramática do bom uso dos recursos, no dever de caridade com os pobres merecedores, na utilidade do dinheiro como vetor de construção da identidade ético-política. Cada vez mais valorizados, os estabelecimentos de assistência funcionavam como mecanismos de transferência de recursos simbólicos e materiais aos menos favorecidos, desempenhando um papel fundamental para a construção do bem comum das repúblicas cristãs; por sua vez, os auxiliados compunham um grupo selecionado

¹⁹⁷ As 14 Obras da Misericórdia: Obras Corporais: 1ª Dar de comer a quem tem fome; 2ª Dar de beber a quem tem sede; 3ª Vestir os nus; 4ª Dar pousada aos peregrinos; 5ª Assistir aos enfermos; 6ª Visitar os presos; 7ª Enterrar os mortos. Obras Espirituais: 1ª Dar bons conselhos; 2ª Ensinar os ignorantes; 3ª Corrigir os que erram; 4ª Consolar os tristes; 5ª Perdoar as injúrias; 6ª Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; 7ª Rogar a Deus por vivos e defuntos.

no interior de uma categoria mais ampla chamada “pobres meritórios”, ou seja, aqueles dignos de serem auxiliados, pertencentes a uma comunidade organizada em torno da noção de honra – necessariamente cristã e ordenada –, segundo as diferentes qualidades que hierarquizavam pessoas.

Fundadas a partir do modelo lisboeta (1498), as misericórdias portuguesas eram devedoras do vocabulário caritativo tardo-medieval e rapidamente firmaram-se como naturais executoras de obras de misericórdia para os pobres, fazendo da doutrina uma referência obrigatória na produção textual e imagética, bem como nos rituais públicos. A metáfora era relativamente simples: sob o papel intercessor de Maria, os bons, os caritativos, os piedosos aliviavam a dor e o sofrimento daqueles que precisavam de ajuda, qualificados como “pobres”, muito embora essa nomeação possa ser enganadora aos leitores do século XXI, na medida em que a penúria material era um quesito relativamente marginal ao conjunto de atributos que compunham a avaliação do que se entendia por necessidade.

A identidade em torno da compaixão pelos pobres, prevista desde os primeiros compromissos, orientou os novos estabelecimentos que se espalharam pela África, Ásia e América, embora, de fato, o discurso não implicasse qualquer oferta mínima de serviços. Como a caridade era compreendida como um preceito cujo exercício era resultado de gestos pessoais e voluntários, feitos, na maior parte das vezes, na hora da morte, o repertório assistencial de cada localidade compunha-se de uma apropriação aberta do vocabulário das obras de misericórdia, apresentando considerável diferenciação entre as congêneres. Ao mesmo tempo, esse repertório religioso poderia ser utilizado para reivindicar a natureza cívica do exercício das obras de misericórdia, tendo por base a defesa moral dos direitos dos pobres. Em propostas de criação de novas irmandades ou nos pedidos para o aumento de esmolos era frequente a menção ao duplo benefício – espiritual e temporal –, que a expansão das instituições de assistência promovia.

No início do século XVIII, as misericórdias americanas contavam uma história secular, em que boa parte delas desempenhou um papel assistencial diminuto depois de um surto fundacional entre os séculos XVI e XVII, em que foram criadas as misericórdias de Olinda (c.1539), Santos (c.1543), Espírito Santo (c.1545), Salvador (1549), São Paulo (1560), Ilhéus (1564), Rio de Janeiro (c. 1582), Paraíba (c. 1585), Itamaracá (1611), Goiana (?), Sergipe del Rei (?), São Luís (1622), Igarassu (1629), Belém (1650). As congêneres americanas tiveram sua importância intimamente ligada ao caráter geopolítico e comercial das comunidades em que estavam baseadas. Até o século XVII, Olinda, Salvador e Rio de Janeiro devem ter sido as instituições mais bem-sucedidas, porque firmaram acordos de atendimento aos soldados do rei, permitindo-lhes rendas regulares. Na região de Pernambuco e arredores, as misericórdias de Olinda, Goiana, Igarassu, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, destruídas durante a ocupação holandesa, permaneceram diminutas, impossibilitadas de cobrarem suas dívidas ou assegurarem seus títulos e privilégios diante da perda de documentação.

Embora as misericórdias tenham permanecido como solução natural para a ausência de assistência, no século XVIII, a autorização régia para a fundação de congêneres foi feita com mais cuidado, de modo a assegurar a sobrevivência financeira dos novos estabelecimentos. Em 1723, o procurador Luís de Almeida Ramos e os “povoadores” de Sacramento solicitaram ao Conselho Ultramarino a criação de uma Santa Casa de Misericórdia na então nova Colônia de Sacramento, para os “pobres soldados serem tratados com mais caridade”. Em 1726, os moradores da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica (Ouro Preto), pediam a criação de uma misericórdia para tratar do culto divino e dos assuntos temporais como “nas mais terras principais”. Em ambos os casos, as fundações foram desestimuladas pelo Conselho Ultramarino, porque não apresentavam recursos orçamentários que pudessem garantir a longevidade das propostas.

No século XVIII, foram criadas apenas três misericórdias: Vila Rica (1735), Recife (1735) e Campos dos Goytacazes (1792) não obstante fosse possível observar a maior presença de novas apropriações do repertório caritativo por meio das doações de fortunas em diferentes partes da América portuguesa. Por isso, não é possível associar, como fez certa historiografia, o sucesso ou o fracasso das misericórdias à liberalidade ou ao egoísmo atávico de determinadas populações tendo em vista que o repertório caritativo não se esgotava na ação daquelas irmandades. Além disso, instituições de caridade como as santas casas não se moviam por parâmetros de eficácia ou universalidade, não pretendiam qualquer mudança da “estrutura social” e não devem ser confundidas com a autoimagem de benevolência unívoca que construíram ao longo dos séculos. A pobreza era entendida como um fato moral, cujas soluções propostas eram de ordem religiosa e não um problema social a ser extinto. Durante a época moderna, o exercício da caridade era marcadamente seletivo, o que nas misericórdias significou a prioridade dos cristãos-velhos, dos de legítimo nascimento, dos locais, e a exclusão das populações indígenas, africanas e seus descendentes das doações mais disputadas, como eram os dotes de órfãos, o atendimento gratuito nos hospitais, as esmolas oferecidas por ocasião dos rituais públicos.

As misericórdias não eram “instituições públicas” e apenas a partir de fins do século XVII é possível constatar a oferta de serviços que, com base na pobreza dos proprietários, atendiam os escravizados “por caridade”. Naquela altura, uma negociação entre governadores, religiosos e misericórdias do Rio de Janeiro e de Salvador instituiu os dois primeiros cemitérios de pobres e escravos cristãos das respectivas cidades. No norte da América portuguesa, décadas depois, os irmãos da misericórdia de Belém denunciavam a bancarrota financeira provocada pelas recentes leis de liberdade dos índios. A misericórdia relatou, em uma carta à Coroa, em 1778, que havia investido parte do patrimônio na compra de índios es-

cravizados e, quando a legislação pombalina libertou todos os indígenas, ficou sem mão de obra para cultivar as terras que lhe pertenciam.

Das obras de misericórdia à caridade bem ordenada

Até o fim da época moderna, a caridade com os pobres permaneceu como componente fundamental da justiça nas repúblicas cristãs, desempenhando um papel importante nas justificativas para a redistribuição das riquezas. No caso das santas casas americanas, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, a referência textual às obras de misericórdia tendeu a se restringir aos estatutos e aos escritos de orientação religiosa. Por sua vez, filantropia e beneficência passaram a referenciar o novo repertório de ações de auxílio, em um momento de separação entre ética e moral cristã.

Em termos históricos, já na segunda metade do século XVII, nota-se como parte do dinheiro oriundo do comércio foi importante para diversificar o repertório caritativo, sendo vertido em obras de misericórdia de maior envergadura, geridas pelas santas casas da América. Em 1700, o legado do negociante João Mattos de Aguiar para a misericórdia de Salvador representou o início de uma nova fase da instituição, com o estabelecimento de uma série de obras de caridade impensáveis de serem viabilizadas sem a referida fortuna.

Na cidade do Rio de Janeiro, a maior circulação de riquezas na primeira metade do século XVIII também representou a expansão institucional a partir de recursos oriundos dos negócios coloniais. Em 1738, o negociante Romão de Mattos Duarte, por meio de uma escritura pública de doação, estabeleceu uma roda dos expostos como forma de ingresso na irmandade. No ano seguinte, Marçal de Magalhães Lima e Francisco dos Santos financiaram a criação de um recolhimento de órfãos sob a administração da misericórdia carioca. Em 1746, Inácio da Silva Medela deixou um legado para a cerimônia de lava-pés celebrada pela mesma irmandade, na

quinta-feira da semana santa. Essas eram escolhas pessoais que, em última instância, definiam o perfil institucional das misericórdias locais, estabelecimentos que se organizavam em torno da memória caritativa dos seus doadores.

De todo modo, desde a segunda metade do século XVII, era possível constatar também uma diversificação do repertório caritativo, que lentamente extrapolou o léxico das obras de misericórdia em favor de nomeações menos religiosas, pretensamente racionais e universais. Na América portuguesa um progressivo número de fundações pias, financiadas por leigos, deu início a pequenas instituições de auxílio, sobretudo hospitais. Esses eram os exemplos, entre outros, de Cachoeira (1729), na Bahia, cujo legado ordenava a criação de um hospital que foi gerido por franciscanos e hospitalários; de Desterro (1765), no atual estado de Santa Catarina, onde irmandade do Senhor dos Passos exerceu atividades caritativas; de Penedo (1767), atual estado de Alagoas, em que a irmandade dos pardos de São Gonçalo Garcia administrava um hospital para atender os doentes de malária; de Santo Amaro (1778), na Bahia, onde os irmãos obtiveram a autorização provisória do bispado para funcionamento; de São João del-Rei (1783), em que um ermitão chamado Manoel de Jesus Fortes recolheu esmolas para a criação de um hospital. A origem modesta desses estabelecimentos, distantes do caráter seletivo que caracterizava a composição das misericórdias modernas, indicava uma diversificação de agentes caritativos reunidos em estabelecimentos de menor envergadura, que seriam importantes para as mudanças do vocabulário caritativo.

A despeito da maior diversidade de agentes, de fato, ao longo do século XVIII, o número de novas misericórdias foi consideravelmente inferior se comparado com os séculos precedentes. Na sede da capitania das Minas Gerais, uma misericórdia foi fundada em 1735, a partir da doação de Henrique Lopes de Araújo, um português de nascimento modesto, que enriquecera nas primeiras décadas de ocupação do in-

terior. Tão logo erigida, os irmãos de Vila Rica solicitaram a extinção das diferenças formais entre irmãos de primeira e segunda condição de modo a não hierarquizar com base na ocupação mercantil de parte dos confrades. Essa inovação, aprovada por Lisboa, foi adotada nos compromissos de misericórdias fundadas no início do século XIX, como Itu, Sorocaba e São João del-Rei, por exemplo.

A maior abertura social não foi suficiente para atrair grandes legados, não obstante o preceito caritativo continuasse a ser uma justificativa incontornável das ações de benevolência. Em Vila Rica e no Recife, duas sedes administrativas, as misericórdias foram diminutas, incapazes de ombrear com as ordens terceiras e demais irmandades locais. Esse não parece ser um quadro ocasional, uma vez que, a despeito da ocupação de vastas áreas de colonização, é possível constatar um hiato na fundação das misericórdias que só seria interrompido na virada do século XVIII para o XIX, quando os ideais filantrópicos ofereceram um novo ímpeto para a reforma das antigas e a fundação de novas instituições.

As explicações gerais para essa dinâmica não são simples de serem pontuadas, porque os arranjos locais eram quesitos fundamentais para a saúde financeira das misericórdias. Contudo, do século XVIII em diante, na região das Minas e nos demais territórios ocupados a partir de então, o atendimento dos soldados foi financiado diretamente pela Fazenda Real, sendo feito sem as misericórdias. Essa era uma novidade que necessita ser mais bem explorada do ponto de vista historiográfico, tendo em vista que o atendimento da milícia foi fator importante para a autonomia financeira dos exemplos mais bem sucedidos até aquele momento: Olinda, Salvador e Rio de Janeiro. Nessas duas últimas cidades, a primeira metade do século foi marcada por disputas entre as mesas diretivas e a Fazenda Real que culminaram na rescisão dos contratos de cooperação mútua na segunda metade do Setecentos.

Além disso, no reinado josefino, as formas de financiamento das misericórdias passaram por transformações,

sendo cada vez mais, objeto de escrutínio governamental. Nas correspondências de vários governadores, os pareceres sobre a eficácia das instituições de assistência, sobretudo os hospitais, não eram dos mais abonadores. Em 1769, por exemplo, o hospital da misericórdia de Vila Rica foi qualificado de “indigno”. Naquela altura, as intervenções no direito sucessório limitaram a aquisição e a conservação de bens de raiz, além de impedirem a instituição da alma por herdeira, ou seja, os doadores deixavam de poder aplicar a integralidade de suas fortunas em missas e obras pias. O cenário de aberta ingerência nas misericórdias do império como um todo indicava uma agenda reformista das ações caritativas, e não exatamente da caridade como valor cardinal das sociedades católicas.

Especialmente a partir de Pombal, o vocabulário das obras de misericórdia foi se tornando secundário, considerado excessivamente religioso e arcaico para a agenda filantrópica que deu sentido à nova dinâmica institucional. As santas casas permaneciam profundamente religiosas, mas orientadas por novos valores éticos de ajuda aos pobres. Em meados do século XVIII, isso significava um desequilíbrio do vocabulário caritativo em benefício do financiamento hospitalar e da criação dos expostos, uma agenda que buscava dialogar com a importância que a infância e a medicina assumiram naquele momento.

Bibliografia

- ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres: As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- ABREU, Laurinda. *Pina Manique: Um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.
- ABREU, Laurinda; PAIVA, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 5, *Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2006.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; PAIVA, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 6, *Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2007.
- EVANGELISTI, Paolo. 'Dunque non sognate, fate fatti non solo parole', Bernardino de Siena e a proposta franciscana de uma religião civil. *Varia Historia*, 31, n. 55, p. 81-125, 2015.
- FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.
- LOPES, Maria Antónia; PAIVA, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 7, *Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2008.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: EdUNB, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; PAIVA, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, *A fundação das*

Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2004.

TODESCHINI, Giacomo. Theological Roots of the Medieval/Modern Merchants Self-Representation. In: JACOB, Margaret C.; SECRETAN, Catherine. (ed.) *The Self-Perception of Early Modern Capitalists*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

TODESCHINI, Giacomo. *Franciscan Wealth: From Voluntary Poverty to Market Society*. New York: Saint Bonaventure University, 2009.

TODESCHINI, Giacomo. *Les marchands et le temple: La Société et le cercle vertueux de la richesse du Moyen Âge à l'Époque moderne*. Paris: Albin Michel, 2017.

XAVIER, Ângela Barreto; Paiva, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum, vol. 4, Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

8.2. A Procissão dos Ossos em duas associações confraternais: a Misericórdia de Salvador e São Miguel e Almas em Vila Rica (1713-1735)

**Adalgisa Arantes Campos
(Universidade Federal de Minas Gerais)**

Os festejos ordinários, extraordinários, oficiais, confraternais, de regozijo e lúgubres

A cultura do Barroco foi marcada pela ênfase visual, pelo lúdico e a persuasão, afirmou o poeta e ensaísta Affonso Ávila, em o *Lúdico e as projeções do mundo barroco*, destacando um repertório inusitado de manifestações festivas costumeiras aos portugueses e que tiveram promotores variados. Uma parte delas era da incumbência do senado da câmara, custeada com donativos dos comerciantes e do oficialato mecânico. Entretanto, para fazê-las, o senado recorria à paróquia da vila, mediante a irmandade do Santíssimo Sacramento que, amiúde, colaborava na administração paroquial. Todas elas com um conteúdo religioso, próprio das monarquias católicas ibéricas, mediante o padroado régio daqueles tempos. Eram: do Anjo Custódio do reino, da Visitação de Santa Isabel, de São Francisco de Bórgia, de São Sebastião, São Jorge, o *Corpus Christi*, as Ladainhas de Maio, bem como do padroeiro do município. Pelo fato de serem anuais, tais cerimônias são consideradas “ordinárias”.

Sob a responsabilidade das câmaras em Portugal e em seu império ultramarino, mas de natureza “extraordinária”, eram as comemorações relativas ao nascimento e casamento dos membros da família real, os Coroamentos da realeza e, por fim, as exéquias dos reis, de cunho lutuoso e muito solene. Manifestações de júbilo ou lúgubres se estendiam a vários dias, comportando etapas diferenciadas, umas religiosas em recinto fechado, restritas às elites civil, religiosa e militar, outras mundanas e mais lúdicas, a céu aberto, conclamando

os moradores em geral (touradas, cavalhadas, jogos, danças, encenação teatral com armações efêmeras, etc...). Os festejos supracitados, persistentes no período colonial, extraordinários e ordinários, são considerados oficiais, o que não significa reiteramos que fossem isentos do aspecto religioso, o que se dará século e meio depois com o advento da festa cívica imperial de cunho eminentemente profano.

Coetaneamente, tem-se aquelas manifestações inerentes às associações confraternais, que se repetiam ano após ano, portanto de natureza ordinária, como a festa do padroeiro(a) de altar, de capela ou da igreja matriz, cuja magnificência dependia do custeio próprio, da mesa diretora das confrarias e escolas levantadas. Em condições ideais, compreendia uma novena e o tríduo sacro com sermão, missa cantada, procissão – tríade costumeira – e, finalmente, a exposição do Santíssimo Sacramento à veneração dos fiéis, no altar da invocação celebrada. Em períodos de penúria, ou quando a irmandade estava comprometida com obras, fazia-se pelo menos uma missa em louvor ao seu padroeiro. O culto santoral e a devoção aos diversos títulos marianos, enraizado nas gentes ibéricas, possibilitaram inúmeras cerimônias no decorrer do ano, enquanto na quaresma e Semana Santa se desenrolavam também aquelas cerimônias ordinárias (anuais), obrigatórias ao calendário litúrgico, sob a responsabilidade da paróquia, coadjuvada pela irmandade do Santíssimo respectiva. Além dessas cerimônias de cunho institucional, ocorreram outras, que não serão tratadas nesse curto espaço. Esse intróito se deve a necessidade de se contextualizar o apreço à objetivação, a dar forma visível ao que se considera importante, que deve se destacar das preocupações cotidianas e da temporalidade do trabalho.

As sociedades pretéritas não conheceram os valores da democracia liberal oitocentista, de modo que nos cortejos supracitados o corpo social da vila se apresentava rigidamente ordenado, dando relevo às hierarquias confrarial, eclesiástica e à nobreza da terra. O andor sempre em momentos da

maior sacralidade era reservado à invocação festejada, o pátio ao Senhor Morto ou ao Santíssimo Sacramento, espaço.

A Procissão dos Ossos em Salvador, a encomenda do painel azulejar

No presente texto focamos um cortejo que era prerrogativa das misericórdias portuguesas e suas congêneres em seu império transnacional, baseada na norma emanada pela Misericórdia de Lisboa, o que de fato supõe alguma variação¹⁹⁸. Este vínculo era matizado em função da abertura ao período em questão, a disponibilidade material e espiritual da irmandade e o apreço às obras de caridade. Trata-se de dar *assistência, acompanhamento funeral e sepultura* aos condenados da pena capital, cujo modo de se proceder era fornecido pelo compromisso de Lisboa, capítulo “*Dos padecentes*”. As misericórdias prestavam assistência jurídica aos prisioneiros; seu ‘mordomo dos presos’ tinha a função de visitá-los, ficar a par da sua condição, garantir-lhes algum sustento às quartas-feiras e domingos e, juntamente, com o capelão confortá-los e consolá-los. Segundo o padre Vieira em sermão feito na igreja do hospital Real de Lisboa, a 7ª obra de misericórdia – o dar sepultura aos mortos sem qualquer discriminação – é a maior delas, porque não se espera retribuição alguma de quem não pode pagar. Mas será que não se esperaria uma retribuição espiritual, não pelo defunto que nada pode fazer, mas por Jesus Cristo, pois o que se faz aos semelhantes, se faz a Deus que é pura misericórdia (Mt 25,40).

Conforme o código filipino, a pena capital tinha duas versões: a “morte natural”, que permite o recolhimento do cadáver após a execução e a “morte natural para sempre”, mais dura, pois o corpo do condenado poderia ser queimado,

¹⁹⁸ 23/09/1622, Lisboa – Alvará régio autorizando a Misericórdia da cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos a usar dos privilégios concedidos à Misericórdia de Lisboa. In: ABREU; PAIVA. *Monumenta Misericordiarum*. 2002- vol. 5, p. 120.

esquartejado e suas partes expostas com função exemplar no pelourinho e fora do núcleo urbano. Era muito comum no cotidiano das vilas e cidades período colonial, se deparar com cabeças de escravos pregadas nos pelourinhos, e mesmo partes de corpos esquartejados¹⁹⁹. As condições objetivas para a realização do rito solene, feito anualmente em Todos os Santos (1 de novembro) eram flagrantes, não faltavam necessitados e seus despojos. A irmandade saía em corporação de sua igreja até o patíbulo local e outras partes, recolhendo os despojos dentro de suas tumbas. Depois desse percurso de ida, tinha o de volta ao templo, para nele se depositar os ditos esquifes provisoriamente, para que no alvorecer do dia seguinte (02 de novembro, Finados), se cuidasse do seu sepultamento (RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e filantropos...* 1981. P. 202). Segundo João José REIS, em *A morte é uma festa*, o destino dos suicidas, criminosos, indigentes e escravos pagãos deveria ser o vergonhoso cemitério do Campo da Pólvora, administrado pela Misericórdia.

A igreja da Misericórdia de Salvador apresenta um raro registro visual sobre a Procissão dos Ossos – painel de azulejos situado na nave, do lado direito (Epístola). A obra foi encomendada pela irmandade juntamente com a do lado oposto (Evangelho), sobre a Procissão do Enterro, cortejos que faziam parte de seu calendário específico. À Marieta Alves se deve ter encontrado o documento da encomenda²⁰⁰: carta de 05/09/1722, com uma “receita” anexada, dirigida a Antônio de Abreu, azulejista com oficina e empreiteiro nesse ramo residente em Lisboa. Santos Simões presume que a dita receita fosse uma descrição pormenorizada ou um esboço do que se desejava “que serviria de seguro guia ao pintor a quem Antônio de Abreu haveria de entregar o encargo de fazer a pintura dos painéis” (SIMÕES, 1965, p. 91). Não se

¹⁹⁹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. *Tempo Brasileiro*, 110 (1992), p. 141-167.

²⁰⁰ Apud SIMÕES, J. Maria dos Santos. *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, p. 88-92.

sabe detalhes sobre a chegada e instalação dos supracitados conjuntos azulejares em Salvador. Marieta Alves interpretou a dita receita como uma expressão local da Procissão dos Ossos, enquanto Carlos Ott discordou: “Quer-nos parecer que estas procissões obedeciam a um cerimonial comum a todas as Santas Casas e que não seria possível destrinçar na figuração azulejar qualquer particularidade que permita assegurar a qual das irmandades pertence”, isto é, de qual localidade (SIMÕES, 1965, p. 90, nota 60).

O experiente Santos Simões se colocou a favor da interpretação de Marieta Alves, além de considerar que o estilo dos ditos azulejos se aproximava mais de 1730, ou seja, teriam sido feitos anos depois. Posteriormente, José Meco fez atribuição de autoria dessa dupla de painéis através da comparação com obra assinada existente no claustro inferior da Sé do Porto, de 1729/31. Confirmou assim a datação prevista por Simões. Trata-se do pintor de azulejos Valentim de Almeida, membro da irmandade de São Lucas de Lisboa desde 1717 e do qual nela se tem notícias até 1762.²⁰¹ Ele havia pertencido ao círculo profissional de Antônio de Abreu (referido na carta mencionada), a quem deve sua formação artística. Meco indica outros monumentos de Salvador com obras de Valentim de Almeida, todos com linguagem do período joanino. Não entraremos em pormenores de autoria, formação e oficina do pintor, ou da qualidade artística de seus trabalhos. Portanto, os ditos painéis situam-se em fins da década de 1720, havendo dois enfoques sobre a dita **receita** que seguiu para Lisboa. Para se encomendar uma obra, recorria-se a intermediários até se chegar à oficina e, finalmente, a instalação desses painéis narrativos feita sobre silhar de azulejos de figura avulsa. De modo que a altura do dito painel propicia uma altura de fá-

²⁰¹ MECO, José. Valentim de Almeida. In: PEREIRA, Paulo (coord.) *Dicionário da Arte Barroca de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 27-28; MECO, José. A expansão da azulejaria portuguesa. *Oceanos*. Lisboa: Bertrand, n. 33/37, out. 1998 a mar. 1999, p. 8-17.

cil leitura ao confrade, na nave da igreja da Misericórdia de Salvador.

Figura 1 – Procissão dos Ossos



Fonte: Painel de azulejos. Igreja da Misericórdia, Salvador, Bahia. Fotografia da autora.

Descrição da forma visual do cortejo mediante livro de compromisso

Portugaliae Monumenta Misericordiarum traz um conjunto de fontes grandiosas que facilita ao investigador de qualquer parte do mundo acessar os e compromissos das misericórdias de vilas e cidades do orbe lusitano. Com os compromissos em mãos, podemos destrinchar o conteúdo da imagem visual, orientada ou não pela receita. Em seus volumes se encontram ainda a versão fac-símile de sermões e da literatura doutrinária sobre o valor espiritual das obras de misericórdia no universo mental católico no período que nos interessa. Por meio de uma fé vivencial e operativa, que se traduz em obras de compaixão, o homem torna-se cada vez mais semelhante ao Senhor. (Tg 2,13). Para o significado teológico das misericórdias veja o texto de Renato Franco nessa edição, que facilitará a compreensão tão particularizada do nosso recorte temporal, o primeiro terço dos Setecentos.

O capítulo “*Dos padecentes*”, geralmente no final do livro de compromisso das misericórdias, aborda a assistência corporal e espiritual, a maneira como se dava o acompanhamento

solene do condenado, da cadeia até ao patíbulo e, posteriormente, do cadáver à sepultura. Em seguida, no mesmo capítulo, tem-se a ordenação de um cortejo diverso, o traslado das ossadas dos supliciados, que vimos serem abundantes na época em questão. O rito era de carácter ordinário e penitencial, articulando ao mesmo tempo duas obras de misericórdia, uma corporal – enterrar os mortos, outra espiritual – o rogar a Deus pelas almas. O tempo gasto no itinerário facilitava também o fazer penitência e o interceder junto aos santos da corte celestial. Essa procissão foi feita em Salvador até 1825.

Carlos Ott considerou ser impossível deduzir algo particular da realidade de Salvador naquele cortejo azulejar. Ou como aquele momento era vivenciado pelos confrades e os participantes (penitentes convidados e alguns profissionais pagos). A simples presença das três essas (tumbas)²⁰² já é razão suficiente aquela irmandade, pois era usual às misericórdias possuir um esquife para os seus confrades, outro para ser alugado ou usado gratuitamente com os necessitados e um específico para crianças mortas. Pretende-se dar uma sugestão, uma ideia, de como era feito esse ritual piedoso, conforme o agrupamento de pessoas, vestes e adereços, embora a padronagem azul e branca do azulejo possa dificultar. O cortejo não é feito em jejum, pressupõe uma alimentação na parte da manhã para dar resistência aos participantes. O uso de tochas tem, aí, uma função estritamente simbólica.

Figura 2 – Procissão dos Ossos



Fonte: Desenho esquemático feito por Mirella Spinelli, 2022.

²⁰² Veja esquife da Misericórdia de Melgaço, século XVIII (Fotografia Sérgio Azenha). In: ARAÚJO; PAIVA. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, v. 6, 2002, p.712, XXXIII.

1. A procissão é iniciada pelo pendão ou estandarte da mãe da Misericórdia (tal qual na segunda frase da oração Salve Rainha), corredentora com a salvação humana, por acolher em seu corpo o filho de Deus. Seu formato é arrematado por uma cruz minúscula sobre o calvário, levada por um oficial. Cada grupo temático é ladeado por dois membros com tochas acesas (ou mordomos da mesa diretora da confraria). Seguem vestidos dos “saíes” da misericórdia (vestuário amplo, curto com bolero ou pelerine com capuz), meias de cano longo e calçados com fivela e de salto alto. Observação: o cortejo não foi aberto pelo homem da campainha, de veste azul como na Procissão do Enterro, pois o chamado à participação externa já se deu anteriormente.
2. Dois irmãos com tochas introduzem o grupo que leva as três tumbas sucessivas, totalmente cobertas com tecido pesado (em veludo negro), bordado frontal com a cruz latina. Os esquifes são semelhantes no formato, mas a primeira é menor. Cada um é carregado por quatro irmãos, com uma vara com gancho na ponta²⁰³, para sustentar o esquife em paradas. À frente de cada tumba, há sempre uma dupla com tochas. Os despojos devem ser tratados com reverência, com o retorno à terra e a alma a Deus porque o defunto faz parte do corpo místico da igreja, diz a parenética da época. Esse gesto piedoso ultrapassa a horizontalidade de sepultar e orar pelos próprios confrades, parentes e amigos, alcançando maior valor junto a Deus.
3. Seguindo o cortejo, quatro sacerdotes com tonsura, um deles leva o crucifixo e os demais círios. O mais jovem se distrai, girando a cabeça para trás. Os calçados dos clérigos se distinguem dos outros pela

²⁰³ Denominada popularmente cireneu, em homenagem ao anônimo que ajudou o Cristo carregar a cruz.

severidade do modelo. Certamente são os capelães da Misericórdia ou convidados da clerezia. Não são frades e nem monges porque não estão com o hábito. Se o cortejo fosse de um condenado ao patíbulo, ele estaria com túnica em linho branco, com capuz para cobrir o rosto durante a execução. Ademais ele se posicionaria próximo ao crucifixo para receber consolo, seguido de fiéis que desejassem fazer penitência e também para suscitar no prisioneiro o arrependimento e a conversão espiritual. Haveria um recipiente com uma porção de alimento para a última refeição, bem como o hissope e caldeirinha de água benta para aspergi-lo. Convém salientar que no deus trino sobeja a bondade que ultrapassa os tribunais de justiça e, assim, as duas sentenças não são semelhantes (Mt 10,28).

4. Finalmente aparece o provedor com a vara de prata, fechando o cortejo. Este aponta com a mão esquerda, num gesto de disciplina. Constituindo o topo da hierarquia no corpo confraternal, paga a joia mais alta. Não obstante, deve servir a todos com humildade. Há pelo menos quatro pessoas maduras, com perucas cacheadas, provavelmente os mais qualificados da Mesa diretora: o provedor, o procurador, o escrivão e o tesoureiro. (Vimos que nesse cortejo não há prisioneiro a ser conduzido ao patíbulo). Assim sendo, a procissão tanto poderia estar a caminho do cadafalso ou no retorno já com as ossadas recolhidas, o que parece mais coerente pelo tom pesaroso e gesto do provedor, pois na volta era frequente certa desordem, fato advertido nos estatutos.

A Procissão dos Ossos em Vila Rica e as irmandades de São Miguel e Almas

Xavier da Veiga informa nas *Ephemerides Mineiras* sobre o alvará de 16 de abril de 1738 que concedeu licença para a ereção da capela de Sant'Ana, padroeira da irmandade e do hospital da Misericórdia, situados na praça de Vila Rica até 1855. No período em que ela não existia, era a irmandade de São Miguel e Almas, com altar próprio na igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar, que acompanhava e enterrava gratuitamente os necessitados. À fábrica paroquial também ocorreu nos primórdios dar enterro pelo amor de Deus²⁰⁴. A irmandade de São Miguel se dizia coetânea com a formação da vila, mas só conseguiu provisão de ereção em 1713, de Dom Francisco de São Jerônimo. Caio Boschi, em estudo pioneiro, considerou que o aparecimento tardio das misericórdias em Minas se deveu inclusive à proliferação das confrarias de São Miguel que monopolizaram o serviço fúnebre²⁰⁵.

Em 1735, encontrando-se o compromisso de 1713 ilegível pelo desbotamento, a irmandade encomendou o segundo livro. Para se ter uma ideia do que era feito nessas duas décadas, basta a consulta de códice – em excelente estado de conservação – ratificando a realização de um Ofício Universal por todas Almas do Purgatório no dia de Finados, que foi substituído por missas na década de 1730, imediatamente em razão das despesas da irmandade com a renovação do altar e com a participação com o pagamento das obras na matriz²⁰⁶. De fato, estava em curso mudanças no tocante à ca-

²⁰⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712- 1750) *Revista Barroco*. Belo Horizonte, 18 (2.000): 45-68.

²⁰⁵ BOSCHI, Caio C. O assistencialismo na Capitania do Ouro. *Revista de História*. São Paulo, 1984, jan – jun, n. 116, p. 25 -41.

²⁰⁶ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar-AENSP, Ouro Preto, *Livro de Eleição, Posses, Promessas e deliberações, inventário, receita e despesa da Irmandade de São Miguel e Almas, 1712- 1835*.

ridade com as almas. Diferentemente das outras associações daquele recinto paroquial, São Miguel e Almas aceitava a entrada de mulheres (cap. 1), de alforriados e pessoas de condição humilde realizando duplamente a misericórdia corporal e espiritual (cap. 30).

Precisamos nos contentar com a descrição do documento, já que não se tem para as Minas Gerais uma forma visual como a estudada para Salvador. Temos o compromisso ornamentado com maiúsculas, flores e aves, de grande valor artístico. Surpreendentemente, os capítulos normativos são recheados com aspectos particulares, informações muito atualizadas das transformações ocorridas na quarta década do Setecentos:

Em dia de todos os Santos de tarde se fará a procissão dos ossos como é costume, **a qual sai desta Matriz para o cemitério com as duas tumbas no meio da Irmandade**, e irá a dos pobres adiante, e as dos Irmãos atrás, ambas entre o corpo da Irmandade, todos os Reverendos padres da freguesia, e ultimamente o Reverendo Vigário, à mão direita do qual irá o Provedor, **e levará um Santo Cristo nas mãos com toda a decência**, e em ausência do Provedor o levará o Escrivão, e o mesmo Provedor encarregará aos Irmãos toda a decência e postura neste ato, para o que o Procurador da Irmandade irá no meio da procissão com vara preta na Mão, e outro Irmão da mesa da mesma sorte, e o Escrivão com outra vara preta na mão irá atrás do Reverendo Vigário, e do Irmão Provedor cobrindo a procissão, e chegando ao Cemitério. Findo o responso que ali se costuma cantar se recolhem os ossos nas ditas tumbas, e formada a procissão se trazem as tumbas atrás, e virá a tumba dos Irmãos com o pano rico logo atrás do

Irmão que cobre a procissão e atrás desta a dos pobres, aos Padres que acompanham esta procissão se dava até o presente uma oitava de ouro, o mesmo se lhe dará daqui em diante, ou o quanto ajustarem os da mesa, e ao Reverendo Vigário o costume: **e formada a procissão dará volta por toda a vila como é costume, e pelas Ruas por onde passa haverá altares armados com alguns ossos**, nos quais se cantarão os Resposos costumados, e recolherá a dita procissão na Matriz, e os ossos se enterrarão no fim do ofício que no outro dia se faz que é no dia dos Finados. (Cap. 42, grifos nossos)

A procissão era solene, com armação prévia de altares pelas ruas em que passava (não menciona sua quantidade). Não se sabe o trajeto, apenas que dá uma volta por toda a vila. A mesa diretora se apresentava com sinais distintivos, a vara preta, enquanto o provedor além de levar o crucificado, também incitava a disciplina do cortejo. Os sacerdotes da freguesia e, por fim, o reverendo vigário do Pilar, participavam e oneravam bastante a irmandade. Empregavam-se duas tumbas que saíam vazias da matriz do Pilar (uma de *pano rico* e outra de *pano pobre*) em direção ao dito cemitério para recolher os ossos. Que cemitério seria esse? Aquele em torno da matriz do Pilar, cujo espaço era bem amplo, ou o dos padecentes, bastante longe – na saída da vila, do qual falaremos adiante? Não se menciona o termo *padecentes*, mas a abundância de ossos permitiu inclusive ornamentar os altares. A procissão se dá ‘como é costume’ e com os ‘resposos costumados’, ou seja, uma prática piedosa com pouco mais de duas décadas, muito diferente daquela das misericórdias, com tradição de séculos e séculos. O padroeiro, São Miguel, não abre o cortejo, apenas um crucifixo como alusão à salvação.

Sobre o cemitério dos padecentes, o historiador Renato Franco me passou transcrição de precioso documento que esclarece sua localização. Trata-se de um requerimento de Antônio da Silva Pais feito à câmara de Vila Rica em 16 de janeiro de 1773, requerendo 12 braças de terra nas proximidades do Hospício (da Terra Santa), “princiando por detrás do Cemitério dos Padecentes (...) com os fundos dando para a Capela da Piedade” ao preço de dois vinténs por braça, como é o costume naquela “paragem que nada servem ao bem comum”. Tem-se uma aversão semelhante àquela provocada pelo cemitério da Pólvora de Salvador. No despacho de 21 de julho, o Escrivão deu posse às doze braças, por quatro vinténs a unidade, argumentando se tratar de “paragem remota e fúnebre”²⁰⁷. Diz o documento que o capitão Manoel José Veloso e outros tinham obtido aforamentos nessa paragem por um preço mais baixo (até nossos dias atuais o bairro consta ser conhecido por Veloso). A dita capela da Piedade foi demolida para dar lugar à igreja dos Mínimos de São Francisco de Paula e com isso o cemitério dos Padecentes passou então a vizinhar com aquele de São Francisco de Paula.

Após o encerramento da procissão que era feita de tarde, ocorria o Sermão dos Ossos encomendado pela irmandade de São Miguel ao “sujeito capaz de orar em semelhantes atos, **isto se entende enquanto não houver Irmandade da Misericórdia**, que em havendo fica cessando esta função nesta Irmandade...” (cap. 43). O dito cortejo não poderia de modo algum ser feito no domingo e se caísse nesse dia seria prorrogado para o sábado seguinte. Domingo é dia festivo e do Senhor, portanto é contra o cerimonial e as constituições, como se verificou no ano de 1722 quando a irmandade foi reprovada pelo reverendo mestre escola Antônio de Pina, em capítulo de visita (cap. 44). Coincidindo Todos os Santos com o domingo, realizava-se missa cantada, sermão, canto de música e órgão.

²⁰⁷ Arquivo Público Mineiro-APM, Câmara Municipal de Ouro Preto-C-MOP, Documentação não encadernada, cx. 46, doc. 41.

Comparando rapidamente os dois cortejos, o da Bahia e o Minas, tendemos a achar que o mineiro se fixava mais na misericórdia espiritual, parecendo que os ditos ossos cumpriam mais uma função edificante, para lembrar aos vivos o seu destino biológico e a premência de se praticar o bem tal qual Jesus. Os ossos têm uma potencialidade persuasória incrível, embora no barroco das Minas não tenha desenvolvido qualquer inclinação para macabro. Respondendo à pergunta sobre a origem dos despojos empregados na Procissão dos Ossos, supomos o recolhimento prévio no adro da matriz do Pilar. O dar sepultura e acompanhamento, por meio de enterros “pelo amor de Deus”, deixaria de ser feito por São Miguel, ao entregar suas tumbas à recém-criada Misericórdia de Vila Rica.

Bibliografia

- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do Mundo Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- ABREU, Laurinda; PAIVA, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 5, *Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2006.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; PAIVA, José Pedro. (eds.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 6, *Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2007.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Contribuição ao estudo da iconografia da morte na cultura artística luso-brasileira. In: RODRIGUES, Claudia; LOPES, Fábio Henrique. *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EduERJ, 2014, p.153-189.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: EdUNB, 1981.
- SIMÕES, J. Maria dos Santos. *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

8.3. Representações e conexões da Paixão de Cristo no programa iconográfico das ordens terceiras do Carmo das regiões Nordeste e Sudeste brasileiras

Lia Sipaúba Proença Brusadin
(Doutora em Artes, Universidade Federal de Minas Gerais)

Introdução

O drama da Paixão de Cristo foi um dos eixos da piedade cristã mais representado pelas expressões artísticas-culturais no interior dos templos das ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo no império português. O presente estudo tem como finalidade analisar as representações e as conexões do acervo escultórico da Paixão de Cristo dos irmãos terceiros carmelitas das regiões do Nordeste e Sudeste brasileiro. As esculturas se caracterizam por serem imagens retabulares e processionais, eram utilizadas tanto no culto religioso quanto nas festividades da Semana Santa durante os séculos XVIII e XIX.

A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, documental e registro fotográfico *in loco* por meio de um estudo comparativo entre o programa iconográfico da Bahia – nas cidades de Salvador e Cachoeira –, e o de Minas Gerais – em São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro e Sabará. Desse modo, foi observado que para o leigo, o contato com objetos sacros conduzia a uma intimidade divina e a pretensão de uma existência edificada diante da realidade antagônica e transitória da vida, esse tipo de acervo configurou uma dinâmica própria e representativa da expressão artístico-cultural da colônia.

As ordens terceiras do Carmo: conexões entre o Nordeste e Sudeste

As ordens terceiras carmelitas têm suas origens nos Frades ou Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, na Palestina. Elas correspondem a um conjunto de associações de fiéis que participam no século do espírito de um instituto religioso, sob a sua orientação. Tais grupos eram compostos por membros da elite, a entrada a uma associação religiosa representava inserção social e formas de sociabilidade, pois o irmão encontrava a projeção desejada, vivia em comunhão, participava dos ritos e, depois de morto, era garantido um local para ser enterrado.

Desde o século XVII, religiosos e leigos carmelitas foram se estabelecendo ao longo do litoral brasileiro para depois ocorrer a interiorização. Contudo, o rei de Portugal proibiu a instalação das ordens regulares na região das Minas Gerais e, tal medida, teve como consequência a formação de um clero majoritariamente secular e de uma vida religiosa organizada e financiada principalmente pelas associações laicas. Na segunda metade do século XVIII, as ordens terceiras do Carmo surgiram nos principais centros urbanos de Minas, eram subordinadas ao convento carmelita do Rio de Janeiro e inspecionadas pelo mesmo.

As associações de leigos ficaram encarregadas da ornamentação interna de seus templos, seguindo o programa iconográfico dos terceiros ibéricos referente à Paixão de Cristo. Este era composto pelo conjunto escultórico dos sete Passos de Cristo representando: Horto, Prisão, Flagelação, Coroação de Espinhos, *Ecce Homo*, com a Cruz às Costas e a Crucificação. Geralmente, as imagens da Paixão que compõem os retábulos das igrejas eram retiradas para sair em andor durante as celebrações da Semana Santa nos séculos XVIII e XIX.

Apesar dos ritos da Semana Santa serem de responsabilidade paroquial, irmandades e ordens terceiras os incluíam em seus calendários festivos. Todos os irmãos tinham a obri-

gação de participar de tais celebrações e despendiam elevadas quantias de dinheiro. Assim, contratavam artífices para confecção de vestimentas diversas, para a construção e ornamentação dos andores, com a armação de cenários efêmeros, na contratação de músicos, despesas com velas, iluminação da rua, entre outros (CAMPOS, 2011).

As ordens terceiras do Carmo realizavam nesse período de festas as procissões do Enterro e a do Triunfo. Tal qual prescreve os Estatutos de Vila Rica (1755) no Capº33: “Sendo nos informados com grande alegria do nosso coração do Louvável zello, fervor com que os nossos Caríssimos Irmãos Terceiros costumam fazer as Procissões do Triunfo em Domingo de Ramos de tarde, e na tarde de 6ª fª Mayor, a do Enterro, do Senhor”. Os Estatutos são diretrizes de conduta da vida dos irmãos, respeitando o calendário litúrgico e festivo da ordem conventual.

A procissão chamada do Triunfo acontecia normalmente no Domingo de Ramos, para a sua encenação saíam pelas vias públicas andores com os sete Passos da Paixão carregados por membros da Ordem Terceira do Carmo. E a procissão do Enterro ocorria na Sexta-Feira da Paixão e encenava o episódio final da Via Sacra, em que a escultura do Cristo Morto era conduzida em um esquife.

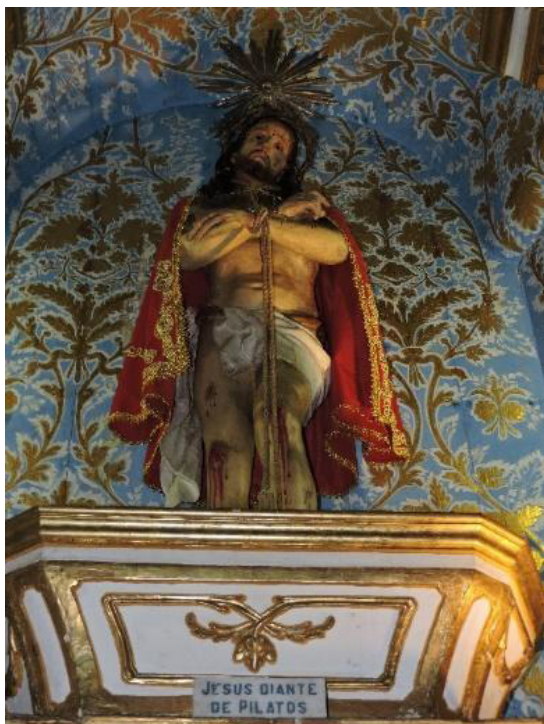
Fora determinado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) que as procissões realizadas deveriam estar de acordo com a decência e o culto sagrado, conforme o estabelecido pelo Concílio de Trento. Essa normalização, ordenada pelo primeiro arcebispo do Brasil, Dom Sebastião Monteiro da Vide, não se restringiu somente à Bahia, serviu a todo território colonial, perdurando até o ano de 1906. No Livro III, Título XIV, §491, cabia suceder a procissão da ordem carmelita: “E os Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo em Sexta Feira da Paixão”. Todavia, cada ordem terceira apropriava-se à sua maneira de seu acervo artístico, variando seus ritos conforme as contingências locais.

O programa iconográfico das ordens terceiras do Carmo da Bahia

A Ordem Terceira de Carmo de Salvador foi fundada no século XVII, mas, antes disso, os irmãos já possuíam um altar lateral na igreja dos frades dedicado à Santa Teresa de Ávila, sua protetora. No ano de 1788, a igreja da ordem leiga foi destruída por um incêndio que ocorreu na Semana Santa. A recuperação do edifício foi lenta, os custos para a reconstrução foram muito altos, sendo reinaugurado e finalizado somente no século XIX.

A Ordem Terceira de Salvador possui em seus retábulos laterais e retábulo-mor o conjunto escultórico dos Passos. As imagens são esculturas em madeira policromada (obra feita em distintos suportes recobertos por uma camada de cor de qualquer tipo material ou técnica), totalmente talhadas e de tamanho natural, possuem olhos de vidro, resplendor de metal e vestes em têxteis (Figura 1). Tais características técnicas proviam as imagens de grande verossimilhança.

Figura 1 – Cristo *Ecce Homo*



Escultura em madeira policromada (166 X 80 X 38 cm). Retábulo lateral da igreja da Ordem Terceira do Carmo de Salvador. Fotografia da autora, 26/08/2016.

No ano de 1696, frei Manoel Ferreira da Natividade, reformador e visitador geral de todo Estado do Brasil, sistematizou as atas que serviram de estatuto. No documento, constava que a Ordem realizava a procissão do Enterro e nela eram usadas as imagens representando os sete Passos da Paixão. A solenidade foi inspirada na procissão da Ordem Terceira do Carmo de Lisboa, tendo lá a denominação de Triunfo.

A procissão do Enterro perdurou até inícios do século XX. Os terceiros carmelitas de Salvador realizavam a procis-

são do Enterro “à maneira do Triunfo da Paixão”, isso também foi observado nos congêneres de São João del-Rei, haja vista que na Bahia, quem realizava a procissão chamada de Triunfo era a Ordem Terceira de São Domingos, desde meados do século XVIII. A aclimatação da procissão do Enterro reflete que os irmãos carmelitas seguiam as normas das *Constituições*, no entanto, a forma de conduzir a festividade era tal qual a da Ordem Terceira do Carmo em Lisboa. Na sede da capitania da Baía de Todos os Santos, a devoção ao drama da Paixão era presente entre os leigos, pois além dos terceiros carmelitas e dominicanos, os franciscanos também possuem esse tipo de acervo em sua igreja.

No Recôncavo Baiano, em Cachoeira, se situa outra Ordem Terceira do Carmo. Tal associação foi primeiramente institucionalizada enquanto irmandade, para depois ser elevada à categoria de ordem terceira, fundada no ano de 1691. O acervo da Paixão encontra-se guardado no armário da sacristia da igreja (Figura 2) e não em seus retábulos.

Figura 2 – Cristo preso



Escultura em madeira policromada (173 X 49 X 41cm). Armário da Sacristia da igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira. Fotografia da autora, 30/08/2016.

Não foi encontrada documentação que se refira ao Enterro ou Triunfo desta Ordem, mas acredita-se que celebravam tal qual os soteropolitanos, pois receberam os Estatutos na mesma época. As esculturas Passos foram feitas para serem processionais em razão da sua própria tecnologia construtiva: possuem características próximas ao real. Pelo tamanho dos retábulos da nave é possível verificar que eles não foram feitos para abrigar o dito conjunto, o que era comum entre as igrejas dos leigos carmelitas na colônia. Atualmente, tais imagens também perderam seu caráter devocional, em virtude de estarem destituídas de suas vestes e ornamentos que correspondem à iconografia da Paixão.

O programa iconográfico das ordens terceiras do Carmo de Minas Gerais

A primeira Ordem Terceira do Carmo a se instituir na capitania de Minas foi a de São João del-Rei, no ano de 1727. As obras da igreja dos laicos foram concluídas somente no início do século XX. Na Semana Santa, os terceiros carmelitas são-joanenses realizavam a procissão do Enterro. Segundo os Estatutos (1697), Capº33, eram colocados em andor para a procissão os sete Passos da Paixão “§ 3º (...) 1º andor de Christo no Horto (...) E, sendo subsequente: “§ 4º A este 1º andor se irão seguindo os mais por sua ordem até ao andor do passo de Christo crucificado”.

Entretanto, o templo possui apenas uma escultura da época da procissão, o Cristo Flagelado (Figura 3). A escultura é uma imagem de talha inteira, de tamanho natural, com cabeleira e olhos de vidro. Recentemente, a Ordem resolveu completar a série dos sete Passos para os retábulos laterais, encomendando as imagens a um escultor natural de São João del-Rei.

Desse modo, essa Ordem fazia a procissão do Enterro “à maneira do Triunfo da Paixão” tal qual acontecia em Salvador. É possível que os terceiros mineiros dispunham de algumas imagens da matriz para a realização do cortejo nos séculos XVIII e XIX, ou então, da irmandade do Senhor dos Passos. Ademais, a cidade detém de capelinhas ou Passos de Rua da Paixão os quais poderiam ser usados na solenidade.

Figura 3 – Cristo flagelado



Escultura em madeira policromada (175 X 53 X 39 cm). Retábulo lateral da igreja da Ordem Terceira do Carmo de São João del-Rei. Fotografia da autora, 02/01/2017.

A Ordem Terceira do Carmo se constituiu em Mariana em meados do século XVIII, pois os irmãos terceiros filiados em Vila Rica, atual Ouro Preto, queriam providenciar uma igreja própria. Todavia, essa pretensão ocorreu anos mais tarde, pelo fato dos ouro-pretanos não aceitar perder tal jurisdição. O templo sofreu um incêndio no ano de 1999 que destruiu parte do seu interior. A Ordem marianense não possui nenhuma imagem da Paixão, mas consta nos seus documentos a realização da procissão do Triunfo na Semana Santa nos séculos XVIII e XIX.

A procissão do Triunfo é mencionada no Livro de Registro de Patentes (1758) na petição que “a Meza fez a sua Exa Rma para a ProciSSão de Domingo de Ramos como o Triunfo do Sr. e Santos da Ordem”. Nos Estatutos de 1805, consta que era uma das obrigações dos irmãos professores: “não faltarem, aos actos principaes da Ordem que são as Procissoens do Triunfo em a Dominga de Ramos; assistência, ao Santíssimo Sacramento em Quinta feira Maior: à do Enterro do Senhor em Sexta-feira da Paixão”.

Não é possível afirmar que saíam as sete esculturas de Cristo, já que não há detalhes sobre como era composta tal solenidade. Na petição de 1758, além dos Cristos, eram usados pelos irmãos outros santos carmelitas para compor o Triunfo. Os terceiros poderiam realizar o cortejo de uma maneira simplificada, com menos andores e imagens, ou ainda, participar da procissão feita pela congênere de Ouro Preto, entretanto, ambas associações tiveram desavenças.

A única Ordem Terceira do Carmo mineira que realizava o Triunfo tal qual era encenado em Lisboa e que possui o acervo completo da Paixão nos seus retábulos laterais e consistório foi a de Ouro Preto. A associação se estabeleceu em Vila Rica no ano de 1752 e a edificação do templo iniciou-se na segunda metade do século XVIII, finalizado no século seguinte.

Os Livros de Inventários das Alaias mencionam a existência de “Sette andores” em 1754; nos anos de 1771-1772, citam que as imagens da Paixão de Cristo dos retábulos laterais constituíam o cortejo: “6 Imagens do Srº que servem na procissão do Triunfo, 3 de Vulto e 3 de Roca” (Figura 4). Os documentos do século XIX demonstram ainda custos com a festividade: “Sette Andores novos feitos no ano de 1846”. Os inventários também se referem às joias usadas no cortejo.

Figura 4 – Cristo com a cruz às costas



Escultura em madeira policromada (1,87 X 63 X 76 cm). Retábulo lateral da igreja da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto. Fotografia da autora, 04/04/2013.

O conjunto escultórico dos Passos da Paixão de Ouro Preto possui técnicas distintas, todas as imagens são de tamanho natural, com olhos de vidro e cabeleira, algumas apresentam vestes em têxteis. Ademais, contam com a *maskarilla*, que é uma máscara feita em chumbo encaixada ao crânio de uma escultura policromada em madeira, é técnica espanhola dos séculos XVII e XVIII, com a função de representar em série uma mesma personagem. Esse caráter singular, seja,

talvez, pelo fato de a Ordem ouropretana ter sido na época, a mais precedente e rica.

No Distrito dos Diamantes, foram erguidas duas ordens terceiras do Carmo, uma situada em Diamantina, antigo Tejuco, datada de 1758. A outra, no Serro, conhecido por Vila do Príncipe, havia se desmembrado da referida congênere, fora instituída em 1761. Os leigos carmelitas em Diamantina realizavam na Semana Santa a procissão do Enterro e os do Serro a do Triunfo.

Nos livros de termos do Tejuco (1774 a 1899), consta o acerto de pagamento para a música da procissão do Enterro na Sexta-feira Santa, datado de 1777, a: “Jozé Henriques da Costa, Muzico, em ajuste a Muzica para a procissão do Enterro do Snrº em Sesta-feira Santa”. Os gastos com essa procissão são mencionados ao longo dos séculos XVIII e XX. No Livro de Compromissos Reformados (1906) não há um capítulo exclusivo sobre as procissões da Ordem.

Considera-se que na procissão do Enterro saía o esquife do Senhor, o pálido e o andor de Nossa Senhora da Soledade, como era o costume, pois na igreja da Ordem Terceira do Carmo em Diamantina não existe nenhuma escultura do Passo da Paixão de Cristo. Os irmãos realizavam o cortejo do Enterro sem adaptações e conforme as *Constituições*.

Os estatutos da Ordem Terceira do Carmo do Serro (1767), Capº38, delimitam a celebração do Triunfo com os Cristos da Paixão da seguinte maneira: “os Sete Passos e em cada Passo, ou andor com seu Anjo com a insígnia do mesmo Passo” estes iam atrás da Cruz da Ordem, seguidos pelo o noviciado e seu mestre, depois caminhavam os irmãos professos, os sacristães, os mesários, sendo os últimos o Prior e o Sub-prior. Os irmãos também eram compelidos a participar dos atos solenes: “será obrigado a não faltar aos cultos principais da Ordem, que são as procissões do Triunfo; na Domingo de Ramos (...)”.

Apesar dos regimentos especificarem a realização da procissão do Triunfo, na igreja do Carmo do Serro não há

imagem da Paixão. Durante o cortejo, os Passos poderiam ter sido representados por armações efêmeras ou as esculturas serem cedidas pela Confraria do Santíssimo, pois era ela que custeava a música no Domingo de Ramos, já que na região não houve a Irmandade do Senhor dos Passos. Também existe a eventualidade dos terceiros nunca terem conseguido executar o cortejo com a pompa demandada, realizando algo mais diminuto.

Os moradores de Sabará devotos à Virgem do Carmo eram filiados à Ordem Terceira de Ouro Preto, no entanto, aspiravam construir uma igreja emancipada devido à grande distância entre as vilas. A Ordem se tornou autônoma no ano de 1761. Os terceiros também faziam a procissão do Triunfo, porém a igreja nunca possuiu as esculturas da Paixão em seus retábulos, mas sim, santos carmelitas. No Triunfo sabarense eram levadas em cortejo tais devoções.

Nos estatutos da Ordem, do século XVIII, é relatado como acontecia a procissão. Iniciava com a Cruz da Ordem, acompanhada em duas alas pelos irmãos professos, seguidos pelo noviciado e seu mestre, depois iam os irmãos sacristãos e a Mesa, o Prior e Sub-prior, e, por fim, o púlpito, sob o qual caminhava o padre comissário segurando o Santo Lenho. Saíam dez andores com santos da Ordem e figuras alegóricas: “Triunfo a imitação de huma carroça, e nella assentado o amor Divino figura expressa do Triunfo, ou do Christo Triunfante vestido a trágica com côroa imperial”. Esse tipo de desfile reporta-se aos Triunfos dos santos carmelitas em Portugal, do século XVI, em que saíam carros alegóricos e figuras à trágica. O cortejo de Sabará é mais laicizado que o das demais congêneres.

No ano de 1727, em Lisboa, houve a celebração da procissão do Triunfo pela Ordem Terceira do Carmo com variações do programa previsto, semelhante ao de Sabará, o cortejo foi composto por santos da Ordem: “As outras carroças pertenciam às confrarias sediadas no Carmo: Santa Ana, Santa Maria Madalena de Pazzi, Santa Teresa de Jesus, Nossa

Senhora da Boa Morte, da Piedade, de Jesus Maria e José e de São Roque” (BAYÓN, 2001, p. 385-386). Dessa forma, com essa mudança de programação não saíram as imagens de Cristo como era costume.

Os Estatutos reformados de 1840 mencionam a procissão do Triunfo como uma das obrigações espirituais. Contudo, com o passar do tempo, os terceiros carmelitas sabarenenses passaram a realizar um rito mais simples na Semana Santa. Por uma questão de distinção em relação aos terceiros de Ouro Preto, dos quais se tornaram independentes, os de Sabará se destacam dentre os irmãos carmelitas mineiros por realizar o cortejo de forma diversa de como era prescrito nos estatutos das congêneres do império português ou mesmo nas *Constituições*.

Logo, em seus primeiros momentos, as expressões artístico-culturais da capitania de Minas Gerais foram criadas por meio dos modelos europeus. Depois, tais padrões foram assimilados e transformados, de diferentes formas, pelos segmentos sociais que espelhavam os diversos níveis culturais. É uma característica peculiar das Minas colonial a figura do santo mediador, ou seja, os outros santos presentes nos retábulos das ordens laicas que eram meios de comunicação para a vivência social e para a superação das adversidades cotidianas dos fiéis.

Considerações Finais

A partir da investigação das esculturas dos Passos das Ordens Terceiras do Carmo foi possível estabelecer redes de relação entre irmãos das regiões Nordeste e Sudeste, esclarecer a existência de um programa iconográfico comum, os tipos de devoções e a mudança de gosto e hábitos. Além disso, constatou-se as diferentes funções das imagens e tipos de ornamentação, custos e gastos com as festividades. Os ritos aclimatados poderiam ser considerados vulgarizados e medíocres pelos reinóis, contudo, eram a exteriorização da religião

católica no ultramar. Esse tipo de celebração, religiosa e popular, transpassava as fronteiras entre o que era imposto e o que era assimilado, ocorrendo a fruição de ideias e conceitos artísticos criativos e não passivos. Tal conexão levou ao desenvolvimento de temas e experiência próprios à cada localidade através de um fluxo transcultural. Portanto, as representações do programa iconográfico da Paixão de Cristo criaram outros limiares sociais e artístico-culturais na colônia.

Bibliografia

BAYÓN, Frei Balbino Velasco. *A História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas, 2001.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial. História e Arte*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2011.

8.4. Arte sacra das capelas das instituições religiosas voltadas à educação dos meninos incultos: os colégios do Pará e Maranhão e o Seminário da Boa Morte de Mariana (Minas Gerais)

**Isis de Melo Molinari Antunes
(Universidade Federal do Pará)**

A linha do tempo para compreender o contexto histórico e geográfico colonial

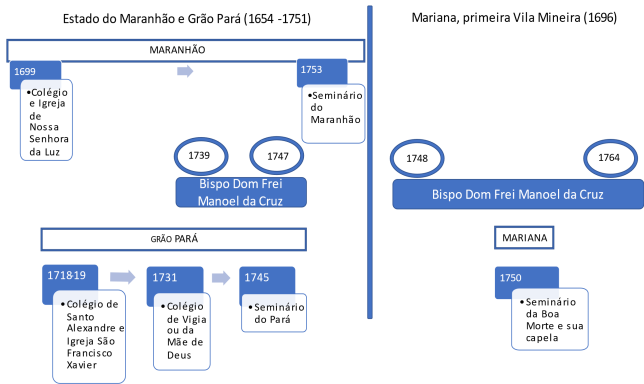
Em primeiro lugar, vamos situar as intuições religiosas de educação dos meninos incultos que trataremos neste texto e que existiram em meados do século XVIII, tanto no Governo do Norte quanto no governo do Brasil. Das três instituições educacionais que nos referiremos aqui, duas pertenceram ao Estado do Grão-Pará e do Maranhão e outra ao Estado do Brasil. No Estado do Grão-Pará e Maranhão, havia o Colégio Máximo do Maranhão e Colégio do Pará que além de oferecerem inicialmente o ensino de ler e escrever, mais tarde ampliaram para o ensino de Latim e Humanidades destinados aos alunos da casa e dos externos, e mais à frente implementaram os estudos de Filosofia e Teologia para o noviciado.

Nesses colégios, também existiram oficinas que foram centros de produção artística religiosa irradiando modelos estéticos por toda a colônia. Esses educandários, Colégio Máximo do Maranhão e Colégio do Pará, foram nomeados de Colégio de Nossa Senhora da Luz que foi fundado em 1699, juntamente com a igreja Nossa Senhora da Luz, no Maranhão e o Colégio de Santo Alexandre, ladeado por sua igreja dedicada a São Francisco Xavier, que foram inaugurados em 1718-19, no Grão-Pará. Existiam também outras instituições de educação afastadas e dependentes das sedes. Para citar algumas, no Maranhão, foi fundado pelos jesuítas em 1753, o Seminário do Maranhão, mas que “vinha-se arrastando desde o tempo de dois prelados, Dom Manuel da Cruz e Dom Francisco de Santiago”, ou seja, a ideia

de conceber esse Seminário foi bem anterior a 1753 e contou com a ajuda de dois bispos do Maranhão: Dom Manuel da Cruz (1738-1745) e Dom Francisco Santiago (1745-1752). No Grão-Pará, além do Colégio de Santo Alexandre foram estabelecidas outras instituições de ensino como o Colégio de Vigia, fundado em 1731, e o Seminário do Pará, também conhecido como Seminário de Nossa Senhora das Missões, fundado em 1745. Todas essas instituições foram administradas pela Companhia de Jesus (LEITE, 1943, p. 123).

A terceira instituição que vamos abordar neste texto, além dos colégios do Maranhão e do Pará, sob o Governo do Norte, é o Seminário da Boa Morte de Mariana, localizado na capitania de Minas Gerais, sob o governo do Brasil. Ele foi fundado em 20 de dezembro de 1750, com licença régia, por carta de 12 de setembro de 1748 (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1904), pelo mesmo bispo do Maranhão anteriormente citado, Dom frei Manoel da Cruz, para assumir a missão de ser o primeiro bispo daquela diocese. Lembrando que, no Maranhão, esse bispo esteve à frente de seu episcopado, de 1739 a 1747.

Figura 1 – Cronologia



Fonte: Isis M. M. Antunes, 2022.

Outro esclarecimento importante é dizer que o Brasil como o conhecemos hoje, antes de se tornar uma república e ficar independente de Portugal, era uma colônia portuguesa dividida em dois governos, o do Brasil e do Norte, administrativamente dependentes da Coroa portuguesa e com a designação de Estado do Brasil e do Maranhão. No período da abordagem desse estudo, havia o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís (1654-1751). Seu território abrangeu a capitania do Grão-Pará, a capitania do Maranhão e a capitania do Ceará. Posteriormente, sua sede foi transferida para Belém passando a ser denominada de Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772). O Estado do Grão-Pará e Maranhão abarcava as áreas dos seguintes estados atuais: Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Sob o governo do Brasil, a área que compreendia suas capitanias, é o que hoje dizemos ser dos estados da região Nordeste (excetuando-se Maranhão e Piau), Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país e que contempla além de outras capitanias, a capitania das Minas Gerais (1721).

Tal explicação é necessária para dizer que existiam dois Estados autônomos entre si, submissos diretamente às ordens da Coroa portuguesa e que também detinham o poder religioso.

As conexões entre Maranhão, Grão-Pará e Mariana (primeira vila de Minas Gerais)

Uma primeira conexão refere-se ao bispo de Mariana, Dom frei Manoel da Cruz (Figura 2). Ele foi o sexto bispo da sede episcopal do Maranhão (1739-1748) e com a criação da diocese de Mariana, se tornou o 1º bispo daquela região, permanecendo na função episcopal, de 1748 até 1764. Dom frei Manoel da Cruz era um monge de formação cisterciense, ou seja, era um religioso consagrado na Ordem do Melíflo São Bernardo, fato decisivo para escolher a dedicação do Seminário a Nossa Senhora, uma vez que São Bernardo, o fundador de sua Ordem, assim recomendava.

Figura 2 – Dom frei Manuel da Cruz, Ordem Cisterciense, bispo de Mariana de 1745 a 1764



Fonte: Arquidiocese de Mariana. Domínio público.

Quando Dom frei Manuel da Cruz foi prelado no Maranhão ele investiu a herança de algum benfeitor que havia atendido às suas pregações, bem como das divisas recebidas pela corte para a construção do futuro seminário, que seria fundado mais tarde pelo P. Malagrida, em 1753 (LEITE, 1943, p. 123). Tal fato nos mostra como esse bispo tinha apreço na construção desses ambientes educacionais.

A segunda conexão é aquela que vamos nos aprofundar mais neste estudo que são os bens materiais, designadamente os da dimensão artística e devocional, especificamente as

esculturas sacras, descritas nos inventários dos colégios do Maranhão e do Pará e do Seminário de Mariana e buscar dedicações em comum, sabendo-se de antemão que essas instituições, foram administradas pelos jesuítas. Queremos com isso estabelecer algumas aproximações para poder visualizar as histórias conectadas de regiões pertencentes a governos coloniais diferentes.

Para além de educar os meninos incultos, as instituições de ensino formavam alguns oficiais (escultores, pintores, pedreiros, ferreiros etc.)

Os seminários e colégios tinham a função de educar os meninos incultos, evitando que eles fossem enviados a estudar em seminários do Rio de Janeiro, da Bahia ou da Europa, com isso, todo um ambiente educacional deveria ser configurado para esse fim. Além dos educandários, as capelas e igrejas também serviam como um ambiente pedagógico, pois as imagens, pinturas, esculturas e ornamentos de seus ambientes internos e externos conduziam o olhar de todos para uma catequese imagética. No caso dos colégios do Maranhão e do Pará, esses ambientes, em especial os colégios, também serviram para instruir os indígenas, negros e cafusos para os ofícios de escultores, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, torneiros, alfaiates, tecelões, canoeiros, além de oferecerem oficinas de encadernação e de pintura.

A aproximação dos ditames da Companhia de Jesus ao Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana foi, sem dúvida, em decorrência do grau de relacionamento do bispo Dom frei Manuel da Cruz com esses religiosos quando foi bispo no Estado do Maranhão e Grão-Pará, tanto que indicou um padre jesuíta, José Nogueira, para ser o reitor do Seminário de Mariana, este vindo do Colégio do Rio de Janeiro, em 1748. Além disso, Dom frei Manuel da Cruz designou outros inacianos para serem professores do Seminário. Sua amizade com os jesuítas do Maranhão foi uma conexão histó-

rica entre essas regiões e que determinou que os jesuítas lá se estabelecessem.

Conexões de imagens escultóricas do Seminário da Boa Morte de Mariana e colégios, seminários e capelas jesuíticas do Estado do Grão-Pará

Quando frei Manoel da Cruz escolheu Nossa Senhora da Boa Morte para ser a protetora do Seminário de Mariana, provavelmente foi influenciado pelo tema “a arte de morrer” que esteve muito em voga no transcurso do século XVII. Outra informação relevante, segundo achado da professora Adalgisa Arantes Campos é que a titularidade da capela do Seminário da Boa Morte, originalmente foi dedicada a Nossa Senhora da Assunção (1750).

A partir de um estudo comparativo de imagens de devoção jesuíta entre os Colégios do Maranhão, o do Pará e o Seminário da Boa Morte, é possível de se notar algumas invocações em comum de acordo com o Quadro 1. Esses dados foram coletados em duas fontes documentais: *Inventarium maragnonense* – Inventário das Igrejas e Capelas dos Jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 1760²⁰⁸ e Inventário de Mariana, por solicitação do bispo Dom frei Santíssima Trindade, a primeiro de agosto de 1831.

²⁰⁸ O *Inventarium Maragnonense* – Inventário das Igrejas e Capelas dos Jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará no ano de 1760 localiza-se no *Archivum Romano Societatis IESU* (ARSI, BRASILIAE 28) – (copiado pelo Padre Manuel Luiz S.J.). Foi transcrito pela primeira vez pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues S.J. (Roma, 2006) em sua tese de doutorado. Consultei o referido documento a partir da tese de Renata Maria Almeida Martins (2009).

Quadro 1 – Comparativo de imagens devocionais jesuítas

IMAGENS DE DEVOÇÃO JESUÍTICA A NOSSA SENHORA			
IMAGEM	MARANHÃO	GRÃO-PARÁ	MARIANA
Nossa Senhora da Boa Morte	Altar da Senhora da Boa Morte da igreja do Colégio do Maranhão	Capela de Santo Cristo da igreja do Colégio (6 palmos e meio) Capela de Santo Cristo da igreja do Colégio (7 palmos, de vestir, serve para procissão) igreja da casa de Vigia.	Capela
Nossa Senhora das Dores		Capela de Santo Cristo da igreja do Colégio	Altar colateral (de Roca)
Nossa Senhora da Assunção		Capela de Nossa Senhora da Assunção da igreja do Colégio (7 palmos)	
IMAGENS DE DEVOÇÃO A SANTOS JESUÍTAS			
Santo Inácio de Loyola	Colégio do Maranhão (2 imagens) Capela do Colégio do Maranhão (pequena)	Capela Mor da igreja do Colégio (8 palmos) Capela de Nosso Pai Santo Inácio da igreja do Colégio (10 palmos) igreja da casa de Vigia (7 palmos)	Altar colateral
Luís Gonzaga	Colégio do Maranhão	Capela de Nosso Pai Santo Inácio da igreja do Colégio igreja da casa de Vigia (3 palmos)	Altar Colateral

Fonte: Compilação, Isis de Melo Molinari Antunes, 2022

Nem todas as imagens listadas nos inventários existem atualmente. Algumas delas sobreviveram ao tempo e hoje estão salvaguardadas em museus de arte sacra, outras se perderam, foram doadas ou mesmo saqueadas. Dentre essas que citamos acima no Quadro 1, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Assunção, Santo Inácio de Loyola e Luís Gonzaga, apenas a de Santo Inácio de Loyola possui registros fotográficos que correspondem às três instituições de ensino, aos colégios do Maranhão, do Pará e ao Seminário de Mariana. Sobre essa imagem, a de Santo Inácio de Loyola (Figuras 3, 4 e 5)

algumas características formais e iconográficas serão apontadas na sequência.

Figura 3 – Santo Inácio de Loyola, final do século XVII (1693-99)



Fonte: Igreja de Santo Inácio de Loyola – Pinheiro. Procedente da antiga igreja jesuíta de Nossa Senhora da Vitória, São Luís. Madeira Policromada, 162 cm de altura. Fotografia de Edgar Rocha, 2002.

Figura 4 – Santo Inácio de Loyola, século XVIII



Fonte: Obra pertencente à arquidiocese sob a guarda do museu de Arte Sacra do Pará. Madeira esculpida policromada PA/05.0001-0133. Tamanho 168 x 70 x 74 cm. Fotografia de Cilla Adriana Alves de Noronha, 2022.

Figura 5 – Santo Inácio de Loyola



Fonte: COELHO, Beatriz (Org.). *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005, p. 117. Escultura em madeira policromada. 84x34cm. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra – Mariana-MG.

Por uma análise comparativa, podemos perceber que as vestes das imagens de Santo Inácio, dos colégios do Maranhão e do Pará são semelhantes (Figuras 3 e 4). Ambos estão com batinas pretas, chamadas também de sotainas e sobre

elas, capas pretas compridas. Podemos notar a presença de um colarinho branco que aparece delicadamente no pescoço da imagem do Maranhão. Não podemos afirmar que ela inexistente na imagem do Pará, justamente porque seriam necessários estudos sobre as possíveis restaurações e interferências cromáticas sofridas por intervenções de natureza diversas. Em ambas existe uma faixa preta na cintura e somente na imagem do Maranhão, um rosário pendurado. Outros atributos presentes, o livro aberto, na mão esquerda, com os dizeres: *Ad Maiorem Dei Gloriam* e um crucifixo na mão direita de cada imagem. São representados por um homem semicalvo e de altura mediana. Essas duas representações escultóricas de Santo Inácio possuem uma estética mais rústica, sem com isso perder sua beleza e força expressiva. Foram confeccionadas provavelmente nas oficinas jesuíticas dos colégios, no final do século XVII, início do XVIII (Figuras 3 e 4).

Já a imagem de Santo Inácio, de Mariana, (Figura 6) provavelmente seja da metade do século XVIII, um pouco mais à frente das outras duas. Porta casula sobre alva e manípulo, já devidamente paramentado para a celebração litúrgica ao contrário das imagens do Maranhão que são de missionários. É representado por um homem semicalvo, mas com barba. Também se apresenta como um homem de altura mediana. Usa uma batina preta sobre uma alva e finalmente uma estola com tecido adamascado também chamada de casula. Segura com as duas mãos o livro com a inscrição, *Ad Maiorem Dei Gloriam*, completando a frase na outra página com *Constitutione Societatis Jesu*. No braço esquerdo carrega um uma faixa sobre o braço, chamada manípulo. Possui uma policromia mais refinada com douramentos e mesmo a talha é mais realista. Não temos a informação de onde foi sua oficina (Figura 5). Refazer porque está confuso, a branca é uma mistura de batina e alva, mas não interessa ao público comum.

Para concluir

As conexões históricas entre o Maranhão e Grão-Pará (ou Grão-Pará e Maranhão) e as Minas Gerais foram possíveis de serem verificadas principalmente pelo fato de o bispo Dom frei Manoel da Cruz ter transitado nessas duas regiões. Primeiramente, como bispo do Maranhão, teve apreço e relações de amizade com os religiosos da Companhia de Jesus. Quando foi nomeado bispo da capitania das Minas Gerais, indicou um reitor inaciano para o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana e professores jesuítas para lecionar naquele estabelecimento. Logicamente que imagens de devoção inaciana deveriam se repetir nesses espaços, o que foi claramente comprovado e em comparação de inventários dos bens deixados pelos jesuítas, de 1760, e o inventário de Mariana, de 1831, na presença de imagens comuns, como Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Assunção, Santo Inácio de Loyola e Luís Gonzaga.

Interessante é pensar nas diferenças formais da apresentação de cada imagem escultórica. Como no exemplo dado de Santo Inácio, a imagem do Seminário de Mariana apresenta-se muito mais rica em detalhes e denota um apuro técnico mais elaborado, tanto pelo uso de douramentos quanto pela suavidade do acabamento de cada parte do corpo do homem que representa o santo. Apesar das conexões apontadas: uma mesma tipologia de instituição – a educacional (colégios e seminários); o mesmo bispo atuando nas arquidioceses presentes nos dois governos, do Brasil e do Norte; da mesma inclinação às regras dos jesuítas; da mesma escolha das imagens devocionais, o que percebemos, ao final, é que a arte singulariza as esculturas sacras atribuindo características estilísticas e formais únicas.

Pela imagem escultórica, portanto, é possível de se presumir um contexto social, cultural e estilístico determinado por uma escola/oficina de artesãos locais ou estrangeiros a

serviço de um gosto local. Mas precisamos ponderar muito sobre as afirmativas de procedência escultórica, pois estudos científicos (para determinar o tipo da madeira e os materiais de acabamentos) e estilísticos (oficinas escultóricas) devem preceder quaisquer categorizações. Possivelmente as imagens do Maranhão e do Pará tenham sido confeccionadas em oficinas jesuíticas, pois há uma economia no refino das formas, o que pode induzir a um pensamento de cópias de modelos europeus. No entanto, a imagem de Mariana provavelmente tenha sido trazida pelos prelados ou pelos jesuítas do continente europeu quando foram ministrar suas aulas, notadamente por apresentar características formais mais próximas à uma estética clássica.

Bibliografia

- BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; DE BRITO, Stella Regina Soares. *Olhos da alma: escola Maranhense de imaginária*. Escola Maranhense de Imaginária, 2002.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Contribuição histórica ao estudo das obras artísticas da Capela de Nossa Senhora da Assunção do Seminário da Boa Morte de Mariana (1748-1831). In: MELO, Edvaldo Antônio de et al. *Seminário de Mariana memória dos 270 anos*. Mariana: Dom Viçoso, 2022, p. 41-77.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III, Livro II, Capítulo II – §3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugália, 1943.
- MARTINS, Renata Maria Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura jesuítica e arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.
- REVISTA do Arquivo Público Mineiro. VI – O Seminário de Mariana em 1831. Belo Horizonte, 1904. Disponível em < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=280>>, acesso em 24 de fev, 2022.

CAPÍTULO 9

Governo e administração

**Eduardo França Paiva
Josenildo de Jesus Pereira
(coordenadores)**

9.1. Considerações sobre as justiças nas terras do ouro e das pedras preciosas: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII

**Álvaro de Araújo Antunes
(Universidade Federal de Ouro Preto)**

Em meados do século XX, a historiografia brasileira produziu obras fundamentais que trouxeram um conjunto de questionamentos sobre as expressões do poder no processo de colonização. Com a preocupação de revelar as raízes do Brasil contemporâneo, buscaram-se as causas institucionais e contingenciais de uma (des)ordem oriunda do passado colonial. As perspectivas desses precursores já foram tema de consistentes balanços historiográficos, dispensando maiores considerações. Assim, ao considerar a intenção deste capítulo, há um aspecto que precisa ser destacado: no processo de colonização, ideias e instituições circulavam e se conectavam com os domínios coloniais do mundo luso.

À notável contribuição desses intelectuais brasileiros de primeiro momento se associaram as novas perspectivas analíticas e críticas, concebidas no Brasil e no exterior. De forma muito resumida, a ampliação dos estudos fomentada pelos cursos de pós-graduação e pelo diálogo com estudiosos da Europa, América e, em menor medida, África e Oriente, trouxeram novos objetos e problemas suscitados pela comparação. Os estudos realizados na segunda metade do século passado até os dias de hoje estão permitindo dimensionar a extensão multicontinental e plural do mundo luso. Uma das questões formuladas por essa historiografia é: como um reino tão limitado em recursos como o de Portugal teria conseguido controlar um território tão vasto? O tempo no qual se apresenta o verbo “ter” nesta pergunta é motivado pela intenção de evidenciar um processo incerto de domínio metropolitano sobre suas colônias. De qualquer maneira, uma das respostas à questão colocada acima foi a de que os portugueses fizeram circular mercadorias, agentes, valores e instituições.

Para que se conectassem os extremos do globo terrestre sob o controle, mesmo que precário, da Coroa portuguesa, foi necessário não só exportar instituições, mas, também, adaptá-las às contingências locais em uma estimativa cujas variáveis eram o ônus e o bônus. No caso da justiça oficial do rei, assunto que importa diretamente a este capítulo, muitos estudos contemporâneos têm se dedicado a distinguir os arcabouços administrativos, as práticas desses órgãos e dos seus agentes. Deste caudal de investigações, em grande medida monográficas, emergem claras diferenças quanto ao funcionamento e à composição dos aparelhos responsáveis pela gerência da justiça. Se, por um lado, tais especificidades revelam uma capacidade adaptativa que responde às contingências distintas, por outro invocam questionamentos acerca da funcionalidade das estruturas de governo.

Diante do exposto, o propósito deste capítulo é, com base em alguns dados pontuais, tecer considerações acerca

das instituições de justiça em três capitanias mineradoras: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Mais do que apontar algumas particularidades, o presente exercício quer destacar a presença conectora da justiça régia face aos desafios locais que também mobilizavam noções diversas do que era tomado como justo.

Inicialmente, vale apresentar uma breve explanação sobre o conceito de justiça, buscando discernir nos detalhes, aspectos relevantes para a compreensão das manifestações plurais desse conceito. Nesse viés, remonta a Aristóteles a definição de justiça como o ato de atribuir a “cada um o que é seu”. Já para Justiniano e para Ulpiano, ela representa a “perpétua vontade de dar a cada o que é seu”. Retomando a tradição clássica, Michel Villey considera que a justiça pode residir tanto fora do ser (*dikaïos*), como também no interior de cada homem, como uma virtude (*dikaïosunê*).²⁰⁹ Pela definição de Villey, qualquer pessoa poderia ser justa e, assim sendo, qualquer um poderia fazer justiça, o que não excluía o rei e seus representantes, dos quais era esperada uma ação virtuosa e soberana.

Nesse processo de afirmação do poder régio português e do Estado moderno em geral, a justiça desempenhou, segundo a literatura da época, um papel central ao se impor sobre as forças concorrentes e/ou desviantes da sociedade. Não por menos, foi definida no Setecentos como o “verdadeiro muro do império”. Em 1825, Joaquim José Caetano Pereira e Souza apresentava a justiça como o “fundamento do trono” e acrescia que, sem ela, “não há povo que possa subsistir”.²¹⁰ Assim, foi considerada como fundamental ao poder régio e à própria manutenção da sociedade.

²⁰⁹ VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definição e fins do direito; os meios do direito*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 69 *et passim*.

²¹⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de um Dicionário jurídico, teórico e pratico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Obra póstuma. Tomo 2. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825, p. 166.

A associação do rei à justiça fez parte do processo paulatino de capitalização do Estado em meio às relações de força que permeavam a sociedade. Com raízes no período medieval, essa incorporação dotou-o de um poder simbólico dilatado pela estruturação dos instrumentos de justiça, o que incluiria o direito. Aliás, para o período moderno e no mundo luso, o mais correto seria considerar os direitos.

Apesar do esforço do Estado em cominar o direito pátrio, sobreviveu nos tribunais a utilização de outras fontes de direito: o comum (de tradição romana e galgado em comentários de especialistas), o natural (atinente a cada ser vivo), o das gentes (que norteava a relação entre “nações”, na amplitude desta acepção), o costumeiro (forjado na prática dos auditórios e no interior da sociedade) etc. Além disso, dentro e fora das instituições de justiça, as relações conflituosas também lançaram mão de costumes ou daquilo que foi denominado “direito dos rústicos”, isto é, o direito não escrito; porém sabido, que regulava as relações no interior de comunidades à revelia da leis pátrias ou diante da ausência do controle do Estado. Nesses casos, a justiça ganhava a forma de revoltas, assassinatos, chicanas e vinganças, de modo que os direitos eram mobilizados pelas justiças, as quais os compreendiam à luz de fatos concretos e, portanto, particulares.

Em resumo, seja como vontade ou como virtude, a justiça se expressava pelo ato distributivo de penas ou prêmios. Essa natureza relacional permite considerá-la essencialmente como uma ação de cunho particular, ao contrário do direito, que estabelece termos gerais de privilégios, condutas e procedimentos. Diante disso, conforme a definição aqui apresentada, em que pese a crescente capacidade do Estado moderno em gerir, regradar e promover a justiça, não seria atributo exclusivo do rei. Decorre dessa concepção, portanto, a sugestão de uma história da justiça que não se restrinja aos limites da administração do Estado e nem ao espírito da lei ou à forma do direito pátrio. Embora se considere relevante marcar o potencial de uma história da justiça de manifesta-

ções plurais, o presente capítulo pretende privilegiar as instituições de Estado e, em alguns casos, demonstrar os limites internos de uma justiça oficial.

Teoricamente, o que hoje distingue a justiça oficial das suas outras formas de manifestação é a mediação dos conflitos sociais por um terceiro imparcial. Para o período moderno lusitano, essa definição talvez precise ser redimensionada, uma vez que a própria sociedade era concebida como naturalmente desigual. Ou seja, para bem julgar, a justiça não poderia ter uma venda que a impedisse de reconhecer o lugar social e os privilégios dos envolvidos. A hipótese precisa ser melhor desenvolvida, mas o que se supõe aqui é que a justiça oficial estava intrinsecamente associada à imagem virtuosa dos regentes.

Para a justiça ser reconhecida, a Coroa portuguesa exportou órgãos administrativos para diversos cantos do planeta. Base da administração municipal, desde 1504, as câmaras cuidavam de uma ampla gama de incumbências executivas, legais, fazendárias, sanitárias, judiciais etc. As câmaras, também chamadas de concelhos, eram formadas pelos vereadores e procuradores eleitos entre os homens bons da terra, para além de outros cargos não eletivos. O exercício da justiça em primeira instância era incumbência dos vereadores mais velhos, denominados juízes ordinários, e, abaixo deles, estavam os juízes de vintena, com jurisdição local e restrita. Em casos mais raros, a justiça oficial nas vilas e cidades ficava ao encargo dos juízes de fora, isto é, de um bacharel em direito nomeado pelo rei. Além de presidirem as sessões da câmara, esses juízes poderiam acumular outras responsabilidades conforme as necessidades locais, como a de juiz de órfãos e juiz dos defuntos e ausentes. De forma muito ligeira, aquele juiz tinha a tarefa de fiscalizar e gerenciar as heranças deixadas aos filhos órfãos de pai; enquanto o de defuntos e ausentes cuidava dos bens daqueles que faleceram sem parentes vivos ou estavam afastados do local do falecimento. Nota-se, então, que fazer justiça também envolvia gestão e

distribuição de recursos, conferindo a cada qual aquilo que lhe era devido.

A mesma incumbência fazendária podia estar agregada aos ouvidores e corregedores que, além de atuarem em segunda instância nas comarcas, poderiam acumular o cargo de intendentes do erário régio ou de provedores dos defuntos e ausentes. O ouvidor poderia ainda compor as Juntas de Justiça responsáveis pela averiguação e punição de crimes cometidos por pessoas de menor qualidade, o que, em geral, compreendia os não brancos. Na colônia, acima do ouvidor estava o Tribunal da Relação da Bahia e, a partir de 1751, o do Rio de Janeiro.

Para as circunscrições de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a justiça régia estava presente por meio dos seguintes representantes e cargos: os juízes de vintena; os julgados criados em alguns arraiais e freguesias; as câmaras atuando nos termos das vilas e da cidade; os ouvidores no nível das comarcas, e das juntas com jurisdição em toda a capitania. Essas estruturas administrativas foram instituídas nos locais acima indicados com diversos ritmos e propósitos distintos, porém sempre atentas à necessidade de desenvolver a mineração e buscar uma ordem. Apesar desse empenho administrativo, prevaleceram imensos vazios nos quais a justiça oficial não lograva chegar ou, mesmo quando estava presente, imprimia uma imagem deletéria da face justa do rei.

Dos casos em tela, Minas Gerais apresentou uma estrutura mais robusta para a administração da justiça. No fim do período colonial, havia aí quinze vilas e uma cidade, todas atendidas por concelhos municipais. A Vila do Ribeirão do Carmo foi elevada à condição de cidade em 1745, devido à criação do bispado, recebendo, então, o nome de Mariana. Com o bispado, todo um maquinário jurídico eclesiástico foi estabelecido para fazer averiguação de crimes religiosos e de casos de foro misto, isto é, tanto para delitos cíveis quanto para eclesiásticos. Às três vilas criadas em 1711 somaram-se as outras e, em 1730, já havia oito. As demais foram criadas

entre 1789 e 1814. Alguns arraiais não lograram ascender à condição de vilas. Embora lamentassem a distância dos órgãos administrativos, a Coroa e as câmaras aos quais estavam subordinados fizeram ouvidos moucos às reivindicações. Em alguns desses casos, constituíram-se julgados e tabelionatos, especialmente nos governos do conde Assumar e de Gomes Freire de Andrade, o que permitia julgamentos em primeira instância e registros documentais diversos.

Em grande parte, os movimentos constitutivos das vilas e da própria capitania, no início do Setecentos, foram motivados pela sucessão de levantes, que tiveram lugar nas Minas Gerais, desde a Guerra dos Emboabas, passando pela Sedição de 1720 e chegando aos motins do sertão, na década de 1730. O ouro atitou todos esses levantes, tanto na luta por datas e oportunidades de comércio quanto na repulsa às formas de cobranças de impostos consideradas injustas pelos revoltosos. O avanço do Estado buscou redimensionar as manifestações sociais ou de poder, criando espaços camarários destinados ao diálogo entre as autoridades e os homens bons das localidades, ainda que a eficácia dessa iniciativa seja questionável.

Quando, em 1720, Minas Gerais se tornou capitania e se desmembrou de São Paulo, a Coroa ampliou o controle sobre a região por meio da figura do governador e capitão-general. Na década de 1730, ele estaria na presidência da Junta de Justiça, que reunia os ouvidores das quatro comarcas e o juiz de fora da cidade de Mariana. Cabia à Junta sentenciar até a pena capital os “bastardos, carijós, mulatos e negros”. Na mesma década, a Vila do Ribeirão do Carmo recebeu um juiz de fora, bacharel indicado pelo rei. No entanto, nem todos esses movimentos de implantação do poder régio foram bem acolhidos. Em 1732, os vereadores da Vila do Ribeirão do Carmo foram presos por, em altas vozes, desacatarem a autoridade do juiz de fora, que passava a presidir a câmara. Mais adiante, em 1764, novos conflitos entre essas autoridades voltaram a ocorrer indicando que o controle dos agentes

régios poderia ser questionado pela elite local, que participava da administração.²¹¹

A descoberta das minas de ouro em Goiás foi reportada às autoridades em 1725 e, em princípio, foi atribuída a Bartolomeu Bueno da Silva, que assumira o cargo de capitão-mor regente. Nesse posto, ele, uma famigerada figura que se envolvera na Guerra dos Emboabas, tinha a responsabilidade de distribuir as lavras e julgar casos no crime e no civil. Sua autoridade, contudo, não ficou incólume às críticas das governanças ou aos jogos de forças locais. Em Goiás, os conflitos envolvendo Bartolomeu Bueno se desenrolaram em diversas cenas, com os paulistas dissidentes do seu grêmio e com o governador de São Paulo, que mandou prendê-lo sob a acusação de intencionar a expulsão dos portugueses. Libertado por ser considerado inocente, Bartolomeu Bueno percebeu seu poder fragilizado e, em 1733, instigou um levante contra as “autoridades de fora”, incluindo dois oficiais da justiça.²¹²

Até certo ponto, o Estado buscou o controle do território, enquanto arraiais brotavam onde havia ouro, como em Santana de Goiás, Nossa Senhora da Conceição das Traíras e São José dos Tocantins. A avaliação das governanças era a de que esse novo polo econômico deveria ser desenvolvido com certa cautela. Havia a preocupação, por exemplo, que a descoberta das minas de Goiás promovesse desocupação e desabastecimento de Minas Gerais, o que levou à proibição, em 1725, da abertura de um caminho que ligaria as duas capitanias.²¹³ Mesmo restringindo o fluxo com Minas Gerais, os canais com São Paulo e Pará continuavam abertos, promovendo um povoamento tímido, que favoreceu a fixação

²¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo-ANTT – Feitos Findos, Maço 4, Número 22.

²¹² CAMPOS, Maria Verónica. Goiás da década de 1730: pioneiros, elites, motins e fronteira. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral Ferlini. (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005.

²¹³ ANTT – Feitos Findos, Maço 4, Número 22 e Ministério do Reino, Maço 500, cx. 623, Número 46.

de instituições administrativas ocupadas, em um primeiro momento, por paulistas e representantes do rei. Em 1731, é criada a ouvidoria de Goiás, atrelada ao governo da capitania de São Paulo. Em 1740, Dom Luiz de Mascarenhas criou a Vila Boa de Goiás e instalou diversos julgados, dando oportunidade para que a justiça oficial se fizesse presente. Embora devessem submissão à câmara e ao governador, os julgados se mostraram resistentes ao controle das instâncias superiores, já que havia muito ouro fino emperrando as engrenagens da justiça.

A competência administrativa de São Paulo sobre a área se encerrou em 1744, quando foi criada a capitania de Goiás cujo governador só iria realmente tomar posse cinco anos depois. Em uma avaliação sobre Goiás, escrita em 1800, por António de Souza Teles de Menezes, a “desgraça e ruína” de todo o Brasil era causada pelos governadores de pouca instrução no direito. Menezes recomendava que a justiça na região fosse menos rígida, pois “certamente faria feliz estes povos e saberia castigar os maus, sem de todo os perder, e premiar os bons”. No julgamento de Menezes, a prudência, a mansidão e a brandura seriam melhores para o governo do que o rigor da justiça, o terror das prisões e a violência das armas.²¹⁴ Este advogado e comerciante, que encorpava a nata da sociedade goiana e ocupava cargos administrativos, sopesava que dosar docemente a execução da justiça seria mais proveitoso à manutenção da ordem e à fixação da população. A forma pela qual compreende o governo e a justiça, menos incisiva e mais condescendente, pode ter motivado um levante no qual Menezes esteve envolvido. No início do século XIX, ele e os camaristas de Vila Boa de Goiás estiveram envolvidos em uma conjuração contra o governador. E, com o fim do movimento, avaliando as perdas, o governador indultou os envolvidos, dando mostras de misericórdia sem esconder o quanto as instituições de justiça estavam convulsas por dentro.

²¹⁴ ANTT – Ministério do Reino, Maço 500, cx. 623, Maço 31.

Na fronteira com os domínios espanhóis na América, a ocupação de Mato Grosso seguiu o enredo das expedições de preação de indígenas e de descobertas de ouro chefiadas pelos bandeirantes. No entanto, nessa fronteira, para além dos inimigos internos, a Coroa tinha que se preocupar com os espanhóis. Estratégica para a Coroa portuguesa, a povoação da área iniciou-se em 1719 e, oito anos depois, o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá já passava à condição de vila, com seu concelho constituído por vereadores e um procurador, para além de outros funcionários. Em 1748, Mato Grosso torna-se capitania, tendo a sede do governo transferida, quatro anos mais tarde, para a recém-criada Vila Bela, fronteira oeste do Mato Grosso. Essa vila contou com a presença de um juiz de fora, enquanto a vila de Cuiabá era residência do ouvidor.²¹⁵ Em 1778, foi criada ainda a vila de Cáceres e, cinco anos depois, o julgado de São Pedro del Rei. A presteza da Coroa em estabelecer órgãos administrativos na região, bem como fortes e presídios, advinha da preocupação com a manutenção do território e de eventuais acordos entre os paulistas e os espanhóis, que poriam em risco a presença portuguesa no oeste.

Mato Grosso era uma região rica e de importância geopolítica, que se encontrava pressionada por espanhóis, indígenas e paulistas. Para a melhor exploração dos confins sofridos, devido às moléstias e à carestia, as autoridades locais instavam a criação de condições atrativas, visando o povoamento. Nesse sentido, a Coroa concedeu para os que ali se estabeleciam indultos de dívidas e isenção do pagamento dos quintos por dez anos, com encerramento no ano de 1777. A justiça era outro fator que deveria contribuir para a estabilidade social à medida que servisse à mediação dos conflitos

²¹⁵ JESUS, Nauk Maria. Juizes letrados, vilas e julgados: a ouvidoria e os ouvidores em Cuiabá e Vila Bela (1728-1822). In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo; MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Justiça no Brasil colonial: agentes e práticas*. São Paulo: Alameda, 2017, p.94.

sociais e à cooptação das forças locais que assumissem os cargos administrativos.

Entretanto, afastando qualquer ingenuidade, é possível asseverar que mesmo dentro dos concelhos municipais havia espaço para conflitos e jogos de interesses que poderiam colocar a perder a justiça oficial, por vezes aproximando-a da vingança. Na cidade de Mariana, no ano de 1797, a ausência do juiz de fora colocou o vereador mais velho, o capitão-mor José da Silva Pontes, no posto de juiz pela ordenação. Neste posto, coube a ele julgar o processo aberto para averiguar a agressão sofrida por João Machado Ribeiro. Os acusados, Luiz Teixeira Miranda, seus filhos e escravos, apresentaram uma carta de seguro, isto é, um instrumento jurídico que lhes permitiam responder ao processo em liberdade. O juiz, contudo, indeferiu o pedido e ordenou que os réus fossem presos. O doutor Antônio da Silva e Souza, advogado dos réus, recorreu da decisão e afirmou que o juiz agia com “ódio e vingança contra os agravantes para sua total ruína e perdição muito a satisfação de seus inimigos capitais”. Com exortações dirigidas à rainha dona Maria I, a quem caracteriza como “Justiça animada na terra”, Silva e Souza, concluía acerca do papel exercido pelo juiz:

Eis aqui as injustiças e desordens que escandalosamente e com falta de jurisdição e transgressão das leis do reino e extravagantes providenciais se praticaram pelo juiz a qual contra os agravantes que só Vossa Magestade poderá providenciar como verdadeira Justiça e legisladora.²¹⁶

Fantasiada ou não, a afirmação do advogado revela, com alguma verossimilhança, como os conflitos sociais poderiam distorcer a justiça, que somente restava intocada na representação feita dos reis como seres virtuosos e justos.

²¹⁶ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana-AHCSM – 2º Ofício, cód. 209, Auto 5224.

Concluindo, para que a Coroa fosse vista, seria necessário promover a justiça e zelar por ela. Para tanto, buscou não só valorizar as leis pátrias, mas, também, criar e difundir instituições oficiais de regulação de conflitos. Com esse propósito, criou capitanias, nomeou ouvidores e juízes de fora e estabeleceu vilas e cidades, cada qual com suas câmaras e julgados. Caso a caso, a justiça se mostrava mais plural do que uma intangível virtude guardada virtuosamente em potência de ação. Por vezes, executava-se uma justiça mais condescendente com os maus, dispensando mais o doce do que o agrio. Em outras ocasiões, os canais oficiais da justiça eram utilizados para promover vinganças. Nos imensos territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ainda que as instituições de justiça estivessem sido criadas, não se deve concluir desse movimento de expansão do Estado o domínio social ou a garantia da ordem. Os conflitos persistiram e, em grande medida, foram motivados por interesses discordantes sobre o que era efetivamente justo.

Bibliografia

- CAMPOS, Maria Verónica. Goiás da década de 1730: pioneiros, elites, motins e fronteira. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral Ferlini. (orgs.) *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005.
- JESUS, Nauk Maria. Juizes letrados, vilas e julgados: a ouvidoria e os ouvidores em Cuiabá e Vila Bela (1728-1822). In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo; MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Justiça no Brasil colonial: agentes e práticas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de um Dicionário jurídico, theorético e pratico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Obra póstuma. Tomo 2. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825.
- VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definição e fins do direito; os meios do direito*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

9.2. Para além do litoral: administração e poderes locais no interior das capitanias da Bahia e do Norte do Estado do Brasil

**Avanete Pereira Sousa
(Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)**

A conhecida constatação de frei Vicente Salvador de que os “portugueses no Brasil andavam como caranguejos arranhando a praia” era perfeitamente válida e, por certo, consensual a qualquer observador atento ao processo de conquista e ocupação do território até aquele momento, década de 1620. Todavia, precisaria ser relativizada no decorrer dos tempos, quando, já com os pés firmes no litoral, os portugueses procurariam estender os seus braços para a extensa região sertaneja, formadora da hinterlândia das novas terras. Assim, pois, é preciso pensar a vida urbana, a constituição de vilas, cidades e seus poderes instituídos, como um fenômeno socioeconômico e político inserido em condições históricas determinadas.

Evidentemente, as áreas litorâneas foram o primeiro e mais importante foco da colonização portuguesa no Brasil. A lógica inicial foi a de organizar o cultivo da cana de açúcar de forma sistemática e generalizada, pois era um produto com larga aceitação no mercado internacional e, para tanto, dispensaram-se esforços públicos e privados. Foram necessárias iniciativas tanto de ordem jurídico-institucionais quanto econômicas, a exemplo da constituição de um mercado de trabalho, para o fornecimento de mão de obra, atendido pelos tráficos indígena e negreiro; do provimento de gêneros de subsistência, como a carne verde e a farinha de mandioca; e da criação de mecanismos e arranjos de natureza político-administrativa, capazes de instituir instâncias para organizar, manter e reproduzir, de maneira mediada, o poder régio sobre as terras conquistadas.

Em se tratando da capitania da Bahia, a fundação da cidade de Salvador, em 1549, para sede do Governo Geral,

atendia, em parte, a este propósito: passou a exercer funções essenciais para a consolidação das conquistas. Do ponto de vista econômico, concentrava a maior parte da produção açucareira do Brasil e executava a intermediação comercial de produtos vindos da metrópole, exportando açúcar, importando escravos da África e se tornando o canal de redistribuição de outros bens de consumo indispensáveis ao abastecimento interno. Na verdade, como demonstra ampla bibliografia, tornou-se *locus* privilegiado e estratégico no quadro das relações comerciais de longa distância e da economia mundial. Cumprida essa missão preliminar e superadas as adversidades das invasões holandesas (1625), a dinâmica colonizadora passou a demandar a expansão para além do litoral. Por um lado, havia potencialmente demanda para a expansão da produção e do comércio do açúcar, e, por outro, a necessidade de se ampliar as incursões sobre áreas sertanejas, de modo a estimular outras atividades econômicas, como a pecuária, a produção de gêneros de subsistência e a sempre sonhada e esperada descoberta de minas de ouro. É isso que se sucede, gradativamente, não só pela necessidade de alargamento da *platation*, mas, também e consequentemente, pela incorporação das áreas habitadas pelos povos originários, até então arredios aos portugueses. Para deixar de arranhar o litoral, os súditos e agentes da monarquia lusitana adensaram a ocupação da borda da Baía de Todos os Santos e promoveram a Guerra do Recôncavo (1651-1679), com o objetivo de subjugar as várias tribos que habitavam a região e de expropriar as áreas por elas povoadas, abrindo, com isso, as portas de entrada para os sertões.

Os desafios político-administrativos relativos à intensificação das conquistas dos sertões, bem como o melhor controle das áreas situadas no Recôncavo da Bahia, impuseram a descentralização da administração local, por meio da criação de vilas no entorno da Baía de Todos os Santos. Assim, entre 1697 e 1727, surgem as vilas de Cachoeira, São Francisco do Conde, Jaguaripe, Maragogipe e Santo Amaro da Purifi-

cação, nas quais se projetam núcleos com feições urbanas, engendrando novas relações sociais e políticas na região. O estuário do rio Paraguaçu e o seu prolongamento na Baía de Todos os santos, considerado a “boca do sertão” da Bahia, e a vila de Cachoeira, tornaram-se o ponto de partida para todas as “entradas” para o interior. Nesse mesmo período, tal dinâmica pode ser observada também nas longínquas zonas sertanejas, onde ocorria a extração aurífera, com a elevação à categoria de vila das localidades de Santo Antônio de Jacobina (1722) e de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas (1723). Chama a atenção a territorialidade, a extensão do termo e da jurisdição dessas vilas, ou seja, até onde o poder das autoridades municipais poderia ser exercido, conforme legislação régia. Os termos das vilas de Cachoeira e de São Francisco do Conde se estendiam para o norte, o oeste e o leste da colônia, abarcando parte dos territórios da capitania de Sergipe del Rey. Igualmente extenso, o termo da câmara de Jacobina abarcava territórios cujos limites alcançavam as vilas do Recôncavo, bem como as capitanias de Sergipe del Rey, Ilhéus, Minas Gerais e Pernambuco.

Como ocorrera em outros lugares do Brasil, a mineração permitiu à colonização portuguesa expandir-se para regiões do interior da Bahia, dinamizando a economia e articulando atividades econômicas, comerciais e culturais diversas. Sobretudo, provocou a necessidade de ampliação dos braços do Estado monárquico com suas instituições derivadas, vilas e comarcas, e a indiscutível presença da Igreja.

Se é verdade que nos séculos iniciais o processo de instituição de vilas carregava um caráter bélico, econômico e de controle, no século XVIII, percebe-se a adição de novos elementos, com vieses crescentemente centralizadores do ponto de vista administrativo e de hegemonia política por parte das autoridades reais. Isto ocorre, sobretudo, com a política pombalina de elevação de aldeamentos indígenas à condição de vila nas capitanias anexas à da Bahia, como na de Ilhéus e na de Porto Seguro. Nos grotões sertanejos, além da lógi-

ca de controle, é preciso ressaltar a dinâmica populacional e econômica oriunda, sobretudo, das atividades pecuárias e da mineração, que ganharam grande importância no século XVIII. Ademais, há também outras motivações, como foi o caso de Urubu de Cima, localizada no Médio São Francisco, elevada à condição de vila, em 1746, impulsionada pelo papel relevante que cumpria nas ligações mercantis, pois era passagem de boiadas e tropas com mantimentos da Bahia em direção a Minas Gerais e Goiás, e na contenção dos descaminhos do ouro. À semelhança dos processos de incorporação dos territórios dos novos mundos pelos conquistadores, no período moderno, na ocupação do interior baiano, as vias fluviais foram essenciais. Não por acaso, foi significativa a elevação de povoados à condição de vilas nas cercanias dos rios São Francisco, Itapicuru, Jacuípe e Real. Além das já referidas, de 1727 a 1746, foram criadas as vilas de Nossa Senhora da Abadia do Rio Real, Itapicuru de Cima e Água Fria. Entre 1758 e 1799, as vilas de Pombal, Nova Soure e Senhor do Bonfim.

Não há dúvida de que, na contramão das correntezas, as águas de rios baianos, como o Paraguaçu, de Contas, Itapicuru, e dos que desagüam no atual estado da Bahia, como os rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e, principalmente, o São Francisco, se transformaram em vias de navegação e de caminhos para a conquista dos sertões. E dentre eles, o rio São Francisco, hoje alcunhado de rio de integração nacional, foi a joia da Coroa. Em seu percurso, abrangendo margens e afluentes, formou-se uma série de aglomerados humanos de diferentes matizes: fazendas de particulares, aldeamentos, capelas, paróquias e freguesias, julgados e vilas, oficializados pelas autoridades reinóis. A maioria dos núcleos urbanos baianos interligava caminhos abertos da sua foz até os limites da capitania de Minas Gerais. Alguns autores até falam na civilização do São Francisco, dada a originalidade do modo de vida que aí se gestou ao longo dos séculos.

O norte do Estado do Brasil e suas capitanias: a formação de uma unidade territorial, a incursão pelos sertões e a expansão da malha urbana

A tendência de longa duração, que constatamos no espraio dos poderes monárquicos e das instâncias de poder local na Bahia, também pode ser observada nas capitanias do Norte do Estado do Brasil, tendo como núcleo principal a capitania de Pernambuco. A designação, norte do Estado do Brasil, refere-se a uma ampla circunscrição territorial formada pelas antigas capitanias de Pernambuco, que englobava inclusive a região de Alagoas, elevada à categoria de comarca, em 1712; Itamaracá; Paraíba; Rio Grande e Ceará (Siará Grande). Os rearranjos político-administrativos, engendrados a partir da segunda metade do século XVII, resultaram na conformação de um espaço geográfico cuja centralidade econômica e política ancorava-se na capitania de Pernambuco, sendo as demais alçadas à condição de anexas e sujeitas ao seu governo. A reestruturação, após o domínio holandês (1630-1654), de um modelo de colonização que continuou voltado para o cultivo e o comércio da cana do açúcar, nas áreas litorâneas, impunha o alargamento de fronteiras concretizado no aproveitamento econômico de regiões interioranas e de sua inserção nos circuitos mercantis. Até então, a pecuária fora, isoladamente, o elemento propulsor da ocupação e povoamento das terras áridas e beira-rios dos sertões das capitanias do Norte. Entretanto, houve, ao longo do século XVIII, não apenas a incorporação desse espaço produtivo à mesma dinâmica mercantil da produção açucareira, com a especialização da produção e beneficiamento do couro, mas, também, a ampliação de sua função econômica, possibilitada pela existência de extensas áreas de terras desocupadas sujeitas, ainda, a ações desbravadoras. Esse movimento implicou o avanço sobre territórios indígenas, resultando na denominada Guerra dos Bárbaros (c.1680-1720) e foi responsável pela incorporação dos sertões aos objetivos

mercantis da colonização portuguesa, para os quais convergiam tanto os interesses da Coroa quanto os de agentes privados.

A conquista definitiva dos sertões do norte da colônia conformou um espaço econômico e jurisdicional próprio e, de certa forma, impulsionou a formação de uma estrutura político-administrativa e de instâncias de comandos locais, a partir da criação de núcleos urbanos, fora das áreas litorâneas, que atuavam como articuladores entre a periferia e o centro do poder colonial. Em maior ou menor proporção, os longínquos sertões foram, paulatinamente, inseridos na dinâmica econômica e político-administrativa da colonização.

Dentre as capitanias do Norte, a de Pernambuco possuía a maior densidade populacional, com quase dez mil fogos espalhados por mais de sessenta léguas na costa e em muitas freguesias, mas concentrada em poucas vilas. Em meados do século XVIII, eram cerca de seis vilas, Recife, Igarassu, Sirinhaem, Porto Calvo, vila das Alagoas, Penedo, 35 freguesias e uma cidade, Olinda. No final da centúria, foram criadas, desta feita em áreas sertanejas, mais algumas vilas, como Cimbres (1762) e Atalaia (1764), e freguesias, totalizando cerca de 45 núcleos urbanos. Já no restante das capitanias do Norte, o número de vilas e freguesias só aumentou no fim do século XVII e no decorrer do século XVIII. Entre 1654 e 1759, foram fundadas as vilas de Goiana (1685) em Itamaracá; Aquiraz (1699), Fortaleza (1726), Icó (1738) e Aracati (1748), na capitania do Ceará. Nesta última capitania, a formação de vilas nos sertões se multiplicou: Messejana, Soure e Parangaba (1758), Viçosa (1759), Baturité e Crato (1764), Sobral (1773) e Quixeramobim (1789). Cabe lembrar que nas capitanias do Norte a maioria das vilas criadas na segunda metade do século XVIII foram as denominadas “vilas de índios”, fruto da política pombalina de transformação de aldeias missionárias em núcleos urbanos.

Em síntese, o período pós-domínio holandês, que é mais ou menos coincidente com o fim da União Ibérica

(1580-1640), é assinalado por intensos esforços dos agentes coloniais em dilatar a colonização para além do litoral, expandindo atividades produtivas e estruturas administrativas em áreas até então inexploradas e consideradas sem valor econômico. As referências cronológicas, supracitadas, de constituições de vilas nas regiões sertanejas, parece indicar uma inflexão na política de ocupação territorial, pois, a partir de então, além da produção açucareira, os interesses econômicos e políticos da Coroa e de seus agentes locais passaram a avistar novos lugares onde pudessem enraizar relações de produção econômica e sinalizar a presença do poder real. É nessa perspectiva que se faziam prementes a rearticulação e reorganização desses espaços interioranos, com o objetivo de dirimir pressões e evitar conflitos inerentes a um contexto pós-guerra. Havia a pauta do indispensável ajuste das demandas internas dos potentados da sociedade açucareira local, ávidos para retomar suas posições nos “negócios do açúcar”. Somava-se, ainda, o imperativo do fomento da ocupação dos sertões, para aí instalar a produção agropecuária, tanto para o abastecimento interno, especialmente das áreas canavieiras, quanto para a bovinocultura e a comercialização dos seus derivados, e, também, para incursões de apresamento de mão de obra indígena e, mais tarde, para o cultivo do algodão, com boa aceitação no mercado internacional.

Os sentidos da interiorização: nuances da estrutura administrativa urbana e do exercício do poder local camarário

Conforme já referido, em fins do século XVII, e ao longo do século XVIII, a expansão do povoamento e da ocupação das regiões interioranas na capitania da Bahia e nas denominadas capitanias do Norte do Estado do Brasil culminou com o estabelecimento de vilas, mecanismo pelo qual determinados espaços passavam a articular outros territórios no seu entorno e até em áreas distantes. Esta era uma ferramenta

indispensável para reorientar, estimular e disciplinar a colonização, especialmente nos sertões, onde se fizeram necessárias a intensificação da pecuária e, sobretudo, a domesticação dos povos indígenas e o controle da produção aurífera. Se a tendência da pecuária era absorver e espalhar pouca mão de obra em grandes latifúndios, a mineração, por seu turno, se valia de uma intensa utilização da força de trabalho, o que requeria a mobilização, agrupamento, concentração e vigilância de todos os agentes envolvidos nessa atividade, considerada a mais essencial de todas as que eram implementadas na colônia. De qualquer sorte, ambas tanto se alimentavam quanto se valiam de estruturas específicas, a exemplo de caminhos, pousos, povoados. A mineração, muito mais que a pecuária e a agricultura, implicava a adoção de dispositivos adicionais para o exercício da gestão sobre as terras sertanejas, e para a organização dos espaços urbanos originados das atividades mineradoras. Quer nas áreas mineradoras quer nas de pecuária, o poder central não se preocupou apenas com o estímulo e a garantia de provimento de “gentes”, mas também com a instalação de organismos representativos da sua estrutura administrativa e jurídico-política. É nessa lógica que o poder real se multiplica e se adapta às circunstâncias conjunturais, atento e vigilante ao que acontece na vida econômica e na dinâmica da sociedade. Assim, as novas vilas ao serem constituídas já eram portadoras não só dos anseios dos agentes privados, mas, também, do desejo do poder real de se fazer presente e exercer, de forma compartilhada, suas prerrogativas legais, no comando do poder local instituído com a criação das câmaras, cujos membros eram eleitos indiretamente pelo seletivo grupo de “homens bons”. E é com esse sentido que, nos sertões, as câmaras municipais se tornaram instâncias proeminentes, atuando, em meio a uma série de outros órgãos estatais e religiosos, enquanto instituição de representação da sociedade local, interagindo, todavia, organicamente, pois dela também faziam parte representantes do poder régio. De certo modo, elas exerciam um papel

mediador. Ainda que com a exacerbação de discursos e falas com conteúdo reivindicatório, eram um espaço de convívio de membros das elites e de acertos e combinações entre elas, embora pudessem ser também portadoras de anseios das camadas sociais subalternas.

Para a capitania da Bahia, é importante enfatizar a dinâmica dos poderes locais das vilas em áreas de mineração, as de Jacobina e de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas. Obedecendo a normatização própria, especialmente o regimento das minas, essas vilas eram bastante semelhantes, no seu ordenamento legal, às vilas mineradoras de Minas Gerais. Assim, além do poder camarário, vê-se a emergência de um aparato judicial, a criação de casas de fundição de ouro, em 1726, e o endurecimento do controle fiscal, institutos garantidores da autoridade régia em espaços que se tornaram demograficamente densos. As câmaras daquelas duas vilas, com suas múltiplas atribuições, além de exercerem forte influência na vida cotidiana dos moradores no polígono urbano, lhes competiam a regulação das atividades econômico-mercantis, as funções fiscalizadoras e tributárias e o poder penal relativo a pequenos feitos. As suas ações ainda alcançavam os fluxos produtivos mais complexos, como o da pecuária e da redistribuição de mercadorias vindas do reino. A vila de Jacobina teve sua gênese na mineração, mas incorporou papel relevante na lógica de circulação de bens móveis e de consumo, especialmente de gado criado no Piauí, e redistribuídos dentro e fora da capitania da Bahia. Parte do fluxo mercantil que passava por Jacobina se irradiava intensamente para as Minas Gerais e para centros urbanos regionais. Aliás, a circulação desses bens e seus caminhos eram objeto de disputas e debates em instâncias públicas, sobretudo nas câmaras municipais, envolvendo oficiais camarários e agentes econômicos privados. A presença ativa de um grupo de correspondentes comerciais, nas regiões de Jacobina, Rio de Contas e das vilas próximas ao Rio São Francisco, representando grandes e médios comerciantes de Salvador e do

Recôncavo, denota o peso da dinâmica econômica dessas vilas e justifica o desencadeamento de queixas e conflitos entre entes públicos e particulares, geralmente decorrentes de questões fiscais. Eram indivíduos que disputavam a realização de negócios em todo o interior da capitania, como Jerônimo Alvares da Silva Braga e Matias Pereira Braga, residentes em Cachoeira, e que não raras vezes expressavam descontentamento com o que classificavam como “excessos” das câmaras das vilas locais por supostas sobretaxações de seus produtos. Por seu turno, as câmaras reclamavam da burla fiscal bastante comum entre os indivíduos dessa categoria social.

Se, para a Bahia, a mineração atuou como motivadora da interiorização das instituições público-estatais, de forma direta e/ou delegada, incluindo a fundação de vilas e a instalação de câmaras e cadeias, para as capitanias do Norte do Estado do Brasil, assumem importância singular elementos como a incorporação das populações indígenas, em cujos núcleos de missão dispersos territorialmente viviam milhares de indivíduos, e a atividade econômica principal, a pecuária. Por certo, havia que se instituir e fortalecer os órgãos da monarquia no amplo mapa do interior, onde vicejava uma pecuária forte e relativa abundância de mão de obra. É este o contexto de aplicação da política pombalina de elevação de aldeamentos indígenas à condição de vila, bastante abrangente nas capitanias do Norte, e que resultou na expansão da malha urbana: Santa Maria, Assunção e Cimbres (Pernambuco, 1761-1762); Extremoz, Arez, Portalegre, São José e Vila Flor, Vila Nova da Rainha, Vila do Príncipe (Rio Grande do Norte, 1758-1788); Vila Viçosa Real, Soure, Arronches, Messejana, Montemor e Crato (Ceará, 1758 e 1762); Pilar, Conde, Alhandra (Paraíba, 1763-1765). A maioria desses núcleos, denominados de “vila de índios”, foram criados nos sertões e erguidos nos mesmos lugares das missões e aldeias ou em sítios próximos. Em geral, as vilas dos sertões possuíam termos bastante extensos e estrutura administrativa análoga às demais: juízes ordinários, vereadores e outros oficiais

camarários como escrivão e procurador. A orientação legal era a de que o seu corpo político fosse igualmente composto por índios e brancos e que, no ato de fundação, se observasse certa formalidade, tais como demarcação do termo, população convocada por edital, autoridades e índios presentes na praça central, publicação de legislação pertinente e, sobretudo, do ponto de vista simbólico, o erguimento do Pelourinho, marco da presença portuguesa nas vilas e cidades do ultramar. Para a municipalidade local, a fixação dos limites territoriais e jurisdicionais da vila era fundamental para o efetivo exercício das prerrogativas camarárias, sobretudo no que dizia respeito à gestão econômico-fiscal.

A ideia da introjeção de uma certa “civilidade entre bárbaros”, permeava os editais de formação desses núcleos urbanos prenhes de referências acerca de livrarem-se os índios da irracionalidade e da sujeição servil, dentro e fora das aldeias, em clara alusão a uma suposta desordem na utilização de sua força de trabalho, e de fazê-los usufruir, nas novas povoações, de um governo civil e de atividades comerciais e produtivas, bem como de gozarem de honras, privilégios e liberdades. Esses editais reforçavam e enfatizavam os valores civilizatórios presentes na lei do Diretório dos Índios, além de procurar equiparar as vilas de índios às vilas de brancos nos papéis e funções dos seus munícipes e dos poderes locais instituídos. Entretanto, o maior propósito da instituição de vilas de índios consistia, certamente, no apaziguamento de áreas constantemente submetidas às ações de índios hostis, que causavam prejuízos materiais aos colonos com a destruição de fazendas e roubo de gado e, também, na disponibilização de territórios indígenas ao sistema de arrendamento, em momento crucial de expansão da atividade pecuária e, consequentemente, de necessidade de maior controle sobre a mão de obra nativa.

Com efeito, enquanto principal atividade econômica dos sertões, a pecuária, moldou e distinguiu, em alguma medida, a atuação das câmaras municipais em todas as capita-

nias do Norte. Além do exercício costumeiro de atribuições concernentes à regulamentação das atividades mercantis, em diferentes níveis, como licenças para estabelecimento comerciais, licenças para exercício de profissões mecânicas, definição e afilamento de pesos e medidas, as municipalidades acabavam se envolvendo, ou sendo envolvidas, em circuitos mercantis mais complexos relativos ao comércio do gado e de seus derivados, a carne e o couro. Assim, não raras foram as vezes em que os oficiais camarários foram instados a legislar em searas que não lhes pertenciam, ou lhes pertenciam apenas parcialmente, como, por exemplo, sobre a exportação de gado e couros, tendo que atuar como mediadores entre contratadores e mercadores nas questões relativas aos registros fiscais, de entrada e saída de mercadorias, espalhados pelos caminhos. Em relação ao couro, mais especificamente, a sua abundância nas regiões sertanejas conferia uma dinâmica especial ao ofício de sapateiro e, por seu turno, demandava melhor regulamentação da profissão e maior controle sobre a comercialização do produto. Ademais, tem-se ainda questões relativas ao consumo e comércio das carnes verdes e secas. A pecuária mobilizava para os sertões uma elite comercial, de amplos trânsitos mercantis, que aí comercializava mercadorias do reino e fazia a carne seca e os couros chegarem às principais praças do Estado do Brasil, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. As câmaras se beneficiavam direta e indiretamente desses circuitos comerciais, tendo na vila de Aracati, no Ceará, o maior exemplo da potencialidade do comércio da carne seca.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem sido intensamente enriquecida pela multiplicação de estudos, pesquisas e debates acerca dos mais diversos temas, cujas abordagens incorporam realidades temporais e geoespaciais até então secundarizadas ou concebidas de forma genérica, sem dar conta das dimensões sócio-históricas que lhes são constitutivas. Para o período colonial, tem-se despontado trabalhos que procuram demonstrar o significado do estabe-

lecimento, em áreas não litorâneas, de uma estrutura econômica e político-administrativa em que se articulam diferentes instâncias de poder. Graças a esses estudos, foi possível, neste texto, sintetizar, em linhas gerais, a expansão de espaços urbanos no interior das capitanias da Bahia e do Norte do Estado do Brasil, no século XVIII, bem como traçar nuances dos institutos que lhes são peculiares, as vilas e as câmaras municipais. Esse foi um período marcado por metamorfoses socioeconômicas nas quais a vida local se inseria e se articulava à totalidade. As vilas e câmaras sertanejas se constituíram em lugares de práticas políticas e sociais que eram parte da dinâmica da sociedade colonial.

Bibliografia

- ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certões” do Norte, c.1666-1820*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.
- CARVALHO, Reinaldo Forte. *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na capitania do Ceará (1699-1748)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2015.
- CONCEIÇÃO, Hélida Santos. *O sertão e o império: as vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais: capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. Natal, UFRN, 2011.
- CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756)*. Tese (Doutorado em História) – Programa Interuniversitário de Doutoramento em História – Universidade de Lisboa. Lisboa. 2019.
- NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (orgs.) *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais nos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.
- SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII. Poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

9.3. Governo e administração colonial nos sertões das capitanias da Bahia e Pernambuco: a atuação dos governadores dos índios (séculos XVII-XVIII)

**David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
(Doutor em História, Universidade Federal
de Minas Gerais)**

A participação decisiva dos índios nas guerras que culminaram com a expulsão dos holandeses das capitanias do Norte possibilitou a construção de novos espaços de aliança e negociação entre os índios principais, os administradores coloniais e a Coroa portuguesa. Em especial, as lideranças indígenas aliadas passaram por um verdadeiro processo de mobilidade, ascendendo social e economicamente, ocupando espaços de poder e prestígio na colônia americana.

Na capitania de Pernambuco, os membros das famílias Camarão e Arcoverde se revezaram no poder por muitas décadas, consolidando-se como as elites indígenas locais. Concomitantemente, na capitania da Bahia, os Mataroães dominavam a região do rio São Francisco, administrando aquelas paragens. Além disso, esses agentes receberam diversas honras e mercês, ocuparam cargos, ganharam soldos e continuaram atuando em contextos de guerras, reafirmando a cada geração as alianças estabelecidas.

Por cerca de 100 anos, entre 1636 e 1733, essas linhagens indígenas ocuparam os cargos de governadores dos índios nas suas respectivas áreas de domínio, exercendo um papel essencial para o governo e a administração colonial naqueles sertões. Os governadores dos índios eram verdadeiros intermediários entre o mundo luso e o indígena e, enquanto administradores reais, foram responsáveis por diversas funções, tais como recrutamento para as tropas, repartição para o trabalho, recondução dos índios às suas aldeias e missões, defesa das vilas e arraiais, execução de diligências e resoluções de conflitos.

Oficialmente, o primeiro indígena a ocupar o cargo de governador dos índios foi Antônio Felipe Camarão, ainda no início da guerra contra os holandeses. Como chefe do Terço dos índios, notabilizou-se pela gestão das tropas nas atividades de guerrilha e emboscada. Pode-se dizer que esse primeiro momento marcou o processo de ascensão dos índios principais como governadores, tendo como representantes Felipe Camarão (1636-1648) e seu primo e sucessor Diogo Pinheiro Camarão (1649-1676). A partir de 1677, com a nomeação de Antônio João Camarão, inicia-se de forma mais clara o processo de consolidação dessas lideranças, ganhando maior destaque com os governadores Antônio Pessoa Arcoverde e Sebastião Pinheiro Camarão. Entre 1728-1733, com a ascensão do sexto governador Antônio Domingos Camarão Arcoverde, iniciou-se um processo de derrocada dessas lideranças, culminando com a sua exoneração e com a extinção do cargo de governador dos índios.

Para a capitania da Bahia, especialmente a região do São Francisco, esse processo se iniciou em 1639, quando as tropas de resistência luso-brasileiras investiram sobre o território do Brasil holandês em uma primeira tentativa de recuperar as áreas conquistadas pelos batavos. Nesse contexto, Camarão e os demais capitães luso-brasileiros foram imbuídos de firmar aliança com as lideranças indígenas do São Francisco, em especial com o principal Rodela, da aldeia homônima. Esse fato possibilitou tanto a participação dos índios de Rodela na guerra quanto a nomeação posterior de Francisco Dias Mataroã, líder dos Rodelas, ao cargo de “governador dos índios da língua travada do Cabelo Corredio do rio São Francisco de baixo e de cima”. O cargo foi exercido por duas lideranças; inicialmente, por Francisco Dias Mataroã, que, após sua morte, foi substituído por seu filho, Jorge Dias de Carvalho Mataroã. Os Mataroãs estiveram no poder entre 1690 e 1733, quando Jorge foi, juntamente com Domingos Camarão, exonerado do posto que ocupava. Um detalhe interessante da trajetória desse indígena é que ele foi o único dos

governadores que recebeu das mãos do Governo Geral um regimento escrito pelo próprio vice-rei, especificando suas funções, atribuições, obrigações, jurisdições e poderes.

A região do São Francisco, por ser limítrofe entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, foi espaço de intensas disputas jurisdicionais. Por isso, em 1728, dois governadores atuavam na região, um representando a Bahia e o outro Pernambuco: Jorge Dias de Carvalho Mataroã e Diogo Álvares de Oliveira, respectivamente. Essa querela foi finalizada anos depois com um parecer do vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, definindo que o cargo deveria ser exercido apenas por Jorge Mataroã em toda região e que Diogo Oliveira se manteria como liderança local, porém subordinada ao dito governador. Em outras regiões do Estado do Brasil, encontravam-se também índios principais atuando como governadores. Em Sergipe Del Rey, por exemplo, Salvador de Lima exercia o cargo em 1719, tendo sido nomeado pelo capitão-mor, Custódio Rebelo Pereira, fato que causou um certo problema, pois, em teoria, apenas o rei, o vice-rei e o governador-geral tinham tal prerrogativa. Na capitania do Ceará, mais especificamente na Serra de Ibiapaba, a família indígena Sousa e Castro manteve o posto sob seu domínio por três gerações, tendo como representantes Jacob de Sousa e Castro, José de Sousa e Castro e Felipe de Sousa e Castro, fechando o quadro de governadores dos índios conhecidos.

A participação das lideranças indígenas como governadores dos índios e a sua atuação como administradores coloniais foi pouco abordada pela historiografia brasileira. Provavelmente, existiram outros principais nomeados para os demais espaços da colônia portuguesa, entretanto, malgrado as inúmeras revisões e reformulações propostas pela Nova História Indígena, este é um tema que ainda carece de investimento em pesquisa e análise.

Sobre os governadores dos índios de Pernambuco, a maior parte dos estudos que tocam no tema tem como objeto de pesquisa Antônio Felipe Camarão e está focada em anali-

sar a atuação dele durante as guerras contra os holandeses (MELLO, 1954). Existem alguns poucos estudos que tratam sobre os descendentes de Felipe Camarão, mas estes têm como propósito investigar a participação do Terço dos índios nos empreendimentos bélicos coloniais (ELIAS, 2005) e/ou o recebimento de hábitos das ordens militares por essas lideranças (RAMINELLI, 2015). Contudo, não há pesquisas abordando o papel desses agentes quando o assunto é o governo e administração coloniais.

Quanto aos governadores dos índios da Bahia, as referências são mais escassas ainda. Eles foram relegados pelos historiadores locais, talvez por esses indígenas não terem tido a mesma “fama” dos seus contemporâneos pernambucanos, ou mesmo por terem adotado nomes cristãos/portugueses – o que poderia, à primeira vista, confundir os incautos, levando-os a pensar que estes eram homens brancos – ou, ainda, pelo pouco interesse que a região do São Francisco colonial tem despertado nas pesquisas desenvolvidas. Porém, ressalte-se que estas são apenas conjecturas. O fato é que não existem trabalhos relevantes que abordem a atuação da família Mataroã nos sertões da Bahia.

Pensando nisso, podem-se encaminhar alguns questionamentos para melhor delimitar a análise em questão: quem eram os sujeitos que ocupavam o cargo de governador dos índios? Qual o papel que esses agentes desempenharam? O que os credenciavam a ocupar o referido posto? Quais poderes esses sujeitos possuíam? E, por fim, qual a jurisdição dos cargos na Bahia e em Pernambuco?

A investidura no cargo de governador dos índios demandava aos postulantes que cumprissem certas prerrogativas que atendiam aos interesses tanto dos aliados lusos quanto dos próprios índios. Primeiramente, o cargo deveria ser ocupado por líderes indígenas (índios principais) ou mestiços de índios com outras qualidades (brancos e negros). Desta forma, os sujeitos que não possuíam uma ascendência indígena não eram aceitos nesta posição, principalmente pelos próprios índios.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que o poder geralmente estava centralizado nas mãos de uma mesma família, ou seja, era hereditário. A hereditariedade relacionada a esse cargo pode ser considerada uma alteração significativa da lógica “tradicional” dos índios para a escolha dos seus líderes. Posto isso, infere-se que tal característica está intimamente ligada à função de “principal”, estabelecida pós-conquista e contato.

Em terceiro lugar, percebe-se que os governadores dos índios eram os “principais” aliados aos portugueses, que participavam, principalmente, dos diversos empreendimentos bélicos coloniais. Por isso, possuíam patentes militares, títulos e/ou outras mercês régias para delimitar sua posição e garantir seu poder diante de seus liderados e da sociedade colonial em que estavam inseridos. Por fim, os governadores dos índios possuíam autoridade em áreas mais amplas, englobando diversos aldeamentos e povos. Cada aldeia colonial tinha seu próprio chefe, o índio principal, e este estava hierarquicamente subordinado ao comando político e militar dos governadores.

Comparando a atuação desses agentes nas áreas delimitadas, percebe-se que existia um conjunto de elementos comuns entre eles, mas também muitas peculiaridades. Os governadores dos índios de Pernambuco, pela ligação com Felipe Camarão e pela intensa colaboração nas guerras contra os holandeses, ganharam mais destaque e adquiriram um maior poder de influência, englobando quase toda a capitania e suas anexas. Fica claro na documentação que a autoridade dessas lideranças estava circunscrita a “todos os índios desta costa do Brasil, desde o Maranhão até rio de São Francisco”²¹⁷. O espaço de poder dos governadores dos índios da Bahia, por exemplo, iniciava-se logo em seguida, abarcando toda a região do São Francisco, incluindo as áreas que se situavam na capitania de Pernambuco, não se expandindo para além disto.

²¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Conselho Ultramarino-CU, Pernambuco, cx. 11, doc. 1027.

Em termos de títulos, honrarias e mercês, não era diferente. Os governadores dos índios de Pernambuco acumularam aqueles considerados mais importantes para a sociedade colonial, sendo que quase todos foram condecorados com hábitos das ordens militares, soldos e patente de capitão-mor. Os Mataroães, apesar de também possuírem soldos e patentes, não foram “agraciados” com os tão almejados hábitos militares.

Entretanto, no que diz respeito às suas funções e atribuições, não havia distinções entre os cargos. Como dito acima, o comando militar era uma das mais importantes funções exercidas por esses agentes, que muitas vezes lutavam juntos nas chamadas guerras coloniais. Direta ou indiretamente, os índios aldeados participaram de uma série de conflitos entre a Bahia e o Maranhão nos séculos XVII e XVIII, a saber: a guerra contra os holandeses; a guerra de Palmares; as guerras contra dos índios chamados “bárbaros”; expedições de conquista do Piauí, entre outros. Ou seja, os governadores dos índios deveriam garantir a participação militar dos seus liderados nos eventos contra os inimigos internos e externos dos portugueses: as nações europeias “invasoras”, os “índios bravos ou de corso” e os negros aquilombados.

Nesses contextos, a presença indígena era imprescindível em quase todos os eventos de guerras, sendo utilizados como guias das tropas, soldados, flecheiros e capitães. Como guias, os índios eram responsáveis pela definição de caminhos e indicações de locais seguros para paradas e acomodação. Como soldados e flecheiros, estavam diretamente envolvidos na lide militar e auxiliavam nas emboscadas e nas atividades de ataque e defesa. E, como capitães, eram responsáveis pelo recrutamento, organização e liderança das tropas – função que era normalmente exercida pelos governadores dos índios.

Para além das atividades militares, o governador dos índios juntamente com os principais das aldeias e os missionários, comandavam outros aspectos da vida de seus lidera-

dos, como, por exemplo, o cotidiano laboral. Essas lideranças eram essenciais nas atividades de recrutamento e repartição da mão de obra indígena. Assim, garantiam o fornecimento de índios para atividades régias, como os serviços de correios, a construção de fortalezas e atividades mineradoras, assim como para serviços particulares aos senhores de engenho e pecuaristas, especialmente na condução das boiadas.

Por ser a mais importante liderança indígena, os governadores dos índios poderiam, caso fossem convocados, participar das reuniões da Junta das Missões. Desta forma, seriam os responsáveis em levar informações privilegiadas para os membros da Junta e auxiliar na tomada de decisões quanto às questões indígenas. Nesses contextos é que se pode perceber a atuação dos governadores como uma voz ativa dos interesses dos índios. Denúncias de escravizações ilegais, pedidos de liberdade, pedidos de sesmarias e/ou demarcação de terras, interferência em questões de foro criminal – auxiliando os índios em casos de prisões, apelações e pedidos de redução ou abrandamento de pena – são perceptíveis na documentação. O prestígio que os governadores dos índios gozavam diante das autoridades coloniais possibilitava um melhor desfecho nos casos, e garantiam certos direitos aos índios. Por exemplo, quando o governador Diogo Pinheiro Camarão intervém em nome do índio Fortuoso Moreira, filho de um principal e de uma índia da mesma nação, que estava na condição irregular de cativo. Camarão solicita a libertação imediata dele e de todos os demais indígenas que estavam na mesma situação, “conforme as leis”²¹⁸.

Além disso, os governadores dos índios deveriam indicar nomes para ocuparem os cargos de capitão-mor de aldeias, administradores de aldeias, entre outros. Por estarem lidando diretamente com as comunidades, eram considerados os mais aptos a organizar essas nomeações. Todavia, os nomes escolhidos para capitão das aldeias seguiam a escolha

²¹⁸ Arquivo da Universidade de Coimbra-AUC, Coleção Conde dos Arcos, VI-III-1-1-3.

dos índios que viviam nela e raramente o governador intervia no sentido de deslegitimar a liderança localmente estabelecida. No caso desses capitães, o governador poderia também ser convocado para “dar posse” aos mesmos diante dos seus liderados, confirmando a patente recebida. Já para a função de administrador de aldeias, que parece englobar mais de uma localidade, a nomeação era normalmente de uma pessoa da confiança das autoridades locais, pois este era um cargo intermediário entre o governador e os aldeamentos.

Infelizmente, não existem documentos que estabeleçam claramente as funções relacionadas ao cargo, e muitas dessas atribuições foram sendo estabelecidas na prática do exercício do posto. Entretanto, com a querela jurisdicional estabelecida no São Francisco, em 1728, pelo governador e capitão-general de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, que nomeou Diogo Álvares de Oliveira como governador dos índios, retirando a autoridade de Jorge Mataroã do lado pernambucano, o vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, optou por elaborar um regimento, delimitando a jurisdição, as obrigações e os direitos referentes ao cargo²¹⁹.

O Regimento foi criado visando atender às questões mais específicas referentes à atuação dos governadores dos índios do São Francisco; contudo, demarcava muitas funções de cunho geral que tocavam a realidade de outras governadorias. Dividido em oito tópicos, tratava de temas como execução de diligências, organização e zelo da vida dos aldeados, regulamentação dos costumes, defesa das vilas locais, entre outros. Inicialmente, César de Meneses reiterava que a “conservação e sossego das missões do Rio de São Francisco” sempre estiveram debaixo da jurisdição de Jorge Mataroã e de seu antecessor e pai Francisco Mataroã. Em seguida, recomendava a Jorge Mataroã a “inteira e inviolável” execução das ordens estabelecidas no Regimento, iniciando a exposição das orientações e diretrizes concernentes ao cargo.

²¹⁹ AHU-CU, Bahia, cx. 41, doc. 3676.

De acordo com o documento, o governador dos índios deveria zelar para que seus liderados vivessem sempre nas missões, não permitindo que eles se ausentassem de suas aldeias sem a expressa licença do missionário, do próprio governador ou de algum encarregado do governo. Em seguida, determinava que não consentissem que as índias deixassem suas aldeias para morarem, como domésticas, nas vilas, a fim de evitar o “mau exemplo”. Nessa hipótese, o governador ficava encarregado de reconduzir as índias para seus aldeamentos de origem, garantindo que as reconduções fossem feitas com todo “sossego e quietação” possível. E, em caso de resistência por parte dos “brancos”, deveriam imediatamente informar ao vice-rei sobre o fato para que ele buscasse soluções.

O terceiro ponto seguia as bases dos dois primeiros, determinando que o governador deveria “recolher às suas aldeias” os índios que sem licença estivessem fora delas, vagando pelas caatingas, vilas ou fazendas. Visava-se aqui trazer de volta aos aldeamentos os índios que porventura estivessem fugidos ou trabalhando indevidamente de forma forçada nas fazendas de particulares. Afinal, pelas legislações estabelecidas, eles não poderiam ser escravizados, os serviços prestados deveriam ser recompensados com pagamentos regulares de salários e os índios não poderiam ficar afastados de seus aldeamentos por longos períodos.

O quarto ponto das orientações tratava das questões referentes às desordens e às desobediências dos índios e oficiais. Ficava determinado que o governador deveria evitar tais desordens e, caso fosse necessária uma punição, deveria seguir as orientações dos missionários. Além disso, cabia ao governador zelar pelo sossego das missões, evitando o consumo de bebidas alcoólicas e remediando os excessos. O controle dos costumes era um ponto central na gestão dos aldeamentos. Todavia, essa fiscalização partiria inicialmente do próprio índio principal e somente em segunda instância caberia ao governador intervir. Na prática, sabe-se que

muitos principais e governadores também não respeitavam os costumes impostos e costumavam participar e incentivar festas e outras formas de confraternização.

Os governadores dos índios deveriam também cuidar dos crimes e delitos envolvendo índios e não índios. A depender do tipo de crime cometido e da sua gravidade, o acusado poderia ser enviado preso para a Cidade da Bahia para ser julgado pelas autoridades competentes. Mas, se o delito fosse considerado brando, poderia ser julgado e punido localmente pelo próprio governador, que tinha também poder de justiça. O mesmo valia para situações em que os índios insultassem passageiros, causassem algum tipo de desordem ou recebessem queixas com “justa causa” por parte dos moradores das vilas. Em todas essas hipóteses, caberia ao governador remediar a situação.

Outrossim, o governador deveria cuidar das questões relacionadas à defesa das vilas, especialmente em situações de conflitos ou guerras com o “gentio bárbaro de corso”. Ele não estava autorizado a declarar “guerra justa” a esses povos; esta era uma prerrogativa régia. Contudo, em casos de “ataques do gentio” e havendo receio de maiores danos por parte dos moradores, cabia ao governador dos índios “assegurar as fazendas e povoações, afugentando aquele inimigo até se averiguar se sê-lhe deve ou não fazer guerra”²²⁰. Em se confirmando a guerra justa, o governador seria o responsável pela condução e organização dela, bem como do aprisionamento e escravização dos derrotados, que deveriam ser imediatamente conduzidos para as missões até que fosse determinado o seu destino.

Por último, cabia a ele atender a todas as diligências demandadas pelo Governo Geral, às solicitações dos missionários e visitar, ao menos duas vezes no ano, todos os aldeamentos e missões que estavam sob sua jurisdição. Neste caso, o Regimento especificava que a autoridade dos Mata-

²²⁰ AHU-CU, Bahia, cx. 41, doc. 3676.

roãs estava circunscrita a todas as aldeias da região do São Francisco que se encontravam nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, “porque todas estão sujeitas ao seu governo, como até o presente estiveram”, afirmava o vice-rei. Vasco Fernandes César de Meneses concluía o Regimento explicitando que reconhecia a autoridade do governador dos índios do São Francisco e ratificando que suas ordens deveriam ser respeitadas.

Estavam sob a administração dos governadores da Bahia e Pernambuco cerca de 70 aldeamentos de índios, sendo que 44 ficavam do lado pernambucano e 26 do lado baiano. Pelos dados populacionais apresentados à Junta das Missões, estima-se que os aldeamentos menores deveriam ter entre 50 e 100 casais de índios, e os maiores poderiam chegar a 500 casais, números que girariam entre 100 e 1.000 pessoas. Esses dados são muito voláteis, pois a população de um aldeamento mudava constantemente, devido a diversos fatores, mas se tomarmos com base a lei de demarcação de 1700, que determinava um número mínimo de 80 casais por aldeamento, para dar direito à delimitação territorial, pode-se afirmar que, a partir dessa data boa parte das aldeias coloniais teria pelo menos esse número de habitantes, o que por si só já representava uma significativa população indígena de, no mínimo, cerca de 11.000 indivíduos adultos.

O Regimento elaborado para o governador dos índios, Jorge Dias de Carvalho Mataroã, foi um importante documento que serviu para dirimir dúvidas quanto à jurisdição do cargo no São Francisco, mas também permite concluir algumas questões acerca da governadoria como um todo, como se viu. Muitas das demandas antes de serem encaminhadas aos governadores eram tratadas localmente pelo principal da aldeia, pois o número de aldeamentos era significativo e o deslocamento entre eles nem sempre era fácil. Cabia, portanto, ao governador dos índios ser a autoridade máxima naqueles sertões, atuando com a colaboração dos missionários e das demais lideranças indígenas para garantir o zelo das

missões, a gestão militar, a divisão do trabalho, a aplicação das leis e normas, ou seja, a administração destes espaços.

Essa estrutura funcionou até meados do século XVIII, quando começou a ser questionada especialmente pelo governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira²²¹. Por volta de 1730, com uma tentativa de sublevação do governador dos índios, Domingos Camarão, os rumos dessa política foram definitivamente contestados. Tanto Jorge Mataroã quanto Domingos Camarão foram presos e tiveram seus poderes retirados. Posteriormente, eles até recuperaram suas liberdades, mas jamais conseguiram retornar ao seu antigo posto. Assim, em 1733, o cargo de governador dos índios foi oficialmente extinto e substituído por outras formas de administração, descentralizando o poder em nome das lideranças de cada aldeamento.

²²¹ AHU-CU, Pernambuco, cx. 42, doc. 3797.

Bibliografia

- ELIAS, Juliana Lopes. *Militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII: caso Camarão*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2005.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Dom Antônio Filipe Camarão. Capitão-mor dos índios da costa Nordeste do Brasil*. Recife, Editora da Universidade de Recife, 1954.
- RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

9.4. A justiça na Amazônia pombalina: constituição e controvérsias

**Marcia Eliane Alves de Souza e Mello
(Universidade Federal do Amazonas)**

A baliza temporal utilizada neste trabalho se concentra no período do governo josefino (1750-1777), durante o qual se destacam as reformas político-econômicas ocorridas na região, articuladas pelo ministro do rei, Sebastião José de Carvalho e Mello, e seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, inicialmente como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759) e depois como secretário do Estado da Marinha e do Ultramar (1760-1769). A reconfiguração do espaço também é um aspecto muito importante a ser observado para entendermos a dinâmica da criação de novos cargos e ofícios, bem como os conflitos criados a partir das superposições de jurisdições ou controle de determinados ofícios.

As denominações políticas administrativas para o espaço territorial aqui analisado variaram ao longo dos séculos XVII e XVIII. Primeiro, foi chamado de *Estado do Maranhão* (1621) e depois *Estado do Maranhão e Grão-Pará* (1654), que vigorou até meados do século XVIII e tinha por sede São Luís. Compreendia diversas capitanias hereditárias e reais, mas era uma unidade independente do Estado do Brasil se subordinando diretamente a Portugal. A partir de 1751, passou a denominar-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, passando a capitania do Maranhão à condição de subalterna ao Governo Geral estabelecido no Pará. Em 1755, foi criada a capitania de São José do Rio Negro. E em 1758, foi recriada a capitania do Piauí, compondo-se o Estado destas quatro capitanias. Finalmente, em 1772 e 1774, ocorre novo arranjo entre as capitanias, sendo instituídos o “Estado do Grão-Pará e Rio Negro” e o “Estado do Maranhão e Piauí”, com ligação dire-

ta a Portugal, o que vai vigorar até 1816, com a criação do reino do Brasil.

O Tratado de Madri, assinado em 1750, que abordava a demarcação das possessões espanholas e portuguesas, influenciou uma nova política colonizadora para a região. O governador-geral, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que era o representante diplomático da Coroa portuguesa, precisou se deslocar até a vila de Barcelos, no Rio Negro, para encontrar o representante espanhol. Por conta desta situação, foi possível ao governador observar os problemas advindos do poder civil e espiritual exercidos pelas ordens religiosas na região. Nessa época, estava em vigor, desde 1686, o Regimento das Missões, que instituía que nos aldeamentos missionários não habitassem colonos junto com os índios. Isto retardou consideravelmente a formação de novas povoações na região, principalmente no Grão-Pará, o que foi duramente criticado pelo governador. Contudo, com a extinção do Regimento das Missões, os antigos aldeamentos missionários, sem o controle dos religiosos, foram transformados em lugares e vilas coloniais, proporcionando uma maior interação entre as populações nativas e coloniais. E uma nova forma de inserir o índio como vassalo do rei foi definida pelo Diretório dos Índios, concebido pelo governador Mendonça Furtado, em 1757, buscando proporcionar o desenvolvimento econômico e social, com a participação do trabalho direcionado dos indígenas neste processo, com a assistência de um diretor designado para a nova povoação.

No que concerne à administração da justiça, até meados do século XVIII, os principais ofícios eram exercidos pelos juízes ordinários (ligados às câmaras municipais) e ouvidores gerais (designados pelo rei), que atuavam nas comarcas das capitanias do Pará, Maranhão e Piauí. Conforme o aparelho burocrático da Coroa se tornava mais complexo, o requisito para nomeação de ouvidor na região passou a ser mais exigente, requerendo do nomeado a formação na Universidade de Coimbra. Entretanto, os juízes ordinários eram moradores

locais, eleitos anualmente junto com a vereação das câmaras, incumbidos de aplicar as leis em primeira instância, sem que lhes fosse exigido nenhuma formação intelectual específica.

Desde o início do século XVIII, encontramos vários pedidos dos ouvidores encaminhados ao rei, para criação do cargo de juiz de fora²²² em Belém e em São Luís, devido aos constantes conflitos entre os representantes da Coroa e os juízes ordinários, cuja conduta errônea na aplicação da justiça, principalmente na ausência do ouvidor, quando saía em diligências, provocava inúmeras desordens. Tais petições alegavam a necessidade de se ter um juiz letrado e não um leigo que cuidasse da justiça, entretanto, tais pedidos esbarravam sempre em problemas de ordem financeira que inviabilizavam sua criação.

O Conselho Ultramarino, em 1747, avaliou a possibilidade de juntar os cargos de juiz de fora e provedor da Fazenda Real, a fim de poder suprir os ordenados do novo cargo no Maranhão. No entanto, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1747-1751) foi contrário a esta criação, pela insuficiência de recursos e do pouco aumento da população, ficando então sustada a criação do ofício até 1753, quando o novo governador, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, apelou à Coroa para a criação do cargo, indicando inclusive o nome de quem deveria ocupar esta função, o do doutor Francisco Resende. Isto de fato ocorreu em maio de 1753, quando foi decretada a criação do cargo em Belém e São Luís.

Como salientamos anteriormente, com a extinção do Regimento das Missões, em 1755, as antigas missões foram transformadas em povoações, bem como criadas novas vilas em lugares estratégicos como o Macapá. Isto gerou uma demanda por um ministro letrado que pudesse cuidar da promoção do comércio e da agricultura destas vilas. O cargo de

²²² O juiz de fora era um magistrado nomeado pelo rei, de fora da localidade, que deveria atuar de forma isenta e imparcial nas questões da municipalidade.

intendente das colônias, comércio, agricultura e manufaturas foi formalmente criado por decreto de 30 de maio de 1756, sendo nomeado como intendente-geral para as capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, o desembargador e ex-ouvidor do Pará, João Dinis Pinheiro, o qual deveria com jurisdição privativa das matérias políticas, agir em prol do bem comum. Sua primeira missão foi passar ao Piauí para tratar das desordens que por lá estavam ocorrendo com a Fazenda Real e com a demarcação de terras. Embora o novo ofício estivesse ligado aos negócios da Fazenda, nele foram encarregados alguns letrados que haviam exercido ofícios da justiça, ou como veremos adiante, tiveram os cargos integrados.

No final de 1755, com o falecimento do juiz de fora do Pará, Francisco Resende, e tendo que partir o desembargador João Dinis para o Piauí, o governador Mendonça Furtado ponderou ao ministro Sebastião de Carvalho, que eram necessárias as permanências de dois ministros letrados no Pará, para além do ouvidor. Sugeriu então que fossem separados os cargos de intendente das colônias, criando um posto no Pará e outro que se encarregasse da diligência do Piauí. Assim, em 1758, como parte do novo arranjo político administrativo da região, o Pará como cabeça do Estado, passou a ter um intendente-geral, como um ministro privativo, autônomo de outros ofícios. No Maranhão e no Rio Negro assumiria o ouvidor, ao mesmo tempo, o cargo de intendente das colônias. Mais tarde, a função do intendente das colônias foi se tornando mais diversificada, exigindo que participasse de órgão colegiado que tratasse da aplicação da justiça, como veremos mais adiante.

A presença dos ministros letrados foi desejada e estimulada dentro da nova política administrativa, que se intencionava introduzir na região. Entretanto, a preocupação com a má conduta dos ministros aparece constantemente na correspondência do governador Mendonça Furtado, enviada às autoridades metropolitanas. Estas correspondências também nos revelam que havia um interesse por parte do gover-

nador para que fossem nomeados ministros, que tivessem determinado perfil, que fossem honrados e capazes de servir ao rei e, em especial, apontando preferência por bacharéis que já apresentassem conhecimento dos costumes da terra. Talvez isto explique uma circulação interna na carreira do serviço real, observada na trajetória de vários desses bacharéis nomeados para cargos dentro do mesmo Estado, o que de fato ocorreu, por exemplo, com a indicação de Luís José Duarte Freire (ex- ouvidor do Pará), que assumiu a ouvidoria do Piauí; de João Inácio de Brito e Abreu (ex-juiz de fora do Pará), nomeado para a Intendência Geral das Colônias do Pará; de Gaspar Gonçalves dos Reis e de Bruno de Cardoso Meneses (ex-juizes de fora do Maranhão), indicados como ouvidores e intendentes das colônias do Maranhão.

Na medida em que novos ofícios eram criados, diversificando a atuação dos agentes coloniais, observamos ao mesmo tempo, a demanda por novos organismos institucionais, que tratassem de questões mais específicas no campo da justiça, tais como a Junta da Liberdade e a Junta da Justiça.

A Junta da Liberdade foi estabelecida pela lei de 6 de junho de 1755, que proibia qualquer tipo de escravidão indígena, garantindo aos índios a sua liberdade jurídica e o seu direito a servir livremente a quem quisessem. A Junta deveria julgar aqueles que descendendo de índios estivessem sendo mantidos em cativeiro injusto. Os autos seriam preparados pelos ouvidores gerais nas suas respectivas jurisdições, que os proporiem em junta, que seria formada pelos governador, ouvidor-geral, juiz de fora, bispo ou vigário-geral, os quatro prelados das maiores missões religiosas estabelecidas na região²²³ e o procurador dos índios. Como podemos observar, na formação desta junta foi incorporado o juiz de fora, ampliando a presença de mais um letrado na formação da Junta das Missões, sua antecessora. As sentenças profe-

²²³ Eram elas: a Companhia de Jesus, a Ordem de Nossa Senhora do Carmo, a Ordem dos Franciscanos da Província de Santo Antônio e a Ordem de Nossa Senhora das Mercês.

ridas na junta deveriam ser breves e sumárias, em primeira instância, não cabendo apelação suspensiva que retardasse a sua execução nem outro algum recurso, que não fosse devolutivo, interpondo recurso em segunda instância somente para o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. A Junta da Liberdade funcionou regularmente até cerca de 1778.

Em agosto de 1758, outro organismo foi criado no Pará, a Junta da Justiça, cuja composição variava conforme o perfil do réu em julgamento, sendo o réu militar em casos de morte. Formavam a junta o governador, os oficiais maiores dos dois regimentos do Pará e Macapá e o ouvidor (como relator que proporia a sentença na junta). Sendo o réu paisano seria sempre o juiz, o ouvidor e adjuntos, o intendente das colônias, o juiz de fora e mais três ministros ou bacharéis, e na falta deles, três vereadores da câmara.

A ideia era que se processasse e sentenciasse os réus de forma “simplesmente verbal” e sumaríssima, contendo o processo o auto do corpo de delito, inquirição escrita das testemunhas, dispensando as formalidades civis e que as proferidas sentenças se dessem sem apelação e agravo. Exceto no caso de serem pessoas com foro de nobreza ou militares mais graduados que capitães, a sentença não se executaria sem que fosse comunicada antes ao rei. Deveria a Junta julgar os crimes mais graves, como a desobediência formal de soldados e de oficiais a seus superiores; a deserção de militares; a rebelião e todos os crimes de lesa majestade; os crimes contra direito natural e das gentes, como homicídios voluntários e rapinas de salteadores. Contudo, não se previa que fossem sentenciados os réus dos delitos menores, como os que usam armas proibidas, que causavam ferimentos, erros de oficiais de justiça, e outros muitos delitos proibidos pelas leis do reino, o que levou a câmara de Belém a solicitar ao rei que fossem tais delitos incluídos no julgamento da Junta. Isto resultou na ordem régia de junho de 1760, que ampliou a competência da Junta da Justiça, incluindo tais delitos, que não teriam mais apelação para o reino.

Só em 1777 é que foi criada uma junta similar no Maranhão, composta de cinco ministros letrados e na falta deles, qualquer advogado de bom procedimento, sendo omissa na questão específica do julgamento de militares. No entanto, o governador ratificava que seriam chamados como adjuntos na Junta os oficiais maiores do regimento e um dos capitães mais aplicados.

A presença dos ministros letrados era pretendida pelas autoridades metropolitanas, tendo como ideal almejado a manutenção do equilíbrio e a união entre os agentes coloniais, evitando as desordens entre aqueles que serviam à Coroa. Todavia, os conflitos entre os governadores e os bacharéis ocorriam com frequência. Por conta disto, em 1757, chegaram ordens expressas ao governador Mendonça Furtado, que se as admoestações não bastassem, e considerando ser necessário, poderia removê-los dos exercícios que estivessem e remetê-los presos à corte, sendo-lhe conferida toda a jurisdição necessária. Com base nessa ordem régia, Joaquim de Melo e Póvoas, governador do Estado do Maranhão e Piauí, mandou prender e enviou para Lisboa, em 1778, o ouvidor Antônio José de Moraes Durão pelos tumultos que havia causado no Piauí.

Em 1764, observamos no Pará um conflito de jurisdição envolvendo três ministros letrados: o juiz de fora, o ouvidor e o intendente das colônias. A desordem surgiu da pretensão do intendente das colônias, João de Amorim Pereira, em processar, propor e ser juiz relator dos crimes dos diretores dos índios e do juiz de fora, José Feijó de Melo e Albuquerque, para ser juiz relator na junta dos crimes que corriam pelo juízo da cidade de Belém. Feijó questionava a autoridade da Junta da Justiça para sentenciar todos os delitos, sendo os processos propostos pelo ouvidor-geral daquela capitania, Feliciano Ramos Nobre Mourão, como juiz relator, em especial nos crimes de morte. Em 1766, o Conselho Ultramarino analisou a demanda, avaliando os argumentos do ouvidor como mais consistentes, considerou que as jurisdições

do intendente-geral do comércio e do juiz de fora já haviam sido estipuladas na carta régia de criação da Junta da Justiça, determinando que se observasse o que estava apontado nas ordens reais, sem alterar ou fazer interpretações sobre elas.

Conclusão

Os estudos no campo político são ainda escassos para o período colonial na Amazônia portuguesa. As pesquisas sobre o aparelho judicial no Estado do Pará e Maranhão se mostram até agora incipientes. O desconhecimento sobre os seus agentes e a configuração adotada pela administração da justiça são indicativos de que muito ainda está por se fazer. Na tentativa de contribuir com alguns elementos para a compreensão das dinâmicas e ampliação do aparelho judicial, na segunda metade do século XVIII, o presente trabalho buscou identificar os novos cargos criados, descrever alguns conflitos de jurisdição e apontar alguns percursos internos dos ministros letrados, dentro de um contexto de profundas modificações na região. Embora ciente dos limites desse ensaio, procurou-se apontar as especificidades essenciais à essa conjuntura, sem perder de vista as semelhanças que ela possuiu com o resto do império.

Bibliografia

- BICALHO, M. F.; ASSIS, V. A.; MELLO, I. M. (orgs.) *Justiça no Brasil colonial: agentes e práticas*. São Paulo: Alameda Editora, 2017.
- CAMARINHAS, Nuno. Lugares ultramarinos. A construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna. *Análise Social*, Lisboa, vol. LIIII, n. 226, p. 136-160, mar./jun. 2018.
- COELHO, M. C. *Do Sertão ao Mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América. O caso do Diretório dos índios (1750-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

CAPÍTULO 10

Guerras e experiências

Johnny Santana de Araújo
(coordenador)

10.1. O exército patriota do Ceará e Piauí na guerra de independência no Maranhão, 1823

Johnny Santana de Araújo
(Universidade Federal do Piauí)

Em fins do século XVIII, o Piauí possuía uma situação econômica razoável, havia se tornado independente do Maranhão por ação do marquês de Pombal e com uma economia forte girando entorno do seu rebanho de gado.

O Piauí há muito tempo já havia despertado a atenção de Portugal, que já estava ciente que a independência do Brasil era apenas uma questão de dias. E, neste sentido, os historiadores piauienses comungam da mesma tese de que o governo português pretendia ficar com a posse da região Norte do Brasil, recriando o Estado do Maranhão que compreendia as províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí.

Estrategicamente, o Piauí tinha importância fundamental pois mantinha comunicação terrestre com Pernambuco, Ceará e Bahia, sendo também o fornecedor de carne destas províncias. Além disso, a navegação daqui para Portugal era mais fácil do que a que partia do sul do Brasil.

Havia, em teoria, um projeto português para salvaguardar o norte do seu império colonial em caso de uma separação propalada a partir do Rio de Janeiro. Nesse projeto, o papel que Piauí teria era o de fortalecer economicamente a região ao qual estaria integrado, no caso o Maranhão e o Grão-Pará, cuja elite econômica e política mantinham um elo de ligação muito forte com as cortes em Lisboa.

Com o estabelecimento das juntas governativas e a criação de um modelo administrativo em forma de províncias, o Piauí receberia ainda um comando militar centralizado em torno de um dos oficiais mais bem preparados do exército português, o major João José da Cunha Fidié, cuja missão era manter o Piauí agregado junto a Portugal através do Maranhão (FIDIÉ, 2006).

Na época da eleição da junta governativa do Piauí, uma das mais importantes lideranças da então província do Piauí, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins havia sido alijado do poder, o que muito contribuiu para afirmar-se como um dos políticos contrários a Portugal. Sousa Martins e seu grupo faziam parte de um núcleo político que dominava o centro-sul do Piauí e em alguma medida equilibravam em poder com outro núcleo econômico do norte da província, formado pela família de Simplício Dias da Silva, rico comerciante da vila de Parnaíba.

Havia uma grande dificuldade de comunicação entre as províncias do norte e a corte, mas de alguma forma havia uma aparente desarticulação do Piauí e o resto do Brasil. A notícia sobre a proclamação da independência chegou ao Piauí pelo Ceará, em fins de setembro de 1822.

Simplício Dias, juntamente com um grupo de pessoas influentes da vila de Parnaíba, incluindo o juiz de fora João de Deus e o fazendeiro Leonardo Castelo Branco, atenderam a conclamação de Dom Pedro I e, após se reunirem na câmara em 19 de outubro de 1822, a elite econômica da vila de Parnaíba insurgiu-se contra as cortes portuguesas, aderindo à independência do Brasil.

A notícia da proclamação em Parnaíba havia chegado à capital Oeiras, fazendo com que o major Fidié rapidamente organizasse um forte aparato militar para debelar o movimento na vila do litoral.

Com a saída de governador das armas da capital, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, juntamente com o grupo que o apoiava, incluindo seu irmão e filhos, declarou apoio à causa da independência, praticamente atendendo a solicitação que havia sido enviada pelo general Labatut, que comandava o exército libertador na Bahia.

Todos os principais implicados na aclamação de 19 de outubro haviam debandado para o Ceará quando Fidié chegou a Parnaíba, deixando a vila praticamente à mercê do governador das armas. Duas figuras importantes teriam destaque nesse momento, pois caberia a elas contatar os insurretos cearenses que igualmente haviam declarado apoio à independência e pedir apoio para a formação de um exército independentista, o juiz João de Deus e Leonardo Castelo Branco.

Para a consolidação da independência no norte do novo império fundado por Dom Pedro I e em atendimento à solicitação de ajuda conclamada pelos insurretos do Piauí, em princípios de 1823, a junta governativa do Ceará, que havia aderido à independência, concordou em ajudá-los com o fornecimento e constituição de um exército libertador.

Essa força tomaria parte na campanha de expulsão dos portugueses da província do Piauí, e no decorrer da campanha essa força envolveu-se em combates decisivos para a concretização do projeto de Estado imperial brasileiro, tendo como comandantes figuras emblemáticas da elite política e econômica das duas províncias, que se amalgamaria às forças populares na composição deles.

Durante esse período, o Ceará enfrentou divergências internas, resultantes inclusive do movimento vintista ao tempo em que forças contrárias às cortes de Lisboa acabariam, aderindo ao monarca no Rio de Janeiro. As juras ao impera-

dor se deram de maneira confusa nas diversas localidades, através de conflitos internos e disputas de poder locais. Na província do Ceará existiram duas Juntas, uma localizada em Icó e outra em Fortaleza. Em ambas aconteceram separações entre os que apoiavam as cortes e os que eram contrários a elas.

Em 28 de setembro de 1822,²²⁴ os vereadores da câmara da vila do Crato demonstravam para a Constituinte do Rio de Janeiro suas preocupações a respeito das eleições na vila de Icó, pois nela se encontrava o comandante Manoel Antonio Diniz, que era considerado um “inimigo declarado da causa do Brasil”. Dois meses depois, em 19 de novembro, a mesma câmara deixou registrado que houve a instalação do governo provisório em Icó, mas que havia a urgência em avançar para a cidade de Fortaleza.²²⁵ A oposição de elementos em Fortaleza ainda continuava em dezembro.

As questões na província do Ceará resolveram-se em 15 de janeiro de 1823, após a Junta governativa de Icó ser empossada em Fortaleza, apesar de permanecerem alguns problemas, levando ao temor da possibilidade de arrebentar uma “guerra civil”.²²⁶ Houveram atrasos no apoio ao Piauí, inclusive no deslocamento de forças para enfrentar os portugueses no local, havendo também ordens de contramarcha para que o exército independentista voltasse ao Icó.²²⁷ Havia suspeitas, como, por exemplo, de que na vila do Crato se estivesse organizando um “grosso partido contra a nossa santa causa”.²²⁸

Nesse tempo, a Junta provisória do Ceará, que já havia

²²⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXV, 1862, p. 52

²²⁵ Ibid. p. 55

²²⁶ “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauí e Maranhão para Proclamação da Independência nacional”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885, p. 318.

²²⁷ Ibid. p. 251

²²⁸ Ibid. p. 308.

reconhecido a independência, decidiu igualmente apoiar a província do Piauí, optando por enviar à província o seu governador das armas, José Pereira Filgueiras, acompanhado do membro mais votado da mencionada Junta, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Partiram em 30 de março e, depois de alcançarem donativos e empréstimos e promoverem o alistamento de homens das vilas do Crato e Icó, ao chegarem ao Piauí, esta já havia aclamada a independência e o seu governador das armas, Fidié, havia se retirado para Caxias depois da batalha do Jenipapo.

A formação da tropa para combater no Piauí não foi fácil, tendo em vista que para formar um exército numeroso – algo em torno de 10.000 homens –, teve que se recorrer ao recrutamento indiscriminado de homens, muitos dos quais, entre os agregados, eram trabalhadores do campo.

A adesão do Ceará à independência foi construída com indecisões que por vezes se mobilizavam contra o Rio de Janeiro. E, foi em razão dessas incertezas internas que a elite política da província do Ceará não pôde, num primeiro momento, auxiliar maciçamente os insurretos de Parnaíba. Somente em janeiro de 1823 tornaram-se favoráveis para isso.

Assim, em 24 de janeiro de 1823, foi aprovada a ajuda da junta do Ceará à causa da independência no Piauí.²²⁹ No mesmo dia em que o brigadeiro Manoel de Sousa Martins e seus partidários declararam a adesão à independência em Oeiras, uma grande mobilização no Ceará foi aprovada em sessão extraordinária pela câmara. A primeira deliberação de cunho militar foi o envio forças das regiões fronteiriças do Ceará, incluindo Inhamuns que foram mobilizadas para funções defensivas, enquanto as demais foram preparadas para se dirigirem a Crateús, e a vila de Marvão e Valença – ambas no Piauí.

A grande expedição militar para desalojar os portugueses era comandada por Jozé Pereira Filgueiras, governador

²²⁹ Ibid. p. 237.

das armas do Ceará, enquanto Tristão Gonçalves acompanharia na função de delegado do governo.²³⁰ A despesa da expedição estaria nas expensas da junta governativa em Oeiras.

Dois dias depois destas providências, o governo do Ceará remeteu à Junta Provisória do Piauí uma comunicação informando sobre as deliberações.²³¹ Era imprescindível naquele momento saber sobre os movimentos de Fidié, assim o governo do Ceará queria saber, informações mais exatas sobre a marcha de Fidié, enfim e sobre a sua opinião a respeito da causa da independência.²³² A junta do Ceará reafirmou ainda que “10.000 homens [marchariam] na direção a Piauí, e que igual número se dispõe para o socorro no caso de urgência”.²³³ Talvez como se estivessem prevendo afirmaram que, a fim de evitar desordens, essas tropas recuariam assim que a causa da independência fosse conquistada

Os cearenses adotaram uma série de importantes medidas para mobilizar o maior número de tropas e de suprimentos para o auxílio ao Piauí. Mas a estratégia terminaria por avançar além do apoio aos piauienses, transformando-se em uma invasão do Piauí em três pontos: um pela vila de Piracuruca, outra em direção a Campo Maior e uma terceira, de cearenses e pernambucanos que se dirigiu a Oeiras. Essa última foi a que seguiria para ajudar no cerco a Caxias, já no Maranhão.

Mas as operações no Piauí apenas estavam começando, pois duas colunas do exército rebelde seguiriam sob o comando de Leonardo Castelo Branco e do capitão Luiz Rodrigues Chaves.

Em 28 de fevereiro, Fidié resolveu regressar a Oeiras com cerca de 1.300 homens bem armados de carabinas, lanças e 11 peças de campanha, acrescido com os contingentes do brigue “Infante Dom Miguel” e da guarnição da vila de

²³⁰ Ibid., p. 238-239.

²³¹ Ibid., p. 241

²³² Ibid,

²³³ Ibid., p. 242

Carnaubeiras, composto por soldados portugueses. No dia seguinte, as tropas de Fidié se encontram na fazenda Lagoa do Jacaré, na vila de Piracuruca com as tropas do Ceará que estavam sob o comando de José Francisco de Sousa. Em Campo Maior, as forças independentes reuniam cerca de 2.000 combatentes, que se juntaram a mais de 1.000 piauienses de todas as camadas sociais, além de 500 cearenses das vilas de Granja e de Sobral comandados pelo capitão Luís Rodrigues Chaves e um destacamento de 80 homens de Estanhado, atual cidade de União, sob a chefia do capitão João da Costa Alecrim. Estas forças saíram ao encontro de Fidié. Integravam essas tropas Salvador Cardoso de Oliveira e Pedro Francisco Martins. Seu armamento era bastante precário: pederneiras, espingardas, foices e facões.

Em 13 de março de 1823 travou-se o histórico combate, às margens do riacho jenipapo, distante 2 léguas de Campo Maior. A batalha se iniciou às 9 horas, indo até as 14 horas. A vitória coube aos portugueses, mas os independentes conseguiram tomar as provisões, armamento e munições dos portugueses inimigos.

Mesmo com a vitória de Fidié sobre as tropas do comandante Chaves, a permanência das forças portuguesas no Piauí era arriscada, pois Fidié havia perdido completamente a sua logística, além de que havia intuído que o volume de forças rebeldes iria aumentar, pois estavam se reagrupando e se reorganizando para enfrentá-lo mais uma vez.

No dia 16 de março Fidié entrava em União e acampava na margem maranhense do Parnaíba. Aguardou o resto do mês o auxílio do brigadeiro Farias. O local que ocupava não permitia se deslocar para Parnaíba, e inviabilizava qualquer tentativa de atacar Oeiras, que àquela altura estava bastante fortificada. Restava atravessar o rio Parnaíba e seguir para Caxias em 29 de março. Já em abril, por volta do dia 17, encontrava-se no morro das Tabocas, em Caxias, à espera das forças insurgentes.

Fidié, a convite da câmara de Caxias, acabou se dirigin-

do àquela vila, pois além de representar um recuo estratégico, havia-se a necessidade de restabelecer a ordem naquela cidade, uma vez que um número grande de soldados havia se insubordinado diante da autoridade portuguesa cada vez mais enfraquecida. Ao chegar em Caxias, Fidié constatou a completa desordem das tropas portuguesas estacionadas na vila. Tratando então de restabelecer a ordem, procurou também preparar as defesas contra os ataques que ele sabia que enfrentaria dos rebeldes.

A Junta Provisória de Governo no Piauí, preocupada em dar mais liberdade de ação para as tropas que poderiam enfrentar Fidié, novamente decidiu descentralizar o comando das operações militares e criou a Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, com independência para agir no norte da província para enfrentar o remanescente do exército português.²³⁴ A ideia consistia em reagrupar o exército independentista no Piauí para se ter uma organização mais flexível, a fim de se lançar no encalço de Fidié a Junta em Oeiras. Foram enviados providencialmente militares com alguma experiência nas milícias para coordenar essas tropas.²³⁵

Os independentes ficaram baseados na barra do rio Poti junto à Passagem de Santo Antônio, onde foram reunidas as tropas de Campo Maior e Oeiras. Estavam sob o comando do tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins. A expedição cearense de socorro aos independentistas do Piauí partiu de Icó em 26 de abril de 1823, chegando a Lavras da Mangabeira, ainda no Ceará, no dia seguinte.

Em 15 de junho, chegaram a Oeiras mais 2.000 combatentes vindos da vila do Crato, comandados pelo coronel José Pereira Filgueiras, governador das armas do Ceará, juntamente com o tenente-coronel Tristão Gonçalves Pereira de

²³⁴ Chaves, J. op cit., p. 336. 1998.

²³⁵ Carta nº 05. Do capitão-mor João Gomes Caminha Carta do João Gomes Caminha apresentando e enviando o capitão Raymundo de Oliveira Falcão em serviço Nacional e Imperial aos quais todos devem obedecer. Quartel de Oeiras 12 de abril de 1823. Museu Ozildo Albano.

Alencar Araripe. Era o “Exército Auxiliador do Ceará, Piauí e Pernambuco” que havia sido formado para combater os portugueses no Maranhão.

Quando a tropa do Ceará chegou ao Maranhão, em razão dos problemas de coordenação que já haviam sido observados quando das operações militares no Piauí, formou-se uma “Junta de delegação expedicionária”, composta por Filgueiras e Tristão Gonçalves pelo Ceará, e por Manoel de Souza Martins e Joaquim de Souza Martins pelo Piauí.

Essa força se reuniu aos piauienses em Caxias sob o comando de José Filgueiras. As forças do Piauí, ao longo de sua marcha até a vila de Caxias, forçaram a adesão de várias vilas do Maranhão à causa da independência, entre as quais foram: no sul a vila de Pastos Bons em 12 de maio, a vila de Brejo no norte do Maranhão em 15 de maio e Itapicuru em 22 de junho daquele ano. A vila Carnaubeiras seria ocupada por forças vindas de Parnaíba em 4 de junho.

Em 13 de julho, as tropas independentes, sob o comando do capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães, com o auxílio do padre José de Lacerda, ocuparam o povoado de Treside-la, em frente a Caxias. Na ocasião começaram a ocorrer uma série de sublevações das tropas, incluindo saques às casas.

Em 17 de julho, Fidié foi avisado da aproximação das tropas do Ceará e tentou romper o cerco de Caxias feito pelas forças do Piauí que lá já estavam estacionadas, mandando abrir fogo contra os sitiados, fazendo avançar suas tropas e atacando-os nas áreas menos guarnecidas.

Desde 19 de junho, Sousa Martins havia fechado o cerco na vila de Caxias. Para essa ação contava com 3.000 homens de infantaria de Campo Maior e do 1º regimento de cavalaria de Oeiras, bem como 500 pernambucanos do capitão-mor Joaquim Nunes Magalhães. Eram três as divisões de combate, a 1ª do capitão Luís Rodrigues Chaves, a 2ª do capitão João da Costa Alecrim e a 3ª sob o comando do capitão Francisco Manuel de Araújo Costa.

O major Fidié resistiu por três meses e meio ao assédio.

No dia 21 de julho, José Filgueiras chegou para, sem disparar um só tiro, assistir à capitulação dos portugueses, José Filgueiras enviou um ofício intimando a rendição à câmara de Caxias. A fim de responder ao documento de Filgueiras, Fidié reuniu-se em conselho, em 27 de julho, e escreveu à mesma junta solicitando um armistício em que o povo se reunisse e deliberasse sobre a sua sorte. Desgostoso com essa solução, Fidié demitiu-se e passou o comando ao tenente-coronel Luís Manoel de Mesquita.

Em 31 de julho de 1823, ocorreu a capitulação das tropas portuguesas em Caxias. Foi definitivamente assinada em 1º de agosto daquele ano. O major Fidié foi feito prisioneiro, sendo levado até Oeiras e conduzido ao Rio de Janeiro e na sequência a Portugal, onde acabou sendo recebido como herói em Lisboa.

A ocupação de Caxias pelas tropas do Piauí e do Ceará continuou por todo ano de 1823, mas as forças começaram a sublevar-se em episódios de indisciplina e insubordinação, pois muitos combatentes estavam com o pagamento atrasado²³⁶, sem condições financeiras. No final do mês de outubro começaram os preparativos para o retorno dessas tropas às suas províncias. Em 24 de outubro de 1823, a Junta de Delegação Expedicionária foi encerrada e as tropas começaram a voltar às províncias.²³⁷

A construção de um exército para enfrentar os portugueses que ocupavam o Piauí e o Maranhão se constituiu em meio a um grande desafio aos cearenses e aos piauienses, dadas as circunstâncias e também devido ao fato do governo de armas do Piauí estar resoluto quanto a ideia de permanecer no Piauí e manter a região agregada ao norte do país e a Portugal.

O trágico enfrentamento das forças insurreitas do comandante Chaves com as forças portuguesas do major Cunha Fidié traria uma reflexão profunda à junta governativa do

²³⁶ CHAVES, Op. cit., p. 406.

²³⁷ ARARIPE, Op. cit., p. 566.

Piauí sobre a dimensão do que estavam enfrentando, e somente com a reorganização do exército independentista no Piauí a força pôde se dirigir aos seus objetivos; caçar, combater e expulsar o exército português definitivamente do Piauí e do norte do Brasil.

Juntamente com as operações militares no Maranhão, paralelamente ocorreria a atuação da esquadra brasileira comandada pelo Almirante Thomas Cochrane, que após a evacuação das forças portuguesas na Bahia e a perseguição, a esquadra portuguesa até a Europa se dirigiu com a nau Pedro I ao Maranhão para fazer a junta da província jurar a independência. As operações no Piauí e no Maranhão foram, por essa razão, parte de uma mesma guerra e contribuíram para a vitória do novo império que surgiu em 1823.

Bibliografia

- ARARIPE, Tristão de Alencar. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos à expedição cearense ao Piauí e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLVIII, Parte I, 1885.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.
- CHAVES, Joaquim. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- FIDIÉ, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Português*. Teresina: Fundapi, 2006.
- NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.
- NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

10.2. O fracasso do projeto militar pombalino do Sul ao Maranhão e do Pará (1750-1777)

Christiane Figueiredo Pagano de Mello
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

A finalidade deste artigo é refletir sobre as experiências de defesa e militarização no império ultramarino português, na segunda metade do século XVIII. A questão que perpassa o trabalho é o projeto militar pombalino no império americano português, que atinge de maneira diferenciada os mais diversos rincões de sua espacialidade. Mas que, de todo o modo, informa e demanda os posicionamentos e as relações em toda a sua extensão territorial.

Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das áreas norte e centro-sul da América portuguesa na nova lógica militar implantada a partir de 1750. Utilizaremos uma perspectiva comparativa a fim de obter uma compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa lusitana nas suas possessões ultramarina, na segunda metade do século XVIII.

Assim, no que se refere à delimitação espacial, temos as seguintes regiões a serem trabalhadas: na região Sudeste da América portuguesa, trabalharemos, de forma conjunta, as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As três capitanias estavam diretamente envolvidas no confronto militar situado no extremo sul da América. Esta guerra se dava em função das disputas de fronteira entre as Coroas de Espanha e de Portugal. Tao Golin define esse confronto militar como sendo “*o maior esforço de guerra empreendido por Portugal na América durante o período colonial*”²³⁸.

Ao sul do império, portanto, situava-se o *front* de guerra. A região meridional e mais especificamente a Colônia do

²³⁸ GOLIN, Tao. *A fronteira (V.3): 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Porto Alegre: Méritos, 2015. p.122.

Sacramento foi um dos principais focos de atenção da Coroa portuguesa na América, o nervo militar do império. A história da região é repleta de intensas disputas militares e diplomáticas que marcaram de forma profunda toda a política-militar das cortes ibéricas, sobretudo, durante a segunda metade do século XVIII.

Ao norte da América, nos deteremos naquelas regiões que hoje corresponderiam aos atuais estados do Pará e Amapá e que chamaremos de região Norte. Essa região não estava situada em nenhum *front* de guerra, como a região Sul e nem tampouco envolvida diretamente com esse conflito, como as capitanias do Sudeste.

Com relação às reformas pombalinas (1750-1777), inicialmente destacamos a reorganização do espaço colonial. Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda observa que, durante esse período foi executada uma estratégia de reordenamento espacial do poder, que levou à transferência da capital do Estado do Maranhão, de São Luís para Belém, na foz do rio Amazonas e o fortalecimento definitivo do Rio de Janeiro como capital do Brasil. Como resultado, define-se dois grandes eixos: um horizontal e acompanhando o grande rio Amazonas; outro oblíquo e seguindo a costa marítima, no Estado do Brasil.²³⁹

Lisboa determina, ainda, o princípio da interdependência entre as capitanias da América, no que se referia ao encargo da defesa do território. Verifica-se também, que no projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra, também, foi modificada: *“não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina”*²⁴⁰.

²³⁹ HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira – Tomo I – A época colonial*. 2 vol. São Paulo: Difel, 1960, p. 357.

²⁴⁰ FREIRE, Felisbello, *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunais, 1912, p. 705.

Fundamentalmente, na segunda metade do século XVIII, o sucesso da defesa territorial era entendido como uma consequência do conjunto das forças militares e de sua devida regularização técnica. A organização das forças militares deveria ser baseada em regras únicas e estáveis, que buscassem uma uniformidade de ação bélica. Para o treinamento das tropas coloniais, Lisboa contrata, em 1767, o tenente-general João Henrique Böhm, que se tornou o responsável pela aplicação dos regulamentos do conde Lippe, referentes à organização militar, à estratégia, à tática, à disciplina, etc.

Para Evaldo Cabral de Mello, após a expulsão dos holandeses, em 1654, a “guerra brasílica” ou de guerrilha decaíra para uma arte militar adequada apenas às “áreas arcaicas, afastadas da marinha e das praças-fortes”. No início do século XVIII, segundo o autor, uma especialização de funções se imporia: para as guerras dos sertões, contra os bárbaros levantados ou os negros aquilombados, a “*guerra de guerrilha; para fazer face aos estrangeiros, as ‘regras militares científicas’*”.²⁴¹

Partimos do pressuposto de que, ao contrário do que afirma Evaldo Cabral, a guerra de guerrilha, denominada no Nordeste de guerra brasílica ou gaúcha no sul, não retrocedeu no final do século XVII. Afirmamos que ela subsistiu inclusive ao longo da segunda metade do século XVIII, momento em que as pretensões régias de imposição das regras militares modernas nas tropas da América colonial atingiram seu auge.

Afirmamos ainda que a guerra de guerrilha não sobreviveu apenas nas “áreas arcaicas” contra os inimigos internos: negros aquilombados ou índios bárbaros. Demonstraremos que a guerra de guerrilha se manteve impropriamente forte e presente, em plena segunda metade do século XVIII, em

²⁴¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2 ed., 1998, *Apud*, Pedro Puntoni. *A Arte da Guerra no Brasil*. In: CASTRO, Celso. *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 195.

todo território colonial, inclusive na marinha onde travou intensas batalhas contra os inimigos estrangeiros dotados das técnicas científicas da guerra moderna, os espanhóis. Em outros termos, as forças militares na América portuguesa permaneceram com características fortemente tradicionais e corporativas, isto é, descentralizadas, não técnicas e socialmente comprometidas.

Um fator importante que deve ser considerado para explicar a permanência das forças militares nessa situação obsoleta e ultrapassada é o fato de que a Fazenda Real absolutamente não dispunha de recursos suficientes para bancar as suas pretensões militares de defesa de sua colônia.

É preciso ter em conta que a situação militar do império ultramarino português é muito problemática. As necessidades bélicas da colônia não eram satisfatoriamente providas por Portugal. Dificilmente a América portuguesa recebia os materiais e as verbas solicitadas pelos seus governadores. E na base de todas as dificuldades estava a falta de recursos da própria Coroa para investir em suas forças ultramarinas, como a compra de armamentos, pólvora, uniformes e, sobretudo, com o pagamento de soldos. O que fazia da estrutura militar da colônia excessivamente precária: sem os meios para construir e reformar as fortalezas, sem os meios para manter e formar as tropas militares. Em tempos de guerra, a ausência dessa condição básica é absolutamente inconcebível, tornando a catástrofe praticamente inevitável.

Interessante observar as soluções encontradas pela administração régia e seus representantes ultramarinos diante da constante falta de recurso régio e da premente necessidade de defesa contra as forças adversárias. Vejamos então a situação militar nas respectivas regiões

Na fronteira meridional da América portuguesa a condição de guerra era quase permanente entre os dois impérios ibéricos. O Estado luso, incapaz de mobilizar os recursos financeiros e militares necessários para o enfrentamento bé-

lico, necessitou dos recursos e das forças militares das elites locais sulinas.

Contrariando os princípios da regulação e modernização das tropas coloniais, o governo português privilegiou os processos e estratégias de combate local, que chegaram a ser considerados como elementos imprescindíveis na definição da guerra travada com a Espanha pelos territórios ao sul da América. Dessa forma, concorreram para este esforço de guerra, além das guerrilhas constituídas inclusive por paulistas, os estancieiros sulinos com suas milícias privadas, formadas por agregados, peões, índios e escravos.

Apostando nesse diferencial como fator estrategicamente importante, talvez o único recurso que realmente dispunham os portugueses para enfrentar a guerra com os espanhóis, o marquês do Lavradio ao refletir sobre as tropas ligeiras europeias considerava: *“o que poderão fazer cá com estes bichos? é sem dúvida que coisa alguma, por que a tropa ligeira se não embrenha por matos, senão aqueles que conhecem (...)”*²⁴².

O Estado luso necessitou dos recursos e das forças militares das elites sulinas, diante da sua notória incapacidade de mobilizar os recursos financeiros e militares para o enfrentamento bélico. Estas elites detinham o controle dos meios estratégicos para a guerra, ou seja, sobre animais, colheitas e principalmente sobre homens portadores de armas e montarias que compunham as forças auxiliares às tropas regulares e os pequenos exércitos particulares²⁴³.

Importante ressaltar que, para esta elite, a guerra era também uma luta privada pela defesa de suas terras, rebanhos, escravos e pela vida das suas famílias. Desse modo,

²⁴² “Carta do Marquês do Lavradio para João Henrique Böhn, RJ, 10/2/1777”, BNL, Reservados, Códice 10631, s/ paginação.

²⁴³ MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808 1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 20.

esses estancieiros, elite local sulista, se identificaram com o projeto bélico do Estado luso na região²⁴⁴.

A imprescindível colaboração dos estancieiros, elite local, na guerra, acabou resultando no fortalecimento de seu poder político, bem como da sua forma de batalha: a guerra de guerrilha. Sobrepondo-se, portanto, à lógica político-militar estabelecida pelas reformas pombalinas: o fortalecimento do poder central e a regularização das tropas coloniais. Nesses termos, a guerra ao sul do império viabilizou a dispersão do poder, fortalecendo os estancieiros e suas milícias particulares.

No outro extremo da América, a região Norte não se encontrava numa situação de guerra aberta, havendo, portanto, pouca necessidade de militarização, organização e mobilização de recursos humanos e materiais. Os embates militares foram substituídos pelos acordos diplomáticos. Concordamos com Antônio Ladislau Monteiro Baena quando afirma que “*não ocorreu no Pará nenhum evento militar que exigisse a organização mais sistematizada das suas forças militares*”²⁴⁵. Como consequência, as suas forças militares permaneceram com características fortemente tradicionais e corporativas.

Em “*Fotografia Demográfica dos Cabeças de Família da Capitania do Pará a partir do Recenseamento de 1778*”, Alanna Souto constata, ao analisar tal recenseamento, que não havia uma força militar unitária, mas diversas forças dispersas chefiadas pelas elites locais e que estas forças existiam, sobretudo, para defenderem os seus interesses particulares: políticos e econômicos²⁴⁶.

Acreditamos que outras reformas, que não a militar, ganharam prioridade na região, como por exemplo, a luta contra os jesuítas, a efetivação do Diretório dos Índios, a pre-

²⁴⁴ *Idem*, p. 62.

²⁴⁵ BAENA, A.L.M. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 152.

²⁴⁶ Cardoso, Alanna Souto. *Fotografia Demográfica dos Cabeças de Família da Capitania do Pará a partir do Recenseamento de 1778*, In: *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, p. 57, 2010.

ocupação com a elaboração de um projeto mais efetivo de colonização, a criação de uma companhia de comércio, e etc.

Os confrontos que de fato ocorreram na região, ao longo da segunda metade do século XVIII, foram basicamente com índios e posteriormente com negros fugidos, isto é, com os inimigos internos à colônia. Com relação a estes, as elites locais organizadas em bandos armados sempre souberam se defender. Valiam-se de seus exércitos pessoais, compostos por parentes e agregados para resolverem as ameaças contra suas propriedades e suas famílias.

Assim, as hostilidades externas que sequer chegaram de fato às remotas distâncias do Grão-Pará, nos fazem concordar com Evaldo Cabral quando este afirma que a guerra de guerrilha teria se tornado uma arte militar adequada as “áreas arcaicas” nas campanhas contra os bárbaros levantados ou os negros aquilombados. A chamada “guerra do mato” ou brasílica²⁴⁷ permaneceu ativa ao norte da América e nós afirmamos que em todo o território americano.

Curioso notar que, muito embora, as duas regiões – sul e norte – estivessem em situações militares bem diversas: uma exposta a uma guerra contra uma potência europeia e a outra em luta com índios bárbaros e negros aquilombados, os efeitos político-militares foram os mesmos no que concerne a organização militar e ao poder das elites locais, isto é, permaneceram política e militarmente descentralizados.

Tais efeitos eram incompatíveis com o projeto pombalino e as semelhanças entre regiões com demandas militares tão díspares resultaram da completa ausência de recursos financeiros e militares da Coroa portuguesa para conseguir implementar com algum êxito seus projetos político-militares nos domínios americanos.

Dessa forma, na região Norte, pela inexistência de um confronto direto com um inimigo externo e pela ausência de recursos da Coroa, a primazia das organizações locais

²⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada...* op. cit., p.77.

sobreviveu a eventuais mudanças que pudessem ter ocorrido nas tropas militares. Na região Sul, em decorrência das urgentes necessidades bélicas, a Coroa superou suas limitações financeiras e militares estabelecendo relações de cooperação com os estancieiros, o que a obrigava a conceder-lhes poder e tolerar sua autonomia de ação. Assim, por motivos diversos, tanto ao norte como ao sul, os resultados militares foram os mesmos: as forças militares quedaram-se arcaicas.

Nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, embora estivessem diretamente envolvidas no conflito bélico da região Sul (por determinação régia), elas estavam distante do *front* de guerra, o que dificultava o reconhecimento da população e das elites locais dessa guerra como sendo delas.

Por isso, elas atuavam como forças de resistência com as quais os seus respectivos governadores tiveram que se defrontar e se empenharem no esforço de conseguirem realizar a difícil missão de envio de grande contingente de homens das suas respectivas capitanias para a defesa do sul da América portuguesa.

Assim, em virtude da intensificação do recrutamento militar, que incidiu de forma violenta, especialmente, nestas capitanias a fim de atender as constantes e intermináveis demandas bélicas por homens ao sul do continente, os governadores do Sudeste, pressionados pelas ordens régias, passaram a interferir inclusive em zonas delicadas de poder, isto é, adentrando nas áreas de influência e domínio dos potentados locais.

Entendemos que, a constante exposição à guerra, as fortes pressões do Estado português e a intensidade das mobilizações militares que ocorreram nas capitanias do Sudeste da América, acabaram resultando, ao longo desse conflito, em uma tendência de desarranjo e desarticulação contínua das tradicionais formas de organização corporativas, presentes no interior da sociedade e das tropas coloniais.

Embora entendemos que a nova estrutura militar tivesse incidido mais fortemente no Sudeste da América, não acreditamos que a organização das tropas armadas e a atuação dos soldados seguiram plenamente as diretivas dos regulamentos militares. Assim é que, em 1767, seis anos após a promulgação do já citado Regulamento do conde Lippe, que deveria ser utilizado como modelo para o governo das tropas na colônia, Morgado de Mateus, capitão-general e governador da capitania de São Paulo, descreveu as forças de sua capitania como *"hum misto entre o moderno e o antigo, sem haver coisa determinada"*²⁴⁸.

Tal situação se deve ao fato de que, apesar dos intentos da Coroa de assumir para si o papel de agente exclusivo na construção do monopólio da violência, as barreiras de ordem financeira e a estrutura formada na organização da empresa colonial baseada na militarização da sociedade colonial, tornaram tal empreitada extremamente difícil. Assim, Coroa portuguesa, em plena segunda metade do século XVIII, continuava dependendo das milícias locais e da guerrilha para a defesa do seu território colonial.

²⁴⁸ "Carta de D. Luís Antonio de Sousa para o Conde de Azambuja, 27/6/1767", DIHSP, vol. XIX, p.37.

Bibliografia

- GOLIN, Tao. *A fronteira (V.3): 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Porto Alegre: Méritos, 2015.
- HOLANDA. S. B. de. *História geral da civilização brasileira – Tomo I – A época colonial*. 2 vol. São Paulo: Difel, 1960.
- FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunais, 1912.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808 1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- BAENA, A .L. M. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- CARDOSO, Alanna Souto. *Fotografia Demográfica dos Cabeças de Família da Capitania do Pará a partir do Recenseamento de 1778*, In: *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2010, p. 57.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2 ed., 1998.

10.3. O tenente Joze Joaquim Freire e a viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)

**Francis Albert Cotta
(Universidade do Estado de Minas Gerais)**

Diálogos entre histórias e biografias conectadas

A história é feita por mulheres e homens, seres humanos imersos em tempos e lugares diversos, com suas densidades, contradições e complexidades. As trajetórias pessoais se entrelaçam, se conectam, e essas biografias em diálogo possibilitam lançar luz sobre fragmentos de contextos sociais e culturais nos quais estão inseridas. Este texto é um convite para dialogar com pessoas de um tempo vivido e experimentar possibilidades teórico-metodológicas que levem em conta as biografias e histórias conectadas.

Essa é uma trama sócio-histórico-cultural que é tecida em meio a contatos pessoais e institucionais, experiências e mobilidades espaciais entre Portugal e diversas localidades da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Privilegia-se as interações entre as dimensões físicas e simbólicas, mediadas por pessoas que transitavam no império português. Um dos fios dessa trama é o tenente Joze Joaquim Freire.

Joze Freire nasceu em 1760, em Belas, freguesia de Sintra, Portugal. Seu povoado estava situado entre serras entrecortadas por vales fertilizados por águas cristalinas. Essa abundância hídrica teria levado os romanos, no século III, a construir a Barragem de Olisipo. A experiência de proximidade com a natureza seria uma constante na vida de Joze Freire.

Em tenra idade, Joze Freire tornou-se aprendiz de João de Figueiredo, na Fundação do Real Arsenal do Exército – uma das principais escolas de desenho em Portugal naquele período. O edifício foi construído em 1760, após o terremoto de Lisboa (1755), por determinação do marquês de Pombal

(1699-1782), sendo inaugurado em 1764, sob a égide da reforma militar operacionalizada pelo oficial anglo-germânico conde de Lippe (1724-1777). Na atualidade, o edifício é a sede do Museu Militar de Lisboa.

Aos 20 anos de idade, Joze Freire iniciou suas atividades na Casa do Risco do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, primeira e mais importante instituição portuguesa dedicada à história natural. Os jardins botânicos, tais como os existentes em Madrid, Paris, Estrasburgo, Montpellier, Bolonha, Pádua e Pisa, eram locais destinados ao estudo do mundo vegetal. Além de espécimes oriundos de diversos jardins da Europa, o Jardim Botânico da Ajuda recebia plantas das colônias e, em especial, da América portuguesa.

Sob o reinado de dona Maria I, o então segundo-tenente da Marinha Real Portuguesa Joze Freire recebeu a determinação para integrar uma expedição científica na América portuguesa, que passaria pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Seus conhecimentos na área militar como cartógrafo, desenhista, riscador, pintor e aquarelista seriam utilizados de maneira estratégica ao elaborar diversos mapas hidrográficos e cartas geográficas.²⁴⁹

Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá

A *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* durou aproximadamente nove anos (1783-1792), percorreu aproximadamente 39 mil quilômetros e produziu mais de 600 imagens. Ela é um exemplo

²⁴⁹ Elaborou, entre outros: *Mapa hidrográfico da Bacia Amazônica*: abrangendo até o curso dos rios: Mamoré (a oeste); Araguaia (a leste); Negro e Branco (ao norte); parte do rio Paraguai (ao sul). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). ARC.025, 02, 001 – Cartografia. Mapa ms., desenho a nanquim, 58,5 x 55cm em f. 64,5 x 61. *Carta geográfica do rio Branco ou Parimé*: e dos rios Caratirimani Uararicaparâ Majari, Tacutú e Mahú. BNRJ. ARC.025, 04, 004 – Cartografia. Mapa ms., desenho a nanquim, 44,5 x 29,5cm em f. 47,2 x 32,3.

de “diálogos entre histórias e biografias conectadas”, protagonizados pelos seus integrantes, verdadeiros mediadores culturais. Foi formada por vários indivíduos anônimos e por personagens conhecidos, como os portugueses Joze Freire, Joaquim Jose Codina e o naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, líder da comissão científica.

Alexandre Ferreira, nasceu em Salvador, no ano de 1756, iniciou seus estudos na Bahia, no Convento das Mercês. Aos 22 anos bacharelou-se no curso de Filosofia Natural e Matemática da Universidade de Coimbra, doutorou-se em 1779 e atuou nessa universidade como Preparador de História Natural. Em 1780, tornou-se membro correspondente na Real Academia das Ciências de Lisboa e iniciou suas atividades no Real Museu da Ajuda. Foi nesse estabelecimento – local de encontro de trajetórias, vivências e saberes – que recebeu a determinação régia para empreender a *Viagem Filosófica*. Em setembro de 1783, a comissão científica partiu para a América portuguesa. A bordo da embarcação “Águia e Coração de Jesus” aportou em Belém do Pará.

Durante nove anos, a comissão percorreu diversas localidades da América portuguesa. Iniciou seu percurso pelas ilhas de Marajó, Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça. Em seguida, subiu os rios Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Guaporé até a Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. Posteriormente, seguiu para a vila de Cuiabá, até o Pantanal, na bacia do Rio da Prata. Navegou pelos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Em janeiro de 1792, retornou para Belém do Pará.

Entre suas missões estava a coleta de espécimes, classificação, preparação, embarque e envio para Lisboa. Seus estudos englobavam temas relacionados à agricultura, à população e ao espaço. O tenente Joze Freire, além da produção cartográfica e hidrográfica, realizou croquis e desenhos aquarelados que documentaram espécimes da fauna e da flora, atividades artesanais da população nativa, vistas de cidades e vilas, construções e embarcações. Por meio de seus de-

senhos é possível reconstruir sociabilidades, habilidades dos moradores e identificar elementos materiais da cultura.²⁵⁰

Os saberes, vivências e seus impactos na elaboração das representações iconográficas

A trajetória do tenente Joze Freire pode ser percebida em detalhes apresentados em suas representações, especialmente naquelas de natureza militar. Sua vivência na Fundação do Real Arsenal do Exército lhe possibilitou detalhar, em suas aquarelas, aspectos técnicos dos armamentos, bem como a dinâmica da disciplina militar observada nas cerimônias. Freire experienciou o processo de disciplinarização militar empreendida durante as reformas do conde de Lippe em Portugal. Uma das imagens que permite a leitura dos elementos simbólicos do universo militar é a aquarela aqui denominada “Militares em cerimônia de continência com armas”, elaborada em 1784 (Figura. 1).

Na aquarela, o artista ilustra, detalhadamente, os “movimentos com armas” realizados pelos militares, registra os nomes dos mestres-de-campo (mais alto posto de um corpo militar auxiliar, equipado ao coronel dos corpos regulares) e dos respectivos terços na legenda que está abaixo. Dessa forma, o tenente Joze Freire criou a possibilidade de identificação dos militares e de suas trajetórias. Ao buscar os nomes dos oficiais em outras fontes, constatou-se que nesse mesmo ano de 1784, o bispo da diocese do Pará, Dom frei Caetano Brandão, ao realizar uma de suas visitas ao interior do Pará, relatou que foi recebido: “com todo o alvoroço pelo Commandante da Villa o Mestre de Campo Lourenço Furtado de Vasconcellos, e pelos moradores, que concorrêrão todos

²⁵⁰ Estas aquarelas podem ser localizadas na *Brasiliiana Iconográfica*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção formada pelos acervos da Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Moreira Salles, Pinacoteca de São Paulo e Instituto Itaú Cultural, de São Paulo. Disponível em: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/17643.

alegremente a receber a bênção do seu Pastor [...].”²⁵¹

Figura 1 – Militares em cerimônia de continência com armas – 1784



Fonte: Nº 1º Uniforme do Terço Auxiliar da Cidade, de que é Mestre de Campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho. Nº 2º Dº do Bairro da Campina, que é Mestre de Campo Lourenço Furtado de Vasconcellos. 1784. Desenho. Aquarela. Colorido. 31,0 x 18,0 cm em f. 34,5 x 24,0 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. MAPI,4,01 nº013ª. Manuscritos. Desenho de Joze Joaquim Freire. 1784.

A imagem reforça a ideia de “bom e leal vassalo” militar, que transparece na execução correta dos movimentos da cerimônia militar, bem como na “utilidade” dos seus serviços e no acatamento aos costumes da época. A essas informações são acrescentadas o “alvorço” para receber “alegremente” a “benção do seu pastor”. A imagem e a narrativa do frei Caetano Brandão transmitem o ideal desejado para a conduta do militar naquele período.

Anos depois, o mestre-de-campo Lourenço de Vasconcelos teve sua patente militar confirmada, e foi remanejado para o melhor regimento de Macapá, de maior prestígio. O

²⁵¹ AMARAL, Antonio Caetano do. *Memórias para a história da vida do venerável arcebispo de Braga Dom Frei Caetano Brandão*. Lisboa: Impressão Régia, 1818, p. 296.

tenente Jozé Freire, por sua vez, atingiu o posto de tenente-coronel, em virtude dos bons serviços prestados à Coroa portuguesa. Práticas e representações de condutas desejadas no universo militar se entrelaçam trazendo benefícios para esses atores.

Na imagem, estão representados os lugares sociais numa sociedade escravista. Os quatro militares de corpos auxiliares, homens pretos e pardos, estão dispostos de acordo com os regulamentos militares do século XVIII. Os soldados, homens pretos e que portam armas de fogo, estão posicionados nas extremidades da imagem. A cena demonstra a hierarquia e as relações de poder estabelecidas entre os militares. Os movimentos com as espadas (oficiais) e com os mosquetes (soldados) lançam luz sobre as prescrições dos regulamentos e a operacionalização da “disciplina militar”, composta pela educação e pela instrução.

A aquarela possibilita pensar na educação militar por meio da internalização da norma, do comportamento desejado, expressos nas posições de cada um no dispositivo, do controle sobre os corpos (posturas, olhares, fardas). A instrução militar se mostra na relação entre os movimentos, a utilização correta e padronizada das espadas e mosquetes.

A imagem mostra a relação de subordinação hierárquica entre os militares presentes na cena, que pode ser entendida a partir da seguinte interpretação do ritual militar: os militares que estão posicionados à direita de quem observa estão a receber a continência dos dois que estão posicionados à esquerda. O soldado postado atrás do oficial com a “espada abatida ao solo” está na posição de “ombro arma” enquanto o outro soldado está “apresentando arma”. A cena apresenta dois mestres-de-campo, com suas respectivas espadas, símbolo da autoridade do oficial militar.

Esses movimentos de armas estão relacionados ao cerimonial militar, descrito pelo conde de Lippe, e marca as hierarquias militares e, portanto, as subordinações e relações de poder e mando entre os envolvidos. Os dois soldados portam

mosquetes com as “baionetas caladas”, acopladas ao cano, o que demonstra a formalidade do momento representado.

Os dois oficiais, que portam as espadas e estão posicionados à frente, foram representados com uma tonalidade de pele mais clara do que os soldados, portanto, são pardos. Eles usam perucas brancas, possuem rendas nos punhos, lenços nos pescoços, meias brancas, estão calçados e possuem dragonas nos ombros. A dragona é a peça ornada com franjas de fios de seda ou de ouro, sendo usada como distintivo dos oficiais.

A denominação “terço auxiliar” e a patente “mestre-de-campo”, em 1784, diz muito sobre a “qualidade e condição” dos envolvidos, especialmente dos oficiais representados (homens pardos), uma vez que desde a reforma militar de 1708, para os corpos regulares, a denominação “terço” passou para “regimento”, e a patente “mestre-de-campo” se tornou “coronel.” Essa situação somente seria resolvida anos mais tarde. A própria denominação dada aos postos militares hierarquizava os tipos de corpos militares existentes.

Nota-se as posições padronizadas dos pés dos militares. Atrela-se a isso a representação do asseio dos militares por meio das fardas brancas e limpas, cabelos penteados, barbas feitas. Esses detalhes confirmam o legado dos escritos militares do conde de Lippe na América portuguesa, vivenciados pelo tenente Joze Freire em Lisboa.

Considerações finais: a biografia como uma dimensão do social na escrita de histórias conectadas

As biografias carregam em si uma dimensão sócio-histórica-cultural que se mostra na interação das pessoas com os seus antepassados, contemporâneos e descendentes. A “escrita de vida” não é um ato solitário. Ela é construída na medida em que há interações entre os seres humanos, imersos na natureza e na cultura. A indissociabilidade entre elas na construção das biografias pode ser percebida nos en-

contros e desencontros dos personagens que realizaram a *Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Um percurso que, para aqueles que o experienciaram, não se iniciou ao atravessarem o Atlântico, percorrem a América portuguesa ou mesmo ao retornarem para a Europa.

Histórias individuais que se conectam e criam, nessa interação, possibilidades de viver e conhecer, construir e seguir juntos. Projetos coletivos vividos de forma intensa por atores sociais com trajetórias diversas e diferentes que se encontram no tempo da história. Locais, físicos e imaginados, percorridos por pessoas em suas trajetórias de vida. Nessas interações sociais nos domínios de Clio, o ser não se anula, é enriquecido pela experiência coletiva e pelos sentimentos e razões que o levam a prosseguir e realizar suas viagens.

Bibliografia

- COTTA, Francis Albert. *Práticas Educativas e Disciplina Militar*. Curitiba: CRV, 2020.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x. Da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no Mundo Ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (orgs.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008, p. 13-26.

10.4. Fronteiras em guerra: a Balaiada nos limites entre Ceará, Piauí e Maranhão

**João Paulo Peixoto Costa
(Instituto Federal do Piauí;
Universidade Estadual do Piauí)**

As conexões políticas e o fluxo de pessoas entre os territórios de Ceará e Piauí remetem ao início da conquista portuguesa no século XVII. A serra da Ibiapaba, ou Serra Grande, longe de ser uma barreira, sempre foi uma ponte a conectar os dois espaços. Os primeiros documentos produzidos nesse contexto já falavam de grupos indígenas, como os Alon-gazes, que para lá migraram fugindo da sanha colonizadora no piauiense. Lá foi fundado o aldeamento da Ibiapaba em 1700 no lado do Ceará, um dos mais populosos da América portuguesa. Em meados dos setecentos, com a política pombalina do Diretório, se transformou na vila de índios de Vila Viçosa, mais tarde abarcando em seu território o lugar de índios de São Pedro de Baepina (ou Ibiapina) e o lugarejo de São Benedito. Majoritária na serra, a população indígena era fiel à Coroa portuguesa e se beneficiou bastante com as mercês que recebia dos monarcas em troca dos serviços que prestava. Por exemplo, eram convocados para combater os levantes de indígenas rebeldes no Piauí, ocorridos ao longo do século XVIII.

Na virada para os Oitocentos, a carestia e os pesados impostos no Ceará fizeram com que muitos índios migrassem para o lado piauiense, buscando morada tanto no norte e no litoral, nas imediações de Parnaíba, quanto no aldeamento de São Gonçalo do Amarante, próximo à capital, Oeiras. Anos depois, no contexto da independência do Brasil, os índios da Ibiapaba que tão bem conheciam o Piauí foram recrutados para enfrentar possíveis investidas de forças portuguesas. Juntos a outros grupos de piauienses e cearenses brancos, pretos ou mestiços, camponeses ou soldados, todos pobres,

protagonizaram saques às propriedades de quem identificavam como partidários à união com Portugal, os chamados “corcundas”. Na verdade, segundo a documentação, bastava ser rico para ser apontado como corcunda.

O episódio revela que, a todos esses grupos étnica e socialmente diferentes, a elite proprietária era uma inimiga comum. Foi contra ela que muitos subalternos combateram ferozmente após ser debelada a Confederação do Equador de 1824, o que se seguiu por boa parte da década de 1820. Após 1831, com a abdicação de Dom Pedro I e o início do período regencial, se iniciou uma impetuosa investida do império contra esses grupos. Com o fortalecimento do poder das elites provinciais, principalmente pelo Ato Adicional à Constituição de 1834, muitas regiões do Brasil iniciaram uma intensa e violenta política de controle social dos mais pobres, que mesclava combate à *vadiagem*, arregimentação de mão de obra e recrutamentos forçados ao exército.

De um lado a outro das fronteiras, a brutalidade atingiu a muitos, mas também, na mesma medida, a indignação. O que se seguiu foi a eclosão da Balaiada, iniciada no Maranhão com a liderança do vaqueiro piauiense Raimundo Gomes Vieira Jutahy, e que se alastrou pelo Piauí e no oeste do Ceará, justamente na serra da Ibiapaba. Ainda no final de 1838, ano de início da revolta, há relatos da presença de cearenses caboclos (ou seja, índios) e cabras em Chapadinha, território maranhense, que diziam ter participado de conflitos em 1824 e se declaravam adeptos de Raimundo Gomes. As memórias revelam as experiências que compuseram a cultura política de grupos diversos que, ao atravessar as fronteiras provinciais, conviviam e agiam juntos em uma mesma rebelião.

Em meados de 1839, já era conhecida das autoridades piauienses a participação de grupos da Ibiapaba na Balaiada, atuando no Piauí e aliando-se às movimentações ocorridas no Maranhão. Em julho, o subprefeito de Piracuruca expressou seu receio acerca da proximidade da sua vila com a

...serra [da Ibiapaba] e Vila Viçosa, lugares estes que tem grande número de índios e outros de iguais sentimentos, e onde não há homens de qualidade que contenham os impulsos desses incautos, e onde já desobedeceram ao presidente quando os mandou reunir para vir socorrer a esta província, em cujo lugar já ousam chamar a Raimundo Gomes, nosso irmão, e com a maior satisfação dizem que o que se tem praticado no Brejo é justo.²⁵²

A desobediência mencionada se refere à participação de uma tropa de índios de Vila Viçosa no contexto da independência do Piauí em 1823. Mais do que mera insubordinação, os indígenas agiam por interesses próprios em situações de recrutamento, expressando sua oposição às elites proprietárias no momento em que se construía um novo Estado nacional. Passados mais de 15 anos, as indignações aumentaram e ultrapassaram as fronteiras provinciais a ponto de se imanarem com o líder balaio Raimundo Gomes e apoiarem o ocorrido na vila do Brejo, antigo lugar de índios do Brejo dos Anapurús em território maranhense.

A partir de então, as ações armadas a partir da Ibiapaba foram frequentes. Em setembro, um destacamento do exército estacionado no povoado de Matões (atual Pedro II), no Piauí, foi atacado por 56 rebeldes. Após roubarem munições e queimarem casas, seguiram para Piracuruca, também em terras piauienses, onde foram sitiados na fazenda Bebedor e travaram uma batalha de 13 horas. 15 combatentes morreram e os sobreviventes retornaram fugidos à Serra Grande.

Os confrontos seguiram intensos nos meses seguintes e, como se percebe nos relatos, sempre envolviam a cooperação de diferentes grupos sociais e étnicos, apesar de, no

²⁵² De José Rodrigues de Miranda a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 4 de julho de 1839. Arquivo Público do Estado do Piauí, Série Balaiada, livro 6.

caso das frentes vindas das imediações de Vila Viçosa, serem indígenas em sua maioria. No final de 1839, a estrada de Columinquara foi identificada como rota dos rebeldes da serra, que planejaram atacar Buriti dos Lopes, no Piauí, em 1840. A presença frequente nos balaíos da Ibiapaba em território piauiense era motivo de preocupação constante das autoridades da província, que mesmo mobilizando ações repressivas não conseguiram impedir a criação de um verdadeiro baluarte de revoltosos ao norte. Tratava-se do lugar-rejo de Frecheiras (hoje um distrito do município de Cocal da Estação), localizado no caminho que ligava Vila Viçosa a Parnaíba. Transformou-se em um reduto multiétnico da Balaiada, reunindo pessoas de grupos e trajetórias diferentes, mas com o mesmo histórico de sofrimento e revolta e que compartilharam diversos valores e estratégias de combate.

O então presidente da província do Ceará, o piauiense de Parnaíba Francisco de Souza Martins, esteve nas proximidades de Frecheiras em junho de 1840 e produziu um documento com detalhes importantes sobre o cotidiano e os costumes dos que lá viviam. Segundo ele, os rebeldes eram descendentes de indígenas, além de *cabras* (mestiços de índios com pretos) e escravizados fugidos. Alimentavam-se de gado, da caça, de frutas silvestres e de mandioca e milho que plantavam. Dormiam sobre o topo das árvores, utilizavam-se do fogo contra o frio da noite e rapidamente construíam cabanas de folhas de palmeiras para se proteger da chuva. A grande maioria era analfabeta, rezavam o terço todas as noites, diziam obedecer ao rei e combater os *cabanos* que queriam governar no seu lugar.

As informações colhidas por Souza Martins desbanca uma historiografia que supunha não haver qualquer capacidade de elaboração de projetos por parte dos combatentes. Ao contrário, os balaíos tinham objetivos políticos claros, que se inseriam no contexto regencial em que viviam e dialogavam com a própria experiência comum a todos os grupos envolvidos. Ou seja, na ausência do rei – que tradicionalmen-

te representava uma proteção real aos subalternos – restava apenas os abusos dos proprietários. Com a formação do Estado nacional, em substituição aos representantes do monarca no período colonial, os ricos das diversas províncias foram alçados à elite governativa, oprimindo sem limites a população pobre.

Um dos dados mais importantes do relato de Souza Martins se refere às táticas de guerrilha dos balaaios de Frecheiras. Construíram trincheiras de pedras para se proteger das balas dos soldados, após as quais, depois de forte resistência, fugiam para o mato. Contavam com espias por onde passavam as tropas, que conseguiam na população pobre que morava na Ibiapaba e, por viverem as mesmas agruras, era simpática à causa balaia. Faziam emboscadas para surpreender as tropas legalistas por meio de trilhos pelas matas ao lado da estrada, principalmente quando sabiam que algum destacamento se encontrava em lugar muito isolado para ser socorrido. A emboscada, o cerco e a consequente rendição eram rápidos e demonstram o íntimo conhecimento da região e o apoio dos moradores aliados. Por isso, sabendo da efetividade de suas táticas, nunca faziam ataques em campo raso. A eles bastavam as armas que tinham à disposição, principalmente a clavina fina, com as quais tinham excelente pontaria. Em resumo, era assim que funcionava a guerrilha de emboscada dos balaaios: atiravam, acertavam, se embrenhavam na mata e dificilmente eram encontrados.

O sucesso dos rebeldes revelava um impressionante domínio dos elementos da natureza onde viviam, além de conhecimento bélico ancestral e do próprio diálogo entre grupos sociais de trajetórias e origens diferentes. De acordo com o presidente, os combatentes tinham

...por únicos vestidos camisas e ceroulas de algodão, que tingem de cor avermelhada com infusão de entrecasca de árvores. Essa cor, bem asquerosa, os confunde com os troncos

das árvores, com as pedras e com os matos, atrás dos quais se escondem para dispararem os tiros de emboscada. Muitos agora estão quase nus, apenas cobertos de andrajos; não têm calçado algum e usam chapéus de palha; fazem exercícios de armas que tem aprendido de alguns soldados desertores ou prisioneiros; mas quase nenhuma disciplina e subordinação conservam aos chefe.²⁵³

A mescla de técnicas de camuflagem com a habilidade com as armas são exemplos dos encontros multiétnicos que a revolta proporcionou ao ultrapassar as fronteiras. Indígenas e outros habitantes das matas se aliaram com soldados desertores em torno de objetivos políticos comuns e formas próprias de organização, pouco compreendidas pelas mentes hierarquizantes das autoridades. Tudo isso tornava a Balaiada um movimento quase indestrutível, mesmo com a repressão dos governos imperial e das províncias. Frecheiras se transformou em uma base poderosa de ataque dos balaios, que se dirigiram à Ibiapaba em meados de 1840. Invadiram São Pedro de Ibiapina (de onde vinham a maior parte dos índios adeptos ao movimento), Ipu, São Benedito – onde enfrentaram a tropa do líder indígena Luís José de Miranda, aliado das forças legais – e os lugares Buriti e Japitaraca, próximos à Vila Viçosa. Por onde passaram travaram batalhas com mortes de inimigos, promoveram saques e queimaram casas. Também construíram armadilhas de fossos nas estradas com espinhos por dentro e cobertos com palha e terra, mais um exemplo de suas técnicas de guerrilha.

²⁵³ De Francisco de Souza Martins a Francisco Ramiro de Assis Coelho. Vila Viçosa, 20 de junho de 1840. Apud: NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará: período regencial. 10º presidente, bacharel Francisco de Souza Martins. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Stuard, tomo XV, 1901, p. 31-33.

Figura 1 – Caminho de Vila Viçosa a Parnaíba, passando por Frecheiras



Fonte: Mapa geográfico da capitania do Piauí e partes das do Maranhão e Grão-Pará, 1816. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart215946/cart215946.html>.

As tensões apenas arrefeceram com o chamado “Golpe da Maioridade”, quando o então príncipe regente foi coroado como Dom Pedro II aos 14 anos de idade. O ato foi uma solução encontrada pela elite dirigente do império para solucionar a ebulição generalizada que se encontrava em boa parte do país. Mas foi também uma vitória para boa parte dos combatentes da Balaiada, que se perceberam como vencedores ao verem o rei finalmente ocupar o trono como resultado de suas pressões. Depois disso, muitos largaram as armas e poucas referências aos combates nas fronteiras do Ceará com o Piauí aparecem na documentação da segunda metade de 1840.

Apenas no ano seguinte o tema volta a ser destacado. Domingos Ferreira Veras, proprietário de Frecheiras, e o preto maranhense Antônio de Souza Cabral, também li-

derança do reduto, foram recebidos pelo então presidente do Ceará José Martiniano de Alencar. Declararam seu amor ao soberano e adesão ao seu governo, tendo sido esses os objetivos de suas campanhas militares, e desejavam estar pessoalmente com o imperador, por quem arriscaram suas vidas. Por seu pensamento político – nas palavras de Alencar –, o presidente defendia que deveriam receber compaixão das autoridades. Alencar era veterano nas batalhas em 1817 e 1824, época em que se aproximara de combatentes dos extratos populares. Mas era principalmente seu objetivo de instaurar a “paz provincial” que o motivava à conciliação com os ex-balaaios.

O caminho para a ansiada paz na província, no entanto, seria traçado não somente com relações amistosas. Alencar conhecia bem a influência que o piauiense Veras e o preto maranhense Cabral tinham sobre os indígenas e outros moradores da Ibiapaba, e garantiu que as duas lideranças embarcassem para a corte. Os contatos perigosos das populações entre essas fronteiras conectavam culturas, formas de ver o mundo e experiências dolorosas que se assemelhavam bastante. Apesar das condições jurídicas, sociais e étnicas distintas, todos os que aderiram à Balaiada sofriam com o assédio das autoridades e com a violenta repressão à rebelião.

Por isso, apesar da rendição da maioria dos combatentes, uma parte não se rendeu, recebendo ataques brutais das forças legalistas. Na virada de 1841 para 1842, os últimos balaaios da Ibiapaba fizeram suas incursões. Foram identificados inicialmente como “magotes” vindos do Maranhão e do Piauí, e depois como os índios do Buriti. Fizeram ações em Mumbaba e Tapera Acima, ameaçaram Vila Nova (atual Guaciaba do Norte) e finalmente foram presos. O chefe do grupo, Antônio Marques da Costa, junto a seus liderados foram enviados para a Armada Imperial no Rio de Janeiro, em um processo que pareceu uma ironia. Remetidos para o serviço militar após uma revolta contra os recrutamentos forçados, o destino dos últimos balaaios do Ceará representava os limites

do exercício da cidadania no contexto de formação do Estado nacional brasileiro.

Figura 2 - A Balaiada nos limites entre Ceará, Piauí e Maranhão



Fonte: Estêvão Martins Palitot (Universidade Federal da Paraíba) – elaboração do mapa.

Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841). In: ZARTH, Márcio; MOTTA, Márcia. (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 171-198.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Mônica Duarte. (org.) *Revoltas, motins e revoluções: homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 295-327.
- COSTA, João Paulo Peixoto Costa. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- XAVIER, Maico Oliveira. *Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 2018.

10.5. A guerra do dia a dia: polícia e violência urbana durante a Guerra do Paraguai (Recife e a Cidade da Parahyba, 1865-1870)

**Wellington Barbosa da Silva
(Universidade Federal Rural de Pernambuco)**

No quinquênio de 1865-1870, durante a guerra da Tríplice Aliança, foram escritas algumas das páginas mais sangrentas da nossa história. Porém, como o teatro de operações se localizou em terras longínquas, as cidades brasileiras não sofreram o impacto direto do cruento desenrolar do conflito. Nelas, as engrenagens motoras da sociedade continuaram funcionando a todo vapor, em uma situação de normalidade semelhante à existente no período *ante bellum*. Entretanto, isso não significa dizer que as suas populações ficaram alheias aos acontecimentos, como se vivessem em uma bolha ou em um mundo paralelo. A guerra, certamente, era assunto corrente no seu dia a dia.

Contribuíam para isso as diversas notícias sobre o tema que eram veiculadas diariamente pelos jornais, bem como poemas e discursos em tom ufanista feitos por cidadãos comuns, autoridades civis e militares – todos, conclamando os pernambucanos a jurarem “n’um só abraço morrer por Pedro e Brasil”, como exortou um cidadão por meio do Jornal do Recife, em 22 de fevereiro de 1865.²⁵⁴ Embora o analfabetismo fosse grande, mesmo nas capitais, a leitura dos jornais em praças e em tabernas, por exemplo, como nos mostra a historiografia hodierna, fazia essas notícias circularem entre a população – pondo a guerra na boca do povo.

Por sua vez, as ruas serviam de palco para cortejos cívicos, acompanhados por bandas militares, que possuíam um considerável efeito de divulgação patriótica entre os ci-

²⁵⁴ Os jornais aqui utilizados fazem parte do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

tadinos. De modo especial, os embarques de tropas para o *front* provocavam um grande frenesi na sociedade. A rotina diária era quebrada, as repartições públicas suspendiam o expediente e os moradores se acotovelavam nos logradouros públicos, devidamente embandeirados, para verem o desfile da tropa, rumo à zona portuária. Aliás, essa foi talvez a experiência máxima, a mais forte, que grande parcela da população urbana teve da guerra com o Paraguai.

Entretanto, as cidades do Brasil império se defrontavam com outra guerra: a da criminalidade. Esse era um conflito diário e antigo, cujas escaramuças aconteciam nas ruas, pátios, becos e praças. E, embora em um grau muito inferior, também produzia medo, mortes e ferimentos. Nesse texto, falaremos um pouco sobre a percepção coetânea da violência urbana e o papel da polícia enquanto corporação destinada a manter a segurança pública, tendo como recorte espacial e cronológico as cidades do Recife e da Paraíba no século XIX. Particularmente, no período de 1865-1870, quando grande parte da força pública com funções de polícia foi convocada para sustentar o esforço bélico contra o Paraguai.

Evidências de uma crescente e/ou persistente criminalidade aparecem em diferentes documentos da época. Um deles são os relatórios dos presidentes de província, uma exposição circunstanciada de diversos assuntos concernentes à administração provincial, apresentada pelos presidentes durante a abertura dos trabalhos legislativos.²⁵⁵ Neles, ao longo do período aqui estudado, os presidentes da Paraíba e de Pernambuco praticamente reproduziam a mesma cantilena quando tratavam da “segurança individual e de propriedade”. Tanto uns quanto outros se queixavam do “quadro sombrio de crimes” que ainda se perpetrava em grande escala contra os direitos individuais (roubos e ho-

²⁵⁵ Os relatórios de presidentes de província aqui utilizados fazem parte do acervo digital do Center for Research Libraries (<https://www.crl.edu/node/1225>).

micídios), como disse o barão de Maraú, 2.^o vice-presidente da Paraíba, no seu relatório de 5 de agosto de 1867.

A criminalidade diária também era assunto corrente nos jornais coevos, por meio dos quais os cidadãos denunciavam um renitente clima de insegurança. Como fez, ainda no início de 1830, um pernambucano com o pseudônimo de *Assinante de Fora de Portas*. Nas páginas do Diário de Pernambuco, ele denunciou que, no lugar de Fora de Portas, pertencente à freguesia do Recife, o registro de “pancadas, facadas, mortes etc.” era algo corriqueiro. E, “sem temor às leis”, os facinorosos agiam impunemente, enquanto a polícia nada fazia para livrar “de tantos males” os moradores pacíficos e laboriosos daquela localidade.

Na Paraíba, a preocupação com o aumento da criminalidade, perceptível nos relatórios presidenciais, também podia ser notada nas páginas dos periódicos locais. No dia 2 de dezembro de 1864, por exemplo, o jornal *A Esperança* publicou um “Prospecto” no qual fez severas críticas à ordem política, moral e religiosa da Paraíba oitocentista – reclamando, entre outras coisas, da “facilidade espantosa com que se [atentava] contra a vida humana, e o catálogo sempre crescente de assassínatos que diariamente [publicavam] as gazetas”.

A criminalidade “triunfante e ousada”, na percepção de um cidadão pernambucano, não ficava circunscrita aos núcleos urbanos e também se expandia pelo Sertão – assumindo contornos interprovinciais nas vilas e cidades sertanejas localizadas em regiões fronteiriças. Por serem limítrofes, as províncias de Pernambuco e da Paraíba possuíam conexões comerciais, políticas, sociais e, igualmente, criminosas. Havia um trânsito frequente de grupos de salteadores de uma para outra província – fosse para roubar propriedades do outro lado da fronteira, fosse para fugir da perseguição da polícia.

Em 1867, o barão de Maraú, presidente da Paraíba, reputou esse trânsito como uma das diversas causas que animavam os crimes nesta província. E citou como caso emblemático a Vila de Pedra de Fogo, localizada no lado per-

nambucano. Devido à sua posição topográfica, os criminosos paraibanos fugiam para lá após praticarem seus delitos. E, de lá, ficavam olhando com desdém para as autoridades policiais paraibanas, que também podiam vê-los, mas não podiam prendê-los. Para o barão de Marauá, a solução para o problema passava pelo desmembramento da citada vila e a sua imediata incorporação à Paraíba, “sem ofensa do patriotismo da heroica Província de Pernambuco”.

De qualquer maneira, na opinião tanto dos cidadãos letrados quanto das autoridades provinciais, a solução para combater essa onda de crimes se encontrava em uma instituição organizada em moldes moderno-burocráticos desde meados do decênio de 1830: o Corpo de Polícia. O pressuposto hobbesiano de que o Estado necessita da espada para forçar os homens a respeitarem as leis estava consolidado. Em Pernambuco, talvez de forma muito mais enfática. Ainda na primeira metade do século XIX, podemos perceber indícios daquilo que Robert Reiner denominou de ‘fetichismo da polícia’, ou seja, a pressuposição ideológica segundo a qual a polícia é um pré-requisito essencial para a ordem social, o remédio certo para aplacar a criminalidade e que, sem ela, o mundo se tornará um caos.

Em uma edição de 1830, o jornal pernambucano *O Popular* publicou nas suas duas primeiras páginas algumas reflexões sobre a polícia, as quais teriam sido “escritas por um compadre, que consultou a outro sobre essa matéria”. Embora o seu autor estivesse escondido/protegido pelo anonimato, um subterfúgio relativamente comum em periódicos do século XIX, as suas reflexões apontavam taxativamente para a importância da polícia no tocante à manutenção da segurança pública. Para ele: “Sem polícia a vida não seria tolerável, nem a Terra teria habitantes”.

No entanto, as forças policiais existentes possuíam diversos problemas estruturais. Um deles era a limitação dos seus efetivos, sempre diminutos para dar conta de policiar territórios extensos e de população dispersa – como recla-

mavam os presidentes de província. Para se ter uma ideia dessas limitações, basta dizer que, em 1866, o contingente do Corpo de Polícia da Paraíba era de apenas 210 soldados – sendo elevado a 316 por portaria de 3 de junho do ano seguinte. Por sua vez, o efetivo do corpo policial de Pernambuco, nesse mesmo ano, não ultrapassava os 300 homens. O seu estado efetivo era de 240 praças – faltando, portanto, 60 soldados para alcançar o seu estado completo.

Conforme alertou o supracitado barão de Maraú, em 5 de agosto de 1867, a atividade e vigilância da autoridade policial na prevenção dos delitos, bem como a prisão e entrega dos delinquentes à justiça criminal era uma providência imprescindível à tranquilidade pública, mas sem uma força policial com a qual se pudesse socorrer “a todas ou a maior parte das precisões”, jamais se conseguiria “o resultado necessário”. Pensamento semelhante teve seu colega pernambucano. No relatório de 1.º de março de 1866, João Lustosa da Cunha Paranaguá, também preveniu que “sem força suficiente para a pronta repressão do crime não [era] possível garantir a ordem pública, nem a segurança e direitos dos cidadãos”.

Entretanto, no período de 1865-1870, esse quadro de insuficiência tendeu a se avolumar. Com a eclosão da guerra contra o Paraguai veio a necessidade de se enviar para o teatro de operações, de maneira continuada, batalhões e batalhões de homens aptos ao combate – subtraindo de cada província um significativo efetivo das tropas de linha, da Guarda Nacional, de cidadãos comuns alistados nos corpos de Voluntários da Pátria e até mesmo do Corpo de Polícia. E isso em uma época onde a percepção do aumento da violência urbana ganhava consistência pelo menos entre membros do governo e de certas parcelas da sociedade.

Ao final do primeiro semestre de 1865, como registrou o presidente Sinval Odorico de Moura, o governo da Paraíba já havia enviado para o teatro da guerra a força de 1.ª linha, 361 guardas nacionais, um batalhão de Voluntários da Pá-

tria, composto por 562 praças, e todo o contingente do seu Corpo de Polícia. Em Pernambuco, além de efetivos de tropas do Exército, até meados de junho de 1865 tinham sido remetidos dois corpos de Voluntários da Pátria: o primeiro com 789 e o segundo com 511 praças – em um total de 1.300 homens. E mais 739 voluntários até o final de 1865. Sem contar o contingente do Corpo de Polícia, em um quantitativo de 446 soldados. Era uma subtração considerável da população masculina que poderia prestar serviços de polícia – ocasionais ou regulares.

Falemos especificamente dos corpos policiais (justamente as instituições encarregadas de lutar contra o crime). Na Paraíba, como afirmou o presidente da província, o contingente do Corpo de Polícia partiu sem mais delongas para o campo de batalha. Em Pernambuco, essa foi uma história cheia de meandros e demandou muita discussão na assembleia legislativa provincial. Contudo, os debates não giravam em torno da manutenção ou não da força policial na província. Havia a concordância do envio imediato do seu efetivo para a guerra, mas se divergia se o presidente tinha autoridade para tomar essa decisão sem que o assunto passasse pelo crivo dos deputados provinciais.

Para os deputados pernambucanos, “as praças de polícia eram contratadas para o serviço da província” e, portanto, “não podiam ser constrangidas a servirem fora dela”. Seria, pois, necessário criar uma lei que autorizasse o presidente a recorrer a esse expediente. Como também seria fundamental, no ponto de vista de vários deputados, o oferecimento de alguns benefícios para as praças de polícia dispostas a fazerem esse sacrifício pela nação – particularmente, o aumento no soldo, garantindo-lhes, inclusive, vantagens pecuniárias superiores às dos voluntários da pátria. Essa proposta, segundo eles, serviria para influir na vontade das praças cujo patriotismo não fosse o móbil suficiente para tomarem a decisão de lutarem na guerra ou daquelas que se encontravam “embaraçadas” por serem “casadas e oneradas de família”.

Esses benefícios, argumentavam esses deputados, seriam uma salvaguarda para os familiares dos combatentes – que, sem os seus provedores, podiam cair na miséria, na prostituição, na criminalidade.

Outros deputados, seguindo na contramão desse pensamento, se revoltaram com a proposta – posteriormente aprovada. Para eles, era vergonhoso que homens de armas, demonstrando uma total falta de patriotismo, somente se dispusessem a socorrer a nação se recebessem benesses, como se eles fossem superiores aos demais cidadãos – inclusive, aos voluntários da pátria. Mesmo assim, as supracitadas vantagens não foram suficientes para inflar o patriotismo de todos os policiais existentes na corporação. De um total de 328 soldados, apenas 188 deles se declararam prontos para marchar, enquanto os 140 restantes se recusaram a seguir-lhes o cívico exemplo.

O envio dos corpos policiais de Pernambuco e da Paraíba para a guerra não significa que essas duas províncias ficaram ao deus-dará, sem uma força de polícia, pois, ressaltamos isso, a Guarda Nacional, como fazia desde longa data, continuou a fornecer homens para o serviço de polícia (rondas noturnas, diligências, guarda de cadeias, transporte de presos etc.) – tanto nas capitais como, principalmente, nas localidades interioranas. Além disso, outra solução paliativa foi posta em prática, qual seja, a criação de corpos de polícia provisórios. Como indica sua denominação institucional, eles deveriam fazer o serviço de polícia até o término da guerra, quando retornariam para as províncias os corpos policiais permanentes.

O Corpo de Polícia provisório da Paraíba, criado pela lei provincial n.º 185, de 18 de agosto de 1865 tinha “a mesma organização do que havia marchado para Sul” e possuía um efetivo de 167 praças – mas, quase um ano depois, ainda faltavam 31 soldados para completá-lo. Das 136 praças existentes, 90 delas estavam destacadas em oito localidades paraibanas – sendo que o maior destacamento, com 31 soldados,

estava localizado na cidade de Pombal. O de Pernambuco, com o mesmo desenho institucional do corpo de polícia permanente, foi criado pela Lei n.º 611 de 2 de maio de 1865 e possuía um efetivo de 300 soldados em seu estado completo, distribuído por três companhias.

A criação desses corpos provisórios não se traduzia em (perspectivas de) melhorias para o sistema de policiamento. Eles carregavam consigo os mesmos problemas estruturais e repetiam o velho *modus operandi* dos seus antecessores. Ademais, muitos homens incorporados provisoriamente não tinham ainda a experiência, somente obtida no dia a dia, de como policiar o espaço público. A instrução era algo inexistente. Além de ser limitado, o efetivo era continuamente distribuído por destacamentos pelas diversas localidades da província. Não sobrava tempo para treinamento. Em fevereiro de 1865, a escala de trabalho era de tal monta que, nas palavras do comandante do Corpo de Polícia de Pernambuco, um policial não conseguia “ter 24 horas seguidas de folga”.

Na Paraíba, em relatório de 1866, Felizardo Toscano de Brito, então 1.º vice-presidente da província, externou aos deputados como a falta de instrução das praças afetava o policiamento. Segundo ele, nem os guardas nacionais, nem as praças de polícia do corpo provisório possuíam “a necessária disciplina e os hábitos de serviço e subordinação, que só o tempo traz, e que aliás são indispensáveis a toda força armada”. Por conta disso, a administração lutava “com dificuldades, senão para manter a ordem e tranquilidade pública, sem dúvida para conter os criminosos e fazê-los prender”.

Essa conjuntura trouxe inquietude para certos segmentos da população. Em particular, para os cidadãos abastados; aqueles que, além da própria vida, tinham muito a perder com uma criminalidade sem freios. Afinal, com o envio dos corpos policiais para o campo de batalha, no Paraguai, como ficaria a guerra contra o crime nas cidades? Se os corpos de polícia permanentes não davam conta, o que esperar dos provisórios? Diante das incertezas, teve quem se oferecesse

para policiar suas localidades. Foi o que fizeram, no início de março de 1865, os negociantes nacionais e estrangeiros estabelecidos no Recife. Por meio de abaixo-assinado enviado à presidência eles se ofereceram para fazer “gratuitamente o serviço policial da cidade sob a direção da autoridade respectiva”, buscando assim “auxiliar-se e tornar menos pesado à Guarda Nacional, o serviço público, na ausência da tropa de linha e Corpo de Polícia”.

Tudo isso nos leva a pensar: se a criminalidade crescia a cada dia, se tornando um “enraizado cancro da sociedade”, como afirmou o barão de Maráu, em agosto de 1867; se a polícia era vista como uma panaceia para a segurança dos cidadãos; por que o efetivo policial costumava ser tão diminuto? As leis de fixação do corpo policial, editadas a cada ano financeiro, geralmente possuíam artigos que permitiam sua ampliação de acordo com as necessidades públicas. Tais possibilidades, no entanto, quase sempre esbarravam nas estreitezas orçamentárias das províncias. Houve mesmo ocasiões, como ocorreu em Pernambuco no ano de 1859, que a redução de despesas para atender às necessidades sempre crescentes das obras públicas levou à diminuição do contingente do Corpo de Polícia.

Saliente-se que, volta e meia, alguns deputados ou, mais frequentemente, os próprios presidentes da província cobravam o aumento do efetivo policial. Em 1845, quando se discutia na Assembleia Legislativa de Pernambuco justamente a redução de três contos de reis no orçamento voltado para a polícia, um deputado foi taxativo ao dizer que a formação da força necessária para a manutenção da ordem pública era a primeira questão a ser proposta pelo corpo legislativo. E, em “matéria tão importante”, o dinheiro era “uma questão secundária”, devendo ser votado o orçamento “que fosse necessário para o custeio da força policial”. Mas suas palavras se perderam no vazio, não produziram nenhum efeito prático.

Em 1859, como ressaltamos acima, quando a mesma Assembleia Legislativa de Pernambuco votou pela redução

do efetivo do Corpo de Polícia, para favorecer outras rubricas orçamentárias, o presidente reconheceu a escassez dos recursos financeiros da província, mas fez questão de lembrar aos deputados que se os recursos existentes fossem “bem distribuídos e empregados” elas chegariam “para a satisfação de nossas maiores necessidades, entre as quais ocupa o primeiro lugar o melhoramento de segurança pública”. Tudo parecia se resumir ao uso mais racional do dinheiro público e uma melhor definição das prioridades administrativas.

Porém, no geral, ficamos com a impressão de não ser do interesse dos políticos provinciais o reforço do corpo policial, embora eles concordassem que essa era uma condição *sine qua non* para o combate à criminalidade. No entanto, para além das estreitezas orçamentárias, sempre apontadas como fatores impeditivos para o aumento dos efetivos policiais, pensemos em outras explicações. De início, ressaltemos mais uma vez que a crônica escassez de praças não inviabilizava as funções de polícia, pois, os integrantes de outros aparelhos armados, como os das tropas de linha e, principalmente, os da Guarda Nacional, supriam muitas das lacunas deixadas pelo Corpo de Polícia. E até mesmo os cidadãos comuns, os chamados paisanos, que aqui e acolá eram intimados para auxiliar nas rondas noturnas – sob o risco de serem presos caso desobedecessem a essas cívicas convocações.

Graças a esses arranjos, havia um padrão mínimo de policiamento nas vilas e cidades imperiais brasileiras. E a um custo mais baixo, pois eles propiciavam certa economia para os cofres públicos. Conquanto as despesas operacionais, como no caso do transportes de presos ou valores de uma cidade para outra, corressem pelos cofres provinciais, como ditava o Aviso n.º 255 de 22 de outubro de 1851, o trabalho dos guardas nacionais era em grande parte litúrgico, ou seja, eles não auferiam nenhum soldo por até três dias de serviços prestados ao Estado. Somente a partir disso é que eles passavam a receber os mesmos vencimentos dos soldados de linha. Por sua vez, entre os cidadãos comuns, os serviços

prestados eram inteiramente litúrgicos, eles não tinham direito a nenhuma remuneração.

Esse estado de coisas perdurou, pelo menos, até o ano de 1873, quando a Lei nº 2.395, de 10 de setembro de 1873, proibiu a “milícia cidadã” de continuar exercendo funções de polícia. Não foi à toa que, a partir dessa data, os governos provinciais começaram a estruturar melhor seus aparatos policiais – inclusive, criando outros, como ocorreu em Pernambuco, com a criação da Guarda Local (1874) e da Guarda Cívica (1876). Graças a isso, o contingente policial, juntando o Corpo Policial e a Guarda Cívica, passou pela primeira vez dos 1.000 homens – chegando às 1.100 praças em 1888, já no lusco-fusco do império.

O mesmo não aconteceu na Paraíba. Em 1874, seu contingente policial era de apenas 317 homens. Quatro anos depois, baixou para 200 soldados. Em 1881, além de permanecer nesse patamar, o presidente reclamava que o “armamento existente, além de incompleto, [achava-se] em péssimo estado, sendo que por isso as praças [estavam] quase desarmadas, com grande detrimento para o serviço público e a disciplina militar”. Em 1888, o efetivo completo era de 250 soldados. Como resultado, os presidentes paraibanos, agora sem o auxílio da Guarda Nacional, continuaram recorrendo às tropas de linha para suprir a ausência de força policial em muitas localidades da província – notadamente, as sertanejas.

Em suma, acreditamos que a não-ampliação dos efetivos do corpo policial possuía uma motivação mais política que financeira. O Corpo de Polícia, embora sua estrutura fosse definida pela Assembleia Legislativa, ficava operacionalmente subordinado ao presidente da província – um representante direto do imperador. E, muitas vezes, um estranho – que, nas palavras de Richard Graham, servia, principalmente, “para vencer eleições”. Por isso, as suas requisições de aumento do corpo policial eram, invariavelmente, vistas com desconfiança pelos deputados. Afinal, e nisso eles tinham certa razão, esses pedidos podiam ser apenas uma estratégia dos

presidentes para alistar “mais baionetas” e garantir a vitória eleitoral do seu partido. Não reforçar o Corpo de Polícia, portanto, podia ser uma forma de se evitar a ampliação do poder coercitivo dos presidentes e, por extensão, da sua capacidade de interferir nas intrincadas e ferrenhas disputas eleitorais.

Bibliografia

- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- COTTA, Francis Albert. *Matrizes do sistema policial brasileiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CAPÍTULO 11

História indígena e do indigenismo

Soraia Sales Dornelles
(coordenadora)

11.1. Os indígenas e a escravidão nos escritos de Francisco de Paula Ribeiro: política indigenista joanina e a integração econômica do Norte-Centro

Soraia Sales Dornelles
(Universidade Federal do Maranhão)

O objetivo desse ensaio é dar visibilidade aos indígenas no processo de expansão colonial no sentido norte-centro, destacando o processo de escravização ao qual estavam submetidos, negócio este que conectava a região fronteira entre as capitanias do Maranhão e Goiás ao porto de Belém no início do século XIX.

A carta régia de 12 de março de 1798 solicitava ao governador e capitão-geral do Maranhão, Dom Fernando Antônio Noronha, o estabelecimento de um plano de navegação dos rios Tocantins e Araguaia. Até aquele momento, as conexões entre o Maranhão e Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e o Rio de Janeiro eram realizadas através do caminho terrestre que, obrigatoriamente, passava pelo Piauí. A medida visava encurtar as distâncias em quase pela

metade, mas também fazia parte das expectativas da Coroa quanto à conexão do Mato Grosso e Goiás com o Pará. Aqueles sertões eram tidos como desconhecidos e de domínio de temíveis gentios. Às margens do Tocantins e do afluente Manuel Alves Grande, contudo, havia sido estabelecido o povoado de São Pedro de Alcântara, atual Carolina (1810), fundado pelo regatão Francisco José Pinto de Magalhães e por Antônio Moreira da Silva, capitão do mato, conhecido pelas atrocidades cometidas contra os indígenas e por vendê-los como escravos na capitania do Pará.

Foi nesse contexto que, durante os trabalhos da comissão de demarcação de fronteiras entre as capitanias do Maranhão e Goiás no início do século XIX, Francisco de Paula Ribeiro, militar português, entrou em contato com indígenas, pretos livres e moradores de pequenos povoados da região limítrofe entre o Maranhão e Goiás. Através do *Roteiro da viagem que fez o major Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras das capitanias do Maranhão e da de Goiás* (1815) e outros documentos produzidos no período é possível perceber como os sujeitos e coletividades indígenas se inseriram ou não nos processos de povoamento e integração econômica, entendidos pela colonização portuguesa na região de fronteira em construção, entre o Maranhão e Goiás, no início do século XIX.

Política indigenista no final do século XVIII

A expedição iniciou no porto da cidade de São Luís em 23 de fevereiro de 1815 em direção à vila de Caxias através do curso do rio Itapecuru. De lá seguiu para o lugar de Pastos Bons e daí até o lugar de São Pedro de Alcântara, na fronteira oriental maranhense. No total foram 288,5 léguas realizadas em 91 dias. A presença de indígenas é notória em todo o percurso e destaca-se na narrativa. O autor localiza geograficamente os diversos pontos da capitania em que os territórios encontravam-se povoados por nações gentias, que em suas

palavras, “eram infinitas”. Vastos territórios do centro-sudoeste do Maranhão eram ocupados por populações classificadas etnicamente como Gamela (Pindaré e Itapecuru) e Timbira (baixo Mearim).

No documento, Francisco de Paula Ribeiro rememora conflitos entre diversos povos e os moradores de Caxias e Pastos Bons. Durante a primeira metade do século XVIII, as fronteiras entre as capitanias do Maranhão e Piauí foram espaço de muitas guerras entre luso-brasileiros e indígenas. Elas foram parte do processo de expansão colonial na região e produziram modificações que tanto desestruturavam formas anteriores, nativas, de ocupação e territorialização quanto criavam novas espacialidades. Havia, assim, relação entre as guerras e a posterior distribuição de cartas de sesmarias entre os moradores, reforçando a estratégia de conquista e ocupação portuguesa (ROLAND, 2021; MELO, 2017; APOLINÁRIO, 2013).

Contudo, o estabelecimento de missões e povoados compostos por população indígena também constituiu estratégia de ocupação territorial pela Coroa naquele espaço, visando a incorporação de índios aliados ou pacificados. É o caso da fundação de Aldeias Altas em 1741 e da missão da aldeia de Guanaré (Gueguê) em 1743 na região de Pastos Bons, ambas pela ação jesuíta. Na primeira, havia dois estabelecimentos: a aldeia dos índios e um colégio seminário. Este permaneceu sob a administração jesuíta até 1760, recebendo interessados na instrução do Itapecuru, Piauí e Goiás (LEITE, 1945, p. 153-155).

Na segunda metade do século XVIII, Portugal promoveu um grande esforço para promover a reorganização administrativa do império, com objetivos que passavam pela garantia da soberania dos territórios no ultramar e sua efetiva exploração econômica. Com a assinatura do Tratado de Madrid (1750), a demarcação de fronteiras tornou-se prioridade, fato que colocou a região norte da América no centro das ações reformadoras portuguesas. Central nessa mudança foi

a publicação do Diretório dos Índios (1757), política indigenista concebida a partir das experiências amazônicas e estendida para o Estado do Brasil em 1758. O diretório pombalino (1757-1798) transformou antigos aldeamentos missionários em vilas e lugares, e previa a incorporação das populações originárias através do trabalho assalariado, de sua participação na governança e comércio das vilas e por meio de uma reforma cultural baseada no cristianismo. Essas transformações ocorreriam sob a tutela dos diretores, administradores leigos nomeados pelo governador e capitão-geral do Estado (DORNELLES, 2021, MOREIRA, 2017).

Na região em destaque, a aldeia indígena de Aldeias Altas, por exemplo, foi convertida no Lugar de Trizidela (1758), elevada em 1812 à categoria de vila, passando a chamar-se Caxias. Assim, no *Relato*, é possível identificar a presença de “índios ou mulatos libertos” que trabalham como assalariados varejando ou remando embarcações nas vilas e povoados em todo o percurso. Indígenas participavam também das expedições militares exploratórias ou de guerra, muito provavelmente, recrutados nas vilas e lugares indígenas. Importante destacar que nas primeiras décadas do século XIX, a maior parte das vilas, freguesias e lugares do Maranhão ainda eram identificados como sendo compostas por maioria indígena (DORNELLES, 2021).

Esta política esteve em vigor até 12 de maio de 1798, quando foi deliberada a extinção do Diretório dos Índios através de carta régia destinada ao governador do Pará, Dom Francisco de Souza Coutinho (RIHGB, 1857, p.433-445). Nela, a Coroa estabelecia que os índios avilados, que já viviam “promiscuamente” com os demais súditos, ficassem sem diferença de direitos e obrigações com os demais vassallos livres, “dirigidos e governados pelas mesmas leis”, abolindo o cargo de diretor de índios. Contudo, o propósito civilizacional para eles era mantido, através da formação de corpos de milícias, comandados por oficiais e principais das povoações “indistintamente com os moradores brancos”,

que deveriam suprir as necessidades de trabalhadores para os mais diversos serviços. As novas diretrizes tinham como objetivo o aumento do número de fiéis daqueles indígenas ainda fora do domínio colonial. A civilização dos índios deveria alcançar o “ponto de se confundirem às duas castas de índios e brancos em um só de vassalos úteis ao Estado e filhos da Igreja”. Assim, embora extinguisse o Diretório, reabilitava a política de estímulo de casamentos entre índios e brancos por meio da concessão de incentivos — isenção de todos os serviços públicos para o contraente e seus parentes próximos por um número de anos a ser estabelecido. O documento instruía que para alcançar o fim de incorporar os “índios embrenhados nos matos” era imperioso romper com o sistema de conquista e sujeição. A autoridade máxima colonial proibia, sob ameaça de penas severas, a guerra ofensiva ou qualquer categoria de hostilidade, mesmo o estímulo indireto em conflitos entre os nativos ou o resgate. O documento indicava a adoção de relações amistosas e oferta de dádivas (presentes) para estabelecer alianças.

Na mesma data da revogação do Diretório, emitiu-se uma série de correspondências aos governadores do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Goiás e Mato Grosso, nas quais, conforme Rita de Heloísa Almeida (2002, p. 175-176), estabelecia um projeto econômico e geopolítico que previa ações de reconhecimento e ocupação do território que hoje corresponde à Amazônia Legal, através do estímulo à navegação fluvial, povoamento e comércio conectado aos portos e, por sua vez, ao mercado europeu. “Essas cartas régias, sendo assinadas no mesmo dia e destinadas às mesmas partes, evidenciam uma inter-relação das ações praticadas com os índios, inserindo a questão indígena nos projetos econômicos” (ALMEIDA, 2020, p. 176). A política indigenista servia como preparatória para o ambicioso projeto econômico amazônico.

Francisco de Paula Ribeiro e as cartas régias no século XIX

Entre 1815 e 1816, Ribeiro e sua comitiva passaram três meses na povoação de São Pedro de Alcântara, constituída por algumas cabanas de palha. Conforme relatou, conviveram com os Caraús (parcialidade timbira) cotidianamente, que os visitavam em comitivas de até 400 indivíduos. A experiência entre os indígenas nas fronteiras entre Goiás e o Maranhão revelam como os efeitos da “escola severa”, como destacou Vânia Moreira (2017), foram vividos naqueles sertões e produziram novo fôlego à escravização de indígenas.

Relata Ribeiro que ao chegar à São Pedro de Alcântara, encontrou um pequeno destacamento, liderado pelo “capitão Torquato Urgel de tal” (RIBEIRO, 2007, p.74) enviado por Goiás e apoiado financeiramente pelo próprio rei cujo objetivo seria iniciar a instrução e catequização dos Caraús. O que Paula Ribeiro observou foi que o principal objetivo do destacamento era, na verdade, organizar expedições de guerra contra diversas “nações selvagens comarcãs”. Em suas palavras, o objetivo era claramente escravista:

“(…) não é o interesse de cultivar novas terras, nem o de defender as cultivadas, o primeiro fim que tem feito armar contra os desgraçados índios desta capitania; porém sim o da ambição de lhes escravizar os filhos, nunca para os educar, nem para os empregar utilmente em seus serviços durante o tempo que nas circunstâncias acima a lei prescreve, ou deles formar homens pretendidos; mas para os vender em público mercado na qualidade de uma escravidão perpétua, como tantas vezes já tem acontecido” (Ribeiro, p.127).

Paula Ribeiro se referia às cartas régias de 13 de maio

de 1808 expedidas à capitania de Minas Gerais, a de 5 de novembro de 1808 a São Paulo e as de 5 de setembro de 1811 e 11 de agosto de 1813 à capitania de Goiás. Para nosso interlocutor, o “espírito” das leis seria o de promover a povoação e a cultura das terras, mas, sobretudo, tornar os indígenas úteis a si e “a prosperidade dos estados do Brasil” (Ribeiro, p.126). Ele reconhecia que a violência poderia sim ser uma forma de atingir tal objetivo, entretanto, somente quando “os temos da candura e suavidade” estivessem esgotados. Do mesmo modo, entendia o tempo de serviço dos indígenas como forma de conduzi-los ao entendimento dos benefícios da civilização, o abuso desse tempo era para ele inadmissível.

A carta régia de 13 de maio de 1808 declarava guerra ofensiva contra os indígenas classificados como Botocudos. A medida buscava atender aos clamores provenientes das capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo sobre as invasões que os indígenas considerados bravos promoviam nas margens do rio Doce e afluentes. Conforme informavam, os indígenas devastavam fazendas e tinham obrigado muitos proprietários a abandonar os estabelecimentos, atacavam também aos “índios mansos”, gerando grandes prejuízos aos indivíduos e à real Coroa. O documento também indicava a prática da antropofagia entre os indígenas como prova de seu “barbarismo”. Na visão do Estado colonial afirmada pela pena do príncipe regente já em solo americano, as populações indígenas haviam sempre sido convidadas a serem partícipes na sociedade através de meios humanos (leia-se, sistema de aldeamentos). A guerra declarada naquele momento era justa por haver um entendimento que os meios suaves haviam sido esgotados. Através da guerra ofensiva, os índios sujeitariam-se às leis e se tornariam vassalos úteis. Os prisioneiros de guerra seriam entregues ao comandante por 10 anos “e todo o mais tempo em que durar a sua ferocidade”, podendo empregar esses sujeitos no serviço particular, “mesmo em ferros”. Aos comandantes das expedições ou bandeiras, era previsto que recebessem um aumento de soldo caso provas-

sem ter realizado um bom serviço após o primeiro ano, ou seja, que em seus distritos não ocorressem ataques de índios bravos resultando em mortes de portugueses.

Mas o documento também apresentava outros interesses da Coroa com a medida na região: a navegação do rio Doce e o povoamento de suas margens. O documento é claro em afirmar que aqueles territórios encontravam-se “infestados pelos Índios Botocudos”. A estratégia consistia em atribuir uma série de privilégios aos moradores que ali se estabelecessem: concedia isenção de dízimos por 10 anos; o mesmo prazo era concedido para a livre importação e exportação de gêneros; moratória de dívidas com a Fazenda Real por 6 anos; concessão de sesmarias nas novas áreas liberadas e daquele momento em diante consideradas devolutas.

Desse modo, a política indigenista presente na carta de 13 de maio de 1808 e estendida aos “bugres” de São Paulo (carta régia de 5 de novembro de 1808) não pode ser compreendida apenas como um “arcaísmo”, mas como parte de um projeto de reestruturação da monarquia portuguesa nos trópicos onde destaca-se a expansão de fronteiras econômicas e a “reorganização do abastecimento comercial da corte implantada no Rio de Janeiro e de integração econômica do Centro-Sul” (MOREIRA, 2017, p. 34). A carta régia de 05 de setembro de 1811 dirigida à capitania de Goiás demonstra como as políticas indigenistas estiveram também alinhadas aos interesses de integração econômica do centro-norte da colônia.

A relação entre a política indigenista joanina e a integração econômica do centro-norte

Dom João VI instruiu o governador da capitania de Goiás, que havia remetido pouco tempo antes uma “memória sobre os obstáculos que existem para o aumento e prosperidade do comércio” entre Goiás e o Pará. Pautado na memória, a qual não tivemos acesso, o príncipe regente

aprovou a criação de uma Sociedade de Comércio entre as duas capitanias tendo por finalidade facilitar a navegação e comunicação entre ambas. A limpeza dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão passava não só por obras hidráulicas, mas centralmente para “impedir que as nações gentias continuem a cometer os insultos e depredações que infelizmente ainda fazem em algumas paragens”. Para tanto, tornava “franqueadas as mesmas graças e privilégios” que havia concedido a mineiros e paulistas. Ou seja, isenção de dízimos sobre suas culturas, livre circulação de mercadorias, moratória aos devedores e usufruto do tempo de serviço dos indígenas capturados em guerras justas.

O que Francisco de Paula Ribeiro testemunhou foi como o negócio da comercialização de escravos indígenas foi potencializado e, ao mesmo tempo, estimulou o fortalecimento de rotas comerciais entre o centro e o norte da colônia. Expedições organizadas nas fronteiras entre o Maranhão e Goiás, alimentavam o comércio de escravos indígenas da região, como na vila de Caxias, mas também nas capitais do Pará e do Maranhão, ou mesmo o Piauí. Ribeiro aponta diversas nações indígenas habitando as margens dos rios Tocantins, Araguaia e Grajaú, destacando relações conflituosas entre elas que favoreciam a captura de cativos através da troca dos mesmos por mercadorias. Ribeiro revela ainda um sistema de tráfico ilegal de escravos na região que remonta ao período anterior às Cartas do século XIX, quando, conforme a revogação do Diretório em 1798, era terminantemente proibido.

Segundo seus relatos, houve diversos episódios em que grupos indígenas procuram estabelecer relações pacíficas, se apresentando voluntariamente ou atendendo a chamados dos próprios moradores, mas foram enganados ou traídos, sendo atacados e convertidos em escravos (RIBEIRO, 2007, p. 240).

Entre junho e julho de 1815, contudo, estavam dispostos aos termos da aproximação com a Coroa portuguesa, que segundo Ribeiro se tratava de “protestações de amizade e os

prometimentos de um bom agasalho para as suas famílias, de ferramentas para as suas culturas, de serem honrados e tidos como homens livres por uma igual sociedade entre nós, e finalmente uma inviolável aliança, ainda mesmo contra outros índios comarcões que fossem seus perseguidores (...)” (RIBEIRO, 2007, p.97). Ribeiro reafirma sua interpretação quanto ao desejo central do monarca: as cartas régias tinham como objetivo principal “a redução de todos os seus vassallos índios do Brasil”. Ao efetivarem o descimento à vila de Caxias, foram atacados e aprisionados, “chegando a serem vendidos ou arrematados em hasta pública na mesma vila de Caxias!”. Conforme nossa fonte, foram levados para as fazendas do distrito para o trabalho nos escaraçadores de algodão, “aonde, amarrados como galés ao banco e ao remo, foram asperamente seus corpos fustigados para adiantar as tarefas do serviço que se lhes consignava, padecendo no entanto insuportáveis fomes! Foi, em uma palavra, este o passo em que os escandalizados índios acabaram de conhecer o quanto lhes não convinha a nossa aliança, e no qual talvez eles nos esperavam para lançar-nos em rosto, como lançaram, o extravagante da nossa hospitalidade, dizendo talvez entre si o resto que se salvou, que foi a maior parte: ‘Eis ali os homens ilustrados mais do que nós, que se propunham a dar-nos lições de civilização e de humanidade! Eis ali o seu modo de pensar, a sua boa-fé, a sua moral! E chamam-nos a nós bárbaros selvagens’”.

Considerações Finais

Poder-se-ia entender os objetivos das cartas régias Joaninas como complexos econômicos, pois congregavam projetos de incorporação de territórios não dominados de fato através das guerras contra os povos inimigos, aniquilava ou subjugava pelo sistema de escravidão os sobreviventes, promovia navegação e comércio nessas áreas, atraía colonos com incentivos fiscais e sociais (terra e trabalho). Importante

observar que o comércio de indígenas também movimentava essa economia. Como observado há muito por John Monteiro, o aprisionamento de indígenas em novas áreas de conquistas coloniais possibilitou, muitas vezes, o acúmulo de capital inicial para muitas fortunas e empreendimentos em outros setores da vida econômica colonial (MONTEIRO, 1994).

A predominância historiográfica produzida a partir de uma perspectiva centrada no Sudeste produziu uma desvinculação narrativa sobre a leitura das políticas indigenistas Joaninas. Ou seja, ao focar nas cartas régias emitidas para Minas Gerais e São Paulo, desatrelou sua compreensão do eixo centro-norte do qual emergiu. O fim do Diretório, ou seja, a política indigenista da Coroa, e a política de navegação, comunicação e povoamento implementada em 1798 estavam contidas no novo conjunto normativo estabelecido pelo príncipe regente a partir de 1808, modificando, contudo, a postura “branda” para uma “ofensiva” no que dizia respeito à população indígena independente, permitindo, inclusive, sua escravização.

Bibliografia

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. A Carta Régia de 12 de maio de 1798 e outros documentos sobre os índios no Códice 807. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, 163 (416): p. 171-180, jul./set. 2002.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Povos Timbira, territorialização e a construção de práticas políticas nos cenários coloniais. *Revista de História* (São Paulo), n. 168, p. 244-270, jan./jun. 2013.
- DORNELLES, Soraia Sales. Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. *Saeculum – Revista de História* (João Pessoa), v. 26, n. 44, p. 308-327, jan./jun. 2021. DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.58882
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugal; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945, v. III.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas Guerras. Índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- RIBEIRO, Francisco de Paula. “Roteiro da viagem que fez o major Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras das capitanias do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima” [1815]. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2007, p. 67-129.
- RIBEIRO, Francisco de Paula. “Memória sobre as nações gen-

- tias que presentemente habitam o continente do Maranhão” [1819]. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2007, p. 203-245.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. “Carta Régia ao Capitão-General do Pará acerca da emancipação e civilização dos índios; e resposta do mesmo acerca da sua execução”. Rio de Janeiro, tomo XX, 1857, p. 433-460.
- ROLAND, Samir Lola. *Sesmeiros, posseiros e indígenas: a conquista e a ocupação no Vale do Parnaíba (séculos XVII e XVIII)*. Curitiba: CRV, 2021.

11.2. Nem Camarão nem Algodão, a família Sousa e Castro: apropriação indígena de elementos da cultura política do Antigo Regime nas capitanias do Norte – século XVIII

**Lígio de Oliveira Maia
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)**

Introdução

Ao longo da história colonial, algumas lideranças indígenas não apenas conquistaram mercês da Coroa portuguesa, mas também conseguiram estender sua influência à família, construindo uma espécie de grupo de privilegiados na América portuguesa. O exemplo mais nodal, neste sentido, é do principal Araribóia, batizado com o nome cristão de Martim Afonso de Souza. Aliado de primeira hora de Mem de Sá, essa liderança com sua força militar tivera um papel destacado na conquista do Rio de Janeiro, ocupando o posto de capitão-mor da aldeia de São Lourenço, baluarte da recém-criada cidade, sendo agraciado com o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Se a valorização das lideranças indígenas fazia parte da política da Coroa para cumprir seus objetivos, particularmente nos primeiros séculos de colonização, pelo menos até o final do século XVIII, os capitães-mores de São Lourenço embasavam suas petições pela referência direta de seu ascendente mais ilustre, isto é, eles faziam parte da família Souza (ALMEIDA, 2006).

Para a região da capitania-geral de Pernambuco é também bastante conhecida a formação da família Camarão. Provido no posto de capitão-mor dos índios Potiguara, agraciado como cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo e detentor do brasão das armas, Antônio Filipe Camarão é uma personagem indígena colonial das mais valorizadas, considerada como um dos heróis da restauração pernambucana contra os holandeses (1630-1654). Tendo a vida ceifada

um mês depois da famosa primeira batalha dos Guararapes (19/04/1648), o posto de capitão-mor dos índios foi entregue a seu primo, Dom Diogo Pinheiro Camarão. Desde então, o terço dos índios de Camarão constituía-se em uma milícia de índios guerreiros a serviço da Coroa. As lideranças que se sucederam no comando desses índios dão bem o tom do parentesco entre elas: Dom Francisco Pinheiro Camarão, Dom Diogo Pinheiro Camarão, Sebastião Pinheiro Camarão e Antônio Domingos Camarão (MELLO, 1954).

Na capitania do Ceará, outra liderança conseguiu garantir à sua família, a partir de sua aliança com os portugueses, uma continuidade de posse nos cargos da aldeia. O principal João Algodão, o primeiro de uma linhagem de chefias potiguaras diretamente ligadas às aldeias de Parangaba e Pau-pina, também se dizia descendente de índios que lutaram na restauração pernambucana. No século XVIII, alguns de seus parentes se revezaram na liderança, entre eles, José Soares Algodão, em 1705; Sebastião Soares Algodão, em 1739; seguido por João Soares Algodão que, em 1759, com a política pombalina e ereção da nova vila Real de Arronches ficou como juiz ordinário (MAIA, 2010, p. 99).

Família indígena Sousa e Castro

Em Vila Viçosa Real, a formação de um grupo de índios privilegiados esteve embasada na função militar de suas ocupações que eram regidas pelos laços de parentesco, sendo a família um dado fundamental na concessão de mercês e reconhecimento ao prêmio que se recebia do monarca. Por isso, em 1759, o capitão-mor da vila escolhido foi Dom José de Sousa e Castro, irmão do mestre de campo Dom Felipe de Sousa e Castro, filhos de Dom Jacob de Sousa e Castro. Ao que parece, a família Sousa e Castro manteve ao longo de várias décadas uma relação exterior a aldeia que lhe conferiu reconhecimento das autoridades coloniais e da própria Coroa portuguesa; mas também de seus liderados, pois de outra

forma não teria ela poder de barganha nem poderia se manter nos sucessivos cargos de liderança.

Mas afinal, quem eram os índios da família Sousa e Castro?

Sabe-se que Dom Jacob de Sousa e Castro ostentava o título de “governador dos índios” de Ibiapaba e que havia passado a Lisboa, em 1720, com a petição de não deixar sua aldeia ser transferida para o Piauí. Vale mencionar que, deste episódio esquecido na historiografia colonial – com dezenas de documentos das mais distintas autoridades do Ceará, Piauí e do reino, a presença e a argumentação desta liderança foram fundamentais para a decisão favorável aos índios de ninguém menos que o duque de Cadaval, proeminente figura política, membro do Conselho Ultramarino (MAIA, 2010, p. 200-210). Mas ele não foi o primeiro índio a cruzar o oceano. No final da década de 1650, junto com o padre Antônio Vieira, outra liderança, talvez ascendente daquela também fora recebida na corte: Dom Jorge da Silva, filho do principal mais antigo, foi a liderança escolhida para passar “ao reino, a beijar a mão a sua majestade em nome de todos” (MAIA, 2010, p. 284). Dele não se tem mais notícia, mas com certeza retornou com o visitador jesuíta, pois era a garantia da aliança dos índios de Ibiapaba com os portugueses.

O primeiro registro nos documentos coloniais referente a Dom Jacob de Sousa e Castro é feito pelo padre Ascenso Gago, em 1701, ao mencionar a fundação da aldeia de Ibiapaba, quando cada um dos três principais seguiu com “seus vassalos” para partes distintas da quadra da aldeia (MAIA, 2010, p. 284). Seu nome cristão já denotava uma mudança importante quanto a sua posição na nova ordem colonialista, reconhecida então com a presença dos missionários.

O cronista colonial e sacerdote da Ordem de São Bento, Domingos do Loreto Couto, membro da Academia dos Renascidos (1759), cuja finalidade era escrever a história brasílica a partir de documentos manuscritos, faz referência aos nomes de quatro lideranças indígenas que viveram no Ceará, entre elas, três tabajaras de Ibiapaba: Dom José de Sousa e

Castro, Dom Felipe de Sousa e Castro e Dom Sebastião Sarai-
va. Do primeiro afirmava o seguinte:

D. José de Sousa e Castro, cavaleiro da Or-
dem de Santiago, Governador da Serra de
Ibiapaba, nasceu entre os índios Tupis com
distinta nobreza, herdando de seus maiores
com o sangue o valor e lealdade. Frondosas
palmas e louros colheu o seu invencível bra-
ço dos rebeldes Potiguares e outros Gen-
tios. Para vingar as hostilidades causadas
pelas formidáveis armas de tantos bárbaros
correu triunfante desde o Ceará até o Ma-
ranhão, e rendeu menos a violência do fer-
ro que ao respeito de seu nome as nações
contrárias obrigando-as a que rendidas e
obsequiosas o buscassem para Tutelar das
suas aldeias. Constando ao Fidelíssimo Rei
D. João V o valor, zelo e lealdade, com que o
servia este insigne índio, lhe fez várias merc-
ês, que seriam maiores se a morte o não
arrebatarea intempestivamente no ano de
1730²⁵⁶.

Se nosso beneditino estiver correto, Dom José de Sousa
e Castro teria recebido a nomeação de “governador dos ín-
dios” de Ibiapaba depois da morte, em 1720, de Dom Jacob
de Sousa e Castro. E se morrera mesmo em 1730, então o
principal que foi escolhido como capitão-mor de Viçosa Real
era seu homônimo. Em qualquer dos casos, permanece um
possível vínculo familiar entre as lideranças mencionadas.

Quanto a Dom Felipe de Sousa e Castro diz o autor de
Desagravos do Brasil:

D. Filipe de Sousa e Castro, cavaleiro da Or-
dem de Santiago, nasceu na famosa Serra de

²⁵⁶ COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Per-
nambuco*. Ed. Fac.-sim. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife,
1981 [1757], p. 470-472.

Ibiapaba, e teve por pai o dito D. José de Sousa e Castro. Foi educado na Campanha, em cuja marcial palestra anelando unicamente ser êmulo de seu pai, mostrou que o valor para ser heroico não depende da dilação do tempo. Não foi inferior à glória que então conseguiu o seu braço em várias expedições, nem a que alcança agora em todas as ocasiões, que se oferecem do serviço d'el-Rei, em que sempre tem a maior parte o valor que a cobiça. É mestre-de-campo do Terço, que existe na dita serra, e em seus robustos ombros sustenta toda aquela dilatada província incontrastável a violentas invasões (Idem).

De acordo com alguns documentos já mencionados, Dom Felipe era filho de Dom Jacob de Sousa e Castro, acompanhando-o a Lisboa, em 1720.

Sobre o último dos três principais, diz o autor:

D. Sebastião Saraiva, cavaleiro da Ordem de Santiago, parente muito chegado dos ditos D. José e D. Filipe de Sousa. Não sendo os dotes do espírito inferior aos seus maiores não o tem sido no exercício das virtudes militares e políticas, merecendo pela sua singular capacidade e insignes merecimentos que el-Rei D. João V o nomeasse capitão-mor da dilatada e opulenta serra da Ibiapaba. Ao ardor militar excede o pio e católico, que lhe inflama o coração, sendo ao mesmo tempo capitão e catequista, igualmente vigilante em aumentar o Estado para seu Príncipe, como em estender o Império para Cristo (Ibidem).

O filho desta liderança, Sebastião Saraiva Coutinho, numa petição de terras, aliás, com despacho favorável, men-

cionou que o pai, Dom Sebastião Saraiva morrera “no serviço real” durante uma guerra movida contra os índios hostis da região. Ainda que o filho não fosse um oficial militar, embora se apresentasse como “principal de sua gente”²⁵⁷, é inegável que sua ascendência familiar foi um aspecto fundamental para o recebimento dessa mercê da parte da Coroa portuguesa.

A indicação de Loreto Couto, aqui, justifica-se de duas maneiras. A primeira diz respeito ao que se sabia das lideranças indígenas de Ibiapaba, em 1757, data de conclusão de sua obra. E, em segundo lugar, sua intenção, como membro da segunda academia brasílica e no contexto das Luzes setecentistas era escrever com maior rigor possível uma história sem qualquer vinculação a “notícias mal comprovadas”. Acusação essa que ele impeliu aos autores que não compreendiam o valor guerreiro dos índios e nem “a nobilitação dos vassalos de ascendência indígena” (KANTOR, 2006, p. 71-80). Neste aspecto, seu texto é semelhante a outro documento, de autoria anônima, intitulado *Índios famosos em armas que neste Estado do Brasil concorreram para a sua conquista temporal e espiritual* (1758). Com uma lista de pouco mais de duas dezenas de nomes, entre eles, Antônio Felipe Camarão, Araribóia, Pau Seco, Tibiriçá, Piragibe e outros, seu objetivo era apontar os índios valorosos que contribuíram para a glória do império português na colônia brasílica²⁵⁸.

Por outra via, analisando a lista nominal do terço dos índios de Viçosa Real (1770-1772) também é possível rastrear uma aproximação familiar entre os chefes de companhias militares. Dos dezenove oficiais listados, nada menos que cinco faziam parte da família Sousa e Castro e, detalhe,

²⁵⁷ Datas de Sesmarias do Ceará, vol. 11, nº1. 30/11/1721. Arquivo Público do Estado do Ceará-APEC.

²⁵⁸ Consta na lista outro tabajara de nome Francisco que havia levado as cartas do padre Vieira às Serras de Ibiapaba no século XVII. Cf. *Índios famosos em armas, que neste Estado do Brasil concorreram para a sua conquista temporal e espiritual*. Instituto de Estudos Brasileiros. Instituto de Estudos Brasileiros-IEB/Universidade de São Paulo-USP, cód. 5.6, A8.

ostentavam os mais altos postos da ordenança: o mestre de campo, Dom Felipe de Sousa e Castro; o capitão-mor da vila, Dom José de Sousa e Castro; o sargento-mor, Manuel de Sousa e Castro; um capitão chamado Dom João de Sousa e Castro e, finalmente, outro capitão de nome Dom Jacob de Sousa e Castro, um homônimo do “governador dos índios”, falecido em 1720. E se fosse feita uma comparação por etnia e família nominal, eles representariam nada menos que um terço da força militar dos índios tabajaras²⁵⁹.

Quanto a essa multiplicação do termo “dom” que antecipava seus nomes pouco pode ser auferido. Talvez, essa titulação viesse junto com o nome retirado dos pais e parentes valorizados pela Coroa e apropriado pelos índios como uma espécie de extensão adjetivada. Essa parece ser a conclusão mais verossímil, pois não se encontrou documentos sobre tais concessões referentes à segunda metade do século XVIII, com exceção apenas da carta patente do capitão-mor dos índios, Dom José de Sousa e Castro, passada pelo governador de Pernambuco, em 1760, e confirmada pela rainha regente mais de vinte anos depois²⁶⁰.

Em Vila Viçosa Real, outra parentela importante era a família Vasconcelos que, possivelmente, tenha surgido de uma separação de lideranças com a família Sousa e Castro. Isso porque Dom Jacob de Sousa e Castro era tio de Dom José de Vasconcelos que, por sua vez, era filho de Dom Balthazar de Vasconcelos, portanto, Dom Jacob de Sousa e Castro e Dom Balthazar de Vasconcelos eram irmãos²⁶¹. Outro membro desta família, João da Costa Vasconcelos ocupava o posto

²⁵⁹ Lista elaborada a partir da Coleção Freire Alemão. Fundação Biblioteca Nacional-BNRJ, I-28, 9, 13, f. 10.

²⁶⁰ Requerimento de D. José de Sousa e Castro à rainha D. Maria I, pedindo confirmação da patente de capitão-mor da nação Tabajara de Vila Viçosa Real. Ant. 12/09/1782. Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Documentos Avulsos do Ceará, cx. 9, doc. 584, anexo.

²⁶¹ Cf. Parecer do padre João Guedes, da Companhia de Jesus e missionário do Brasil, sobre a petição do mestre-de-campo Bernardo de Carvalho e Aguiar. S.l.n.d [1719?]. In: RAU, 1958, p. 394-400; Datas de Sesmarias do Ceará, vol. 6, nº477. 26/08/1720. APEC.

de major, na mesma lista do terço dos índios mencionada. Quanto a esta liderança há um episódio bastante esclarecedor quanto às defecções entre as chefias indígenas.

O vigário interino de Viçosa Real havia conseguido autorização do prelado de Pernambuco para a construção de uma capela no sítio de Ibiapina, distante dez a doze léguas do centro da vila. O governador interferiu logo nos planos do vigário, avisando ao bispo que, com o início das obras, estava havendo uma saída extraordinária dos índios vilados, assim, “a fim de acautelar o dano que temo e o desamparo, ou deserção que foram desta vila quase todos”, mandava que parassem a construção, “por não terem no dito sítio quem os constranja ao trabalho, e acautele os dízimos”²⁶². O bispo então mandou suspender o trabalho das obras.

Ora, a organização do trabalho dos índios cabia ao capitão-mor auxiliado diretamente pelo mestre de campo, cargos ocupados pela família Sousa e Castro. Os índios que apoiavam a construção da capela em outro sítio, portanto, que estavam ao lado do vigário – contra o diretor e as determinações do governador – eram da família Vasconcelos, liderados pelo major João da Costa Vasconcelos. As intrigas entre as autoridades locais serviram assim como um pretexto para os distintos grupos familiares indígenas trazerem à tona uma latência de rivalidades já existente.

Se claro está que havia uma disputa entre o vigário e o diretor, também está claro que havia uma disputa entre os grupos de índios vilados. E é o próprio governador – informado pelos seus colaboradores diretos, o diretor e o mestre de campo – que desvenda o interesse dos envolvidos, pois por conta de uma “antiga parcialidade” o grupo de Vasconcelos pretendia “sacudir o jugo da obediência de Dom Felipe, e fazer corpo separado” com o fim de ocupar

²⁶² Carta do governador de Pernambuco, Lobo da Silva, ao diretor da Vila Viçosa Real sobre vários assuntos. 13/12/1761. BNRJ, I-12, 3, 35, f. 96-98.

o posto de seu rival²⁶³.

O major João da Costa era apenas o Vasconcelos da vez, pois esta família e seus ascendentes há muito tempo queriam sacudir o jugo dos Sousa e Castro, apontando uma rivalidade anterior à criação do novo estabelecimento. É bastante revelador quanto à duração dessa rivalidade constatar que, em 1816, outro pedido para a construção de uma capela no mesmo sítio de Ibiapina havia sido requerido ao governador do Ceará, só que desta vez por “Pedro Gonçalo da Costa Vasconcelos e mais índios”²⁶⁴.

É possível que a família Sousa e Castro tenha adentrado o século XIX com a manutenção de sua liderança privilegiada, vista melhor a partir da função militar de alguns de seus membros. Em 1813, era capitão-mor dos índios de Viçosa Real, o Sr. Ignácio de Sousa e Castro. Mesmo não sendo “dom”, pois o documento refere-se a ele como “sr.”, o oficial indígena fez algumas solicitações ao governador do Ceará. A primeira delas dizia respeito à aprovação de uma lista de outros oficiais, seus subordinados e de sua confiança, deferida pelo governador. O outro requerimento consistia no não pagamento dos emolumentos e selos respeitantes aos registros das patentes que deviam ser retiradas da secretaria do governo. Em resposta, disse a maior autoridade do Ceará: “sou a dizer-lhe que uma vez que vm me faça ver Ordem Régia que determine que na secretaria e vedoria se passem e registrem estas patentes de graça assim o ordenarei”²⁶⁵. Na verdade, o capitão-mor dos índios não fazia referência à mencionada autorização régia, simplesmente porque ela inexistia; contudo, a dispensa foi mantida pelo “costume”, pois de acordo

²⁶³ Carta de Lobo da Silva ao diretor de Viçosa sobre ficar sustada a obra da nova igreja. 18/12/1762. BNRJ, I-12, 3, 35, f. 155v-156.

²⁶⁴ Aviso do governador do Ceará Manoel Ignácio de Sampaio ao secretário de Estado e Negócios do Brasil sobre pedido dos índios de Ibiapina para a construção de uma capela. 19/01/1816. ANRJ, IJII – 168, f. 126.

²⁶⁵ Registro de um ofício ao capitão-mor de Vila Viçosa Real aprovando uma proposta. 31/07/1813. APEC. Conjunto CE 1.6, Livro 83, f. 123v-124.

com o governador, mesmo que “não seja fundado em ordem alguma régia, tenho feito conservar por ser a benefício dos pobres índios”²⁶⁶. Neste caso, percebe-se que o capitão-mor dos índios demonstrara sua sutileza no trato das hierarquias em sintonia com o arranjo de algum direito que lhe tocava como oficial militar indígena.

Apenas em 1819 é que os índios de Pernambuco, Paraíba e Ceará serão dispensados oficialmente do pagamento do registro e do selo de suas patentes. O motivo seria, de acordo com o decreto, pela “fidelidade e amor” que os índios dessas capitanias devotaram a pessoa régia ao engrossar as tropas militares contra os “revoltosos que na vila do Recife tinham atentado levantar-se contra a minha Real Soberania e, atacado as autoridades por mim estabelecidas”. Em seu favor, determinava el rei que os índios não apenas não pagassem pelas custas de suas patentes, mas que estivessem dispensados ainda das quotas dos 6% que cabia, pelo Diretório, a cada um dos diretores nas suas respectivas vilas e lugares²⁶⁷.

Por outro lado, há um registro de que pelo menos um dos membros da família Sousa e Castro não se valeu de qualquer patente militar para tentar distinguir-se socialmente, embora sua ascendência tenha mantido o significado que lhe tocava no Antigo Regime. Conta-nos Lopes que, em 1767, o cônego da catedral de Olinda e visitador da diocese, Manoel Garcia Velho do Amaral levava dois índios do Rio Grande do Norte para o Seminário olindense para que eles aprendessem latim e iniciassem os estudos eclesiásticos.

²⁶⁶ Carta do governador Manoel Ignácio de Sampaio ao secretário de Estado e Negócios do Brasil, conde de Aguiar, acerca das vilas de índios. 01/04/1814. ANRJ, IJJ9 – 168, f. 6-8v. Vale mencionar que o custo do registro das patentes era também uma queixa recorrente entre os oficiais brancos. Cf. Carta dos oficiais do Ceará reclamando do custo que devem pagar pelas patentes, conforme carta régia de 16 de novembro de 1740. S.d. BNRJ, II-32, 23, 72, f. 14-16.

²⁶⁷ Decreto [cópia] de 1819, premiando os índios do Ceará, Pernambuco e Paraíba, por seu comportamento no atentado de Pernambuco. 25/02/1819. BNRJ, II-30, 32, 005, sem paginação.

A intenção do sacerdote era que esses índios servissem de exemplo aos demais das vilas, destacando suas capacidades na aprendizagem. Um dos índios era Antônio Dias da Fonseca, com 20 anos e da vila de Arez; o outro, da vila de Estremoz, era Antônio Alves da Cunha, moço de 16 anos e sobrinho de Dom Felipe de Sousa e Castro, mestre de campo de Vila Viçosa Real. Na argumentação do cônego em relação ao indeferimento do bispo – que os consideravam neófitos, incapazes do conhecimento teológico – registrado na sentença de habilitação feita às Ordens Menores, constava o seguinte trecho: “filhos de legítimo matrimônio, inteiros, e legítimos índios por seus pais e avós paternos e maternos sem mistura alguma, todos batizados e sempre criados no grêmio da Igreja, sem nunca discreparem na fé e na religião Católica Romana” (*Apud* LOPES, 2005, p. 477).

Portanto, esses índios eram cristãos com ascendência de família católica e sem mistura, quer dizer, sem sangue negro ou judeu. Lembra-nos Boxer que a determinação pombalina de não distinguir os vassalos pela cor, mas pelos seus méritos, teve repercussões diferentes no imenso império português. No Brasil, a partir das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719-1720), “era mais fácil obtê-la se o candidato [a cargo eclesiástico] tivesse algum remoto antepassado ameríndio ou protestante europeu de raça branca do que se lhe corresse nas veias sangue judeu ou negro” (BOXER, 2002, p. 273).

Apesar disso e de outras requisições, os índios nunca foram aceitos no Seminário de Olinda. Ao que parece, a política pombalina em relação aos indistintos vassalos indígenas e não indígenas de sua majestade, passava pelo crivo das determinações de autoridades na América portuguesa. Neste sentido, basta mencionar que, em meados de 1780, dois índios guaranis foram ordenados padres no prestigiado Seminário São José, no Rio de Janeiro; levados das aldeias da capitania do Rio Grande de São Pedro com todas as condições materiais para a realização de seus estudos, inclusive,

vestidos e calçados, forma clara de sua distinção social para sua nova vivência na capital. O objetivo dessa política de valorização dos índios, entre outras razões, passava pela necessidade da Coroa em conseguir religiosos que dominassem a língua daqueles nativos, mas também não menos importante é constatar que essa oportunidade também fora apropriada por eles (GARCIA, 2009).

No caso dos índios solicitantes ao Seminário de Olinda, a recusa de suas ordenações parece estar ligada diretamente ao fato de não ter havido uma necessidade especial da política pombalina como, por exemplo, em relação ao uso da língua, como ocorrera com os padres guaranis; de qualquer forma, o caminho trilhado pelo serviço das armas levava alguns índios e seus descendentes para outras direções, algumas delas, pelo menos para os membros de algumas famílias, para caminhos de certa forma bastante promissores.

Considerações finais

Assim como ocorrera na área amazônica, a escolha dos índios para os cargos vacantes na liderança da antiga aldeia de Ibiapaba (1700-1759) – depois Vila Viçosa Real (1759) – recaía sobre a descendência dos chefes, mas com provisão passada por autoridades coloniais. A função e a distinção familiar respaldada em serviços prestados à Coroa portuguesa estava no âmago da lógica de ascensão social de Antigo Regime cuja relação assimétrica rei/vassalos tinha nos serviços/recompensa uma de suas bases mais profícuas (MAIA 2010).

Os índios de Ibiapaba conseguiram manter, mesmo após o estabelecimento do diretório pombalino (1759), um *continuum* de privilégios que tocava alguns de seus oficiais com função militar, especialmente, àqueles de etnia tabajara que ocupavam os postos mais altos da hierarquia social no novo estabelecimento. De maneira bastante convincente, Lopes (2005, p. 278) conclui que no Rio Grande do Norte essas “nomeações não recaiam sobre aqueles designados como

Principais tradicionais, mas sim naqueles que eram favoráveis às imposições coloniais”. No caso de Viçosa Real é possível constatar que as lideranças “tradicionais” se mantiveram ao longo das décadas justamente porque se adequaram às inovações do Diretório.

Naquele mundo de Antigo Regime, os indígenas de Ibiapaba se apropriaram da cultura política portuguesa, aliando-se às autoridades em momentos distintos ao longo dos séculos XVII e XVIII, trazendo para si uma função social imprescindível na manutenção dos interesses da Coroa naquela região, garantindo a eles uma autonomia relativa frente aos poderes coloniais, em especial a família indígena Sousa e Castro, detentora de cargos e patentes militares de distinção social.

Bibliografia

- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs.) *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 13-27.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- KANTOR, Íris. A disputa da América na historiografia brasileira: D. Domingos Loreto Couto e frei Gaspar da Madre de Deus. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs.) *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 71-80.
- LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2005.
- MAIA, Légio de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial (Século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. *D. Antônio Felipe Camarão, capitão-mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

11.3. Índios da Amazônia, espaço colonial e conexões atlânticas (1615-1798)

Rafael Ale Rocha
(Universidade Federal do Amazonas)

Em 1648, o índio tabajara Antônio da Costa Marapirão estava no reino de Portugal para, segundo um requerimento, solicitar o posto de principal (liderança indígena) de sua “nação” (etnia) tabajara e o título de cavaleiro da Ordem de Cristo, posto e título, vale informar, já ocupado e conquistado pelo pai do chefe tabajara. Chamado a opinar sobre a questão, o governador recém-nomeado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará (do qual a Amazônia portuguesa era parte), Luís de Magalhães, indicou a satisfação do pedido e ainda sugeriu a cessão do comando do aldeamento do Cojupe, localizada na Ilha do Maranhão, ao mesmo índio. Posteriormente aceita pela monarquia, a solicitação era justificada por meio das atuações de Marapirão e seu pai, o antigo principal do aldeamento de Cojupe Marcos da Costa, na chamada restauração do Maranhão, a expulsão dos holandeses desta região (onde se estabeleceram entre 1641 e 1644). Aliás, conforme as fontes portuguesas, o pai de Marapirão foi o primeiro chefe (junto ao pai de um índio chamado Alexandre), a aceitar vassalagem do rei português após a expulsão dos franceses do Maranhão, em 1615.

Entre 1661 e 1662, a partir do Maranhão, Antônio da Costa Marapirão retornaria ao reino para solicitar novas benesses da monarquia. Conforme a documentação portuguesa, aliás, outros líderes indígenas do Estado, durante a segunda metade do século XVII, receberam da monarquia postos e títulos semelhantes, assim como por vezes membros de suas respectivas famílias, o que pode ser explicado pela importância da aliança com os índios nas guerras coloniais e pelas condições da monarquia portuguesa em perspectivas mais globais.

Nesse sentido, por um lado, na Europa o próprio reino de Portugal lutava para se estabelecer, pois, antigo integrante da chamada União Ibérica (1580-1640), lutava por sua independência frente à Espanha (a guerra da restauração de Portugal desdobrou-se entre 1640 e 1668). Por outro lado, o próprio império ultramarino lusitano estava ameaçado, já que parte considerável da região correspondente ao atual Nordeste brasileiro, por exemplo, experimentava a ocupação holandesa, entre 1630 e 1654, e o mesmo ocorreu com o mencionado Estado do Maranhão, durante os anos de 1641 e 1644, e em Angola (África portuguesa), entre 1641 e 1648.

De qualquer forma, as viagens de Marapirão ao reino de Portugal demonstra como, em pleno século XVII, uma liderança indígena poderia transitar por territórios que, hoje, integram estados nacionais distintos. Na verdade, ao leitor menos atento aos perigos do chamado anacronismo, limitar o estudo dos índios da Amazônia colonial portuguesa às atuais fronteiras nacionais inviabilizaria aspectos importantes da vivência e da história dos indígenas. Alguns trajetos, a exemplo de Marapirão, eram transatlânticos, enquanto outros apontavam para distâncias consideráveis na América do Sul, alcançando regiões que, atualmente, integram países distintos.

Viagens transatlânticas

Antes mesmo de Marapirão, segundo os relatos do sargento-mor português Diogo de Campos Moreno e do capuchinho francês Claude d'Abbeville, em 1615 seis índios tupi-nambás do Maranhão rumaram à França. Sobrevivendo três destes índios, foram batizados no reino e, possivelmente, consagrados cavaleiros pelo monarca francês. Nesse período, a partir de 1612, o Maranhão era ocupado pelos franceses, que, em 1615, foram expulsos pela ação ou presença de tropas portuguesas e índios aliados, em boa parte, recrutados na atual região Nordeste do Brasil.

No momento da chegada dos franceses, alguns tupi-nambás que habitavam regiões do Ceará, Maranhão e Pará, assim como outros grupos integrantes do tronco linguístico tupi (a exemplo dos tabajaras, potiguaras e caetés), eram oriundos de Pernambuco e adjacências, donde empreenderam grandes migrações (algumas de cunho messiânico) após a cristalização da presença portuguesa nesta região. Aliás, alguns desses tupis, durante o século XVI, alcançariam o rio Amazonas, habitando a chamada Ilha de Tupinambarana, e mesmo Chachapoyas, no Peru.

Posteriormente, segundo as fontes primárias portuguesas, pelo menos cerca de treze (13) indígenas habitantes do Estado do Maranhão e Grão-Pará rumaram ao reino português, durante a segunda metade do século XVII, para obter benesses do rei ou por motivos não identificados. A maioria desses chefes, para tanto, atuaram ao lado dos lusos na expulsão dos holandeses ou restauração do Maranhão. Nesse sentido, por petição do capitão Paulo Soares do Avelar (que também atuou na restauração), já em 1644 três índios habitantes do Maranhão estavam na corte no intuito de receber gratificações pelas suas atuações na guerra contra os holandeses. Apesar da morte desses índios no reino, suas respectivas esposas, contudo, deveriam receber pagamentos. Em 1648 foi a vez de Marapirão viajar a Portugal, caso já citado.

Já em 1655, dois parentes do principal do aldeamento do Maracanã Lopo de Sousa Copaúba estavam na corte para, por intermédio do procurador do Pará Manuel Guedes Aranha, apresentar um requerimento atribuído ao chefe. Segundo o requerimento, em função do auxílio bélico em diversos conflitos contra os holandeses, o cavaleiro da Ordem de Cristo Copaúba solicitava a concessão deste mesmo título ao filho. As autoridades portuguesas recomendavam, também, a concessão de vestidos e demais utensílios aos índios (e suas esposas) que estavam no reino. As fontes portuguesas indicam que o aldeamento, dessa vez localizado

na costa do Pará, atuava na produção do sal e servia como entreposto entre o Pará e o Maranhão.

Finalmente, conforme as fontes portuguesas, no ano de 1659 foi a vez do índio Jorge Tagaibuna rumar à corte acompanhado de “um criado” para solicitar o título de cavaleiro da Ordem de Cristo para si e seu pai (Domingos Ticuna, principal e capitão de índios de sua nação e de aldeamentos do Camocim, no Ceará) pela expulsão dos holandeses da fortaleza da região (os holandeses estiveram no Ceará em dois momentos, entre 1637-1644 e 1649-1654). Os historiadores demonstram que não foram os únicos casos de lideranças indígenas que, durante a segunda metade do século XVII, solicitaram postos e títulos de cavaleiro, além de afirmarem que usualmente a monarquia substituía a concessão do título efetivo por outras benesses, não raro, dadas pelos governadores (vestidos, pensões, imagens, símbolos).

Esse fato não impossibilitava, contudo, a influência desses índios na vida política da colônia, pois participaram de intrincados conflitos, que, levados à monarquia, envolveram autoridades diversas. A prisão de Lopo de Sousa Copaúba por artifício do jesuíta Antônio Viera, por exemplo, é apresentado pelas fontes portuguesas como um dos motivos para o início das agitações dos colonos contra os jesuítas, que, iniciadas em São Luís em 1661, espalharam-se para o Pará. Foi nessa conjuntura, aliás, que Antônio da Costa Marapirão, acusado de ter participado do motim contra os jesuítas, empreendeu sua segunda viagem ao reino. As fontes lusitanas informam que, em petição conjunta com um tupinambá chamado Alexandre de Sousa, no ano seguinte solicitaram (Antônio e Alexandre) benesses da monarquia. Nesse período, os acompanhava Jorge de Sampaio Carvalho, que buscava justificar o motim de 1661 junto à monarquia. A documentação portuguesa também menciona que mais um outro principal e dois “criados” seus estavam no reino neste período.

Para a primeira metade do século XVIII, existem notícias sobre um parente de Lopo de Sousa Copaúba chamado Ma-

nuel Dias vivendo no reino, que acompanhara o governador João da Maia da Gama em seu retorno à corte. O índio teria “servido” o ex-governador por cerca de três anos, mas, por volta de 1732, solicitou ajuda de custo para retornar após a morte de Maia da Gama e requisitou o posto de sargento mor do Maracanã (Arquivo Histórico Ultramarino-AHU Pará, cx. 19, doc. 1977). A partir da segunda metade dos setecentos, contudo, encontramos algumas referências à presença de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no reino. Nesse sentido, segundo as fontes lusitanas, pelo menos nove (9) e talvez dez (10) chefes índios rumaram à corte para, uma vez mais, solicitar da monarquia a confirmação (pelo rei) de seus postos militares (nomeados na colônia pelo governador) e/ou títulos de cavaleiro de ordem militar.

É importante informar que, em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, visando delimitar as fronteiras dos dois impérios na América. Para garantir a posse do território na Amazônia, impactando diretamente a vida das populações indígenas, Portugal implantou medidas diversas: o incentivo ao casamento luso-indígena, o dispensa da infâmia atribuída ao sangue indígena, a proibição incondicional do cativeiro dos índios, o fim do poder missionário sobre os aldeamentos, a elevação destes em vilas ou lugares. Dentre outras medidas, destacamos um projeto de “civilização” dos índios, que regularia o comércio, a agricultura, a mão de obra e os costumes dos indígenas, conhecido como Diretório dos Índios (1757-58). Essas medidas estavam em plena consonância com o intento das demarcações de limites, pois os princípios do *uti possidetis* (a ocupação ou povoamento do espaço garantia a posse) e dos limites naturais norteavam o Tratado de Madri. Entende-se, portanto, a necessidade de transformar de fato o indígena (civilizando-o) em povoador ou vassalo português. As lideranças dos antigos aldeamentos, enviados ao reino para aproximarem-se da monarquia, também foram objetos da nova política indigenista.

Em 1755, por exemplo, o principal Inácio Coelho e o sargento-mor Luís de Miranda (talvez sobrinho e tio), ambos índios da nação aruã e habitantes do aldeamento do Igarapé Grande da Ilha de Joanes (Ilha de Marajó), estavam no reino, com a permissão (autorizada em 1753) e o auxílio (financiamento) do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitar a confirmação das patentes referentes a seus postos. Conforme um requerimento, nesse mesmo ano (1755), também estavam no reino, e pelos mesmos motivos, o principal Gonçalo de Sousa de Meneses e o sargento-mor Francisco de Sousa de Meneses, pai e filho, habitantes do aldeamento do Maracanã.

Conforme a documentação portuguesa, assim como os aruãs da Ilha de Joanes, os dois índios do Maracanã buscavam a confirmação de seus postos e, também, solicitavam o título de cavaleiro da Ordem de Avis ou Santiago para Francisco de Sousa de Meneses. Os requerimentos e as patentes dos mencionados aruãs e dos referidos índios do Maracanã indicavam, por um lado, a necessidade de compensar os vasallos fiéis que realizavam bons serviços à monarquia (normalmente a condução de índios seus liderados em trabalhos diversos) e, por outro, cristalizar uma família indígena nobre, isto é, uma linhagem de servidores da monarquia. Nesse sentido, segundo as fontes lusitanas, os dois aruãs alegavam que eram descendentes de um principal chamado Inácio Manajaboca, que teria recebido patente do rei português no início do século XVIII, e Francisco de Sousa de Meneses garantia que seu pai e avôs foram os principais do Maracanã. Assim sendo, dada a semelhança dos sobrenomes, será que Francisco e Gonçalo de Sousa de Meneses possuíam algum parentesco antigo com o seiscentista principal do mesmo aldeamento, já citado, Lopo de Sousa Copaúba?

Casos semelhantes são os dos sargentos mores das vilas de Portel, Monte Alegre, Faro e Santarém, todas localizadas na capitania do Pará, que em 1764 estavam na corte para, conforme as fontes lusitanas, solicitarem a confirmação régia de seus

postos e soldos (pedidos deferidos), pois, todos, eram filhos dos principais das respectivas vilas. O mesmo vale para Silvestre Francisco de Mendonça Furtado, filho do principal e sargento mor da vila de Porto de Mós, também localizada na capitania do Pará, chamado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que também esteve no reino por mais de 15 meses, mas em 1767, para solicitar o posto de sargento mor da sua vila, o soldo respectivo e o título de cavaleiro da Ordem de Cristo (até onde se sabe, somente a patente e o soldo foram deferidos). Para justificar o pedido, conforme um requerimento, alegava que seu pai povoara e estabelecera a vila e garantia que pretendia igualmente servir.

De acordo com a petição atribuída a um principal da vila de Sintra (também localizada na capitania do Pará, Dom Francisco de Souza e Menezes, talvez esse índio também estivesse na corte por volta da década de 1760). A petição, é importante informar, procurava o auxílio do governo central em contendas envolvendo o principal, outros chefes, o vigário e o diretor da vila em questão. Para tanto, teria mencionado o apoio do então secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ex-governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão).

De forma bastante sintética, todas as vilas citadas foram antigos aldeamentos que, agora erigidos em municípios (e em alguns casos índios viraram vereadores e juízes), renovavam as suas lideranças a partir de antigas linhagens indígenas nobilitadas com o incentivo do Estado e aproximadas à monarquia, pois, não raro, as viagens ao reino eram incentivadas (e, mesmo, financiadas), os índios observaram e/ou participaram de protocolos do mundo cortesão (a vida “civilizada”) e, por parte do Estado português, em muitos casos havia a preocupação em manter o vínculo étnico (a patentes e as demais fontes usualmente demonstram isso) e garantir o retorno desses índios às suas respectivas comunidades.

Fronteiras, comércio, guerras e alianças

Além de percorrer diversas regiões da América portuguesa e, mesmo, o Oceano Atlântico, algumas nações mantinham relações diretas ou indiretas, normalmente por via do comércio, com diferentes grupos indígenas distantes ou colonos de outros estados europeus. Nesse sentido, durante a primeira metade do século XVII, no chamado Cabo Norte (Amapá), na Ilha de Joanes (Marajó) e em regiões circunvizinhas a estas do Pará, índios nheengáibas, tucujus e outros comerciavam (vendendo gêneros ou escravos) especialmente com ingleses e holandeses, o que gerou conflitos com os portugueses (que destruíram fortes ingleses holandeses, sobretudo, no Cabo Norte). Depois da expulsão dos holandeses do Maranhão (1641-1644), as fontes portuguesas mencionam um constante comércio estabelecido entre índios nheengáibas da Ilha de Joanes e Cabo Norte e os mesmos holandeses.

Após uma malograda guerra e o estabelecimento da paz com alguns nheengáibas de Joanes na década de 1650, visando impedir o comércio e a aliança dos índios com os estrangeiros (além da tentativa de estabelecer trocas entre os portugueses e estes indígenas), a partir dos anos 1660 o Estado português investiu no estabelecimento de missões jesuítas e, posteriormente, franciscanas nessa região. Na década de 1680, os franceses de Caiena passaram a praticar constante comércio com diversas nações do Cabo Norte e arredores, especialmente os índios aruãs, o que resultou em conflitos bélicos entre portugueses, franceses e seus respectivos índios aliados. Na ocasião, dois fortes lusitanos foram atacados e ocupados por franceses, auxiliados por alguns aruãs, no Cabo Norte.

Em 1700 e 1701, visando o fim das hostilidades, Portugal e França declaram o Cabo Norte como área neutra, mas, em 1713, assinaram o Tratado de Utrecht, concedendo a mesma região à Coroa de Portugal e estabelecendo o rio Vicente Pinzón ou Oiapoque como o limite entre as partes.

Contudo, no decorrer de todo o século XVIII, as notícias sobre o trânsito intenso entre Caiena e o Pará/Cabo Norte, por parte de colonos portugueses, franceses, índios de nações diversas e escravos negros fugitivos, se multiplicam. Na década de 1720, conforme as denúncias portuguesas, um aruã chamado Guaimá costumava rumar a Caiena para vender índios capturados em aldeamentos portugueses (e o mesmo, posteriormente, o fará um índio patenteado pelo governador português chamado Jaraú). Nesta década, aliás, ocorreu mais um conflito entre portugueses e aruãs.

Normalmente (mas não exclusivamente), esse comércio era o chamado resgate, no qual os colonos europeus ofertavam aos índios aliados utensílios diversos em troca dos cativos oriundos de guerras praticadas entre grupos indígenas inimigos. Nos rios Solimões e Negro, aliás, outras nações indígenas passaram a empreender trocas comerciais similares (resgates) com colonos europeus. Na verdade, os poucos estudos etnográficos sobre o tema ilustram verdadeiras redes de troca e guerra (as alianças eram flexíveis) entre nações diversas, nas quais os europeus vão posteriormente se atrelar. A extensão dessas redes impressiona.

Algumas nações do tronco linguístico caribe das Guianas, por exemplo, por meio do comércio provavelmente pré-colombiano, vinculavam índios das Pequenas Antilhas à Amazônia, quando, entre os séculos XVI e XIX, tornaram-se um dos únicos meios, por parte de outros índios, para a obtenção de utensílios holandeses vindos do Suriname. Os índios do tronco aruaque manaus já empreendiam comércio de produtos diversos com outras nações nos rios Negro, Solimões e Madeira, quando, desde fins do século XVII, passaram a obter utensílios holandeses (inclusive armas), por meio de uma rota estabelecida pelo rio Branco (afluente do Negro), e na década de 1720 foram alvos de uma “guerra justa” empreendidas pelos portugueses. Dentre outros, os manaus e diversos grupos aruaques, sabe-se, empreendiam redes de comércio que alcançavam o alto rio Negro e os rios Japurá,

Uapés (que atualmente corre pelo Brasil e pela Colômbia) e, ao que parece, alguma altura do Orenoco (que nos dias atuais percorre a Colômbia e a Venezuela).

No rio Solimões, região disputada entre os impérios português e espanhol, especialmente após a década de 1680, por via da ação de tropas, missionários (jesuítas, por parte dos espanhóis, e carmelitas, pelos lusos) e do comércio, as crônicas quinhentistas e seiscentistas também apresentavam largas rotas de comércio indígena. Inclusive, na década de 1740 “ovelhas das do Peru” (lhama) e prata, possivelmente enviados do Peru foram encontradas pelo frei Gaspar de Carvajal (conforme a crônica deste padre) com uma liderança indígena no médio Solimões. Já o padre Samuel Fritz, que atuou na região entre as décadas de 1680 e 1720, menciona um arma de fogo francesas vinda de Caiena (por meio dos índios caripunas) entre os índios do Negro; e alude a um índio do Solimões que rumou ao Orenoco, além de alegar que obteve notícias sobre a missão castelhana do rio por via de uma rede indígena de informação que atravessou os rios Negro e Solimões.

No século XVIII, tentou-se, em vários momentos, estabelecer os limites entre os territórios de Portugal e Espanha naquelas partes por via da ocupação ou “posse” de fato do espaço contestado – por meio da implantação de aldeamentos, vilas ou lugares e da construção fortes (ou pelo menos a tentativa). Além do mais, alguns acordos formais foram tentados, seja nas fronteiras, entre as autoridades luso-castelhanas, durante a primeira metade do século, ou na Europa, através do Tratado de Madri, de 1750, e o de Santo Ildefonso, de 1777. Contudo, o trânsito além-fronteiras envolvendo colonos portugueses, espanhóis, missionários, índios, negros, mercadorias e ideias, nos rios Negro, Branco e Solimões, conforme as autoridades coloniais, continuará pujante durante todo o século XVIII.

A Amazônia e as histórias nacionais

Há, ainda, muito a ser feito pela história da Amazônia colonial. Arquivos, fontes primárias (principalmente documentos manuscritos), bibliotecas e demais instituições de pesquisa ainda oferecem considerável quantidade de informações inéditas ou, pelo menos, pouco exploradas pelos pesquisadores. Os estudos que buscam superar as barreiras ou limites dos atuais estados nacionais, quando os historiadores escolhem temáticas que superam as fronteiras políticas nacionais e/ou fontes que hoje estão guardadas em arquivos localizados em países diversos, começaram a aparecer muito recentemente.

Se para as pesquisas que se valem, a um só tempo, dos arquivos brasileiros e portugueses isso parece evidente, visto que a Amazônia e o Brasil estavam integrados ao império português, possivelmente o trânsito transfronteiriço de agentes diversos (inclusive os índios) pode ser melhor estudado se consultarmos arquivos na Colômbia, Peru, Venezuela, Caiena, entre outros países. Sem dúvidas, bastante limitados às fontes lusitanas (em sua maioria), os casos que apresentamos ilustram como os índios, vivendo em ambiente colonial, poderiam percorrer consideráveis distâncias, transpassar as fronteiras de impérios e, enfim, transformar a atuação esses limites em um espaço importante de sua ação política. Certamente, pesquisas futuras podem ilustrar outros exemplos, ampliando e reavaliando o quadro traçado pela historiografia atual.

Bibliografia

- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos do Pará.
- CARVALHO JR. Almir Diniz de. Índios Cristãos. A conversão dos Gentios na Amazônia *Portuguesa (1653-1769)*. Curitiba: CRV, 2017.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- PORRO, Antônio. *O Povo das Águas. Ensaio de etno-história amazônica*. Manaus: EDUA, 2017.
- ROCHA, Rafael Ale. *Oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2009.

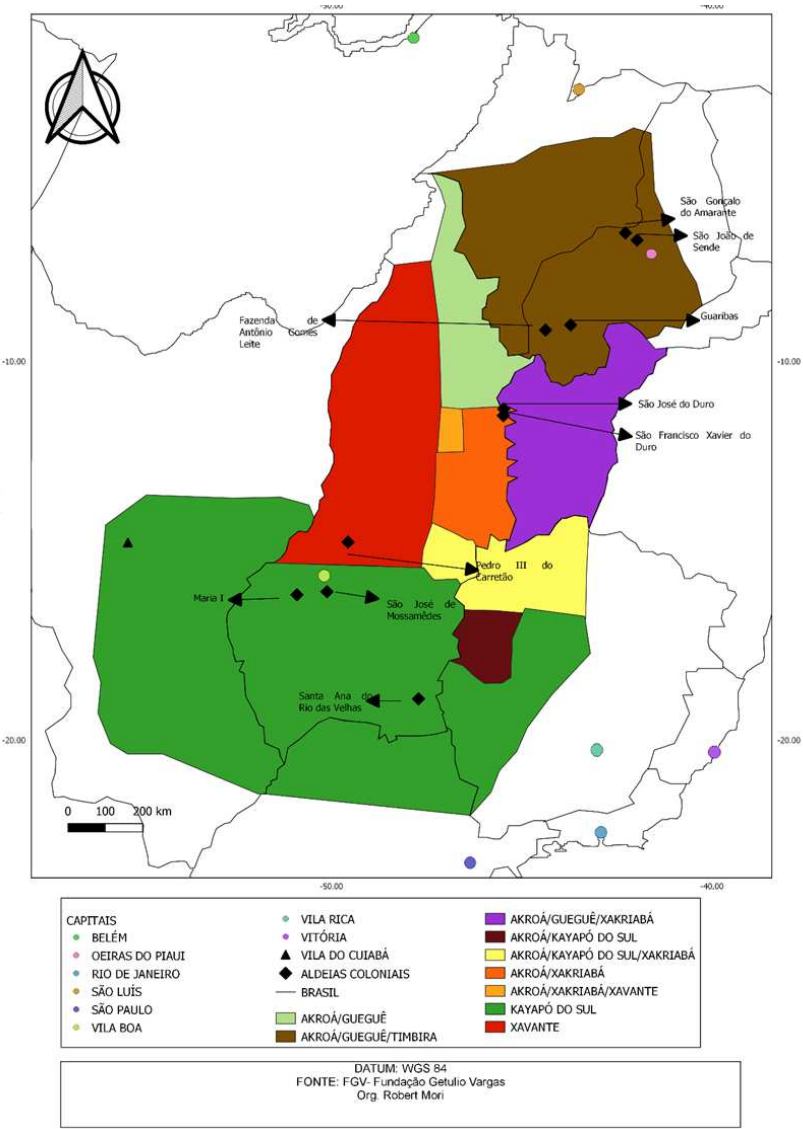
11.4. Entre guerras e pactos: os Akroá, Gueguê e os luso-brasileiros nos sertões do Piauí e de Goiás, 1744-1753

Robert Mori
(Doutor em História, Universidade Federal de Uberlândia)

A partir da década de 1740, torna-se perceptível nas fontes documentais produzidas especialmente pelos governadores paulistas, goianos e do Estado do Maranhão e Grão-Pará (então formado por três capitanias: Pará, com sede em Belém; Maranhão, cuja sede era São Luís e Piauí, com sede na Vila de Mocha), um aumento substancial dos ataques Akroá e Gueguê aos luso-brasileiros. Ambos são povos Akwén – família Jê –, que se notabilizaram no período setecentista pelas incursões guerreiras empreendidas aos viajantes que percorriam os caminhos coloniais, às lavras e, principalmente, às fazendas destinadas especialmente à criação de gado vacum. Fazendas cuja expansão se deu da capitania da Bahia para o Piauí e do Maranhão até o Rio Tocantins, no antigo norte goiano (atual Tocantins) (APO-LINÁRIO, 2013).

Essa invasão luso-brasileiro sobre territórios indígenas objetivava a incorporação de terras para a pecuária nas pastagens naturais então existentes no sertão piauiense, maranhense e do norte goiano, além da mineração do ouro de aluvião encontrado nos rios e córregos goianos, o que contribuiu para que a guerra fosse uma realidade por parte dos povos Akroá e Gueguê. Todavia, não podemos reduzir a prática da guerra, conforme veremos adiante, apenas a uma reação e/ou resistência dos povos à invasão de suas áreas tradicionais de ocupação.

Figura 1 – Territórios e aldeamentos Jê no século XVIII



Fonte: MORI, 2020.

Na Figura 1 é possível visualizar os territórios dos povos Jê que entraram em contato com os luso-brasileiros em fins do século XVII ou mesmo no século XVIII, incluídos os dois a serem abordados neste capítulo: os Akroá, mencionados desde Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão e Piauí; e os Gueguê, que não ultrapassavam a margem direita do Rio Tocantins (capitania de Goiás), ocupando também áreas da Bahia, Maranhão e Piauí.

Sobre a guerra indígena, um assunto bastante presente nas missivas produzidas pelo aparelho burocrático colonial, um documento de 1740 evidencia a dinâmica da atividade bélica por parte dos Akroá e Gueguê: em terras piauienses e maranhenses, esses povos foram os responsáveis por atacar “muitas fazendas de gados e, com os seus repetidos assaltos, têm feito muitas mortes, queimado muitas fazendas, destruído e roubado cavalos e gados vacuns com grande ruína.”²⁶⁸ Na região mineradora do antigo norte goiano, incluindo as adjacências do Rio Tocantins, os Akroá – juntamente com outro povo Akwén, os Xakriabá –, eram os responsáveis por “mortes, estragos e roubos (...) [e] pela ruína que os ameaça na perda de suas fazendas, gados, roças, serviços minerais e interesses de faisqueiras, correndo igual perigo as suas vidas.”²⁶⁹

Essas incursões guerreiras dos indígenas eram constantes e apresentavam algumas características: de caráter pontual, direcionadas geralmente às fazendas (algumas vezes às lavras) e aos viajantes dos caminhos coloniais, principalmente do norte goiano ou que ligavam essa região ao sertão piauiense. Os indígenas evitavam assim os arraiais, muito provavelmente em virtude da possibilidade de ocorrer algum tipo de revide por parte dos luso-brasileiros. As fazendas, distantes léguas umas

²⁶⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, [João de Abreu Castello Branco] (...), Lisboa, 15/03/1740. Arquivo Histórico Ultramarino-AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, Administração Central-ACL, Conselho Ultramarino-CU 016, cx. 3, doc. 157.

²⁶⁹ Carta do ouvidor de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a necessidade de se fazer guerra aos índios nos arraiais dos Remédios, São Félix, Natividade e povoações das Terras Novas (...), São Félix, 25/08/1743. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 008, cx. 3, doc. 227.

das outras, dificultavam o auxílio de outros não-indígenas às herdades atacadas, aumentando o êxito da investida por parte dos Akroá e Gueguê.

É importante compreender o papel da prática da guerra entre os indígenas, pois ela movimentava essas sociedades e é um importante demonstrativo da agência indígena, uma vez que não pode ser compreendida somente como uma “resposta” aos ataques dos luso-brasileiros. Conforme demonstrado em outro trabalho (MORI, 2020), os povos Jê dos setecentos desejavam a guerra, pois ela permitia uma “abertura” em direção ao exterior; a uma nova alteridade e, entre os Akroá e Gueguê, ela foi manejada com o intuito de gerar vítimas, muito provavelmente para a produção social de pessoas; para obter os desejados objetos de ferro; para a aquisição de plantas – muito provavelmente de origem medicinal (exceção feita aos Akroá); objetivando a incorporação de animais vivos, como cavalos, ou mesmo para a alimentação (principalmente o gado vacum); para a obtenção de armas de fogo; e, por fim, visando o rapto, tanto de mulheres quanto de crianças (de ambos os sexos), sendo as primeiras possivelmente utilizadas para a obtenção de saberes desconhecidos e/ou desejados pelos indígenas, como cantos, conhecimentos sobre plantas medicinais ou mesmo para o casamento.

A solução encontrada pela Coroa portuguesa para tentar conter os ataques indígenas foi a declaração da guerra justa, cuja aprovação era feita pelo rei (se ofensiva) ou governador (defensiva). Os motivos para a aprovação da guerra justa iam desde hostilidades praticadas pelos indígenas contra os luso-brasileiros ou aliados, o impedimento da propagação da fé católica (pelo trabalho missionário), a recusa à conversão ao catolicismo ou a quebra de algum pacto, sendo a antropofagia um agravante e não uma causa suficiente para tal declaração (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Convém salientar que a guerra justa, a atuação das bandeiras, a divisão entre indígenas aliados e inimigos e a inserção dos indígenas cativos como escravos na sociedade

colonial necessitam ser compreendidos a partir da legislação e da política indigenistas, sendo a primeira definidora da segunda. No período colonial, a legislação indigenista demarcava os indígenas entre aliados ou inimigos dos luso-brasileiros (PERRONE-MOISÉS, 1992).

No âmbito “local”, a política indigenista em Goiás, na primeira metade dos setecentos, objetivava “colonizar” as terras minerais, eliminando os riscos que pudessem impedir tal empreendimento; a pacificação dos povos indígenas justificava-se pelo discurso da representação religiosa da salvação, sendo o Estado um instrumento de conversão e civilização dos indígenas, objetivando torná-los submissos aos interesses portugueses e bons cristãos (APOLINÁRIO, 2006). Assim, as bandeiras expedidas a partir da autorização da guerra justa tinham um papel significativo, pois almejavam eliminar esses “riscos”, como os ataques indígenas ou mesmo a celebração de pactos (conforme veremos adiante) que objetivavam o aldeamento de povos considerados hostis pelos luso-brasileiros, almejando a sua “civilização”, conversão ao catolicismo e fidelidade ao monarca português.

No Estado do Maranhão e Pará também na primeira metade do século XVIII, houve uma importância considerável a ação dos governadores na política indigenista, tanto na autorização dos conflitos, quanto nos relativos períodos de paz; tal assertiva indica que a conquista estava atrelada aos interesses dos dirigentes, mesmo depois de findados os seus governos (CHAMBOULEYRON; MELO, 2013). A guerra ou a “paz”, dessa maneira, não podem ser explicadas somente a partir da política indigenista portuguesa ou da política de expansão do gado oriundas da Coroa, pois há interesses pessoais e conflitos internos que auxiliam a compreensão desses eventos históricos e estão associados a diversos negócios constituídos localmente (CHAMBOULEYRON; MELO, 2013).

A guerra movida aos Akroá e Gueguê foi feita a partir da ação de bandeiras capitaneadas por sertanistas: Antônio Gomes Leite em solo piauiense e goiano e Venceslau Gomes

da Silva, em Goiás. Uma característica dessas expedições era o caráter particular desse empreendimento, bancado principalmente pelos sertanistas em busca das desejadas e prometidas “mercês”, com o apoio da população dos arraiais atacados, tendo a Coroa portuguesa contribuído geralmente com armas e munições (chumbo e pólvora).

Um desses sertanistas, Gomes Leite, então capitão-mor do Parnaguá, estava lutando contra os Gueguê desde 1737. Após sete anos de embates no sertão piauiense, depois de uma violenta escaramuça e grande resistência por parte dos indígenas, “experimentou [os Gueguê] bastante ruína (...) este primeiro incentivo fez tal impressão naqueles bárbaros que os obrigou a pedir paz pelos seus maiores [chefes].”²⁷⁰

O pacto com os Akroá, ocorrido no ano seguinte (1745) também foi feito a partir da ação de Gomes Leite e uma bandeira que ele capitaneava. Após percorrer com sua expedição o sertão piauiense e goiano, pois os moradores dessa região desejavam a expulsão ou o pacto com os Akroá para tirar o impedimento ao uso das minas “pela grande utilidade que prometem à Real Fazenda”²⁷¹, foi através das “armas e de um choque que tinha dado ao gentio”²⁷², que a bandeira conseguiu firmar “a paz (...) [e] o gentio pactuou nesta proposição de aliança”²⁷³ em território piauiense.

²⁷⁰ Anexo. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco (...), Lisboa, 24/07/1745. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 016, cx. 4, doc. 235.

²⁷¹ Carta do comissário provincial da Província da Conceição, frei Brás de Santo Antônio, para o rei [D. João V], (...), Belém do Pará, 07/10/1739. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 013, cx. 22, doc. 2096.

²⁷² Carta do ouvidor-geral das Minas de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V] (...), Vila Boa, 13/09/1745. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 008, cx. 3, doc. 281.

²⁷³ Anexo. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco (...), Lisboa, 24/07/1745. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 016, cx. 4, doc. 235.

O pacto dos Gueguê e Akroá com a Coroa portuguesa guarda algumas semelhanças. Ambos os povos, quando as expedições atacaram fortemente as aldeias, eram inimigos e estavam em confronto entre si (guerra intertribal); as contínuas expedições bélicas por parte dos luso-brasileiros impeliavam os povos a constantes mudanças, o que deve ter dificultado, por exemplo, a formação de roças, importante fonte alimentar para os povos Jê; os anos dos pactos (1744 e 1745) foram períodos de seca no Nordeste, o que deve ter comprometido o plantio das roças e mesmo a disponibilidade de caça ou a coleta de plantas, frutos e raízes (MORI, 2020). Dessa forma, evidencia-se a agência indígena: os Akroá e Gueguê perceberam que naquele momento era melhor se aliar aos luso-brasileiros para garantir a sobrevivência deles no sertão.

Os Gueguê foram reunidos nos arredores de Parnaguá, no Piauí. Os Akroá, também em solo piauiense, em uma herdade de Gomes Leite, sendo ambos sustentados pelo sertanista com mantimentos e gados de sua fazenda. Os Gueguê posteriormente decidiram estabelecer um aldeamento no sítio de Guaribas objetivando plantar suas roças, tendo Gomes Leite consentido com a proposta.²⁷⁴ Tal evento mais uma vez demonstra a agência indígena e a capacidade de negociação dos Gueguê mesmo em uma situação desfavorável. A mudança era desejada em virtude da presença de matas, um elemento indicador de solos férteis para agricultura, além, é claro, de potenciais caças e mesmo raízes, frutos e plantas para coleta, essenciais para a complementação da dieta indígena.

Antes de tratarmos do desfecho dos aldeamentos criados para os Gueguê e Akroá em meados dos anos 1740, avancemos no tempo, para o ano de 1750, quando entrou em cena outro sertanista, também capitão-mor de Parnaguá, Venceslau Gomes da Silva, contratado pelo governo goiano para dar prosseguimento à guerra e ao aldeamento dos Akroá. Após o

²⁷⁴ Requerimento do capitão-mor do Piauí, Antônio Gomes Leite ao rei [D. João V], (...), Piauí, anterior a 24/05/1745. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 016, cx. 4, doc. 231.

êxito do pacto com os Xakriabá, os moradores de Natividade desejavam que o sertanista aldeasse os Akroá. No ano de 1751, uma nova bandeira capitaneada por Gomes da Silva foi enviada ao sertão, resultando em “um grande choque com o gentio, em que houve excessivas mortandades feitas contra o q’ determina as ordens de El Rey”²⁷⁵, ou seja, uma evidência da prática da guerra justa ofensiva. Esse evento traumático para os indígenas foi o responsável pelo segundo processo de aldeamento dos Akroá, agora em solo goiano. Semelhante ao pacto de 1745 no Piauí, o ano de 1751 também foi marcado pela estiagem, outro importante elemento (porém não o único) para se pensar os motivos que levaram os indígenas a aceitar a aliança com os luso-brasileiros.

Os Akroá aldeados em Goiás foram deslocados para a aldeia colonial de São José do Duro (ou Formiga) que, juntamente com São Francisco Xavier do Duro (construído para os Xakriabá), formavam a Missão do Duro (APOLINÁRIO, 2006). A administração da Missão estava a cargo de Gomes da Silva e dos padres jesuítas. A exemplo da experiência de Gomes Leite no Piauí, Gomes da Silva também investiu parte de seu cabedal na Missão do Duro, tanto na sua construção, quanto no sustento dos indígenas.²⁷⁶ Esse é um importante indício de que a Coroa portuguesa desejava poupar gastos dos combalidos cofres da Fazenda Real das capitanias ao delegar tais empreendimentos à iniciativa particular, ou seja, aos sertanistas e moradores dos arraiais atacados, desejosos de demonstrar fidelidade ao monarca e, no caso do sertanista, em obter as recompensas prometidas.

Mesmo nos períodos de pacto, a “abertura” ao exterior por parte dos povos Jê, como os Akroá e Gueguê, foi uma re-

²⁷⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Carta datada de 7 de agosto de 1751, do Conde dos Arcos, dirigida ao Ouvidor Geral. Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.21-22, p. 21.

²⁷⁶ Procuração do [coronel] Venceslau Gomes da Silva ao senhor José Antônio Pereira da Silva, para em seu nome apresentar na Provedoria da Fazenda Real de Goiás, a prestação de contas de toda a despesa (...), Natividade, 20/10/1754. AHU – Projeto Resgate – Rede de Memória, ACL, CU 008, cx. 11, doc. 669.

alidade, uma vez que alguns elementos antes adquiridos por meio da guerra foram negociados com os luso-brasileiros durante os processos de pacto no Piauí e em Goiás. A exemplo disso, os Gueguê e Akroá reunidos em incipientes aldeias coloniais garantiram o afluxo de bens, mantimentos, gado para a alimentação²⁷⁷, saberes (como o manejo das armas de fogo) e mesmo a formação de roças para o seu sustento (MORI, 2020).

Todavia, a experiência de aliança dos Gueguê e Akroá com a Coroa portuguesa mostrou-se efêmera, tanto no Piauí, quanto em Goiás. As rebeliões ocorridas pouco tempo depois dos pactos foram uma marca preponderante na história dos povos Akwén nas décadas de 1740 e 1750. Os Gueguê, por exemplo, aproveitaram a ida de Gomes Leite para Goiás, nas Terras Novas, com o intuito de guerrear contra os Akroá, para se sublevarem, inclusive assassinando o padre capucho responsável pelo auxílio religioso aos indígenas no incipiente aldeamento.²⁷⁸

Pouco tempo depois, em 1745, foi a vez dos Akroá romperem o pacto. Um motivo importante foi o fato de Gomes Leite, responsável pela manutenção dos indígenas em sua fazenda, não ter mais naquele momento, condições de sustentá-los, em virtude dos altos custos empregados na assistência aos Gueguê. Em virtude disso, o sertanista buscou auxílio do governador de São Paulo, pois Goiás, até 1748, pertencia a essa capitania, o qual negou qualquer tipo de ajuda; todavia, os moradores do norte goiano e alguns membros da administração colonial se dispuseram a auxiliar o sertanista na construção e manutenção do aldeamento (APOLINÁRIO,

²⁷⁷ Requerimento do capitão-mor do Piauí, Antônio Gomes Leite ao rei [D. João V], solicitando a administração dos índios da nação Gueguê e das que vier a conquistar, Piauí, anterior a 24/05/1745. AHU – Projeto Resgate – Rede Memória, ACL, CU 016, cx. 4, doc. 231.

²⁷⁸ Carta do [governador e capitão-general do estado do Maranhão e Pará], Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei [D. João V], sobre as desordens e hostilidades provocadas no sertão pelo gentio gueguê (...), Pará, 22/09/1747. AHU – Projeto Resgate – Rede de Memória, ACL, CU 013, cx. 29, doc. 2781.

2006), contudo, sem sucesso. Dessa forma os Akroá voltaram ao sertão, tendo experimentado maus-tratos e até mesmo a escravidão nesse breve período de aliança.²⁷⁹

Quanto às causas da rebelião dos Akroá em conjunto com os Xakriabá na década de 1750 na Missão do Duro, há diferentes versões: um desentendimento entre o capitão (cacique) Xakriabá e o sertanista Gomes da Silva; a inconstância dos indígenas (na verdade a sua constância); as ordens do monarca para a utilização obrigatória da língua portuguesa e a retirada do poder temporal dos jesuítas; a ausência de Gomes da Silva da Missão do Duro e a entrega, por parte do filho do sertanista, de quatro indígenas fugitivos que estavam na Missão para seus “administradores”; e, por fim, as acusações do governo goiano e de Gomes da Silva aos jesuítas, os responsáveis por fomentar a rebelião com o intuito de esconderem possíveis desvios da Fazenda Real (MORI, 2020).

Depois desses episódios de sublevação, os Akroá e Gueguê voltaram a atacar novamente nas décadas de 1740, 1750, 1760 e 1770, com grande intensidade, principalmente as fazendas localizadas no sertão piauiense, inclusive a propriedade do sertanista Gomes Leite. Em Goiás, ainda nos anos 1740, portanto antes do aldeamento na Missão do Duro, percebe-se um aumento desses ataques por parte dos Akroá após a sublevação no Piauí, o que talvez pode ser um indicativo da dispersão desses indígenas em direção à fronteira goiana (MORI, 2020). Esse período de guerra se estenderá por aproximadamente 20 anos quando já estará em vigência o Diretório dos Índios (1757/1798), momento em que novos pactos foram celebrados entre a Coroa portuguesa e os Gueguê (Piauí, 1764, aldeados em São João de Sende) e os Akroá (Piauí, 1772, aldeados em São Gonçalo do Amarante; Goiás, 1774, no aldeamento de São José de Mossâmedes).

²⁷⁹ Carta do governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, ao rei D. José (...), Vila Boa, 10/02/1751. AHU – Projeto Resgate – Rede de Memória, ACL, CU 008, cx. 6, doc. 466.

Bibliografia

- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Povos Timbira, territorialização e a construção de práticas políticas nos cenários Coloniais. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 244-270, 2013. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/59154>
- CHAMBOULEYRON Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*. São Paulo, n. 168, p. 167-200, jan./jun., 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i168p167-200>
- MORI, Robert. *Mundos em transformação: guerras e alianças entre os Jê e os luso-brasileiros nos sertões da América portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2020. <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.6004>
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 115-132.

CAPÍTULO 12

Historiografia das conexões Centro-Norte

Nauk Maria de Jesus
(coordenadora)

12.1. A decadência mineira e as perspectivas historiográficas recentes sobre as capitanias de Mato Grosso e de Goiás

Nauk Maria de Jesus
(Universidade Federal da Grande Dourados)

Nos últimos anos, com a expansão dos programas de pós-graduação, ampliação das discussões teóricas, acesso às mais variadas fontes e arquivos e publicações dos resultados das pesquisas, temos visto o avanço nas produções acadêmicas nas diferentes regiões brasileiras. Elas nos permitem romper com a ideia de um Brasil homogêneo, seja no que diz respeito às regiões ou às periodizações. Neste sentido, neste ensaio enfatizaremos as produções sobre as capitanias de Mato Grosso (1748) e de Goiás (1748) desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação em História das Universidades Federais da Grande Dourados (UFGD), de Mato Grosso (UFMT) e de Goiás (UFG) defendidas entre 2011 e 2020, embora façamos alguns recuos na periodização.²⁸⁰ Os Mestrados

²⁸⁰ Entre os meses de março e abril de 2022 consultamos as dissertações e teses disponibilizadas nas páginas dos Programas: <https://>

em História na UFMT e na UFMS/ UFGD²⁸¹ foram criados em 1999. O Doutorado, em ambas, foi aprovado em 2010 e iniciado em 2011, sendo este o marco inicial da consulta realizada. Quanto ao Programa de Pós-graduação em História da UFG, um dos mais antigos do Brasil, foi criado em 1972 e marcou o início da Pós-graduação no Centro-Oeste brasileiro e fora da região Sudeste. O seu Doutorado foi criado em 2003. No estado de Goiás existem mais dois Mestrados Acadêmicos. No Centro-Oeste também há o Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília (UNB), entretanto, neste momento, diante dos limites deste ensaio não incluímos esses Programas.

Inicialmente apresentaremos breves informações sobre a historiografia de Mato Grosso e de Goiás nas décadas de 1970 até parte de 1990, porque ela traçou algumas das linhas explicativas para compreensão do processo de formação dessas capitanias e fundamentou pesquisas posteriores, foi criticada e possibilitou desenvolvimento de outros temas. Em seguida, abordaremos os trabalhos defendidos entre 2011 e 2020 em eixos temáticos para que tenhamos uma ideia geral do que foi estudado nos últimos anos. Ao final, apresentaremos as considerações gerais.

Antes de prosseguirmos, é importante lembrarmos que a descoberta do ouro no oeste da América portuguesa, decorrente das descidas e das bandeiras, resultou na criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá) em 1727 e de Vila Boa de Goiás (hoje Goiás Velho) em 1736, que faziam parte da jurisdição da capitania de São Paulo. Desmembradas desta, no ano de 1748 foram criadas as capitanias de Goiás e a de Mato Grosso. Esse processo foi marcado por uma série de reações das sociedades indígenas

www.ppghufgd.com/; <http://ppghis.com/ppghis/>; <https://pos.historia.ufg.br/>

²⁸¹ No ano de 2006 foi criada a UFGD, no município de Dourados/MS, a partir do desmembramento da UFMS. Nesse processo, o PPGH permaneceu na UFGD.

que já se encontravam nessas regiões e reagiram à expansão territorial, à implantação da administração e ao estabelecimento de moradores não indígenas que se dirigiram para as minas em busca de ouro.

A decadência e outras faces da fronteira oeste

A produção historiográfica sobre Goiás colonial pode ser compreendida a partir de dois momentos, que não são estanques. O primeiro corresponde aos anos iniciais do século XX até 1960, cuja produção foi desenvolvida por memorialistas e genealogistas. Eles destacaram as primeiras bandeiras que adentraram o sertão e as ações de Bartolomeu Bueno da Silva²⁸², a formação dos primeiros arraiais, vilas e cidades, a mineração de ouro e agropecuária. Essas produções compõem uma das linhas de interpretação para a compreensão da história de Goiás, presente na historiografia goiana até os dias recentes (SILVA, 2015).

O segundo momento está relacionado à criação das Universidades Católica de Goiás (UCG) e da Federal de Goiás (UFG), a partir de 1960. Com a organização do quadro docente universitário e formação de professores de História, os estudos históricos passaram a ter uma dimensão acadêmica, reforçada com a criação do Mestrado em História no ano de 1972. Isto fez com que os anos de 1970 fossem considerados um marco no cenário historiográfico goiano, por dar atenção ao exame cuidadoso das fontes, à apropriação e à produção de conceitos, à proposição de problemáticas e hipóteses (CHAVES DA SILVA, 2015). No entanto, os discursos sobre a decadência e a ruína das minas feitos pelos indivíduos que viveram em Goiás nos séculos XVIII e XIX e as narrativas dos viajantes do Oitocentos, que deram continuidade a essa leitura de mundo e viram Goiás como um lugar atrasado (LEMES, 2015), ainda se fizeram presentes nas produções desse período.

²⁸² Bandeirante paulista, conhecido como segundo Anhangüera, que descobriu ouro na região de Goiás.

Nesse contexto, dentre os trabalhos, tem sido destacado o do jesuíta espanhol Luís Palacin. A sua pesquisa foi a primeira a dialogar com alguns dos aportes teórico-metodológicos da historiografia dos *Annales*, que com o(s) marxismo(s) esteve presente na produção historiográfica goiana nas décadas de 1970, 80 e parte de 90. Ao trabalhar com a longa duração, ele identificou os períodos de apogeu (1730-1754) e de decadência na mineração aurífera (pós 1754) na capitania de Goiás. Para ele, esse declínio resultou na ruralização, no abandono dos núcleos urbanos que tiveram a sua fisionomia prejudicada, na apatia, na ociosidade e no desprezo do trabalho por parte da população. Essa noção de “decadência” da sociedade após a mineração, tributária dos relatos de viajantes utilizados pelo autor, se tornou emblemática na historiografia goiana, pois passou a ser definidora da sociedade, economia e cultura daquela realidade no final do século XVIII e ao longo do XIX (CHAVES DA SILVA, 2015). Essa interpretação ecoou em diversos trabalhos, mas também gerou reações por parte de uma “vertente crítica da historiografia da decadência”. Esta considerou a continuidade, a homogeneidade, desconfiou do auge e negou a decadência, permanecendo no interior “dos limites do paradigma da decadência” (LEMES, 2015).

No que diz respeito a produção historiográfica mato-grossense sobre o período colonial, didaticamente, podemos compreendê-la a partir de três períodos, o que não significa que eles sejam fixos e suas características não sejam coexistentes: a) antes da década de 1970; b) entre as décadas de 1970 e 1990; d) após 2000. No primeiro, estão os trabalhos publicados por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), cujos textos destacavam as ações dos bandeirantes paulistas e das autoridades. Já nos idos de 1970, quando os cursos de graduação em História foram criados na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e na Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT),²⁸³ par-

²⁸³ Em 1979, com a divisão do Estado de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, nesta foi criada a UFMS.

te de seus professores iniciou a revisão da história regional e iniciou a sua pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP), marcando o segundo período. Nesse momento, a maioria das pesquisas teve como base a tese do Antigo Sistema Colonial (JESUS, 2012).

Dentre elas, a de Luiza Volpato, primeiro e importante trabalho universitário a analisar Mato Grosso no período colonial e com grande repercussão em parte da historiografia mato-grossense após a publicação de seu livro em 1987. A autora chamou a atenção para a carência de trabalhos sobre a história de Mato Grosso, bem como para a permanência de duas explicações “mitológicas”, às quais se contrapôs. A primeira, correspondia a um passado opulento vivido na região durante o período colonial; a segunda, de que os problemas nela vivenciados estavam relacionados ao isolamento, que a teria impedido de seguir o compasso de crescimento de outras localidades brasileiras. Ela ainda ressaltou que o intercâmbio fronteiriço entre os moradores dos domínios espanhóis e lusos não tinham sido analisadas por uma historiografia “tradicional”, preocupada com a criação de heróis, e essa relação recíproca era componente necessário para a compreensão de seu passado, por sinal, observado nos trabalhos recentes.

Feitas essas críticas, em sua dissertação, a autora teve como objetivo compreender a decadência da mineração aurífera e como a população reagiu à crise e buscou meios para superá-la na capitania de Mato Grosso no período de 1719 a 1819. Entre um marco temporal e outro, destacou o estabelecimento da capitania (1748), a criação de sua vila capital, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), a montagem de um aparelho administrativo civil e militar e as discussões em torno da demarcação de limites. Em sua análise, ela se deparou com dois fortes núcleos de questões: a situação de pobreza e a condição de fronteira, que levou o homem comum a assumir a defesa territorial e a expansão dos limites portugueses sobre os de Espanha. Tinha-se “a luta de conquista num universo de miséria” (VOLPATO, 1997).

Essa interpretação ainda se faz presente em diversos trabalhos sobre Mato Grosso colonial e imperial, mesmo tendo sido questionada desde fins da década de 1980. De certo modo, as análises das obras dos autores citados parecem ter em comum o fato de lançarem chaves explicativas para o entendimento da constituição das capitanias de Goiás e de Mato Grosso, assentadas na decadência e na pobreza. Ambos foram questionados, mas também compreendidos tendo em vista as opções teórico-metodológicas vigentes naquele momento. No entanto, ficava a pergunta, diante do cenário apresentado por eles, como conseguiriam as sociedades da fronteira oeste se manterem? Tal questão levou ao desenvolvimento de outros temas.

As novas interpretações sobre essas capitanias se expandiram após 1999, com a criação dos Mestrados em História na UFMT e na UFMS²⁸⁴, e tiveram continuidade na UFG, onde o campo já estava consolidado. Esses trabalhos se inserem no campo da chamada História Regional, que não se define a partir de limites administrativos ou geográficos, pois as regiões são acontecimentos históricos, produtos resultantes de conflitos, de lutas, de guerras, de conquistas e de derrotas (ALBUQUERQUE MUNIZ, 2008). Com base na produção de 2011 a 2020, organizamos esses temas em seis eixos, com objetivo de apresentarmos um panorama das pesquisas desenvolvidas nas pós-graduações, embora saibamos que os trabalhos perpassam por mais de um. A partir dessas informações, observamos que a retomada dos estudos sobre a economia colonial seria muito bem-vinda. Os eixos são:

1) História, administração, instituições e elites: neste eixo estão incluídas pesquisas sobre a administração e instituições civil e eclesiástica (governadores, juízes de fora, ouvidores, missionários, processo de independência e discussão de limites territoriais). No tocante às elites locais, os trabalhos sinalizam que de acordo com as especificidades locais,

²⁸⁴ Como já observado, hoje, na UFGD.

elas procuraram se inserir nas instituições que podiam lhes garantir ascensão social e privilégios, como as câmaras municipais e as companhias de ordenanças. Já para as autoridades nomeadas pelo rei, alguns a contragosto, ao se dirigirem para as fronteiras a oeste viam as suas nomeações como possibilidade de ascensão política, assim como de enriquecimento, sendo que alguns se envolveram em atividades ilícitas. Para além disso, alguns dos estudos procuraram compreender a organização das instituições e as suas importâncias, como no caso das missões religiosas, incluindo as localizadas nos domínios espanhóis. Aliás, precisamos desenvolver mais investigações sobre as relações com Santa Cruz de La Sierra, La Paz, Assunção e Buenos Aires, possíveis, também, por meio dos caminhos que passavam pelas reduções da América espanhola.

2) História, mulheres e famílias: Os trabalhos inseridos nesse grupo analisaram as mulheres e as famílias, inclusive, alguns com discussões sobre mestiçagens. Se com a diminuição do ouro, em ambas as capitanias, muitas pessoas partiram, outras permaneceram, constituíram famílias, organizaram negócios, conquistaram mobilidade social e buscaram prêmios e honrarias que os nobilitassem. Para a capitania de Mato Grosso são temas ainda a serem melhor explorados.

3) História Indígena: são pesquisas sobre as políticas indígenas e indigenistas que transitam entre os séculos XVIII e XX e dialogam com a Etnohistória e a Antropologia. Em trabalhos do Programa da UFG, notamos a incorporação das noções de mestiçagens e também releituras na perspectiva decolonial. O protagonismo indígena, considerado não apenas nos momentos de guerra, mas também na efetivação de alianças interétnicas, na intermediação cultural, nas vontades e nas experiências indígenas que comprometeram ou adiaram a implementação dos projetos coloniais também é central nas dissertações e teses da UFG e da UFGD. É importante lembrar que nos territórios a oeste, no século XVIII, os enfrentamentos com os colonos também assumiram grandes

proporções no decorrer do período colonial. De todo modo, a História Indígena ainda está por ser melhor conhecida, considerando o período anterior e o posterior ao Diretório dos Índios.

4) História, campo e urbano: neste eixo estão as discussões sobre campo (roças, fazendas, sítios) vilas e arraiais. Os trabalhos passaram a dar atenção para as dinâmicas existentes em uma vila, em um arraial e no campo. Quando deslocamos os olhares para fora das vilas, em especial àquelas que eram sedes de governo, percebemos algumas diferenças internas entre as localidades, como exemplos, a composição demográfica e as atividades econômicas, pois nem todas as vilas e arraiais se dedicaram à mineração. Existiram àquelas voltadas para os engenhos, para a criação de gado *vacum* e cavalar ou que comportavam todas essas atividades produtivas. A diversidade de experiências não significa que os lugares e seus moradores estivessem desconectados entre si. De modo geral, esses estudos contribuem para a superação de visões homogeneizadoras sobre as dinâmicas das instituições e dos povos no interior das capitanias e também sobre a História do Brasil.

5) História Militar: a partir da chamada Nova História Militar, com análises sobre os fortes, presídios, hospitais, tropas e o papel defensivo dessas edificações.

6) História, escravidão e liberdade: voltada para escravidão negra, a considerar os quilombos, as fugas, as alforrias e a inserção de libertos na sociedade. Os estudos sobre os quilombos, na capitania de Mato Grosso, têm revelado as relações entre indígenas e negros, e que ao menos um deles estava localizado próximo às possessões espanholas. Da mesma maneira, que a localização da capitania favoreceu a fuga de cativos para esses domínios e que na segunda metade do Setecentos, os governadores portugueses reivindicaram as suas devoluções. Em um e outro trabalho, nos três programas, as conexões atlânticas foram destacadas e a escravidão problematizada nos quadros do império português. Muitas

outras informações, no entanto, ainda precisam ser investigadas sobre a sociedade escravista que se constituiu na fronteira oeste da América portuguesa.

Considerações gerais

A partir dessas produções notamos a predominância de estudos sobre Mato Grosso colonial nos programas de pós-graduação de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e de Goiás, no da UFG. Esses dados nos sugerem que a expansão dos programas tem gerado uma maior especialização e fortalecimento das pesquisas nos estados que atualmente correspondem às respectivas capitanias e evidenciam a ampliação no uso de diversas tipologias documentais, com destaque àquelas guardadas em acervos estaduais e municipais.

Quanto ao conteúdo, nesta exposição partimos da noção de decadência, a fim de demarcar as linhas explicativas com repercussão ainda nos trabalhos recentes. O avanço analítico em relação a essa interpretação está a depender de novas leituras e problemáticas feitas à documentação, da análise da produção já desenvolvida, bem como das perspectivas teóricas utilizadas. Para a capitania de Mato Grosso, outra importante chave explicativa para a compreensão de sua história é a sua condição de fronteira geopolítica, demarcadora de sua localização e da especificidade da região.

No tocante aos debates sobre a historiografia do período colonial, em parte das produções defendidas nos Programas aqui referidos, foram adotadas as discussões sobre o Antigo Regime nos Trópicos e as capitanias a oeste da América portuguesa foram analisadas no âmbito do império português. As pesquisas reafirmaram que elas não estavam isoladas e faziam parte, por exemplo, de importantes rotas mercantis que as conectavam ao Atlântico e possibilitavam o trânsito de homens e mulheres, livres, alforriados e escravizados. Porém, podemos avançar e aprofundar mais nessa abordagem, considerando as relações com o Estado do Brasil, o Estado

do Grão-Pará e Maranhão e depois Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1772). Destacamos que o mesmo vale para as comunicações entre as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, conectadas por estrada de terra aberta no ano de 1736. Por meio desse caminho e em direção aos “caminhos da Bahia” também se alcançava o Atlântico. Não podemos esquecer, ainda, dos caminhos pelo Tocantins.²⁸⁵ As capitanias a oeste são próximas historicamente, considerando as suas localizações e os períodos de conquista e de colonização, mas ainda distantes historiograficamente.

Em relação às comunicações das capitanias a oeste com as “capitanias do Norte”, seja por meio das atividades econômicas ou do deslocamento das pessoas, por exemplo, ainda carecemos de mais informações. Com a Amazônia portuguesa, nos programas de pós-graduação, estamos na fase de aprofundamento das pesquisas, embora nas décadas de 1970 e 80 trabalhos tenham sido desenvolvidos com ênfase no comércio e nas rotas. Sobre essa região, por muito tempo perdurou a ideia de isolamento de sua sociedade e economia, esta baseada na coleta de produtos da floresta e na agricultura, com intensa presença indígena como força de trabalho. Contudo, nos últimos anos, as pesquisas têm enfatizado a singularidade da Amazônia colonial nos quadros do império português e evitado a transposição das lógicas de ocupação do Estado do Brasil para o Estado do Grão-Pará e do Maranhão. Ela tem sido compreendida, ao menos, a partir de quatro grandes temas que provocaram mudanças nas interpretações. São eles: 1) as discussões sobre as fronteiras passaram a considerar o intercâmbio, as experiências dos indígenas, dos colonos, dos mestiços e das autoridades; 2) as análises sobre experiências missionárias foram ampliadas; 3) Os impactos do Iluminismo aprofundados; 4) a agência indígena, seja no sentido de compreender a sua influência no mundo colonial ou no impacto europeu sobre as socieda-

²⁸⁵ Essas conexões são apresentadas em alguns dos capítulos desta obra.

des indígenas analisadas. Apesar desses avanços interpretativos, ainda é preciso compreender o cotidiano, as relações de gênero e afro-indígenas e as dinâmicas Pan-Amazônicas (CHAMBOULEYRON e IBÁNEZ – BONILLO, 2019).

Bibliografia

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. (2008). O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, 10(17), 55–67. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>
- CHAMBOULEYRON, Rafael e IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. The colonial Amazon. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American* (26 abril de 2019), p. 1-29. Disponível em oxfordre.com/latinamericanhistory
- CHAVES DA SILVA, Rogério. *Reflexões sobre o “fazer histórico”: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2015.
- JESUS, Nauk Maria de. (2012). A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios e Fronteiras*, 5(2), 93-113. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/168>
- LEMES, Fernando L. Por uma releitura da História: a historiografia da Goiás e o paradigma da decadência. In: LEMES, Fernando L. (coord.); SOUSA, Avanete Pereira, JESUS, Nauk Maria de, RENATO, Eduardo José. (orgs.) *Para além das Gerais. Dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa, Bahia, Goiás e Mato Grosso*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.
- VOLPATO, Luiza. *A conquista da terra no universo da pobreza. Formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

12.2. As capitanias do Norte do Estado do Brasil e suas relações com a Bahia, capitanias do Sul do Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará

Carmen Alveal
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Thiago Dias
(Universidade de Pernambuco)

Propomos uma reflexão sobre o uso do termo capitanias do Norte do Estado do Brasil e defendemos que as análises históricas devem complexificar a apreensão de determinados contextos, bem como a maior utilização do termo para determinada temporalidade. A divisão do território do que seria o Brasil em capitanias e a relativa permanência de suas geografias por meio das antigas províncias em atuais estados, têm levado muitos pesquisadores a limitarem suas investigações aos seus respectivos estados. Às vezes, essa limitação não se reduz ao objeto, mas ao próprio desconhecimento e falta de diálogo com a historiografia produzida nos estados vizinhos. Portanto, defendemos a necessidade de estudos mais globais sobre as capitanias do Norte, entendendo como uma região colonial (MATTOS, 1987; MORAES, 1999), cujo eixo Olinda-Recife é o difusor das gentes e instituições que estabeleceram relações diversas que se entremeiam na constituição desta área.

O termo capitanias do Norte é parte do título de uma das obras de João Fernando Almeida Prado, publicado em quatro volumes entre 1939 e 1942, ao abordar, entre outros temas, os primeiros povoadores da região ainda no século XVI até 1630. No período em tela, a colonização basicamente foi feita no litoral de Pernambuco e Itamaracá, com pequenos núcleos na região costeira da Paraíba e Rio Grande. Certamente, nesse momento, Olinda foi o grande centro difusor das expedições de conquista para o litoral norte. Posteriormente, o trabalho clássico de Vera Lúcia Costa Acioli (1997),

ao analisar os conflitos de jurisdição já mencionava as disputas do governo de Pernambuco em subordinar as capitanias do Norte, no momento da restauração. E o trabalho de Evaldo Cabral de Mello (2003) que aborda os conflitos intraelites da própria capitania de Pernambuco, e apesar de fazer pouca relação com as capitanias vizinhas, utiliza o termo capitanias do Norte.

Uma das explicações para que ainda haja estudos centrados em uma única capitania é que muitos dos vícios interpretativos dos Institutos Históricos e Geográficos dos séculos XIX e XX ainda tenham peso sobre os tipos de pesquisas históricas, sobretudo nas chamadas 'histórias estaduais', que acabam sendo circunscritas às capitanias ou às províncias que deram origem aos atuais estados da federação. Por outro lado, a importante expansão dos programas de pós-graduação das universidades federais brasileiras contribuiu para o significativo aumento da produção de teses e dissertações, mas que muitas vezes sofrem também desse vício de pensar a América portuguesa a partir das fronteiras estaduais vigentes.

Ao tratarmos das capitanias do Norte do Estado do Brasil, estamos referindo-nos a uma conformação regional de limites econômicos e políticos, que abarcava os territórios ao norte do Rio São Francisco até a Serra da Ibiapaba, limite do Estado do Brasil com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ou seja, os territórios da comarca de Alagoas, como parte da capitania de Pernambuco, além de Itamaracá (extinta apenas na década de 1760), Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Defendemos que a mobilidade político social, a dinamização econômica e as experiências culturais e religiosas contribuíram para uma certa organicidade e convergência no processo histórico como um todo do que se está chamando de capitanias do Norte do Estado do Brasil.

Partimos do princípio de que a Coroa portuguesa, ao longo dos séculos e a partir dos personalismos oriundos das cortes de Avis, dos Habsburgos de Madri até os reis da

restauração dinástica de Bragança, empreenderam soluções distintas entre tentativas de centralização, fragmentações e organizações geopolíticas regionais para a gestão do território e do governo colonial nas partes do Brasil. No entanto, a hipótese aqui defendida é que foram as conjunturas bélicas internas do Brasil, somado aos interesses e embates de poder entre as autoridades coloniais, que permitiu uma configuração de geopolítica regional e acabou por consolidar um rearranjo espacial de poder e de governo chamado por seus contemporâneos de capitanias do Norte do Estado do Brasil. Esse processo, em grande medida, esteve às margens da organização formal das instituições da Coroa portuguesa.

Mesmo sob a égide política de centralização empreendida pelo Governo Geral na segunda metade do XVII, a Coroa reconhecia Pernambuco e Rio de Janeiro como espaços diferenciados de governo. Exemplo disso foram os regimentos para governador no caso de Pernambuco, de 1670, e do Rio de Janeiro, de 1679, que concederam poderes diferenciados, tornando-os, na prática, administradores intermediários, com poderes acima dos capitães-mores e abaixo do governador-geral. Entretanto, o contexto interno e a própria restauração em Portugal foram os condutores decisivos que contribuíram para esse rearranjo.

As várias tentativas de organização político-administrativa na conformação das capitanias do Norte, sob o ângulo da centralidade do eixo Olinda-Recife para a expansão da conquista em direção ao norte e oeste, passam pela criação do Estado do Maranhão (1621), bem como pela presença holandesa (1630-1654) e pelo processo de adentramento nos sertões no período pós-bellum. A reafirmação de algumas autonomias na conjuntura final do século XVIII de algumas capitanias ou mesmo comarcas permite a asserção de que não se deve mais usar o termo capitanias do Norte a partir do século XIX, mais precisamente acreditamos que o divisor aqui seja a chamada Revolução Pernambucana de 1817. Essa revolução, diferente da Guerra dos Mascates (1710-1711),

foi marcada pela participação de outros segmentos sociais, inclusive oriundos do sertão e ligados à cotonicultura que buscavam minimizar essa dependência de Pernambuco em relação à região (MELLO, 2000). Além do mais, esse evento promoveu a formação de uma nova capitania, a de Alagoas e uma série de modificações jurisdicionais. Não podemos esquecer que a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815 também inaugurou a nomenclatura província.

As capitanias do Norte eram a região formada pela antiga capitania de Pernambuco, incluindo a região de Alagoas, que, em 1712, foi transformada em comarca, a capitania de Itamaracá, após a sua redução territorial com a criação da capitania régia da Paraíba, por volta de 1586, a capitania do Rio Grande em 1599 e a capitania do Siará Grande em 1603. Temporalmente, defende-se que o uso do termo capitanias do Norte deva ser utilizado apenas posteriormente à expulsão dos holandeses e a restauração, ou seja, a partir de 1654. A própria região onde os holandeses alcançaram conformou a região na qual houve o processo de embates para sua expulsão, contribuindo para certa uniformidade no sentimento de expulsão dos holandeses.

Foi nessa fase que o eixo Olinda-Recife consolidou-se como um centro, irradiando dali o processo de expansão e conquista, de certa forma retardado pela chegada dos holandeses. Na documentação relativa à capitania de Pernambuco e a atuação de suas instituições, fosse o governo da capitania fosse a câmara de Olinda, nas duas frentes de guerra ocorridas na segunda metade do século XVII, Palmares e Bárbaros, há diversos indícios de algum grau de entendimento de perceber as capitanias do Norte como um conjunto por parte da administração régia, mas também pela mobilidade dos indivíduos – tropas, povoadores com cabedal e sem cabedal, índios entre outros.

A configuração forjada no processo de organização administrativas das capitanias do Norte do Estado do Brasil levou a conflitos de jurisdições recrudescidos na segunda

metade do século XVII e que alcançaram vários aspectos da administração, desde fazendários a militares e políticos. As capitanias do Rio Grande e Paraíba, por exemplo, por serem capitanias reais, depois da expulsão dos holandeses, passaram a responder ao Governo Geral. Esse processo, contudo, não foi homogêneo e não ocorreu sem contestação.

Pernambuco, ao exercer uma centralidade dentro do projeto colonizador, fortaleceu os grupos oriundos de lá que expandiram seus interesses de diversas formas que lhe foram possíveis, atuando em postos de governança, postos militares, adquirindo terras, participando de câmaras ou mesmo nos contratos (MORAIS, 2021). Parece que anexar as capitanias vizinhas era um projeto em construção, mas bem calculado no sentido de se perceber os melhores momentos para que se pudesse efetuar. No caso de Itamaracá, os cálculos não foram bem medidos e também a questão era muito mais complicada, uma vez que a capitania ainda era donatária. Mas havia claro interesse em diversos grupos, incluindo os de Pernambuco em torná-la sujeita à capitania Duarte (VELEZ, 2009; 2016).

Já no âmbito fazendário, coube às provedorias reais criadas no Brasil ainda no século XVI em cada capitania, o cuidado por todos os negócios da Fazenda Real, notadamente, a fiscalização na arrecadação das rendas (foros, aluguéis, contratos etc) e direitos (tributos, emolumentos etc.), assim como a administração fazendária, tanto dos recursos a serem alocados na manutenção das folhas de pagamentos, como nos dividendos pertencentes à Coroa portuguesa. No contexto pós-restauração, podemos afirmar que entre 1654 até a criação do Erário Régio em 1761, a Provedoria de Pernambuco manteve suas funções ativas como estabelecidas no Regimento da Provedoria da Fazenda Real do Governo Geral de 1548 (confirmadas por sua republicação em 1653 direcionadas especificamente para o governo de Pernambuco) até ser transformada numa Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real em 1769 (ALMEIDA; SANTOS, 2017, p. 902; 905).

Esse longo processo de busca de equilíbrio entre os rendimentos e as despesas nas capitanias do Norte por parte de Pernambuco e a conjuntura de mudanças com as reformas pombalinas, culminou na extinção da Provedoria da Fazenda Real da capitania da Paraíba, em 1755, ficando, portanto, centralizado na Provedoria de Pernambuco a administração das fazendas reais de todas as capitanias do Norte, até o final do século XVIII. Com a criação das juntas da fazenda, entre outras alterações, destacamos o fim das propriedades de ofício de provedor, tanto na Paraíba como em Pernambuco. No entanto, mesmo com esses rearranjos, a capitania de Pernambuco seguiu exercendo centralidade fiscal nas capitanias do Norte, sendo nova fase direcionada junto à Coroa portuguesa, enquanto no século XVII era mais favorável aos interesses locais.

Assim, nos âmbitos militar e fazendário havia uma relação intrínseca entre as capitanias do Norte, capitaneada por Pernambuco. Entretanto, a relação entre essas capitanias é muito mais extensa, como mostram os trabalhos inéditos.

As capitanias do Norte, como uma região de complementaridade, com ênfase na análise econômica, tendo sua centralidade no porto de Recife, tiveram como principais atividades econômicas de exportação o açúcar, o couro, e o pau brasil e os grupos vinculados a essas atividades participaram na conformação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1760-1780) de acordo com Thiago Dias. É notável que os senhores de engenho e negociantes das capitanias do Norte utilizaram-se de estratégias para garantir a manutenção de privilégios quando da criação da Companhia, estabelecendo relações com comerciantes lisboetas (DIAS, 2017).

Por outro viés, tem sido feita uma problematização do que seriam as capitanias de Pernambuco (escrito no plural mesmo e auferindo maior centralidade a Pernambuco) uma vez que as capitanias do Norte estariam circunscritas em um complexo heterogêneo de espacialidades, e “que não devem

ser tratadas enquanto entidades isoladas ou homogêneas” (CHAVES JÚNIOR, 2021, p. 16), mas que a capitalidade exercida pela capitania de Pernambuco evidenciar-se-ia pela configuração das suas jurisdições. Assim, Inaldo Chaves Júnior, recentemente, defende a nomenclatura capitânicas de Pernambuco para se referir às capitânicas do Norte.

Uma outra discussão mais refinada que a anterior, utilizou-se da correspondência trocada por diversas autoridades, envolvendo o governo de Pernambuco para analisar a construção da centralidade de Pernambuco em relação às outras capitânicas vizinhas. A discussão feita por Arthur Curvelo dedicou-se às nomenclaturas relativas ao governo de Pernambuco e sua relação com o entorno, analisando sua projeção territorial em uma escala regional na teia das relações de poder fazendo uso da comunicação política e partindo de temas mais recentes dos estudos coloniais que abarcam o assunto da troca de correspondências entre as autoridades. Uma das questões colocadas ao centrar sua argumentação nesses documentos é que a origem deles tem como centro Pernambuco. O equacionamento da comunicação com outras capitânicas, porém, fica dificultado uma vez que não foi utilizada a documentação local das outras capitânicas do Norte (CURVELO, 2019).

Ao ter como foco a permanência de algumas famílias da nobreza da terra de Pernambuco ao longo do período colonial, e as estratégias para tal perpetuação, outro recente trabalho de 2021 verificou que a atuação dos membros dessas famílias incidiu de diferentes formas em uma região mais ampla. Ana Lunara Moraes percebeu que agentes de Pernambuco participaram do processo de territorialização das capitânicas ao norte a partir de Pernambuco, sobretudo, por meio da mercê de sesmarias, com as quais passaram a atuar na pecuária, para além dos engenhos que possuíam no litoral açucareiro. Ademais, membros dessas famílias contraíram matrimônio com moradores de outras capitânicas e ainda atuaram nas câmaras de Goiana (Itamaracá), Aquiraz (Ceará) e

Natal (Rio Grande), o que demonstra uma grande mobilidade entre as capitanias (MORAIS, 2021).

Assim, vemos uma nova geração de historiadores a qual analisa as relações existentes nas capitanias do Norte, mas que às vezes hesitam em utilizar o termo. Este termo capitanias do Norte, região colonial formada pelas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, e Ceará, ao reconhecer a centralidade do eixo Olinda-Recife não significa reduzir as capitanias vizinhas a um aspecto negativo da periferia. Portanto, não basta apenas as regiões periféricas olharem para o centro, mas o centro, nessa perspectiva de conjunto, deve também olhar para o seu entorno.

Bibliografia

- ALVEAL, Carmen. A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701: estratégia da Coroa ou interesse de grupo da Capitania de Pernambuco? In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. (Org.) *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais da América lusa: hierarquias, poderes e governo (séculos XVI-XIX)*. Recife: EDUFPE, 2016.
- CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As Capitânicas de Pernambuco: política e administração na América Portuguesa (sécs. XVII-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.
- CURVELO, Arthur A. S. de C. *Governar Pernambuco e as “capitânicas anexas”: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756)*. Lisboa, Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa. Lisboa. 2019.
- DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710 – c. 1780)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O Federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MORAES, Antônio C. R. de. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Em busca da perpetuação. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitânicas do Norte, séculos XVI-XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora. Évora. 2021.
- VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. *Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)*. Dissertação (Mestrado em His-

- tória) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2009.
- VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. *Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)*. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016.

12.3. Manifestações antilusitanas em Goiás e Mato Grosso: percursos historiográficos

**Patrícia Figueiredo Aguiar
(Universidade Estadual de Goiás)**

Este texto tem por objeto de estudo as manifestações antilusitanas ou lusofóbicas desenvolvidas no Brasil durante o período regencial (1831-1840), com o objetivo principal de refletir como a historiografia goiana e mato-grossense problematizaram essas manifestações, com destaque a duas sedições que ocorreram nessas províncias na década de 1830.

Considerando as pesquisas sobre o período regencial brasileiro e os limites deste texto, levamos em conta os trabalhos (algumas dissertações, livros, coletâneas e artigos) desenvolvidos nas últimas duas décadas, com o objetivo de refletir sobre as interpretações sobre o período. No Brasil, a partir dos fins dos anos 1970, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no país e a decorrente demanda por temas ainda não explorados, seja por meio de fontes pouco trabalhadas ou por enfoques ainda não tratados, novas pesquisas trouxeram mais robustez aos estudos sobre as regências. A produção historiográfica acerca do período regencial (1831-1840) tem sido abordada através de alguns eixos temáticos: os embates entre os ideais de centralização e descentralização; a dinâmica da formação do Estado nacional; o desenho institucional a partir da relação entre a corte e as províncias; a atuação e os projetos desenvolvidos por grupos e atores políticos provinciais; as revoltas regenciais e a imprensa regencial. Por meio destes eixos temáticos, as pesquisas permitiram o avanço do conhecimento acerca de outras circunstâncias históricas e sublevações que agitaram o Brasil nos oitocentos, a exemplo dos estudos que se ocuparam da província de Goiás e Mato Grosso.

Um dos eixos dos estudos sobre as regências se ocupa da atuação e os projetos desenvolvidos por grupos e atores políticos no âmbito provincial, e ao nos atentarmos a essa

perspectiva, é possível sabermos que no período posterior à independência (1822) ocorreram várias manifestações de cunho antilusitano que foram resultado da atuação de grupos políticos provinciais. O antilusitanismo se estabeleceu como estratégia política, por parte de elites em ascensão de tendência liberal que almejavam maiores espaços na política provincial, e que se estruturou por meios econômicos, sendo uma maneira de afirmar uma nacionalidade em construção, a brasileira, mediante a ruptura com o passado colonial. Nesse sentido, os portugueses foram utilizados pelas elites políticas e econômicas provinciais como símbolo dos infortúnios vividos no âmbito econômico provincial, elemento fundamental para que a hostilidade popular fosse direcionada contra esse grupo em particular.

As representações e imagens evidenciadas sobre os estrangeiros, especialmente, os portugueses, foram amparadas em construções negativas que envolveram tanto a questão de classe, quanto a recriação e exaltação dos preconceitos raciais e xenofóbicos. Essas representações e imagens se manifestaram não somente como exigências formuladas no âmbito social das províncias, mas, também, e, acima disso, responderam aos interesses das elites políticas e econômicas que enxergavam as necessidades da nova ordem socioeconômica, baseada no valor do trabalho e voltada à construção da nacionalidade brasileira em oposição à presença portuguesa.

As dinâmicas que envolveram a formação do Estado nacional desenvolveram-se em um processo marcado por um desenho institucional que foi constituído através das relações muitas vezes conflituosas que se desenvolviam entre a corte, no Rio de Janeiro, e as províncias. Essa relação foi marcada desde o seu início pela colisão de ideias e concepções divergentes, especialmente, no período regencial em que os embates entre a noção de centralização e descentralização se acentuaram.

Nos últimos vinte anos, várias pesquisas têm demonstrado que a sociedade brasileira no período regencial já

vivenciava certa heterogeneidade no campo político, constituída por uma tumultuada divisão das elites políticas em torno dos ideais conservadores e liberais, responsáveis por inúmeros embates. A ala conservadora, marcada por ideias centradas no ruralismo, patriarcalismo e aristocratismo, era composta, em sua maioria, por portugueses oriundos dos grupos dominantes da sociedade brasileira desde tempos coloniais e que tinham uma base sólida de estrutura local de mando, com fortes relações políticas e administrativas. No que se refere à estrutura do Estado, os conservadores eram defensores da centralização do poder no Rio de Janeiro, além de demonstrarem apoio a Dom Pedro I. O grupo liberal, por sua vez, compunha-se de profissionais liberais e comerciantes, que vincularam sua orientação política à descentralização, sendo grandes defensores do federalismo, e, portanto, almejando maior autonomia das províncias frente ao governo central. Naquele contexto, as bases e as posições dos liberais foram, sem dúvida, muito mais progressistas e avançadas que as dos conservadores, mas vale ressaltar que entre os liberais não havia homogeneidade, havendo uma ala mais tendente ao conservadorismo, os liberais moderados, e outra mais combativa, até mesmo intransigente, firmada nas insatisfações provinciais e inclinada a entender um pouco mais o lado “social” das questões que tumultuavam o império, os liberais exaltados.

Durante as regências, os embates entre centralizadores e descentralizadores foram acentuados, sobretudo por permitir o conflito entre conservadores e liberais, e, por consequência, entre portugueses e brasileiros. As diversas reformas institucionais praticadas ao longo daqueles anos tiveram um papel decisivo na consolidação da estrutura política imperial brasileira, pois, havia entre os dois grupos estabelecidos clara diferenciação no viés político e econômico. Os liberais se pronunciavam a favor dos interesses urbanos, em especial, da burguesia comercial, imbuídos do idealismo dos bacharéis, sendo o seu ideal fortemente marcado pelo re-

formismo progressista e não demonstrando compromissos diretos com o fim do regime de escravidão. Já os conservadores seguiam um caminho diverso, estruturando-se como o partido da ordem, composto por uma elite formada pelos grupos econômicos com grande influência na sociedade daquela época, especialmente, por estarem à frente dos principais núcleos da lavoura e pecuária, eram eles os plantadores de cana-de-açúcar, cafeicultores e criadores de gado.

Os embates entre liberais e conservadores se desenvolveram em várias partes daquela sociedade, e a imprensa passou a ter um papel muito significativo no âmbito social e político, por dar voz a grupos tão opostos. Através dela desenvolveu-se a propagação pública do debate político, e nos foi permitido conhecer, anos depois, através da historiografia, as linguagens e conceitos políticos que compunham esses periódicos, além da opinião pública e dos espaços de sociabilidade desenvolvidos nas diversas localidades do país. No centro do Brasil, esse veículo de informação também se fez presente, inicialmente na província de Goiás a partir de 1830 e em Mato Grosso, a partir de 1839.

As províncias de Goiás e Mato Grosso faziam fronteira uma a outra, e dessa forma as notícias acerca das questões políticas circulavam entre elas, também em função das relações comerciais entre importantes proprietários das duas regiões. No século XIX, o primeiro jornal da região central do Brasil, foi “A Matutina Meiapontense”, que existiu de 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834, localizado no arraial de Meia Ponte, hoje município de Pirenópolis, no estado de Goiás. A Matutina Meiapontense era editada pela “Typographia de Oliveira”, de propriedade do comendador Joaquim Alves de Oliveira. Esse periódico publicava, além de notícias políticas e econômicas do período, os atos dos governos provinciais de Mato Grosso e Goiás, totalizando 526 edições. Cabe destacar, que naquele período, a província mato-grossense não detinha nenhum órgão de imprensa, o primeiro jornal a circular em Mato Grosso, foi o “Themis Mattogrossense”, no

dia 14 de agosto de 1839, e dessa forma, o “A Matutina” se estabelecia como uma importante ferramenta para que as informações sobre essas duas províncias que faziam fronteira, circulassem, uma realidade que permitia maior conexão entre elas.

O “A Matutina Meiapontense”, teve grande influência na sociedade goiana, e, através dos editoriais e notícias vinculadas podemos compreender o avanço inicial do “espírito liberal”, além da visão acerca do tempo das regências e suas conturbadas relações políticas. O editorial de “A Matutina” sinalizava, já naquele contexto, a presença forte do ideal liberal, sobretudo pelas notícias que eram publicadas. Compreendendo o periódico como representativo do contexto em que estava inserido, é possível sabermos que a elite letrada goiana do período regencial estava envolta ao ideário liberal, especialmente, por considerar necessária a reelaboração das relações de poder no interior da província e, assim, ter condições de enfrentar as autoridades nomeadas pelo governo imperial e que se estabeleceriam em altos cargos.

O periódico “A Matutina” publicava diversas notícias, além dos atos dos governos provinciais de Mato Grosso e Goiás, em suas páginas havia notas defendendo os direitos humanos, a ética, a cidadania, bem como a publicação de cartas com codinomes, que teciam críticas sobre a política, a economia, o Estado imperial, etc., na íntegra. Esta prática pode ser compreendida como uma forma de maquiagem as intenções dos administradores do periódico, que sob a sombra das cartas enviadas anonimamente, podiam destilar críticas mais ácidas ao governo imperial.

A partir da abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril de 1831, como os historiadores já constataram, as disputas políticas entre as facções se espalharam nas províncias. Na província de Goiás, as elites goianas residentes na capital, a “Cidade de Goiás” como era chamada, também foram assoladas pelos conflitos intraelite. Em junho de 1831, o periódico “A Matutina” noticiou o assassinato do ouvidor da comarca

de São João das Duas Barras, esclarecendo que, segundo os autores do crime, a causa da morte havia sido em função do ouvidor ser português.

O auge das rivalidades intraelite se deu entre os dias 14 e 16 de agosto de 1831, com a ocorrência de uma sedição, na cidade de Goiás, protagonizada por alguns dirigentes e proprietários da capital de tendência liberal, que mobilizaram as tropas de primeira e segunda linha e solicitavam a deposição dos portugueses dos cargos públicos na província. Essa sedição foi desenvolvida no seio das elites da província, alimentada por embates também vividos em outras partes do país, e envolveu civis e tropas militares, solicitando ao Conselho Geral da Província a deposição de seus cargos do presidente Miguel Lino de Moraes e de outras autoridades, também chamados de “brasileiros adotivos”, por estes não representarem a província.

Como é possível notar, diante de um contexto de explosão das ideias políticas e afirmação de identidades, o antilusitanismo se estabeleceu como estratégia de ação política, especialmente quando se inseriu como justificativa para a ocorrência de sedições e revoltas. A sedição se inseriu como um dos crimes contra a segurança interna do império e a tranquilidade pública, um crime contra a segurança do Estado, sendo considerada um motim, perturbação da ordem pública, revolta e sublevação, assim como anúncio de uma mudança.

Durante as regências, a imprensa foi vital para a formação da opinião pública e desenvolvimento dos espaços de sociabilidade política. E, é possível acrescentar, difusora das ideias que legitimaram e tornaram viáveis os conflitos antilusitanos. As sedições se ampliaram durante as regências, a partir dos avanços dos embates intraelite e, tanto na província de Goiás, como na província de Mato Grosso, elas foram resultado de um enfrentamento político ocorrido, especialmente, pelas disputas pelos cargos públicos de maior importância dentro das províncias.

O discurso antilusitano também se propagava pela província de Goiás, principalmente, pela atuação de uma elite ligada ao “A Matutina” que desenvolvia suas ações com o objetivo de intervir diretamente nas decisões políticas, além de modelar a administração regional a partir de seus interesses enquanto grupo político, social e econômico que estava disputando os mais importantes papéis nos espaços de poder e mando. A elite goiana responsável pelo jornal era crítica tenaz de alguns aspectos da ordem política do período, sobretudo, em relação à presença dos portugueses nos cargos públicos, sob a alegação de despotismo.

Em “A Matutina”, as críticas mais acentuadas ao governo provincial eram dirigidas aos funcionários provinciais de origem lusitana. Essas hostilidades, é possível supor, tinham uma finalidade específica, angariar apoiadores contra os funcionários lusitanos que estavam bem instalados na sociedade local, e, especialmente, destilar entre os indivíduos de menor prestígio, um sentimento conflituoso, além de prometer-lhes ganhos com o avanço dos conflitos contra os portugueses ou os outros poderosos da região.

Os conflitos intraelite também marcaram a história de Mato Grosso, e a ocorrência da “Rusga” é muito representativa da força dos jogos de poder que representam o período. É possível destacar que embora o periódico “A Matutina Meiapontense” não estivesse mais em circulação durante a ocorrência da “Rusga”, as ideias em debate nas edições do jornal, chegaram anteriormente em Mato Grosso, não à toa, as justificativas para a sedição de maio de 1834, foram semelhantes.

A sedição de 30 de maio de 1834, ocorrida em Cuiabá²⁸⁶, conhecida como “Rusga”, foi um acontecimento que entrou para a história de Mato Grosso como um dia funesto, marcado pela violência. Na ocasião, ataques foram direcionados aos portugueses e às pessoas a eles associados, os quais ha-

²⁸⁶ Tornou-se a capital da então província de Mato Grosso no dia 28 de agosto de 1835 (antes a capital da província era Vila Bela da Santíssima Trindade).

bitavam a província e, naquele momento, tinham participação na política local. O movimento foi um levante ocorrido em função de uma fratura de interesses dentro do principal grupo dirigente da província, de um lado os principais representantes da elite tradicional e detentora de privilégios, conservadora, e, do outro, uma elite política regional ascendente e liberal.

As interpretações a respeito da ocorrência da “Rusga” se modificaram ao longo dos anos. Ela já foi compreendida como resultado de um embate entre partidários do absolutismo que gozavam de prestígio em Mato Grosso (os portugueses), contra uma elite local que defendia os interesses de um Brasil Independente (brasileiros). Bem como, a interpretação de que os portugueses estimularam essa reação do povo cuiabano e mato-grossense.

Houve, também, um esforço em inserir a “Rusga” como um importante movimento regencial, assim como a Balaiada, Sabinada, Cabanagem, etc., algo que ainda faz parte dos interesses dos pesquisadores contemporâneos. Esse movimento armado, também foi interpretado por alguns historiadores, como resultado da coligação de algumas províncias, em frente única nacionalista, para garantir a ordem e a independência do Brasil. A partir desse viés interpretativo, os portugueses se tornaram os carrascos que colocavam em risco a independência do Brasil e, por esse motivo, foram os alvos da sedição.

Atualmente, como é possível notarmos na coletânea “Rusga: uma rebelião no sertão”, pesquisadores têm compreendido a “Rusga” como um acontecimento resultante de uma luta por poder, que gerou uma cisão intraelite. Ela tem sido interpretada como uma sublevação que foi resultado do enfrentamento entre duas facções que lutavam pela ascensão ao poder, uma elite política regional ascendente, formada por comerciantes, militares de carreira, e profissionais liberais, contra outra já instaurada, constituída por grandes proprietários de terras, militares de alta patente, em sua maioria

portugueses, e deixou indícios de ter se estabelecido como uma luta étnica, com forte conotação de cor.

Em suma, destaca-se a importância de perscrutar as circunstâncias das insurreições e esboçar suas ressonâncias, além de compreender que a formação do Estado nacional brasileiro se deu em um contexto de tensões, entendendo-se que a sedição de 1831 na cidade de Goiás, na província de Goiás e a sedição de 30 de maio de 1834 na cidade de Cuiabá na província de Mato Grosso, foram, também, uma resposta ao contexto histórico em que estiveram inseridas. A formação das associações políticas, os periódicos e os interesses das elites locais por maiores privilégios, a participação dos livres pobres e soldados nas sublevações, tudo isso também se fez presente em diversas partes do Brasil império. Desenhou-se, pois, uma realidade na qual se edificaram novos discursos regulamentadores da vida com vistas à conquista da ordem, da tranquilidade pública e do bom andamento do país independente.

As discussões acerca dos diferentes movimentos ocorridos durante os anos em que as regências vigoraram no Brasil evidenciam o período conturbado vivenciado pelo país, quando o projeto de formação de uma nação foi mesclado a revoltas, rebeliões, sedições e motins que expunham a diversidade de reivindicações e a falta de unidade no extenso território brasileiro. O destaque atribuído a esse contexto se deve à importância em localizar as sedições e o antilusitanismo, temporalmente, uma vez que não se constituíram em fatos isolados. Pelo contrário, assim como os demais, foi reflexo de um período marcado por novas ideias políticas, pela formação de associações que permitiram a elaboração de debates a respeito da forma pela qual o Brasil independente deveria ser compreendido sob a perspectiva das elites locais que pretendiam, cada vez mais, maiores privilégios.

O acontecimento da sedição de 1831 na cidade de Goiás e da “Rusga” na cidade de Cuiabá e seus arredores, embora tenham surgido de um embate entre elites políticas que lutavam pelo mando político-administrativo das províncias,

foram utilizados por seus líderes como uma tentativa de alcançarem mudanças que os favorecessem. Para isso, tendo lançado mão de sua influência e da insatisfação da população que vinha sendo castigada pela carestia dos itens de subsistência e pelo atraso do pagamento dos soldados, difundiram a ideia, com o apoio da imprensa no caso de Goiás, de que o drama vivido pela população ocorria em função das atitudes de uma parcela de portugueses que viviam nessas províncias.

A partir desses conflitos entre portugueses e brasileiros, pode-se inferir que o tema do antilusitanismo, naquele contexto, relacionava-se ao próprio processo de construção do Estado e da identidade nacional em constituição nos oitocentos. Diante daquela realidade, para a construção da identidade brasileira, a oposição em relação aos indivíduos nascidos na ex-metrópole portuguesa foi compreendida como um caminho viável para a formação da identidade brasileira. Não à toa, houve a difusão do lusofobismo, por meio da imprensa, que a exemplo do que ocorreu na província de Goiás, estabeleceu-se como uma estratégia que permitiu ser construída uma ideia de nação soberana, que seria constituída pelas mãos dos cidadãos ativos brasileiros, mediante a ação dos seus representantes.

No desenvolvimento dessas tramas envolvendo discursos e relações de poder, a narrativa histórica vem sendo elaborada com o objetivo de apresentar versões sobre os acontecimentos, e tais trabalhos apresentam, em suma, interpretações complexas sobre a formação do Brasil independente, bem como sobre as regências, enquanto momento importante e único dos processos de construção do Estado imperial e da nação brasileira. E asseveram, no caso da historiografia goiana, a relevância da imprensa oitocentista, não apenas como fonte ou como objeto de pesquisa, mas, também, como agente histórico, uma vez que foi capaz de atuar com alto grau de influência sobre os acontecimentos de sua época e de produzir concepções que agitaram um período importante da história brasileira.

Bibliografia

- AGUIAR, Patrícia Figueiredo. *Uma sedição no sertão: a Rusga em Cuiabá (1834)*. Cuiabá: EdUFMT, 2020.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol 2.; Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no a matutina Meiapontense (1830-1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2013.
- SENA, Ernesto Cerveira de; PERARO, Maria Adenir. (Orgs.). *Rusga: uma rebelião no sertão: Mato Grosso no período regencial (1831-1840)*. Cuiabá: EdUFMT, p. 115-134. 2014.
- VIEIRA, Martha Victor. A circulação dos ideais liberais na periferia da nação: imprensa, liberdade e cidadania na Província de Goiás. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 2, p. 202-222, 2016.

12.4. Atravessando linhas imaginárias

Renata Malcher Araújo
(Universidade do Algarve)

Há um trecho muito citado da *História do Brasil* (1627) de frei Vicente do Salvador, que todos provavelmente conhecem. É o início do cap. V, onde se refere à suposta negligência dos portugueses que, segundo frei Vicente, não tinham ainda explorado suficientemente o interior do Brasil. O argumento principal do frade era que “sendo contígua esta terra com a do Peru, que a não divide mais que uma linha imaginária indivisível, tendo lá os castelhanos descobertas tantas e tão ricas minas, cá nem uma passada dão por isso”. Essa “linha imaginária indivisível” faz naturalmente referência ao tratado de Tordesilhas (1494). É muito interessante esta expressão, por todos os termos que usa. A evocação da linha como imagem sintetizadora da ideia de fronteira é certamente muito antiga, associando-se à representação das linhas que se podem traçar no solo para marcar os limites entre propriedades ou territórios. O vocabulário latino é, neste âmbito, especialmente rico; vejam-se, entre outras, as palavras *limes*, *linde*, *finis*, *rigores*, todas relacionadas a métodos de marcação territorial. Mas a hipótese de se poder mencionar uma “linha imaginária” para falar de fronteira é bem mais recente. É na verdade uma ideia profundamente moderna.

Como sabemos, o meridiano que os monarcas de Portugal e Espanha usaram para estabelecer inicialmente os limites dos seus territórios no novo mundo não era uma linha desenhada no chão, mas uma imagem abstrata supostamente projetada no céu. Uma linha, literalmente imaginada, ou imaginária, por oposição à concreta, mas não à inexistente. Ou seja, tratava-se de algo que não se podia ver, mas que não deixava por isso de existir em termos conceptuais. A frase de frei Vicente reforça esta característica, juntando ao imaginário o indivisível, que é como quem diz, que a fronteira

devia ser real e contínua, ainda que invisível. Mas, além disso, a frase aponta também para outro aspecto significativo, que é o apelo intrínseco à mobilidade que essa ideia moderna de fronteira convoca. Naquela terra contígua entre o Brasil e o Peru era preciso assegurar que se davam as passadas necessárias para se definir efetivamente o que era “cá” ou “lá”.

Nesse sentido, a linha imaginária de Tordesilhas, mais que um limite, é antes um traço de origem. É relativamente à linha divisória, que antecede o próprio descobrimento do Brasil, que se definem os territórios reivindicados por Portugal e Espanha na América do Sul. A linha está, pois, simbolicamente, no centro dos territórios por ela criados. Por isso mesmo, estes territórios situam-se num espaço que é, inevitavelmente, palco de uma disputa potencial que se desenrola ao longo dos três séculos de ocupação colonial.

Surgidos no âmbito de um acordo, e assim entendidos e apropriados pelas duas Coroas ibéricas, os territórios coloniais dos portugueses e espanhóis na América mantêm, em vários aspectos, uma identidade eminentemente relacional e até complementar em alguns casos, procurando ambos excluir da contenda quaisquer outros oponentes europeus. Assim, para a formação do território importava tanto o que ele era, como o que ele não podia ser; ou seja, do ponto de vista dos colonizadores ibéricos seria supostamente território português o que não fosse espanhol, e ao contrário também. O que implica que, quer uns, quer outros, reivindicavam as suas balizas numa base contratual e dialética em que a representação do domínio pesava tanto quanto o domínio em si.

Sobre este aspecto é interessante ter em conta que, embora o argumento da prioridade dos avanços sobre o território fosse um dado essencial do discurso político de ambas as Coroas, os seus agentes no terreno partilhavam, seguramente, a noção mais pragmática de que mais do que qualquer reivindicação jurídica, o que transformava a terra em sua era, sobretudo, a sua ação e presença nela. Os que agiam *in loco*,

de facto construindo a(s) fronteira(s), faziam-no persuadidos de que o direito ao território só se podia estabelecer mediante ação e o relevante era não apenas o que cada um fazia, mas também o que não deixava que os seus oponentes fizessem. Num contexto em que todas as ações se podiam converter em pleitos de reivindicação de posse, a percepção do espaço incorpora um importante sentido performático e exige de cada um dos atores, no terreno, um conjunto sucessivo de enunciações de presença, como que a reafirmar continuamente quem estava onde, fazendo o quê e desde quando. A essas reivindicações (e omissões) de presença *in loco* se devem somar ainda as determinações e os interesses que vinculavam esses espaços aos centros das respectivas monarquias e às próprias conjunturas políticas e econômicas em que ambas se inseriam em cada tempo. Juntando todos estes elementos obtém-se um quadro já de si consideravelmente complexo, mas necessariamente incompleto, porque falta incluir o papel fundamental, obviamente desempenhado pelos nativos ao longo de todo o processo.

Com efeito, a criação dos territórios coloniais dá-se pela supressão da terra aos índios, o que tem como corolário, em muitos casos, a aniquilação física dos próprios índios. Mas também se dá pela sobreposição da ideia do domínio entre ambos, pois em vários aspectos a apropriação da terra pelos europeus baseia-se no aparato jurídico da propriedade – e não na verdadeira posse. Tal situação é tanto mais evidente quando se mantinha a distinção entre os “índios amigos” – que eram incorporados ao território como um todo – e o “gentio bravo” – que eram os implicitamente detentores de bolsas de poder sobre o território, embora tal facto jamais fosse assumido de forma explícita. Ainda que no final do século XVIII se vá assistir a negociações de paz com caciques de algumas tribos, em nenhum momento se atribui um claro sentido territorial ao poder dos chefes indígenas. Os textos dos tratados e os rituais do estabelecimento da paz não dissimulavam que se estava

diante de uma capitulação, supostamente voluntária, que implicava o reconhecimento da soberania do rei, português ou espanhol.

Pode dizer-se que, de maneira geral, a fronteira discutida pelos reinos ibéricos ignorava as eventuais fronteiras existentes entre os diversos grupos indígenas, partindo do princípio que os índios eram parte integrante do território e não os seus possuidores. Como sabemos, não é fácil identificar de maneira precisa as fronteiras entre os diversos grupos indígenas que conviviam nas regiões Centro e Norte do Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Provavelmente não se poderá sequer falar da existência de fronteiras, dado que os conceitos que norteavam as divisões entre os territórios tribais não se enquadravam nos mesmos padrões da cultura ocidental. Não se quer dizer aqui que o Mato Grosso e a Amazônia indígenas fossem espaços sem conflitos. Evidentemente que o seu território era partilhado, e disputado, pelas várias nações que o ocupavam, e que se faziam guerras e alianças entre os povos que ali viviam. No entanto, a ideia do território como propriedade negociável, em si, independente do seu uso, não deveria fazer parte do universo indígena. Lutava-se pelo usufruto do território, e eventualmente, pela exclusividade deste usufruto relativamente aos outros grupos, mas não necessariamente pela sua propriedade. A terra era o suporte da vida e não um bem negociável, até porque, tratando-se de culturas seminômadas, mesmo o seu usufruto era, tendencialmente, temporário. Lutava-se, portanto, pelo livre uso do território, mas não por uma fronteira demarcada. Mas, mesmo admitindo que a ideia de território, e de fronteira, entre os grupos indígenas fosse muito diferente daquela que os portugueses e espanhóis discutiam, é evidente que se estabelece entre todos uma contradição intrínseca, pois a terra que é tida como sua por uns é de facto ocupada por outros que também se têm por seus donos de direito e que por ela lutam. Há assim uma espécie de sobreposição entre as diferentes concepções de território que implica que todos estavam continuamente

atravessando fronteiras diversas que, na maior parte dos casos, não o eram para si próprios. O que novamente reforça a importância da mobilidade como dado essencial dos processos de construção territorial em curso.

Esses trânsitos contínuos terão sido, aliás, uma das principais características da vivência regional ao longo dos tempos. Os especialistas são unânimes na afirmação de que vários grupos indígenas da Amazônia e do Mato Grosso mantinham relações de escambo intertribal que abrangiam por vezes áreas muito extensas. Para além das trocas que se faziam entre os índios, e depois entre estes e os brancos, o espaço em causa era desde sempre percorrido pelos indígenas e por eles conhecido. Tal facto colocava-os em posição de dominarem, pela experiência e pela cultura, os caminhos da região, detendo uma visão e conhecimento do espaço que, em vários aspectos, era, por certo, mais ampla que a dos colonizadores. Com efeito, a reivindicação que estes últimos faziam do território exigiu, antes de tudo, a superação da sua própria ignorância sobre as características daqueles espaços. Esse processo não só foi longo e difícil, como dependeu, em boa verdade, do contacto e dos conhecimentos dos próprios nativos.

Neste sentido, é possível dizer que, por longo tempo, a “linha imaginária” do meridiano de Tordesilhas terá sido conveniente, tanto para os portugueses, como para os espanhóis, pois mantinha o pacto da partilha, sem por em causa o desconhecimento de ambos do interior do continente. No século XVIII, por uma série de razões, e de pressões internas e externas às duas Coroas, tal deixa de ser possível. Sendo uma dessas razões, precisamente, a descoberta de ricas minas no interior do Brasil e a imperiosa necessidade, para os portugueses, de as salvaguardar. Novos tratados vêm impor a demarcação da linha divisória entre os territórios coloniais. Como sabemos, e já terá sido discutido em outros textos desta publicação, o processo também foi longo, difícil e, em parte, inconclusivo (o que repõe o estigma da ambiguidade eventualmente conveniente aos poderes coloniais).

De todos os modos, o que a conjuntura dos tratados assinados ao longo do século XVIII e suas respectivas comissões de demarcação trazem é a emergência de um novo desenho para a dita linha divisória. Desenho este que se executou concomitantemente no papel e no terreno, representado nos mapas que entretanto se faziam, as fortalezas e vilas que se fundavam para marcar a fronteira. De maneira um tanto simplificada, poder-se-á dizer que a estratégia portuguesa de “desenho” da fronteira tem duas faces. No sentido sul-norte do continente, e sobretudo na área central do Mato Grosso, reivindicava-se o curso dos rios para com eles materializar a linha divisória, instalando, ao longo do Paraguai, Guaporé, Mamoré e Madeira a nova “ocidental praia lusitana”. No sentido oeste-leste, o que se quer garantir é o usufruto exclusivo do percurso da maioria dos afluentes da margem norte do rio Amazonas. Neste caso, os portugueses em especial não estavam interessados em propor os próprios rios como linha divisória, mas buscaram afincadamente encontrar conexões entre eles de modo a estabelecer, para si próprios, a possibilidade de manter interligado o território que reclamavam. Num lado e noutro, as balizas para o marcar eram feitas de pedra e gente. Tratava-se, como se disse, de fortalezas, vilas e povoações estabelecidas nas cabeceiras dos rios e ao longo das suas margens. Essas balizas estabeleceriam o território por oposição e por continuidade, sendo este não apenas o espaço que correspondia às cercanias de cada núcleo, mas sobretudo o espaço de ligação entre os vários núcleos criados. Assim o território não é só referenciado a partir do seu limite exterior, da linha imaginária que o desenha no mapa, mas é conceptualmente concebido como um espaço que se define tanto pelo seu contorno como pelas suas interligações.

Neste sentido, a defesa da fronteira implicava que se tomassem iniciativas para sonegar aos oponentes o próprio conhecimento dessas ligações internas. Além das que evidentemente se deviam fazer para impedir a transposição das linhas propostas como limite entre as Coroas. Mas a exclusão recíproca implicou também a transgressão partilhada. En-

quanto se acreditou que houvesse vantagem, o comércio ilícito entre os territórios coloniais foi incentivado, esperando-se assim aumentar a entrada da prata no Brasil. O assunto era tratado como matéria de Estado nas cartas trocadas entre os governadores e o Conselho Ultramarino e, embora recomendando-se prudência, quase sempre parecia razoável a uns e a outros que se incentivasse clandestinamente as trocas que eram entretanto reiteradamente proibidas na lei.

Em 1772, Luís Pinto de Sousa Coutinho, referindo-se ao comércio de “contrabando” com as províncias de Moxos e Chiquitos, dirá ao seu sucessor no governo da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que os índios das missões pouco ou nada produziam e que as províncias não ofereciam verdadeiramente grandes oportunidades de trocas, salvo no caso de algum gado, que se reproduzia bem nos seus pastos, bem como arroz, açúcar e algodão. Acrescentava que para o interesse dos portugueses era menos aliciante ainda devido à dificuldade em trocar as mercadorias por metal.

Na verdade, a mesma intenção, de obter pelos seus produtos o ouro das minas do Brasil, estava por trás da relativa complacência com que a Coroa espanhola tratava a questão do contrabando entre as colônias, mantendo porém idênticas leis proibitivas. Félix de Azara assume claramente a hipótese de usufruir do comércio com o Mato Grosso arquitetando um plano para retirar o ouro das minas introduzindo o sal na região. Prossegue ainda dizendo que a criação de uma povoação a partir de onde se pudesse comerciar, e oportunamente atacar, serviria para destruir os estabelecimentos portugueses, fazendo-os infrutuosos ao seu soberano que necessitaria de grandes custos para os sustentar, pois além da sua manutenção teria que contar com os problemas dos escravos que “fugiriam como moscas” para os territórios espanhóis.

Efetivamente os objetivos das duas Coroas convergiam neste aspecto, e o contrabando foi, por isso, reciprocamente, tolerado e temido, transformando a zona entre os territórios

coloniais numa vasta área de interpenetrações mútuas. De igual modo, o fantasma evocado pelos espanhóis relativamente à fuga dos escravos era verdadeiro e recorrente. Para além dos quilombos de escravos fugidos que se formavam no mato, há inúmeros relatos de fugas de escravos portugueses que passavam para os territórios espanhóis, o que ocupava, em vários aspectos, a correspondência oficial entre os governadores locais e a metrópole. Em 1777, os vereadores da câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade reivindicavam privilégios que lhes permitissem perseguir seus escravos fugidos nos territórios de Espanha. Entre os assuntos discutidos no decorrer das demarcações, a fuga dos escravos ocupava lugar de destaque. Em 1782, o governador de Vila Bela insistentemente reivindicava do seu congénere da província de Chiquitos a devolução, já acordada, dos escravos, que era constantemente protelada pelas autoridades espanholas. Ainda nesse documento, Luís de Vasconcelos e Sousa, governador de São Paulo, relatava a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que enfrentava o mesmo problema nas regiões mais a sul, com os escravos que fugiam para as áreas de soberania castelhana.

Mas os mais recorrentes “atravessamentos” e conexões entre os territórios coloniais continuavam a ser feitos pelos nativos. No contexto das demarcações, a estratégia das duas Coroas foi similar, tomando ambas iniciativas de aliciamento dos grupos indígenas para as suas respectivas áreas de influência. Entre outros exemplos, é especialmente significativo o da criação de Vila Maria do Paraguai, fundada, em 1778, por iniciativa de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para aldear mais de sessenta índios de ambos os sexos que haviam “desertado” da Missão de São João de Chiquitos, persuadidos por pessoas que o governador tinha enviado para este efeito. Mais significativo ainda é, sobretudo no caso português, a decisão política de enquadrar as populações locais na condição jurídica de súbditos do rei, garantindo assim que o território fosse ocupado pelos novos portugueses.

Bibliografia

- BASTOS, Carlos Augusto. 2017. *No limiar dos Impérios. A fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c. 1780-c.1820)*. São Paulo: Hucitec.
- BRITO, Adilson Junior Ishihara. 2016. *Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes. 2014. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda.
- HERZOG, Tamar. 2015. *Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- LANGFUR, Hal. 2006. *The Forbidden Lands. Colonial Identity, Frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford University Press.

12.5. História e historiografia: conexões e comércio entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (segunda metade do século XVIII)

**Vanice Siqueira de Melo
(Universidade Federal do Oeste do Pará)**

Introdução

Na segunda metade do século XVIII, os rios Guaporé, Mamoré e Madeira constituíram um caminho fluvial que conectava duas regiões da América portuguesa: o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso, Estado do Brasil. Indígenas, africanos escravizados, militares, homens de negócio, religiosos, membros da administração portuguesa viajavam entre aqueles dois espaços. Essa conexão pode ser analisada a partir de variadas perspectivas, como: a política portuguesa para assegurar o domínio sobre a região, o abastecimento e alimentação das expedições, os sujeitos que percorriam o caminho, os gêneros transportados, a relação dos sujeitos com a água.

Apesar disso, poucas produções historiográficas analisaram esse caminho fluvial. Um dos temas que perpassa essas produções é o comércio, uma vez que essa rota fluvial deveria ser a principal via de abastecimento de Vila Bela, localizada na margem do Guaporé e que foi a primeira capital da capitania do Mato Grosso. Dessa maneira, é possível destacar três reflexões historiográficas que fizeram essa análise. A primeira é “River & Empires: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808”, que é tese de doutorado de David Michel Davidson e que foi defendida em 1970 (DAVIDSON, 1970). A segunda é “Do comércio em área de mineração”. Trata-se de uma reflexão feita pelo José Amaral Lapa e que foi publicada, em 1973, no livro “A economia colonial” (LAPA, 1973). A terceira referência nesse debate é a dissertação de mestrado “A Companhia Geral de

Comércio do Grão-Pará e Maranhão²⁸⁷ e os homens de negócio de Vila Bela” defendida pela Nathália Dorado Rodrigues (RODRIGUES, 2008).

Utilizando essa produção historiográfica, pretende-se, primeiramente, apresentar como o comércio entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará foi analisado por essas produções. Posteriormente, e a partir da documentação consultada em distintos arquivos, objetiva-se pontuar outra possibilidade de conexão comercial entre esses dois espaços e que não é contemplada por essas análises. Assim, uma vez que essas produções historiográficas destacaram a importância da Companhia no comércio com o Mato Grosso, pretende-se apontar a possibilidade de que esse comércio pode ter sido realizado, também, com um grupo mercantil da cidade de Belém.

Historiografia: conexões e comércio

Ainda não traduzida no Brasil, a tese “River & Empires” insere-se nos debates que analisam o avanço da expansão portuguesa em direção ao centro da atual América do Sul. A partir do que o autor denomina de “rota do Madeira”, ele analisa como o caminho fluvial, que conectava o Estado do Pará e a capitania do Mato Grosso, desempenhou um papel fundamental na geopolítica portuguesa durante a segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, David Davidson é preciso relativizar o papel desempenhado pelos bandeirantes paulistas na conquista territorial e ressalta o papel dos ministros portugueses durante a negociação que teria garantido a posse do oeste da América portuguesa. Apesar disso, David Davidson lembra que o avanço para o interior do continente americano foi realizado não apenas pelos impérios ibéricos, mas, também, por homens livres e os religiosos, principalmente das províncias de Mojos e Chiquitos.

²⁸⁷ Será referida como “Companhia” no texto.

O comércio é o eixo de análise que David Davidson utiliza para refletir sobre a conexão entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará. Assim, ele prioriza as atividades comerciais, públicas e privadas, desenvolvidas entre a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a capitania de Mato Grosso por meio do caminho fluvial. A reflexão sobre essas atividades comerciais concentra-se nos esforços dos agentes da administração portuguesa e dos administradores da referida Companhia em promover esse comércio e, conseqüentemente, conquistar esse território. A proeminência da Companhia nesse comércio seria justificada pelo fato de que a cidade de Belém, na perspectiva de David Davidson, seria caracterizada pela limitada capacidade comercial.

A segunda referência apresentada é o capítulo “Do comércio em área de mineração” escrito pelo José Roberto do Amaral Lapa. O livro *Economia Colonial*, onde consta o referido capítulo, foi publicado pouco tempo depois da finalização da tese do David Davidson e Amaral Lapa teve acesso a esse trabalho quando o livro já estava em composição tipográfica.

José Roberto do Amaral Lapa trata, de forma sucinta, alguns aspectos desse caminho que não foram analisados pelo David Davidson, como o apoio dado aos viajantes nas povoações situadas ao longo do caminho, as relações desenvolvidas com os grupos indígenas no âmbito desse comércio, as dificuldades enfrentadas durante a viagem e a alimentação dos viajantes.

Mesmo que não negue a importância da defesa e segurança da área do oeste da América portuguesa, José Roberto do Amaral Lapa argumenta que o comércio foi a principal razão para o estabelecimento da comunicação entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará. Diferente de David Davidson, a análise que Amaral Lapa realiza não fica restrita às políticas articuladas entre os administradores da Companhia e os membros da burocracia colonial. Dessa maneira, Amaral Lapa ressalta que o comércio que havia entre

o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso foi dominado pelos particulares. Assim, tratava-se de uma relação comercial que, num extremo, estava situada a Companhia e no outro os comerciantes do Mato Grosso.

Por fim, o trabalho mais recente que faz uma análise da conexão entre o Grão-Pará e o Mato Grosso por meio do comércio é a reflexão feita pela Nathalia Maria Dorado Rodrigues. Trata-se de uma análise do comércio realizado entre a Companhia e o grupo mercantil de Vila Bela. Assim, Nathália Rodrigues não se limita a analisar apenas a política comercial desenvolvida pela Companhia, uma vez que caracteriza quem eram os sujeitos que desenvolviam esse comércio. Nesse sentido, ela discute como eles, também, estavam vinculados a outras atividades em Vila Bela, como funções militares e na administração colonial, eram proprietários de terras e poderiam manter vinculações comerciais com portos de outras capitanias que não a do Grão-Pará.

É inegável a contribuição historiográfica das produções mencionadas acima. Tratam-se de reflexões que dialogam e que analisam o comércio entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará a partir de distintas ênfases. Essa produção historiográfica enfatiza a importância que a Companhia adquiriu no comércio desenvolvido entre o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Ainda que a relação da Companhia com o grupo mercantil de Vila Bela tenha sido permeada por conflitos e diversas dificuldades em promover esse comércio, é inquestionável o papel da Companhia na tentativa de conexão entre essas regiões da América portuguesa.

As reflexões realizadas pelo José Roberto do Amaral Lapa e Nathália Maria Rodrigues, por sua vez, distinguem-se da análise feita pelo David Davidson quando promovem, ainda que de maneira distinta, uma análise sobre os comerciantes de Vila Bela que atuavam nesse comércio com o Estado do Grão-Pará. Nesse sentido, não constroem apenas uma análise dessa vinculação comercial com a Companhia.

A ênfase das três produções historiográficas na atuação da Companhia não contempla uma reflexão sobre a praça mercantil de Belém e possibilidade de um grupo de comerciantes da capital do Grão-Pará atuarem no ramo comercial com o Mato Grosso. Talvez essa conexão comercial não tenha ocorrido na mesma proporção daquela que foi desenvolvida com a Companhia. Isso, por sua vez, não significa que ela não tenha existido. Afinal, as primeiras experiências comerciais envolvendo o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso ocorreram antes da criação da Companhia, a exemplo das expedições de João de Sousa de Azevedo, em 1749, e de José dos Santos Branco, Calixto do Rego Sousa, Antonio Francisco Serra e João Antunes da Costa, entre os anos de 1750 e 1752, que retornaram para Mato Grosso com carregações de gêneros do Pará.²⁸⁸

A circulação do ouro e as possíveis conexões comerciais

Há indícios que podem sugerir conexões comerciais entre os moradores do Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso. Essa possibilidade pode ser pensada a partir de uma relação que discriminava quais pessoas deveriam receber específicas porções de ouro que desciam do Mato Grosso para o Estado do Pará. Na referida relação, consta o nome de Antonio Rodrigues Martins, a partir do qual será analisada a possibilidade de conexão entre o grupo mercantil de Belém e Vila Bela.

O ouro era o principal produto conduzido pelas expedições que desciam do Mato Grosso até o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A Coroa portuguesa tentava controlar a circulação desse ouro no caminho fluvial. Assim, esse metal deveria ser registrado nas vilas e fortificações que estavam situadas nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. No início do

²⁸⁸ Anais de Vila Bela, p. 48-52

mês de janeiro de 1763, José Alves de Sousa chegou na vila de Borba, localizada no rio Madeira. Alves de Sousa vinha de Vila Bela e apresentou, na Intendência de Borba, as guias e o ouro que transportava. As guias que trazia José Alves de Sousa relacionavam diversas pessoas que deveriam receber porções específicas de ouro. Contudo, não informava quem havia remetido as porções de ouro. As quantidades de ouro deveriam ser encaminhadas a várias pessoas, como Antonio Rodrigues Martins,²⁸⁹ que foi o primeiro tesoureiro-geral do comércio dos índios, no Estado do Grão-Pará.

Antonio Rodrigues Martins era, no Pará, “quase o correspondente universal de tudo o que desce do Mato Grosso”.²⁹⁰ Em novembro de 1755, Rodrigues Martins enviou para Portugal o ouro remetido da capitania do Mato Grosso. Assim, uma vez que Rodrigues Martins era conhecido como um sujeito que possuía conexões com a capitania do Mato Grosso, pode-se cogitar a possibilidade de que essa articulação ocorresse em função das trocas comerciais constituídas antes da criação da Companhia, em 1755.

Após o falecimento desse sargento-mor, o filho dele, João Manuel Rodrigues, assumiu o posto de tesoureiro-geral do comércio dos índios. O governador José Nápoles Telo de Menezes caracterizou João Manuel Rodrigues como um negociante bem estabelecido em Belém e “das mais ricas e acreditadas casas dela”.²⁹¹ Enquanto tesoureiro dos índios, João

²⁸⁹ Relação anexada a carta de Domingo Franco para o governador do Estado do Grão-Pará Manuel Bernardo de Melo e Castro. Borba, 19 de janeiro de 1763. Arquivo Público do Estado do Pará- APEP, cód. 134, doc. 04.

²⁹⁰ Ofício do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Pará (Avulsos), cx. 39, doc. 3678.

²⁹¹ Carta do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Menezes, para a rainha D. Maria I. Para, 19 de setembro de 1782. AHU, Pará (Avulsos), cx. 89, doc. 7243. No mapa das famílias do Pará, de 1778, consta que João Manuel Rodrigues era

Manuel Rodrigues se envolveu em conflitos com autoridades locais e foi acusado de práticas ilícitas. Era um dos oponentes da Companhia. A maneira como fazia esses negócios era alvo de crítica dos administradores da Companhia (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 311). Um dos conflitos foi com o governador João Pereira Caldas. Em um requerimento encaminhado à rainha Maria I, três vereadores, incluindo João Manuel Rodrigues, e o procurador da câmara de Belém relataram que Pereira Caldas teria suspenso os quatro suplicantes das suas funções e conduzido o procurador à prisão. Esses peticionários apontavam a participação dos administradores da Companhia nesse conflito em decorrência da extinção da mesma.²⁹²

Embora tivesse apenas uma ação, João Pereira Caldas foi um dos acionistas da Companhia. Assumiu o cargo de governador do Estado do Grão-Pará com o objetivo de promover a recuperação econômica desse lugar. Uma das principais orientações conferidas a ele foi a de fomentar o comércio com as áreas limítrofes através do *Secretíssimo Plano de Comercio*, que previa o aumento das atividades comerciais com a capitania do Mato Grosso e com os domínios castelhanos, facilitando o fluxo de metais preciosos para Portugal. O desenvolvimento desse projeto resultou em acusações, feitas pelos opositores da Companhia, ao Pereira Caldas: a de que ele estaria envolvido nos negócios para o Mato Grosso e da Junta da Companhia (SANTOS, 2010).

Considerando que João Manuel Rodrigues possuía vínculos familiares com Antonio Rodrigues Martins, que teria

classificado como “mercador e tesoureiro dos índios” e um sujeito “com grande aplicação ao comércio”. O mapa está anexado em: Ofício do governador João Pereira Caldas para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Barcelos, 22 de junho de 1785. AHU, Pará (Avulsos), cx. 94, doc. 7509.

²⁹² Requerimento dos vereadores da Câmara da cidade de Belém do Pará, António Rodrigues da Silva, o capitão João Manuel Rodrigues, e alferes Ambrósio Henriques e o procurador, Manuel Duarte Gomes para a rainha D. Maria I. Post. 23 de abril de 1778. AHU, Pará (Avulsos), cx. 79, doc. 6568.

sido o principal correspondente do Pará com Mato Grosso, cogita-se que ele, também, tinha essa vinculação e que o conflito com a Companhia e o governador Pereira Caldas não era apenas decorrente das dívidas e insatisfações com o monopólio da Companhia: talvez esses conflitos estivessem relacionados com o possível comércio que João Manuel Rodrigues desenvolvia com a capitania do Mato Grosso.

Ainda no contexto dos conflitos de alguns moradores do Grão-Pará com a Companhia, Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha, administradores da Companhia, relatavam, em setembro de 1777, que Diogo Pereira de Brito iria para o reino como procurador dos oponentes da Companhia. Além disso, Pereira de levava “grande porção de ouro seu” além do que havia ficado em “Mato Grosso para donde se supõem também estabeleceu já sociedade com Manoel Raimundo Alves desta cidade, em ordem a sua melhor cobrança”.²⁹³

Não foi possível localizar documentos que explicitem como eram construídas as possíveis conexões comerciais entre os moradores da cidade de Belém e de Vila Bela. Os indícios acima podem apontar para a possibilidade de que o comércio entre o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso não era estabelecido, apenas, pela atuação da Companhia. Até o momento, não foi possível avaliar a expressividade da praça mercantil de Belém. Contudo, ela existia. E, talvez, seus participantes não estavam alheios ao comércio desenvolvido com a capitania de Mato Grosso.

²⁹³ Carta dos administradores da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão Antonio Coutinho de Almeida e Manoel José da Cunha, para o provedor e vice-provedor da Companhia. Pará. 18 de setembro de 1777. Anexado em: Ofício do provedor da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, Anselmo José da Cruz, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Lisboa, 24 de dezembro de 1777. AHU, Pará (Avulsos), cx. 78, doc. 6495.

Considerações Finais

As expedições que navegavam entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão possuíam inúmeras finalidades, simultaneamente: serviam como correios, além de possuírem funções militares e comerciais. Embora esses intentos tenham sua importância, a promoção do comércio entre esses dois espaços foi uma das principais preocupações da Coroa portuguesa para a região analisada na segunda metade do século XVIII. Além disso, o comércio entre essas duas regiões foi o principal tema da produção historiográfica que analisa a conexão pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré, a exemplo das reflexões feitas por David Davidson, José Roberto do Amaral Lapa e Nathália Maria Rodrigues.

Apesar disso, essas conexões comerciais ainda precisavam ser analisadas a partir de outras perspectivas. A possível participação de agentes comerciais, localizados na cidade de Belém, no comércio constituído com a capitania do Mato Grosso pode ser um dos novos eixos de análise sobre esse comércio. A releitura ou o acesso a outras fontes podem contribuir para compreender outras conexões entre o Grão-Pará e o Mato Grosso.

Bibliografia

- DAVIDSON, David Michel. *Rivers & Empire. The Madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808*. Tese (Doutorado em História) – Yale University. New Haven. 1970.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- RODRIGUES, Nathália Maria Dorato. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2008.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao real serviço. João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, julho-dezembro, 2010.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano. Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EdUFPA, 2012.

CAPÍTULO 13

Religião e religiosidades

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz
(coordenadora)

13.1. As dioceses da Amazônia e a expansão das fronteiras

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz
(Universidade Federal do Maranhão)

O que os historiadores hoje chamam de Amazônia portuguesa compreende uma enorme região que englobava espaços do norte e até partes do Nordeste do Brasil atual. No período que recobre esta investigação, o Maranhão era separado do restante do Brasil numa unidade político-administrativa própria. Desde 1621, a Coroa portuguesa criou o Estado do Maranhão, com capital em São Luís, embora ele estivesse subordinado ao Governo Geral do Brasil. O chamado Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, teve seu fim através de carta régia de 6 de agosto de 1753. O Maranhão se tornou unidade subalterna do Pará e o Estado passou a se designar de Grão-Pará e Maranhão. A região, portanto, desde o século XVII esteve numa situação de maior contato direto com a Europa. Uma das justificativas para isso, inclusive, era a proximidade de São Luís e Belém de Lisboa por via marítima

além, é claro, das grandes dificuldades de contato por terra ou mar, por exemplo, com Salvador ou Rio de Janeiro.

A conquista, dominação e colonização desse grande espaço não aconteceu com a interferência e atuação apenas dos colonos e dos agentes do poder real. Em todas as partes do império colonial português a Igreja Católica teve papel importante no funcionamento das monarquias católicas e nesse processo de fixação ao território. Na Amazônia não seria diferente. Não havia colonização sem a presença da Igreja. De início, a atuação dos missionários foi fundamental naquela região. Primeiro chegaram no mundo amazônico os franciscanos da província de Santo Antônio; depois vieram os missionários da Companhia de Jesus e com o passar dos anos chegaram as ordens dos carmelitas e dos mercedários. As províncias dos franciscanos também estiveram no território: os capuchos da Piedade e os frades da Conceição da Beira e Minho. Essas ordens regulares esquadriharam a região, atuaram na missionação e foram fundamentais no contato com os indígenas. Esses religiosos, entretanto, respondiam aos superiores de suas casas e, claro, ao papa.

A monarquia estabelecia suas ligações mais estreitas com os bispos e o padroado régio é uma das bases explicativas para isso. A Coroa tinha o direito de arrecadar e redistribuir os dízimos devidos à Igreja e indicar os ocupantes de todos os cargos eclesiásticos. O padroado consistia num conjunto de direitos (honoríficos, de apresentação às autoridades eclesiásticas dos servidores das igrejas e de cobrança de rendas) e de encargos (construir e defender igrejas, provê-las de objetos de culto, assegurar a sua sustentação e a dos clérigos) que a Igreja atribuída, como recompensa pelos serviços prestados, aos fundadores, construtores e dotadores de igrejas ou de benefícios eclesiásticos. Não é possível compreender a colonização sem ter em conta essa relação Estado-Igreja.

Para os reis era fundamental contar com os bispos e toda a estrutura das dioceses para que o empreendimento

colonial pudesse se desenvolver. A criação das dioceses, entretanto, foi lenta e irregular pelo território da América portuguesa. Na Amazônia também foi preciso instalar a jurisdição ordinária dos bispos para que a monarquia tivesse nos seus antístites agentes diretos. Em 1677 foi criada a diocese do Maranhão, a primeira da Amazônia portuguesa através da bula *Super Universas Orbis Ecclesias*. As dimensões do novo bispado eram imensas e isso foi comum nos espaços ultramarinos. A bula estabeleceu que o seu território ia desde o Cabo do Norte, atual Amapá, e englobaria o território ao longo do litoral e interior da terra até o Ceará.

A região passava por um período de expansão para o leste e desde período posterior à restauração portuguesa novas estratégias buscavam uma reconfiguração territorial e a consolidação da conquista. Além disso, há que se ressaltar que antes mesmo da união das Coroas ibéricas, os espanhóis já agregavam conhecimentos vastos sobre a Amazônia, dada a proximidade com as índias espanholas, fator de importante experiência para o enfrentamento contra franceses e holandeses durante o século XVII e também, no limite, para a criação do Estado do Maranhão.

A Coroa foi a principal responsável pela estruturação da malha diocesana e o monarca Dom Pedro II preocupou-se com a expansão das fronteiras de seus domínios naquela região. A necessidade de uma melhor gestão das tensões existentes entre missionários e colonos, por causa da mão de obra indígena, também foi elemento primordial para a criação da diocese²⁹⁴. O mesmo se pode dizer sobre a diocese do Pará, desmembrada da diocese do Maranhão, criada em 1719 pela bula *Copiosus in Misericórdia*. São Luís do Maranhão e Santa Maria de Belém, no Grão-Pará, eram cabeças

²⁹⁴ Evergton Sales Souza, "A construção de uma cristandade tridentina na América portuguesa (séculos XVI e XVII)". In: GOUVEIA, António Camões, BARBOSA, David Sampaio e PAIVA, José Pedro. (orgs.) *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 183-184.

de capitanias. Em Belém residiam as autoridades seculares mais importantes, como o governador, o ouvidor e o procurador da Coroa. A região era estratégica e a implantação do primeiro bispado em 1677 e, do segundo, em 1719, contribuiu sobremaneira para o alargamento do poder da monarquia portuguesa na região.

As duas dioceses da Amazônia tinham ainda uma especificidade: sua sufraganeidade estava submetida à jurisdição metropolitana, ou seja, se estabeleceu uma conexão direta entre as duas dioceses e a patriarcal de Lisboa. Esse é um dado fundamental para entender a especificidade da criação desses dois bispados da Amazônia. Essa ordenação jurisdicional implicava que as demandas em segunda instância não seriam remetidas para a Relação Eclesiástica da Bahia, como acontecia a todas as demais dioceses que foram sendo criadas na América portuguesa. Em casos de agravos e embargos, os documentos do bispado maranhense, e depois os da diocese do Pará, seguiam para a patriarcal de Lisboa.

Quando foi criada a diocese do Pará, desmembrada da diocese do Maranhão, como já mencionado, uma nova reconfiguração espacial foi necessária. Nesse ponto entra outro grande interesse da monarquia portuguesa na região: a anexação do Piauí ao Estado do Maranhão. Espiritualmente, o Piauí até então estava subordinado ao bispado de Olinda. No campo político, o Piauí era a porção de terra que separava as duas unidades administrativas da América portuguesa: de um lado, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, do outro, o Estado do Brasil. A partir da segunda metade do século XVII os sertões do Piauí passaram a ser zona de interesse de sertanistas, como os da Casa da Torre, mas também do crescente interesse do Estado do Maranhão sobre a região. No século XVIII, a distribuição de sesmarias e a guerra contra os índios deu a tônica da expansão sertão adentro²⁹⁵.

²⁹⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael e MELO, Vanice de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História. São Paulo*, n. 168, p. 167-200, Ja-

Em 1702, por carta régia, o Piauí passou à jurisdição espiritual do Maranhão. A consolidação dessa mudança só veio com a bula *Inescrustabili coelesti Patris* de 1724 enquanto Dom José Delgarte era bispo do Maranhão. Só então que oficialmente, e com autorização papal, que o Piauí passou à posse do bispo do Maranhão. Esse ordenamento espiritual acompanhou as decisões do campo político. A capitania do Piauí estava subordinada no temporal ao Estado do Maranhão desde 1715. É importante destacar que para a anexação completa ao que hoje chamamos de Amazônia portuguesa, o Piauí teve que estar submetido no temporal e no espiritual ao Estado do Maranhão. Aqui fica claro o projeto político da monarquia na região. Se desde o século XVII já havia essa intenção, é no século XVIII que a configuração territorial se desenha com mais clareza.

Uma longa vacância, entretanto, atrapalhou a atuação do bispo do Maranhão sobre o Piauí. Com a morte de Dom Delgarte, a diocese ficou 14 anos sem um titular. Só em 1739 que Dom frei Manuel da Cruz chegou pessoalmente ao seu território episcopal. Seu maior desafio, comprovado por inúmeras cartas que ele remeteu ao reino, era a posse espiritual dos sertões do Piauí. Vossa Majestade o teria advertido para ter particular atenção àquela região. O bispo então tratou logo que erigir duas paróquias no distrito da freguesia da Mocha (que depois se tornaria Oeiras), uma no Gurguéia, e outra na Caatinguinha. Em missiva ao rei, o bispo contou que na visita pastoral que faria à região tinha a intenção erigir mais paróquias.

Dom frei Manuel da Cruz começou a atuar mais detalhadamente na região do Piauí e esteve lá pessoalmente em 1743. Ao reino remeteu carta detalhada sobre sua peregrinação pelos sertões. Contou ter caminhado duzentas léguas e vencido grandes dificuldades. O mais difícil, segundo ele, ainda estava por vir: o sertão do Parnaguá, área no extremo sul

do bispado, região com grande contingente indígena. A visita se seguiu por todo aquele ano e teria contabilizado perto de oitocentas léguas.

Mais detalhes dessa atuação minuciosa do bispo sobre a região do Piauí é dada a conhecer pelas provisões que esse antístite passou. Nessas provisões o bispo nomeava os clérigos para as paróquias, nomeava visitantes, conferia licenças de confessar e pregar, ou seja, regulamentava quais padres seculares tinham chancela sua para atuar no território. No livro de provisões do bispado podemos contabilizar quantas dessas licenças foram conferidas à região do Piauí que recebeu 48 provisões. A maior parte delas dizia respeito ao provimento do clero em paróquias. Para a região do Maranhão, cuja cidade de São Luís era sede do bispado, foram 31 provisões, mas nessa área ele só criou capelas e proveu igrejas que já existiam antes da chegada dele. A atuação de Dom frei Manuel da Cruz foi marcadamente na região do Piauí. As igrejas foram penetrando o sertão e complexificando a malha diocesana naquela região que se expandia com o avanço da criação de gado pelo território.

Nessa região também foram criadas células fundamentais de administração da justiça eclesiástica em áreas afastadas da sede do bispado, as vigararias da vara. Aos vigários da vara era permitido tirar devassas, receber denúncias, fazer sumário de crimes de sacrilégio cometidos em lugares sagrados ou contra clérigos das freguesias de sua jurisdição, proceder contra os desobedientes em qualquer matéria de seu ofício fazendo auto e inquirição de testemunhas, poderiam tomar contas de testamentos; passar monitórios e dar sentenças de ação de 10 dias etc. Nas causas relativas ao sacramento do matrimônio, os vigários da vara poderiam fazer perguntas aos nubentes. Nos casos que eram considerados de maior gravidade, contudo, era imprescindível que os processos fossem remetidos para a sede do bispado onde seriam julgados pelos vigários-gerais.

Mocha, Sorubim, Parnaguá, Aroazes, Marvão, Piracurica e Parnaíba, foram as sete vigararias da vara providas pelo bispo no Piauí. A criação também de novas paróquias, células da vilas e cidades que se iam construindo pelo interior, foi ponto fundamental nessa jornada de conquista do território. O que aqui se tentou demonstrar é que a expansão e a conquista do território do Piauí aconteceu mediante um conjunto de medidas que se vinham tomando desde os fins do século XVII. Tais medidas foram criando força com expansão da criação de gado pelo interior do território e com a atuação mais efetiva do bispo do Maranhão naquela região. Para isso basta mencionar que a capitania de São José do Piauí só teria seu primeiro governador, João Pereira Caldas, em 1759, o que demonstra a ingerência longa do Estado do Maranhão sobre a região. Foi assim no campo político, mas principalmente no campo espiritual, já que o Piauí só teria uma diocese própria no século XX.

Com a diocese do Pará pode-se dizer que ocorreu movimento semelhante de busca de expansão das fronteiras e consolidação do território com o auxílio da diocese. Infelizmente, a escassez documental não permite aprofundar muito a questão, mas pode-se demonstrar isso através de um exemplo emblemático: a criação da vigararia-geral forânea no Rio Negro. Em todas as sedes de bispados havia a estrutura de vigararia-geral e os seus agentes, os vigários-gerais, eram responsáveis por toda a administração da justiça. Eles eram os juízes do tribunal episcopal. A capitania de São José do Rio Negro criada em 1755, desmembrada do Grão-Pará, teve seu primeiro governador, Joaquim de Melo e Póvoas, em 1758. Sua criação esteve ligada, entre outros fatores, à garantia da soberania portuguesa naquela região. Com sua criação a autoridade régia se firmava de maneira definitiva em terras que eram ocupadas irregularmente. A capitania era um projeto complementar à demarcação do Tratado de Madri e sua criação buscava consolidar os domínios portugueses na região setentrional.

A diocese percebeu desde cedo que seria preciso criar uma estrutura burocrático-normativa no Rio Negro para melhor assistir espiritualmente àquela comunidade, dada a distância de Belém. Em 1755 Dom Miguel de Bulhões eregiu a vigararia-geral do Rio Negro. Em 1757, frei José de Madalena foi nomeado seu primeiro vigário-geral e, em 1760, essa vigararia foi confirmada por carta régia. O vigário-geral de Belém continuava sendo a autoridade mais importante da justiça eclesiástica no bispado e estava no topo da hierarquia de comando da justiça episcopal, e para ele, poderiam agravar e apelar os que se considerassem lesados no tribunal inferior que tinha lugar no Rio Negro. A existência de vigários-gerais forâneos – além de vigários-gerais das sedes dos bispados – demonstra que a jurisdição alargada foi uma alternativa para fazer funcionar melhor a administração de poder e melhor funcionamento da justiça eclesiástica no território episcopal da América portuguesa.

Assim, o que fica evidente com os exemplos aqui mencionados do Piauí e do Rio Negro é que não bastava criar uma estrutura burocrática régia que atendesse à crescente população. Era preciso assistir às suas almas. A ereção de igrejas e capelas marcou a tônica daquelas cinco primeiras décadas do século XVIII na região amazônica. Com párocos prontos para ensinar a doutrina, administrar os sacramentos e atuar na conquista dos índios, a igreja se tornou ponto fundamental nesse processo e na efetiva demarcação das distinções entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Amazônia portuguesa, do Estado do Brasil, mas também entre o território português e o espanhol na parte setentrional do território.

Área fundamental de comércio, criação de gado e expansão da colônia pelo interior, o Piauí, que via crescer diariamente sua população, ganhou atenção especial do bispo do Maranhão. A capitania do Rio Negro, por sua vez, desempenhou papel estratégico de domínio luso nas partes setentrionais da América. Em ambas regiões o que se viu foi o apoio da Igreja ao projeto expansionista da monarquia.

Criaram-se vigararias da vara no Piauí para melhor gerir a atuação da Igreja sobre a população. Criou-se uma vigararia-geral no Rio Negro consolidando no campo espiritual a emancipação que a região já gozava no campo temporal. Sem a ajuda das dioceses, sem o auxílio espiritual àquelas almas, não se veria a robustez do empreendimento colonial. Criando uma malha diocesana cada vez mais ramificada e complexa, o que ambas as dioceses – do Maranhão e do Pará – fizeram foi apoiar o projeto imperial português. E isso aconteceu também em muitos espaços também da Ásia e da África.

Embora os estudos sobre a atuação das dioceses e o poder episcopal estejam apenas recentemente ganhando notoriedade na historiografia brasileira, eles já são fundamentais para questionar uma visão muito engessada que dá apenas às autoridades seculares o protagonismo das ações. Governadores, câmara, ouvidores, há muito são apontados como agentes fundamentais da colonização. Muitos desses trabalhos se esquecem de mencionar que *pari passu* à atuação deles havia outros agentes igualmente importantes: os bispos. É claro que as longas vacâncias que marcaram as dioceses do ultramar podem ter embaraçado muito esse cenário, mas quando havia bispo residente eles foram fundamentais para conhecer os territórios, cuidar do amparo espiritual dos seus fiéis. Como agentes da monarquia ele agiam amparando a expansão das terras e fixação das pessoas aos territórios. Coroa e Igreja caminhavam juntas.

Bibliografia

- Arquivo Público do Maranhão – APEM – Acervo Eclesiástico, Livro de Provisões, n 82.
- CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.
- CHAMBOULEYRON, Rafael e MELO, Vanice de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*. São Paulo, n. 168, p. 167-200, Janeiro/Junho, 2013.
- Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana*. Brasília: Edições do Senado, 2008.
- MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça, “O primeiro bispo deste Estado’. D. Gregório dos Anjos e a jurisdição episcopal na Amazônia, 1679-1689”, *Trashumante. Revista Americana de História Social*, 17 (2021): 34-58. DOI: 10.17533/udea.trahs.n17a02.
- PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- RAMOS, Alberto Gaudêncio (Dom). *Cronologia eclesiástica do Pará*. Front Cover. Gráfica Falangola, 1985.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte. Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 149.
- SOUZA, Evergton Sales. A construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa (séculos XVI e XVII) In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro. (orgs.) *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2014.

13.2. Desafios do governo eclesiástico à distância

Evergton Sales Souza
(Universidade Federal da Bahia)

Administrar um território dilatado em que a comunicação se ressentia da dificuldade dos caminhos, dos grandes espaços desertos, dos meios de transportes lentos e, muitas vezes, sem qualquer rede de apoio para os viajantes, não devia ser tarefa fácil. Em boa medida, esta era a realidade da administração civil e eclesiástica da América portuguesa na época colonial²⁹⁶. Neste capítulo, voltado ao problema da administração eclesiástica nas dioceses de Pernambuco, Maranhão e Pará, busca-se apresentar e entender os instrumentos e formas assumidas por um governo que teve, muitas vezes, que ser exercido à distância.

Para uma ideia inicial sobre o assunto, convém lembrar que a bula de criação da diocese de Pernambuco, datada de 16 de novembro de 1676, estabeleceu como território da diocese, separando-a da arquidiocese da Bahia, toda a extensão compreendida entre Fortaleza e o Rio São Francisco. A bula de criação da diocese do Maranhão, promulgada em agosto de 1677, definiu, sem muita precisão a respeito do interior do território, Fortaleza como limite com o bispado de Pernambuco. Ficando compreendidas na diocese do Maranhão as terras que estivessem a oeste de Fortaleza – a imprecisão desta divisão esteve na base das disputas que se verificaram na primeira metade do século XVIII, entre os bispados de Pernambuco e Maranhão, acerca da jurisdição das freguesias do Piauí. A diocese de Pernambuco se alongava também para o sul, acompanhando o curso do rio São Francisco e chegando até a freguesia de Paracatu, que se encontra atualmente no estado de Minas Gerais, confinando com os bispados da

²⁹⁶ Preferirei usar América portuguesa em função de tratar neste capítulo de realidades que tocavam ao Estado do Brasil e ao Estado do Maranhão e Grão-Pará (depois de 1751, Estado do Grão-Pará e Maranhão).

Bahia, a sudeste, e do Rio de Janeiro – Mariana, após 1745 –, ao sul. A diocese do Pará, criada em 1719, limitava-se a leste com o Maranhão e a oeste ela englobava todo o espaço amazônico, limitando-se com as possessões da Coroa espanhola e a norte com a Guiana Francesa. Em direção ao sul, é difícil precisar, num primeiro momento, os limites do território diocesano, mas englobou na década de 1730, como poderemos ver mais adiante, algumas regiões do que hoje constitui o estado de Tocantins – a partir de 1745 as prelações de Goiás e de Cuiabá formariam o limite sul do bispado do Pará. Este breve sobrevoo dos limites de algumas das dioceses da América portuguesa dá uma ideia do tamanho desses espaços e, sem dúvida, incita-nos a pensar como um bispo residente em Olinda ou em Belém, por exemplo, conseguiria exercer o seu governo nas localidades mais distantes da Sé episcopal? Evidentemente, o governo eclesiástico, bem como o civil, tinha os seus agentes espalhados pelo território. Os bispos nomeavam visitadores diocesanos, nos quais delegavam autoridade para auxiliá-los no trabalho de vigilância pastoral. A justiça eclesiástica, com suas varas e comarcas estabelecidas no território diocesano, também era um instrumento que contribuía para a administração do bispado. Ainda assim, o que pensar da comunicação entre os locais mais distantes e a sede do bispado? Como os bispos acompanhavam o processo de expansão da rede paroquial nos lugares mais longínquos de sua Sé?

Antes de tentar responder a essas questões, é preciso dizer que, ainda recentemente, a historiografia tendia a apresentar a Igreja diocesana como uma instituição que detinha pouco controle sobre seu território e sobre os fiéis diocesanos. Aqueles que compartilhavam dessa visão acreditavam que o desenvolvimento da Igreja na América portuguesa se devia principalmente à ação dos religiosos regulares. Há ainda quem veja na tardia promulgação das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, no sínodo diocesano de 1707, um claro sinal da fraqueza das estruturas diocesanas.

Acredito que ao longo das duas últimas décadas a multiplicação de trabalhos sobre o assunto contribuiu para o estabelecimento de um conhecimento mais aprofundado sobre a Igreja diocesana, mostrando sua inequívoca importância e seu raio de ação²⁹⁷. Desde o século XVI, com a criação do bispado da Bahia (1551) e da administração eclesiástica do Rio de Janeiro (1575), as estruturas eclesiásticas vão se desenvolvendo ao ritmo da expansão colonial. Se, em boa parte do século XVII, a colonização do território ficou restrita a uma franja litoral, é natural que a Igreja não tenha ido além desse espaço. Mas quando a colonização avançou para o interior, nota-se que logo, aos poucos, foram se estabelecendo as estruturas características da Igreja diocesana, com suas capelas, curatos, paróquias, varas e comarcas eclesiásticas. Assim, a indagação sobre as dificuldades do exercício do governo eclesiástico à distância parte do pressuposto de que, não obstante as dificuldades encontradas, a Igreja diocesana cumpriu o papel de disseminação e controle da crença a que se propunha.

Expansão territorial e malha paroquial

No momento da criação das dioceses de Pernambuco e do Maranhão era muito difícil definir os limites que separavam os seus territórios do interior das terras. Ao fazer de Fortaleza um marco da fronteira entre os dois bispados, a bula referia-se às suas partes mais próximas ao litoral, que não serviam para determinar os limites nos sertões desabitados ou habitados por povos indígenas não submetidos ao poder colonial. Os limites dos territórios eram determinados por Roma, mas era a Coroa portuguesa que solicitava a divisão naqueles termos. Isto quer dizer que, em 1676 e 1677, a própria Coroa ainda não tinha condições de demarcar com precisão aqueles limites por falta de conhecimento

²⁹⁷ Ao final deste capítulo encontram-se listadas algumas referências importantes para o conhecimento do assunto.

do espaço. Em maio de 1697, Dom frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, remeteu cartas para Lisboa dando várias informações sobre o seu bispado, dentre as quais uma descrição do curato de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas que, três anos depois, seria erigido em paróquia. O curato se achava próximo ao rio São Francisco e era o último que tinha o bispado ao sul do seu território. Estava situado no distrito de Cabrobó que não tinha limites definidos em direção ao norte e cujo território estimava-se em mais de 400 léguas. A região era objeto de um processo de expansão, sendo povoada, aos poucos, por conquistadores e colonos que, na esteira das guerras movidas contra Palmares e contra povos indígenas insubmissos, instalavam-se com suas fazendas de gado *vacum* – vale lembrar que enormes extensões de terras dessa região foram dadas em sesmarias a particulares como Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, uma das matriarcas da Casa da Torre. Também fazia parte desse processo o estabelecimento de aldeias indígenas sob a direção de missionários – várias dessas aldeias foram, inicialmente, criadas e administradas por colonos particulares. No relatório *ad limina* apresentado pelo bispo de Pernambuco a Roma, datado de 1701, dava-se conta do envio de 15 clérigos missionários para diferentes lugares do que então se chamava sertão de Rodelas. Tratava-se de claro esforço de colonização do território, do qual também participava a Igreja diocesana.

Embora Dom frei Francisco de Lima tenha sido um bispo que procurou visitar pessoalmente a maior parte de sua diocese, no que diz respeito a esses espaços do sertão de Rodelas, a sua ação dependeu muito do trabalho que delegou em mãos de clérigos de sua diocese. Destaca-se em particular a ação do padre licenciado Miguel de Carvalho, que foi enviado como vigário da vara para a região do Piauí, onde tomou todas as providências para a criação do novo curato de Nossa Senhora da Vitória, com sede no lugar chamado Mocha. A documentação relativa à criação daquela

que seria a primeira paróquia do Piauí permite ver o alcance da administração diocesana, bem como constatar a sua importância no que respeita à organização e controle da sociedade colonial²⁹⁸. Foi sob a autoridade do bispo, delegada no vigário da vara, que os moradores se reuniram para assumir o compromisso de erigir e manter a nova igreja, bem como pagar a porção cônica do sacerdote designado para aquele curato, o padre Tomé de Carvalho e Silva. Os mais de novecentos quilômetros que separavam Olinda da Mocha não foram impedimento para que o braço do poder diocesano se estendesse até lá, a fim de oferecer àqueles cristãos os serviços religiosos indispensáveis a uma comunidade cristã. Evidentemente, a presença da Igreja era também fator que contribuía para a organização e controle da comunidade. E aqui, novamente, pode-se ver a extensão do poder eclesiástico. Uma vez a paróquia instalada, os instrumentos de vigilância se tornam mais presentes no território. Um desses mecanismos, as visitas pastorais realizadas pelo bispo ou por seus visitadores, produziram, ao menos a partir da década de 1740, denúncias levadas ao conhecimento do Tribunal do Santo Ofício, em Lisboa, contra clérigos e moradores do Piauí, como mostrou Luiz Mott²⁹⁹. À época a paróquia de Nossa Senhora da Vitória já havia passado à jurisdição do bispado do Maranhão, cuja Sé, em São Luís, estava a mais de setecentos quilômetros de distância.

²⁹⁸ Para o leitor interessado em ver a documentação sobre o assunto, há no Arquivo Histórico Ultramarino-AHU, Conselho Ultramarino-CU, Pernambuco, cx. 17, doc. 1732, documentos sobre os primeiros momentos de expansão da Igreja no sertão de Rodelas. Sobre a fundação da paróquia de Nossa Senhora da Vitória ver AHU-CU, Piauí, cx. 1, doc. 2. Todos esses documentos estão digitalizados e podem ser consultados no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em <http://resgate.bn.br/>

²⁹⁹ MOTT, Luiz. "Um congresso de diabos e feiticeiras no Piauí colonial." In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (orgs.). *Formas de crer: Ensaio de história religiosa do mundo luso-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: Edufba/Corrupio, 2006, p. 129-160.

Plantar igreja e atalhar desordens nas vertentes do Tocantins

Na década de 1730, a região chamada de Terras Novas, que se acha no atual estado de Tocantins, começou a ser povoada. Manuel da Costa Madureira e Lourenço da Rocha Pita, que tinham vindo do Rio Grande, região que hoje se encontra no oeste baiano, mas que à época era distrito de Pernambuco, teriam sido os seus primeiros povoadores. O primeiro momento dessa expansão, iniciada em 1730, esteve ligado ao desenvolvimento da criação de gado *vacum*. Em 1735, a descoberta de minérios deu novo impulso à colonização daqueles territórios. Embora os primeiros povoadores tenham dado parte das novas descobertas ao governo do Maranhão, a administração daquelas terras foi submetida ao governo da capitania de São Paulo. João de Abreu Castelo Branco, que foi governador do Grão-Pará (1737-1747) e do Maranhão (1737-1745) tentou, por mais de uma vez, mostrar que a administração daqueles territórios deveria pertencer ao governo do Pará, mas a Coroa mostrou-se irredutível em sua posição. Proibia-se, terminantemente, a administração de minas no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Por trás da proibição, estava o receio de que franceses de Caiena e holandeses do Suriname, tendo notícia da existência de minas às quais, acreditava-se, poderiam facilmente acessar por navegação fluvial, entrassem nelas a fazer comércio. Assim, enquanto não se estabeleceu governo próprio para Goiás, todos esses territórios ficaram sob a jurisdição de São Paulo, não obstante a distância que os separavam da sede daquele governo³⁰⁰.

A Igreja não tardou a ter seus clérigos no espaço que ia sendo colonizado. Segundo informações do governador do Pará, a posse da jurisdição eclesiástica sobre a região havia

³⁰⁰ Sobre o assunto ver FURTADO, Júnia Ferreira. *Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)*. *Tempo*, v. 22, n. 40, p. 369-401, 2016 e PALACIN, Luiz. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1979.

sido tomada por despacho de Dom frei Bartolomeu do Pilar, tendo os governadores do bispado nomeado vigário e mandado visitador para aqueles sertões. Um manuscrito intitulado “Copia da derrota que fiz pelo Rio dos Tocantins abaixo até Belém do Grão-Pará”, que relata a viagem de um grupo saído do arraial de Santo Antônio do Campo, que se achava não muito distante do lugar em que se encontravam as águas do Rio Maranhão e do Rio das Almas, confirma parcialmente a notícia dada pelo governador. Diz que, em fins de 1734, havia encontrado moradores numa região que chamavam de Terras Novas, os quais lhe comunicaram que se achavam sob a jurisdição do Grão-Pará. No relato toma-se conhecimento de que o padre José Pires de Carvalho, enviado pela autoridade diocesana de Belém, já se encontrava naqueles sertões de Terras Novas. Ao tempo em que a região ia sendo “descoberta” e colonizada, a Igreja diocesana participava do processo.

Há notícias da presença de outro sacerdote na região, o padre Manuel Alvares. Ele é mencionado como sendo padre coadjutor da paróquia de Terras Novas, cuja matriz se achava em São Félix. Foi esse sacerdote que, em 1735, teria recebido ordem para deixar aquelas terras. A ordem emanou de Antônio Carlos Pinto, que dizia ter sido nomeado, pelo capitão-mor e pela câmara do Maranhão, superintendente-geral dos descobertos e por descobrir das Terras Novas. O padre não fez caso da ordem e tratou de publicar uma carta de excomunhão contra Antônio Carlos Pinto. Este, por sua vez, teria enviado um de seus homens, armado com uma faca, arrebatado a carta de excomunhão das mãos do padre em plena igreja. Por trás das intrigas estava a ambição pelo ouro, a vontade de escapar à capitação que estava em vias de se fazer por parte do governo de São Paulo e, seguramente, as disputas entre os principais daquelas terras, dentre os quais se encontrava o referido Antônio Carlos Pinto. Independentemente das relações conflituosas, interessa perceber que as estruturas eclesiásticas vão se desenvolvendo com a presença de um pároco e de um coadjutor. Visitadores diocesanos também

parecem não demorar a chegar à região. Um deles, o padre Francisco da Rocha Lima, cônego da Sé de Belém, que na década de 1750 foi governador do bispado do Maranhão, esteve naqueles sertões em 1739 ou pouco antes. Na ocasião, teria passado provisão ao padre Antônio Correa Vaz para servir como coadjutor na igreja do arraial da Natividade, filial da paróquia de São Félix. O padre José Pires de Carvalho, que além de pároco de São Félix era vigário da vara, entendeu que o padre Correa Vaz era um usurpador dos seus direitos paroquiais e, em dezembro de 1739, ordenou sua expulsão da igreja filial da Natividade. Em 6 de janeiro de 1740, dia dos Santos Reis, Correa Vaz recuperou a posse da igreja, em virtude de suas provisões e com apoio de muitos moradores – segundo Sebastião Mendes de Carvalho, intendente e provedor da fazenda de Goiás. As dissensões não pararam por aí, pois no dia 30 de março, o vigário da vara, com ajuda do braço secular, ordenou a prisão do padre Correa Vaz e de várias pessoas seculares que haviam tomado o seu partido no arraial da Natividade.

Em junho de 1743, o ouvidor Manuel Antunes da Fonseca escreveu uma carta ao rei, na qual dá conta da situação do eclesiástico na região. Dizia haver no arraial dos Remédios um frade ou monge de São Bento, com poderes de visitador. Nas Terras Novas estava o padre José Pires de Carvalho com poderes de vigário-geral, que adquiriu após as desordens que provocou na Natividade, onde também era pároco. Fonseca, que havia sido ouvidor-geral do Pará, tinha uma visão extremamente negativa do clero do bispado do Pará, dizendo ser um covil de frades apóstatas, clérigos vagamundos e foragidos de outros bispados, além de revoltosos. Sua carta, junto com outras notícias que já eram do conhecimento da Coroa, fez com que o rei pedisse informações e providências ao bispo do Pará, em 1744, a respeito dos excessos cometidos pelos eclesiásticos da região do Tocantins. Em dezembro do mesmo ano, Dom frei Guilherme de São José, em resposta à carta régia, diz que, embora tenha procurado enviar bons

clérigos para aqueles sertões, tinha informações sobre a necessidade de tomar novas providências. Por esta razão enviava o doutor Manuel de Almeida, cônego mais antigo da Sé de Belém, comissário do Santo Ofício e da Santa Cruzada, como visitador geral das Minas e terras novas de São Félix. O visitador, antes de partir, solicitou ajuda de custo de ao menos duzentos mil réis para as despesas com a viagem para lugar tão distante. O que lhe foi negado pela Provedoria da Fazenda e, em 31 de maio de 1745, pela Coroa, em virtude de uma provisão régia que determinava que o viático (ajuda de custo para as visitas diocesanas) fosse dado apenas ao próprio bispo e não aos seus delegados. Numa carta de 30 de abril de 1746, o visitador e vigário-geral daquelas Minas de Nossa Senhora da Natividade, São Félix e mais povoações das terras novas – provavelmente, o padre Manuel de Almeida –, queixava-se ao rei do pouco respeito com que eram tratados os ministros eclesiásticos pelas autoridades seculares. Também pedia, na mesma ocasião, que fosse concedido à justiça eclesiástica colocar os seus presos na cadeia secular, visto que não havia aljube naquelas partes. O rei enviou uma provisão ao ouvidor-geral das Minas de Goiás, datada de 26 de julho de 1748, ordenando-lhe receber na cadeia secular os presos do eclesiástico e que fizesse observar o respeito devido aos eclesiásticos³⁰¹. Após a providência dada pelo bispo do Pará, alguma calma parece reinar naquelas vertentes do Tocantins.

É interessante notar as semelhanças e diferenças entre os dois casos examinados ao longo dessas páginas. A construção da primeira paróquia do Piauí, como se viu, fez-se com a participação dos moradores. Embora não haja para o caso da paróquia do bispado paraense o mesmo tipo de documentação detalhada, sabe-se que foi a requerimento dos morado-

³⁰¹ As informações apresentadas sobre os eclesiásticos do Tocantins encontram-se dispersas em diferentes sub-fundos atinentes ao fundo de arquivo do Conselho Ultramarino, do Arquivo Histórico Ultramarino. Listo aqui os principais: AHU-CU, Goiás, docs. 12, 137, 138, 223, 258, 375; AHU-CU, Pará, docs. 2098, 2613.

res das Terras Novas que o bispo do Pará enviou sacerdotes para a região. Sem dúvidas, o contexto da mineração no qual estava inserida a criação da paróquia nas vertentes do Tocantins e sua posterior administração se prestava a causar maiores dissensões entre os habitantes. É a perspectiva de riqueza produzida pela mineração aurífera que explica a disputa entre os governos de São Paulo, Pará e Maranhão pela administração daquela região. A ambição pelo ouro esteve igualmente presente nas discórdias havidas entre os agentes do poder régio, ouvidores, intendentes, superintendentes. A mesma ambição, muito provavelmente, moveu a maior parte das dissensões entre os clérigos ali estabelecidos – dentre os quais parece haver alguns que ali chegavam sem ordem do prelado diocesano, movidos pelas notícias da existência de novas minas de ouro. Sem a febre do ouro, a região da paróquia de Nossa Senhora da Vitória, no Piauí, cuja economia voltava-se para a criação de gado *vacum* apresentou, em seus primeiros momentos, uma situação bem menos agitada em relação à administração eclesiástica. De qualquer modo, nos dois casos nota-se que a colonização se fez logo acompanhar pelo enquadramento religioso. Isto é, por maiores que fossem as distâncias, as estruturas eclesiásticas vão sendo rapidamente desenvolvidas, de acordo com os princípios que regiam a administração eclesiástica em Portugal e seu império, acompanhando e sendo parte integrante do processo de colonização do território.

As grandes distâncias tendiam a criar problemas para uma administração eclesiástica mais eficaz. Longe do centro de decisão, clérigos poderiam mais livremente cometer excessos, manipular testemunhas etc. A comunicação, difícil e demorada, retardava o recurso àqueles que poderiam coibir práticas arbitrárias por parte de membros do clero. Ainda assim, apesar dos problemas que, deve-se dizer, não eram tão diferentes daqueles enfrentados pela administração régia com os seus agentes, a igreja diocesana se fazia presente no território. Com maior ou menor sucesso, o poder episcopal,

por via direta ou por via de autoridade delegada, buscava cumprir com seus deveres de vigilância e disciplinamento da sociedade, vencendo como podia as dificuldades impostas pela vastidão das dioceses luso-americanas.

Bibliografia

- MENDES, Ediana F. *Edificar a Igreja, consolidar o império: A Universidade de Coimbra e os bispos do Brasil (1676 – ca. 1773)*. Salvador: Edufba, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.
- MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça. *Réus de batina. Justiça eclesiástica e clero secular no bispado do Maranhão colonial*. São Paulo: Alameda, 2017.
- PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social, século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014.
- SOUZA, Evergton Sales. "Ecclesiastical Geography of Colonial Brazil". In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

13.3. Uma justiça conectada: uma análise comparada da justiça eclesiástica em Pernambuco e no Maranhão durante o século XVIII

**Gustavo Augusto Mendonça dos Santos
(Doutor em História, Universidade Federal
de Pernambuco)**

Quando pensamos numa comparação entre Pernambuco e Maranhão, o primeiro fator que devemos ter em mente é o processo de colonização dessas duas regiões, em Pernambuco a vila de Olinda foi fundada em 1537 por Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, já São Luís foi fundada em 1612 pelos franceses que buscavam estabelecer a França Equinocial e que foram expulsos em 1615, momento no qual este território foi integrado ao império português. Olinda teve como força motora da sua criação a busca pelo crescimento da economia açucareira, São Luís surge na luta entre franceses e portugueses pelo domínio do norte da América portuguesa.

Mesmo sendo partes dos domínios portugueses na América estas duas regiões apresentavam características bem distintas, porém quando se trata de justiça eclesiástica existem diversos pontos em comum e fortes conexões entre as práticas jurídicas adotadas no Maranhão e em Pernambuco no século XVIII. Mesmo a fundação das dioceses ocorreu de forma quase simultânea, em 1676 foi criado o bispado de Pernambuco com Sé na cidade de Olinda e em 1677 foi criado o bispado do Maranhão com Sé na cidade de São Luís, de modo que as constituições das estruturas episcopais ocorreram em momentos muito próximos.

O Tribunal Episcopal do Maranhão era composto por 8 oficiais, sendo eles vigário-geral, promotor, contador, distribuidor, porteiro, escrivão, visitador e meirinho, sendo o vigário-geral o oficial mais importante por ser o juiz responsável a quem cabia o conhecimento de todas as causas crimes e

cíveis do foro contencioso (MUNIZ, 2017, p.45 e p.63). Estrutura que era muito similar àquela existente no Tribunal Episcopal de Pernambuco durante o período colonial (SANTOS, 2019, p. 171).

O motivo dessa similaridade é que ambos os tribunais seguiam os modelos de estrutura e funcionamento da justiça eclesiástica existentes em Portugal, desde o século XVI surgiram regimentos de auditórios eclesiásticos em Portugal sendo o primeiro deles o da arquidiocese de Évora elaborado em 1535, nesta ocasião o arcebispo Dom Afonso fez compilar um *Regimento do Auditório* que circulou apenas em versão manuscrita, logo depois do Concílio de Trento quase todas as dioceses passaram a ter regimentos impressos (PAIVA, 2000, p. 194-196). Por isso a justiça eclesiástica na América portuguesa tinha como base o *Regimento do Auditório Eclesiástico da Bahia* de 1704, documento que seguia as características dos regimentos publicados no reino.

Assim sendo, veremos a justiça eclesiástica do Maranhão e de Pernambuco atuando em diversas situações como em processos por dívidas, processos criminais contra leigos e eclesiásticos com destaque para o crime de concubinato que era o delito mais comum denunciado diante da justiça eclesiástica, também acusações de sevícias (maus tratos), nulidade de matrimônio ou ainda promessas de casamento não cumpridas. De tal maneira que era amplo o campo de atuação dos vigários-gerais como juízes eclesiásticos, pois sua jurisdição era exercida tanto sobre o tipo do crime quanto sobre o grupo social do indivíduo, ou seja, um padre que cometesse qualquer crime em Pernambuco ou Maranhão deveria responder à justiça eclesiástica do seu bispado, pois cabia a ela julgar os crimes cometidos por clérigos seculares, mas se um leigo cometia um crime que era da jurisdição dos bispos ele também deveria ser julgado pela justiça eclesiástica da sua diocese.

Um caso no qual a justiça eclesiástica de Pernambuco atuou numa acusação de sevícias chegou a ser julgado pelo

vigário-geral forâneo da comarca da Manga e Minas do Paracatu, estando envolvida Joana de Sousa Pereira, que era casada com José Rodrigues da Silva. Este processo teve como juiz o doutor Veríssimo Rodrigues Rangel que, na época, exercia na comarca da Manga os ofícios de governador, provisor, visitador, vigário-geral forâneo e juiz das justificações. Segundo Joana de Sousa, em 18 de janeiro de 1770, ela morava em São Luís e Santa Ana das Minas do Paracatu e estava casada com José Rodrigues da Silva “obedecendo-lhe e servindo-o como fazem as mulheres honradas (...)”. Assim fora, desde 1757 até 1770, porém, o seu marido “a tem tratado tão mal, dando-lhe pancadas, tratando-a com palavras desonestas, sendo o motivo primeiro, o andar mal encaminhado com uma sua escrava mulata por nome Rosa, de que lhe fez várias feridas por todo o corpo, abrindo-lhe a cabeça (...)”. A queixosa relatou outras situações de violências sofridas que a colocaram perto da morte, e conclui dizendo que, diante da situação, acabou “recorrendo a Vossa Reverendíssima para a mandar depositar em casa honesta como de fato se acha enquanto trata do seu divórcio e justificar as sevícias que lhe fez o dito seu marido (...)”³⁰². Ao final da inquirição das testemunhas o vigário-geral forâneo Veríssimo Rodrigues Rangel, em Paracatu, deu os autos conclusos, em 26 de janeiro de 1770, decidindo: “Visto o sumário de testemunhas, julgo provadas as sevícias da suplicante para efeito de ser conservada no depósito em que está com sua escrava, cama e mais ornatos do seu [corroído] (...)”, ordenando citar ao marido³⁰³.

Os vigários-gerais forâneos eram os juízes eclesiásticos responsáveis por julgar os casos ocorridos em suas comarcas eclesiásticas, estando submetidos ao vigário-geral da Sé episcopal. Também no Maranhão existiam vigários-gerais forâneos, como era o caso da vigararia-geral forânea (ou fo-

³⁰² Cf. Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundo Tribunal Eclesiástico, Série Casamento. Doc. N° 523. Cx. 16. f. 2 frente.

³⁰³ Cf. Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundo Tribunal Eclesiástico, Série Casamento. Doc. N° 523. Cx. 16. f. 6 verso.

rense) do Piauí. O surgimento dessa instância ocorreu porquê em fins do século XVIII a população do sul do bispado do Maranhão crescera muito e por isso a Igreja se viu obrigada a deixar mais complexa a estrutura diocesana local implementando uma vigararia-geral forânea no Piauí para atender a região, embora tivesse maior autonomia o vigário-geral forâneo do Piauí (situado em Oeiras) continuava sujeito ao vigário-geral de São Luís que era a autoridade mais importante da justiça eclesiástica no Maranhão (MUNIZ, 2017, p. 213).

Temos então uma conexão nas práticas jurídicas e administrativas que eram realizadas pela justiça eclesiástica do Maranhão com aquelas adotadas em Pernambuco, uma vez que nas duas dioceses foram criadas vigararias-gerais forâneas com funções e estruturas semelhantes de funcionamento durante o período colonial. Sendo importante lembrar que nos dois casos o modelo eram as dioceses do reino de Portugal, nas quais também existiam estruturas semelhantes na justiça eclesiástica.

Mas as conexões entre Maranhão e Pernambuco se estendia também ao perfil social dos seus juízes eclesiásticos. Entre os clérigos que serviram à justiça eclesiástica de Pernambuco desde a criação da diocese até o final do século XVIII sabemos que 29 tinham estudos universitários, sendo predominante a formação na Universidade de Coimbra e a graduação na faculdade de cânones. Quando observamos os autores de livros jurídicos utilizados por esses eclesiásticos no desempenho de suas funções em Pernambuco podemos constatar a presença de Manuel Temudo da Fonseca, Manuel Mendes de Castro, Antônio de Sousa Macedo, Antônio Vanguerve Cabral, Álvaro Velasco, Gabriel Pereira de Castro, Gregório Martins Caminha, Manuel Álvares Pegas, Mateus Homem Leitão, Agostinho Barbosa, Diogo Guerreiro Machado de Aboim e Antônio Mendes Arouca. Sem faltar edições variadas das *Ordenações do Reino*, *Corpora Iuris (Civlilis e Canonici)*, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e do *Concílio de Trento*.

No Maranhão, durante o século XVIII, a situação não era muito diferente. A imensa maioria dos clérigos que se tornaram vigários-gerais no bispado do Maranhão tinha grau de doutor pela Universidade de Coimbra. Quando comparamos os autores e obras que eram lidos e utilizados pelos juízes eclesiásticos de Pernambuco com aqueles autores apontados como sendo utilizados por juízes eclesiásticos no Maranhão temos a seguinte intersecção: Manuel Temudo da Fonseca, Gabriel Pereira de Castro, Antônio Vanguerve Cabral, Álvaro Velasco, Manuel Álvares Pegas, Gregório Martins Caminha e Manuel Mendes Castro (MUNIZ, 2017, p. 49 e p. 92). Além disso, tínhamos a evidente presença das *Ordenações do Reino*, *Corpora Iuris Canonici* e *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

Dessa forma, podemos afirmar que durante o século XVIII existiam fortes conexões entre as práticas jurídicas adotadas pela justiça eclesiástica em bispados tão distantes quanto o Maranhão e Pernambuco, não apenas a estrutura jurídico-administrativa era muito similar como os autores utilizados nos processos e textos elaborados pelos juízes eclesiásticos também eram em boa parte os mesmo nas duas dioceses. Essa conexão também tinha como base uma formação acadêmica em comum: a maioria destes juízes tinha feito estudos universitários na Universidade de Coimbra, teve possivelmente os mesmos professores, frequentou as mesmas aulas, leu os mesmos livros, quem sabe alguns deles tivessem sido colegas?

Como exemplo dessa carreira na justiça eclesiástica em Pernambuco, podemos citar o doutor Manuel Garcia Velho do Amaral, pois este padre esteve à frente do auditório eclesiástico de Olinda várias vezes durante as décadas de 1760 e 1790 e se mostrou muito ativo em sua ação jurídica. Chegando a ser nomeado como comissário do Santo Ofício em 18 de maio de 1773 (SANTOS, 2019, p. 131). Ele fez seus estudos universitários na Universidade de Coimbra, como era padrão, e matriculou-se na Faculdade de Cânones, o padre

Manuel Garcia Velho do Amaral obteve o grau de bacharel em cânones em 12 de junho de 1751 em Coimbra³⁰⁴. No Maranhão um dos juízes eclesiásticos que tiveram uma longa carreira eclesiástica e formação universitária foi o doutor João Rodrigues Covette, tendo estudado em Coimbra, onde se formou em cânones (MUNIZ, 2017, p.47).

Outra característica da justiça eclesiástica tanto no Maranhão como em Pernambuco era sua capilaridade, uma vez que órgãos da justiça eclesiástica estavam espalhados pelas duas dioceses com o objetivo de alcançar a todos os moradores que necessitassem da justiça dos bispos. Assim, além da vigararia-geral da Sé episcopal existiam as vigararias-gerais forâneas e as vigararias da vara, estas últimas tinham como juiz responsável pelos casos um vigário da vara que deveria atender às demandas da população nas áreas mais distantes da Sé e da sede das comarcas eclesiásticas, elas estavam submetidas na hierarquia aos vigários-gerais forâneos e ao vigário-geral episcopal.

Para se ter uma ideia em Pernambuco no ano de 1786 existiam espalhadas pela diocese 45 vigararias da vara, sendo isto resultado de um processo de transformação que a malha eclesiástica diocesana passou no século XVIII visando aumentar a capacidade de alcance das instituições eclesiásticas sobre a população³⁰⁵. Este crescimento acompanhava de alguma maneira o povoamento do bispado, mas também demonstra o esforço que a administração diocesana teve ao longo do século XVIII para levar o “pasto espiritual” e a justiça eclesiástica para toda população. Da mesma forma no Maranhão, como já apontamos aqui, a criação da vigararia-geral forânea no Piauí também ocorreu devido ao crescimento da população e para fazer chegar a justiça eclesiástica em uma

³⁰⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra. Liv. de Autos e Graus (1750-1751) Vol. 85, pag. 61 rosto.

³⁰⁵ Cf. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – Relação de todas as Igrejas paroquiais de que compõem presentemente o Bispado de Pernambuco em comarcas, em cujas cabeças se rematam os dízimos dele. BN. II – 32,33.36.

localidade afastada da Sé. Assim, vemos que diferentes órgãos da justiça eclesiástica estavam espalhados pelas duas dioceses com o objetivo de garantir a capilaridade do poder episcopal.

Capilaridade esta que foi muito útil para a Inquisição de Lisboa, uma vez que tanto a justiça eclesiástica de Pernambuco quanto a do Maranhão prenderam e enviaram suspeitos de crimes da alçada inquisitorial durante o período colonial para serem julgados pelo Santo Ofício de Lisboa, sendo a colaboração para com aquele tribunal outro ponto de conexão entre os dois bispados. Mas esta não era uma especificidade destas duas dioceses, a colaboração entre tribunais diocesanos e os tribunais da Inquisição dentro do império português foi um paradigma que norteou as relações entre estas instâncias. Bispos e inquisidores agiram com toda conformidade nos domínios portugueses durante a Idade Moderna, com os bispos cooperando muito ativamente com a Inquisição, colaboração que foi criada desde os primórdios da Inquisição portuguesa e que tinha entre suas principais características a cooperação e disponibilização da rede paroquial e da estrutura administrativa e de governo das dioceses, em especial provisoros, vigários-gerais e escrivães, recursos imprescindíveis para a atuação da Inquisição no reino e seu império (PAIVA, 2011, p. 171-421).

Um destes casos de colaboração ocorreu na diocese de Pernambuco quando o doutor Veríssimo Rodrigues Rangel era vigário-geral forâneo da comarca eclesiástica de Alagoas, ele foi um dos responsáveis pelo processo contra José Fernandes Gama, acusado de heresia na vila de Alagoas. No ano de 1790 o doutor Rangel fez um sumário de testemunhas a pedido do juízo episcopal, e depois encaminhou para o vigário-geral de Olinda um sumário crime contra José Fernandes Gama que era mestre de latinidade da vila de Alagoas, ele foi acusado de heresia por ter falado na frente de testemunhas contra a excomunhão praticada pela Igreja afirmando que ela não tinha validade alguma e servia apenas para aterrorizar

os povos. Com base neste sumário crime vindo de Alagoas o vigário-geral de Olinda na época, o doutor Manuel Garcia Velho do Amaral, ordenou em 28 de dezembro de 1790 que o escrivão remetesse a denúncia para o Tribunal do Santo Offício da cidade de Lisboa, a quem pertencia o conhecimento do delito³⁰⁶.

Ao observarmos os pontos em comum entre a justiça eclesiástica do Maranhão e a de Pernambuco podemos afirmar que elas eram justiças conectadas, pois elas seguiam o mesmo ordenamento jurídico, tinha estruturas administrativas muito parecidas, seus oficiais tinham de modo geral a mesma formação universitária na Universidade de Coimbra e eles liam vários autores em comum, a capilaridade das instituições pelo território diocesano para que a justiça eclesiástica alcançasse toda a população e o uso desta capilaridade para auxiliar o Tribunal do Santo Offício em sua perseguição àqueles que quebravam suas regras também unia as duas dioceses.

Ao final podemos afirmar que mesmo com origens distintas e separadas por aproximadamente 1.667 quilômetros a justiça eclesiástica do Maranhão e Pernambuco eram conectadas, uma união que nem as distâncias e dificuldades de comunicação existentes no período colonial conseguiam quebrar.

³⁰⁶ Cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Offício, Inquisição de Lisboa, proc. 6695. f. 1-11 verso.

Bibliografia

- MUNIZ, Pollyanna Gouveia Muniz. *Réus de batina: Justiça Eclesiástica e clero secular no bispado do Maranhão colonial*. São Paulo: Alameda, 2017.
- MUNIZ, Pollyanna Gouveia Muniz. Justiça Eclesiástica e Inquisição no bispado do Maranhão: notas sobre um vi-gário-geral forense no Piauí colonial. In: MATTOS, Yllan de; MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça. *Inquisição & Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paço Editorial: 2013. p.265-283.
- PAIVA, José Pedro. Dioceses e organização eclesiástica. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal*. 3 Vol. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. 2. p. 187-199.
- PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos Santos. *A justiça do bispo: o exercício da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2019.

13.4. A circulação das ideias antijesuíticas na Europa e na América (século XVIII)

**Roberta Lobão Carvalho
(Instituto Federal do Maranhão)**

O antijesuitismo nasceu com a fundação da própria Companhia de Jesus, fortalecendo-se, em seguida, com a expansão da ordem pelo mundo. Essa assertiva é facilmente comprovada, basta analisarmos as produções documentais e históricas acerca de sua performance em qualquer parte do mundo. A atuação dos jesuítas no campo missionário, educacional, político e econômico, assim como sua teologia moral, a aquisição e administração de seus bens ao longo dos séculos, seu ideal de missionação, suas práticas multiculturalistas, entre outros, sempre foram alvos de duras críticas e intensas perseguições na Europa e nas conquistas asiáticas, africanas e americanas, ou seja, onde estiveram presentes (FRANCO, 2006).

O antijesuitismo foi um fenômeno histórico intrincado e durante a época moderna concentrou-se, especialmente, nos reinos católicos da França, Espanha e Portugal que – no ápice do antijesuitismo durante a segunda metade do século XVIII – estavam cheios de princípios do despotismo esclarecido, no qual a Companhia de Jesus, resistente às novas diretrizes, parecia não se encaixar (GONÇALVES, 2000). A forma de agir da Companhia de Jesus durante esse período, especialmente o século XVIII, pode parecer “autodestrutiva” ou contraditória, mas estava ligada à própria origem da ordem dos inicianos, fruto das grandes mudanças que acarretaram a formação do mundo moderno, entre os séculos XV e XVIII, um período marcado por intensas mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas e geográficas. Lembremos que no início desse período, o mundo conhecido (da perspectiva europeia) deparava-se com novas formas de pensar a humanidade e sua relação com a cultura e com Deus (humanismo,

renascimento, Reforma, iluminismo e etc.) e com um “novo mundo” e uma “nova humanidade”, até então completamente desconhecidos, a América e seus moradores.

Nesse contexto, a Companhia de Jesus, fundada em 1540 pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae* assinada pelo papa Paulo III, despontou como uma das principais armas da Reforma da Igreja Católica, que juntamente com o *Concílio de Trento* e a Inquisição buscavam combater as heresias e conquistar novos cristãos naquele vasto e novo mundo. A ordem foi compreendida como “ponta de lança” da Contrarreforma na luta contra a divisão da cristandade católica.

No entanto, essa mesma entidade que trazia esperanças para que o mundo católico não sucumbisse às rápidas mudanças daquele momento, foi tida por muitos como um grande perigo, notadamente por conta de sua organização como ordem, seu modelo de fazer missões e a sua autonomia política e econômica. A Companhia de Jesus teve uma rápida expansão por todo mundo e seus principais patrocinadores foram os reis portugueses. Essa expansão se deu por conta de uma das principais fórmulas norteadoras da ordem: a de que seus membros estivessem dispostos a partir para trabalhar em qualquer parte do mundo, fosse entre fiéis ou infiéis.

Dessa feita, os inicianos rapidamente se espalharam pelos três continentes, o que os levou a adotarem metodologias de missão diferentes. Segundo Nuno Gonçalves, ao se depararem com as civilizações orientais antigas e suas complexas religiões, os jesuítas apelaram para enorme capacidade de adaptação (2000, p.08). Na América, houve uma grande tentativa de traduzir o mundo cristão-europeu para o mundo ameríndio e vice-versa, criando catecismos em língua geral, traduzindo nomes de santos por divindades locais e etc. Já no Brasil, as missões da Companhia de Jesus, segundo Jorge Couto, podem ser divididas em três fases distintas: a primeira, alicerçada na “conversão pelo amor”, a segunda, baseou-se no “suave jugo de Cristo” aos indígenas, e a terceira, se baseava na criação dos aldeamentos, concen-

trando nos missionários os poderes espiritual e temporal (2000, p.65-83).

Tanto as formas diferentes de atuar em suas missões, quanto a autonomia que possuíam diante de agentes reais e dos próprios reis católicos, não foram toleradas durante muito tempo e são compreendidas por nós como um dos motores do antijesuitismo. As desconfianças em relação àquela ordem universal, que se dizia obediente somente ao papa, cresceram rapidamente. Desse modo, os ataques brotaram de todas as partes especialmente nas Américas portuguesa e espanhola onde a Companhia de Jesus agiu com maior autonomia, devido à configuração e especificidade daquelas regiões.

Assim, podemos afirmar que a extinção papal da Companhia de Jesus em 1773 foi, de certa forma, fruto direto desse antijesuitismo histórico, que teve seu ponto culminante na propaganda realizada por Pombal em toda Europa durante a segunda metade do século XVIII. De fato, o início do expurgo da Companhia de Jesus deu-se em Portugal, quando no ano de 1759 a ordem foi expulsa de todas as suas possessões, após intensas políticas e campanhas antijesuíticas postas em práticas no reino e em suas conquistas ultramarinas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal.

O movimento iniciado por Pombal foi tão forte a ponto de provocar mudanças nas relações políticas e diplomáticas existentes entre Portugal e Espanha. Após a ascensão de Carlos III ao trono espanhol (agosto de 1759), as Coroas ibéricas passaram a ter relações bastante conflituosas. Tanto que a primeira ação do novo rei espanhol foi a anulação do Tratado de Limites (Tratado de Madri) assinado em 13 de janeiro de 1750. A ação foi acatada pelo governo português sem grandes contestações. O Tratado de Limites, que havia sido concluído em Madrid, foi substituído pelo Tratado de El Pardo de 12 de fevereiro de 1761, determinando o retorno das fronteiras à situação anterior a 1750. Essa mudança, segundo Mar García Arenas, assinalou o início de uma mudança

nas relações luso-espanholas, caracterizadas pelas tensões causadas devido as alianças tradicionais que as respectivas Coroas mantinham com França e Inglaterra (2008, p. 511-536 – tradução própria).

Porém, a despeito de todas essas questões, Portugal e Espanha uniram-se no decorrer dos anos 1760 contra a Companhia de Jesus enquanto adversário comum. Em 26 de março de 1766 ocorreu em Madrid o Motim de Esquilache, no qual os jesuítas foram apontados como os instigadores da desordem estabelecida contra as reformas bourbônicas. Essa acusação acarretou na expulsão da Companhia de Jesus da Espanha no ano seguinte, 1767. A campanha pelo fim da ordem inaciana pode ser considerada um vínculo entre Portugal e Espanha, principalmente após Pombal ter formalizado, em agosto de 1767, uma proposta de extinção da Companhia de Jesus de modo conjunto com a Espanha e aberta à França. A proposta foi prontamente aceita por Carlos III e esse cenário resultou na assinatura do Tratado de União e Defesa Recíproca pelas duas Coroas ibéricas. Segundo García Arenas, esse tratado pode ser compreendido como uma negociação de dupla vertente: uma eclesiástica, relativa à extinção pontifícia da Companhia de Jesus; e uma outra política, com a intenção de se realizar uma nova limitação das fronteiras americanas. No entanto, a única vertente que obteve o êxito pretendido foi a antijesuítica, pois conseguiu vincular o interesse das Coroas ibéricas até a extinção total da ordem em 1773 (2008, p.514-516).

Todo esse processo contra a Companhia de Jesus fez parte de um contexto ainda mais amplo, avultado com o chamado despotismo esclarecido. Um movimento intelectual influente que teve como finalidade fortalecer o poder do rei, como soberano incontestado, e ceifar qualquer poder autônomo, fosse religioso, político ou social, que não se submetesse à autoridade do monarca. Na Europa, as críticas contra a Companhia eram direcionadas, principalmente, contra suas práticas pedagógicas e postura teológica. Estas causavam

atritos entre os jesuítas, os grandes centros universitários, como a Universidade de Salamanca, e integrantes da hierarquia ordinária da Igreja Católica, em cujo seio teve início uma grande e acérrima rejeição aos inicianos.

Na segunda metade do século XVIII, as ideias iluministas espalhavam-se pela Europa e orientou-se de maneira particular nos países ibéricos por meio das reformas borbônicas na Espanha e pombalinas em Portugal e Brasil (DOMINGUES, 2000, p.02). É importante destacarmos que, tanto em Portugal quanto na Espanha, os jesuítas foram acusados de suscitarem motins contra as reformas empreendidas, respectivamente, pelos secretários régios, o marquês de Pombal e o conde de Campomanes. Segundo Jorge Couto, a resistência da Companhia de Jesus às novas orientações políticas assumiu um caráter mais dramático nos reinos de José I e Carlos III devido aos enormes privilégios e à grande influência de que gozava, sobretudo, nas Américas portuguesa e espanhola, verdadeiros teatros onde se jogou a sorte dos inicianos em meados de Setecentos (2009, p.09).

Tais acusações deram aos missionários a má fama de bloqueadores da modernidade, associando-se a expulsão dos jesuítas à implantação de ideias e práticas iluministas nos reinos ibéricos e em suas colônias americanas. Porém, Beatriz Domingues discorda dessa perspectiva devido a existência de importantes estudos enfatizando o papel dos jesuítas no processo de introdução da filosofia moderna no México antes de sua expulsão. A autora destaca serem escassos estudos similares em relação ao mundo luso-americano e assinala não ser tão simples a relação feita entre os iluminismos e a expulsão dos jesuítas, ou então os países ibéricos teriam rompido com a visão escolástica de mundo e realmente se modernizado, após a expulsão dos jesuítas, que não parece corresponder à realidade (2000, p. 02).

Para Domingues, no mundo ibérico destacam-se ao menos duas vertentes de iluminismos: a dos jesuítas e a dos defensores do despotismo esclarecido. No entanto, os ilu-

minismos ibero-americanos eram defasados em relação ao movimento ocorrido na França e na Inglaterra e tratavam de questões que naqueles países não foram colocadas, como a relação entre Igreja, Estado e papado. Portanto, de certa forma, seria necessário ocorrer uma revisão do “padroado régio” português e do “patronato régio” espanhol. Isto é, o acordo entre a cúria papal e as Coroas ibéricas dando às últimas a faculdade de nomear pessoas a altos cargos eclesiásticos e de organizar a evangelização no além-mar. Ainda segundo Domingues, os jesuítas até teriam buscado atualizar-se com as novas ideias do século XVIII frequentemente descrevendo-se como humanistas e universalistas; porém, na filosofia política teriam preferido manter-se fiéis à tradição que pressupunha um pacto entre governantes e governados, em oposição ao sistema absolutista (2000, p.2-4).

Como já afirmamos, a Companhia de Jesus não aceitou ou não se encaixou no sistema absolutista por ser uma ordem de orientação universal, devendo, antes de tudo, fidelidade ao papa e às suas diretivas, não aos reis e seus reinos. Essa relativa independência acirrava as desconfianças em relação aos inicianos e a partir delas foram construídas tópicas contra sua atuação no cenário político-administrativo. Uma das mais comuns na produção antijesuítica é o suposto antagonismo entre a prosperidade da ordem e a pobreza das conquistas da Coroa portuguesa. Como exemplo, podemos citar o caso da Índia, onde essa questão tomou um rumo tão hiperbólico a ponto de se afirmar que a Companhia de Jesus possuiria mais dinheiro no Oriente do que o rei de Portugal. Mediante a riqueza das missões e fazendas jesuíticas, os padres eram acusados de serem movidos apenas pela cupidez econômica e de procederem como mercadores. Apenas por isso, se apressariam em aprender as línguas locais, ou seja, no intuito utilitarista de realizar o comércio com maior facilidade (FRANCO, 2006).

Durante a União Ibérica, o Conselho Ultramarino alertava o rei Felipe I de Portugal (ao mesmo tempo, Felipe II da

Espanha) “que os jesuítas seriam os fatores únicos da perda do potentado colonial português do Oriente sediado em Goa” (FRANCO, 2006). Diante dessa suposta ameaça, os membros do órgão de aconselhamento régio acreditavam serem os jesuítas autênticos sugadores da riqueza da Índia, pois extorquiriam as propriedades de seus habitantes. Logo, a atuação dos padres explicaria a grande pobreza daquela colônia e a ausência de lucros gerados por ela para o Estado (FRANCO, 2006, p.141).

Já na Amazônia portuguesa, a principal tópica foi construída em torno do poder temporal que a ordem detinha sobre os índios que constituíam o maior contingente de mão de obra disponível. Esse poder gerava a riqueza da Companhia de Jesus em contraste com a miséria da região. Para os construtores do discurso antijesuítico, a permanência desse cenário destruiria o próprio reino português. Como podemos notar, a argumentação antijesuítica gestada nessa região do império português esteve, de certo modo, entrelaçada com as mudanças sociais, culturais e históricas pelas quais passavam Portugal, Espanha e o restante da Europa no Setecentos.

Convém assinalar que o movimento antijesuítico do século XVIII demonstrou ser tão amplo e forte a ponto de ultrapassar as barreiras temporais e chegar aos séculos XIX e XX de maneira arraigada na memória histórica portuguesa e brasileira. Nesses séculos, muitas foram as produções e ações de cunho antijesuítico. A historiografia continuou a reproduzir e a apropriar-se dos elementos discursivos propagados por Pombal, sobretudo, em decorrência da intensa circulação de libelos acusatórios contra a atuação dos jesuítas, assim como, atitudes antijesuíticas das sociedades portuguesa e brasileira continuavam pautadas nas ideias de que a atuação dos jesuítas era perniciosa e independente demais em relação ao clero secular e ao Estado.

Bibliografia

- COUTO, Jorge. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus Domínios Ultramarinos. In: *Catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal: 250º Aniversário da Expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.
- COUTO, Jorge. Estratégias e métodos de missionação dos jesuítas no Brasil. In: GONÇALVES, Nuno Monteiro. (coord.) *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente. Brotéria – Revista de Cultura*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. As repercussões da expulsão dos jesuítas nos movimentos independentistas nas Américas Espanhola e Portuguesa. *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte, 2000.
- FRANCO, José Eduardo. *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX): do Marquês de Pombal ao Século XX*. Vol. I, Lisboa: Gradiva Publicações, 2006.
- GARCÍA ARENAS, Mar. *La colaboracion hispano-portuguesa contra la Compañia de Jesús (1767-1768). Esteban de Terrenos y Pando: vizcaíno, polígrafo y jesuíta. III Centenario: 1707-2007*. Instituto de Estudios Vascos, Universidade de Deusto, Bilbao 2008.
- GONÇALVES, Nuno da Silva (coord). *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente. Brotéria – Revista de Cultura*. Lisboa: Fundação Oriente: 2000.

CAPÍTULO 14

Nova geração de historiadores: múltiplos

Pedro Vilarinho Castelo Branco
(organizador)

14.1. A rebelião da Balaia: uma análise do movimento à luz das conexões históricas entre Maranhão e Piauí

Pedro Vilarinho Castelo Branco
(Universidade Federal do Piauí)

O presente estudo tem como proposta analisar a Balaia-da, compreendendo esse movimento em uma espacialidade geográfica e social ampliada, que dá visibilidade às conexões entre os grupos políticos e sociais das províncias do Maranhão e Piauí. Partimos do entendimento de que a historiografia republicana, ao enfatizar as histórias regionais, focadas nas espacialidades estaduais, lançou para a penumbra e para o silêncio, as conexões que existiam do ponto de vista político, da circularidade das ideias e mesmo das identificações e das relações de poder regionais e locais, que se construíram historicamente, não levando em consideração as referidas fronteiras. As proximidades e as conexões entre as populações coloniais, criadas a partir da ocupação dos sertões, por meio da expansão da pecuária e da produção do al-

godão, baseadas na concentração das riquezas nas mãos de poucos potentados rurais, no trabalho escravo e na exclusão social e política dos livres pobres, criou, por todo o sertão norte do Brasil, uma realidade social, uma cultura política, que tem muito mais identidades e conexões que distanciamentos. Entender a construção das conexões históricas entre as capitanias/províncias do Maranhão e do Piauí, e ainda como essa realidade esteve presente no movimento da Balaiada, que envolveu populações e forças políticas das duas províncias, eis a nossa intenção neste trabalho.

Na construção do argumento, analisaremos inicialmente o processo histórico de conquista e ocupação dos territórios que formam o Piauí e o Maranhão, evidenciando as conexões históricas entre os dois. No momento seguinte, focalizamos o processo de emancipação política e, finalmente, a rebelião Balaiada, quando evidenciamos o peso das relações historicamente construídas e abordamos como as conexões criadas no tempo aproximaram e enredaram Piauí e Maranhão em um percurso histórico conectado.

O Maranhão foi inicialmente conquistado e ocupado, ainda, no começo do século XVII, tendo em vista questões estratégicas, que visavam ao controle, pela Coroa portuguesa, do litoral norte da América do Sul. Em São Luís e no seu entorno, surgiu uma estrutura administrativa, ligada aos lusitanos e um povoamento e colonização voltados para o plantio de algodão, arroz e cana-de-açúcar, atividades que, com o tempo, se expandiram para áreas continentais, no norte do Maranhão, propiciando certo acúmulo de capital, crescimento populacional e alguma vida urbana, criando cidades, como Caxias, que se tornou entreposto comercial do interior do Maranhão e da capitania do Piauí. No final do século XVII e no século XVIII, o Maranhão passou a contar com uma segunda frente de colonização, que, originária da margem ocidental do rio Parnaíba, transpôs o referido rio, adentrando o centro e o sul do Maranhão, ocupando imensas áreas com as fazendas de criar.

O Piauí, por seu lado, passou por processo de conquista e colonização similar ao que ocorria no centro e sul do Maranhão, tornando-se, também, área de conflitos com indígenas e de ocupação do território para a instalação de fazendas de gado. A atividade agrícola era de pouca monta e voltada exclusivamente à subsistência das populações coloniais. Nas fazendas de criar, a necessidade de mão de obra e de capital era pequena. Com duas ou três pessoas e com um número de 200 a 300 cabeças de gado, implantava-se uma nova unidade produtiva. Dessa forma, o Piauí, como o centro e o sul do Maranhão, contava com uma população dispersa, distribuída por unidades produtivas, que se espalhavam por um vasto território.

Em síntese, enquanto a ocupação do Piauí ocorreu apenas com a expansão e instalação da atividade pecuária, o Maranhão seguiu uma ocupação híbrida, em que se faziam presentes propriedades voltadas ao criatório do gado, seguindo um modelo de expansão territorial e atividade produtiva muito semelhante àquela do Piauí, mas, ao mesmo tempo, obedecendo a outro fluxo de expansão colonial, originário do litoral, que atuava dando vida a atividades econômicas outras, baseadas na ocupação da terra e na instalação de plantações de algodão, arroz e cana-de-açúcar. A diferença das áreas coloniais ocupadas por pecuaristas e agricultores era notória, enquanto as fazendas de gado eram povoadas por dois, três ou até mesmo um morador, as áreas agrícolas, principalmente os engenhos demandavam quantidade significativa de trabalhadores.

Segundo Odilon Nunes, como consequência dessa formação histórica, as áreas ocupadas pela pecuária terão como característica a dispersão da população, por imensas áreas territoriais, tornando a vida urbana pouco desenvolvida e impedindo que atividades comerciais proliferassem. Dessa forma, no período colonial, nas áreas pecuaristas da região não havia comércio, a não ser o itinerante, próprio do mascate, usando animais para transportar a pouca mercadoria.

Fora isso, só o comércio do boiadeiro, que levava o gado para vender no litoral e de lá trazia, na volta, alguns bens importados: escravos e pequenas utilidades eram comercializados no seu retorno ao interior. Diante dessa realidade, as regiões pecuaristas do Maranhão e do Piauí se tornam dependentes e conectadas às atividades comerciais desenvolvidas nas cidades do Maranhão, principalmente Caxias, centro urbano que ganha relevância e passa a monopolizar o comércio de parte do Maranhão e do Piauí, nos séculos XVIII e XIX.³⁰⁷

O fato de o Piauí, o centro e o sul do Maranhão estarem imbricados no mesmo processo histórico de conquista e colonização, por si só, já criava vínculos entre os grupos humanos coloniais que se formavam nas duas áreas. No entanto, no final do século XVII e início do século XVIII, a Coroa portuguesa deu passos significativos no sentido de criar o Piauí como uma capitania, subordinada, porém, ao então Estado colonial do Maranhão. Com essa definição, as conexões, os vínculos, os interesses políticos, sociais, econômicos e familiares das duas partes banhadas pelo rio Parnaíba se tornam mais intensos.

O Maranhão, por questões estratégicas da Coroa portuguesa, já contava com relevância política no âmbito da estrutura administrativa colonial lusitana, de modo que o Piauí foi, progressivamente, retirado da jurisdição das capitanias de Pernambuco e da Bahia e colocado sob a subordinação administrativa, militar e eclesiástica do Maranhão. Isso arraigou, ainda mais, as conexões entre as duas capitanias. Aos vínculos históricos, às aproximações entre os grupos familiares, muitos deles com relações de parentesco e consanguinidade, alguns com fazendas de gado, terras e escravos nas duas capitanias, a tudo isso, somavam-se as relações políticas. Era em São Luís, junto à autoridade eclesiástica, que se resolviam as pendências nos momentos das uniões conjugais, e de onde provinham os representantes da Coroa portuguesa, que assumiriam pos-

³⁰⁷ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. V. 1. Teresina: FUNDAPI. 2007, p.121-122.

tos da administração colonial no Piauí. Do Maranhão, mais precisamente de Caxias, provinham parte significativa das mercadorias importadas e comercializadas no Piauí, e mesmo Oeiras, capital do Piauí, era dependente da referida praça comercial. Dessa forma, o rio Parnaíba não era uma fronteira entre as duas capitanias, mas sim um meio de conexão.

Independente das peculiaridades da formação histórica do Piauí e do Maranhão, podemos afirmar, ainda, a presença de algumas conexões e aproximações no que se refere ao quadro social e à cultura política que se reproduziu na região como resultado das estruturas de poder e das formas de apropriação dos meios de produção e da riqueza que se formatavam na América afro-portuguesa. Dessa forma, nos engenhos, nas lavouras de algodão ou mesmo na atividade pecuária desenvolvida no Maranhão e no Piauí, alguns traços marcam a formação da sociedade: a concentração da terra na mão de potentados rurais, o trabalho majoritariamente escravo e a construção de uma cultura política lastreada no mando do potentado e na exclusão da imensa massa de homens despossuídos, seja na condição de homens livres, seja na condição de escravizados.

Segundo Matthias Assunção, depois de 200 anos de construção do mundo colonial, havia nas áreas de agricultura e pecuária do Maranhão e do Piauí, uma massa de homens não escravizados, que gozavam do *status* de livres, mas isso não fazia com que saíssem da marginalidade e alcançassem condições de ter uma vida digna. Partes dessas populações eram submetidas a formas de trabalhos forçados que as aproximavam mais da condição de escravizados que de livres. As referidas populações eram constituídas por indígenas, que legalmente não podiam ser escravizados ou ainda por negros forros, que eram obrigados a prestar serviços aos ex-senhores como pagamento pela liberdade. Ainda dentro do mesmo grupo, podemos apontar as pessoas definidas como vadios, pela forma como se movimentavam por diferentes espaços geográficos em busca de sobrevivência, ou ainda, a massa de

agregados, rendeiros, que viviam em terras alheias, prestando serviços esporádicos aos proprietários, ou produzindo gêneros agrícolas de subsistência, com a obrigação de entregar ao proprietário parte da produção. Em síntese, essas pessoas eram qualificadas como mestiços, cabras, mulatos e cafuzos, homens de condição livre, mas que se viam nas fronteiras da marginalidade dadas as dificuldades de inserção social no mundo colonial, onde o trabalho era definido como inerente aos escravizados.³⁰⁸

Nos anos 1820, o Brasil foi balançado por ideias de liberdade, de igualdade, de emancipação política. Essas ideias que se propagavam, principalmente, no seio das elites políticas, acabaram por reverberar nos meios populares, seja na massa de escravos, seja nos grupos de homens livres. Parte dessas populações foi chamada para tomar parte em alguns embates que se fizeram necessários na movimentação política e militar que levou o Brasil à condição de nação independente. Passados os momentos decisivos, o ímpeto revolucionário das elites políticas arrefeceu, o suposto projeto de mudanças sociais mais significativas foi esquecido, e o que proliferou foi a continuidade da escravidão, bem como o acirramento das distinções sociais baseadas na cor da pele, tendo os homens brancos continuado na condição de superioridade social e os negros e mestiços, de matizes diversas, colocados na condição de subalternidade. O quadro social pós-independência, claramente, não atendia aos anseios das massas de livres pobres e escravizados, que haviam vislumbrado, no processo de emancipação política do Brasil, a possibilidade de mudanças na qualidade de vida.

Entre as elites brancas, o pós-emancipação política evidenciou divisões internas, que, no Piauí e no Maranhão, se configuravam, claramente, como grupos oligárquicos dissidentes, que se viram aliados dos espaços de mando e do

³⁰⁸ ASSUNÇÃO. Matthias Rohring. *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2018.

poder político provincial. A distribuição do poder nas províncias não atendia a todos os grupos regionais, os espaços de mando foram cuidadosamente distribuídos entre aliados mais próximos de alguns, deixando de fora outros grupos. No Piauí, claramente as oligarquias do centro-sul da província, capitaneadas por Manuel de Sousa Martins, o barão da Parnaíba, passaram a ocupar os postos de mando provincial, mantendo afastados os grupos políticos do norte do Piauí, entre os quais podemos citar os Dias da Silva e os Castelo Branco, grupos políticos sediados no norte da província do Piauí, além de algumas famílias situadas em Parnaguá, região do extremo sul da província.

No caso do Maranhão, as elites políticas sediadas em São Luís e na região de *plantation* localizada no baixo Itapecuru, por encontrarem-se próximas à sede do governo, passaram a controlar os cargos públicos mais elevados da província e a monopolizar o poder regional, deixando os grupos políticos situados em outras regiões do Maranhão, como os grupos políticos sediados na cidade de Caxias, principal, entreposto comercial da região pecuarista, alijados dos principais espaços de mando.³⁰⁹

As fissuras internas nas elites regionais, tanto na província do Piauí quanto na província do Maranhão, alimentaram ressentimentos nos grupos dissidentes, que passaram a se sentir alijados dos espaços de mando institucional e diminuídos na potência do seu mando. Historicamente, nessas áreas, o exercício de funções públicas era fator de potencialização dos grupos de elite que detinham os meios de produção: a terra, o gado, e os escravos. Em nome da manutenção da ordem social, do controle da massa de escravizados e das populações de homens livres, que se viam na condição de párias sociais, os grupos de elite dissidentes procuraram manter os conflitos e as disputas pelo poder regional, em um padrão que não ameaçasse a ordem estabelecida.

³⁰⁹ ASSUNÇÃO. Matthias Rohring. *De caboclos a bem-te-vis...* op cit., p. 310-311.

Nos anos 1830, o império brasileiro foi abalado por intensas movimentações políticas que provocaram a abdicação do imperador Dom Pedro I, em 1831. Na sequência, instalou-se um governo regencial, momento caracterizado por reformas que reconfiguravam o Estado monárquico, objetivando apaziguar os ânimos políticos das elites regionais, ao tempo em que conservava o controle do governo central sobre as províncias. As estruturas de poder que mantinham o controle social e político nas mãos das elites oligárquicas precisavam da coesão, ou pelo menos de significativo grau de entendimento entre os diversos grupos políticos nacionais, regionais e locais, para que fosse mantido sob controle, não apenas o grande contingente de escravos, mas também a massa de pessoas livres, porém empobrecidas, que não tinham perspectivas de melhoria de vida, diante do domínio que os grupos oligárquicos mantinham sobre os meios de produção e sobre os espaços políticos de poder na sociedade.

Na fase final do período regencial, algumas medidas abalaram o equilíbrio entre as elites locais, regionais e nacionais, acabando por motivar rebeliões como a Balaiada, que agitou as províncias do Maranhão e do Piauí, entre os anos de 1839 e 1842.³¹⁰

Uma das modificações significativas do período regencial foi a criação da figura institucional dos prefeitos. O prefeito seria nomeado pelos presidentes de província, tendo as seguintes atribuições: exercer as funções de polícia, de controle da Guarda Nacional no âmbito local, e ainda, a de distribuição da justiça, antes realizadas por juízes de paz ou por juízes de direito. Na prática, a lei retirava poder das elites locais e concentrava poderes na mão dos presidentes de província, o que acentuou os atritos políticos nas províncias do Maranhão e do Piauí. Em síntese as elites dissidentes se viram ainda mais excluídas dos espaços de poder institucionais.

A Balaiada aliou os descontentamentos políticos das elites dissidentes com a grande insatisfação das camadas popu-

³¹⁰ ASSUNÇÃO. Matthias Rohring. *De caboclos a bem-te-vis...* op cit., p. 315.

lares, motivadas pelas péssimas condições existenciais a que estavam submetidas, e que se materializavam na pobreza, na falta de expectativas e nas escorchantes leis, que menosprezavam os pobres, dispensando a eles, julgamentos severos, punições duras, executadas no próprio corpo e na cobrança do pesado imposto do recrutamento militar.

Os grupos políticos de elite, que, nesse momento, se encontravam alijados dos espaços de poder institucionais, situação agravada pela criação da lei dos prefeitos, viram na rebelião armada e na aliança com as camadas populares um caminho para manifestar o seu desagrado com a situação. Segundo Matthias Assunção, muitos fazendeiros das microrregiões situadas no sul e no leste do Maranhão, área de predomínio da economia pecuária, passaram a apoiar o movimento da Balaiada, observando nessa movimentação rebelde, uma forma de expressar seu descontentamento, com o predomínio das elites políticas de São Luís e das regiões de *plantation*, situadas no golfão maranhense.

No caso do Piauí, os grupos oligárquicos dissidentes, que se conectavam aos do Maranhão pelo ressentimento provocado pelo alijamento dos espaços de poder provincial, também apoiam o movimento da Balaiada. Livio Lopes Castelo Branco, um dos principais opositores do governo Sousa Martins no Piauí, chega mesmo a atravessar o rio Parnaíba com um grupo armado e assumir como uma das principais lideranças do cerco militar que levou à tomada da cidade de Caxias no Maranhão, pelos rebeldes balaios.

Dessa forma, a revolta da Balaiada precisa ser entendida como uma rebelião com perfil híbrido, motivada por disputas internas das elites dissidentes do Maranhão e do Piauí e, ainda, por forte viés popular, tendo em vista a situação de exploração e as péssimas condições de vida a que eram submetidas as pessoas pobres.

O início da Balaiada ocorreu em dezembro de 1838, quando Raimundo Gomes, passando pela vila da Manga, levando uma boiada de propriedade do seu patrão, chefe po-

lítico de oposição, teve parte dos homens que trabalhavam com ele recrutados para o serviço militar forçado. A ação do prefeito da Manga, ao realizar o recrutamento, era uma atitude despótica, com claras intenções de retaliação política ao proprietário do gado.

Os dias seguintes foram marcados por negociações de Raimundo Gomes com o prefeito, no sentido de reverter a decisão de manter os homens presos e direcionados ao recrutamento. Diante da insensibilidade do governante, Raimundo Gomes começou uma ação violenta, invadindo a cadeia municipal e soltando os presos que ali eram mantidos, e levando com ele todo o armamento mantido no quartel e na cadeia pública. O movimento deflagrou manifestos e movimentações violentas que levaram à deflagração da Balaiada. As primeiras movimentações apontavam para a aliança de líderes de perfil popular, com lideranças políticas liberais do Maranhão e do Piauí, homens como Lívio Lopes Castelo Branco, caudilho piauiense que se envolveu com os rebeldes tornando-se um dos seus líderes, nos meses iniciais da revolta.

O movimento rebelde espalhou-se pela parte oriental do Maranhão, nas áreas próximas ao Piauí, ganhando, em seguida, adeptos na referida província vizinha.³¹¹ Nos primeiros meses de rebelião, parte significativa dos líderes vinculados às elites dissidentes, percebendo os rumos de radicalização social que o movimento tomava, foi esfriando o ímpeto revolucionário e se afastando da rebelião. As camadas populares, contando com lideranças, como a do já citado Raimundo Gomes, e com a de Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de balaios, e ainda, com a do líder negro, Cosme, que comandava um significativo exército de escravos fugidos, deram continuidade ao movimento revolucionário que abalou as províncias do Maranhão e Piauí entre os anos de 1839 e 1841.

O movimento rebelde perdeu força diante da violenta repressão legalista, realizada por tropas enviadas pelo go-

³¹¹ ASSUNÇÃO. Matthias Rohring. *De caboclos a bem-te-vis...* op. cit., p. 349.

verno imperial e ainda pelo significativo apoio de tropas do Piauí e de outras províncias vizinhas. A falta de um comando unificado, a forma desordenada como atuavam os rebeldes, por um lado, dificultava o desfecho final do movimento, por outro, fazia com que os rebeldes perdessem em objetividade e capacidade militar ante os adversários.

A punição aos líderes populares foi severa, cabendo, além do açoite, a pena de morte, como ocorreu com Cosme, que foi enforcado em 1842. Para os homens de elite envolvidos no movimento, a punição mais frequente era no patrimônio, na medida em que tinham suas propriedades saqueadas por tropas governistas e, ainda, poderiam ser presos e submetidos a humilhações.

No desenrolar do movimento rebelde, tanto por lado dos revoltosos, fossem ligados aos grupos de elite, fossem os originários das massas populares, as conexões entre as populações do Piauí e do Maranhão estiveram sempre presentes. Nas duas províncias, os grupos das elites dissidentes sofreram perdas materiais: fazendas saqueadas, patrimônios familiares roubados, além das perdas políticas que cabem aos vencidos. Do lado das camadas populares, mais uma vez as consequências vivenciadas dos dois lados do rio Parnaíba se repetiram: inúmeros prisioneiros, a humilhação do açoite, e para os líderes, além da humilhação física, a morte. Na Balaiada, as conexões de interesses, os vínculos familiares, as aproximações históricas, tanto do ponto de vista da economia, como do ponto de vista da administração, levaram as forças da repressão a agirem sem levar em consideração os limites geográficos das províncias. Não havia fronteiras a serem respeitadas entre as duas províncias, havia uma ordem social comum, conectada por laços históricos, a ser preservada, e esse foi o pensamento que moveu as elites políticas do Piauí e do Maranhão quando empreenderam a repressão ao movimento.

Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2018.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. V. 1. Teresina: FUNDAPI, 2007.

14.2. Vida breve: a trajetória de Baltazar Gonçalves de Oliveira e a dinâmica do Santo Ofício nos sertões das capitanias do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia (1745-1752)

Ferdinand Almeida de Moura Filho
(Doutorando em História, Universidade Federal do Pará)

No presente texto, pretende-se analisar, a partir da trajetória de Baltazar Gonçalves de Oliveira³¹², as dinâmicas de funcionamento da Inquisição de Lisboa nos sertões do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Entre os anos de 1745 e 1752, diversos inquéritos judiciais preliminares foram acionados para e/ou pela Inquisição de Lisboa contra o vaqueiro Baltazar Gonçalves, acusado de bigamia. Com estes expedientes de justiça, objetivava-se devassar completamente a vida deste sujeito com o intuito de coletar provas suficientes para que o promotor do Santo Ofício pudesse proceder em favor de justiça e, com isso, instaurar o processo³¹³.

Sob as ordens do bispo Dom frei Manuel da Cruz, Francisco Rodrigues Pontes, investido no cargo de visitador geral dos sertões (ou, pelo menos, é assim que lhe é qualificado pelo seu secretário), desloca-se, provavelmente em findos de 1744, da cidade de São Luís, sede do bispado, em direção leste deste recém-reestruturado bispado do Maranhão com a missão de realizar uma visita pastoral àquela região. O seu destino era a capitania do Piauí, região que durante a primeira metade dos setecentos passou efetivamente a integrar na lógica política, burocrática e administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, além de uma importante integração no

³¹² Doravante Baltazar Gonçalves

³¹³ Todas as informações apresentadas por nós referente a Baltazar Gonçalves podem ser encontradas em: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício*, Livro 310º, f. 420-460. (Caderno do Promotor nº 118).

âmbito espiritual ao bispado do Maranhão. Essa conquista e expansão das fronteiras, no âmbito temporal e espiritual, do Estado do Maranhão e Grão-Pará ao leste deveu, em grande medida, às ações enérgicas dos governadores, do bispo Dom frei Manuel da Cruz e dos moradores da conquista³¹⁴. Nesse sentido, a capitania do Piauí passou a ser uma estratégica região de fronteira entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil, além de exercer um papel fundamental de conexão com a Bahia, Pernambuco e Ceará por meio do escoamento do gado.

De todo modo, no dia 4 de outubro de 1745, na freguesia de Santo Antônio do Gurguéia (atual Jerumenha), logo após tornar público o edital da visita e inspecionar as condições materiais dos edifícios e parâmetros da igreja, Francisco Rodrigues Pontes, em companhia de seu secretário Nicolau Bruno da Cunha Laboral, convocou todas as pessoas, sejam eclesiásticos ou seculares, sob pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda*, para confessar e/ou denunciar tudo que soubessem “de vista ou de ouvida” a despeito dos delitos que compunham o edital e interrogatórios da visitação.

É importante pontuar que embora este edital fosse composto por 40 parágrafos, estes não correspondem a um igual número de culpas, tampouco tratam da população geral. Desta forma, quatro deles se referem às práticas de concubinato e doze tratam diretamente do clero. Ainda com relação aos delitos presentes neste edital é imperativo fazermos duas observações.

A primeira é que sendo a visita pastoral um dos principais meios de difusão e de verificação administrativa, econômica e espiritual, além de um mecanismo de vigilância no comportamento dos fiéis, da ação dos bispos e, portanto, do tribunal episcopal, sua jurisdição legislava tanto no espiritual quanto no temporal. Com isso, queremos dizer que em seu juízo julgavam-se pecados e crimes. Quanto aos crimes,

³¹⁴ Sobre essa integração espiritual, recomenda-se a leitura do texto da Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz presente neste livro.

podemos citar: estupro, rapto, furto e homicídio. Quanto aos pecados, e já pontuando a segunda observação, além dos delitos de sua competência: bestialidade, molície, sacrilégio, usura, etc., investigavam-se também delitos de jurisdição mista, mas que na prática era de domínio reservado do tribunal inquisitorial, como, por exemplo, heresia, sodomia e bigamia. Assim, as visitas, foram igualmente importantes instrumentos de colaboração entre o tribunal episcopal e o tribunal do Santo Ofício.

Desta forma, cinco indivíduos (em um total de, pelo menos, trinta testemunhas³¹⁵) foram na presença do visitador Francisco Rodrigues Pontes afirmar “por ser público e notório” que Baltazar Gonçalves, “sendo casado nesta freguesia do Gurguéia com Rosália, casou-se novamente na vila de Água Fria, capitania da Bahia, com Joana Maria”.

Trata-se não de um caso incomum, pelo contrário. Denúncias contra indivíduos que, supostamente, infligiam o delito da bigamia, ou seja, casava-se uma segunda vez, enquanto sua primeira esposa ainda era viva, foram bastante recorrentes. O que traz sobressaltos são as circunstâncias que fizeram com que Baltazar Gonçalves, supostamente, tornasse um bígamo.

Acontece que quatro das cinco testemunhas, contaram ao visitador Francisco Rodrigues Pontes que estando Baltazar Gonçalves desejoso de se casar com Joana Maria, mais, possivelmente, temeroso de zombar do sacramento do matrimônio ao desprezar a indissolubilidade inerente às núpcias e com isso tornar-se, aos olhos dos inquisidores, um herege

³¹⁵ No traslado de culpas, presente na documentação inquisitorial, aparece qual que é a ordem de cada testemunha inquirida na visita. Desta forma a 30ª testemunha, cujo seu nome era Tomas de Aquino Pereira, foi a última pessoa a testemunhar contra Baltazar Gonçalves, presume-se então que, pelo menos, 30 pessoas tenham sido inquiridas. No entanto, projeta-se que este número não corresponda a uma totalidade, tendo em vista que só se encaminhava ao Santo Ofício as denúncias atinentes a sua jurisdição. Infelizmente, em razão de não conseguirmos localizar os documentos desta visita no Arquivo Público do Maranhão-APEM, é impossível apresentarmos um total exato.

convicto e, portanto, passível de severas punições por parte do Santo Ofício. Decide, contraditoriamente sem medo nenhum da justiça eclesiástica e civil, mandar matar a primeira mulher. Duas pessoas são contratadas para dar cabo de Rosalia, o que prontamente foi feito. Para dar provas do sucesso desta maquinação diabólica, os sujeitos arrancam a mão da defunta Rosalia e entregam ao Baltazar Gonçalves. Este, com seu intento consagrado, logo se casa com Joana Maria. No entanto, pouco tempo depois, e para sua infelicidade, Baltazar descobre que os assassinos mataram e arrancaram a mão da mulher errada! E que Rosalia está vivíssima residindo na ribeira do Jaguaribe, capitania do Ceará Grande³¹⁶.

Finalizada as visitas nas freguesias da capitania do Piauí³¹⁷ e regressando à cidade de São Luís, o visitador Francisco Rodrigues Pontes solicitou ao escrivão do auditório eclesiástico Antônio Luís Coutinho que redigisse, individualmente, um traslado de culpas para todos os sujeitos que foram denunciados por crimes atinentes ao tribunal do Santo Ofício e, por conseguinte, o remetesse. Desta forma, além do traslado de culpas contra Baltazar Gonçalves, Manuel Pinto Queiroz, denunciado na freguesia de São Bernardo da Parnaíba, e Luís Nunes do Amaral, denunciado na freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Poti, teriam suas culpas remetidas à Inquisição. Este documento, que continha todos os procedimentos jurídicos pronunciados pelo visitador contra estes incriminados, foi transladado no dia 6 de outubro de 1746.

³¹⁶ Vimos que o assassinato era um crime passível de punição pela justiça episcopal. No entanto, em razão de não termos localizado a documentação referente a esta visita no Arquivo Público do Maranhão (APEM), local em que está conservado a documentação referente à esta justiça, não nos é possível dizer se algum inquérito foi instaurado

³¹⁷ A partir da documentação inquisitorial, temos a informação de que Francisco Rodrigues Pontes visitou também as freguesias de São Bernardo da Parnaíba e a de Nossa Senhora do Desterro do Poti, nos anos de 1744 e 1745, respectivamente. Conjecturamos, no entanto, que estas freguesias não foram as únicas a serem devassadas pelo visitador. O que, infelizmente, não nos é possível confirmar devido a inexistência desta documentação no Arquivo Público do Maranhão (APEM)

Ocorre que devido a ausência de um Tribunal do Santo Ofício instalado na América portuguesa, diferentemente da Inquisição Espanhola, que fundou tribunais distribuídos em lugares estratégicos do seu império colonial – Lima (1570), México (1571) e Cartagena (1610), este traslado de culpas deveria cruzar o oceano Atlântico rumo à Inquisição de Lisboa, tribunal que exercia jurisdição em todos os territórios do império português, salvo os vinculados à Goa, na Índia, capital do império português na Ásia³¹⁸.

Além das longas distâncias que deveriam ser vencidas pelo mar (uma viagem do Maranhão a Lisboa, sem muitos percalços, durava, pelo menos, 45 dias), para que este documento chegasse nas mãos do promotor do Santo Ofício; cujo papel consistia em analisar as provas, dar inícios as investigações por parte do Santo Ofício e solicitar aos inquisidores que agissem em favor da justiça, é preciso considerar o tempo de espera entre a partida dos navios, pois não circulavam durante todo o ano entre o Maranhão e Lisboa. E ainda que essas informações já estivessem às portas do Santo Ofício, elas não seriam imediatamente analisadas. Há de se considerar, portanto, a ordem de chegada e importância de um intenso e contínuo fluxo de expedientes oriundos do Atlântico português, que deveria ser lido e analisado detalhadamente pelo promotor do Santo Ofício, cujo regimento previa apenas a existência de apenas um em cada tribunal distrital.

É somente no dia 11 de julho de 1748, quase três anos depois, que o promotor do Santo Ofício, cujo nome não é informado, redige o requerimento de justiça. Para ele, as denúncias colhidas e remetidas pelo visitador Francisco Rodrigues Pontes contra Baltazar Gonçalves não eram consideradas “provas bastantes” para que se pudesse solicitar a sua prisão e instaurar o processo. Assim, solicita que os inquisidores passem as ordens necessárias para executar um inquérito judicial preliminar onde, “na forma do estilo e

³¹⁸ O tribunal de Goa, fundado em 1560, foi o único existente no ultramar português.

regimento”, perguntasse outras testemunhas e extraísse dos livros dos casados certidões que pudessem provar os dois matrimônios de Baltazar Gonçalves.

Desta forma, para o cumprimento de tal intento, as diligências judiciais deveriam, inicialmente, ser realizadas em três localidades distintas que circunscrevem os envolvidos: freguesia do Gurguéia, capitania do Piauí, local em que ocorreu o primeiro matrimônio de Baltazar Gonçalves com Rosália, freguesia de Jaguaribe, capitania do Ceará Grande, local de residência de Rosalia, e, por fim, na vila de Água Fria, capitania da Bahia, região onde Baltazar Gonçalves se casou e vivia com sua segunda esposa Joana Maria.

Sendo o requerimento de justiça aceito, no dia 30 de agosto de 1748 os inquisidores redigem à comissão que será encaminhada ao comissário do Santo Ofício Antônio Alvarés Guerra e, em caso de sua ausência, ao comissário Felipe Rodrigues Campelo, ambos residentes na vila de Recife, capitania de Pernambuco. Devido às longas distâncias que deveriam ser vencidas por terra e a necessidade de celeridade na investigação, os inquisidores ainda facultaram a possibilidade de os comissários delegassem a execução da diligência a outro indivíduo que não ocupasse nenhum cargo neste tribunal.

Nesta comissão se ordena que, dentre outras coisas, o responsável pela diligência interroge cinco testemunhas cristãs-velhas, legais e fidedignas, sendo uma delas a primeira mulher, e que se busque nas freguesias em que se realizaram os supostos matrimônios os livros dos recebidos e procure os assentos que provêm os casamentos de Baltazar Gonçalves com Rosalia e com Joana Maria. Caso obtenha sucesso na procura, solicite que seu escrivão passe “certidão em forma”.

A comissão só chegará nas mãos do comissário frei Miguel da Vitória em meados de 1750. No entanto, a frequente circulação de coisas, animais, pessoas e ideias, entre as regiões do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia que se conectavam,

especialmente, pela economia do gado, fez com que, entre os anos de 1748 e 1750, a fama pública dos supostos crimes e pecados cometidos por Baltazar Gonçalves atingissem proporções que resultaram em outros expedientes de justiça. Estes, novamente, movidos pela justiça do bispo. Começamos pela vila de Água Fria.

Em 11 de setembro de 1749, chegou às mãos do vigário de Água Fria Jerônimo Álvares de Azevedo uma carta anônima onde acusava Baltazar Gonçalves de ser bigamo. E embora não tivesse conhecimento algum sobre o caso, sabendo-o apenas “de ouvida”, o denunciante acreditava, para desencargo de consciência, ser sua obrigação. Finaliza a carta referindo o nome de três indivíduos que poderiam ter mais informações sobre o caso: Francisco da Paz, Manuel Rodrigues Chaves e Antônio.

Sem comunicar aos seus superiores, tampouco ao Santo Ofício, e tomando para si a responsabilidade de combate a dissidência, Jerônimo Álvares decide realizar uma diligência para interrogar as testemunhas referidas e investigar o conteúdo presente na carta. Dias mais tarde, em 10 de outubro de 1749, Jerônimo Álvares, em correspondência expedida ao arcebispo Dom José Botelho de Matos, e que seria igualmente remetida ao Santo Ofício, conta o porque de ter realizado esta diligência e esclarece mais sobre o caso.

Conhecedor da região e sabedor da expressiva mobilidade dos sujeitos entre os extensos e remotos sertões, Jerônimo Álvares conta ao arcebispo que se houvesse demora na realização da diligência – e certamente haveria devido à longa distância que separava a Água Fria do centro decisório, ficaria quase impossível obter informações sobre o caso. De fato, ainda que tivesse agido com celeridade, duas das três testemunhas referidas na carta anônima já não mais se encontravam na região.

Quanto ao caso envolvendo Baltazar Gonçalves, três testemunhas inquiridas pelo Jerônimo Álvares, incluindo o próprio autor da carta anônima Francisco Xavier de Azevedo,

contam uma história um pouco diferente da que foi oferecida ao visitador da freguesia de Santo Antônio do Gurguéia Francisco Rodrigues Pontes – ainda que igualmente por fama pública. Acontece que Baltazar Gonçalves não mandou matar a sua esposa Rosalia com o intento de se casar com Joana Maria, mas pelo fato de sua mulher lhe trair e fugir com outro homem.

No dia 31 de março de 1750, Dom frei Francisco de São Tiago (governo do bispado – 1747-1752), substituindo Dom frei Manuel da Cruz, transferido para o recém-criado bispado de Mariana, no cargo de bispo do Maranhão, realizou uma visita pastoral à freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha³¹⁹. Nesta ocasião, onde pelo menos 79 pessoas foram inquiridas³²⁰, três testemunhas: Antônio Furtado de Mendonça, José Fernandes da Silva e Domingos Pinto Baião, foram na presença do referido bispo denunciar Baltazar Gonçalves de ser bígamo. Destas denúncias, duas observações devem ser feitas. A primeira é que todos eles foram bastante sucintos em suas acusações, restringindo-se apenas a dizer que ouviram dizer que Baltazar Gonçalves se casou novamente sendo a sua primeira esposa ainda viva. A segunda, e mais importante, é que as testemunhas oferecem importantes informações quanto à naturalidade, idade e aos sinais, ou seja, a aparência do incriminado. Baltazar Gonçalves, natural da freguesia de Maragogipe, arcebispado da Bahia, tinha entre quarenta e cinquenta anos de idade e possuía uma estatura mediana; cor branca, ou quase branca; não muito gordo, mas cheio; grandes olhos azuis e falava ceceoso.

Ao tempo em que estes expedientes de justiça realizados nas vilas de Água Fria e da Mocha cruzavam o atlântico com destino a Inquisição de Lisboa, o comissário frei Miguel

³¹⁹ Além da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, o bispo Dom frei Francisco de São Tiago também devassou, na capitania do Piauí, as freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Brejo do Aroazes, Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca e Santo Antônio da Gurguéia

³²⁰ Partimos aqui da mesma reflexão que por nós foi feita na nota 5.

da Vitória recebia ordens diretas dos inquisidores para investigar, agora a partir das próprias prerrogativas inquisitoriais, as culpas contra Baltazar Gonçalves³²¹.

Com as ordens do Santo Ofício em mãos, a primeira atitude de frei Miguel da Vitória foi encaminhar uma cópia da diligência à Vila da Mocha para que algum eclesiástico interrogasse e investigasse nos livros de recebidos acerca do primeiro casamento de Baltazar Gonçalves com Rosalia. Seu objetivo era claro: ao delegar a diligência para outro eclesiástico, evitava assim percorrer mais de duzentas léguas sertão a dentro rumo à capitania do Piauí, ao tempo em que poderia se preocupar apenas em realizar as investigações referentes ao segundo matrimônio de Baltazar Gonçalves. Sob os auspícios do Santo Ofício, uma verdadeira força tarefa era construída para investigar as culpas contra o incriminado.

A correspondência de frei Miguel da Vitória, contendo a cópia das ordens do Santo Ofício, chegou à Vila da Mocha no dia 23 de novembro de 1750. No entanto, devido a uma rigorosa seca que assombrou aquela região, foi em princípios do ano seguinte que o padre Manuel Gonzaga, auxiliado pelo padre Gonçalo Correia Lima, na condição de escrivão, e dos padres ratificadores, Miguel de Carvalho e Silva e André da Silva, iniciou, na própria Vila da Mocha, as investigações.

Na ocasião, três das cinco testemunhas interrogadas: Manuel da Costa, Martinho Lopes Ribeiro e José Ferreira da Silva ainda que fossem vizinhos da fazenda do Capuame, onde moravam Baltazar Gonçalves e Rosalia (José Ferreira era, inclusive, casado com uma irmã de Rosalia), não tinham nenhuma informação para além das que já foram apresentadas nestas linhas. As duas últimas testemunhas foram os próprios padres André da Silva e Miguel de Carvalho e Silva que

³²¹ A partir da documentação não nos é possível tomar conhecimento das circunstâncias que inviabilizou a realização da diligência por parte dos comissários convocados pelo Santo Ofício. No entanto, é possível depreender que o comissário Antônio Alvares Guerra pediu para que o comissário frei Miguel da Vitória tomasse a frente na execução.

auxiliavam Manuel Gonzaga nos interrogatórios. No entanto, também não ofereceram nenhuma informação nova, apenas que Baltazar Gonçalves e Rosalia foram seus fregueses, tendo o último ainda batizado o primeiro filho do casal.

Finalizados os interrogatórios, no dia 18 de janeiro de 1751, o padre Manuel Gonzaga redige uma carta ao frei Miguel da Vitória oferecendo o seu parecer acerca do depoimento das testemunhas – que ia em anexo, e, principalmente, contando que por descuido do vigário, não conseguiu localizar o assento do matrimônio entre Baltazar Gonçalves e Rosalia. Alega também que não pôde localizar o assento de segundo casamento de Baltazar com Joana Maria, pois a Vila da Mocha estava distante do arcebispado da Bahia aproximadamente 200 léguas.

Na capitania do Ceará Grande, a primeira missão de frei Miguel da Vitória foi interrogar a esposa Rosalia. Para isso, e tendo em vista que a última informação sobre seu paradeiro data de 1745, foi preciso primeiro localizá-la. Para tal intento, ordenou que o padre Pedro de Almeida fosse até a ribeira dos Crateús procurá-la. Este lhe escreveu, em 6 de novembro de 1751, informando que Rosália não mais se encontrava naquela ribeira, mas que atualmente estava vivendo na freguesia de Nossa Senhora das Russas, capitania do Ceará Grande, numa fazenda chamada Telha.

No dia 14 de dezembro de 1751, já na freguesia de Nossa Senhora das Russas e em presença de Rosália, frei Miguel da Vitória inicia o interrogatório. Esta afirma se chamar Rosália Gomes de Freitas, com idade de aproximadamente 40 anos, filha de Manuel Gomes Monteiro e Joana de Freitas, já defuntos, casada com Baltazar Gonçalves e que “de presente” era assistente na fazenda de Dionísio Barbalho.

Rosalia conta ao frei Miguel da Vitória que se casou aos doze anos com Baltazar Gomes em *facie inclesia* da matriz de Nossa Senhora da Vitória, na presença do vigário Tomé de Carvalho e Silva e das testemunhas Rosa Maria e Angélica. Depois de casados, viveram juntos na fazenda do Capuame,

cujo dono era Verissimo Robalo Freire, durante cinco anos, onde tiveram três filhos – um já falecido.

A justificativa apresentada por Rosalia para não estar mais vivendo de portas adentro com Baltazar Gonçalves, é completamente diferente das que foram apresentadas pelas testemunhas supracitadas. Rosalia decidiu sair da companhia de seu marido, e ir morar na freguesia do Acaraú, capitania do Ceará Grande, em casa do capitão Pedro da Rocha Franco, porque descobriu que ele andava amancebado com uma irmã dela, cujo nome não é mencionado. Além disso, conta que logo após se casar com Baltazar Gonçalves, uma “mestiça da terra” chamada Valéria lhe contou que era a legítima esposa de Baltazar Gonçalves, casando-se com ele no Rio das Contas quando ambos vinham para a capitania do Piauí. No entanto, Rosália apresenta ressalvas quanto às afirmações de Valéria. Afirma ao padre frei Miguel da Vitória que não sabe se Valéria era de fato casada com Baltazar ou se tratava apenas de uma manceba. Por fim, ao ser perguntada pelo comissário frei Miguel da Vitória se conhecia Joana Maria, Rosalia responde que Joana Maria, viúva de Inácio Tomé, era sua prima e que “ouviu dizer” publicamente que ela se casou com Baltazar Gonçalves.

Curiosamente, e ignorando as ordens expressas do Santo Ofício, o comissário frei Miguel da Vitória encerra a diligência sem interrogar mais nenhuma testemunha (o solicitado era pelo menos 5 – recordemos) e, tampouco, sem se deslocar, ou ordenar que alguém o fosse, à vila de Água Fria para localizar, nos livros dos recebidos, o assento do casamento de Baltazar Gonçalves com Joana Maria.

Munido de todas as informações que lhe foram remetidas pelo frei Miguel da Vitória, inclusive aquelas que lhe foram enviadas pelo bispo do Maranhão Dom frei Francisco de São Tiago e pelo vigário de Água Fria, Jerônimo Álvares de Azevedo – como vimos, o promotor do Santo Ofício, em data que não nos é apresentada no documento, em seu segundo requerimento de justiça, comunica aos inquisidores

que embora Rosália Gomes jurasse que fosse casada em *facie inclesia* com Baltazar Gonçalves e que fosse público e notório tanto este casamento, quanto o segundo casamento de Baltazar com Joana Maria, não tinha nenhuma testemunha que tivesse presenciado “de vista” os matrimônios e, tampouco, certidões que provassem, por escrito, ambos os matrimônios. Desta forma, conclui que, de mãos atadas, nada pode requerer, ficando a cargo dos senhores inquisidores prover o que for mais útil à justiça. Sem provas bastantes, Baltazar Gonçalves escapa dos tentáculos do Santo Ofício e também sai de cena também destas páginas.

De maneira ensaística e informativa, procurou-se argumentar que para melhor solucionar os problemas inerentes às distâncias. Devido, especialmente, à ausência de um tribunal na América portuguesa, o Santo Ofício precisou se adaptar às diferentes realidades locais e, sobretudo, contar com o apoio das autoridades régias, eclesiásticas e os moradores da conquista, estes últimos, sobretudo, no encaminhamento de denúncias, sem as quais o tribunal não sobreviveria. Nesse sentido, vimos que para se investigar as culpas contra Baltazar Gonçalves de Oliveira, um indivíduo que constantemente se movimentava em diferentes espaços, o Santo Ofício precisou estabelecer conexões, e articulá-los entre si, com diversos sujeitos que residiam e transitavam entre as capitânias do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Tudo estava conectado, não podia ser diferente.

Bibliografia

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *A bigamia em Portugal na época moderna: sentir mal do sacramento do matrimônio?* Lisboa: Hugins Editores, 2003.
- CASTEALNAU- L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020
- CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*. São Paulo, n. 168, p.167-200, 2013.
- MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. *Réus de Batina: Justiça Eclesiástica e clero secular no bispado do Maranhão colonial*. São Paulo: Alameda, 2017.
- MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; NUNES, Pedrina. *A conquista espiritual dos sertões: a anexação da capitania do Piauí ao bispado do Maranhão no século XVIII*. (No prelo)

14.3. A ação pastoral de Dom frei Manoel da Cruz: das tentativas de implantação de Trento e dos novos modelos religiosos e devocionais entre o Maranhão e Minas Gerais

Herinaldo Oliveira Alves
(Doutorando em História, Universidade Federal
de Minas Gerais)

Vós sois sol dos pastores, que derrama
Luz de doutrina em um, e outro polo.
O Maranhão, e as Minas sacra rama
Vos tributam com ouro do pactolo³²²
Aureo Throno Episcopalis.
Canto II. Ano de 1749.

Do nascimento à formação eclesiástica

Dom frei Manoel da Cruz nasceu e foi batizado em 05 de fevereiro de 1690 na freguesia da Ordem, em Portugal. Entrou para o mosteiro cisterciense onde professou os votos religiosos com apenas 18 anos, tornando-se religioso do convento de São Bernardo, em Santa Maria de Salzedas. Foi ordenado sacerdote em 28 de fevereiro de 1712 com 22 anos de idade. O religioso completou sua formação acadêmica na Universidade de Coimbra, cursando Teologia e Cânones. No mosteiro cisterciense, foi abade (hierarquia superior em um mosteiro) do Colégio do Espírito Santo de Coimbra (1732 a 1738) e mestre dos noviços no mosteiro de Alcobaça. Nomeado bispo de São Luís, no Maranhão, por Dom João V em

³²² Nosso agradecimento à Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos pela leitura e sugestões bibliográficas.

Aureo Throno Episcopalis. Lisboa, Na officina de Miguel Manescal da Costa, pressor do Santo Officio. Anno 1749. In: ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. 2 ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2006. Pactolo: imensa riqueza natural de uma dada região ainda não explorada.

1738 e confirmado pelo papa Clemente XII no mesmo ano tornando-se o sexto bispo daquela diocese. O rei de Portugal o escolheu levando em conta as virtudes públicas as quais possuía e que seriam importantes para desempenho das atividades episcopais: a “modéstia e ciência”.

Ações pastorais no bispado do Maranhão

Dom frei Manoel da Cruz desembarcou em São Luís na tarde de 15 de junho de 1739, com posse oficial no dia de São Pedro a 29 de junho daquele ano. Pouco mais de um ano depois, o bispo viu-se envolvido em inúmeros conflitos com religiosos e autoridades civis na região. Um dos célebres episódios se deu com o cura da catedral, em fins de 1740, o qual criou uma série de obstáculos para que o padre provisor não oficiasse uma cerimônia religiosa em nome do bispo. Para que a celebração pudesse acontecer, vestiram no reverendo provisor as roupas pontificais do bispo e buscaram, no colégio dos jesuítas, os objetos necessários para a missa: cálices, hóstias, vinhos e missal.

Interessa, aqui, os conflitos de poder existentes nessa questão. A desobediência de um padre revela-nos uma oposição à autoridade religiosa, uma subversão da jurisdição eclesiástica e do voto de obediência que os religiosos fazem, como também uma disputa existente entre os pares como deste sacerdote para com outro colega. O bispo mandou abrir uma investigação e o padre Gonçalves, em sua defesa, argumentou que sua nomeação para a catedral de São Luís era um ato régio e não poderia sofrer penalizações apenas no âmbito religioso. Esta atitude demonstra um conflito entre o rei e as autoridades eclesiásticas no que diz respeito ao padroado régio (união do Estado com a Igreja na qual o rei indicava e pagava as cóngruas dos bispos e padres colados e estes eram confirmados pela Santa Sé). O padre solicita apoio à câmara de vereança alegando que ele sofria perseguição de Dom frei Manoel. Este fez circular uma pastoral desobrigando os fiéis

da obediência ao reverendo vigário e pedindo que se apurassem os responsáveis pelos tumultuosos eventos. Esses e outros conflitos ocorreram no período em que Dom frei Manoel da Cruz esteve à frente do bispado de São Luís no Maranhão.

Uma ação pastoral importante realizada por este prelado foram as visitas pastorais. Visitou, pessoalmente, todo o vasto território daquela diocese com objetivo de tentar normatizar as ações dos reverendos párocos e capelães, corrigir os abusos praticados por religiosos e fiéis, incentivar práticas religiosas como as devoções marianas, a oração mental, a prática sacramental. Mesmo sendo uma ação pastoral, estas visitas configuram também uma presença do Estado no interior do continente, pois o bispo, como também os padres colados, são funcionários régios em decorrência do padroado. Além disso, todas as ações aqui enumeradas foram incentivadas ou orientadas a partir do Concílio de Trento³²³. Trata-se, então, de uma tentativa de aplicação das normas conciliares na América portuguesa ainda no século XVIII.

Além das visitas, Dom frei criou inúmeras paróquias em sua diocese, instalou o cabido que, no século XVIII, também tinha a função de auxiliar na administração do bispado e, por fim, fundou o Seminário Diocesano em São Luís cuja administração foi entregue aos padres jesuítas. A fundação dos seminários nas dioceses foi uma exigência feita no Concílio de Trento, sessão XXIII, capítulo XVIII, que orientou as “formas de se erigirem os seminários de clérigos” (Concílio de Trento. Sessão XXIII, capítulo XVIII). Dom Felipe Condurú Pachêco, em sua obra *História Eclesiástica do Maranhão*, apresenta alguns dados estatísticos dessas ordenações dizendo que Dom frei Manoel da Cruz ordenou 110 sacerdotes enquanto esteve à frente do bispado do Maranhão, sendo 65

³²³ *O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Em latim e Portuguese: dedica e consagra aos Excell. e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: Na officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXXXI (Ano de 1781). Com Licença da Real Meza Censoria, e privilégio Real. Sessão VI, Capítulos III e IV.*

para o clero diocesano e 45 religiosos (Pachêco, 1968. p. 28). Em 1746, chegou ao Maranhão a notícia de sua transferência para a nova diocese criada no interior da região das Minas Gerais. Inicia o preparativo para empreender a viagem até o seu novo bispado em Mariana.

Do Maranhão às Minas Gerais: o tortuoso caminho pelos sertões do Brasil

Dom frei Manoel da Cruz resolveu que seu traslado do Maranhão para as Minas seria realizado pelo interior do continente e não por mar até o Rio de Janeiro. Sabia que esta viagem seria um tanto incômoda e perigosa, pois conhecia parte desse território, especialmente na região do Maranhão, o qual visitou pessoalmente. Além disso, em cartas escritas para autoridades e amigos, mensurava a fadiga que provocaria caminhos tão distantes marcados por climas secos, altas temperaturas além dos perigos de índios bravios e de animais selvagens.

A travessia do Maranhão para Minas Gerais, empreendida por Dom frei Manoel da Cruz, pode ser analisada a partir de três documentos importantes: primeiro, o livro editado pela posse do primeiro bispo de Mariana intitulado *Áureo Trono Episcopal*, de 1749, em cuja primeira parte temos a narrativa da épica viagem do Maranhão até a nova diocese nas Minas. Além desse códice, um manuscrito produzido pelo primeiro bispo de Mariana chamado de *O copiador de Dom Frei Manoel da Cruz*³²⁴, traz cópias das correspondências enviadas a outras autoridades. Através dela é possível mapear os lugares por onde o prelado passou além de obtermos informações importantes sobre as práticas religiosas empreendidas no decorrer dos 14 meses em que esteve pelos ser-

³²⁴ CRUZ, Dom Frei Manoel. *Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Manoel da Cruz, bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008. Transcrição, revisão e notas Aldo Luiz Leoni.

tões do Brasil. São inúmeras cartas que ali foram registradas, pois o livro funcionava como uma espécie de “borrão” onde se lançava as correspondências para depois serem transcritas oficialmente. Esse manuscrito foi publicado em duas edições: a primeira pelo Senado Federal e a segunda pelo Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Além desses documentos, outra publicação importante refere-se à administração de Dom frei Manoel da Cruz no bispado de Mariana que foram enviados para Roma nos *Relatórios decenais dos Bispos de Mariana enviados à Santa Sé* publicado pelo Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (trata-se de uma tradução do original que se encontra em língua latina). Sugere-se três categorias para analisar essas fontes: o roteiro realizado pelo interior do Brasil; as dificuldades encontradas – obstáculos naturais, doenças, possíveis ataques de índios bravios; as práticas religiosas sejam elas devocionais e/ou sacramentais praticadas.

Dom frei Manoel da Cruz inicia seu trajeto partindo de São Luís, no Maranhão, em 03 de agosto de 1747. De barco chega ao hospício dos carmelitas onde pernoita. No dia seguinte, continuou sua viagem fluvial por vinte dias, navegando pelo rio Itapicurú até as Aldeias Altas. Nesta localidade permaneceu ainda 15 dias esperando a cavalaria que iria conduzi-lo por parte do sertão. Prosseguiu para o Piauí permanecendo por 07 meses na casa do capitão-mor Antônio Gonçalves Jorge. Era período de inverno e as chuvas em abundância não permitiam continuar a viagem. Nesse intervalo oficializou inúmeras celebrações litúrgicas das quais teve grande concorrência de povo. Crismou, celebrou festas religiosas como o Natal e Semana Santa além de orações cotidianas realizadas na fazenda do dito capitão como a reza da ladainha de Nossa Senhora todas as noites, do terço e da oração mental.

Algumas vezes a viagem foi interrompida em virtude de doenças do bispo. Na primeira vez em que ficou enfermo foi submetido a uma sangria e ficou convalescente durante dois

meses. Em outro momento, Dom frei Manoel da Cruz adoeceu gravemente antes de chegar à paróquia de São Romão e foi obrigado a sangrar quatro vezes dentro da embarcação. Outro episódio destacado pelos cronistas refere-se a um princípio de naufrágio dos barcos da comitiva. Num percurso por onde navegou por mais 45 dias enfrentaram uma tempestade e as embarcações quase afundaram. Houve pânico entre as pessoas que estavam na comitiva que começaram a fazer preces em alta voz e, posteriormente, a gritar para que alguém “acudisse o barco do bispo”. Nenhuma embarcação afundou. Dom frei aproveitou sua viagem para ministrar os sacramentos e atender o povo que se encontrava pelos sertões da América portuguesa. Ainda no caminho para as Minas nomeou o reverendo doutor Lourenço José de Queirós e Coimbra, pároco de Sabará, para que tomasse posse do bispado em seu nome. Além dos preparativos para a posse e outras demandas administrativas, ele iniciou uma novena pública em toda a diocese em maio de 1748.

Após alguns dias em Itaubira (hoje Itabira), chegou até Passa Dez, próximo a Vila Rica. Em 15 de outubro, Dom frei chegou à sede da capitania de Minas Gerais. Na praça central de Vila Rica, aos sons dos clarins e tambores, passou o bispo em revista à tropa de ordenanças a qual o saudou com três “descargas de mosquetaria”. Entrando em Mariana descansou ainda por algum tempo até sua posse oficial, que ocorreu em 28 de novembro de 1748. Este evento foi precedido por oito dias de festas, luminárias, teatros, produção de artes efêmeras como arcos, chafarizes, um jardim com vinte e duas ninfas, tudo para receber o primeiro bispo de Mariana e que foi narrado na obra *Aureo Throno Episcopali*.

Os mais de 4 mil km do Maranhão a Minas Gerais foram percorridos em catorze meses pelo primeiro bispo de Mariana. Cogita-se a hipótese de que o Dom frei Manoel da Cruz agia em interesse da cúria romana, na implantação das orientações do Concílio de Trento, com rigorosa prática sacramental e devocional, mas que o mesmo não se distancia-

va do projeto português do padroado o qual se insere. Vê-se, assim, uma duplicidade de senhor: o rei português e o sumo pontífice. Além disso, o interesse da Coroa portuguesa pelos sertões do Brasil é evidente nessa época, uma vez que as discussões sobre as fronteiras dos territórios portugueses na América estavam em voga. Apenas em 1750 o Tratado de Madri foi assinado por Portugal e Espanha redefinindo os limites no continente americano. Outrossim, deve-se pensar a unidade política que se mostrava indissociável da unidade de fé no Estado moderno setecentista. Desta forma, a ação de Dom frei Manoel da Cruz percorrendo o interior do continente responde a uma necessidade do Estado português e a constante vigilância das autoridades religiosas. O percurso do bispo pode ser entendido como ação efetiva de reconhecimento do território, ocupação por parte dos portugueses e difusão da fé.

A administração no bispado de Mariana

Dom frei Manoel da Cruz vislumbrou organizar sua diocese a partir das orientações do Concílio de Trento. Além da criação do cabido, órgão que também tinha criado no Maranhão, tomou a iniciativa de fundar um seminário para a educação escolar de jovens e a formação do clero diocesano. Como em São Luís, o corpo docente foi composto, inicialmente, pelos padres jesuítas (veja, nesta obra, o capítulo escrito por Isis de Melo Molinari Antunes). A criação do Seminário Nossa Senhora da Assunção foi sem dúvida uma das primeiras ações deste prelado na nova diocese. Trata-se de uma implementação das orientações conciliares conforme orienta a sessão XXIII, capítulo XVIII, que estes colégios deveriam ser “perpétuo Seminário de Ministros de Deus”. Isto nos apresenta um bispo alinhado com as orientações de Trento.

Houve a instalação de novas devoções no bispado, em especial o culto aos sagrados corações de Jesus, Maria e José, iniciado na catedral de Mariana, no altar de São José. No en-

tanto, alguns cônegos se opuseram a esta prática devocional e retiraram a imagem do altar. Essa atitude gerou atrito com o bispo que abriu uma investigação para saber os possíveis responsáveis. Mandou, ainda, fazer nova imagem que a entronizou solenemente em sua catedral em 07 de outubro de 1752, cerimônia esta na qual alguns cônegos abandonaram o coro quando o bispo entrou na catedral para dar início aos atos religiosos. Quando a velha imagem foi encontrada enviou-a para a capela da Passagem. O culto aos sagrados corações foram implementados em outras localidades como São José del Rei, Três Corações do Rio Verde e São Sebastião. Vemos ainda vestígios desta prática devocional na igreja de Santo Antônio, em Ouro Branco, pintura no forro da nave executada pelo mestre Athaide, e no santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, que possui uma capela dedicada ao coração de Jesus, com portada esculpida com os sagrados corações e altar dedicado a esta devoção. O primeiro bispo também incentivou práticas religiosas e devocionais típicas da *devotio moderna*, em conformidade com Trento, como a oração mental, prescrita nas pastorais e nas visitas que ele fez em todo o bispado.

Mesmo não tendo sido instituído diretamente por Dom frei Manoel da Cruz, o Recolhimento de Macaúbas, no atual território de Santa Luzia, recebeu atenção especial deste prelado. Defendeu, junto ao rei, a necessidade de instituição para educação das moças por não existirem mosteiros de ordem feminina (ou masculina) na capitania das Minas. Ocupou-se, ainda, da organização burocrática da diocese, criando as comarcas eclesiásticas e elaborando o regimento para elas, o qual vigorou por mais de oitenta anos. Realizou visita pastoral por todo o bispado corrigindo alguns erros nas administrações paroquiais, orientando nas práticas de piedade e sacramental. Estas visitas levaram à criação de inúmeras freguesias. Dois tipos de paróquias poderiam existir no século XVIII: a paróquia eclesiástica, criada pelo bispo na qual o reverendo vigário era provisionado, na maioria das vezes

por um ano e o sustento dele ficava a cargo da comunidade além da existência das paróquias coladas cuja indicação para o cargo de pároco era realizada pela Coroa, em decorrência do padroado régio, que também realizava o pagamento das cômguas.

Dom frei terminou a obra da catedral de Mariana acrescentando a capela-mor, mandou construir o coro e a sacristia dos cônegos, iniciou, em 1759, o conserto das torres na qual foi instalada o relógio e boa parte da prataria que ainda hoje vemos no Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Mariana. O famoso órgão Arp Schnitger, presente do rei, foi instalado na catedral de Mariana, em 1753, e usado para abrilhantar as cerimônias religiosas. Até 21 de maio de 1753, o bispo residiu em algumas casas que pertenceram ao padre José Simões. Nesta data, mudou-se para residência episcopal na chácara da Olaria, também conhecido como palácio da Olaria, doado por José de Torres Quintanilha, grande benfeitor do Seminário de Mariana. Esta casa serviu de residência para os bispos marianenses até 1922, no episcopado de Dom Silvério Gomes Pimenta. Seu sucessor, dom Helvécio Gomes de Oliveira, construiu nova residência episcopal atrás da igreja de São Pedro.

Algumas ações do primeiro bispo o alinharam diretamente com o poder monárquico, como, por exemplo, quando fez circular em toda a diocese uma pastoral falando da obrigatoriedade de se pagar o quinto e declarando, como pecado mortal, a sonegação. Outra carta pastoral que nos possibilita pensar o alinhamento ao rei remete ao terremoto de Lisboa. Nela, solicitava aos fiéis orações, penitências e ajuda financeira para reconstrução da capital do império português e mesmo em outra pastoral na qual comunica a expulsão dos jesuítas sem se posiciona de forma clara³²⁵.

Além dos conflitos com o cabido, Dom frei Manoel da

³²⁵ ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM). *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. Prateleira W, livro 41, Ano de 1752. Folhas: 9 e 9V; 13, 13v e 14;

Cruz também enfrentou problemas com o ouvidor de Vila Rica, o bacharel Caetano da Costa Matoso. Outro desafio foi com o juiz de fora de Mariana, o bacharel Francisco Ângelo Leitão o qual é acusado, em 1751, de invadir a jurisdição eclesiástica soltando, arbitrariamente, os presos que se encontravam sob a jurisdição religiosa. O bispo lançou-lhe a pena de excomunhão, cuja sentença lida na catedral e nas demais igrejas do termo imobilizou as ações do advogado e reverteu a opinião pública contra esta autoridade. Ângelo Leitão recorreu ao patriarca de Lisboa pedindo absolvição.

As denúncias contra Dom frei Manoel da Cruz enviadas à Coroa foram inúmeras: os advogados de Mariana impetraram uma ação contra ele, a câmara de Vila Rica também o processou, alguns homens ricos de várias freguesias o acusaram de usar de violência, o cabido de Mariana protagonizou disputas acirradas com a autoridade episcopal, conflitos com o padroado régio pela indicação de alguns padres para serem colados nas freguesias (e que o bispo não queria dar posse), desavenças com Dom frei Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro, que havia recolhido toda a chancelaria cobradas desde a expedição das bulas que criaram a diocese de Mariana, problemas ainda causados pelas fronteiras do bispado e uma lista inumerável. Diante de tantas queixas que chegavam ao reino acusando Dom frei Manoel da Cruz, o rei criou uma junta especial composta por ministros tirados de todos os tribunais do reino para analisar e julgar as queixas e denúncias contra o bispo além de sugerir um meio de fazê-las cessar. O bispo não foi condenado por este tribunal em nenhuma denúncia.

Dom frei Manoel da Cruz permaneceu à frente da diocese de Mariana entre os anos de 1748 até 1764. Depois de mais de um ano enfermo, tendo já completado setenta e quatro anos de idade, faleceu no seu palácio, em Mariana, a 3 de janeiro de 1764. Foi enterrado na capela-mor da catedral de Mariana. Em seu testamento deixou um total 1900 missas que deveriam ser celebradas pela sua alma, além de outras disposições testamentárias nas quais não deixou de incluir

sua antiga diocese de São Luís, no Maranhão.

Considerações finais

A história eclesiástica e religiosa do Brasil é chave importante para se interpretar a história brasileira. A assertiva de Sérgio Buarque de Holanda ainda é atual quando indica não ser possível “a clara inteligência de numerosas questões de história do Brasil sem a exploração prévia e isenta de nossa história eclesiástica” (CARRATO, 1963. p. 13). Desta forma, lançar luzes sobre estes temas possibilita interpretações da história do Brasil a partir de novos olhares. Mediante a interpretação das estratégias (institucionais e discursivas) promovidas pelos diferentes agentes sociais em suas vivências históricas, este capítulo analisou a construção de identidades sociais plurais além de uma rede de relações tênues.

As conexões entre Maranhão e Minas Gerais nas ações de Dom frei Manoel da Cruz viabilizou implementar as determinações do Concílio de Trento seja na normatização das práticas religiosas do clero, regulamentar as ações dos leigos, incentivar certas devoções além de ser agente do Estado português nas possessões do império. Um homem dividido entre a Coroa e a mitra, entre a obediência ao papa e a fidelidade ao rei. Essa duplicidade é latente em muitas passagens de sua vida levando-nos a perceber relativa ambiguidade em algumas questões. Foi, sem dúvida, um homem de seu tempo dividido entre as obrigações religiosas e governamentais, entre o altar e a Coroa.

Bibliografia

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.
- PACHECO, Dom Felipe Condurú. *História Eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1968.
- SANTOS, Patrícia Ferreira. *Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de Padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- SOARES, Kate Dayanne Araujo. *O Governo Episcopal de Dom Frei Manoel da Cruz no Bispado do Maranhão (1739-1747)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2016.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para a sua história*. 2 ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. Vol. 1.

14.4. Uma conexão por meio da seca: piauienses e imigrados

**Rodrigo Caetano Silva
(Doutor em História,
Universidade Federal do Pará)**

À luz de uma introdução

O corpo humano é formado basicamente por água, sendo 70% do corpo humano composto por líquido. Nesta condição, a existência humana está intrinsecamente relacionada à oferta de água. Mas a água não é essencial somente à vida humana. A existência, oferta e acesso à água são de suma importância para o desenvolvimento de toda e qualquer engrenagem socioeconômica.

De forma genérica, a água pode ser encontrada em toda parte do planeta Terra, em alguns lugares mais, em outras menos. Ela forma os mares, os rios, os lagos e está nas nuvens, que propiciam as chuvas, está nos aquíferos, no ar, nos animais, nas plantas e no ser humano – o que faz da água indispensável à vida. Desde os primórdios da humanidade, as áreas com mananciais foram as escolhidas para abrigar assentamentos. Tome-se o caso dos egípcios, cuja civilização se fez pela oferta de água e da fertilidade que as inundações do rio Nilo proporcionavam. Sem a água do Nilo, que permitiu irrigar plantações, desenvolver a pecuária e praticar a navegação não se teria uma civilização egípcia ou pelo menos não se teria essa civilização na forma como ela se concebeu.

Assim, a inexistência da água incompatibiliza a existência humana, bem assim o desenvolvimento de sociedades e civilizações – bem como se pode depreender que ciclos de estiagem são elementos de formação de um caos em assentamentos humanos estabelecidos. A que se configura na falta de água é causa de caos para quem vive no semiárido do Nor-

deste brasileiro – mais ainda sem a ausência de conhecimento e condições para lidar com esse fenômeno climático, que é próprio dessa região brasileira – cuja ocupação demográfica ia se consolidando ao longo do período colonial pela prática da pecuária extensiva. Com mais pessoas vivendo neste semiárido, mais a seca se constituiu em drama social.

Todos os estados da região Nordeste sofrem com a seca, uns mais outros menos. Segundo o Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), em 2019, a situação da seca nos municípios do Nordeste brasileiro era caótica, sendo que os estados com mais municípios afetados por ela eram o Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, e Pernambuco, em ordem respectiva.

Os impactos causados pela seca no Nordeste representam um quadro de risco para a sua população. Além disso, as precárias políticas públicas de convivência com a seca ampliam os riscos e ameaças ao desenvolvimento socioambiental e humano na região, incidindo diretamente no processo de construção socioeconômica, ampliando a miséria e sendo ainda hoje causa primária de migrações e esvaziamento do campo no semiárido – incluindo uma recorrente redução populacional de cidades no sertão.

Esta visão caótica gerada pela seca na região Nordeste, que se configura atualmente menos na falta de água e mais na ausência de políticas públicas para lidar com essa escassez, pode ser facilmente constatada nos vários sites de notícias e jornais que circulam pelo país na contemporaneidade. Em tempos pretéritos, a mídia também fazia seu papel de informar ao público sobre o caos gerado pela seca. Diante da seca de 1877-1879, que afetou profundamente a maioria das províncias da região hoje conhecida como Nordeste, o tema seca era notícia patente nas páginas dos jornais. Especialmente nos períodos de seca, era comum encontrar sucessivos artigos que tinham por fito apresentar a seca e os consequentes problemas causados por ela.

A seca é um fenômeno climático cíclico e previsível, ocorrendo de tempos em tempos na região Nordeste, deixando em situação precária principalmente os mais pobres. A partir da seca que ocorreu entre 1877 e 1879, uma nova relação com a falta de água se estabeleceu no seio das populações do semiárido³²⁶ – área da região do Nordeste que normalmente mais sofre com a falta de chuva – desde então, os anos de estiagem “que de tempos em tempos ameaçam a economia sertaneja e a segurança alimentar dos pobres – são aqueles em que milhares de pessoas provenientes do campo procuram as cidades em busca de socorro”³²⁷.

A seca do período 1877–1879 assolou não só a província do Piauí, mas grande parte do território da região. Para livrar-se da seca, famílias fugiram das áreas mais atingidas, levando a estiagem a ser causa do fenômeno social de migração, com levadas de pessoas deixando suas casas em busca de meios para sobrevivência. Milhares de pessoas afetadas pela seca deixaram

³²⁶ O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. O Nordeste abrange 18,27 % do território brasileiro, possuindo uma área de 1.561.177,8 km²; destes 962.857,3 km² estão inseridos no denominado Polígono das Secas, delimitado em 1936 e revisado em 1951, dos quais 841.260,9 km² abrangiam o semiárido nordestino. Todavia, para o Ministério da Integração Nacional a delimitação do semiárido mudou recentemente em função de alguns critérios tomados por àquele órgão do governo no trabalho intitulado Nova Delimitação do Semiárido de 2005; com isto, o território desta região passou dos 892.309,4 km², corrigido posteriormente aos números supracitados, para 969.589,4 km² e sua população abrangia cerca de 21 milhões de habitantes, tomando como base o censo do IBGE do ano 2000. Cf. ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos de. A região Semiárida do Nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. *Rios Eletrônica- Revista Científica da FASETE*, v. 5; n. 5, p. 89-98, 2011. É certo que a área do semiárido nordestino, no século XIX, não fosse a mesma dos dias atuais; mas, os estados indicados, que naquele período eram denominados de províncias, são os mesmos afetados pela seca que atingia e atinge a região.

³²⁷ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 20.

mais que seus locais de moradia e trabalho, abandonaram suas vidas para procurar construir uma nova existência onde houvesse mais e melhores condições para subsistir. Esse deslocamento em situações normalmente precárias gerava sofrimento para os retirantes, mas também lhes proporcionava conexões com outros indivíduos de diferentes regiões. Muitos partiam para lugares distantes do lugar onde nasciam e viviam. Alguns buscavam o “eldorado”. O “eldorado” almejado por muitos era a região amazônica, à época com desenvolvimento da exploração da borracha.

O Piauí, devido à sua localização geográfica, ficava entre os dois extremos – a região amazônica e a área atingida com maior intensidade pela seca, estando no espaço geográfico hoje conhecido como meio-norte brasileiro. Sendo assim, era passagem obrigatória para os migrantes. Na província piauiense achava-se acumulada parte do povo emigrado de “Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”³²⁸. Ressalte-se que neste texto concentraremos nossos esforços de análise sobre a seca que ocorreu entre 1877 e 1879 e suas consequências para o Piauí.

Piauí: refúgio de migrantes

A escassez de chuva não era particularidade apenas da área oriental do Nordeste. A forte estiagem registrada entre 1877 e 1879 prejudicava a população da região de forma geral, mas não com a mesma intensidade. Diferentemente do que apontou o Lapis, em 2019, no período da seca de 1877 a 1879, o Piauí foi uma das províncias que menos sofreu com a falta de água. Saliente-se que o Piauí foi atingido pela estiagem daquele período, mas não com a mesma intensidade que as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

³²⁸ OS EFETIOS DA SECA. *A ÉPOCA*. Teresina, a. I, n. 10, 08 de jun. de 1878, p. 1.

Durante muito tempo, a agricultura piauiense não registrou calamidades sociais relevantes devido às perdas de produção agrícola³²⁹ em razão da escassez de chuva. Mas, naquele período, mesmo que em menor monta, isso levando em consideração ao que ocorria nas outras províncias da região hoje conhecida como Nordeste, muitos produtores agrícolas piauienses perderam suas lavouras, especialmente, os agricultores que ficavam na região sul da província.

Os jornais que circulavam no Piauí durante aquele período traziam em suas edições várias notas sobre a escassez de chuva na província e suas consequências para as lavouras. Muitos lavradores piauienses por mais de uma vez tinham se iludido com a miragem de um inverno ao começar cair um chuveiro, e não menos de quatro plantações se perdiam, ao ponto de se esgotarem para muitos as sementes que possuíam³³⁰. Em Príncipe Imperial, hoje cidade de Crateús, a seca prejudicou a população, levando todos os residentes da cidade a sofrer as agonias dos flagelos da seca³³¹.

A estiagem forçou parte da população piauiense a sair da província em busca de melhores lugares para viver. Pelo menos um quarto da população piauiense teve que sair da província para buscar alhures melhores para viver. Contudo, nesse mesmo espaço de tempo (1877-1879), era muito maior o fluxo de pessoas oriundas das províncias mais assoladas pela seca (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) dirigindo-se rumo à província piauiense em uma grande torrente migratória³³².

Milhares de pessoas de outras províncias adentraram o território piauiense em busca de refúgio, alimentando as crô-

³²⁹ DOMINGOS NETO, Manuel. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983, p. 43.

³³⁰ A SECA E OS EMIGRANTES. *A ÉPOCA*. Teresina, a. I, n. 2, 13 de abr. de 1878, p. 1.

³³¹ PARTIDO CONSERVADOR. *A ÉPOCA*. Teresina, a. I, n. 7, 18 de maio de 1878, p. 4.

³³² OS EFETOS DA SECA. *A ÉPOCA*. Teresina, a. I, n. 10, 08 de jun. de 1878, p. 1.

nicas das tragédias locais. A migração dos flagelados da seca acarretou um inchaço populacional na província piauiense e isso causou problemas sociais e econômicos no Piauí. Parte dos migrantes vivia nas áreas mais inóspitas das cidades e vilas piauienses. Os imigrantes viviam no subemprego e na mendicância. Essa gente, em muitos casos, era levada à loucura e ao suicídio, provocados pelo vício do álcool³³³.

Nos três anos de seca (1877 a 1879) a miséria se fez presente no cotidiano da população piauiense. Em Teresina, capital do Piauí, a presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade foi considerada um fenômeno de desordem social. Muitos desses migrantes deslocavam-se diariamente pelas ruas da cidade, trazendo para a vida cotidiana da população um espetáculo desolador e miserável.

O grande número de imigrantes que havia nas plagas piauienses naquele período provocava problemas de natureza sanitária, econômica e social. Entretanto, em meio ao caos socioeconômico que se apresentava no Piauí, devido ao aumento considerável da população, houve espaço para as conexões entre os vários indivíduos presentes nestas plagas. Estas conexões ocorriam por meio da ajuda aos doentes, da cooperação entre os migrantes e a população piauiense, por meio da relação de compadrio e estabelecimentos de laços familiares através de casamento. Os imigrantes traziam consigo sua experiência, cultura, gestos, hábitos e tudo isso era incorporado aos valores do povo piauiense.

Em meio àquela situação caótica, para tentar controlar e organizar a população de migrantes que chegava ao Piauí, o governo provincial criou, em 1877, a Comissão de Socorros. Ressalte-se que este tipo de comissão não era característica *sui generis* da província piauiense.

As comissões de socorros criadas no Piauí ficaram responsáveis por atender, em parte, aos anseios das pessoas que estavam em situação de miséria que viviam na provín-

³³³ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 50.

cia e aquelas que chegavam ao território piauiense. Muitas cidades não tinham condições estruturais, sociais e de saneamento para atender sua própria população, tampouco para as demandas adicionais da população que chegava, o que acarretava o surgimento de caos social e econômico. Por isso as comissões de socorros foram importantes no sentido de atenuar os problemas causados pela migração.

Em 16 de outubro de 1877, em documento oficial e encaminhado ao presidente da província, tendo por signatários políticos do município de Oeiras, primeira capital provincial do Piauí, e pessoas ligadas à comissão de socorros daquela cidade, relatavam o estado vexatório em que se achava a população, devido ao grande número de imigrantes das províncias vizinhas do Ceará e da Paraíba, que estavam acumulados na cidade e em seus arredores.

No documento, os membros da comissão de socorros de Oeiras relatavam as dificuldades para manter os socorros à quantidade de pessoas existentes na cidade, seja pela dificuldade de transporte, seja pela escassez de gêneros e de carne, pois como os gados estavam magros e dificilmente se encontrava reses que servissem para o abate, havia pouca disponibilidade de carne o que dificultava a alimentação daquela população. No documento, estava anexada uma lista com a quantidade de família que chegou a Oeiras; o total de família era 934, resultando no total de 5.702 pessoas alistadas. Dessas pessoas, metade estava “em idêntico estado de penúria com a diferença de estarem abrigadas das intempéries”³³⁴.

Uma das primeiras iniciativas das comissões de socorros foi fazer contratos com alguns senhores proprietários de terras ou que estivessem as administrando. Por estes contratos era estabelecido que os senhores ficavam obrigados a conceder abrigo em seus sítios ou fazendas a um número es-

³³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do governo. Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Oeiras, em 16 de outubro de 1877. Caixa Comissão de Socorros de Oeiras.

tabelecido de migrantes de outras províncias ou aos piauienses que viviam em situação de miséria. Estas pessoas iriam morar nas terras dos senhores e em troca iriam prestar serviços ao dono da terra; ou seja, passariam a ser agregadas do senhor, realizando trabalho em suas propriedades.

Estes abrigos estavam configurados na formação de núcleos de imigrantes, locais próximos às cidades menos afetadas pela seca, especialmente próximos à Teresina, e onde seriam reunidas inúmeras pessoas utilizadas para desenvolver a agricultura e outros afazeres possíveis de serem realizados com trabalho braçal. Nos núcleos, havia momentos de confraternizações, períodos oportunos para a realização de conexões e trocas de experiências entre os diferentes indivíduos que lá estavam.

Considerações finais

Naquele contexto de extrema dificuldade socioeconômica, foram de extrema importância para a formação de laços familiares as conexões entre os piauienses e as pessoas advindas das várias províncias. O acesso à terra, fosse através do acordo particular com os donos dos núcleos imigrantes, ou como algum proprietário, possibilitou que muitas famílias de outras províncias permanecessem no Piauí e seus descendentes fossem estabelecendo laços de casamento e de compadrio com os piauienses, formando assim famílias mescladas por piauienses, cearenses, pernambucanos, paraibanos.

A própria natureza da migração para o Piauí, que em muitos casos era composta por todo o grupo familiar, pode ser apontada como uma facilitadora da permanência das inúmeras pessoas que vieram ao Piauí³³⁵. A presença de uma grande quantidade de pessoas provenientes de outras plagas, além de

³³⁵ SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)*, 2022. (Texto inédito).

possibilitar a formação de laços familiares, fez formar no Piauí um celeiro de mão de obra especialmente livre.

Assim, em nível econômico, mesmo havendo significativo número de migrantes que chegavam doentes ao Piauí, é possível conjecturar que houve um aumento da população ativa e apta a trabalhar, e que foi acompanhada pela possibilidade de abundância de mão de obra. Isso levou a que esta fosse cada vez mais barata, em determinados setores de atividade, ou que a mão de obra escrava, por exemplo, fosse deslocada de uma atividade para outra, ou de uma província para outra. Deslocando-se, por exemplo, das atividades principais, pecuária e agricultura, em direção aos trabalhos domésticos e em pequenos comércios. Um aumento da mão de obra ativa é compreensível, haja vista que houve o aumento da população e visto que nos contratos era estabelecido que os migrantes deveriam trabalhar, desenvolver a lavoura, caso se recusassem seriam expulsos do núcleo³³⁶.

Na iminência da abolição da escravidão no Brasil, a província do Piauí achava-se com uma presença considerável de mão de obra livre. Essa condição muito própria da província possibilitou uma transição pacífica do trabalho escravo para o trabalho livre. Entretanto, a exploração não chegava ao fim, muito pelo contrário. A existência de uma grande presença de mão de obra fez tornar o trabalho livre de baixo valor; ou seja, muitas pessoas trabalhavam para conseguir o mínimo para sobreviver, a exemplo das pessoas que viviam nos núcleos. Trabalhar para subsistir era uma regra e isso não era o bastante para gerar um excedente de ganho salarial para muitos trabalhadores no Piauí do tempo presente, tampouco pelo trabalhador de outrora.

Pode-se dizer que a existência de um problema gerado pela falta de água, elemento fundamental para a sobrevivência humana, teve como consequência outros problemas como a migração de grande número de pessoas para as plagas

³³⁶ APEPI. Livro Comissão de Socorros. SPE. COD 576. ESTN 05. PRAT 02. Ano: 1878.

piauienses, aumentando os problemas sociais e econômicos na região. Entretanto, ao passo que a entrada de milhares de pessoas no Piauí fez ampliar os problemas socioeconômicos, as conexões entre os indivíduos fizeram surgir laços familiares e possibilitaram a existência de uma mão de obra apta ao trabalho, o que era oportuno para o processo de transição da mão de obra escrava pela livre, mas não o bastante para reduzir a exploração e aviltamento do trabalho humano na província.

Bibliografia

- ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.
- ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos de. A região Semiárida do Nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. *Rios Eletrônica- Revista Científica da FASETE*, v. 5; n. 5, p. 89-98, 2011.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2014.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.
- SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)*, 2022. (Texto inédito).

14.5. Os sertões do Maranhão e Piauí em uma perspectiva global, atlântica e conectada (1750-1777)

Samir Lola Roland
(Doutorando em História, Universidade Federal do Maranhão)

O interesse deste ensaio é refletir sobre a consolidação da ocupação e do povoamento, com enfoque principal nos sertões do Maranhão e do Piauí, região localizada na fronteira sul e leste, dividida pelo rio Parnaíba e compreendida, de um lado, pelos rios Mearim, Munim, Pindaré, Itapecuru, Igua-rá, e, de outro, pelos rios Gurgueia, Paraim, Sambito³³⁷. As regiões interioranas, geralmente são percebidas como isoladas devido à sua distância em relação ao litoral. No entanto, cabe ressaltar que havia múltiplas conexões desta região não apenas com os grandes centros políticos e administrativos como São Luís, Belém, Salvador, Recife, Lisboa, mas também com outras regiões como Goiás e Minas Gerais. Nesse sentido, torna-se importante buscar compreender os sertões do Maranhão e Piauí, como uma região conectada pela pecuária e se conectava ao mundo atlântico, sobretudo, através do comércio do couro e atanados.

As reflexões sobre história global, atlântica e conectada³³⁸, são fundamentais para as questões que serão levantadas neste ensaio, tendo como objetivo principal ir para além das perspectivas estritamente eurocêtricas, nacionalistas ou regionais. Assim, nos utilizaremos metodologicamente de múltiplas escalas de observação, partindo do local para a global, tentando estabelecer conexões internacionais, mas

³³⁷ Para um estudo mais detalhado sobre o processo de conquista e ocupação dos sertões do Maranhão e Piauí Colonial, ver: ROLAND, Samir Lola. *Sesmeiros, posseiros e indígenas: a conquista e a ocupação no vale do Parnaíba (séculos XVII e XVIII)*. Curitiba: CRV, 2021.

³³⁸ GRUZINSKI, Serge. *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi*, Rio de Janeiro, mar., 2001.

principalmente conectar territórios pertencentes a nível nacional, mas concebidos, até então, separadamente.

Este ensaio tem como recorte temporal o período denominado pombalino (1750 a 1777), com o objetivo de buscar refletir sobre o processo de consolidação da ocupação e povoamento do interior do Maranhão e Piauí, com os seus impactos e transformações que se intensificaram, sobretudo, com a instalação, em 1755, da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A delimitação temporal vincula-se ao entendimento de como a Coroa portuguesa buscou consolidar este processo por meio da constituição de vilas, povoações e fazendas de gado, intensificando a produção e exportação econômica na região.

Além disso, torna-se importante refletir sobre as principais discussões das autoridades coloniais em torno da possibilidade de aquisição, das particularidades, das diferenças e da importância da mão de obra indígena e africana, bem como sua utilização nas fazendas de gado na região. Partindo do pressuposto de que os africanos geralmente eram utilizados em regiões de economia de base agroexportadora como os *plantations* e considerando os custos que era obter um escravo africano nesse período; buscamos entender em que medida a economia pecuarista teria se apropriado dessa mão de obra e as diferentes formas de resistência indígena e africana a esse processo colonial. Assim, fazemos as seguintes perguntas iniciais: Qual era a principal mão de obra empregada nas fazendas de gado da região? Em que medida os africanos e os indígenas foram utilizados na lida com o gado?

Cabe destacar que não é nosso objetivo neste ensaio, discutir as razões e as consequências do tráfico negreiro para o então Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas tão somente levantar questões sobre a importância dessa mão de obra africana e indígena para a região. No entanto, os autores aqui apresentados, nos permitem pensar uma história do sertão conectada não apenas ao litoral, mas também ao mundo atlântico, através da exportação de matérias primas como o

couro, além de despertar a curiosidade para a compreensão da distribuição da mão de obra importada da África na América portuguesa durante o século XVIII, tendo em vista a escassez de fontes sobre escravizados, principalmente, no que diz respeito a regiões interioranas e de predominância de economias de subsistência como nos sertões do Maranhão e Piauí, no período elencado. Dessa maneira, seria importante desvendar os circuitos comerciais da carne e do couro, tanto no interior da América portuguesa, quanto em relação a outras nações e partes do continente.

A ideia é pensar, para utilizar o termo empregado por Joseph Miller³³⁹, um “complexo” ou “sistema” integrado, e em nosso caso específico, buscar entender o comércio do couro e da carne tanto externo quanto internamente na América portuguesa. Precisamos contrapor, entretanto, o argumento levantado por Robin Blackburn, e considerar a utilização da mão de obra africana, – ainda que em menor quantidade, para regiões de economias subsidiárias como para os sertões do Maranhão e Piauí. Nesse sentido, para além da *plantation*, a pecuária do interior do atual Nordeste, teve importância significativa na integração econômica entre o sertão e o litoral, que se intensificou, sobretudo, com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, impactando diretamente no aumento da produção e no abastecimento dos principais centros urbanos como São Luís, Salvador e em regiões como as Minas Gerais.

Robert Dupless³⁴⁰ nos fornece elementos para refletir sobre a importância dos mercados consumidores, especialmente da carne e do couro, conectando regiões antes pensadas separadamente. Por fim, ao investigarmos a entrada e os destinos das cargas dos navios da Companhia de Comércio, será possível compreender a rede de relações e negociações,

³³⁹ MILLER, Joseph C. O Atlântico Escravista: açúcar, escravos e engenhos. *Afro-Ásia*, 19/20, (1997).

³⁴⁰ DUPLESSIS, Robert. Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo Atlântico nos séculos XVII e XVIII. *Afro-Ásia*, 41, (2010).

e, assim como considerou Roquinaldo Ferreira³⁴¹, seria importante entender os principais entrepostos comerciais e rotas internas, envolvidas no comércio da pecuária durante o período pombalino.

O objetivo é discorrer sobre a consolidação da ocupação do interior do Maranhão e Piauí, em uma perspectiva global, conectada e atlântica, sem perder de vista, suas particularidades regionais e locais, tendo é claro, conhecimento de seu pertencimento ao processo mais amplo de colonização portuguesa, comandado pela Coroa portuguesa, com relação às suas colônias. Torna-se necessário entender quando se consolida esse processo de colonização dessa região. Nesse sentido, importa saber: havia um projeto português de efetiva ocupação, exploração e povoamento da parte sul do Maranhão e Piauí durante o período pombalino, para além da distribuição de sesmarias? Houve distinções ao longo do tempo? Quais eram as características e aspectos dessa consolidação da conquista? Como pode ser entendido o projeto mais amplo de colonização comandado pela Coroa portuguesa e autoridades régias para a região? Qual a importância da distribuição de sesmarias e das patentes militares no que diz respeito à defesa e ao aproveitamento da terra na região? Em que pese as limitações deste ensaio, tais questões aqui levantadas podem nortear futuros trabalhos sobre o tema.

A distribuição de cartas de sesmarias e patentes militares pelas autoridades régias aos conquistadores e moradores, ocorreu como recompensa aqueles que participassem do processo de ocupação da parte oriental do Maranhão e Piauí, tendo como objetivo a defesa, o aproveitamento econômico e o arrecadamento dos dízimos da produção das fazendas e engenhos locais. A hipótese principal levantada é sobre o posicionamento político e administrativo por parte da Coroa portuguesa foi exercido através dos governadores e autoridades

³⁴¹ FERREIRA, Roquinaldo. A primeira partilha da África: decadência e ressurgência do comércio português na costa do Ouro (c.a. 1637- ca. 1700). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, n. 44, jul./dez., 2010.

régias, no sentido de controlar a ocupação e o povoamento por meio de diversos mecanismos de disciplina e controle do território, como leis, decretos, cláusulas, regulamentos, a própria distribuição de sesmarias, bem como as ações de demarcações de terras, dentre outras que se intensificaram durante o período denominado pombalino.

Assim, a política e as dinâmicas desse processo de colonização podem ser entendidas por meio de diversas fontes administrativas, fundiárias e militares, compreendendo a atuação e exercício de poder das autoridades régias por meio de suas ações de disciplina e regularização do espaço e os conflitos entre os diferentes agentes coloniais na região. A partir da segunda metade do século XVIII, intensificou-se a política de efetiva ocupação da terra orientada pela Coroa portuguesa e aproveitamento econômico do território nessa região, em um cenário com a constituição de diversas vilas no sertão do Maranhão e Piauí. Nesse sentido, as ações e decisões da Coroa, governadores e autoridades régias – como ouvidores e provedores – tiveram como objetivo principal o ordenamento da ocupação e do povoamento nesse período.

Em meados do século XVIII, temos a ascensão do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A partir desse momento, torna-se importante atentarmos para algumas mudanças, mas também continuidades que foram adotadas durante o seu governo. Além disso, as concessões e confirmações de sesmarias, as patentes militares e as provisões régias, possibilitam compreender as dinâmicas de consolidação da ocupação e do povoamento da fronteira oriental do Maranhão e o Piauí, bem como o embate entre diferentes sujeitos como autoridades régias, colonos, senhorios, religiosos e grupos indígenas pela posse e domínio da terra. Nesse sentido, questionamos: qual a importância da posição da Coroa frente aos conflitos surgidos em torno da terra no contexto da ocupação da terra?

A consolidação da ocupação dos sertões do Maranhão e Piauí durante a segunda metade do século XVIII foi mar-

cada por uma série de investimentos políticos e econômicos do Estado, que atraíram os portugueses para essa região em busca de melhores oportunidades de ascensão social. O interesse aqui é tratar da consolidação da conquista, ocupação e povoamento dos sertões do Maranhão, sem perder de vista seu contexto político, econômico e social, durante as fases em que pertenceu ao Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772). Importa saber, portanto, quais foram as políticas de consolidação da ocupação adotadas a partir do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Houve aumento na produção pecuarista durante a consolidação da ocupação nessa região? Qual a relação entre o aumento da produção da pecuária e a intensificação na distribuição de sesmarias e patentes militares? Houve aumento nas concessões durante o período pombalino?

Assim, apresento uma reflexão sobre a consolidação da ocupação territorial, mas que, ao mesmo tempo, tem o seu cariz político, econômico e social em grande relevo. Torna-se importante compreender como ocorreu progressivamente a consolidação da ocupação pelo vasto território por meio do aproveitamento efetivo da terra pela pecuária que se sustentou através da mão de obra escrava indígena e africana, bem como pelo latifúndio gerado pela distribuição de sesmarias. Atualmente, são poucos os trabalhos que estudam a presença indígena ou africana, levando em consideração os dois espaços, as capitanias do Maranhão e Piauí colonial. Além disso, ainda são escassos os estudos sobre os africanos e seus descendentes para essa região; o que não significa a sua ausência na constituição dessa sociedade que se formava e que a sua mão de obra não tenha sido utilizada no decorrer do século XVIII, assim como foram os indígenas.

No que diz respeito à presença indígena, é fundamental uma postura do pesquisador de muito preparo e cuidado para não interpretar o movimento de conquista e ocupação, apenas a partir das guerras e dos conflitos com os portugueses, isto porque, no geral, as fontes nos remetem com frequ-

ência para os eventos de ataques de grupos indígenas aos povoadamentos, fazendas e engenhos de açúcar dos moradores locais, bem como, é frequentemente constatável nessas fontes, de cunho político e administrativo, a construção de uma narrativa com o intuito de justificar as guerras realizadas pelos portugueses para conter a resistência indígena ao processo de colonização na região.

Nesse sentido, seria importante compreender a participação do elemento indígena e africano no que se refere a composição dos principais núcleos de ocupação e povoamento, seja na produção do couro como uma economia de exportação, ou da carne como fonte de subsistência das povoações constituídas tanto no litoral como no sertão. Assim, questionamos, qual era a participação dos indígenas e africanos na lida com o gado, no abate, no transporte e na venda aos principais centros urbanos como São Luís e Salvador? Assim, uma outra questão importante e que indica a presença indígena e africana, não necessariamente ligada a aspectos e ao cotidiano do trabalho, mencionados, mas como uma das questões que fazia parte das principais preocupações das autoridades régias, Conselho Ultramarino e rei, na manutenção da sociedade e da economia colonial.

Os dados numéricos sobre a mão de obra negra e indígena escrava no vale do Parnaíba apresentam muitas lacunas, e por esta razão, nos servem muito mais para percebermos aspectos e características sobre a composição das fazendas de gado, atrelado ao movimento de ocupação e a posse da terra, do que necessariamente nos apresentar um panorama quantitativo tão completo sobre a propriedade escrava na região. Assim, a principal pergunta é a seguinte: qual a composição da mão de obra escrava nas fazendas de gado nos sertões do Maranhão e Piauí?

A análise da presença da mão de obra africana ou indígena nas fazendas de gado nos remete também para outras questões e aspectos referentes à vida material, a ocupação da terra, as representações referentes ao cotidiano e os prin-

cipais aspectos econômicos encontrados nessa região, considerando, é claro, sua força de trabalho que era responsável pela realização de um conjunto de atividades desde a manutenção, produção, distribuição e abastecimento de toda uma região mais ampla pertencente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão (Belém, São Luís) e parte do Estado do Brasil (Salvador, Recife e Minas) que se conectava com o vale do Parnaíba.

A presença de negros e indígenas nas atividades das fazendas de gado nos sertões da capitania do Maranhão e Piauí era fundamental tanto para a manutenção quanto para a produção de carne verde e seca, couro, e para o abastecimento das povoações. As fontes primárias sobre o tema, permitem-nos perceber as principais justificativas encontradas nas concessões e confirmações de sesmarias associadas à posse de escravos na região.

Nesse sentido, questionamos, por que geralmente não aparece com tanta frequência nos requerimentos de concessões e confirmações de sesmarias do Maranhão e, sobretudo, do Piauí, a posse de escravos? Qual a razão de geralmente aparecerem, a posse de escravos, apenas nas justificativas das concessões de sesmarias da capitania do Maranhão (nas margens dos seus principais rios, Itapecuru, Mearim e Pindaré)? Uma vez que havia escravos tanto negros como indígenas em ambas as capitanias. A principal hipótese levantada até o momento tem relação com o fato de não ser tão expressiva a quantidade de escravos nas fazendas de gado, comparado com a necessidade dos engenhos de açúcar, que provavelmente era bem maior, razão de não constar como justificativa plausível nos pedidos de sesmarias no Piauí.

A criação de gados era a principal atividade econômica exercida no vale do Parnaíba, e, em sua grande maioria, as justificativas das concessões de sesmarias estavam associadas à sua prática. Volto a repetir, são poucas as concessões e confirmações de sesmarias para a pecuária que apresentavam como justificativa ter posse de escravos. Além disso, nas demais concessões no Maranhão não é possível ter conhecimento da

quantidade de escravos de cada colono que solicitava sesmaria, mas podemos destacar que estavam associadas a prática da lavoura e engenhos.

Ao consultarmos a *Relação de escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth*³⁴², datada de 1778, compararmos a quantidade entre a posse de escravos nas fazendas de gado no Piauí com a posse de escravos nos engenhos de açúcar no sul do Maranhão, percebemos que era empregada uma quantidade bem mais expressiva nesta última atividade, o que leva a crer que apesar de importantes, eram utilizados em menor quantidade no trabalho da lida com o gado e outras atividades ligadas à pecuária, o que não quer dizer a sua ausência, pois é preciso considerar que havia fazendas com um número maior que dez escravos.

Assim, destacamos a importância dos testamentos deixados pelos ocupantes das terras e, em alguns casos, sesmeiros da região, para verificarmos com mais profundidade como estavam organizadas as fazendas de gado e quais eram as características dessa escravaria, além de percebermos elementos relativos estrutura material e do cotidiano de homens e mulheres que viveram nessa região a partir da segunda metade do século XVIII.

Desse modo, procuramos refletir sobre os principais debates e as diferenças em torno dessa mão de obra, no então Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo uma necessidade cada vez maior por africanos no decorrer do século XVIII, devido às implicações e problemas na escravização indígena na região. Os estudos sobre a presença de escravos tanto indígenas como negros no vale do Parnaíba, ainda são escassos. A presença de escravos em algumas fazendas de gado, o que descarta completamente a ideia de ausência ou de completa escassez de escravos negros ou indígenas na região. Apesar de que as reflexões aqui realizadas indicam

³⁴² BIBLIOTECA NACIONAL. *Relação de escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth de todos quantos nelas se acham e os da Roça da Residência com as suas idades pouco mais ou menos*. 1778.

que o trabalho nas lavouras e engenhos, exigia um número maior de escravos, em comparação com a pecuária. De fato, a análise mais detida da documentação permitirá entender as questões sobre essa mão de obra, a ocupação da terra; bem como desvendar outros aspectos sobre a vida material, que poderão ser aprofundadas posteriormente.

Bibliografia

- DUPLESSIS, Robert. Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo Atlântico nos séculos XVII e XVIII. *Afro-Ásia*, 41, (2010).
- FERREIRA, Roquinaldo. A primeira partilha da África: decadência e ressurgência do comércio português na costa do Ouro (ca. 1637- ca. 1700). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, n. 44, jul./dez., 2010.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar., 2001.
- MILLER, Joseph C. O Atlântico Escravista: açúcar, escravos e engenhos. *Afro-Ásia*, 19/20, (1997).
- ROLAND, Samir Lola. *Sesmeiros, posseiros e indígenas: a conquista e a ocupação no vale do Parnaíba (séculos XVII e XVIII)*. Curitiba: CRV, 2021.

14.6. Colonização, conexões e a inserção dos escravizados no Piauí, do século XVI ao início do século XIX

**Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno
(Doutora em História, Universidade Federal
do Piauí)**

Terra, gado e escravidão foram elementos que estavam interligados e que contribuíram para a formação social, política e econômica do território piauiense (COSTA, 2017, p. 42). A implantação do regime escravocrata no processo de ocupação do território piauiense decorreu da política portuguesa da utilização do trabalho compulsório e não pode ser dissociada do contexto do império colonial e do engajamento da conjuntura do mundo moderno. A capitania do Piauí estava ligada às capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão, tanto pela pecuária e comercialização do rebanho, quanto pela dinâmica do trabalho escravizado. Este e o trabalho livre coexistiram na sociedade piauiense desde a implantação dos primeiros currais, inserindo a capitania na dinâmica global da escravidão.

Pouco conhecemos sobre a história dos primeiros cativos que chegaram ao território, e reconstituir os traços históricos sobre esses sujeitos históricos não é tarefa fácil, em razão das muitas lacunas existentes, portanto, ainda demandando pesquisas. Segundo Miridan Britto Knox Falci, os africanos escravizados vieram com seus senhores, os sesmeiros, ou chegaram depois, comprados nos mercados da Bahia, Recife ou São Luís, para ajudar no desenvolvimento da pecuária, no trabalho da agricultura do algodão, arroz e milho, e economia de subsistência. A localização geográfica serviu para importação de cativos a partir de três eixos: da passagem leste para oeste havia uma rede de mercadores de escravizados partindo da Bahia e de Pernambuco, rumo ao sul do Maranhão; outra corrente que ia de oeste para leste, saída

de São Luís e se estabelecendo no Piauí, e o eixo do litoral, favorecido pelo tráfico atlântico (FALCI, 1999, p. 37 e 173)

Com a interiorização do gado, o processo de ocupação do território possibilitou a constituição de um mercado interno e a intensa circulação de sujeitos escravizados e livres, ocasionando a formação das comunidades sertanejas que foram inseridas no sistema de conexões do comércio atlântico. Dessa maneira, a logística do tráfico atlântico estendeu-se para novos mercados consumidores, que adotaram transitar pelos sertões com o objetivo de fornecer cativos para as comunidades (CEZAR, 2016, p. 2)

Nos séculos XVI e XVII, os africanos escravizados que chegaram aos portos baianos eram direcionados principalmente para áreas de cultivo de cana-de-açúcar, neste momento, o circuito de redistribuição de cativos pelo mercado interno não era desenvolvido quanto nos séculos XVIII e XIX. Após a descoberta de minério no Brasil, o número de africanos que desembarcavam no país aumentou, e o tráfico atlântico foi modificado para atender a essa demanda, além disso, os escravizados passaram ser redistribuídos para o vale do rio São Francisco e o rio das Velhas (RIBEIRO, 2005, p. 95 e 102).

Dessa maneira, os traficantes saíam da região de Salvador com remessas de cativos e adentravam os sertões, abastecendo o comércio e percorrendo as principais rotas do gado. Não há como mensurar a quantidade de cativos africanos que adentraram a capitania do Piauí, seja pelo sertão ou pelo litoral, principalmente pela falta de fiscalização e registro, ação dos particulares, a autonomia e dinamismo da região da vila de Parnaíba.

Para Cláudio Bastos, os primeiros escravizados da capitania do Piauí, eram oriundos do Congo e de Angola, etnia predominante na Bahia, mercado de grande influência sobre o Piauí devido ao comércio de gado. Acrescenta ainda que eles adentraram essa capitania pela estrada que ligava a feira de Capuame, na Bahia, à Vila da Mocha (Oeiras), e que alguns

também foram trocados por bois em Minas Gerais, mas em pequeno número (BASTOS, 1994, p. 200). A feira de Capuame foi escolhida pelos funcionários régios como local para a concentração do maior número de boiadas e para dinamizar o abastecimento de carne e couro para as outras capitanias e para Lisboa (HENRIQUE, 2014, p. 14). Ao certo, os escravizados africanos remetidos ao sertão de dentro, em meados da década de 1760, partiam da cidade de Salvador e seguiam a rota da feira de Capuame, utilizada para a comercialização de gado e de almas.

O comércio de escravizados na região teve expansão devido à recuperação agrícola do norte, com a exportação de produtos como açúcar e fumo, e o abastecimento do mercado interno com farinha de mandioca e carne de gado vacum (RIBEIRO, 2005, p. 107). Uma das consequências da recuperação da agricultura foi a expansão no número de cativos comprados em Salvador e remetidos para a capitania do Piauí. O percentual das remessas anuais de cativos africanos e crioulos de Salvador para outras regiões foi cerca de 10% entre os anos 1760 e 1770. O número de escravizados africanos e crioulos enviados da cidade de Salvador para a capitania do Piauí nessa década foi de 194 sujeitos, com destaque para o ano de 1768, com o envio de 92 escravizados. Em relação a novos cativos que aportaram em Salvador e foram enviados para o Piauí nesse mesmo período, temos uma média de 169 escravizados, representando 0,3% do total de africanos que foram comercializados (RIBEIRO, 2005, p. 107 e 109).

Entre 1811 e 1820, houve uma elevação no número de escravizados africanos e crioulos enviados para o território piauiense. De acordo com os dados disponíveis no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e levantados por Alexandre Ribeiro, cerca de 1.056 sujeitos foram enviados para o Piauí, representando 6,2% do total de cativos comercializados no atlântico, apontando para a diversificação da economia colonial (RIBEIRO, 2005, p. 115).

Conforme Jorge Caldeira, o domínio do tráfico atlânti-

co permitiu que houvesse o controle da cadeia de negócios do mercado interno por comerciantes que faziam a ligação entre os grandes traficantes e os atacadistas locais. Os tropeiros, regatões ou monçoneiros, eram figuras que chefiavam as caravanas comerciais, levavam a produção de um local para outro, compravam e vendiam nos sertões (CALDEIRA, 2011, p. 178-179). Há uma dinâmica do mercado interno que impulsiona a economia e que compreende a sociedade escravista como resultado de dinâmicas econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

Os escravizados comercializados que saíam de São Luís, pela corrente que ia de oeste para leste, tinham duas rotas disponíveis para adentrar no território piauiense. A primeira era pelo litoral até a vila de São João da Parnaíba, seguindo por meio da navegação fluvial ou a pé até outras vilas como Campo Maior e Marvão. A segunda era através da “navegação fluvial dos rios navegáveis no Maranhão, o Itapecuru, e seguindo o restante da viagem por terra até Oeiras” (JÚNIOR BARROSO, 2009, p. 33-34). A maior parte dos cativos obtidos na capitania do Maranhão era da região da Alta-Guiné, que corresponde atualmente a cinco países: Senegal, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau e Serra Leoa. O fornecimento de cativos do Maranhão para o Piauí durante 1785 a 1800, ocorreu através do tráfico das regiões oriundas dos portos de Cacheu e Bissau, no continente africano. Esse destaque ocorria tanto pela quantidade de sujeitos que desembarcaram no porto de São Luís, quanto pela quantidade de embarcações (JÚNIOR BARROSO, 2009, p. 51 e 70).

O tráfico interno também movimentava o porto de São Luís, por meio da navegação costeira com as sumacas. Essas embarcações diferiam de outras pela quantidade de cativos que carregavam e poderiam vir do Ceará, Bahia e Pernambuco, mas a ênfase maior do tráfico interno de africanos era oriunda dos portos do litoral da Bahia e Pernambuco, a praça de venda de gado advindo do Piauí (JÚNIOR BARROSO, 2009, p. 69). O monopólio da distribuição de cativos vindos de São

Luís começou a diminuir a partir de 1778, quando os mapas de importação e exportação de produtos e escravizados contemplaram os primeiros desembarques no porto da região da vila da Parnaíba, redimensionando a perspectiva até então relacionada ao tráfico atlântico (SANTOS, 2013, p. 45).

Durante o período colonial, a composição étnica dos cativos era variada, com predominância de sujeitos vindos da região do Congo, devido à divisão geográfica entre as duas companhias de comércio que atuavam em diferentes regiões (FALCI, 1999, p. 41). Tânia Brandão, ao analisar sessenta e um inventários registrados em Campo Maior, nas últimas décadas do século XVIII, destacou a presença de 329 escravizados declarados, uma incidência de 47,8% de cativos nascidos no Brasil e 52,2% de diferentes nações, incluindo Angolas, Minas, Benguelas, Guiné, Congo, Gegê, Moçambiques, Rebolos e Caassangues (BRANDÃO, 1999, p. 121-128).

Na composição sexual da escravaria no Piauí, segundo Solimar Oliveira Lima, embora a predominância fosse masculina, a presença feminina foi marcante, sobretudo um significativo número de meninas com menos de 12 anos, sendo 36% do total de mulheres. A presença das mulheres e das crianças na pecuária, em tarefas secundárias, aliviava a pressão sobre os homens escravizados e garantia a eles maior disponibilidade para realizar outras tarefas (LIMA, 2010, p. 79).

O manuscrito *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* aponta para a utilização do elemento escravizado no aumento da produção agrícola do Piauí: “É a introdução dos escravos que se deve o grande aumento que tem tido esta capitania na cultura dos gêneros comestíveis, eles não só chegam para sustentar a parte da povoação, que tem crescido com a mesma introdução e com a concorrência da Metrópole” (ANÔNIMO, 1900, p. 154) A partir do documento, observamos também que no início da colonização podiam ser identificados três tipos de escravizados: o índio, o negro e o mulato. O primeiro foi utilizado na economia predatória, durante o devassamento da área, exercia as funções de guia e

peça militar, tinha nos arraiais a responsabilidade de cultivar os gêneros de subsistência. O negro e o mulato foram utilizados de forma expressiva, seu trabalho ia além da criação de gado, cultivava alguns gêneros agrícolas, como cana para a obtenção de açúcar, rapadura e cachaça. Competia-lhes também a confecção de celas, arreios, artefatos de madeira e barro, e a fabricação de tecidos (BRANDÃO, 1999, p. 150).

Miridan Britto Knox Falci ressalta que existiam características fundamentais dos cativos no Piauí: a primeira era que, para cada três homens livres, havia um ser escravizado; a segunda, era que existia um grande número de mestiços, e a terceira, era que a faixa etária dos cativos era jovem, com uma significativa representatividade das mulheres, tanto na faixa etária de crianças, como na faixa etária produtiva, entre 20 e 50 anos (FALCI, 1999, p. 24) A sociedade piauiense “nivelava o escravo à condição de objeto, mercadoria comercial, obrigatoriamente pertencente a alguém (...). Considerado elemento inferior, sem capacidade de assimilação intelectual, necessitava ser tutelado, representado” (BRANDÃO, 1999, p. 156).

As reses e os escravizados representavam o investimento de cada fazenda, assim a agropecuária no Piauí cresceu no contexto da utilização da mão de obra escravizada. As condições da utilização dessa força de trabalho diferiam das grandes empresas do açúcar e futuramente do café, especialmente pelos plantéis muito maiores, enquanto que, nas fazendas de gado, a média era de dois cativos (SOUSA, 2008, p. 8). As pequenas e médias propriedades tinham entre 1 e 9 cativos, provavelmente o trabalho era dividido entre o senhor, seus familiares, agregados e escravizados, ao tempo em que as grandes propriedades possuíam 10 ou mais escravizados e a organização do trabalho poderia ser mais impessoal (LIMA, 2008, p. 181).

Em 1762, João Pereira Caldas procedeu ao arrolamento geral da população da capitania de São José do Piauí, que indicava 12.746 habitantes entre as oito freguesias criadas,

sendo um total de 2.550 fogos, 536 fazendas de criação de gado, 8.102 pessoas livres e 4.644 escravizados. Segundo os dados populacionais referentes a este período, a população de cativos não atingia 40% da população total, predominava a população livre constituída de fazendeiros de grandes e pequenas extensões de terra (BRANDÃO, 1999, p. 40). Entre 1764 e 1770, a capitania do Piauí possuía 2.050 fogos, 536 fazendas, 8.102 pessoas livres e 4.644 escravizados. Desse total, 270 fogos, 655 pessoas livres e 465 cativos concentravam-se na cidade de Oeiras (MOTT, 2010, p. 98).

Em 1772, segundo a descrição do ouvidor Antônio José de Moraes Durão, havia em toda a capitania 3.034 fogos, com 19.191 almas, sendo 8.522 mulheres e 10.669 distribuídos por 579 fazendas e 352 sítios. O recenseamento denota um aumento no número de habitantes da capitania, mas não deixa claro se eram livres ou escravizados, dividindo apenas a população pela cor (MOTT, 2010, p. 25). Assim, é possível identificar que a formação da sociedade piauiense ocorre paralelamente ao desenvolvimento da pecuária e ao aumento do número de fazendas, que apresentava baixa densidade demográfica, relativa mobilidade social, presença de trabalhadores livres e escravizados, e o acesso à terra configurava o status e as relações sociais³⁴³.

³⁴³ Na cidade de Oeiras existiam 1.002 fogos, 5.700 almas, sendo 2.498 mulheres e 3.202 homens, 182 fazendas e 103 sítios, além disso, na ribeira do Itaim existiam 60 índios Jaicós junto a 252 Gueguês no aldeamento de São João de Sende e 424 Acroás não aldeados. Em Jerumenha existiam 253 fogos, 1.531 almas, sendo 869 homens, 662 mulheres, 69 fazendas e 46 sítios. Na vila de Parnaguá existiam 329 fogos, 2.433 almas, sendo 1333 homens e 1.100 mulheres, 60 fazendas e 11 sítios, e um aldeamento de índios Pimenteiras. Em Campo Maior existiam 79 fogos, 2.971 almas, sendo 1/302 mulheres e 1.669 homens, com 91 fazendas e 49 sítios. A vila de Valença possuía 369 fogos, 2.536 almas, 1.180 mulheres, 1.356 homens, 58 fazendas e 46 sítios. Na vila de Marvão registraram-se 190 fogos, 1.326 almas 728 homens, 598 mulheres, 39 fazendas e 50 sítios. E por fim, na vila de São João da Parnaíba registraram-se 444 fogos, 2.694 almas, 1.512 homens, 1.182 mulheres, 79 fazendas e 45 sítios. Essa vila foi a que mais cresceu através do aumento das charqueadas e comércio com as outras capitanias.

Na segunda metade do século XVIII, havia em média 4,2 pessoas para cada casa na zona urbana. O escravizado representava 1,6 para cada residência e seu trabalho limitava-se ao setor doméstico. Todavia, seguindo a lógica da distribuição da população negra nos séculos anteriores, era na zona rural que a presença dos escravizados mostrava-se mais acentuada, sendo que havia uma média de 19,1 escravizados por fazenda. Em 1762, a população de cativos não atingia 40% da população total, predominava a população livre construída de fazendeiros de grandes e pequenas extensões de terra. (BRANDÃO, 1999, p. 45)

No final do século XVIII, a vila de São João da Parnaíba destacou-se como um importante entreposto comercial de gado e charque. Nesse sentido, é importante ter conhecimento sobre a referida vila, porque, tanto no período colonial quanto na segunda metade do século XIX, mais especificamente com o fim do tráfico atlântico de escravizados, a região figurará como um local de desembarque de mercadorias e cativos.

Após a saída de João Pereira Caldas da administração da capitania, a sede da vila da Parnaíba foi transferida para o Porto das Barcas. Em meados do século XVIII, chegaram à região as famílias Castello Branco e João Paulo Diniz, que possuíam fazendas de gado na região de Pastos Bons, no Maranhão, e arrendaram a ilha do Caju para a produção de charque (MAVIGNIER, 2005, p. 48). A vila tornou-se a mais próspera da capitania através do comércio e exportação de produtos agrícolas, pastoris e extrativistas. A indústria e o comércio do gado e seus derivados proporcionaram a fixação de riquezas, principalmente a partir da implantação das charqueadas de Domingos Dias da Silva³⁴⁴ e seu filho, Simplício Dias da Silva.

Em 1808, consoante as *Memórias relativas às capitanias*

³⁴⁴ Português e imigrou para o Brasil em 1768, instalando-se na vila de São João da Parnaíba, construindo um grande patrimônio, promovendo o crescimento comercial e mudanças sociais na região.

do Piauí e Maranhão, a vila de São João da Parnaíba possuía de doze a treze mil habitantes, e pelo seu porto entram sumacas e bergantis³⁴⁵, totalizando o valor de 106:420\$000 réis em exportações, e 59:004\$900 de importações. Sendo que 36:400\$000 réis eram de importação de cativos que, em sua maioria, vinham do Congo e de Benguela, e os altos preços das importações ocorreram porque muitos deles aportaram naquela região (MACHADO, 1854, p. 56-69). Desde o final do século XVIII, já existia o comércio de carne e couro pela vila de São João da Parnaíba em direção a outras capitânias. Essa transação promoveu a ligação entre a capitania do Piauí e o restante do Brasil, e contrapõe-se à ideia de isolamento e à concepção de Celso Furtado de que a pecuária dependia essencialmente da economia açucareira.

O porto da vila de Parnaíba era um local privilegiado desde o monopólio da Companhia de Comércio, a despeito da falta de vigilância da região, onde os sujeitos utilizavam como entreposto comercial todos os tipos de produtos, inclusive negreiros para o comércio de escravizados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em suas pesquisas, Diego Pereira Santos encontrou uma viagem entre os portos de Parnaíba e Amazônia, com o número de 24 cativos, e entre o mesmo porto em direção ao Pará, com 15 escravizados registrados oficialmente pela embarcação. Esse número pode ser maior, pois os registros podem estar fraudados, porquanto havia muitos interesses metropolitanos na região (SANTOS, 2013, p. 58). Assim, por não existir até 1817 a legalidade dos produtos comercializados no Porto das Barcas, a companhia de comércio do Maranhão acabou por promover a intensificação do contrabando e comercialização direto com Lisboa. A falta de fiscalização do litoral piauiense vai favorecer tam-

³⁴⁵ Sumaca era um pequeno navio de cabotagem utilizado entre o litoral brasileiro e o rio da Prata na Argentina. Segundo Evaldo Mello, a sumaca era uma embarcação de origem neerlandesa (Smak) e substituiu o caravelão no transporte de pessoas e mercadorias. O bergantil era um tipo de embarcação de velas e remos. Diferenciavam-se pela quantidade de velas e mastros, tamanho e capacidade de carregamento.

bém a ampliação do tráfico de escravizados no decorrer do século XIX.

Os navios provenientes de Salvador, Rio de Janeiro, Belém, Portugal e várias outras regiões aportavam anualmente em São João da Parnaíba, com o objetivo de comercializar gado, couro, sola, algodão e escravizados (FALCI, 1988, p. 9-11). Os valores disponíveis das importações do ano de 1808 nas *Memórias relativas às capitanias do Piauí e Maranhão* balizam a concepção de participação do Piauí no comércio atlântico de cativos. A balança comercial da vila teve um saldo positivo para as importações e principalmente no que diz respeito ao comércio de almas. A entrada de escravizados pelo porto de Parnaíba ocorreu provavelmente porque, após 1790, São Domingos deixou de ser um dos competidores na produção de açúcar e houve uma variedade nos mercados regionais, onde o declínio, em determinadas regiões, é compensado pelo aumento em outras (FALCI, 1988, p. 9-11)

A formação histórica do Piauí está no contexto de ocupação e expansão para o sertão, caracteriza-se por espaços econômicos formados por pequenas propriedades pecuaristas, agricultura de subsistência e pequenos plantéis de cativos. Isso não significa inexistência do trabalho escravizado, que as relações entre os sujeitos fossem afáveis e sem violência, e que não houvesse especialização e divisão do trabalho. Assim, em consequência à expansão dos espaços produção dos rebanhos e da comercialização destes, os escravizados adentraram o território juntamente com os primeiros colonizadores, comprados nos mercados de Salvador, Recife ou São Luís.

Bibliografia

- ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 62, parte I, 1900.
- BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1999.
- CEZAR, Iasmim de Oliveira. Nas rotas dos sertões: africanos e agentes do tráfico interno de escravos. Bahia, Século XVIII. In: *Anais – VIII Encontro Estadual de História. ANPUH-BA*. Feira de Santana, 2016.
- COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888)*. 2017. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2017.
- FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999.
- HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.
- JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009.
- MACHADO, Francisco Xavier. Memórias Relativas às Capitânicas do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1854, Tomo XVII, vol. 17.
- MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, 1680-1830*. Dissertação

(Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

SANTOS, Diego Pereira. *Entre costas brasílicas: o tráfico interno de escravos em direitura a Amazônia, 1778-1830*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém. 2013.

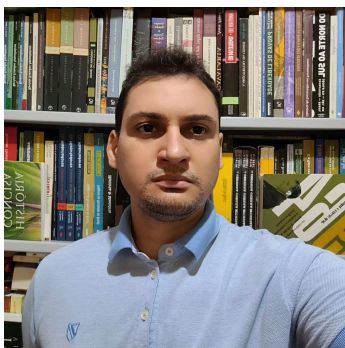
Sobre os organizadores



Eduardo França Paiva é professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi professor visitante em universidades estrangeiras e publicou seus trabalhos em vários países. É especialista em história da escravidão e das mestiçagens na Ibero-América.



Josenildo de Jesus Pereira é professor associado do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Tem vasta publicação sobre história do Brasil Império, história da escravidão moderna e história da África, temas aos quais se dedica há muitos anos.



Rodrigo Caetano Silva é doutor em História pela Universidade Federal do Pará e professor de ensino médio. Sua área de estudos abarca as histórias da escravidão e do abolicionismo no norte do Brasil, durante o século XIX, tendo vários trabalhos publicados sobre o tema.



Samir Lola Roland é doutorando em História na Universidade Federal do Maranhão. Sua área de estudos abarca as histórias indígena e da conquista do norte do Brasil, tendo vários trabalhos publicados sobre o tema.

www.caravanagrupoeeditorial.com.br
caravanagrupoeeditorial@gmail.com
Fone: 55 31 97306 6624
[@caravanagrupoeeditorial](https://www.facebook.com/caravanagrupoeeditorial)

O conteúdo deste livro inscreve-se fortemente na recente história da historiografia brasileira. Pesquisadores de diferentes gerações, formados em programas de pós-graduação mais antigos e nos mais recentes, apresentam aqui capítulos que expressam a reescrita da história do Brasil ocorrida nos últimos quarenta anos, enfatizando-se as regiões centrais, as do Nordeste e as do Norte, sempre pensadas a partir de conexões e, por vezes, de maneira comparada. O local e o regional assumem nos textos o caráter de produtos históricos globais, resultados do viver e do pensar no Mundo Moderno, dos contatos conflituosos e amistosos entre gentes que possuíam origens, línguas, crenças e interesses muito diferentes, mas que ao longo do tempo também se misturaram, guardando velhos costumes e entendimentos e gerando novos.

